COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA

ENSINO MÉDIO

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO

BORRAZÓPOLIS / PARANÁ
2012

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA
ENSINO MÉDIO

Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual José de Anchieta - Ensino Médio como parte das exigências da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional - Lei 9.394/96 de 20 de dezembro de 1996.

BORRAZÓPOLIS / PARANÁ
2012

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA
ENSINO MÉDIO

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	08
1.1 Apresentação	11
2 IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO.....	15
3 HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO	16
4 DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR	18
4.1 Organograma da organização escolar.....	18
4.2 Espaço Físico da Escola	18
4.3 Calendário	19
4.4 Organização Escolar	19
5 OFERTA DE CURSOS/PROGRAMAS.....	22
6 CARACTERÍSTICAS DOS CURSOS/PROGRAMAS	24
6.1 Ensino Médio	24
6.2 EJA	31
6.3 Curso de Formação de Docentes (previsto para 2013)	34
6.4 CELEM	35
6.5 Programa de Complementação Curricular	36
6.6 Centro de Atendimento Especializado – Área da surdez (CAES)	36
6.7 Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I	38
7 RECURSOS HUMANOS	41
7.1 Setor Administrativo	41
7.2 Corpo Docente	41
7.3 Equipe Pedagógica	43
7.4 Setor Funcional.....	43
8 MARCO SITUACIONAL	44

8.1 Corpo Discente	48
8.2 Apoio Comunitário	49
8.3 Temas trabalhados nas Semanas Pedagógicas	50
8.4 Participação dos Pais	53
8.5 Recursos Pedagógicos e Didáticos	55
8.5.1 Laboratório de Informática	56
8.5.2 Laboratório de Biologia, Física e Química	57
8.5.3 Biblioteca escolar.....	57
9 MARCO CONCEITUAL	59
9.1 Filosofia da Escola	59
9.2 Concepções	59
9.2.1 Sociedade	60
9.2.2 Homem / Mundo	61
9.2.3 Educação / Escola	61
9.2.4 Cidadania	63
9.2.5 Conhecimento	64
9.2.6 Cultura	65
9.2.7 Ciência	65
9.2.8 Trabalho	66
9.2.9 Tecnologia	67
9.2.10 Ensino	68
9.2.11 Aprendizagem	69
9.2.12 Avaliação	70
9.2.13 Currículo	71
9.3 Gestão Democrática	72
9.4 Instâncias Colegiadas	76

9.4.1 Associação de Pais, Mestres e Funcionários	76
9.4.2 Membros da APMF	77
9.4.3 Conselho Escolar	77
9.4.4 Membros do Conselho Escolar	79
9.4.5 Grêmio Estudantil	79
9.4.6 Conselho de Classe	80
10 MARCO OPERACIONAL	85
10.1 Educação e Inclusão	87
10.2 Desenvolvimento Sócio Educacional	89
10.2.1 Cidadania e Direitos Humanos	90
10.2.2 Educação Ambiental	91
10.2.3 Enfrentamento à violência	92
10.2.4 Prevenção ao Uso Indevido de Drogas	93
11 DIVERSIDADE	94
11.1 Educação do Campo	94
11.2 Gênero e Diversidade Sexual	95
11.3 Cultura Afro – Brasileira e Indígena	95
11.4 Equipe Multidisciplinar	96
12 AVALIAÇÃO: EJA FUNDAMENTAL II e MÉDIO	99
12.1 Concepção de Avaliação	99
12.2 Procedimentos e Critérios para Atribuição de Notas	100
12.3 Recuperação de Estudos	101
13 AVALIAÇÃO: ENSINO MÉDIO	103
13.1 Conceito	103
13.2 Objetivos	104
13.3 Formas e Instrumentos	104
13.4 Competência da Avaliação	105
13.5 Periodicidade da Avaliação	105

13.6 Média para Aprovação	105
13.7 Instrumentos de Registro e Comunicação dos Resultados	106
13.8 Recuperação Paralela	106
14 AVALIAÇÃO DO ENSINO APRENDIZAGEM	107
15 AVALIAÇÃO DA ESCOLA	109
16 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL	110
17 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS	113
18 ORGANIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE	114
19 ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA	115
20 RELAÇÃO DE TRABALHO NA ESCOLA	118
21 AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS	120
22 CONSIDERAÇÕES FINAIS	126
23 AVALIAÇÃO DO PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO DA ESCOLA	127
24 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	128
25 ANEXOS	
- Matriz Curricular: Ensino Médio, EJA - Fundamental Fase II e Médio	
- PPC (Disciplinas do Ensino Médio e CELEM)	
- PPC (Proposta Pedagógica Curricular) da EJA	
- Plano de Ação da equipe pedagógica	
- Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar	
- Estágio Não Obrigatório conforme Instrução Normativa nº 006/09	
- Projetos: Atividades Complementares na área de esportes e Curso preparatório para o ENEM	
- Projeto Semana Cultural e da Saúde	
- Projeto Simulado do ENEM	
- Fotos de atividades desenvolvidas no Colégio	
- Relatórios das Atividades desenvolvidas referente ao Meio Ambiente	
- Tabelas de comparação do rendimento escolar	

- Estatística geral de rendimento escolar (Gráficos)	
- Enem 2010	
- Modelo de Contrato Pedagógico trabalhado em sala de aula	
- Plano de Ação da Direção	
- Projeto Câmara Juvenil (Relato de Experiência)	

1 INTRODUÇÃO

> “O Ser Humano é naturalmente, um ser da intervenção no mundo à razão de que faz a História. Nela, por isso mesmo, deve deixar suas marcas de sujeito e não pegadas de objeto”.
>
> (Paulo Freire)

Segundo Aristóteles, “o homem é um ser político”, portanto, todas as suas ações se dão de forma intencional e nas relações sociais. A educação sendo uma construção humana e ocorrendo nas relações sociais de forma intencional, passa a ser um ato político.

As constantes transformações na sociedade tornando a dinâmica social mais intensa e exigente provocam mudanças na estrutura de funcionamento do processo de ensino, nesse sentido torna-se necessário implementar o Projeto Político Pedagógico que corresponda nível de aspiração da comunidade, que garanta a qualidade de ensino, condição fundamental para a formação integral do ser humano.

A necessidade de repensar o Projeto Pedagógico da escola, na qual atuamos, instiga-nos a trazer para o debate algumas questões conjunturais, influentes e interferentes na construção da identidade e no delineamento do perfil dessa escola, diante das exigências de nossa contemporaneidade.

Desta forma, compreendemos para que a escola consiga realizar uma prática pedagógica crítica e significativa, é necessário que a escola tenha consciência de seus condicionantes históricos sociais. A consciência deste fato já coloca a escola um passo a frente na direção do papel transformador que pretende desempenhar, mas sempre a partir das condições já existentes.

A autonomia é a “razão de ser o projeto pedagógico” (LIBÂNEO, 2001, p.115) assim demonstra a importância que esta exerce na construção do Projeto Político-Pedagógico, assim como os demais princípios que articulados entre si impulsionam um dinamismo participativo no ambiente escolar.

Nesse contexto, ao realizar a implementação do Projeto Político Pedagógico na escola, é necessário que sejamos conscientes da responsabilidade assumida, pois é um projeto que tem uma ação intencional e um compromisso

definido coletivamente, o qual se relaciona a duas dimensões. A primeira é política, porque articula o compromisso sócio - político aos interesses da comunidade. Já, a segunda define as ações educativas, pois reside na possibilidade de se efetivar a intenção escolar: a formação do cidadão. Ambas as dimensões relacionam-se reciprocamente.

O Projeto Político-Pedagógico constitui-se, portanto, em um instrumento de ação político - pedagógica na medida em possibilita a manifestação dos desejos e aspirações da comunidade em termos da educação das crianças e jovens, e norteia todo o processo educativo desencadeado pela escola. Nesse sentido, não pode ser visto apenas como produto ou resultado de um trabalho de definição de finalidades e linhas de ação. O PPP é “processo permanente de reflexão e discussão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade...” (VEIGA, 2001), e assenta-se numa dimensão de globalidade e totalidade da educação. O Projeto Pedagógico não se resume no documento escrito que formaliza as concepções, objetivos, conteúdos, metodologia de trabalho e sistemática de avaliação de uma escola. Ele é exercício de construção permanente que acompanha e é acompanhado pela prática pedagógica, cotidianamente se fazendo e refazendo. Daí a necessidade de coesão e clareza política, condições nem sempre fáceis de serem obtidas num espaço que congrega sujeitos com as mais diferentes experiências de vida, concepções de educação e expectativas. Contudo, é de fundamental importância a constituição do coletivo escolar, uma vez que projeto político pedagógico refere-se sempre a um coletivo, sendo inconcebível sem ele; jamais pode ser fruto de desejos e aspirações individuais.

Nesse sentido, considera-se o PPP como um processo permanente de reflexão e discussão de problemas escolares, na busca de alternativas viáveis à efetivação de sua intencionalidade, propiciando a vivência democrática necessária para a participação de todos os membros da comunidade escolar e o exercício da cidadania. Pelo caráter democrático, tenta instaurar uma forma de organização do trabalho pedagógico em dois níveis: o da escola como um todo e o da sala de aula, associando-o com o contexto social.

De acordo com Veiga (1998), existem vários caminhos para a construção do PPP, uma vez que retrata o entendimento e o percurso percorrido em cada escola. Todavia, é possível apontar três movimentos básicos deste processo de

construção do PPP, denominados pela autora de: *Ato Situacional, Ato Conceitual e Ato Operacional.*

O objetivo do *Ato Situacional* é apreender o movimento interno da escola, conhecer seus conflitos, limitações e contradições, fazer seu diagnóstico para poder definir onde é prioritário agir.

No *Ato Conceitual* , a escola ao discutir a sua concepção de educação e sociedade, homem, educação, escola, currículo, ensino e aprendizagem, leva em consideração a realidade constatada no *Ato Situacional* para definir como as prioridades devem ser trabalhadas.

O que configura o Ato Operacional é o como realizar as atividades a serem assumidas pelo coletivo da escola para mudar a realidade constatada. Implica a tomada de decisão visando atingir os objetivos e metas definidas coletivamente.

Compreendemos que o PPP deve, de fato, mostrar a escola, com sua cultura organizacional, suas potencialidades e suas limitações. Nesta direção, o PPP, ao se colocar como espaço de construção coletiva, direciona sua constituição de forma democrática, onde todos assumem o compromisso com a socialização do conhecimento. No entanto, por apresentar um instrumento político, cultural e científico e ser decorrente de construção coletiva, engloba atividades vivenciadas pelos alunos, mas também, pressupõe a adoção de alguns princípios: concepção da formação e desenvolvimento do trabalho e da função social da escola; tratamento das disciplinas e atividades com flexibilidade; preservação do equilíbrio das diferentes disciplinas e atividades que compõem o currículo e finalmente ação integrada e cooperativa dos professores enquanto agentes responsáveis pela efetivação do Projeto Político Pedagógico.

A função social da escola é a de promover o acesso aos conhecimentos socialmente produzidos pela humanidade, indispensável ao exercício da cidadania, assim como na produção e sistematização de um novo saber, nascido da prática social, a fim de possibilitar ao educando condições de emancipação humana. A escola numa concepção progressista, onde o saber deve ser democratizado, está para transformar as relações sociais e não para reproduzir a sociedade.

Neste sentido, a escola está voltada para desenvolver as potencialidades humanas e uma vez que seu papel é transformador, ela deve oportunizar a compreensão critica do mundo através da apropriação dos conhecimentos historicamente produzidos pela humanidade.

Para tanto propõe - se que, coletivamente, a escola assuma um currículo disciplinar, enfatizando a socialização do conhecimento, e que os conteúdos disciplinares sejam tratados de forma contextualizada, relacionando-os de forma interdisciplinar com o objetivo de buscar uma formação crítica.

Por entendermos que o educador precisa de uma prática política pedagógica séria e competente que caminhe de encontro com a escola que desejamos construir, torna-se necessário criar condições tanto no nível de programação, quanto no nível organizacional da escola, visando o acesso e permanência do aluno no processo ensino-aprendizagem. Vale acrescentar, ainda, que essa organização do trabalho pedagógico relaciona-se com organização social, devido ao fato da escola ser uma instituição social que reflete internamente as determinações e contradições da sociedade capitalista.

Nesta direção, Paro (1999) assinala que toda instituição social carece de processos administrativos e a administração, em sua forma geral, *refere-se à utilização racional dos recursos para obtenção de fins determinados*. A definição destes fins é o mais fundamental nos projetos e não apenas a definição de algumas ações desvinculadas de um projeto maior da escola.

A partir da definição da filosofia e dos princípios pedagógicos, que propõem que a escola contribua significativamente para a formação de um cidadão competente, criativo, crítico e feliz, as principais ações pedagógicas e administrativas convergem para esse fim. Entendendo a realidade como processo de constante mudança a comunidade escolar deve estar de acordo com a dinamicidade do processo histórico para que essa dinamicidade não seja negada nos espaços educacionais, ferindo assim a proposta do Projeto Político Pedagógico. Todas as questões que envolvem o fazer pedagógico e as suas relações com o currículo, conhecimento e com a função social da escola, obriga a um pensar e uma reflexão contínua de todos que os envolvidos neste processo. Que Escola queremos construir?

1.1 APRESENTAÇÃO

Pensar coletivamente a construção/implementação do Projeto Político Pedagógico da Escola Pública pressupõe a superação das relações de poder

instauradas na organização do trabalho escolar e a construção de práticas democráticas que contribuem para uma educação de caráter transformador.

Esse processo dialético de organização do trabalho pedagógico na escola pública, exige uma rigorosa análise teórica da prática escolar, a fim de compreender as contradições, limites e possibilidades que a constituem. Assim, a construção de uma proposta transformadora deve empreender ações, no sentido de criar e ampliar os espaços de participação na definição das políticas públicas de educação e na gestão democrática da Escola.

A escola pública brasileira atualmente atende um número muito significativo de estudantes oriundos das classes populares. Historicamente, ao assumir essa função, que justifica sua existência, a escola pública necessita de buscar discussões contínuas sobre o papel do ensino básico no projeto de sociedade que se quer para o país.

Portanto, ao construir o projeto político pedagógico deve-se considerar primeiramente que ele reflete a realidade da escola e, segundo a LDB, a escola deve assumir o papel de refletir sobre sua intencionalidade educativa.

Assim, a implementação deste Projeto Político Pedagógico, está pautado na conformidade da Lei n° 9.394/96 (Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional), que segundo o artigo 1º:

> a educação abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana, no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

E segundo os artigos 12 e 14*, "é dever da escola elaborar e executar sua proposta pedagógica, devendo haver participação dos profissionais da educação na elaboração do projeto pedagógico".*

A sociedade contemporânea, submetida a mudanças aceleradas, demanda dos estudantes outras tarefas que transcendem o mero saber e saber-fazer. Implicam ações de cunho ético - políticas que realçam o compromisso com a cidadania coletiva.

Ao definir qual formação se quer proporcionar aos estudantes, a escola também determina o tipo de participação que lhes caberá na sociedade. Com isso, reforça-se a necessidade de reflexões junto à comunidade escolar em busca de respostas para as várias questões que certamente surgirão ao se oportunizar a

abertura para as discussões: Quem são os sujeitos da escola pública? De onde eles vêm? Que referências sociais e culturais eles trazem para a escola?

Nesta perspectiva a escola deve buscar uma prática pedagógica fundamentada na diversidade de metodologias, tendo em vista promover a aprendizagem dos conhecimentos na perspectiva de atender as necessidades de aprendizagem, levando se em conta as diferentes características dos alunos. Deve-se considerar a dimensão teórica da metodologia de ensino e por ela organizar a forma prática do trabalho educativo.

No contexto atual, a escola vem sendo questionada acerca de seu papel ante as transformações econômicas, políticas, sociais e culturais. Estas alterações do capitalismo criam novas demandas e exigências para a escola, como a necessidade de rever as finalidades educativas em relação aos interesses do mundo do trabalho, também a necessidade de implementação de práticas docentes e escolares mais compatíveis com a chamada sociedade do conhecimento e da informação. Enfim, para acompanhar os avanços tecnológicos que nos impõe o mundo, a Escola deverá acelerar o passo no sentido de aprimoramento do nível cultural e social do homem, buscando, através do uso dos recursos tecnológicos disponíveis na escola e de metodologias diversificadas para sua utilização um trabalho educativo de qualidade.

O projeto político pedagógico vem sendo construído tendo como principal meta da Escola é que todos, através do trabalho e da cultura, tenham uma vida digna e o motivo mais forte para promover a união mais íntima entre escola, família e sociedade é o aluno. Dessa forma, colocando em 1º plano o aluno, elaborou-se o presente projeto político pedagógico, com base num amplo e aprofundado processo de diagnóstico, análise e proposição de alternativas, cuja elaboração contou com a participação de todos os envolvidos: comunidade, pais, alunos, funcionários e professores, que será colocado em prática durante o ano letivo.

> O Projeto pedagógico não pode restringir-se a discussões e reflexões. Esses procedimentos deverão anteceder e oferecer elementos para a formação de decisão, pois trata-se do plano de ação coletivo. A coordenação exerce uma função imprescindível nesse âmbito, pois tem a tarefa de coordenar as ações do coletivo com o objetivo registrar os resultados do processo reflexivo e as decisões tomadas, garantir que os encontros para as discussões, análises, reflexões e estudos não percam no esquecimento, caso

> não estejam sistematizados, organizados e formalizados com base no referendo do coletivo (GUIMARÃES E MARIN, 1998, p. 38)

Portanto, nossa reflexão está baseada principalmente na prática pedagógica cotidiana e na discussão dos referenciais teóricos que nos encaminhem para uma “práxis” responsável e compromissada com uma escola pública de qualidade. A educação de qualidade, aquela responsável pela emancipação social, é resultado de um agir coletivo.

2 IDENTIFICAÇÃO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Colégio Estadual José de Anchieta - Ensino Médio (Parecer n.º 157/98 de 10/11/98)

Avenida Brasil, 911 Bairro: Centro

CEP: 86.925-000 - Borrazópolis – Paraná

Fone (fax): 0xx-43-3452.1334

Código da escola: 00464 - Código do Município: 0330

e-mail: bzijoseanchieta@seed.pr.gov.br CEJAPARANA@BOL.COM.BR

site:http:// bzijoseanchieta.seed.pr.gov.br

3 HISTÓRICO DO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

Aos 14 dias do mês de fevereiro de 1.968, foi criada a Escola Normal Colegial na Cidade de Borrazópolis, conforme decreto n.º 8.945, de 14/02/1968.

A Portaria nº. 1661 de 15 de fevereiro de 1968, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná de 15/02/68, autorizando o funcionamento da Escola.

Pelo Parecer nº. 283/79, aprova em Caráter Provisório o Projeto de Implantação do Ensino de 2º Grau - Lei nº 5692/71.

Pelo Parecer nº. 11/82, do Conselho Estadual de Educação, publicado no Diário Oficial do Estado do Paraná de 18 de agosto de 1982, autorizando a funcionar o Colégio Estadual José de Anchieta - Ensino de 2º Grau, no Município de Borrazópolis, mantido pelo Governo do Estado do Paraná, resultante da reorganização da Escola Normal Colegial Estadual de Borrazópolis.

Pelo Parecer nº. 157/98, do dia 10 de novembro de 1998, Deliberação nº. 003/98- C.E.E. foi aprovada a mudança de Nomenclatura do Estabelecimento de Ensino, conforme Deliberação n.º 003/98 - C.E.E. para COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA - ENSINO MÉDIO.

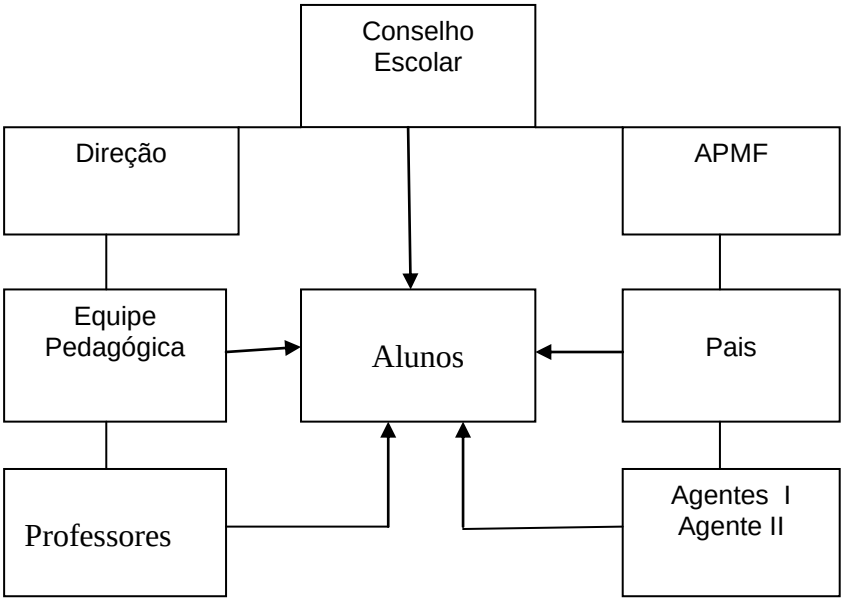
Nesses 41 (quarenta e um) anos de existência deste Estabelecimento de Ensino, as pessoas que por aqui passaram, muito contribuíram para o crescimento e muito aprenderam. Hoje, antigos alunos são professores, todos com graduações específicas nas áreas em que lecionam e com Pós-Graduação, ou seja, os professores deste Estabelecimento têm uma preocupação grande em se aprimora no seu campo de trabalho, indo de encontro com a nova metodologia e filosofia do Ensino Médio, que é a formação geral para o atendimento dos educandos, preparando-os para o mundo. Dentre os docentes que por aqui passaram destacamos os Diretores:

NOMES	PERÍODO/GESTÃO
Diva de Souza Amaral Lima	1968
Cléia Maria M. de Senna	1969
Célia Xavier Riva	1970-1978
Lucilia Begali Prudêncio	1979-1980
Anides Coelho Rodrigues	1981-1982

Ivone Nagy do Amaral	1983-1984
Doracilda Aparecida Hack Porto	1985-1987/1995-1997
Aimée Maria de Senna Miyadi	1988-1992
Cleides Faleiros Amador	1993-1994
Carla Aparecida Coccia	01/1998 a 05/1998
Eliza Cristina Henning	05/98 a 31/12/2000
Sônia Regina da S. Berti Lucchetti	01/01/2001 a 31/12/2003
Márcia de Fátima Leiroz	01/01/2004 a 31/12/2005
Lúcia Motta Wiedemann	16/01/2006 a 31/12/2008
Lúcia Motta Wiedemann	01/01/2009 a 31/12/2011
Andréia Aparecida Mantovani	01/01/2012 a 31/12/2014

4 DA ORGANIZAÇÃO ESCOLAR DO ESPAÇO FÍSICO

4.1 Organograma da Organização Escolar



4.2 Espaço Físico da Escola

O Colégio dispõe do espaço físico organizado da seguinte forma:

- 09 Salas de Aula,
- 01 Biblioteca,
- 01 Laboratório de Biologia, Química e Física,
- 01 Sala de Informática,
- 01 Sala para Documentação Escolar
- 01 Sala de Direção,
- 01 Sala para Equipe Pedagógica,
- 01 Sala para os Professores,
- 01 Secretaria,
- 01 Sala de Merenda,
- 01 Cozinha,

- Banheiros feminino, masculino e de Professores,
- Pátio coberto e,
- Quadra poliesportiva coberta.

4.3 Calendário Escolar

O colégio adota o regime de seriação anual considerando período letivo aquele cuja duração mínima não será inferior a 200 dias e 800 horas de 60 minutos.

O calendário escolar, de acordo com as disposições dos órgãos normativos, fixará:

- Início e término do ano letivo;
- Época de planejamento;
- Dias determinados para reuniões do Conselho de Classe e outros órgãos colegiados;
- Período de férias para professores e alunos.

Anualmente, uma cópia do calendário escolar é enviada ao órgão competente para efeito de inspeção, verificação e homologação.

A capacitação de professores e funcionários é prevista no calendário em dois momentos distintos: início do 1º semestre e início do 2º semestre. Além disso, os professores participam de outros cursos concernentes à área do conhecimento em que atuam, entre outros, relacionados à educação, datadas pela SEED.

Para os alunos, há uma oferta de participação em feiras de ciências, eventos e mostras culturais, oficinas, campeonatos desportivos, etc., que possibilitam o aprendizado prático, intercâmbio com outros alunos, a interação com professores, se apresentando com ótima oportunidade para o desenvolvimento de relações sociais e formação de cidadania.

4.4 Organização Escolar

A opção de organização de escolaridade em **Série** é uma tentativa de buscar princípios de ordenação que possibilitem maior integração do conhecimento. A **Série** propicia o favorecimento do trabalho com as diferenças e estilos de

aprendizagem dos alunos, sem que os professores e a escola deixem de ter em vista as exigências de aprendizagem postas para cada **Série**. Na escolaridade em **Séries**, há possibilidade de respeitar os diferentes ritmos de aprendizagem que os alunos apresentam.

A adoção de **Seriação** possibilita trabalhar com as diferenças e está plenamente coerente com os fundamentos psicopedagógicos, com a concepção de conhecimento, de desenvolvimento, de aprendizagem e da função da escola.

Ensino Médio 2012			
Período Matutino	**Série**	**Nº Turmas**	**Total de Alunos**
	1º	**03**	**104**
Matutino	**2ª**	**03**	**88**
	3ª	**03**	**89**
Total Matutino		**09**	**281**
Período Noturno	**Série**	**Nº Turmas**	**Total de Alunos**
Noturno	**1º**	**01**	**21**
	2ª	**01**	**18**
	3ª	**01**	**16**
Total noturno		**03**	**55**
Total geral		**12**	**336**

EJA / 2011			
Período Noturno	**Fund. Fase II**	**Médio**	**Total (alunos)**
Nº de disciplinas	**05**	**03**	**81**

TOTAL GERAL DE ALUNOS	
ENSINO MÉDIO DIURNO E NOTURNO / EJA	**417**

	CELEM – Espanhol básico	
Período	**Nº de Turmas**	**Total de alunos**
Intermediário	**01**	**29**
Tarde	**01**	**24**
Noite	**03**	**75**

	CELEM - Aprimoramento	
Noite	**01**	**15**

ATIVIDADES DE COMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR		
Período	**Número de turmas**	**Total de alunos**
intermediário	**03**	**115**

5 OFERTA DE CURSOS / PROGRAMAS

O Colégio Estadual José de Anchieta funciona em dois turnos (matutino e noturno), ofertando o Ensino Médio, a EJA (Educação de Jovens e Adultos) Fundamental Fase II e Médio, o CELEM, Atividades de Complementação curricular. O Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental na modalidade normal - integrado e subsequente está previsto para ser ofertado a partir de 2013. A comunidade escolar do Colégio Estadual José de Anchieta está trabalhando juntamente com o NRE para a implantação do referido curso para 2013, sendo que todos os documentos solicitados para a mesma já foram encaminhados.

O Ensino Médio, organizado pelo sistema de seriação, conta atualmente com 09 (nove) turmas no matutino e 03 (três) no noturno, em salas de aula com capacidade para atender 35 a 40 alunos em cada sala. O horário do período matutino é das 7h 30 min. às 11h 50 min. e o noturno das 18h50min às 23h. Ofertamos as séries nos dois turnos, dando preferência para os alunos que trabalham para o período noturno, já os alunos que moram na zona rural e dependem do transporte municipal estudam no período matutino. As disciplinas com carga horária superior a 3 aulas semanais, possuem um horário geminado, onde temos a preocupação de formar um horário em que tenhamos disciplinas distribuídas nas três áreas do conhecimento em cada dia de aula.

A modalidade Educação de Jovens e Adultos, implantada neste estabelecimento de ensino a partir do segundo semestre, iniciando no de 14 de setembro de 2009, Fundamental II e Médio. Ofertada com Organização Coletiva e Individual. Em 2010 iniciamos o ano ofertando 06 disciplinas do Fundamental Fase II e 12 do Ensino Médio. Em 2011 a oferta foi de 05 disciplinas do Fundamental II e 05 no Médio. Agora em 2012 estamos ofertando 05 disciplinas no Fundamental e 03 no Médio.

A partir do ano letivo de 2009, o colégio passou a ofertar o CELEM (Centro de Línguas Estrangeiras Modernas) de Língua Espanhola, como um ensino extracurricular, plurilinguista e gratuito para alunos da Rede Estadual Básica, matriculados no Ensino Fundamental (anos finais), no Ensino Médio, Educação

Profissional e Educação de Jovens e Adultos. Sendo também extensivo à comunidade, professores e agentes educacionais.

O CELEM é regulamentado pela Resolução Nº. 3904/2008 e pela Instrução Normativa Nº. 019/2008, além de ser subordinado às determinações do Projeto Político Pedagógico e do Regimento Escolar.

No ano letivo de 2010, o colégio iniciou a oferta de atividade de complementação curricular na área de esportes. Em 2011,iniciamos a oferta de atividades de complementação curricular: O Curso preparatório para o ENEM e na área de esportes com duas modalidades: Voleibol e Futsal.

O CAES (Centro de Atendimento Especializado – área da surdez) foi autorizado a funcionar nesse estabelecimento de ensino a partir de junho de 2011, no período vespertino, e atende alunos do Ensino Médio e EJA.

A Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I foi autorizada a ser implantada no ano de 2012, que é um serviço de Apoio Especializado que apoia e complementa o atendimento educacional, realizado em Classes Comuns. A implantação das Salas de Recursos Multifuncionais atende a necessidade da escola promover as condições de acesso, participação e aprendizagem dos alunos.

6 CARACTERÍSTICAS DOS CURSOS/PROGRAMAS

6.1 Ensino Médio

O Ensino Médio, com a sua denominação topográfica (o que está no meio, entre o fundamental e o superior), apresenta internacionalmente uma notória dificuldade de clarificação de objetivos. Em parte isto se deve ao seu papel na mobilidade social e à delicada opção entre a terminalidade e a continuidade dos estudos. Entre as inúmeras indagações controversas, está, em primeiro lugar, a das suas finalidades e relações com o trabalho. Daí decorrem outras, como a de se é mais conveniente, em termos de democratização educacional e oportunidades de mobilidade social, ter, após a escola fundamental, uma só trajetória para o aluno ou oferecer várias alternativas, bifurcando ou multifurcando os caminhos da escola média. Será melhor ter uma escola média profissionalizante ou uma escola média voltada para a educação geral? Será preferível manter várias modalidades de escola média ou uma só? Essas são algumas das questões recorrentes, quer no Brasil, quer em outros países, para as indispensáveis mudanças do ensino médio no Brasil.

Segundo Kuenzer: A dualidade estrutural tem suas raízes na forma de organização da sociedade, que expressa as relações entre capital e trabalho; pretender resolvê-la na escola, através *de uma nova concepção*, ou é ingenuidade ou má fé. (p.35).

Embora o compromisso do Estado deva ser com a sua universalização, se analisarmos os recursos disponíveis nos orçamentos públicos da União, particularmente em tempos de crise, chegaremos a conclusão que essa tarefa só poderá ser realizada a longo prazo.

> A democratização do Ensino Médio, no entanto, não se encerra na ampliação de vagas; ela exige espaços físicos adequados, bibliotecas, laboratórios, equipamentos, e, principalmente, professores concursados e capacitados. Sem essas precondições, discutir um novo modelo, pura e simplesmente, não tem sentido. (KUENZER, 2005, p.35).

Propõe-se no nível do Ensino Médio a formação geral, tendo como alvo principal a construção do conhecimento com a participação do aluno nesta construção.

A nova sociedade que surge decorrente da revolução tecnológica e seus desdobramentos na produção e na área da informação apresenta características possíveis de assegurar à educação uma autonomia ainda não alcançada. Isto ocorre na medida em que, o desenvolvimento das competências cognitivas e culturais exigidas para o pleno desenvolvimento humano passa a coincidir com o que se espera na esfera da produção.

Mesmo considerando os obstáculos a superar, uma proposta curricular que se pretenda contemporânea deverá incorporar como um dos seus eixos as tendências apontadas para o século XXI.

A crescente presença da ciência e da tecnologia nas atividades produtivas e nas relações sociais, por exemplo, que como consequência estabelece um ciclo permanente de mudanças, provocando rupturas rápidas, precisa ser considerada.

Uma nova concepção curricular para o Ensino Médio deve expressar a contemporaneidade e, considerando a rapidez com que ocorrem as mudanças na área do conhecimento e da produção, ter a ousadia de mostrar-se prospectiva.

A Lei Federal nº. 9394 de 20 de dezembro de 1.996, que estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional, é o documento norteador da educação brasileira, a partir de sua sanção.

O Ensino Médio é a etapa final de uma educação de caráter geral, afinada com a contemporaneidade, que situem o educando como sujeito produtor de conhecimento e participante do mundo do trabalho, e com o desenvolvimento da pessoa, como “sujeito em situação” cidadão.

É no contexto de Educação Básica que a lei 9394/96 determina a construção do currículo, no Ensino Fundamental e Médio, com uma base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e da clientela (art.26, da Lei 9394/96).

Quando a LDB destaca as diretrizes curriculares específicas do Ensino Médio, ela se preocupa em apontar para um planejamento e desenvolvimento do currículo de forma orgânica, superando a organização por disciplinas estanques e

revigorando a integração e articulação do conhecimento num processo permanente de interdisciplinaridade e transdisciplinaridade.

A Carga Horária mínima do ano letivo, para o Ensino Médio será de 800 (oitocentas) horas, distribuídas por um número mínimo de 200 (duzentos) dias de efetivo trabalho escolar, com carga horária semanal de no mínimo 25 (vinte e cinco) horas-aulas para o período diurno e noturno.

A Instrução Normativa nº. 04/2005 - SUED estabelece que, o Ensino Médio Diurno e o Ensino Noturno contará com 25 (vinte e cinco) horas-aulas semanais na Matriz Curricular, contemplando “ao menos” 75% (setenta e cinco por cento) da carga horária, na Base Nacional comum, e “até” 25% (vinte e cinco por cento) da carga horária na Parte Diversificada. As disciplinas da Base Nacional Comum a da Parte Diversificada, definidas para cada série, terão carga horária mínima de 02 (duas) horas-aulas e máxima de 04 (quatro) horas-aulas semanais. Para garantir o mínimo de 800 horas preconizadas em Lei, serão ministradas, diariamente, 03 aulas de 50 (cinquenta) minutos e 02 aulas de 45 (quarenta e cinco) minutos. Para o período diurno a hora aula terá duração de 50 (cinquenta) minutos.

A realidade escolar tem mostrado que, na maioria das vezes, as disciplinas curriculares são ministradas de modo estanque, individualizado e inadequado à realidade do aluno. Quando o aluno não consegue relacionar as disciplinas, ele gera uma visão compartimentada da realidade, um todo que de fato não se dissocia.

O caminho metodológico a ser percorrido precisa propiciar a significação do conteúdo trabalhado, favorecendo uma relação dialética e ao optarmos por nos direcionar por um trabalho dentro da linha progressista que é a pedagogia histórico – critica é por acreditarmos responder as questões da realidade. . A prática educativa é uma prática em constante mudança e dependendo da intencionalidade do professor nada acrescenta se não tiver um trabalho intencional.

Segundo Saviani, “(...). O trabalho educativo é o ato de produzir, direta e intencionalmente, em cada indivíduo singular, a humanidade que é produzida história e coletivamente pelo conjunto dos homens. Assim, o objeto da educação diz respeito de um lado, à identificação dos elementos culturais que precisam ser assimilados pelos indivíduos da espécie humana para que eles se tornem humanos e de outro lado e concomitantemente à descoberta das formas mais adequadas para atingir esse objetivo” (2000, p.17).

Reforçamos a importância da escola e do papel do professor como organizador das situações de aprendizagem. Ao professor como mediador — pela linguagem que fala ou que manipula por meio dos materiais didáticos — cabe uma função insubstituível no domínio mais avançado de expressões formais do conhecimento que são constitutivas do conhecimento que o aluno vai adquirir.

O amplo campo de possibilidades que a interação entre linguagem e pensamento se abre para a pedagogia da interdisciplinaridade através da linguagem verbal como um dos processos de constituição de conhecimento das ciências humanas e o exercício destas últimas como forma de aperfeiçoar o emprego da linguagem verbal forma; a matemática como um dos recursos constitutivos dos conceitos das ciências naturais e a explicação das leis naturais como exercício que desenvolve o pensamento matemático; a informática como recurso que pode contribuir para reorganizar e estabelecer novas relações entre conceitos científicos e estes como elementos explicativos dos princípios da informática; as artes como constitutivas do pensamento simbólico, metafórico e criativo, indispensáveis no exercício de análise, síntese e solução de problemas, o que se busca desenvolver em todas as disciplinas.

A contextualização é um outro conceito norteador que sustenta a doutrina curricular desta proposta. Contextualizar o conteúdo que se quer aprendido significa em primeiro lugar assumir que todo conhecimento envolve uma relação entre sujeito e objeto.

O tratamento contextualizado do conhecimento é o recurso que a escola tem para retirar o aluno da condição de espectador passivo. O conteúdo do ensino, bem trabalhado, ao longo da transposição didática, provoca aprendizagens significativas que mobilizam o aluno e estabeleçam entre ele e o objeto do conhecimento uma relação de reciprocidade.

O desenvolvimento pessoal do aluno e a construção de sua autonomia intelectual - objetivos centrais do novo Ensino Médio - exigem da escola uma nova concepção e um novo projeto pedagógico, capazes de propiciar subsídios aos alunos para que ele atribua um novo sentido a sua prática individual e social.

Ao colocar em discussão as finalidades do ensino médio em relação aos sujeitos e conhecimentos, destacamos Sujeitos que têm uma vida, uma história e uma cultura, que possuem necessidades diferenciadas e que conquistaram direitos universais e também destacamos conhecimentos que ao longo da história são

construídos socialmente, constituindo o patrimônio da humanidade e que todos têm direito ao acesso. Segundo Ramos, “É preciso, então, construir um projeto de ensino médio que supere a dualidade entre formação específica e formação geral e que desloque o foco de seus objetivos do mercado de trabalho para a pessoa humana”. (2004, p.39,40)

A LDB, no seu artigo 35, define com clareza as finalidades do Ensino Médio:

I- a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II- a preparação básica para o trabalho e cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamentos posteriores;

III- o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV- a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina.

Essas finalidades explicitam com clareza a intenção do legislador que é de superar a dualidade socialmente definida, entre educação geral e educação especificamente dirigida para a formação profissional.

Conforme afirma Kuenzer, essa concepção é correta por tomar o conceito de trabalho como práxis humana que o homem, enquanto indivíduo e humanidade, desenvolve para transformar a natureza, a sociedade, os outros homens e a si próprio com a finalidade de produzir as condições necessárias à sua existência. Desse ponto de vista, toda e qualquer educação sempre será para o trabalho.

> A ninguém ocorreria afirmar que o conhecimento da língua portuguesa, ou mesmo da estrangeira, não seja a educação para o trabalho. O mesmo pode ser dito em relação a química, à biologia ou à matemática, particularmente no mundo contemporâneo, onde qualquer forma de ação, seja ela produtiva ou não, exige o domínio de múltiplos conhecimentos, e articulados entre si. . Nesse sentido, pode-se afirmar categoricamente que a novidade em termos de finalidade, não só para o Ensino Médio, mas para

> todos os níveis de ensino, é o desenvolvimento da capacidade de usar conhecimentos científicos de todas as áreas para resolver as situações que a prática social e produtiva apresenta ao homem cotidianamente. (KUENZER, 39)

Levando-se em consideração o compromisso que a escola tem com o aluno e com a sociedade, cada escola deve elaborar o seu projeto político pedagógico, observando as especificidades da comunidade, as necessidades dos alunos e as possibilidades da própria escola, definindo os elementos que constitui a proposta atendendo os que frequentam a escola pública, que são aqueles que vivem do trabalho.

A escola se propõe a atingir os fins da educação, expressos na legislação em vigor. Tais objetivos tem como eixos principais a valorização do pluralismo e do confronto de ideias, a tolerância e a cooperação como meios de desenvolvimento de capacidades para a convivência integração e não discriminatória.

Percebendo a importância da vinculação do trabalho pedagógico com as experiências externas, a escola se organiza no sentido de promover o desenvolvimento de ações contextualizadas, adequando-as em termos de objetivos aos diferentes segmentos da comunidade e suas demandas.

Em relação aos alunos, pretende:

- Desenvolver a autonomia intelectual, assim como a capacidade de cooperação;
- Instigar a curiosidade, desenvolvendo a capacidade de fazer perguntas e de aprender;
- Promover a interação com instrumentos que possibilitem o acesso aos bens sócio - culturais, assim como o desenvolvimento das capacidades expressivas, éticas, estéticas e de interação social;
- Proporcionar a participação em situações nas quais a consciência social possa estar sendo progressivamente formada bem como construída a identidade individual;
- Garantir o envolvimento e a integração com o ambiente escolar, vivenciando uma socialização ativa, democrática e agradável, em diferentes práticas sociais, sem discriminação de espécie alguma;

Em relação ao corpo docente, objetiva:

- ♦ A construção de uma relação de parceria e cooperação, tendo em vista a elaboração e a conscientização dos objetivos e propostas de trabalho, de modo que cada um se sinta um membro importante e compromissado;
- ♦ Desenvolver e manter uma convivência agradável, pautada no respeito profissional e no compromisso com o grupo;
- ♦ Desenvolver, de forma sistemática e continuada, uma formação em serviço, promovendo, organizando e incentivando:

- a participação da equipe em cursos, seminários, simpósios, palestras e eventos culturais, que possam colaborar com o desenvolvimento de uma postura mais reflexiva e com seu aprofundamento e atualização;
- a possibilidade de aprendizagens nas situações do dia-a-dia e nas instâncias já previstas na rotina escolar: reuniões gerais e individuais, observações, grupos de estudo, relatos e registros de experiências para compartilhá-las e criar uma memória da equipe/do trabalho da escola, despertando o gosto pela possibilidade de estar num processo de educação permanente.

Em relação às famílias, a escola se coloca numa posição de parceria, visando:

- ♦ Intercambiar e discutir permanentemente informações, relações e encaminhamentos acerca do desenvolvimento dos alunos no ambiente escolar.
- ♦ Fomentar e implementar ações conjuntas;
- ♦ Desenvolver uma participação efetiva nas atividades, eventos culturais e situações significativas do trabalho escolar;
- ♦ Garantir uma convivência baseada na cordialidade, no respeito e na atenção.

6.2 EJA – (Educação de Jovens e Adultos) Fundamental Fase II e Médio

A Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná é uma modalidade de ensino da Educação Básica cuja concepção de currículo compreende a escola como espaço sócio - cultural que propicia a valorização dos diversos grupos que a compõem, ou seja, considera os educandos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.

Esse currículo entendido, ainda, como um processo de construção coletiva do conhecimento escolar articulado à cultura, em seu sentido antropológico, constitui-se no elemento principal de mediação entre educadores e educandos e deve ser organizado de tal forma que possibilite aos educandos transitarem pela estrutura curricular e, de forma dialógica entre educando e educador tornar os conhecimentos significativos às suas práticas diárias. Nesta ótica o conhecimento se constitui em núcleo estruturador do conteúdo do ensino.

Nesse enfoque, a organização do trabalho pedagógico na Educação de Jovens e Adultos, prevendo a inclusão de diferentes sujeitos, necessita ser pensada em razão dos critérios de uma seleção de conteúdos que lhes assegure o acesso aos conhecimentos historicamente construídos e o respeito às suas especificidades.

Após a definição das Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica, a Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná como modalidade da Educação Básica, passa a adotar os mesmos conteúdos curriculares previstos por essas diretrizes.

No entanto, cabe ressaltar que a organização metodológica das práticas pedagógicas, dessa modalidade deve considerar os três eixos articuladores propostos nas Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos: Trabalho, Cultura e Tempo, os quais devem se articular tendo em vista a apropriação do conhecimento que não deve se restringir à transmissão/assimilação de fatos, conceitos, ideias, princípios, informações etc., mas sim compreender a aquisição cognoscitiva e estar intrinsecamente ligados à abordagem dos conteúdos curriculares propostos para a Educação Básica.

É importante pensar o educando a partir de sua realidade. Compreender que o educando da EJA na sua maioria se relaciona com o mundo do trabalho e que por meio dele busca melhorar sua qualidade de vida, tornando relevante contemplar essa característica na organização do trabalho pedagógico. Para adaptar o tempo

escolar às necessidades dos educandos, o currículo deve ser organizado de forma que lhes possibilite transitar pela estrutura curricular, de acordo com o seu tempo próprio de construção da aprendizagem.

Nesse contexto, a articulação da modalidade EJA com à diversidade sócio - cultural de acordo com seu público deve demandar uma proposta pedagógica curricular que considere o tempo/espaço e a cultura desse grupo, considerando que os saberes e a cultura do educando devem ser respeitadas como ponto de partida real da proposta pedagógica.

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, enquanto modalidade educacional que atende a educandos - trabalhadores, tem como finalidade e objetivos o compromisso com a formação humana e com o acesso a cultura geral, de modo a que os educandos venham a participar política e produtivamente das relações sociais, com comportamento ético e compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral.

Em síntese, o atendimento a escolarização de jovens, adultos e idosos, não se refere exclusivamente a uma característica etária, mas a articulação desta modalidade com à diversidade sócio - cultural de seu público, composta, dentre outros, por populações do campo, em privação de liberdade, com necessidades educativas especiais, indígenas, que demandam uma proposta pedagógico-curricular que considere o tempo/espaço e a cultura desse grupos.

A EJA (Educação de Jovens e Adultos) é composta por educandos que na sua maioria se relaciona com o mundo do trabalho e que por meio dele busca melhorar sua qualidade de vida, tornando relevante contemplar essa característica na organização do trabalho pedagógico. Para adaptar o tempo escolar às necessidades dos educandos, o currículo deve ser organizado de forma que possibilite transitar pela estrutura curricular, de acordo com o seu tempo próprio de construção da aprendizagem.

Este estabelecimento de ensino tem como uma das finalidades, a oferta de escolarização de jovens, adultos e idosos que buscam dar continuidade a seus estudos no Ensino Fundamental ou Médio, assegurando-lhes oportunidades apropriadas, consideradas suas características, interesses, condições de vida e de trabalho, mediante ações didático-pedagógicas coletivas e/ou individuais.

Portanto, este Estabelecimento Escolar oferta Educação de Jovens e Adultos – Presencial, que contempla o total de carga horária estabelecida na

legislação vigente nos níveis do Ensino Fundamental e Médio, com avaliação no processo.

Os cursos são caracterizados por estudos presenciais desenvolvidos de modo a viabilizar processos pedagógicos, tais como:

1. pesquisa e problematização na produção do conhecimento;
2. desenvolvimento da capacidade de ouvir, refletir e argumentar;
3. registros, utilizando recursos variados (esquemas, anotações, fotografias, ilustrações, textos individuais e coletivos), permitindo a sistematização e socialização dos conhecimentos;
4. vivências culturais diversificadas que expressem a cultura dos educandos, bem como a reflexão sobre outras formas de expressão cultural.

Para que o processo seja executado a contento, serão estabelecidos plano de estudos e atividades. O Estabelecimento de Ensino deverá disponibilizar o Guia de Estudos aos educandos, a fim de que este tenha acesso a todas às informações sobre a organização da modalidade.

Organização Coletiva

Será programada pela escola e oferecida aos educandos por meio de um cronograma que estipula o período, dias e horário das aulas, com previsão de início e término de cada disciplina, oportunizando ao educando a integralização do currículo. A mediação pedagógica ocorrerá priorizando o encaminhamento dos conteúdos de forma coletiva, na relação professor - educandos e considerando os saberes adquiridos na história de vida de cada educando.

A organização coletiva destina-se, preferencialmente, àqueles que tem possibilidade de frequentar com regularidade as aulas, a partir de um cronograma pré-estabelecido.

Organização Individual

A organização individual destina-se àqueles educandos trabalhadores que não têm possibilidade de frequentar com regularidade as aulas, devido às condições de horários alternados de trabalho e para os que foram matriculados mediante

classificação, aproveitamento de estudos ou que foram reclassificados ou desistentes quando não há, no momento em que sua matrícula é reativada, turma organizada coletivamente para a sua inserção. Será programada pela escola e oferecida aos educandos por meio de um cronograma que estipula os dias e horários das aulas, contemplando o ritmo próprio do educando, nas suas condições de vinculação à escolarização e nos saberes já apropriados.

Os conteúdos escolares estão organizados por disciplinas no Ensino Fundamental – Fase II e Médio, conforme dispostas nas Matrizes Curriculares, em concordância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, contidas nos Pareceres nº.02 e 04/98-CEB/CNE para o Ensino Fundamental e Resolução nº. 03/98 e Parecer n.º 15/98 - CEB/CNE para o Ensino Médio e com as Deliberações nº. 01/06, nº. 04/06, nº. 07/06 e nº. 03/08, todas do Conselho Estadual de Educação.

(Obs: A Proposta Curricular completa da EJA encontra-se em anexo)

6.3 CURSO DE FORMAÇÃO DE DOCENTES (previsto para 2013)

Está previsto que o Colégio a partir de 2013 passará a ofertar o Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental na modalidade normal - integrado e subsequente.

O Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental na modalidade normal integrado tem duração de 04 (quatro) anos letivos com um mínimo de 4.000 (quatro mil) horas/aulas das disciplinas de formação específica e 800 (oitocentas) horas/aulas de estágio Supervisionado. Assim, além de assegurar titulação específica que habilita, o curso tem também validade do Ensino Médio brasileiro, para eventual prosseguimento dos estudos. O curso forma docentes para atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

O Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental na modalidade normal subsequente tem duração de 05 (cinco) semestres (dois anos e meio).

A proposta pedagógica do Curso Normal em Nível Médio deverá garantir o domínio dos conteúdos curriculares necessários à construção de competências

gerais e específicas, contextualizada, de caráter interdisciplinar, compondo-se das seguintes áreas ou núcleos curriculares:

I – Formação básica para o Ensino Médio, em conformidade com as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio e do Parecer que as acompanha;

II – Formação específica assegurando a capacitação profissional, para o cumprimento das Diretrizes Curriculares Nacionais relativas a Educação Infantil e ao Ensino Fundamental (1º ao 5º anos), composta por duas áreas curriculares.

A oferta do Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos iniciais do Ensino Fundamental na modalidade normal – integrada e subsequente nasce da necessidade de incrementar a área da educação infantil e anos iniciais do ensino fundamental. A formação de professores faz parte do cenário de transformação que é o de exigir sempre mais o desenvolvimento de competências cognitivas na atuação profissional.

O Curso justifica-se pela necessidade de atender ao mercado de trabalho que exige profissionais habilitados e competentes nesta área. Com isso o Colégio visa proporcionar acesso às oportunidades educacionais com formação adequada, tendo em vista atender a demanda que se apresenta na nossa cidade e vizinhança.

Os objetivos do curso são;

- Formar docentes para atuar na Educação Infantil e nas séries iniciais do Ensino Fundamental com Habilitação para ingressar no ensino superior.
- Formar sujeitos capazes de multiplicar o aprendizado como processo de transformação.
- Propiciar ao educando acesso aos conhecimentos historicamente construídos pela humanidade.

6.4 CELEM

O Curso Básico em Língua Espanhola – CELEM (Centro de Línguas Estrangeiras Modernas) ofertado no ano de 2011 para quatro turmas. Em 2012 ofertamos 03 turmas de 1º ano, 02 turmas de 2º e 01 de aprimoramento.

O ensino de LEM se justifica com prioridade, pelo objetivo de desenvolver a competência comunicativa (linguística, textual, discursiva e sociocultural), ou seja, este desenvolvimento deve ser entendido como a progressiva capacidade de realizar a adequação do ato verbal às situações de comunicação.

6.5 Cronograma de atividades de Complementação Curricular

As atividades pedagógicas de complementação curricular enriquece o processo de formação dos alunos e tem o propósito de dar atendimento aos mesmos no horário contrário ao turno em que frequentam o ensino regular, aumentando o tempo de permanência na escola e consequentemente leva a um comprometimento maior com os estudos.

As atividades do programa são realizadas nas escolas como complemento curricular e contemplam a Proposta Pedagógica Curricular descrita no Projeto Político Pedagógico de cada escola. Ao aluno é oportunizado adquirir formas diferentes de conhecimento das disciplinas do currículo.

As atividades são divididas em três núcleos de conhecimento: Expressivo - corporal, Científico - cultural e Integração Comunidade e Escola.

No ano letivo de 2011, o colégio contava com três turmas: Curso preparatório para o ENEM e na área de esportes com duas modalidades: Voleibol e Futsal. Em 2012 damos continuidade ao que era ofertado no ano anterior.

6.6 Centro de Atendimento Especializado – Área da surdez (CAES)

O CAES (Centro de Atendimento Especializado – área da surdez) foi autorizado a funcionar nesse estabelecimento de ensino a partir de junho de 2011, no período vespertino atendendo alunos do Ensino Médio e EJA. Em 2012 está atendendo alunos da EJA Fundamental e 01 aluno da 1ª série do fundamental, conforme cronograma abaixo.

O Letramento na educação de surdos surgiu para tornar eficaz o aprendizado dos surdos, pois prioriza a LIBRAS em todas as situações, sendo o português escrito, ensinado como segunda língua. No letramento, o uso de

ilustrações nos textos faz com que a leitura torne-se agradável, pois dessa forma, o aluno surdo pode visualizar não só o texto, mas as figuras que representarão o que todas aquelas palavras querem dizer, daí surgirão às interpretações.

Aprender o português decorrerá do significado que essa língua assume nas práticas sociais (com destaque às escolares) para as crianças e jovens surdos. E esse valor só poderá ser conhecido por meio da língua de sinais. O letramento na língua portuguesa, portanto, é dependente da constituição de seu sentido na língua de sinais. Aprender o português, nesse sentido, demanda um processo de natureza cognitiva (para o surdo) e metodológica (para o professor) que difere totalmente dos princípios que a literatura na área do ensino de português como língua materna tem sistematizado, nos últimos anos.

Em seu processo de letramento ele passará de uma língua não- alfabética (a língua de sinais) para uma língua alfabética (o português). A condição diferenciada dos surdos que aprendem a ler e escrever o português sem passar pelo conhecimento fonológico da língua é denominada como a de 'leitores não alfabetizados'. Isso significa que são leitores competentes em uma primeira língua não - alfabética e dominam a forma escrita de outra língua alfabética, sem conhecer os sons de suas grafias (SÁNCHEZ, 2002).

O papel do professor é fundamental na mediação da leitura do texto pelos alunos. É ele que irá construir pontes de significado entre o conhecimento prévio que o aluno traz e o conhecimento veiculado pelo texto. Serão as práticas de letramento que desenvolvidas nas salas de aula que oportunizarão que o mundo desconhecido para os surdos seja decifrado. Independente de conhecerem os sons das letras, poderão penetrar no sentido das palavras e incorporá-las as suas experiências cotidianas.

Uma realidade da qual deveremos estar cientes: a ÚNICA via de acesso à língua portuguesa para os surdos é a escrita. Para os surdos, aprender a escrita significa aprender língua portuguesa: escrita e língua fundem-se em um único conhecimento vivenciado por meio da LEITURA.

Sabe-se que é prioritariamente pela experiência visual que os surdos constroem conhecimento. Esse canal sensorial é a porta de entrada para o processamento cognitivo e deve ser explorado em todas as suas possibilidades, a fim de que elementos da realidade possam ser representados por símbolos visuais.

Relação dos alunos do CAES	Data de Nascimento	
- Andreia Rodrigues de Oliveira	25/05/1991	EJA Fundamental
- José Antonio Ilydio da Silva	06/08/1987	EJA Fundamental
- Luiz Henrique Gonçalves de Pádua	10/03/2005	1ª série Fundamental

CRONOGRAMA DO CAES - 2012

HORÁRIO	**2ª**	**3ª**	**4ª**	**5ª**
13:30 ÀS 14:20 14:20 ÀS 15:10	**José A. I. da Silva** **Andréia R. de Oliveira**	**José A. I. da Silva**	**José A. I. da Silva**	**Andréia R. de Oliveira**
INTERVALO 15:10 ÀS 15:25				
15:25 ÀS 16:15 16:15 ÀS 17:05	**José A. I. da Silva** **Andréia R. de Oliveira**	**Luiz H. G. de Pádua**	**José A. I. da Silva**	**Andréia R. de Oliveira** **Luiz H. G. de Pádua**
HORA ATIVIDADE 17:05 às 17:55	X	X	X	X

6.7 Sala de Recursos Multifuncional – Tipo I

Conforme especifica a Instrução no 016/2011 da SUED/SEED, que estabelece critérios para o funcionamento da Sala de Recursos que é um serviço de Apoio Especializado que apoia e complementa o atendimento educacional, realizado em Classes Comuns do Ensino Fundamental de 6o ano a 9o ano e Ensino Médio a partir de 2012.

A Sala de Recursos Multifuncional tem o objetivo de atender as áreas de deficiência intelectual, deficiência física neuromotora, transtornos globais do desenvolvimento e transtornos funcionais específicos.

Frequentam alunos regularmente matriculados no Ensino Fundamental de 6o ano a 9º ano e Ensino Médio, que possuam a avaliação no contexto escolar, egressos da Educação Especial ou aqueles que apresentam transtornos funcionais específicos e/ou deficiência intelectual e que necessitam de apoio especializado complementar para obter sucesso no processo de aprendizagem na Classe Comum.

A implantação das Salas de Recursos Multifuncionais atende a necessidade da escola promover as condições de acesso, participação e aprendizagem dos alunos da educação especial no ensino regular, possibilitando a oferta do atendimento educacional especializado, de forma não substitutiva à escolarização.

O trabalho desenvolvido na Sala de Recursos constitui um conjunto de procedimentos específicos, de forma a desenvolver os processos cognitivos, motor, sócio afetivo emocional, necessários para apropriação e produção dos conhecimentos. O atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, esse atendimento complementa e ou suplementa a formação dos alunos com vistas a autonomia e independência na escola e fora dela.

O professor da Sala de Recursos orienta os professores da Classe Comum,juntamente com a Equipe Pedagógica, nas adaptações curriculares, avaliação e metodologias que podem ser utilizadas na sala de aula. Desenvolve uma metodologia diferente da realizada em sala de aula regular, sempre através de atividades lúdicas, atendimentos individualizados, com recursos concretos e midiáticos.

O aluno frequenta a Sala de Recursos o tempo necessário para superar as dificuldades e obter êxito no processo de aprendizagem na Classe Comum.

O horário de atendimento da Sala de Recursos do nosso Colégio é no período da tarde. O trabalho ocorre de forma individualizada e em grupos, organizados conforme às necessidades pedagógicas.

A proposta do colégio é garantir na diversidade existente, a tomada de decisões precisas para superar as dificuldades e os obstáculos aparentes. Sob a perspectiva do compromisso da escola com todos e para todos, trabalha-se na construção de espaços sociais inclusivos, organizados para atender ao conjunto de características e necessidades de todos os cidadãos, inclusive daqueles que apresentam necessidades educacionais especiais.

A inclusão educacional é processo de diálogo e aprendizagem para todos. E sendo assim temos que estar abertos a construção de novas formas de trabalhar cooperativamente a partir das singularidades dos sujeitos. O atendimento a diversidade e o direito a igualdade de oportunidades é uma atitude de aceitação das diferenças.

O atendimento será realizado a partir de cronograma elaborado pelo professor da Sala de Recursos juntamente com o pedagogo da escola. O cronograma é flexível, sendo reorganizado sempre que necessário.

Os alunos da Sala de Recursos Multifuncional são:

Francieli das Graças Silva Moura -1ª série – Ensino Médio

Cristiano Hideki Muniz Miyadi - 1ª série - Ensino Médio

Bruno Henrique da Rosa Morais – 1ª série – Ensino Médio

Carlos Henrique Soares - 9ª série – Ens. Fund.

Mateus de Oliveira Ribas - 8ª série _ Ens. Fund.

Gabriela Cassimiro Batistella - 8ª série _ Ens. Fund.

CRONOGRAMA DA SALA MULTIFUNCIONAL – 2012

HORÁRIO	**2ª Feira**	**3ª Feira**	**4ª Feira**	**5ª Feira**
13:30 às 15:10	**Francieli** **Carlos**	**Mateus** **Mateus**	**Francieli** **Carlos**	**Mateus** **Mateus**
15:10 às 16:50	**Cristiano** **Bruno**	**Gabriela** **Gabriela**	**Gabriela** **Gabriela**	**Cristiano** **Bruno**

7 RECURSOS HUMANOS

7.1 Setor Administrativo

DIREÇÃO: Andréia Aparecida Mantovani Coccia
Res.nº.6012/2011 DOE:06/01/2012

SECRETÁRIA: Enilda Gonçalves Cruz
Portaria n.º 202/06

APOIO TÉCNICO ADMINISTRATIVO: Joelma Oliviak Moreira
Lúcia Aparecida Pereira
Vanderléia Aparecida Razaboni
Josiane Gralak Pereira Pinheiro

7.2 Corpo Docente

O Corpo Docente do Colégio geralmente é formado na sua maioria por professores residentes neste Município, mas a partir de 2007, com afastamento de muitos professores para fazer PDE, há grande rotatividade dos mesmos durante o período letivo, o que vem gerando muitas contratações. Assim, muitos professores das cidades vizinhas também ocupam essas vagas.

Todos os professores possuem formação específica na área em que atuam e a maioria tem Pós-Graduação.

Professores	Disciplinas / Atuação	Ens. Médio	EJA
Ademir Lucchetti	Educ. Física – Ativ. Compl.	x	
Angela Dias Soares	Arte	x	
Aparecida Vieira Remes- PDE	Língua Port. e Inglês	x	
Camila Maria Meloqueiro	Geografia	x	x

Denise Rufato	Química	**x**	
Eleni Rosa T. Lemes	Matemática - Física	**x**	
Elenir Aparecida Ribeiro	Física – Ativ. Complementar	**x**	
Eliana Apª. da Silva	Filosofia	**x**	
Elizabete A. B. da Silva	Filosofia	**x**	
Ivanilda de A. Meira Novais	Intérprete		**x**
Josiani Apª. de S. Reis- PDE	Física e Matemática	**x**	
Ligimar Noemi Vieira	Sociologia e Filosofia	**x**	
Lisiane Cristina Ferreira	Língua Espanhola -CELEM	CELEM	
Lúcia Motta Wiedemann	Ed. Física - Arte	**x**	
Luciana Dias Santos	Arte	**x**	
Luzia Irene Placa Faria	Língua Port. e Inglês	**x**	
Márcia de Fátima Leiroz	Matemática e Física	**x**	**x**
Márcia de Fátima V.da Silva	História - Sociologia	**x**	**x**
Márcia Telles Ribeiro - PDE	Biologia, Ciências e Química	**x**	**x**
Maria Lúcia Sanches	Arte, Língua Port. e Inglês	**x**	**x**
Marina Palma P. da Silva	História - Sociologia	**x**	
Marli Hack da Fonseca	Biologia	**x**	
Moisés Castro de Souza	Sociologia	**x**	
Nair Krause Taucheri	Língua Portuguesa	**x**	**x**
Rosimaire Amantino Maciel	Educação Especial - Intérprete	CAES	**x**
Rosimérie Vargas Prudêncio	História	**x**	
Silvana Lúcia Razaboni	Sociologia e Filosofia	**x**	
Silvana Terezinha Prestes	Matemática	**x**	**x**
Simone da Silva	História – Sala de Recursos Mult.	**x**	
Sônia R. da S. B. Lucchetti	Educação Física	**x**	
Tatiane Cécere Jacinto	Biologia	**x**	**x**
Weverson S. da F. Júnior	Física - Química	**x**	

CRONOGRAMA HORA ATIVIDADE CONCENTRADA

Segunda-Feira	Terça-Feira	Quarta-Feira	Quinta-Feira	Sexta-Feira
História	Língua Portuguesa	Física	Biologia	Ens. Religioso

Geografia	LEM- Espanhol, Inglês, Francês	Matemática	Ciências	Arte
Filosofia			Química	Ed. Física
Sociologia				

7.3 Equipe Pedagógica

A Equipe Pedagógica é ocupada pelas professoras:

Rosângela Spricigo Esteves Daniel
Doracilda Aparecida Hack Porto

7.4 Setor Funcional

As funções de Serviços Gerais são realizadas por pessoas residentes em nosso município.

Auxiliares de Serviços Gerais:

Aparecida de Fátima Marcelino Carvalho	QFEB
Carmen Inez Vargas Vivoda	QFEB
Elvira Belo	QFEB
Ivanilda Denez Costa	QFEB
Maria José Morais dos Santos	QFEB
Marília de Fátima Ermiliato de Oliveira	QFEB
Shirley Aparecida das Graças	QFEB
Dailer dos Santos de Ponte (Inspetor de alunos)	READ

8 MARCO SITUACIONAL

Nossa escola segue a concepção teórica-crítica, tendência progressista, adotada pela SEED – Secretaria do Estado da Educação. Na concepção teórico - crítica de mundo, a educação escolar objetiva a transformação da sociedade posta.

Dermeval Saviani. cunhou a denominação de “histórico - crítica” (SAVIANI, 2007) para expressar sua concepção global de educação, com base no materialismo histórico e dialético. E, ao discutir a Pedagogia histórico - crítica (SAVIANI, 1997), afirmando que o saber que interessa à educação é aquele que emerge como resultado do processo de aprendizagem, desenvolvido pelo aluno, e que a educação tem que tomar por referência, como matéria prima de sua atividade, o saber objetivo produzido historicamente é apontado como necessário e adequado para a relação do ensino com a aprendizagem e faz relevância da questão metodológica.

E, considerando então a necessidade da nossa escola buscar sincronia com a contemporaneidade, buscando sempre abordar assuntos de interesse do nosso educando, dentro da sua realidade, propiciando o desenvolvimento intelectual do homem, na busca de sua autonomia e realização pessoal, capacitando-o para a vida em sociedade, a atividade produtiva e experiências subjetivas.

A Entrada do século XXI, trouxe ao Brasil velhas situações vistas com novos olhos, especialmente ao se discutir e criticar a política neoliberal aplicada nas últimas décadas do século XX. A tentativa de impor essa teoria capitalista esbarrou em um problema que até então parecia ser fácil de superar: manipular os países subdesenvolvidos, distantes do mercado internacional, detentores de cobiçadas riquezas naturais, mas com grande maioria numérica.

É importante registrar algumas mudanças sócio - econômicas de grande importância, como:

- Crescimento astronômico da população agropecuária, industrial e tecnológica;
- Imagem de país emergente industrializado;
- Capacidade de competição internacional;
- Embates e acordos no OMC;

- Mundialização ou globalização da economia, etc.

Essas mudanças não refletiram somente no aspecto sócio- econômico, mas também, no aspecto educacional.

Vivemos numa sociedade capitalista, em tempos de mudanças, especialmente na questão política. O país enfrenta um grande problema com a corrupção interna que abala toda nação. Com a má distribuição de rendas do país, o conhecimento científico também é produzido de forma desigual, pois as escolas ainda servem aos interesses políticos, econômicos e sociais do processo histórico.

Os efeitos das novas tecnologias da informação e da comunicação favoreceram a aparição de novos cenários participativos para a sociedade civil e de espaços de difusão entre diferentes realidades culturais que geraram novas percepções da diversidade cultural, na forma de abordagem, no procedimento e na solução dos problemas do cotidiano da sociedade.

O Estado do Paraná destacou-se nesse processo, inclusive, mostrando com pioneirismo, no sentido de buscar novos caminhos na área sócio - econômica, buscando equipar as escolas com computadores, profissionais habilitados, internet, etc., refletindo de forma positiva na Educação e no perfil cultural do Estado, pois o conhecimento das potencialidades oferecidas pela multimídia conduz à estruturação de ambientes ricos de aprendizagem, por meio de programas interativos, flexíveis, dinâmicos, atraentes e desafiadores.

Ocorre que, a tecnologia fornecida pelo Estado do Paraná para a maioria das Escolas Pública, não é suficiente, pois o número de computadores disponíveis não atende toda a demanda da escola, suprindo mais as necessidades administrativas.

Porém face à crise financeira é preciso decidir com realismo e buscar a otimização dos recursos disponíveis na Escola e na comunidade, o que não significa desobrigar o Estado de suas responsabilidades, mas ter a clareza de que, para os que vivem do trabalho, a Escola Pública de qualidade é a única alternativa.

Os processos de globalização do mundo econômico e da mundialização da cultura desencadeados pela sociedade tecnológica em que vivemos, recolocam as questões da sociabilidade humana em espaços cada vez mais amplos, trazendo as questões de identidade pessoal e social cada vez mais complexas. Quando a ciência e a tecnologia caminham a passos gigantescos, não é mais possível conduzir o processo ensino–aprendizagem de forma estanque, compartimentalizada,

especializada, como se cada qual — professor e aluno — olhasse apenas ao redor de seu umbigo e alheio ao que se passa no mundo, no universo. A visão do mundo precisa ser global.

E, visando à integração de homens e mulheres no tríplice universo das relações políticas, do trabalho e da simbolização subjetiva, realizados através de trabalhos que levam às questões como: meio ambiente, sua preservação e conservação, partindo do próprio ambiente escolar; a ética como ponto de referência para os professores e alunos para questões como justiça, relacionamento entre os agentes, posições valorativas, condutas humanas, respeito, diálogo e solidariedade; a pluralidade cultural através de estudo das diversas etnias, grupos e culturas que constituem esta comunidade; o nível de saúde das pessoas levando-se em conta a qualidade do ar que se respira, o consumismo desenfreado e a miséria, degradação social e a desnutrição; a orientação sexual abordada como um processo de intervenção pedagógica que tem como objetivo transmitir informações e problematizar questões relacionadas à sexualidade, incluindo posturas, crenças, tabus e valores a ela associados.

As mudanças acima citadas afetam, de forma direta nosso município, pois as mudanças no ciclo econômico e tecnológico, aliada às gestões políticas conturbadas, a necessidade de mercado de trabalho para nossos jovens, leva-os a migrar para outros centros em busca, principalmente, de trabalho, garantia de sua sobrevivência, consequentemente afetando nossa Escola.

Considerando que temos que estar sempre oferecendo oportunidades de formação para nossos alunos e também para toda a comunidade, faz se necessário a implantação de cursos técnicos capazes de atender a demanda local e regional formando profissionais com qualificação para atuar nas diversas áreas. Sendo assim, optamos por solicitar neste ano de 2011, através do e-Tec Brasil o Curso em Segurança do Trabalho, sendo de grande importância esta oferta para a democratização do acesso ao Ensino Técnico público, através da modalidade de Educação a Distância. No ano de 2012 foi autorizado o Curso de Administração através do e-Tec Brasil, que formou turma rapidamente e temos uma longa lista de pessoas da comunidade a espera de outros cursos.

O Curso de Formação de Docentes – Normal, em Nível Médio integrado e subsequente solicitado em 2011 e previsto para ser ofertado em 2013 vem de encontro à necessidade de atender ao mercado de trabalho que exige profissionais

habilitados e competentes nesta área. As transformações sociais e econômicas impulsionaram um aumento significativo de Creches, Berçários, Pré-Escolas e com isso há falta de profissionais, sendo necessário proporcionar acesso às oportunidades educacionais com formação adequada, tendo em vista atender a demanda que se apresenta na nossa cidade e vizinhança.

Com a migração dos jovens em busca de trabalho, há uma diminuição do número de alunos o que acaba gerando uma falta de perspectiva no aprofundamento dos estudos, cuja finalidade é o ingresso rápido no mercado de trabalho aliado a um consumismo desenfreado que vem marcando os últimos anos.

Outro dado importante, que tem interferido diretamente na Escola é o ambiente familiar. Para a doutora em educação, Heloísa Luck, a sociedade está passando por uma “crise de identidade”, pois além das transformações sentidas, os pais estão abdicando do dever de orientar os filhos e os resultados imediatos disso são perdas de valores, como: respeito, o esforço, a solidariedade e até mesmo o talento. A consequência é sentida na escola, onde os alunos estão indisciplinados, mais agitados, mais violentos devido à falta de estrutura familiar; reflexo deste mundo de informações, que nem sempre são positivas, a que eles têm acesso através da mídia, ocasionando um alto índice de evasão escolar.

O fato de o colégio acolher essa diversidade populacional torna as salas de aula heterogêneas. Por um lado isso enriquece o grupo pela gama de experiências, por outro, dificulta o trabalho pedagógico, pela diversidade de alunos com bagagens e conhecimentos já assimilados no meio familiar e social. Nossos alunos assim como todos os jovens brasileiros, passam por conflitos próprios da sua idade (drogas, falta de orientação sexual, problemas familiares, etc.). Esses problemas, algumas vezes tornam-se evidenciados pela falta de oportunidade de lazer, cursos, aperfeiçoamentos, e estrutura familiar.

O município não possui muitas opções de empregos, sendo o principal tipo de renda da maioria das famílias locais é a agricultura, pecuária. Alguns jovens alunos da nossa escola estão empregados nas casas de comércio, nas poucas fábricas existentes na cidade e na prefeitura municipal.

Há necessidade de uma reforma do espaço físico como salas extras, sala exclusiva para os professores, auditório, sala adequada para a biblioteca,banheiro dos professores masculino e feminino, sala de informática para os computadores proinfo, etc.

Outro fator a ser considerado é que o Colégio José de Anchieta passa por grandes dificuldades pelo fato de não contarmos com a casa do caseiro, sendo que a sua disponibilização pelo Estado viria dificultar a entrada de pessoas estranhas no colégio e com isso melhorar as condições de funcionamento do mesmo, evitando assim muitos problemas que ocorre no dia a dia.

A Escola é um espaço propício a um mundo de possibilidades que se alargam, potencializando conhecimento e sistematizando descobertas em formulações teóricas novas. Dessa forma, temos como desafio uma Educação de qualidade, que busque contribuir na transformação da realidade do país, promovendo o bem comum, o desenvolvimento sustentável, a solidariedade, a justiça, a inclusão social, o respeito à vida, a Paz e o Bem.

8.1 Corpo Discente

O Colégio é frequentado por alunos com idade superior a 14 anos, nos períodos Matutino e Noturno. A grande maioria de nossos alunos trabalham para ajudar o orçamento doméstico: ajudam os pais na labuta do dia-a-dia na lavoura, trabalham como boias - frias, no corte de cana e alguns no comércio local, normalmente alguns alunos do noturno chegam à escola após o horário de entrada, cansados e em alguns casos desmotivados. A cidade é pequena, e a oferta de emprego para os adolescentes e jovens são poucas, quando aparecem são agarradas instantaneamente e, por ser uma cidade agrícola, o comércio funciona até mais tarde, ocasionando a chegada após a entrada das aulas também para os alunos residentes na cidade. A escola possui alguns alunos bastante carentes, enfrentando assim, sérios problemas relacionados com a condição sócio econômica das famílias, que tem dificuldade de oferecer oportunidade de frequência normal de seus filhos na escola.

Os alunos da EJA são jovens, adultos e idosos que pretendem continuar seus estudos por meio da EJA, onde tem asseguradas oportunidades apropriadas conforme suas características, interesses, condições de vida e trabalho.

Os alunos que buscam a continuidade de estudos pela modalidade Educação de Jovens e Adultos são oriundos das classes populares, com trajetórias escolares descontínuas, com experiência prévia no ensino regular, com histórico de reprovações e períodos de abandono, que acabam por resultar na defasagem etária em relação ao nível de ensino. São muitos fatores adicionais presentes nas histórias de vida desses alunos que é atípica e por se tratar de alunos na faixa etária normalmente adulta, possuem vivências e desejos diversos.

Quando voltam à escola muitos educandos internalizam uma situação de inferioridade, com a auto - estima afetada, justificada por possíveis fracassos anteriores, mas são alunos com sonhos, que tem projeto de vida, mas normalmente sua visão de educação é individualista e utilitária. No seu contexto sócio cultural, a educação de jovens e adultos representa uma alternativa importante para a retomada à escolaridade.

8.2 Apoio Comunitário

A Escola é uma organização e como tal, precisa ser administrada. A ação administrativa tem importante papel na prática democrática, onde as decisões são precedidas de discussão.

As práticas pedagógicas realizadas na escola, geram momentos privilegiados de relacionamento com familiares e a comunidade em geral, propiciando troca de informações.

A escola juntamente com a APMF e Conselho Escolar, incentivam e apóiam os projetos elaborados pelos professores, ajudando na sua realização, fazendo com que o ensino-aprendizagem se torne mais real ao aluno, envolvendo a comunidade (Prefeitura Municipal, Associação Comercial, Entidades Filantrópicas, Igrejas, etc.) nos eventos extra - classe.

Em anexo a este Projeto Pedagógico, encontram-se os Projetos desenvolvidos pela Escola.

8.3 TEMAS TRABALHADOS NAS SEMANAS PEDAGÓGICAS 2009/2010

Todo início de ano e após as férias de julho participamos da formação continuada realizada na escola onde são trabalhados temas do nosso dia a dia da escola.

Em fevereiro de 2010, na semana pedagógica, foi proposto à escola escolher alguns temas para trabalhar. De uma lista apresentada escolhemos: Dados educacionais e Avaliação.

Com a escolha do Tema “Dados Educacionais” foi possível analisar o processo ensino - aprendizagem com o objetivo de melhorá-lo e obter melhores resultados. Foram analisados os dados estatísticos de 2000 a 2009 contidos no PPP, também analisamos os gráficos utilizados no ano anterior, bem como os resultados obtidos no ENEM por nossos alunos e as aprovações dos nossos alunos nos vestibulares dos últimos anos.

Ao analisarmos os gráficos nos centramos mais nos últimos anos (2007-2008-2009) para fazer um comparativo com dados atualizados, com o objetivo de sempre estar melhorando nosso atendimento a todos os alunos. Comparando os resultados de rendimento escolar dos últimos anos é possível perceber que o número de matrículas cresceu a partir de 2006, permanecendo em 2009 com o mesmo número de 2008. Em relação à taxa de aprovação, reprovação e evasão observamos que o índice de aprovação cresceu nos últimos anos e que tanto as reprovações como as evasões são mais acentuadas nos primeiros anos, onde é necessário melhor acompanhamento pedagógico.

Foi proposto pelo coletivo da escola utilizar os resultados positivos alcançados pela escola/alunos para mostrar a importância do estudo para a vida do aluno em relação à realização profissional e pessoal. Ao estimular a auto-estima dos alunos para a superação dos obstáculos do cotidiano melhora a perspectiva de futuro dos mesmos. Observou-se também que é preciso reforçar o trabalho de conscientização com a família a respeito da importância da sua participação na escola.

A escolha do Tema “Avaliação” foi justificada como tarefa didática necessária e permanente do trabalho docente, que deve acompanhar o passo a passo do processo ensino-aprendizagem. Através da avaliação podem-se constatar

progressos, dificuldades e reorientar o trabalho docente. A avaliação só faz sentido se estiver a serviço da aprendizagem.

Foram utilizados para fundamentar a discussão o PPP, PPC, Regimento, vários textos selecionados pela equipe pedagógica sobre a avaliação da aprendizagem. A análise no PPP e Regimento sobre a avaliação e as alterações propostas foram no sentido de reforçar a conscientização da importância da avaliação na vida escolar do aluno, bem como da necessidade de incentivar o aluno a ter responsabilidade e seriedade no estudo e que consequentemente terá mais chances na conquista de uma vaga na Universidade pública.

Algumas ações ficaram previstas para serem realizadas e estão descritas no Marco Operacional visando alterar para melhorar a realidade constatada no marco situacional.

Na semana pedagógica de fevereiro de 2011 foi proposto a reflexão sobre a organização do trabalho pedagógico da escola, e, considerando que o valor da escola é determinado pela qualidade do trabalho pedagógico desenvolvido, bem como pela sua organização e a intencionalidade a que se propõe, foi de grande importância essa discussão. Foi realizada a análise dos dados do ano anterior e com isso foi possível direcionar melhor as ações de 2011.

No primeiro dia da Semana Pedagógica de julho de 2011, o levantamento proposto dos anos de 2009 e 2010 do Colégio sobre aprovação; reprovação; aprovação por conselho; evasão; IDEB foi apresentado aos participantes do evento. Os dados levantados para análise oportunizou fazer um diagnóstico comparativo dos dois anos, considerando os resultados alcançados em todas as disciplinas.

A partir dos gráficos analisados sobre os resultados dos anos anteriores, observamos que as disciplinas da área de exatas (matemática e física) e também a disciplina de história são as que necessitam prioritariamente de intervenção em todas as séries, com atenção especial na primeira série. Observou-se que houve um número muito alto de aprovação por Conselho de Classe nessas disciplinas.

É necessário intervir durante o decorrer do ano, buscando uma recuperação paralela e que esta oportunize ao aluno durante o processo ensino aprendizagem a recuperação de conteúdos e consequentemente de notas. Foi proposto pelo grupo que na área de exatas, devido às suas características, que exigem do aluno uma capacidade maior de abstração e raciocínio lógico matemático, em geral, apresentam dificuldades para compreensão. Sendo assim, o

caminho é buscar a diversificação de metodologias e de instrumentos de avaliação, que oportunize aos alunos várias formas de aprendizagem, tendo em vista que nem todos aprendem da mesma forma.

Em relação às ações que devem ser desenvolvidas pelo coletivo escolar para que haja o sucesso da aprendizagem dos alunos, foram citadas:

- Ética profissional em todos os setores;
- Tornar o ensino mais objetivo e menos burocrático;
- Trabalhar mais os valores humanos;
- Participação da família (pais) na escola;
- Maior comprometimento dos alunos com o estudo;
- Incentivo ao estudo fora do horário de aula (aluno autodidata);
- Diversificação de metodologias e instrumentos de avaliação em todas as disciplinas;
- Aulas mais dinâmicas que despertem maior interesse e motivação do aluno;
- As avaliações serem mais diversificadas, com pelo menos uma questão do ENEM em cada avaliação bimestral das disciplinas;
- Conselho de classe priorizando melhor discussão do processo ensino aprendizagem, das dificuldades encontradas e dos encaminhamentos necessários para buscar soluções do diagnóstico levantado.

Os dados levantados foram utilizados durante toda a semana pedagógica para subsidiar as discussões realizadas. Foram discutidos os resultados com o objetivo de traçar metas para o segundo semestre.

Em relação à análise realizada sobre avanços conquistados, dificuldades e possibilidades evidenciadas na organização do trabalho pedagógico da escola, percebemos que no geral as escolas já conquistaram muitos avanços, como por exemplo, o espaço que a semana pedagógica oportuniza de estar sempre revendo as ações que são realizadas , as dificuldades encontradas e planejar as possíveis intervenções para melhorar os resultados em relação ao processo ensino aprendizagem.

Quanto ao Plano de Trabalho Docente, observamos que no 1º semestre há mais dificuldade em aplicá-lo na prática por conhecer parcialmente ou desconhecer a realidade da turma. Já no 2º semestre o professor poderá transformá-lo e redimensionar mediante novos dados fornecidos pela aprendizagem dos alunos. Sendo assim, o Plano de Trabalho Docente semestral atende melhor a realidade de cada turma por termos um diagnóstico mais claro. As expectativas de aprendizagem em relação aos conteúdos propostos é bem mais clara quando conhecemos a realidade.

Ficou acordado que o Plano de Trabalho Docente deve atender a realidade de cada turma e que no noturno deve ser oportunizando os mesmos conteúdos do diurno, mas com abordagens dos conteúdos com alternativas metodológicas diferenciadas, tendo em vista que nem todos os alunos aprendem da mesma forma. Também que a avaliação deve ser coerente com a forma que os conteúdos foram trabalhados na sala e com as expectativas esperadas/planejadas. E que deve se utilizar sempre o diagnóstico/resultados como referencial para dar os encaminhamentos necessários na prática docente.

8.4 PARTICIPAÇÃO DOS PAIS

Quanto à participação dos pais, observa-se que entre as famílias que compõe a nossa realidade, há uma grande parte que não participam ativamente e nem priorizam a educação de seus filhos. Os pais precisam melhorar sua participação na escola, assumindo uma conduta ética na luta pela qualidade do ensino, contribuindo e acompanhando diretamente na formação de valores e na vida escolar de seus filhos.

Normalmente grande parte dos pais comparecem à escola apenas quando são convocados para tratar de assuntos relacionados à indisciplina. Também observamos que alguns não se preocupam em acompanhar a realização das atividades que devem ser feitas em casa, como os trabalhos escolares por exemplo, o que dificulta uma aprendizagem mais significativa e com compromisso pelos alunos.

A dificuldade em conseguir uma participação mais efetiva dos pais, justificadas pela falta de tempo e excesso de trabalho dos mesmos, atrapalha a adoção de estratégias mais eficazes por parte destes em acompanhar a

aprendizagem dos filhos, prejudicando assim o controle de sua vida escolar. Além da questão da necessidade desse acompanhamento, os pais ainda devem ter o compromisso em estabelecer disciplina e comprometimento dos filhos em relação ao estudo.

A participação (…) proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos e pais (LIBÂNEO,2001, p.79)

Esse espaço coletivo, democrático, fortalece ainda mais o papel social da escola, o compromisso com uma educação de qualidade, a responsabilidade de construir novos caminhos para a educação dentro da sociedade em que está inserida.

Observamos, ainda, que os pais que têm o hábito de acompanhar durante todo o ano a vida escolar de seus filhos, almejando um ensino de qualidade, conseguem resultado positivo. Normalmente estes pais comparecem em todas as reuniões realizadas no colégio.

Entre as novas posturas adotadas pela escola, a fim de participar aos pais sobre o rendimento escolar, acontecimentos ou dificuldades que seus filhos venham tendo durante o ano letivo, professores, equipe pedagógica, funcionários num esforço conjunto, telefonam sempre que possível para prestar informações sobre estes fatos, recebendo uma resposta positiva em relação ao posicionamento dos pais em relação à escola. Tornou-se nossa meta, reforçar os mecanismos de comunicação da escola com a família, visando melhorar o acompanhamento do processo ensino aprendizagem, dividindo a responsabilidade com a família.

Os pais são convidados constantemente para participar das atividades programadas pela escola, como: mostra cultural, palestras, reuniões e atendimento individualizado com os pais para acompanhamento do rendimento escolar dos filhos, Os pais também participam através das instâncias colegiadas como a APMF e Conselho Escolar.

Destaca-se a importância da participação da comunidade na escola, pois dificilmente será conseguida alguma mudança sem a participação/acompanhamento dos pais na vida escolar dos filhos. Fazer dos alunos sujeitos da aprendizagem, bem como, trazer a comunidade para a escola é respeitar os seus direitos de cidadão.

Procura-se manter um diálogo entre a escola e a comunidade, promovendo reuniões com pais e palestras informativas. Há uma parte que não participa das reuniões ou eventos no Colégio necessitando melhorar sua participação, assumindo a responsabilidade e parceria pela qualidade do ensino, contribuindo e acompanhando a vida escolar de seus filhos.

Na semana pedagógica de fevereiro de 2012 foi reservado um tempo para discutir a necessidade de buscar a participação mais efetiva dos pais. Foram estudados os textos: Programa Pais Presentes na Escola, Grandes Parcerias: Escola e Família e a Família Contemporânea, ainda preparamos alguns materiais para a reunião com os pais programada para a primeira semana do início das aulas, como Plano de Ação da escola com as metas para 2012. Foram quatro dias de semana pedagógica com os temas: Educação Integral, Inclusão, Diversidade, Educação Profissional, EJA, Avaliação. Como a Avaliação permeou todas as discussões da Semana Pedagógica, foram escolhidos dois temas: Inclusão e Diversidade para trabalhar com mais profundidade.

O levantamento dos dados educacionais de 2011 foram utilizados para análise e serviram para direcionar as ações para o ano de 2012. Foram também disponibilizados alguns documentos para análise e discussões: Regimento Escolar, Plano de Ação da escola, Cadernos de Expectativas de Aprendizagem, PPP, PPC, Diretrizes Curriculares.

8.5 RECURSOS PEDAGÓGICOS DIDÁTICOS

O Colégio Estadual José de Anchieta Ensino Médio, possui como recursos midiáticos: televisores, pendrive, data show, notbook, vídeos, DVDs, rádio, rede de computadores (Programa Paraná Digital) com acesso a internet, pendrives, CDs, etc. Por meio destes recursos é possível aperfeiçoar as atividades desenvolvidas em sala de aula tornando-as mais atrativas e atualizadas.

Em relação à abordagem metodológica, a utilização dos recursos técnicos e Multimídias oportuniza aos professores a diversificação de encaminhamentos metodológicos dos conteúdos a serem trabalhados. As inúmeras possibilidades que estes recursos oferecem, estão sendo exploradas por grande parte dos professores,

melhorando o processo de ensino e de aprendizagem, beneficiando tanto os professores como os alunos.

Todos os materiais utilizados para facilitar o processo ensino e aprendizagem, proporcionando experiências que levem a aprendizagem são considerados recursos, cabendo aos professores organizar a utilização e aplicação dos mesmos, conforme os objetivos que se pretenda atingir.

8.5.1 Laboratório de Informática

O Colégio conta com um laboratório de informática com 20 computadores integrados em rede por meio do Programa Paraná Digital – PRD com acesso a internet. Os professores que desejarem utilizar o laboratório para ministrar aulas deverão agendar o horário com o ADM Local (funcionário responsável pelo laboratório) para que seja dado o assessoramento necessário durante o desenvolvimento das aulas, com objetivos anteriormente pré-estabelecidos pelo professor.

É essencial que os professores se apropriem das diferentes tecnologias de informação e de comunicação, aprendendo a ler e a escrever as diferentes linguagens, representações usadas nas diversas tecnologias.

O uso e controle das tecnologias devem servir ao professor não só em relação à sua atividade de ensino, mas também na sua atividade de pesquisa, quebrando os limites e as barreiras de tempo e espaço. E a pesquisa com as novas tecnologias tem características diferentes que estão diretamente ligadas à procura da informação da atualização de conhecimentos, é fundamental que desenvolvam critérios para buscar, selecionar, tratar e divulgar as informações em forma de conhecimento reelaborado.

Os alunos apresentam diferentes estilos de aprendizagem que se expressam em diferentes formas de representações. Uns são mais auditivos, outros são mais visuais. Enfim, ao incorporar as novas tecnologias ao ensino , o professor deve considerar que existem diferentes formas de aprendizagem ao decidir que metodologia utilizar nas aulas.

8.5.2 Laboratório de Biologia, Física e Química

Para utilização do laboratório é necessário seguir alguns princípios básicos para segurança dos que compartilham esse ambiente de trabalho. É necessário que todos os usuários conheçam e pratiquem determinadas regras, que são simples, mas de fundamental importância.

De acordo com o Ofício Circular nº. 07/06 – DIE / SEED de 23/02/06, para cada 08 (oito) aulas mensais nas disciplinas de Química, Física e Biologia, 02 (duas) aulas por disciplina serão destinadas para aula prática (aulas laboratoriais) por turma.

O agendamento das aulas deve ser feito com antecedência para a preparação do laboratório. O cronograma fica afixado na sala dos professores para o devido registro da solicitação da aula prática, marcando o dia, horário, turma, conteúdo, a experiência e o professor requisitante. Após o uso do laboratório serão desenvolvidos relatórios de cada aula prática aplicada e arquivados em pasta A-Z nas dependências do laboratório.

O ensino experimental deve proporcionar aos estudantes a oportunidade de desenvolver capacidades que neles despertem a inquietação diante do desconhecido, buscando explicações lógicas e razoáveis, levando os alunos a desenvolverem posturas críticas, realizar julgamentos e tomar decisões fundamentadas em critérios objetivos, ou seja, os estudantes devem ser desafiados a explorar, desenvolver e avaliar as suas próprias ideias acerca da natureza e propósitos da ciência e da investigação científica.

A abordagem prática pode ser considerada não só como ferramenta de ensino das ciências na problematização dos conteúdos, mas sim, como um estilo de trabalho através dos quais os alunos possam se apropriar de conteúdos, procedimentos e atitudes científicas, de forma estimuladora ao saber científico.

8.5.3 Biblioteca Escolar

Entre os variados meios educativos encontra-se a biblioteca: recurso indispensável ao processo ensino-aprendizagem e formação do educando. A biblioteca inserida no processo educativo deverá servir de suporte para o

desenvolvimento de atividades, integrando-se à escola como parte dinamizadora da ação educacional. Para isso, é imprescindível contar com a participação dos professores e fazer da biblioteca um recurso que apoie o trabalho destes.

A biblioteca deve ser organizada com a finalidade de interagir com a equipe docente no desenvolvimento de atividades pedagógicas, facilitando, integrando e dinamizando o processo de ensino aprendizagem.

A biblioteca do Colégio tem um acervo de aproximadamente 2100 (duas mil e cem) obras, divididos em:

-Obras de referência (enciclopédias, dicionários, atlas): 84

-Conhecimento Geral: 566

-Obras pedagógicas: 160

-Literatura Infanto Juvenil: 1050

-Videoteca: 120

-Periódicos (revistas): 120.

9 MARCO CONCEITUAL

A necessidade de um projeto político pedagógico na Escola antecede a qualquer decisão política ou exigência legal, já que enquanto educadores e enquanto membros da instituição escola, devemos ter claro a que horizonte pretendemos chegar com os nossos alunos, com a comunidade e com a sociedade. Toda a ação educativa revela, necessariamente, um conjunto de concepções e uma visão de mundo.

9.1 FILOSOFIA DA ESCOLA

O princípio filosófico que norteia o trabalho escolar do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Médio, apoia - se no princípio de proporcionar aos educandos que viabilizem o acesso a assimilação ativa de conhecimentos e adquiram convicções fundamentais de solidariedade e igualdade entre os seres humanos, assim como, hábitos de convivência, de luta, de trabalho, de conquista individual e coletiva.

Deste modo, a formação do educando, que inclui o desenvolvimento das capacidades cognitivas (entender, compreender, concluir, analisar, comparar, sintetizar, etc.) e a formação de convicções, necessita da herança cultural que a sociedade vem criando ao longo do tempo. A assimilação desse legado tem um papel importante para o desenvolvimento tanto do educando como do educador.

Para que esta condição se efetive, a Escola deve assegurar a sua função de ensinar bem e de forma sintetizada, garantindo a formação do cidadão pelo domínio do saber, retomando vigorosamente a luta contra a seletividade, a discriminação e rebaixamento do ensino nas camadas populares. Lutar contra a marginalidade, através da escola significa engajar-se no esforço para garantir aos trabalhadores um ensino de melhor qualidade possível nas condições históricas atuais.

Assim, a condição para que a escola sirva aos interesses populares é garantir a todos um bom ensino, isto é, a apropriação dos conteúdos básicos que tenham ressonância na vida dos alunos, visando a preparação dos mesmos para a

democracia, elevando sua capacidade de compreensão em relação aos determinantes políticos, econômicos e culturais que regem o funcionamento da sociedade em determinado período histórico, para que venha atuar no mundo do trabalho com a consciência de seu papel de cidadão participativo.

A Escola, direcionada nessa perspectiva, será o local onde educadores e educandos em uma relação democrática, dedicam-se conjuntamente em atividades que elevam o seu modo de ser e de viver. Elevação esta que terá um papel significativo na democratização da sociedade como um todo. Ao se trabalhar com conhecimentos culturais sistematizados há que se ter presente o destinatário desse processo. Mas, independentemente do nível de ensino a que se destina o conhecimento, este deverá ser uma forma de entendimento e de compreensão da realidade.

Assim sendo, o conhecimento escolar só poderá vir a ser um conhecimento significativo na vida dos cidadãos se ele chegar a ser incorporado pela compreensão, exercitação e utilização criativa.

Em síntese, a atuação da escola consistirá na preparação do aluno para um mundo adulto e suas contradições, fornecendo-lhe um instrumento por meio da aquisição de conteúdos e da socialização, para uma participação organizada e ativa na democratização da sociedade.

9.2 CONCEPÇÕES

9.2.1 Sociedade

A sociedade pode ser definida como a totalidade que envolve Seres Humanos numa relação dinâmica consigo mesmos, com o ambiente e como o modo de vida (cultura, princípios éticos, morais e religiosos), processo de produção e relações grupais, regras sociais, ideias e conceitos resultantes das relações dos homens com os homens num processo histórico. Portanto é espaço de interação humana no qual reflete a maneira de ser, agir e pensar de um povo. Local onde a solidariedade, fraternidade, justiça, igualdade de direitos e liberdade de expressão devem estar sempre presentes.

Enfim, um espaço que celebre sem adiantamentos a diversidade, concebendo-a como parte da condição humana.

Vivemos numa sociedade em que os homens privilegiam alguns princípios e ideias que nos desafiam a, constantemente, refletir e repensar o cotidiano.

9.2.2 Homem / Mundo

O ser humano está em processo permanente de autoconhecimento e crescimento, que transforma e é transformado, portanto ele vai se modificando pela influência dos outros e do meio, também vai modificando o meio e os outros, numa interação e troca constantes. Participante ativo na construção da história e do conhecimento, devendo ser solidário nas relações com a natureza, com seus semelhantes, na busca constante da harmonia consigo e com os outros. Assim, esse ser humano, que é o sujeito da educação, é quem faz o mundo, constituindo-se, por um processo dialético. O mundo se transforma constantemente e o próprio mundo é um fenômeno subjetivo, mais do que uma realidade concreta, já que o ser humano, conforme sua experiência, sua bagagem, suas concepções e possibilidades, a cada momento, o reinventa e reconstrói, através de sua ação sobre ele e nele. Dessa forma, através da reflexão sobre o ambiente, o ser humano contribuirá para as mudanças e melhorias.

Por conseguinte, o Ser Humano é um ser de *práxis,* de ação e de reflexão, portanto sujeito cognoscente. Um ser inacabado e único, curioso em relação ao mundo.

Para Piaget, o desenvolvimento ocorre em função da atividade do sujeito em relação ao meio.

9.2.3 Educação / Escola

De acordo com a Constituição Federal do Brasil e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), de 1996, é o processo formativo que visa ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o mundo do trabalho.

A Educação é uma prática social, uma atividade específica dos homens situando-os dentro da História.

Para refletir sobre a educação é necessário conceituar o homem, que no processo educacional é, ao mesmo tempo, educador e educando, num acontecimento que poderíamos dizer, com Paulo Freire, dialético. O homem é um ser inacabado, inconcluso, em construção. Portanto, podemos entender a educação como o processo pelo qual o homem se constrói, na sua relação com o outro, com o mundo, e com o saber acumulado de sua espécie, de sua cultura, de sua localidade.

O papel da Escola diante das transformações aceleradas do processo produtivo, as novas exigências da cidadania moderna, a revolução da informática e dos meios de comunicação de massa, colocam a educação diante de grandes desafios. É atribuído a cada dia novas tarefas à escola, exige-se que a escola e seus agentes – professores, funcionários, pais, alunos – reflitam, reconstruam o espaço escolar de modo a receber e compartilhar todas essas inovações, tornando os discentes seres competentes diante da sociedade que os receberá e que se encontra em constante mudança.

Os novos conhecimentos e informações e a velocidade com que as novas tecnologias de comunicação permitem disseminá-los e processá-los, constituem um desafio para o ritmo do sistema educativo em transmitir instrumentos e conteúdos de aprendizagem.

Contudo, a Escola tem uma efetiva participação na medida em que inclui, em seus conteúdos curriculares a dimensão humanística, técnica, científica e político-social, colabora também quando se preocupa em desenvolver no aluno uma liderança mais criativa e solidária, inserindo este aluno no mundo real e complexo, fazendo-o compreender que as mudanças estruturais também necessitam da participação dele.

Para que isso ocorra com sucesso, é preciso definir ações educacionais inseridas neste contexto, pois defendemos a ideia de que a Escola não é o lugar para domesticar ninguém, mas é um espaço especial para a construção da cidadania. A Educação é componente substancial de qualquer política de desenvolvimento, não só como bem em si e como mais eficaz instrumentação de cidadania, mas igualmente como o primeiro investimento tecnológico.

Nesse sentido, a educação, particularmente a educação escolar, se torna imprescindível como articuladora, num todo unitário, da cultura e do desenvolvimento individual. É a forma como a sociedade ajuda seus novos membros a assimilar a experiência coletiva historicamente acumulada e culturalmente organizada, favorecendo, ao mesmo tempo, seu desenvolvimento pessoal.

Assim, a educação escolar é um ato fundamentalmente político, envolvendo escolhas que dão uma cara a esse projeto e que estão explicitadas no currículo escolar, na forma de objetivos, conteúdos e orientações didáticas, dizendo quais os aspectos do desenvolvimento pessoal do aluno devem ser promovidos, quais as aprendizagens específicas mediante as quais podem conseguir esse efeito e qual o plano de ação mais adequado para consegui-lo.

Não existe educação senão para a constituição da cidadania plena, quer seja do indivíduo, quer seja da coletividade.

9.2.4 Cidadania

A cidadania é também uma condição construída historicamente. Compreensões diversas do conceito de cidadania são encontradas em contextos e situações diferentes. Seu sentido mais pleno aponta para a possibilidade de participação efetiva na produção e usufruto de valores e bens de um determinado contexto, na configuração que se dá a esse contexto, e para o reconhecimento do direito de falar e ser ouvido pelos outros.

O conceito de cidadania traduz ao mesmo tempo, um direito e o exercício desse direito. Sem este, aquele é uma mera fórmula. Portanto, a educação como um dos principais instrumentos de formação da cidadania, deve ser entendida como a concretização dos direitos que permitem ao indivíduo, sua inserção na sociedade.

O grande desafio histórico é dar condições ao povo brasileiro de se tornar cidadão consciente, organizados e participativos do processo de construção político-social e cultural. Cidadania é, portanto, a consciência plena dos direitos e deveres no exercício da democracia.

A ideia de cidadania ativa é ser alguém que cobra, propõe e pressiona o tempo todo. Para o educador brasileiro Demerval Saviani, ser cidadão significa ser

sujeito de direitos e deveres: “Cidadão é, pois, aquele que está capacitado a participar da vida da cidade e, extensivamente, da vida da sociedade”.

9.2.5 Conhecimento

O conhecimento que identifica uma ciência e uma disciplina escolar é histórico, não é estanque, nem está cristalizado, o que caracteriza a natureza dinâmica e processual de todo e qualquer currículo. O currículo deve oferecer ao estudante, a formação necessária para o enfrentamento com vistas à transformação da realidade social, econômica e política de seu tempo.

Entende-se a escola como o espaço de confronto e diálogo entre os conhecimentos sistematizados e os conhecimentos do cotidiano popular e deve possibilitar um trabalho pedagógico voltado para a totalidade do conhecimento e sua relação com o cotidiano.

O conhecimento é construído a partir da ação do sujeito sobre o objeto de conhecimento, interagindo com ele, sendo as trocas sociais condições necessárias para o desenvolvimento do pensamento.

Conhecer é agir sobre o objeto de conhecimento e transformá-lo, num processo de acomodação que, apesar de desenvolvido e enriquecido pelo contexto social, ou seja, pela possibilidade de troca com iguais ou diferentes, é sempre individual, em função da percepção diferenciada.

O conhecimento está diretamente ligado ao processo de conscientização, numa aproximação crítica da realidade. Ou seja, quanto mais conhecimento, maior a possibilidade de estabelecer relações, de pensar, de refletir e, portanto, de se posicionar, numa perspectiva crítica.

A questão do conhecimento é vital para o exercício da cidadania, pois requer domínio de conhecimentos e informações.

A sociedade está em contínua evolução, estamos na era da informática, da robótica e do virtual, que justifica a característica do conhecimento como sendo transitório que muda constantemente. Nada pode ser apresentado como cabal para o sujeito, pois a sociedade, que o cerca, está em constante elaboração de raciocínio e conceitos.

9.2.6 Cultura

A cultura é resultado das experiências adquiridas pelo homem ao longo do tempo. Experiências ocorridas em contato com a natureza utilizando meios de subsistência

É no mundo e em sua relação com os outros que o homem adquire e constrói instrumentos de adaptação e criação, produzindo cultura. É, portanto, impossível entender o homem fora de um contexto histórico-social – de um tempo, de um espaço e de um grupo social determinado -, que influi no modo dele ser e pensar e que, ao mesmo tempo, sofre a sua influência.

Por cultura entendemos o conjunto de conhecimentos, valores, normas, procedimentos e tecnologias construídos por um grupo social determinado e que dá um caráter específico a esse grupo, diferenciando-o de outros e constituindo um determinado tipo de sociedade. É algo, portanto, a ser assimilado pelo conjunto das pessoas desse grupo social, no sentido de sua integração a ele como um membro ativo. Cada ser humano traz dentro de si uma cultura seja ela herdada ou adquirida, a escola deve trabalhar e respeitar essas diferentes culturas.

A cultura herdada é apenas ponto de partida para esse grupo ou geração, que, necessariamente, como agente de criação cultural, transforma, transgride, cria e recria, construindo ou reconstruindo o seu próprio mundo e, teoricamente, avançando.

Portanto, o planejamento dos conteúdos deve estar relacionado com o desenvolvimento de uma prática pedagógica que articule esses conteúdos à dinâmica de um processo educativo que empregue recursos didáticos pedagógicos promotores da aprendizagem e que respeite a identidade cultural do aluno, na perspectiva da diversidade cultural.

9.2.7 Ciência

A ciência nasce da necessidade de explicar os fatos e observados de forma sistematizada utilizando métodos.

Para Andery (1980) “A ciência é uma das formas do conhecimento produzido pelo homem no decorrer de sua história. Portanto, a ciência também é

determinada pelas necessidades materiais do homem em cada momento histórico, ao mesmo tempo que nela interfere".

Dependendo de como se concebe o mundo, o homem e o conhecimento, será a concepção da ciência.

No decorrer da história, a ciência está sempre presente para reproduzir ou transformar.

Na sociedade capitalista, o conhecimento científico é produzido de forma desigual, estando a serviço de interesses políticos, econômicos e sociais do processo histórico, não atingindo a totalidade da população.

A escola tem a função social de garantir o acesso a todos aos saberes científicos produzidos pela humanidade.

9.2.8 Trabalho

Aplicação da atividade; serviço; fadiga; ação ou resultado de um esforço (Enciclopédia BADEM).

O trabalho é uma atividade que está na base de todas as relações humanas, condicionando e determinando a vida.

Chama-se trabalho o esforço do homem no sentido de criação das riquezas. Pode ser intelectual ou manual.

O trabalho humano pode duplicar mediante um trabalho mecânico executado por ferramentas ou máquinas que secundam e aumentam o esforço humano. Em seu sentido econômico trabalho é o desenvolvimento ordenado das energias humanas, psíquicas ou corporais, com o objetivo voltado à "economia".

Nesta perspectiva entenda o trabalho como ação intencional, o homem em suas relações sociais, dentro da sociedade capitalista produz bens. Porém é preciso compreender que o trabalho não acontece de forma tranqüila, estando sobrecarregado pelas relações de poder.

Nenhuma forma de trabalho é vil. Toda ação que visa um fim útil é trabalho.

9.2.9 Tecnologia

As novas tecnologias se manifestaram em todos os setores da vida social, principalmente nos setores da informação e da mídia. As conquistas tecnológicas alteraram profundamente o universo da produção e do trabalho surgindo uma cultura, a cultura da virtualidade real determinando a organização de uma nova ordem política no mundo de redes. A tecnologia da informação ajudou a estabelecer as redes econômicas, de produção, de trabalho e de comércio que se entrelaçam no planeta, anunciando a Era da Globalização. Este início de milênio está repleto de transformações e rupturas que alcançam e tocam ainda de modo desigual quase todas as experiências humanas, pois nem todos têm acesso. Muitas vezes torna-se angustiante acompanhá-las, porque se manifestam cada vez mais rápido.

A tecnologia tem um impacto significativo não só na produção de bens e serviços, mas também no conjunto das relações sociais e nos padrões culturais vigentes.

A LDB – Lei de Diretrizes e Bases da Educação 9394/96 ao propor a concepção que a aponta como síntese, entre o conhecimento geral e o específico, determinando novas formas de selecionar, organizar tratar metodologicamente os conteúdos.

A tecnologia deve ser entendida como uma ferramenta alternativa e necessária no contexto educacional, sendo que a mesma pode contribuir para o aumento das desigualdades, ou para a inserção social se vista como uma forma de estabelecer mediações entre o aluno e o conhecimento em todas as áreas.

Ter no currículo uma concepção de educação tecnológica não será suficiente para o acesso de todos, da Escola Pública, sem que haja uma vontade e ação política que possibilite investimento para que esses recursos tecnológicos (elementares e sofisticados) existam e possam ser ferramenta que contribua para o desenvolvimento do pensar, sendo um meio de estabelecer relações entre o conhecimento científico, tecnológico e sócio-histórico, possibilitando articular ação, teoria e prática.

A presença das tecnologias nos mais diversos setores da sociedade contemporânea, é irreversível, orientar os professores para o uso das novas tecnologias de informação e de comunicação como tecnologias interativas em

projetos pedagógicos tanto no seu desenvolvimento contínuo quanto na sua prática pedagógica se faz urgente.

9.2.10 Ensino

O conhecimento não é algo situado fora do indivíduo, a ser adquirido por meio da cópia real, tão pouco algo que o indivíduo constrói independentemente da realidade exterior, dos demais indivíduos e de suas próprias capacidades pessoais. É antes de mais nada, uma construção histórica e social na qual interferem fatores de ordem antropológicas, culturais e psicológicas. Os fracassos escolares decorrentes da aprendizagem, das pesquisas que buscam apontar como o sujeito conhece, das teorias que provocam reflexões sobre os aspectos que interferem no ensinar e aprender, indicam que é necessário dar novo significado à unidade entre aprendizagem e ensino, uma vez que, em última instância, sem aprendizagem não há ensino. O conhecimento, portanto, é resultado de um complexo e intrincado processo de construção, modificação e reorganização utilizado pelos alunos para assimilar e interpretar os conteúdos escolares. O que o aluno pode aprender em determinado momento da escolaridade depende das possibilidades delineadas pelas formas de pensamento de que dispõe naquela fase de desenvolvimento, dos conhecimentos que já construiu anteriormente e do ensino que recebe. Isto é, a ação pedagógica deve se ajustar ao que os alunos conseguem realizar em cada momento de sua aprendizagem, para se constituir em verdadeira ação educativa. Conceber o processo de aprendizagem como prioridade do sujeito implica valorizar o papel determinante da interação com o meio social e, particularmente, com a escola. Situações escolares de ensino e aprendizagem são situações comunicativas, nas quais os alunos e professores co ‘’- participam, ambos com uma influência decisiva para o êxito do processo.

A organização de atividades de ensino, a relação cooperativa entre professores e alunos, os questionamentos e as controvérsias conceituais, influenciam o processo de construção de significado e o sentido que os alunos atribuem aos conteúdos escolares. O ensino ganhou valorização em relação à aprendizagem, criou seus próprios métodos e o processo de aprendizagem ficou relegado a segundo plano, porque por muito tempo a Pedagogia valorizou o que

deveria ser ensinado, supondo que, como decorrência, estaria valorizando o conhecimento.

9.2.11 Aprendizagem

O ser humano possui conhecimento adquirido através do senso comum, ou seja, o conhecimento real, não científico, que é constituído no cotidiano, de forma espontânea.

Ao longo do desenvolvimento, aprende-se a abstrair e generalizar conhecimentos aprendidos espontaneamente, mas é bem mais difícil formalizá-los ou aplicá-los em palavras porque, diferentemente da experiência escolar, não são conscientes, deliberados ou sistemáticos.

O processo de aquisição de conhecimento é ascendente, isto é, inicia-se de modo inconsciente a até caótico, de acordo com uma experiência que não é controlada e encaminha-se para níveis mais abstratos, formais e conscientes.

O processo de aquisição de conhecimento sistemático escolar tem uma direção oposta à do conhecimento espontâneo, é descendente, de níveis formais e abstratos para aplicações particulares.

Na prática, o conhecimento espontâneo auxilia a dar significado ao conhecimento escolar. O conhecimento escolar reorganiza o conhecimento espontâneo e estimula o processo de sua abstração.

A contextualização, um dos princípios da organização curricular, facilita a aplicação da experiência escolar para a compreensão, da experiência pessoal em níveis mais sistemáticos e abstratos e o aproveitamento da experiência pessoal para facilitar o processo de concreção dos conhecimentos abstratos que a escola trabalha. Isto significa que a ponte entre a teoria e a prática, recomendada pela LDB, deve ser de mão dupla.

Cabe a escola desenvolver o conhecimento espontâneo, encaminhando-o a níveis mais abstratos, formais, conscientes e sistematizados, com a utilização das competências cognitivas básicas: raciocínio abstrato, comparação, capacidade de compreensão de situações novas que é a base para a solução de problemas.

A contextualização é um recurso pedagógico para tornar a construção de conhecimentos um processo permanente de formação de capacidades intelectuais superiores.

9.2.12 Avaliação

A avaliação deve ser emancipatória, o que implica em garantir o acesso ao conhecimento por parte do aluno e avaliá-lo durante todo o processo de apropriação do saber, dessa forma, o próprio processo de ensino e aprendizagem deve ter a avaliação como elemento articulador. Devemos, portanto, vivenciar a avaliação como possibilidade de perceber nos sujeitos escolares suas fragilidades, seus avanços. e nesse contexto mediar o processo de apropriação do conhecimento. Além disso, faz-se necessário construir definições e possibilidades de como organizar os critérios e instrumentos de avaliação a fim de possibilitar melhor direcionamento do processo ensino e aprendizagem.

Não se aceita mais que a avaliação consista na mera contagem de acertos e erros, na utilização de resultados para classificar e selecionar (e rotular) os alunos, afastando da aprendizagem escolar justamente os que mais precisam dela – aqueles que se originam de grupos sociais mais desfavorecidos e distantes da cultura escolar.

A avaliação tem uma função permanente de diagnóstico e acompanhamento do processo pedagógico; avalia, portanto, o educando, a escola e o sistema escolar. O resultado obtido deverá indicar o ponto em que o conteúdo deve ser retomado e em que aspecto o processo pedagógico deve ser reformulado.

A concepção de avaliação que fundamenta o trabalho desenvolvido na escola tem sua base no materialismo histórico dialético, na concepção do homem como ser histórico, produtor de sua existência. Avaliar com ação intencional, utilizando meios adequados aos fins estabelecidos.

9.2.13 Currículo

Currículo é ação, é trajetória, é caminhada construída coletivamente e em cada realidade escolar de forma diferenciada. É um processo dinâmico, mutante, sujeito as inúmeras influências, portanto, aberto e flexível. Essa concepção de currículo veicula toda uma concepção de pessoa, sociedade, conhecimento, cultura, poder e destinação das classes sociais às quais os indivíduos pertencem; portanto, referida sempre a uma proposta política pedagógica que explicita intenções e revela sempre graus diferenciados da consciência e do compromisso social. Sua prática é expressão da função socializadora e cultural de uma instituição no conjunto de atividades mediante as quais um grupo assegura que seus membros adquiram a experiência social historicamente acumulada e culturalmente organizada.

O currículo escolar é um dos elementos principais a ser contemplado no PPP, pois nele, por sua vez, são estabelecidas as diretrizes e as bases norteadoras das ações que levam à formação dos cidadãos, tanto com relação aos conhecimentos, hábitos e atitudes que se entende devam integrar essa formação, quanto com o papel da escola no seu entorno.

Estabelecer o currículo implica, necessariamente, uma interação entre sujeitos que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente.

É um importante elemento constitutivo da organização do conhecimento, pois refere se a organização do mesmo. O currículo não pode ser estático, cristalizado, muito pelo contrário, é um elemento dinâmico, devendo estar em constante movimento no processo educacional. Envolve, necessariamente, a interação entre sujeitos que têm um mesmo objetivo e a opção por um referencial teórico que o sustente. Pensar o currículo é pensar o tipo de organização que a escola deseja adotar.

O currículo expressa uma dada cultura não sendo um instrumento neutro. Por essa razão, a sua definição requer reflexão crítica, que interprete as suas implicações no âmbito da cultura dominante, quanto à cultura popular. O currículo não pode ser separado do contexto social, uma vez que ele é historicamente situado e culturalmente determinado.

Os caminhos do currículo devem ser a todo instante refletidos e como tais eles não seguem uma direção única, mas de acordo com cada contexto as reflexões

serão diferentes. Nesta perspectiva, o Projeto Político-Pedagógico e a prática pedagógica devem estar diretamente relacionadas ao local que se concretizarão. Por isso, os diversos contextos exigiram práxis diferentes. As possibilidades são muitas diante dos diferentes contextos e reflexões.

Construir democraticamente o currículo da escola significa ter a pretensão de não reproduzir aquilo que já está sedimentada como verdade, como receita, para que essa construção seja resultado de inovações é preciso que os agentes que estejam discutindo currículo tenham fundamentações teóricas que viabilizem esta questão.

A escola deve buscar uma organização curricular na qual o conhecimento sistematizado para cada disciplina (o conteúdo), estabeleça uma relação aberta e inter–relacionada com o objetivo de reduzir o isolamento entre as disciplinas.

Uma atitude interdisciplinar estabelece uma nova relação entre currículo, conteúdos e realidade. Os conteúdos serão selecionados e desenvolvidos numa concepção onde se pressupõe que currículo e realidade interagem, influenciando-se mutuamente; os conteúdos passam a ter significação uma vez que estas têm a ver com os sujeitos envolvidos, e passam a ser selecionados e desenvolvidos pelo professor com maior significação. O que se pretende em uma atitude interdisciplinar não é anular a contribuição de cada ciência, em detrimento de outras igualmente importantes. Convém ressaltar que as contribuições e trocas vão além de integração dos conteúdos das diferentes áreas de conhecimento, o que implica em reorganização curricular.

Buscamos construir um currículo que leve em conta à heterogeneidade em direção de uma sociedade mais justa, privilegiando fatores sociais e culturais, entendendo-os como sendo os mais relevantes para o processo educativo, porque implicam também a conquista da autonomia e da cooperação, princípios básicos da cidadania.

9.3 GESTÃO DEMOCRÁTICA

O que presenciamos na atualidade, a emergência de um mundo que se edifica, se fortalece e se expande, via de regra, pela disputa de um mercado

econômico internacionalizado não mais restrito às fronteiras de cada país, de cada continente necessita ser confrontado.

Alguns questionamentos são apontados como propulsores dessas novas bases: o avanço e a produção de novas tecnologias; o advento da globalização da economia e das comunicações; o fortalecimento de moedas internacionais; a efetivação de uma sociedade do conhecimento e da informação; o investimento na qualidade da educação escolar e na formação do homem, transformando-se em prioridades nacionais/mundiais, cada vez mais valorizadas pelo discurso oficial com o intuito, segundo esses, de efetivar um projeto de retomada da estabilidade econômica.

Esta lógica gera expectativas em vários segmentos da sociedade pelas quais passam a exigir reformas no sistema de ensino, que por sua vez, impõem novos horizontes para os sistemas de formação de professores, isto porque o trabalhador do século XXI necessita ser formado para atender a exigência desta "nova" escola. Assim, se a sociedade capitalista tenta definir e ajustar com precisão quais conhecimentos, saberes, informações os trabalhadores precisam desenvolver, a Escola também necessita reestruturar e modernizar seus conceitos e métodos.

Na Gestão democrática, todos são chamados a pensar, avaliar e agir coletivamente, diante das necessidades apontadas pela relação educativa, percorrendo um caminho que se estrutura com base nos diagnósticos das dificuldades e necessidades e do conhecimento das possibilidades do contexto. Um gestor atento deverá centrar seu trabalho no processo de caracterização, problematização e construção do Projeto Político Pedagógico da Escola, e para isso terá que ser alguém presente, capaz de liderar os rumos pelos quais deseja que o projeto se encaminhe e esclarecer quando o contrário estiver acontecendo.

Para a compreensão da gestão democrática como direito de participação, precisamos antes, entender a escola como uma instituição social que, de acordo com a nossa legislação tem como função primeira a formação de cidadãos para participar conscientemente da sociedade em que vivem. Assim, para que a escola possa dar essa formação, ela precisa vivenciá-la no seu interior de forma concreta.

Arroyo afirma com muita propriedade que todo projeto pedagógico de escola é:

> [...] um projeto de pedagogo, de professor. Por isso provoca embates, resistências, divide grupos ou aproxima. Os embates tocam em nossas áreas, em nossos terrenos e quintais. Se o projeto é do coletivo da escola, fica ultrapassado falar em minha turma, minha disciplina, meus conteúdos, meus aprovados e reprovados; nossas tranqüilidades ou inseguranças ficam expostas (2003, p. 173).

Vemos o conceito de gestão democrática como uma prática participativa, "gestão é administração é tomada de decisão, é direção. Relaciona-se com a atividade de impulsionar uma organização a atingir seus objetivos, cumprir sua função, desempenhar seu papel"(FERREIRA 2006, p. 306). Portanto, discutir gestão democrática implica refletir os problemas enfrentados diariamente na escola.

A Gestão Democrática Escolar é o processo que rege o funcionamento da escola, compreendendo tomada de decisão conjunta no planejamento, execução, acompanhamento e avaliação das questões administrativas e pedagógicas, envolvendo a participação de toda comunidade escolar, que é o conjunto constituído pelos profissionais da Educação, alunos, pais ou responsáveis e funcionários que protagonizam a ação educativa da escola.

Considerando o conceito de gestão como administração e organização, concordamos que gestão democrática e Projeto Político Pedagógico são temas intimamente entrelaçados e complexos. Não é possível construir um Projeto Político Pedagógico coletivo sem a efetivação de uma gestão democrática, ao contrário, é pela gestão democrática que se constrói um projeto participativo.

Segundo Veiga (1998), "O projeto político-pedagógico inscreve-se, assim, numa visão conjunta, articulando as dimensões da intencionalidade com as da efetividade e possibilidade. A construção do PPP passa, necessariamente, pela organização do espaço escolar, pelo trabalho diário realizado por cada um dos sujeitos da comunidade escolar, considerando os aspectos de tempo, espaço, formação, legislação, administração, políticas educacionais, recursos financeiros e humanos. A complexidade do trabalho diário na escola, a falta de pessoal, a cultura do individualismo, entre outros problemas, demonstram que é preciso criar espaços para participação, bem como, a urgência de revitalizar os espaços já existentes.

O Projeto Político Pedagógico precisa apresentar a possibilidade de alcançar os objetivos propostos/traçados, planejando e encaminhando a busca por uma direção competente, considerando os recursos que a escola dispõe.

De acordo com Ferreira (2006) a gestão democrática se faz de forma coletiva na prática quando,

> [...] se tomam decisões sobre todo o projeto político pedagógico, sobre as finalidades e objetivos do planejamento dos cursos, das disciplinas, dos planos de estudos, do elenco disciplinar e os respectivos conteúdos, sobre as atividades dos professores e dos alunos necessárias para a sua consecução, sobre os ambientes de aprendizagem, recursos humanos, físicos e financeiros necessários, os tipos, modos e procedimentos de avaliação e o tempo para sua realização. É quando se organiza e se administra coletivamente todo esse processo [...] (p.310).

A comunidade escolar, ou seja, professores, alunos, pais, direção e equipe pedagógica, são considerados como sujeitos ativos de todo o processo de gestão, de forma que a participação de cada um implica em clareza e conhecimento do seu papel, em relação ao papel dos demais, como co-responsáveis. Além da participação, a autonomia constitui-se um princípio básico da gestão democrática. Para que os membros da comunidade escolar possam ser considerados sujeitos ativos desse processo é necessário refletirmos sobre a forma de organização do trabalho escolar e as relações de poder neste espaço.

Para Dourado (2002), a gestão democrática constitui-se como um processo de aprendizado e de luta política, possibilitando a criação e efetivação de canais de participação, de aprendizado do jogo democrático, resultando em reflexão das estruturas autoritárias, visando à sua transformação.

Segundo Paro (2000):

> [...] O processo de transformação social não se dá de forma espontânea, mas a partir da vontade e organização coletiva dos homens em torno de objetivos comuns, aos quais se visa alcançar, lançando mão, de forma mais apropriada possível, lançando mão de todos os recursos de que se dispõem. (p.157)

Analisada a questão da gestão democrática como prática participativa, cumpre buscar os caminhos possíveis para essa concretização. Concluímos que qualquer ação depende do compromisso de cada um. O grau de comprometimento é a extensão das conquistas alcançadas no espaço político e pedagógico.

9.4 INSTÂNCIAS COLEGIADAS

A criação de instâncias colegiadas é importante para garantir a representatividade, a legitimidade e a continuidade das ações educativas propostas no Projeto Político Pedagógico.

As instâncias colegiadas são os espaços de representação dos segmentos da escola: discentes, docentes, pais e comunidade. É pela utilização desses espaços, fruto da conquista da própria comunidade, que a gestão democrática ganha força e pode transformar a realidade escolar. Isso depende, como já mencionamos, das relações que se estabelecem entre os segmentos e a direção da escola. Segundo Veiga (1998, p.113):

> Podemos considerar que a escola é uma instituição na medida em que a concebemos como a organização das relações sociais entre os indivíduos dos diferentes segmentos, ou então como o conjunto de normas e orientações que regem essa organização. (...) Por isso torna-se relevante as discussões sobre a estrutura organizacional da escola, geralmente composta por conselho Escolar e pelos conselhos de Classe que condicionam tanto sua configuração interna, como o estilo de interações que estabelece com a comunidade.

9.4.1 Associação de Pais, Mestres e Funcionários

A Associação de Pais, Mestres e Funcionários é um órgão de representação dos Pais, Mestres e Funcionários deste Estabelecimento de ensino, não tendo caráter político-partidário, religioso, racial e nem fins lucrativos, não sendo remunerado seus dirigentes e conselheiros.

As reuniões ocorrem bimestralmente, onde são abordados diversos temas relacionados ao bom andamento do colégio, buscando organizar ações que visem integrar a comunidade para a participação nas atividades escolares: educativas, culturais, sociais, esportivas, promocionais, etc.

9.4.2 Membros da APMF

Presidente: Isabel Cristina dos Passos Freitas Henning
Vide Presidente: Assis Gonçalves Rodrigues
1ª Tesoureira: Márcia Valéria Davanço dos Santos
2º Tesoureiro: Valdeci Nery da Silva
1ª Secretária: Enilda Gonçalves Cruz
2ª Secretária: Elvira Beló de Oliveira
1º Diretor Sócio - Cultural-Esportivo: Marcelo Pires Rodrigues
2ª Diretora Sócio - Cultural-Esportivo: Márcia Telles Ribeiro Coccia

CONSELHEIROS:

Ivanilda Denez Costa
Joelma Oliviak Moreira
Lisiane Cristina Ferreira
Ademir Lucchetti
Luciana Oliviak
Márci Chimelo da Silva
Cláudia Piza dos Santos
Rosenilda Braga da Silva Henning

9.4.3 Conselho Escolar

O Conselho Escolar é um órgão colegiado, representativo da Comunidade Escolar, de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora, sobre a organização e realização do trabalho pedagógico e administrativo da instituição escolar em conformidade com as políticas e diretrizes educacionais da SEED, observando a Constituição, a LDB, o ECA, o Projeto Político-Pedagógico e o Regimento da Escola, para o cumprimento da função social e específica da escola.

A função deliberativa refere-se à tomada de decisões quanto ao direcionamento das políticas públicas, desenvolvidas no âmbito escolar.

A função consultiva refere-se à emissão de pareceres para dirimir dúvidas e tomar decisões quanto às questões pedagógicas, administrativas e financeiras, no âmbito de sua competência.

A função avaliativa refere-se ao acompanhamento sistemático das ações educativas desenvolvidas pela unidade escolar, objetivando a identificação de problemas e alternativas para melhoria de seu desempenho, garantindo o cumprimento das normas da escola bem como, a qualidade social da instituição escolar.

A função fiscalizadora refere-se ao acompanhamento e fiscalização da gestão pedagógica, administrativa e financeira da unidade escolar, garantindo a legitimidade de suas ações.

O Conselho Escolar não tem finalidade e/ou vínculo político-partidário, religioso, racial, ético ou de qualquer outra natureza, a não ser aquela que diz respeito diretamente à atividade educativa da escola, prevista no seu Projeto Político-Pedagógico. Os membros do Conselho Escolar não receberão qualquer tipo de remuneração ou benefício pela participação no colegiado, por se tratar de órgão sem fins lucrativos.

O Conselho Escolar é concebido, enquanto um instrumento de gestão colegiada e de participação da comunidade escolar, numa perspectiva de democratização da escola pública, constituindo-se como órgão máximo de direção do Estabelecimento de ensino. O Conselho Escolar, órgão colegiado de direção, deverá ser constituído pelos princípios da representatividade democrática, da legitimidade e da coletividade, sem os quais perde sua finalidade e função político-pedagógica na gestão escolar.

Veiga afirma que o Conselho Escolar concebido "como espaço de debates e discussão permite que professores, funcionários, pais e alunos explicitem seus interesses e suas reivindicações" (1991, p.115). É o órgão máximo de decisão no interior da escola. É, portanto, um dos instrumentos de democratização da escola pública. É parte da estrutura de gestão da escola, espaço público e gratuito da inclusão, de heterogeneidade e de igualdade política e cidadã.

Essa afirmação reforça o papel importante do Conselho Escolar no contexto das relações sociais que permeiam a realidade educativa. Refletindo acerca dessa questão, Veiga elenca quatro objetivos importantes relacionados ao desempenho do Conselho Escolar:

a) favorecer a aproximação dos centros de decisões dos atores;

b) facilitar a comunicação e romper com as relações burocráticas, hierárquicas e formais;

c) possibilitar a delegação de responsabilidades e o envolvimento dos diferentes segmentos;

d) gerar descentralização, ou melhor, desconcentração de poder.

O conselho Escolar abrange toda a comunidade escolar e tem como principal atribuição, aprovar e acompanhar a efetivação do projeto político-pedagógico da escola, eixo de toda e qualquer ação a ser desenvolvida no estabelecimento de ensino.

9.4.4 Membros do Conselho Escolar:

Diretora: Andréia Aparecida Mantovani Coccia
Representante da Equipe Pedagógica: Rosangela S. Esteves Daniel
Representante do corpo docente: Maria Lúcia Sanches Razaboni (diurno)
Márcia de Fátima Leiroz (noturno)
Representante dos funcionários Administrativos: Joelma Oliviak
Representante dos Funcionários de Serviços Gerais: Shirley Aparecida das Graças
Representante do corpo discente: Ana Flávia Freitas Henning (diurno)
Eduardo Augusti Delli Colli (noturno)
Representante dos Pais de Alunos: Marcia Telles Ribeiro Coccia (diurno)
Ademir Lucchetti (noturno)
Representante dos movimentos sociais organizados da comunidade: Ademir Rodrigues Rossettini (Associação comercial)

9.4.5 Grêmio Estudantil

A Fundação do Grêmio Estudantil deu-se no dia 10 de abril de 2012, que em Assembleia Geral foi aprovado o Estatuto e através de voto direto e secreto foi eleita a Diretoria do Grêmio Estudantil, Conselho Fiscal e seus Suplentes com a denominação GRE'S (Grêmio Revolucionário Estudantil).

O Grêmio Estudantil é o órgão máximo de representação dos estudantes e possibilita a exposição de ideias, reivindicações e anseios de maneira organizada e democrática. Ele permite que os alunos discutam, criem e fortaleçam inúmeras possibilidades de ação tanto no próprio ambiente escolar como na comunidade. O Grêmio é também um importante espaço de aprendizagem, cidadania, convivência, responsabilidade e de luta por direitos.

GRE'S (Grêmio Revolucionário Estudantil) - GESTÃO 2012-2013

Conselheira: Professora Marli Hack da Fonseca
Presidente: Ana Flávia Freitas Henning
Vice presidente: Victor Gabriel Fachi Brito
Secretário Geral: Paula Evelyn Remes
1º Secretário: Camila Lorena Correa dos Reis
Tesoureiro Geral: Eduardo Augusto Delli Colli
1º Tesoureiro: Isabela Davanço dos Santos
Diretor Social: Renata Cilene Santana
Diretor de Imprensa: Emília Vitória da Silva
Diretor de Esporte: Luana de Paula Lahmann
Diretor de Cultura: Marcus Vinicius de Moraes
Diretor de Saúde e Meio Ambiente: Isabelle Bertoli Lopes da Silva

9.4.6 Conselho de Classe

O Conselho de Classe como instância coletiva de avaliação, como espaço da interdisciplinaridade é também um excelente lugar para o exercício da participação mediado pelo diálogo que visa ao envolvimento de todos no processo educativo da escola. É um mecanismo constituído para assegurar que a análise do desempenho do aluno se efetive de forma conjunta e cooperativa entre profissionais da escola. No entanto, esse processo só ganhará sentido, se houver um consenso entre os profissionais. O Conselho de Classe deve unir os que participam do processo educativo do aluno, com a finalidade de ajudá-lo a superar as dificuldades.

É importante destacar que o Conselho de Classe representa a instância fundamental para a concretização da avaliação formativa e democrática a fim de

tornar a aprendizagem como um compromisso de todos. Os objetivos do Conselho de Classe, segundo o INEP - Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais são: efetuar uma avaliação contínua do aluno e da turma em seus aspectos qualitativos e quantitativos, aperfeiçoar o trabalho com o aluno por meio de subsídios fornecidos pela equipe pedagógica, despertar no professor a consciência de que é necessário realizar a auto - avaliação contínua de seu próprio trabalho, com base na qual ele deve replanejar suas atividades e métodos, criando condições para um aprendizado mais eficiente por parte do aluno.

O Conselho de Classe deve refletir a ação educativa e não apenas se ater em notas, conceitos ou problemas de determinados alunos. É uma forma de avaliação de controle da realização da proposta pedagógica e para exercitar essa difícil prática deve-se começar com a autocrítica dos professores que deve servir como elemento para a coordenação do Conselho ajudá-lo a superar as dificuldades apresentadas, confrontar os problemas com os outros professores que também apresentam para juntos, buscarem a superação. A coordenação deve deixar claro que a avaliação, não é classificar o professor e sem ajudá-lo a desempenhar melhor o seu trabalho.

O Conselho não é só para abordar apenas problemas para não perder sua característica fundamental que é ser diagnóstico. Devem-se apontar necessidades ou atitudes para transformação da realidade apontada.

A análise diagnóstica da turma é importante, pois a cada dia que passa, necessita-se mais ter a percepção da totalidade, do rendimento da turma em que se insere o aluno para poder ajudá-lo como estudante na escola. Há vários fatores culturais extra - escolares que definem, muitas das vezes, o modo de agir e de interagir dos alunos, e essa interação cultural e social determinam o chamado “rendimento do aluno”, sendo que o rendimento não se refere somente às questões relativas ao domínio ou construção do conhecimento.

Assim, falar de um aluno isolado do contexto social coletivo que o produz e é por ele produzido, pode nos levar a juízos falsos e a diagnósticos errados. E o contexto do aluno não é só a situação afetivo-emocional em que vive na família, mas também, as relações com os professores, com a turma, com o grupo de amigos na escola. Ao analisar o aluno nos vários aspectos de sua realidade como estudante trata-se de ter uma visão de conjunto de cada caso para se tomarem as atitudes que sejam adequadas para cada situação. Sem visão global, não há percepção crítica.

Tomar atitudes mais adequadas para os casos mais complexos é tarefa que requer reflexão conjunta de todos os envolvidos no processo educativo.

No Conselho de Classe, conceitos e notas servem para diagnóstico do aluno, como instrumento e não como finalidade do processo educativo.

Segundo orientações da Seed, devem existir etapas que aconteçam antes e depois do conselho. O conselho é um momento de culminância, mas envolve um processo, que deve-se ter um diagnóstico levantado com alunos, professores para não se discutir apenas problemas, mas o que deve ser feito em relação a eles, decidir quais os procedimentos a serem adotados para a resolução dos problemas, constituindo-se assim num importante momento de reflexão - ação da escola.

Deste modo, o Conselho de Classe deve promover um momento de reflexão que gera ações em benefício da efetivação da aprendizagem. Deve-se ter condições para fazer uma avaliação do desempenho de alunos e professores, analisar as práticas pedagógicas e traçar metas coletivas ou individuais para solucionar ou amenizar problemas decorrentes do processo ensino-aprendizagem.

O Colégio realiza o Conselho de Classe bimestralmente. É dividido em 3 etapas e cada etapa pressupõe ações específicas:

1ª - Pré-Conselho
2ª - Conselho de Classe
3ª - Pós Conselho

O **pré-conselho** é realizado trimestralmente pelos professores coordenadores das turmas e conforme ficha em anexo, registra informações sobre rendimento, dificuldades, metodologias, indisciplina, etc, serve para subsidiar os encaminhamentos necessários para a turma/alunos no Conselho de Classe.

O **Conselho de Classe** constitui-se como espaço de reflexão pedagógica onde todos os sujeitos do processo educativo, de forma coletiva, discutem alternativas e propõem ações educativas em relação a organização do trabalho pedagógico desenvolvido na escola. É o momento que possibilita ao coletivo da escola realizar o diagnóstico, a reflexão e quais as intervenções necessárias e possíveis a serem desenvolvidas diante das problemáticas identificadas no processo

ensino aprendizagem. Possibilita a análise e avaliação de todo o trabalho pedagógico da escola. As informações coletadas no levantamento devem ser socializadas e informadas ao coletivo do conselho. Essas informações são os dados do aproveitamento escolar do bimestre no decorrer do processo ensino e aprendizagem (gráficos, ficha individual, pareceres, etc). Devem-se apontar necessidades ou atitudes para transformação da realidade apontada.

É importante ressaltar que deve - se avaliar que metodologias, pertinências e abordagem dos conteúdos, formas de avaliação, influem positiva ou negativamente no rendimento da turma. Tomar atitudes mais adequadas para os casos mais complexos é tarefa que requer reflexão conjunta de todos os envolvidos no processo educativo.

O Colégio utiliza alguns instrumentos para subsidiar a realização do Conselho de Classe, como:

- Ficha do Pré-Conselho de Classe realizado pelos Professores Coordenadores das Turmas.
- Ficha Individual para todos os alunos para registro dos pareceres dos professores e ocorrências durante o bimestre.
- Gráficos por turma apresentando o número de alunos que ficaram abaixo da média 6,0 .
- Fotos dos alunos no data show para melhor identificação

O acompanhamento do aluno com a utilização da ficha individual se torna mais interessante, as informações de todas as disciplinas são registradas bimestralmente na mesma ficha. Elas são organizadas numa pasta para cada turma, com espaço para os 03 trimestres, com o objetivo de avaliar continuamente o aluno durante todo o ano. Essas fichas ficam disponibilizadas na sala dos professores onde os mesmos devem registrar as ocorrências durante os bimestres e também informações relacionadas ao rendimento dos alunos. Os professores têm o compromisso de registrar esses dados nos pareceres antecipadamente à data do Conselho de Classe, a fim de utilizá-los no mesmo e após o Conselho de Classe os pais tomam ciência quando comparecem para a retirada do boletim, oportunizando melhor acompanhamento dos pais em relação a vida escolar dos filhos..

A apresentação dos gráficos das turmas pela Equipe pedagógica no Conselho de Classe tem como objetivo instrumentalizar a coleta de informações para análise do rendimento e para ter uma visão geral do resultado , para

redirecionamento da ação pedagógica . Assim, se torna mais fácil diagnosticar as disciplinas em que os alunos apresentam mais dificuldades e proporcionar ao professor também uma auto avaliação do seu trabalho. É possível ter uma visão melhor das turmas, comparando-as, analisando-as e decidindo qual a melhor atitude (ação) em relação aos problemas apresentados.

As fotos dos alunos disponibilizadas no data show facilita a identificação na hora do conselho, principalmente para os professores substitutos ou aqueles que tem poucas aulas.

O **Pós Conselho** é realizado através dos problemas levantados no Conselho de Classe com as indicações das possíveis intervenções e com isso tem o objetivo de redirecionar ação pedagógica de todos os envolvidos no processo ensino aprendizagem da escola. Assim, a equipe pedagógica e os professores devem desenvolver as ações combinadas durante o Conselho de Classe utilizando o diagnóstico de cada turma para que todos tenham oportunidade de aprender.

As ações que a equipe pedagógica realiza após o Conselho de Classe é o atendimento individualizado aos alunos que apresentam problemas de rendimento escolar, de indisciplina e outros problemas que o Conselho encaminhar para a equipe pedagógica atender. Quanto aos professores, estes devem desenvolver as ações previstas no Conselho de Classe.

Utilizamos uma ficha para o pós - conselho onde é registrado o diagnóstico da turma/disciplina que não apresenta bom rendimento (em anexo), e estes professores devem rever a metodologia utilizada e propor mudanças (ações) para conseguir melhorar a aprendizagem dos alunos. Não se deve perder de vista o objetivo maior que provém dessa estratégia, que é a possibilidade de se replanejar o processo de ensino-aprendizagem a partir dos dados apontados, discutidos e registrados na dinâmica do Conselho.

10 MARCO OPERACIONAL

A ação educativa trabalha com uma concepção de educação como direito para a vida e para a cidadania e como categoria que abrange diversas práticas sociais com vistas ao desenvolvimento humano dos indivíduos e da sociedade.

Entendemos também que a melhoria da educação escolar é função do desenvolvimento social em sentido amplo e que a escola só será capaz de promover um ensino de qualidade na medida em que dialogar com diferentes setores da sociedade, permanecendo sensível ás suas demandas.

Vivemos momentos de esperança que se contrapõem à indignação da humanidade diante das atrocidades, das guerras, dos extermínios em massa, além da miséria, da fome em todo o mundo e de manifestações da espantosa capacidade de destruição do homem e da natureza.

As condições sócio - econômicas dos pais refletem nas relações estabelecidas na família, na escola, no trabalho. Gerando, na maioria das vezes, violência e conflito que levam pais a abandonarem seus filhos. Nesse contexto, com efeito, a escola espelha as condições sociais em que está inserida.

Pensar na qualidade da educação traz a necessidade de considerar as condições objetivas para que isso se dê: verbas suficientes, instalações adequadas, salários dignos, condições materiais e estruturas de trabalho, além da formação e instrumentalização do professor; é preciso lembrar também, das condições subjetivas: o entendimento de que todas as pessoas podem aprender e têm direito à educação.

A escola não detém a estrutura necessária ao desenvolvimento de medidas efetivas de prevenção e reversão dos problemas de violência ocorridos no seu interior e em seu entorno. Reconhecemos a necessidade do envolvimento de todos os representantes da escola, das secretarias de governo e da sociedade civil organizada na construção de propostas e ações efetivas em prol de uma educação para a paz e segurança nas escolas. Para diminuir os índices de ***violência***[1] é necessário que seja liberada a construção da "**Casa do caseiro"** para nossa escola. Observamos que já há alguns anos vem sendo solicitada a sua construção sem, no entanto obtermos retorno positivo.

Sendo a escola um espaço de reflexão e debate e uma instituição capaz de uma atuação mais direta com os adolescentes, reconheceu-se também que os problemas pedagógicos detectados no diagnóstico, tais como indisciplina, evasão escolar, repetência e relação professor–aluno devem ser discutidos e trabalhados em sua essência, para que assim se garanta uma efetiva educação para a paz enquanto proposta curricular e trabalhe melhor as questões das desigualdades sociais.

É fundamental, também, que os representantes da comunidade estejam presentes na escola discutindo, elaborando e decidindo sobre o trabalho, o que permite aos pais, funcionários, educadores se apropriarem coletivamente do conjunto de experiências educacionais como forma de construção na qualidade do ensino e da democracia escolar, estabelecendo uma relação dialógica entre aquilo que o educando e os pais trazem em sua bagagem e a práxis dos profissionais da educação. O Colégio terá suas ações voltadas ao desenvolvimento, conhecimento, relação social, essas ações estarão sendo desenvolvidas no decorrer do ano letivo.

[1] Ato que cause dano físico, moral, psicológico ou patrimonial à pessoa ou à sociedade.

Além das ações programadas pela escola, a SEED oportuniza a participação de nossos alunos em vários projetos tais como: Fera, Com Ciência, JOCOPS, etc.

A escola tem hoje a preocupação de conquistar o apoio da comunidade, considerando relevante para uma atuação mais eficaz. E a escola tendo consciência de seu papel e para que as metas sejam realizadas procura manter e estreitar vínculos com os pais, usando da comunicação através dos alunos como uma estratégia constante. Dessa forma todas as ações propostas pela escola são explicadas aos alunos, sendo encaminhados bilhetes, convites, recados por seus filhos e com isso vamos conquistando mais participação através desse contato.

Além da participação dos pais no desenvolvimento das ações da escola, sempre que necessário os mesmos são chamados a comparecer e tratar de assuntos específicos sobre o ensino aprendizagem. São momentos de diálogo entre pedagogo, direção, professores e responsável pelo aluno.

10.1. EDUCAÇÃO E INCLUSÃO

> A política inclusiva objetiva oportunizar a educação democrática para todos, considerando ser o acesso ao ensino publico de qualidade e o exercício da cidadania um direito de todos; viabilizar a pratica escolar da convivência com a diversidade e diferenças culturais e individuais, e incluir o educando com necessidades educacionais especiais no ensino regular comum. (OLIVEIRA, 2009)

Sabemos que a escola inclusiva não é apenas aquela que possui matriculado em suas turmas, alunos com deficiências, mas sim aquela que reconheça e atenda na medida do possível às diferenças individuais, respeitando as necessidades educacionais especiais do alunado. Isso significa que nem todos os alunos que apresentam necessidades educacionais especiais são pessoas com deficiências, já que há muitos alunos com problemas e dificuldades em seu processo de aprendizagem, advindos de inúmeros fatores, quase sempre atrelados às condições socioeconômicas e/ou pedagógicas desfavoráveis.

A prática da inclusão, na realidade brasileira, convive com dificuldades: despreparo do sistema regular de ensino para atuar, resistência da comunidade escolar na aceitação dos alunos, bem como fatores diversos de natureza familiar, institucional e sociocultural. Assim, quem apresenta necessidades educacionais especiais não são apenas os alunos, mas, também, as escolas e sistemas de ensino.

A educação inclusiva, entretanto, não se esgota na observância da lei que a reconhece e garante, mas requer dos sistemas educacionais uma postura de modificação que abranja atitudes, perspectivas e organização diante dos desafios das diversidades (adequação dos sistemas educacionais, preparação do corpo docente, maior interação e conscientização da comunidade escolar).

Baseado nos princípios de igualdade e liberdade a L.D.B. nº. 9394/96, coloca a educação escolar como direito subjetivo de todos, inclusive dos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais. Em razão disso, ao implementar o Projeto Político Pedagógico, buscamos contemplar está realidade, pois estes alunos já estão dentro das escolas, exigindo uma reformulação do papel da escola.

Diante desta realidade, a escola, enquanto instituição social, ao preparar sujeitos para o exercício da cidadania, buscando uma sociedade mais justa e fraterna, tem por obrigação básica respeitar, reconhecer, aceitar e valorizar a diversidade dentro do ambiente escolar, na forma em que esta se apresentar, tanto as de caráter étnico, religioso, cultural, sócio -econômica, linguística, de capacidade.

Sendo assim, apesar das dificuldades encontradas, já citadas anteriormente, em relação a dar atendimento adequado a esses alunos e considerando a diversidade de alunos que a escola atende e buscando uma educação inclusiva pretendermos buscar atingir o objetivo de uma educação de qualidade para todos, uma vez que este projeto tem por finalidade a equiparação de oportunidades educacionais escolares para igualar o direito de todos a educação, principalmente aos alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

Conscientes disto e considerando a necessidade de atender esse alunado, pretende-se promover um processo contínuo e permanente de discussão e reflexão dos problemas da escola, na busca de alternativas viáveis a efetivação da sua intencionalidade educativa para todos. Entre as alternativas que buscaremos selecionamos algumas:

- Promover a adaptação curricular sempre que a situação exigir;

- Promover a criação de metodologias e estratégias de ensino adequadas visando a atender as necessidades especiais dos alunos, objetivando a superação de suas dificuldades;
- Envolver as Instâncias Colegiadas da escola no processo de inclusão, na quebra de preconceitos e na valorização da diferenças.
- Criação de execução de programas que maximizem a aceitação, a valorização de todos os indivíduos, oportunizando-lhes o ingresso e/ou regresso, a permanência e o sucesso no contexto escolar.
- Adotar instrumentos diferenciados de avaliação, devidamente adequados às necessidades, situações e circunstâncias de aprendizagem.

A Lei nº. 10.436, de 24 de abril de 2002 reconheceu oficialmente a Libras como língua, e o Decreto nº. 5.626, de 22 de dezembro de 2005 regulamenta a lei já citada e o Código de Ética do intérprete. O papel do intérprete é realizar a interpretação da língua falada para a língua sinalizada e vice-versa observando os preceitos éticos. Como no nosso Colégio temos dois alunos surdos na EJA (Educação de Jovens e Adultos), oferecemos 20 horas de atendimento especializado de Intérprete de Línguas e Sinais para os mesmos. Também, buscando atender a outros alunos com outras necessidades especiais, procuramos trabalhar com adaptações curriculares, adaptações metodológicas e didáticas, monitoria em sala de aula com o objetivo de atender melhor a diversidade de alunos que temos.

O CAES (Centro de Atendimento Especializado – área da surdez) foi autorizado a funcionar nesse estabelecimento de ensino a partir de junho de 2011, no período vespertino, e atende alunos do Ensino Médio e EJA. A professora que trabalha no centro trabalha também como intérprete atendendo os alunos no período noturno na EJA.

A implantação da Sala de Recursos Multifuncional autorizada para o ano de 2012, atende a necessidade da escola promover as condições de acesso, participação e aprendizagem dos alunos da educação especial no ensino regular, possibilitando a oferta do atendimento educacional especializado, de forma não substitutiva à escolarização.

O atendimento educacional especializado é organizado para apoiar o desenvolvimento dos alunos, esse atendimento complementa e ou suplementa a formação dos alunos com vistas a autonomia e independência na escola e fora dela.

10.2 DESENVOLVIMENTO SOCIOEDUCACIONAL

O contexto complexo no qual a escola está inserida, tem levado o profissional da educação a se defrontar com o desafio de buscar soluções para questões de toda a ordem, ligadas às dimensões sociais, culturais, éticas, econômicas, ambientais e estruturais.

A Coordenação de Desenvolvimento Socioeducacional (CDS) oferece subsídios teórico - metodológicos e propõe ações conjuntas de parceria com outras instituições. Tais ações são imprescindíveis na construção de estratégias para mitigação das questões apontadas e, desse modo, oferecer alternativas de soluções.

Nesse sentido a Coordenação de Desenvolvimento Socioeducacional , vinculada à Diretoria de Políticas e Programas Educacionais da Secretaria do Estado da Educação – CDS/DPPE/SEED, responde pelas demandas:

10.2.1 Cidadania e Direitos Humanos - Em sua essência busca os princípios da dignidade humana, respeitando os diferentes sujeitos de direito e fomentando maior justiça social. Esta demanda responde também por ações interinstitucionais de acompanhamento e fomento dos seguintes programas federais: Programa Bolsa família, Educação Fiscal – Programa Nacional de Educação Fiscal/PNEF, Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI, Programa Escola Aberta, Programa Saúde na Escola.

Em relação à demanda de Cidadania e Direitos Humanos, a Educação Fiscal através do Programa Nacional Educação Fiscal/PNEF tem como objetivos:

- estimular o cidadão a refletir sobre a função socioeconômica dos tributos;
- possibilitar aos cidadãos o conhecimento sobre a administração pública;
- incentivar a sociedade a acompanhar a aplicação dos recursos públicos;
- criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão;

O programa Estadual de Educação Fiscal promove formação continuada a profissionais da educação para trabalhar esse tema em sala de aula . O objetivo é refletir sobre a função dos impostos e oferecer aos educandos conhecimento de administração pública, incentivando o acompanhamento das aplicações dos recursos públicos pela sociedade.

A educação fiscal deve estar inserida no currículo da Educação Básica, independente da disciplina. A educação fiscal tem por objetivo conscientizar os alunos sobre os deveres e direitos do cidadão que paga tributos, onde estes serão aplicados, exigindo transparência, de forma que a função social dos impostos seja concretizada.

E o Colégio José de Anchieta, realiza um trabalho sobre Educação Fiscal proporcionando aos alunos Palestras realizadas em todas as turmas com professores que fizeram o curso de Educação Fiscal.

No Colégio contamos com a realização de palestras com questões relacionadas ao Desenvolvimento Socioeducacional: Cidadania e Direitos Humanos, Educação Ambiental, Enfrentamento a Violência, Prevenção ao uso indevido de drogas e também temas relacionados a diversidade, como: Gênero e Diversidade Sexual e outros, utilizando vídeos com depoimentos (documentários);

No nosso colégio é desenvolvido o Projeto da Câmara Juvenil realizado desde 2006 pela professora Sônia Berti de Educação Física. No Projeto Pedagógico JOVEM QUE PARTICIPA MELHORA A POLÍTICA – CÂMARA JUVENIL são abordados temas como participação na política, democracia, cidadania e organização política brasileira. As estratégias de ensino adotadas para desenvolver os conteúdos acima foram: capacitação por meio de palestras, discussões em grupos de estudos, visitas e apresentações de trabalhos. Após o período preparatório, realizamos eleição na escola selecionando nove alunos que pesquisaram e estudaram de forma mais específica o funcionamento e quais os tipos de preposições de uma câmara de vereadores.

A História do Paraná (Lei nº 13381/01), obrigatório no âmbito escolar é trabalhada conforme determina a legislação. Consta nas PPCs das disciplinas.

Em relação ao Programa Bolsa Família que têm a finalidade de propiciar condições sociais, intelectuais e pessoais de cidadania para atendimento a população carente, temos 44 alunos beneficiados. São 30 até 15 anos e 14 até 17 anos. Ao serem beneficiadas, as famílias em contrapartida, se comprometem em

manter seus filhos na escola, acompanhar o seu progresso escolar e se responsabilizar pelo seu desenvolvimento.

10.2.2 Educação Ambiental (Lei 9795/99) – Propõe estimular um processo de reflexão e tomada de Consciência quanto aos aspectos que envolvem as questões ambientais emergentes, locais e mundiais, para que se desenvolva uma compreensão critica por parte de educadores e educandos, numa perspectiva social, histórica, cultural, política, econômica e pedagógica.

> "A Educação Ambiental é um processo que consiste em propiciar às pessoas uma compreensão crítica e global do ambiente, para elucidar valores e desenvolver atitudes que lhe permitam adotar uma posição consciente e participativa a respeito das atitudes que lhes permitam adotar uma posição consciente e participativa a respeito das questões relacionadas com a conservação e adequada utilização dos recursos naturais, para melhoria da qualidade de vida e eliminação da pobreza extrema e do consumismo desenfreado".(MEDINA, 2002, p. 73)

As ações que o homem exerce sobre o meio ambiente, interferem diretamente na qualidade de vida, tendo um efeito, às vezes, devastador na vida do ser humano. É preciso que o educando aprenda a entender os mecanismos que regem a natureza, conhecer os processos de preservação, as tecnologias, a preparação e manejo de processos de desenvolvimentos ambientais são atitudes importantes na construção de uma vida mais saudável e previsível.

Em relação à demanda Educação Ambiental, esta propõe estimular o processo de reflexão e tomada de consciência quanto aos aspectos que envolvem as questões ambientais emergentes, locais e mundiais, para que se desenvolva uma compreensão crítica por parte de educadores e educandos, numa perspectiva social, histórica, cultural, política, econômica e pedagógica.

O Colégio desenvolveu um projeto junto com toda a comunidade escolar denominado "Agenda 21 escolar: Parceiros Jovens" no ano de 2005. com a coordenação das professoras de Biologia: Marli Hack da Fonseca e Márcia Telles Ribeiro Coccia. Neste ano desenvolvemos algumas atividades na escola relacionadas ao tema que estão descritas no Marco Operacional, mas está previsto uma reunião da Agenda 21 até o final de 2011, onde serão definidas ações para serem desenvolvidas na escola.

10.2.3 Enfrentamento a violência – Buscam implantar ações que garantam as políticas públicas de enfrentamento às violências no âmbito escolar, bem como a efetiva articulação com a Rede de Proteção Social dos Direitos das crianças e Adolescentes. Dentro desse tema também há o Programa de Educação das Unidades Socioeducativas – PROEDUSE. A questão da violência nas escolas favorece as reflexões sobre a necessidade de se conhecer mais sobre o assunto e enfrentar o problema buscando alternativas que transformem esta realidade.

A participação dos pais na vida escolar de seus filhos é cada vez mais necessária, porque o enfrentamento à violência é uma ação conjunta onde escola, família e comunidade precisam estar alinhadas num mesmo propósito.

Entre as atitudes de violência, que se podem observar nas escolas está o bullying que significa o poder de intimidar, excluir, humilhar, perseguir, constranger os outros e ocorre com frequência nas escolas, desenvolvendo nas vítimas o medo, a depressão e até mesmo a evasão escolar. A escola então precisa ter uma atitude preventiva, promovendo a inclusão social e psicológica.

Ao trabalhar esse desafio temos que buscar a ampliação da compreensão e formar uma consciência crítica sobre a violência e, assim, transformar a escola em espaço onde o conhecimento toma o lugar da força.

O Enfrentamento à Violência na Escola requer formação continuada dos profissionais da educação sobre as causas da violência e suas manifestações, bem como a produção de material de apoio didático-pedagógico. É realizado um trabalho interdisciplinar onde são trabalhados assuntos pertinentes, como: respeito, solidariedade, tolerância, amor ao próximo, etc.

10.2.4 Prevenção ao Uso Indevido de Drogas – Trata-se de demanda que visa capacitar os profissionais da educação através da fundamentação teórica e formação continuada, numa perspectiva critica, histórica e pedagógica. Ordinariamente, são promovidas discussões em reuniões pedagógicas , inserindo-se esse tema nas disciplinas curriculares. Extraordinariamente, além de oferecer suporte especial à escola, também são propostas ações em parceria com outras instituições.

A Prevenção ao Uso Indevido de Drogas é um trabalho desafiador, que requer tratamento adequado e cuidadoso, fundamentado em resultados de

pesquisa, desprovido de valores e crenças pessoais. Por meio da busca do conhecimento, educadores e educandos são instigados a conhecer a legislação que reporta direta ou indiretamente a esse desafio, bem como a debater assuntos presentes em nosso cotidiano como: drogadição, vulnerabilidade, preconceito e discriminação ao usuário de drogas, narcotráfico, violência, influência da mídia, entre outros.

O uso de drogas é um problema social que envolve questões políticas, culturais, econômicas e sociais. Tratar a prevenção ao uso indevido de drogas é compromisso da escola pública, com o intuito da reflexão em todos os contextos envolvidos. É, na verdade um desafio que leva a um trabalho coletivo e interdisciplinar, cujo resultado pode culminar na transformação de comportamentos e atitudes dos nossos alunos.

Durante a construção do currículo é imprescindível que o coletivo escolar atente para as considerações acerca de temáticas atuais que se constituem no Desenvolvimento Sócioeducacional. Sendo assim, o coletivo do Colégio Estadual José de Anchieta busca inserir no cotidiano escolar e nas práticas pedagógicas das disciplinas os temas relativos à:

- Cidadania e Direitos Humanos
- Educação Ambiental
- Enfrentamento à violência
- Prevenção ao uso indevido de drogas

11 DIVERSIDADE

Em relação à Diversidade, também é necessário inserir no cotidiano escolar e nas práticas pedagógicas das disciplinas os temas a seguir: Educação do Campo, Gênero e diversidade sexual, História e Cultura dos povos indígenas – Lei 11645/08 e História e Cultura Afro-brasileira e africana – Lei 10639/03, História do Paraná (Lei nº 13381/01). Os temas serão abordados de acordo com a abrangência/especificidade de cada disciplina.

11.1 Educação do Campo

A LDB no artigo 28 promove a garantia da Educação do Campo que se caracteriza pelo conceito atualizado do Campo, ou seja, os povos do campo, o jeito peculiar de relacionar-se com a natureza, o trabalho na terra, a organização das atividades produtivas, mediante a utilização da mão – de - obra dos membros da família, cultura e valores que enfatizam as relações familiares e de vizinhança, valorizando festas comunitárias e de celebração da colheita, com um vínculo de uma rotina de trabalho que nem sempre segue o relógio mecânico.

A discussão da questão agrária, do desenvolvimento sustentável e da interdependência campo-cidade pretende levantar fatores determinantes que levaram a educação do campo estar historicamente marginalizado nas políticas educacionais e sociais.

Há uma produção cultural do campo que deve se fazer presente na escola. Um desafio está posto à educação do campo: considerar a cultura dos povos do campo em sua dimensão empírica e fortalecer a educação escolar como processo de apropriação e elaboração de novos conhecimentos, valorizando a prática social dos envolvidos no ato pedagógico.

Os conhecimentos desses povos precisam ser levados em consideração ao se pensar na seleção e desenvolvimento dos conteúdos, de forma que valorize as singularidades regionais. Tal seleção requer do professor investigação e estudo para ampliação dos conhecimentos dos educandos, possibilitando relacionar os conteúdos científicos aos do mundo da vida que os educandos trazem para a sala de aula.

Para tanto, como afirma Paulo Freire, o professor necessita estar constantemente em formação para que possa analisar o passado, perceber seus ecos no presente e estimular a transformação do futuro.

11.2 Gênero e Diversidade Sexual

A Sexualidade, entendida como uma construção social, histórica e cultural, precisa ser discutida na escola – espaço privilegiado para o tratamento pedagógico desse tema. O trabalho educativo com a Sexualidade, por meio dos conteúdos elencados nas Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná, deve considerar os referenciais de gênero, diversidade sexual, classe e raça/etnia. Assim, procura-se subsidiar, por meio do conhecimento

científico - e não por meio de valores e crenças pessoais - os educadores e educadoras, através da formação continuada e da produção de materiais de apoio didático-pedagógico. É importante transformar as práticas de ensino, desconstruir preconceitos e no cotidiano da escola buscar instrumentos para refletir e lidar com as atitudes e comportamentos que envolvam relações de gênero, Étnico-raciais e questões sobre sexualidade.

11.3 Cultura Afro-Brasileira e Indígena - (LEI Nº 10639/03 e Lei Nº 11.645/08)

Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”, que inclui a História e Cultura Indígena, acrescentando novos conteúdos relativos à participação do índio na formação da sociedade nacional e as contribuições dos povos indígenas em diferentes áreas.

Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar, em especial da áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

As alusões giram tipicamente em torno da contribuição da cultura africana na música, na língua falada e escrita, na culinária, nas festas populares celebradas desde os tempos coloniais, linguagem corporal.

É nesse espírito de reconhecimento, revisão e inclusão que a Lei 10.639, de nove de janeiro de 2003, busca compreender ao tornar “obrigatório” o ensino sobre História e Cultura Afro – Brasileira nas grades curriculares do ensino e inclusão, no calendário escolar, do dia 20 de novembro, (1695) Dia Nacional da Consciência Negra, aniversário de morte de Zumbi dos Palmares.

A oficialização do ensino da História e Cultura Afro-brasileira e Indígena no currículo da rede pública de ensino do país é um marco no sentido de introduzir na educação brasileira a valorização de nossa história e a participação de outras culturas, além da europeia. Entretanto, a essa demanda acrescentada na LDB cumpre também a tarefa de fortalecer e promover a reconstrução das relações étnico-raciais no ambiente escolar em todo o país. Acreditamos numa educação que

se busque o encontro com a alteridade, com um outro em sua diferença, na perspectiva do diálogo, na perspectiva do intercultural e que aponte o transcultural.

O processo educativo que viabiliza essas aprendizagens necessárias encontra embasamento nos princípios da consciência política e histórica da diversidade, do fortalecimento de identidades e de direitos, das ações educativas de combate ao racismo e às discriminações. Falamos de uma educação que privilegie as coisas vividas pelos alunos, a história de vida do sujeito em suas relações.

11.4 Equipe Multidisciplinar

A Equipe Multidisciplinar será composta a cada dois anos, até um mês após o início do ano letivo. É uma instância de organização do trabalho escolar, que deve preferencialmente ser coordenada pela equipe pedagógica, e instituída por Instrução da SUED/SEED, de acordo com o disposto no art. 8º da Deliberação nº 04/06 – CEE/PR, com a finalidade de orientar e auxiliar o desenvolvimento das ações relativas à Educação das Relações Étnico-Raciais e ao Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, Africana e Indígena, ao longo do período letivo na perspectiva de contribuir para que o aluno negro e indígena mire-se positivamente, pela valorização da história de seu povo, da cultura, da contribuição para o país e para a humanidade.

A equipe multidisciplinar é um espaço pedagógico fundamental nas escolas estaduais, que oportuniza um novo olhar no espaço escolar para perceber a diversidade e, sobretudo, perceber as sutilezas com que o racismo, pano de fundo do tema, se apresenta nas praticas pedagógicas. É uma estratégia para refletirmos e superarmos as manifestações e atitudes de preconceito e discriminação racial ainda existentes nas escolas.

As ações pedagógicas das equipes devem buscar possíveis soluções para conflitos relacionais que permeiam o cotidiano da escola e que visem uma educação efetivamente democrática. Desse modo, a abordagem da História e Cultura Afro-brasileira, Africana e Indígena na escola deve ser feita de forma positivada, demonstrando que as contribuições que deram e dão, historicamente, para o processo de construção da identidade brasileira em espaços políticos, econômicos, sociais e culturais.

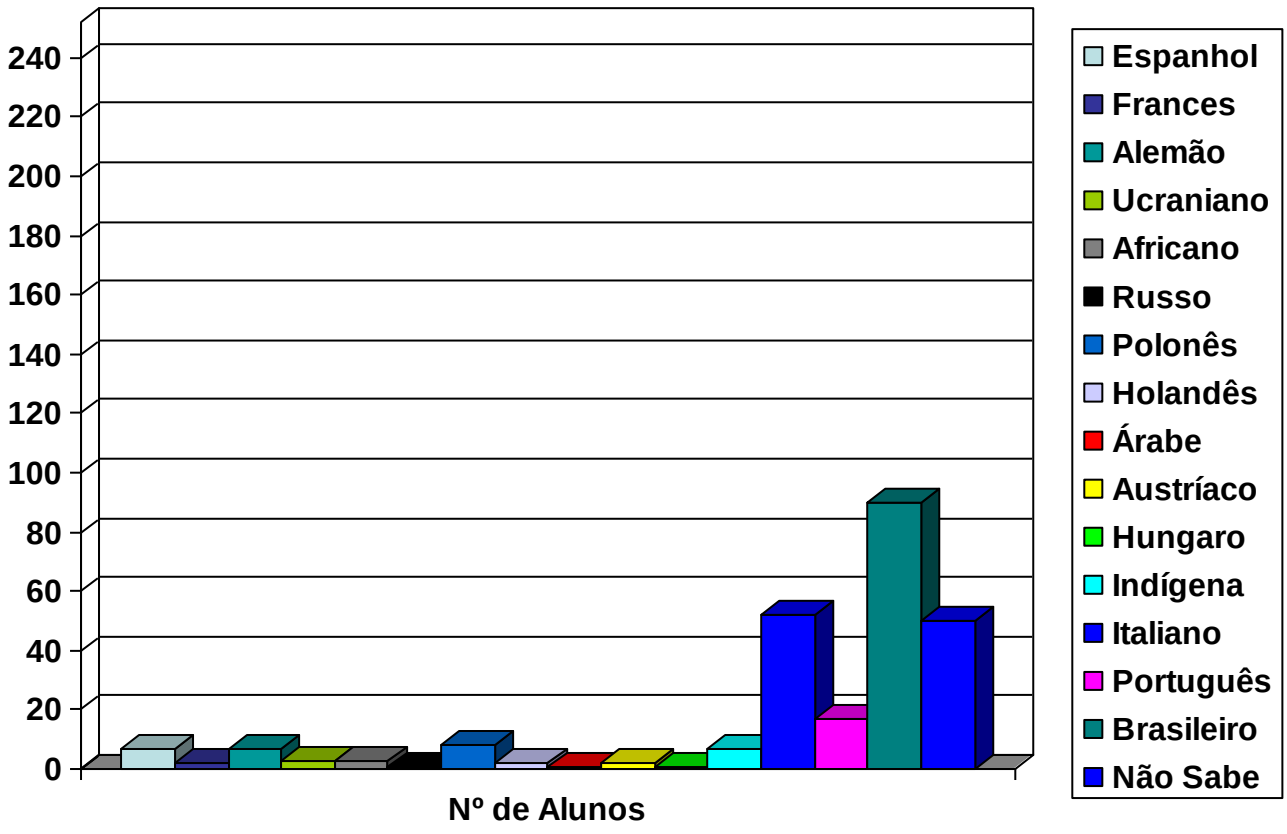
Os integrantes da Equipe Multidisciplinar do Colégio Estadual José de Anchieta juntamente com todo o coletivo escolar organizam atividades para serem trabalhadas com todas as turmas do colégio. Essas atividades estão descritas no Plano de Ação da Equipe.

Integrantes da Equipe:

- Doracilda Aparecida Hack Porto (Pedagoga)
- Enilda Gonçalves Cruz (Agente Educacional II)
- Francieli Aparecida Custódio (Professora de História)
- Josiani Aparecida de Souza Reis (Professora de História)
- Márcia Telles Ribeiro Coccia (Professora de Biologia)
- Rosangela Spricigo Esteves Daniel (Pedagoga e Membro do Conselho Escolar.

Pesquisa realizada em 2011 no Colégio.

NÚMERO DE ALUNOS CONFORME SUA ETNIA – AMOSTRA 252 ALUNOS



12. AVALIAÇÃO: EJA FUNDAMENTAL II e MÉDIO

12.1 Concepção de Avaliação

A avaliação é compreendida como uma prática que alimenta e orienta a intervenção pedagógica. É um dos principais componentes do ensino, pelo qual se estuda e interpreta os dados da aprendizagem. Tem a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos educandos, diagnosticar os resultados atribuindo-lhes valor. A avaliação será realizada em função dos conteúdos expressos na proposta pedagógica.

Na avaliação da aprendizagem é fundamental a análise da capacidade de reflexão dos educandos frente às suas próprias experiências. E, portanto, deve ser entendida como processo contínuo, descritivo, compreensivo que oportuniza uma atitude crítico - reflexiva frente à realidade concreta.

A avaliação educacional, nesse Estabelecimento Escolar, seguirá orientações contidas no artigo 24, da LDBEN 9394/96, e compreende os seguintes princípios:

- investigativa ou diagnóstica: possibilita ao professor obter informações necessárias para propor atividades e gerar novos conhecimentos;
- contínua: permite a observação permanente do processo ensino-aprendizagem e possibilita ao educador repensar sua prática pedagógica;
- sistemática: acompanha o processo de aprendizagem do educando, utilizando instrumentos diversos para o registro do processo;
- abrangente: contempla a amplitude das ações pedagógicas no tempo-escola do educando;
- permanente: permite um avaliar constante na aquisição dos conteúdos pelo educando no decorrer do seu tempo-escola, bem como do trabalho pedagógico da escola.

Os conhecimentos básicos definidos nesta proposta serão desenvolvidos ao longo da carga horária total estabelecida para cada disciplina, conforme a matriz curricular, com oferta diária de 04 (quatro) horas-aula por turno, com avaliação presencial ao longo do processo ensino-aprendizagem.

Considerando que os saberes e a cultura do educando devem ser respeitados como ponto de partida real do processo pedagógico, a avaliação contemplará, necessariamente, as experiências acumuladas e as transformações que marcaram o seu trajeto educativo, tanto anterior ao reingresso na educação formal, como durante o atual processo de escolarização.

A avaliação processual utilizará técnicas e instrumentos diversificados, tais como: provas escritas, trabalhos práticos, debates, seminários, experiências e pesquisas, participação em trabalhos coletivos e/ou individuais, atividades complementares propostas pelo professor, que possam elevar o grau de aprendizado dos educandos e avaliar os conteúdos desenvolvidos.

É vedada a avaliação em que os educandos sejam submetidos a uma única oportunidade de aferição. O resultado das atividades avaliativas será analisado pelo educando e pelo professor, em conjunto, observando quais são os seus avanços e necessidades, e as consequentes demandas para aperfeiçoar a prática pedagógica.

12.2 Procedimentos e Critérios para Atribuição de Notas

a) as avaliações utilizarão técnicas e instrumentos diversificados, sempre com finalidade educativa;

b) para fins de promoção ou certificação, serão registradas 02 (duas) a 06 (seis) notas por disciplina, que corresponderão às provas individuais escritas e também a outros instrumentos avaliativos adotados, durante o processo de ensino, a que, obrigatoriamente, o educando se submeterá na presença do professor, conforme descrito no Regimento Escolar. Na disciplina de Ensino Religioso, as avaliações realizadas no decorrer do processo ensino-aprendizagem não terão registro de nota para fins de promoção e certificação.’

c) a avaliação será realizada no processo de ensino e aprendizagem, sendo os resultados expressos em uma escala de 0,0 (zero vírgula zero) a 10,0 (dez vírgula zero);

d) para fins de promoção ou certificação, a nota mínima exigida é 6,0 (seis vírgula zero), em cada disciplina, de acordo com a Resolução n.º 3794/04 – SEED e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária de cada disciplina na organização coletiva e 100% (cem por cento) na organização individual;

e) o educando deverá atingir, pelo menos a nota 6,0 (seis vírgula zero) em cada registro da avaliação processual. Entretanto, todos os alunos terão direito à recuperação de estudos, independente do desempenho escolar. Para os que obtiverem média igual ou superior a 6,0 (seis vírgula zero) a recuperação será ofertada como acréscimo ao processo de apropriação dos conhecimentos;

f) para os educandos que cursarem 100% da carga horária da disciplina, a média final corresponderá à média aritmética das avaliações processuais, devendo os mesmos atingir pelo menos a nota 6,0 (seis vírgula zero);

g) os resultados das avaliações dos educandos deverão ser registrados em documentos próprios, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade da vida escolar do educando;

h) o educando com necessidades educativas especiais, será avaliado não por seus limites, mas pelos conteúdos que será capaz de desenvolver.

12.3 Recuperação de Estudos

A oferta da recuperação de estudos significa encarar o erro como hipótese de construção do conhecimento, de aceitá-lo como parte integrante da aprendizagem, possibilitando a reorientação dos estudos. Ela se dará concomitantemente ao processo ensino-aprendizagem, considerando a apropriação dos conhecimentos básicos, sendo direito de todos os educandos, independentemente do nível de apropriação dos mesmos.

A recuperação será também individualizada, organizada com atividades significativas, com indicação de roteiro de estudos, entrevista para melhor diagnosticar o nível de aprendizagem de cada educando.

Assim, principalmente para os educandos que não se apropriarem dos conteúdos básicos, será oportunizada a recuperação de estudos por meio de exposição dialogada dos conteúdos, de novas atividades significativas e de novos instrumentos de avaliação, conforme o descrito no Regimento Escolar.

13 AVALIAÇÃO: ENSINO MÉDIO

13.1 CONCEITO

A Avaliação deve ser vista como acompanhamento de aprendizagem; deve ser contínua e centralizada no desempenho do aluno.

A Avaliação é concebida como instrumento para ajudar o processo e não apenas o produto educacional, e como tal deve ser contínua e permanente, não se preocupando apenas em contar acertos e erros. O mecanismo ação – reflexão - ação é importante para que a avaliação cumpra o seu papel, ou seja: o julgamento qualitativo da ação deve estar em função do aprimoramento dessa mesma ação.

Diante da preocupação de não avaliarmos de forma a levar em conta somente os erros e acertos, a avaliação do Projeto Pedagógico, será feito em cada Encontro Pedagógico, ou seja, **trimestralmente**, para que o acompanhamento seja feito em pequenos períodos, facilitando o diagnóstico e, consequentemente a tomada de decisões a serem feitas coletivamente pelos professores, pais, alunos, comunidade e a equipe técnico-pedagógica da escola, através dos resultados obtidos até aquele momento.

Numa pedagogia preocupada com a transformação, o exercício da avaliação não poderá ser nem “piedoso” nem “durão”. Terá que ser adequado, normatizado pela própria amplitude constitutiva desta ação, ou seja, norteada por uma visão de totalidade sobre dados relevantes, na perspectiva de encaminhar a ação e não estagná-la pela classificação.

Nessa concepção, as formas e instrumentos de avaliação serão diferenciadas e elaboradas de modo a auxiliar as decisões do processo ensino-aprendizagem e a construir, no aluno, a capacidade de autonomia, de reflexão e pensamento.

Por fim, conforme afirma (MACHADO, 1996), cabe dizer que a avaliação não é simples questão de técnica ou de afetividade, mas uma questão fundamentalmente política, que exige critérios claros e aceitáveis, e que sejam conhecidos pelos alunos. Quando o aluno desconhece os critérios de avaliação, sente-se injustiçado pelo professor, julgando sua atitude arbitrária.

13.2 OBJETIVOS

- Proporcionar avaliação utilizando procedimentos que assegurem o acompanhamento do pleno desenvolvimento do aluno;
- Conceber avaliação como prática pedagógica intrínseca ao processo de ensino e aprendizagem com a função de diagnosticar o nível de apropriação do conhecimento do aluno.
- Proporcionar a avaliação como uma forma de diagnóstico dos avanços e dificuldades dos alunos e como indicador para o replanejamento do trabalho docente, tendo em vista aperfeiçoar a prática pedagógica.

13.3 FORMAS E INSTRUMENTOS

Serão utilizados como formas de avaliação:

- Avaliação objetiva, subjetiva e/ou oral mensal e trimestral;
- Elaboração de relatórios de aulas práticas, de palestras;
- Produção de textos;
- Apresentação oral de trabalhos;
- Atividades de pesquisa bibliográfica;
- Atividades com textos literários e/ou informativos;
- Atividades a partir de recursos audiovisuais (músicas, filmes, slides, imagens);
- Realização de experimentos;
- Confecção de mapas, cartazes, gráficos;
- Síntese;
- Debate;
- Seminários, oficinas;
- Trabalho individual e em equipe, tanto com atividades práticas como de pesquisa;
- Trabalho de pesquisa de campo (entrevistas, observações, etc.);
- Pesquisas em livros, revistas, jornais, vídeos, internet, etc
- Elaboração de portifólios;
- E outros instrumentos.

As disciplinas de Educação Física e Arte terão uma avaliação diferenciada. O professor poderá avaliar a totalidade de conhecimentos do aluno, sua participação nas atividades propostas e sua capacidade criativa. Será oportunizada também a auto-avaliação para que o aluno reflita suas ações no individual e coletivo.

13.4 COMPETÊNCIA DA AVALIAÇÃO

Compete ao professor dentro de sua disciplina, avaliar o aproveitamento do educando, bem como elaborar e aplicar os instrumentos de avaliação de acordo com os critérios por ele estabelecidos, visando à formação integral do aluno e respeitando as diferenças individuais.

13.5 PERIODICIDADE DA AVALIAÇÃO

- O Aluno será avaliado continuamente, através das formas e instrumentos utilizados, sendo que ao final de cada trimestre receberá a avaliação somativa do mesmo.
- A avaliação será expressa por notas que se graduarão de 0,0 a 10,0.
- Deverá haver preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

13.6 MÉDIA PARA APROVAÇÃO

Pela Resolução nº. 3794/04, a partir do ano letivo de 2005, estabelece a nota 6,0 (seis vírgula zero) como média de aprovação para os alunos da rede Pública Estadual de Educação Básica, com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).

O Sistema de Avaliação adotado pelo Estabelecimento de Ensino a partir de 2012 será trimestral e será composto pela somatória da nota 5,0 (cinco vírgula zero) referente a atividades diversificadas (trabalhos de pesquisa em grupo ou individual, relatório, debate, etc.) mais a nota 5,0 (cinco vírgula zero) resultante de uma avaliação escrita, totalizando nota final de 10,0 (dez vírgula zero).

Ao final do ano letivo, será calculada a Média Anual dos alunos obedecendo a seguinte fórmula:

$$\text{Média Anual} = \frac{1º\ \text{Trim.} + 2º\ \text{Trim.} + 3º\ \text{Trim.}}{3} = 6{,}0$$

13.7 INSTRUMENTOS DE REGISTRO E COMUNICAÇÃO DOS RESULTADOS

As notas serão registradas no livro de frequência pelo professor e entregue à Secretaria do Estabelecimento que registrará no Histórico Escolar, ficha individual e boletim do aluno.

A comunicação dos resultados obtidos pelo educando será feita trimestralmente, aos mesmos e aos responsáveis através de boletins próprios. Apresentação de gráficos demonstrando o rendimento dos alunos por série nos Conselhos de Classe.

13.8 RECUPERAÇÃO PARALELA

Partimos do entendimento de que a recuperação se insere na forma de organização do trabalho docente e, portanto, dialoga com o par dialético “objetivos/avaliação”. A partir dessa ideia, entendemos que a recuperação está igualmente a serviço dos objetivos que se pretende alcançar com o processo educativo.

A Recuperação de conteúdos estará sempre acontecendo durante as aulas, sendo que no final de cada trimestre será oportunizado aos alunos, o direito de participar de aulas de revisão, tarefas e atividades avaliativas, cujo valor será 10,0 (dez vírgula zero). A média final da recuperação será substituída quando esta for superior à média anterior.

14 AVALIAÇÃO DO ENSINO APRENDIZAGEM

O educando é um ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento. Dentro da visão em que educar é formar e aprender a construir o próprio saber. A avaliação contempla dimensões, e não se reduz apenas em atribuir notas.

Se o ato de ensinar e aprender, consiste na realização em mudanças e aquisição de comportamentos, o ato de avaliar consiste em verificar se eles estão sendo realmente atingidos para ajudar o aluno a avançar na aprendizagem e na construção do seu saber. Assim a avaliação assume uma dimensão orientadora, pois permite que o aluno tome consciência de seus avanços e dificuldades, para continuar progredindo na construção do conhecimento.

A forma de encarar e realizar a avaliação reflete a atitude do professor em sua interação com a classe bem como sua relação com o aluno. Se o professor orienta as atividades de aprendizagem dos educandos, tenderá a encarar a avaliação como uma forma de diagnóstico dos avanços e dificuldades dos alunos e como indicador para o replanejamento de seu trabalho docente. Nessa perspectiva a avaliação ajuda o aluno a progredir na aprendizagem, e o professor a aperfeiçoar sua prática pedagógica.

Em termos gerais a avaliação é um processo de coleta e análise de dados, tendo em vista verificar se os objetivos propostos foram atingidos, sempre respeitando as características individuais e o ambiente em que o educando vive. A avaliação deve ser integral, considerando o aluno como um ser total e integrado e não de forma fragmentada.

Em relação à avaliação de aprendizagem, cabe ressaltar a importância da diversificação dos instrumentos avaliativos: observação, trabalhos individuais e em grupo, demonstração, maquetes, seminários, produção de textos, provas, exercícios práticos. A escolha de tais instrumentos não é neutra e nem descolada do conjunto de ações e atividades que caracterizam a prática pedagógica. Pelo contrário, a avaliação é componente indissociável do processo de definição de conteúdos, objetivos e métodos, ao mesmo tempo em que ilumina e fortalece o próprio processo de planejamento. Numa concepção de avaliação formativa e processual é fundamental pensar no acompanhamento e registro do desempenho do aluno.

Ao avaliar o progresso de seus alunos na aprendizagem, o professor pode obter informações valiosas sobre seu próprio trabalho. Nesse sentido a avaliação fornece ao professor dados para que ele possa repensar e replanejar sua atuação didática, visando aperfeiçoá-la, para que seus alunos obtenham êxito na aprendizagem.

É graças à função diagnóstica que pode ser observado o desempenho, quais as reais causas que impedem a aprendizagem do aluno, portando,

O aluno se sente estimulado a trabalhar de forma produtiva quando percebe que há uma finalidade na proposta do professor, onde seus resultados estão sendo valorizados.

É fundamental que a avaliação seja efetivamente realizada de forma contínua e que o acompanhamento seja voltado para a análise dos aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho dos alunos, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento do mesmo.

Desta forma pretende-se:

- Acompanhar, trimestralmente, os resultados através de análises nos conselhos de classe, com gráficos, pareceres dos professores e outros instrumentos de coleta, prevendo possíveis adaptações, se necessário, a fim de buscar o melhor atendimento às necessidades educacionais especiais do nosso alunado.

O acompanhamento é fundamental para interagir em tempo, com responsabilidade no processo de ensino aprendizagem e na forma de avaliar o rendimento.

15 AVALIAÇÃO DA ESCOLA

Avaliar é um ato complexo que tem que ser feito com responsabilidade e comprometimento ético e moral.

A concepção de avaliação deve abranger a organização escolar como um todo: as relações internas, o trabalho docente, a organização do ensino, o processo de aprendizagem do aluno e, ainda, a relação com a sociedade.

A avaliação é um exercício mental que permite a análise, o conhecimento, o diagnóstico, a medida e/ou julgamento de um objeto. Esse objeto deve ser a própria realidade e daqueles que a fazem. Entende-se a ação de avaliar como processual e reveladora das possibilidades de construção de uma escola mais rica e dinâmica.

A avaliação deve priorizar a identificação dos problemas, dos avanços e verificar as possibilidades de redimensionamentos e continuidade de ações desenvolvidas pela escola, que deve buscar caminhos para se adaptar à realidade e às exigências dos novos tempos. Através da análise dos dados – diagnósticos – deve se evidenciar os problemas, os conflitos, as contradições presentes na realidade da escola.

Acompanhar e avaliar as atividades escolares são atividades que levam à reflexão sobre como a escola está organizada para colocar o Projeto Político Pedagógico em ação.

16 AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A necessidade de renovar a escola, de buscar caminhos para que ela consiga se adaptar à realidade e às exigências dos novos tempos, é presente nos últimos anos. Essa busca não deve significar reinventar a escola, mas sim trabalhar as ideias e conceitos já sedimentados trazendo-os para o âmbito da sociedade moderna, objetivando recuperar a qualidade do ensino. Deve ser consenso comum a compreensão de que a escola deixou de ser o local de transmissão de conhecimentos, hoje ela deve ser o espaço mais adequado para o desenvolvimento do educando, desde o seu preparo para o exercício da cidadania até o desenvolvimento de habilidades para o trabalho.

As Instituições de Ensino, na busca de atender as demandas de produção e socialização dos conhecimentos exigidos pelo contexto atual, são conduzidas a redimensionarem seu papel social, enfrentando o desafio de estarem no meio da ação social e necessitarem compreender e desvendar os meandros de suas relações, e ainda, constituírem-se em instituições que possam criar e exercer uma pedagogia que possibilite à educação assumir cada vez mais sua dimensão de cidadania, ampliando os espaços de participação social, produtiva e política dos educandos.

É cada vez mais latente a necessidade das Instituições de Ensino a implementação de processos de reorganização e reestruturação que lhes permitam enfrentar as demandas das transformações sociais externas e ainda, das mudanças que atingem o cotidiano institucional. Estabelecer um diálogo entre as características mais marcantes da instituição e seus objetivos busca direcionar sua posição social e sua identidade educacional, deixando entrever seu comprometimento com a busca, ou não, da qualidade da educação que se propõe trabalhar.

Algumas iniciativas externas podem ser apontadas como estratégias de busca de qualidade e controle das escolas, porém tais medidas são, na sua maioria, parâmetros de qualidade que retratam apenas a realidade instantânea (de início ou fim do processo), o que não garante a visão de todo o processo de ensino realizado durante a vida dos estudantes. Para tanto, toma corpo a importância de processos de Avaliação Institucional, que é hoje um dos temas de maior interesse no âmbito da educação.

Os esforços para realização e implantação de programas de Avaliação Institucional, têm se intensificando, constituindo-se numa realidade no campo das políticas educacionais, dos governos e de alguns mecanismos internacionais de financiamento da educação. Desse modo, as escolas têm suas políticas internas construídas a partir de ajustes de sua dialética diária aos padrões existentes às pressões políticas sociais e governamentais.

Diante do cenário nacional de estímulo à implementação de programas de avaliação interna e externa, avaliar passou a ser o carro-chefe da gestão das escolas e é hoje um dos pilares da construção do ensino, preocupado com o futuro e com os desafios da modernidade.

Uma importante referência a ser destacada é a distinção entre avaliação educacional e avaliação institucional.

A Avaliação institucional proporciona a reflexão e a auto – avaliação de toda comunidade escolar, e consequentemente, comprometimento das pessoas que participam do processo educacional em melhorá-lo. Parte das necessidades de conhecer a realidade escolar busca explicar os problemas existentes com o objetivo de propor ações que não poderá estar desvinculada dos aspectos políticos e sociais educacionais. A avaliação tem um compromisso mais amplo do que seguir a proposta conservadora, diante disso vemos que avaliar P.P.P. (Projeto Político Pedagógico) é o mesmo que avaliar os resultados da própria organização do trabalho pedagógico o acompanhamento e a avaliação do P.P.P. que acontece normalmente na Semana Pedagógica, nas reuniões pedagógicas e quando de fizer necessário.

A disponibilização do resultado do ENEM propicia instrumento de diagnóstico do processo educativo da escola e com isso a avaliação se torna a base para a tomada de decisão na perspectiva de busca de sempre melhorar os resultados.

A avaliação é um ato de investigar a qualidade dos resultados intermediários ou finais de uma ação, subsidiando sempre sua melhoria.

Os alunos do nosso Colégio obtiveram médias de desempenho superior à média federal e estadual em todos os itens constantes na avaliação do ENEM (em anexo).

A escola obteve um bom índice de aprovação direta (sem cursinhos) em vestibulares também neste ano. Muitos dos alunos que cursaram o 3º ano do Ensino

Médio estão cursando o nível superior em faculdades da região. Temos alunos que passaram na UEPG, UNIOESTE, UFPR, UEL, FECEA, UNICENTRO, FAFIMAN, UNOPAR, CESUMAR, FAFIJAN, em cursos como: Engenharia Química, Engenharia Ambiental, Engenharia de Produção, Engenharia Ambiental, Farmácia, Nutrição, Enfermagem, Administração, Química, Psicologia, Ciência do Esporte, Educação Física, História, Matemática entre outros.

17 FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E FUNCIONÁRIOS

A formação continuada ocorrerá através da participação de professores e funcionários nos cursos, oficinas e capacitação organizadas ou orientadas pela SEED e NRE, sendo que a escola se organiza a fim de incentivar professores e funcionários a participarem sempre que houver vagas disponíveis, sendo a hora-atividade também utilizada como momento de capacitação uma vez que é utilizada para debates e reflexões entre professores e equipe pedagógica de assuntos pertinentes ao cotidiano da escola, projetos e políticas de governo.

Ressaltamos ainda que a hora-atividade disponibilizada atualmente é insuficiente perante os inúmeros planejamentos e reflexões que a equipe de educadores necessita.

O Estado do Paraná tem se destacado no que diz respeito à capacitação de professores e funcionários através das capacitações descentralizadas, portal dia a dia, GTRs, também com acervo para a biblioteca do professor. Essa capacitação deve ser valorizada nas elevações de nível dos professores.

A legislação e todas as medidas implantadas, porém, não surtirão efeito sem uma formação inicial e continuada adequada do professor, sem o seu compromisso com a aprendizagem efetiva dos alunos, sem a sua predisposição para a mudança. Melhorar a qualidade da educação implica melhorar os processos de ensino e aprendizagem que ocorrem nas salas de aula, introduzir mudanças não somente naquilo que é ensinado e aprendido nas escolas, mas também na forma como se ensina e como se aprende.

Para melhor atender aos alunos há a necessidade de contratação de bibliotecária com formação específica visando melhorar o atendimento aos educandos.

18 ORGANIZAÇÃO DA HORA ATIVIDADE

Na medida do possível, os professores realizam a hora atividade por área ou individualmente, pois uma grande parte dos professores atua em outras escolas e também em outras cidades.

A hora atividade é utilizada para que haja uma interação sobre conteúdos, troca de informações e experiências entre os professores das diversas disciplinas e embora alguns dos professores ainda se mostrem um pouco resistentes, a interdisciplinaridade tornou-se um fator natural entre vários de nossos professores. Até mesmo problemas e dificuldades encontradas no cotidiano escolar por esse ou aquele professor, são discutidos durante a hora atividade entre os profissionais das turmas facilitando a procura por soluções.

Uma das propostas da equipe pedagógica para a Hora-atividade é de o professor agendar, quando julgar necessário, o uso do Laboratório de informática com o responsável pelo mesmo para assessorá-lo em suas dificuldades com a utilização de mídias em geral, ensinando-os técnicas para melhor aproveitamento Didático-Pedagógico.

Cronograma da hora atividade concentrada/2011

Segunda-feira	Terça-feira	Quarta-feira	Quinta-feira	Sexta-feira
História	Língua Portuguesa	Física	Biologia	Ensino Religioso
Geografia	LEM,Espanhol, Inglês, Francês	Matemática	Ciências	Arte
Filosofia			Química	Educação Física
Sociologia				

19 ORGANIZAÇÃO PEDAGÓGICA DA ESCOLA

O Projeto Político Pedagógico é o documento norteador de toda organização pedagógica do estabelecimento de ensino, sendo resultado de reflexão, estudo e discussão sobre os desafios que encontramos no dia-a-dia de nosso trabalho nos diversos setores da escola.

O Regimento Escolar é um instrumento fundamental para a organização pedagógica e administrativa na escola. Nele evidenciam-se o compromisso dos profissionais que vivenciam a realidade escolar e as peculiaridades da rede publica estadual de ensino e de cada instituição escolar, colaborando para o êxito do trabalho escolar, com o compromisso de oferecer uma educação que valorize a permanência e a efetivação da aprendizagem do aluno.
Toda organização deve possuir um conjunto de normas e regras que regulem a sua atividade traduzida em um documento que esteja disponível para a consulta de toda a comunidade escolar.

O Regimento Escolar deve assegurar a gestão democrática da escola, possibilitar a qualidade do ensino, fortalecer a autonomia pedagógica, valorizar a comunidade escolar, através dos colegiados e, efetivamente, fazer cumprir as ações educativas estabelecidas no Projeto Político Pedagógico da escola.
A escola está inserida em uma totalidade social que se constitui historicamente, com formas de organização, valores, normas e regras. Neste contexto, e por se tratar de uma instituição que tem como função social a apropriação do conhecimento, de forma a tornar possível a compreensão da realidade e a atuação consciente sobre ela pelos cidadãos que a compõem.
É o Regimento Escolar que estrutura, define, regula e normatiza as ações do coletivo escolar, haja vista ser a escola um espaço em que as relações sociais, com suas especificidades, se concretizam. Integrante de um sistema de ensino, em uma sociedade, a escola tem, no Regimento Escolar, a sua expressão política, pedagógica, administrativa e disciplinar, e deve regular, no seu âmbito, a concepção de educação, os princípios constitucionais, a legislação educacional e as normas específicas estabelecidas pelo Sistema de Ensino do Paraná.

O Trabalho pedagógico do Colégio tem o objetivo de dar abertura para formação de professores e funcionários, por meio de cursos, oficinas, grupos de

estudo, reuniões, encontros pedagógicos, garantindo o aperfeiçoamento do educador.

A hora atividade é um benefício conquistado, para que o professor possa se aprimorar, discutir ideias e realizar suas atividades pedagógicas. Porém o tempo destinado e os recursos disponibilizados não são suficientes para o desenvolvimento das atividades.

O trabalho pedagógico é o modo de organização que a escola assume na tarefa de pensar e produzir as relações de saber entre sujeitos e o mundo concreto, o mundo do trabalho socialmente produtivo. O trabalho pedagógico é norteado por um conjunto de princípios filosóficos, políticos e epistemológicos definidores das normas e ações escolares, se apresentando como condição de sustentação das relações estabelecidas entre os sujeitos que integram o universo escolar (MACHADO, 2003).

Pensar a organização do trabalho pedagógico implica pensar “o que” será trabalhado (conteúdos), “como” (metodologia) e “para que” (finalidades). Portanto, exige pensar sobre: saberes e práticas pedagógicas fundamentais; organização do ensino ou do tempo escolar; metodologia e avaliação.

A flexibilidade é uma característica importantíssima do projeto pedagógico, pois possibilita à comunidade acadêmica reavaliar periodicamente seu projeto pedagógico, aprimorando-o tanto no plano formal, quanto no plano prático. Nesse sentido, no segundo semestre de 2009 o Colégio Estadual José de Anchieta desencadeou uma série de discussões relativas à prática pedagógica e aos aspectos curriculares durante as reuniões pedagógicas e Conselhos de Classe. Além, também, de estudos de textos relacionados à organização da prática pedagógica disponibilizados pela pedagoga no decorrer de Grupo de Estudos intitulado “Ensino noturno: teoria e prática” como implementação do PDE.

As atividades desenvolvidas nesse período objetivaram, também, atender às expectativas dos educadores no tocante às dificuldades de aprendizagem que estavam enfrentando com suas turmas de alunos (diurno e noturno). A preocupação mais imediata dos educadores girou em torno do “que fazer”, por isso, foi necessário um estudo para esclarecer que, muitas vezes, a questão não é simplesmente técnico-metodológica, e sim falta de um suporte teórico que possibilite compreender melhor o processo de ensino e determinadas situações de aprendizagem. Acreditamos que com maior clareza teórica há a possibilidade de definição de

procedimentos mais apropriados à situação pedagógica vivenciada. Por isso, faz-se necessário, que a escola reflita sua antiga prática pedagógica, discuta as diferentes concepções, organize grupo de estudo com os professores, para discutir, estudar e refletir sobre temas, teorias, concepções pedagógicas e metodológicas que possam contribuir com a formação integral do educando, para que o mesmo esteja preparado para a vida e para o mundo do trabalho.

Há, portanto, toda uma dinâmica de mudanças necessárias no sentido de conseguir a qualidade do processo ensino e aprendizagem: formação dos profissionais da educação, materiais didáticos e curriculares, equipamento e instalações, condições de trabalho, organização, funcionamento das escolas, avaliação, serviços de apoio, garantindo a flexibilidade das unidades escolares em suas escolhas e o compromisso político dos órgãos competentes.

20 RELAÇÃO DE TRABALHO NA ESCOLA

As relações humanas e profissionais são baseadas nos princípios democráticos do respeito mútuo às diferenças individuais, solidariedade e tolerância recíproca, que tem na Direção da escola, sua instância máxima para a resolução de problemas e impasses.

A direção do Colégio José de Anchieta, seguindo as linhas propostas nos princípios implícitos de gestão democrática, procura estimular e propiciar a autonomia e a liberdade de criação e organização de ações dos profissionais e equipes que trabalham sob sua supervisão, abrindo também o espaço escolar para a comunidade poder também se expressar e participar do dia-dia da escola.

A relação de trabalho existente entre direção, equipe pedagógica, professores, funcionários, alunos, pais e comunidade de nosso Colégio busca constantemente o diálogo frente à tomada de decisões que interferem diretamente no dia-a-dia escolar, de maneira transparente e democrática.

Para se comunicar com a comunidade escolar, a Direção da escola se utiliza de mecanismos que são adequados às diversas situações. De modo geral, as reuniões, tanto as de caráter consultivo quanto para dar ciência sobre os diversos atos e decisões da escola, são realizadas através de convocações e notificações. A escola se comunica ainda com a comunidade através de fixação de material para divulgação em murais, tanto da escola, como em pontos comerciais como mercados, farmácias, etc, e ainda através de bilhetes, comunicados, rádio, telefone.

A Direção da escola, ao discutir assuntos relacionados a gestão, estimula a participação de todas as instâncias colegiadas nos processos decisórios e trabalhos a serem desenvolvidos, buscando sugestões. Buscando parcerias junto a comunidade no desenvolvimento dos projetos e eventos pedagógicos, como ocorreu, por exemplo, com a realização da semana cultural.

O relacionamento entre o corpo docente e discente é baseado no respeito mútuo às diferenças e de tolerância recíproca, considerando que, os nossos estudantes estão em diferentes estágios de desenvolvimento e, portanto, de compreensão, também são indivíduos em formação. Portanto estamos conscientes, como educadores, de que o modo de nos relacionarmos com eles, tem papel

preponderante nesta formação e na maneira que virão a perceber e se relacionar com o mundo.

No entanto, observamos que para estreitar ainda mais a relação entre a comunidade escolar é preciso motivar o aluno a superar seu individualismo, valorizando além do conhecimento científico, sua relação com o espaço social, fazendo-o perceber que viver em comunidade é fundamental no mundo em que vivemos, com problemas sociais, políticos e culturais.

Verifica-se ainda, a necessidade de elaborar e executar ações que busquem minimizar os problemas que impede/atrapalha a ação educativa no cotidiano. Para tanto, faz-se necessário diagnosticar a origem dos conflitos dentro do contexto escolar e social amparados por profissionais capacitados (psicólogo e assistente social).

21 AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

- Realização das reuniões

  Dar continuidade às reuniões periódicas para:

  1. manter contato direto e transparente com a comunidade, construindo um relacionamento de forma a que os pais percebam a importância de sua participação para a concretização de uma Escola de qualidade;

  2. acompanhamento, avaliação do projeto político pedagógico com revisão das metas estabelecidas.Esse processo ocorre buscando a participação de todos os envolvidos da comunidade escolar (direção, equipe pedagógica, professores, APMF e Conselho Escolar);

  3. realização de pré - conselho, Conselho de classe e pós - conselho com utilização de gráficos demonstrativos do rendimento e pareceres dos professores para fundamentar melhor o diagnóstico da realidade; Na sequência são organizadas reuniões para os pais conforme as decisões do Conselho de Classe, que determina a participação dos docentes, equipe pedagógica e direção, para estarem conversando e passando todas as informações aos pais/responsáveis, com o objetivo de minimizar os problemas detectados nas reuniões de Conselho de Classe.

- Atender individualmente aos alunos com rendimento insuficiente para conscientização e avaliação para dar novos encaminhamentos;

- Promover oficinas de aperfeiçoamento, análises e discussões referentes ao uso de mídias e práticas metodológicas diversificadas para uso em sala de aula;

- Realização de palestras com questões relacionadas ao Desenvolvimento Socioeducacional: Cidadania e Direitos Humanos, Educação Ambiental, Enfrentamento a Violência, Prevenção ao uso indevido de drogas e também temas relacionados a diversidade, como: Gênero e Diversidade Sexual e outros, utilizando vídeos com depoimentos (documentários);

- Atividades na área da SAÚDE:

  - Palestras com profissionais do município (enfermeira padrão, psicóloga, etc) sobre DSTs, AIDS, utilizando vídeos (documentários).

- Agenda 21 – Ações para melhorar o ambiente:

- Parceria com a EMATER/ SENAR (curso de jardinagem) com participação das mães, desenvolvendo atividades, como: plantio de plantas ornamentais, palestras com profissionais utilizando trechos de vídeos instrutivos, slides; etc (relatório com fotos em anexo).
- Palestra com Agrônomo da prefeitura com parceria com a EMATER sobre a importância da preservação ambiental utilizando vídeos, slides. Foi também esplanada a realidade municipal local da coleta de lixo e sobre a importância da reciclagem e os projetos de saneamento básico municipal;
- Projeto da EJA (Educação de Jovens e Adultos) nas disciplinas de Ciências e Biologia com a participação dos alunos no laboratório de Ciências no preparo de produtos de higiene e limpeza com conscientização sobre a importância dos produtos biodegradáveis. (relatório com fotos em anexo).
- Pesquisa no laboratório de informática utilizando sites de busca, práticas laboratoriais abordando as questões de preservação ambiental, como: a liberação de gás carbônico e seus prejuízos ambientais, a importância de microorganismos por meio de culturas para manutenção ambiental, efeito estufa através de terrários, etc.
- A Comunidade escolar junto a cooperativa local, o GAJA (Grupo Aberto Ambientalizado) , realizou plantio de mudas nativas em área de degradação ambiental na zona rural.

- Incentivar maior participação da família na vida escolar do aluno, convidando os pais para reuniões trimestrais, atendendo individualmente os pais quando necessário.

- Realização de aulas práticas nas disciplinas de Biologia, Física e Química, possibilitando maior interatividade e comprometimento entre teoria e prática;

- Utilização dos recursos tecnológicos e midiáticos disponível na Escola tornando o ensino mais atrativo e dinâmico;

- Orientação e acompanhamento pela equipe pedagógica aos alunos com problemas de aprendizagem e indisciplina, procurando manter contato permanente com os pais;

- Participação no Fera e Com Ciência

- Projeto da Câmara Juvenil realizado desde 2006 pela professora Sônia Berti de Educação Física. No Projeto Pedagógico JOVEM QUE PARTICIPA MELHORA A POLÍTICA – CÂMARA JUVENIL são abordados temas como participação na política, democracia, cidadania e organização política brasileira. É realizado um trabalho preparatório num determinado período e após são selecionados nove alunos entre todos os participantes para fazer parte da câmara juvenil.

- Participação nos jogos escolares, em diversas modalidades;

- Ações da Equipe Multidisciplinar (Plano de Ação em anexo).

- Projeto Cultura Afro com apresentações de danças, desfiles e comidas típicas;

- Projeto Júri Simulado (Pesquisa com toda comunidade escolar e Debate por meio de simulação de júri, a respeito da Influência da mídia sobre o corpo);

- Viagens de conhecimento em faculdades e universidades (FAP, CESUMAR);

- Distribuição de inscrições em vestibulares da região;

- Participação em Mostra de Profissão na UEL e UEM, como forma de orientação profissional;
- Disponibilização de materiais impressos e digitalizados aos professores, subsidiando a formulação de provas e simulado;

- Participação da OBMEP - Olimpíada Brasileira de Matemática;

- Divulgar os resultados obtidos pela Escola e alunos (PROUNI, ENEM, VESTIBULARES);

- Participação nos processos PAS (Processo de Avaliação Seriada) da UEM, PSS (Processo de Seleção Seriada) da FECEA;

- Incentivo a participação no Programa de bolsas de iniciação científica júnior-UTFPR;

- Utilização de Ficha Individual para os alunos: Durante o trimestre os professores devem registrar as informações necessárias ao acompanhamento do rendimento escolar do aluno e também as ocorrências que forem relevantes, como: atraso na entrega de trabalhos, situações de indisciplina que atrapalham o andamento das aulas. É necessário que as informações sejam registradas durante todo o processo e esteja sempre **disponível** para atender pais durante o trimestre e no final deste (no Conselho de Classe e Reunião com os pais);

- Oferta do CELEM (Centro de Línguas Estrangeiras Modernas) de Língua Espanhola como um ensino extracurricular;

- Simulado preparatório para o ENEM;

- Oferta do Programa de Atividades de Complementação Curricular na área de esportes e curso preparatório para o ENEM no contraturno;

- Utilização de Agenda de Sala que ficará afixada na sala de aula e nela os professores devem marcar os trabalhos e outras atividades avaliativas conforme necessidade de cada disciplina. O objetivo é melhor organização principalmente para os alunos;

- Indicar professores conselheiros por turma que devem cumprir as seguintes ações:

  - Afixar a Agenda de sala.

- Devem acompanhar/participar de todas as decisões relacionadas com a turma de sua responsabilidade e transmitir informações da mesma nos pré conselhos, Conselhos de classe e em demais situações necessárias.

- Dar assistência e orientação para a turma de sua responsabilidade sempre que necessário, cuidando para que os alunos cumpram com o CONTRATO DIDÁTICO DE SALA DE AULA e AGENDA CULTURAL;

- Coordenar a eleição dos alunos representantes de sala, observando a necessidade de expor um perfil de aluno com condições de representar a turma;

- Eleição de Alunos representantes das turmas e ações que devem desempenhar:

- Incentivar o espírito de solidariedade e cooperação entre os estudantes e a escola;
- Estimular a união da classe, tornando-a mais participativa e consciente de seus direitos e deveres, cuidando para que se cumpra com o CONTRATO DIDÁTICO DE SALA DE AULA e AGENDA CULTURAL;
- Devem estar sempre atentos as informações de interesse da turma para poder repassar.

Além das ações já previstas anteriormente temos também uma proposta de AGENDA CULTURAL a ser cumprida:

AGENDA CULTURAL

PROPOSTA DE ATIVIDADES A SEREM REALIZADAS DURANTE O ANO LETIVO DE 2012

DATA	ATIVIDADE	RESPONSABILIDADE
30 DE MARÇO	SHOW DE TALENTOS	PROFESSORES DE ARTE/ FILOSOFIA/SOCIOLOGIA
A DEFINIR REPOSIÇÃO DE AULA 03 DE AGOSTO	JOGOS ESCOLARES CAMP. INTERNOS AMISTOSOS COM OS PAIS (DIA DOS PAIS)	PROFESSORES DE EDUCAÇÃO FÍSICA
DE 03 A 07 DE SETEMBRO	SEMANA DA PÁTRIA: DESFILE COM AS BANDEIRAS E BICICLETAS ENFEITADAS	DIREÇÃO / TODOS
21 DE SETEMBRO	SIMULADO DO ENEM	DIREÇÃO / EQUIPE PEDAGÓGICA / TODOS OS

		PROFESSORES/ ADMINISTRATIVOS
26 DE OUTUBRO	MOSTRA CIÊNTÍFICA	PROFESSORES DE BIOLOGIA/ FÍSICA / QUÍMICA E LABORATORISTA
20 DE NOVEMBRO	NOITE DA CULTURA AFRO	PROFESSORES DE HISTÓRIA / GEOGRAFIA
DURANTE ANO LETIVO	LOCUÇÃO DE RÁDIO E SITE/BLOG	PROFESSORES DE PORTUGUÊS INGLÊS E ADM LOCAL
DURANTE ANO LETIVO	MONITORIA EM MATEMÁTICA	PROFESSORES DE MATEMATICA
DURANTE O ANO LETIVO	PROJETO “MEU LIMITE”(VALORIZAÇÃO HUMANA)	DIREÇÃO / EQUIPE PEDAGÓGICA
DURANTE O ANO LETIVO CONFORME DATA COMEMORATIVA	COMEMORAÇÃO DIA DO ESTUDANTE/ DIA DO PROFESSOR / DIA DO FUNCIONÁRIO/ DIA DAS MÃES	DIREÇÃO / EQUIPE PEDAGÓGICA / ADMINISTRATIVOS / APOIO
17 DE OUTUBRO DURANTE O ANO LETIVO	CAES: TEATRO DE MIMICA (SEMANA DE ALIMENTAÇÃO)/ ESCOLINHA DE LIBRAS	PROFESSORA DO CAES
	CELEM: INTERCAMBIO DE CARTAS/ FESTIVAL DA CULTURA ESPANHOLA/ MOSTRA DE COMIDA TÍPICA ESPANHOLA	PROFESSORA DO CELEM
DURANTE O ANO LETIVO E CONFORME DATAS COMEMORATIVAS	GAJA: OFICINAS DE CONFECÇÃO DE BRINQUEDOS E ENFEITES DIVERSOS COM PET/ JARDINAGEM/ COMEMORAÇÃO DO DIA DA ÁGUA , ÁRVORE, SEMANA DO MEIO AMBIENTE	DIREÇÃO / GAJA
DURANTE ANO LETIVO	PARTICIPAÇÃO EM CINEMA/ MOSTRA CULTURAL E DE PROFISSIÇÕES	DIREÇÃO/ LIVRE PARA TODOS
DURANTE ANO LETIVO	EJA: OFICINAS TECNICAS CONFORME DISCIPLINA	PROFESSORES DA EJA
	GRÊMIO ESTUDANTIL	PROFESSORA MARLI
	CÂMARA JUVENIL/ JURI SIMULADO	PROFESSORA SONIA
ÚLTIMA SEMANA DO ANO LETIVO	MOSTRA CULTURAL:EXPOSIÇÃO DOS TRABALHOS DESENVOLVIDOS DURANTE O ANO LETIVO	TODOS

22 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A prática pedagógica requer que se pense de forma dialética e que se faça educação para toda a sociedade, ainda que, através de diferentes meios e em diferentes espaços sociais. À medida que esta sociedade se torna tão complexa, há que se expandir a intencionalidade educativa para diversos outros contextos, abrangendo diferentes tipos de formação necessária ao exercício pleno da cidadania.

A avaliação do PPP será feita no decorrer do processo, utilizando-se de vários instrumentos de avaliação para acompanhamento, como gráficos, anotações, observações no decorrer do ano letivo e que serão apresentadas para análise do coletivo da escola. Portanto, o acompanhamento das ações propostas pelo Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Médio são de fundamental importância para garantir um ensino de qualidade.

O Projeto Político Pedagógico será aprovado pelo Conselho Escolar.

23 AVALIAÇÃO DO PPP (PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO).

A gestão democrática busca garantir a construção coletiva e implementação do Projeto Político Pedagógico. Normalmente a avaliação do PPP com revisão das metas estabelecidas ocorre semestralmente nos espaços destinados para a Semana Pedagógica, que antecede o início das aulas como forma de replanejamento e realimentação do projeto ano a ano. Também acontecem modificações esporádicas conforme orientação da SEED /NRE para que se tornem efetiva a sua construção, não sendo somente de forma pontual. Esse processo ocorre buscando a participação de todos os envolvidos da comunidade escolar (direção, equipe pedagógica, professores, APMF e Conselho Escolar).

O trabalho realizado por todos os integrantes da escola, culminou na elaboração deste Projeto Político Pedagógico, que tem como meta caracterizar a realidade educacional deste ambiente escolar com a intencionalidade de estabelecer ações para guiar a organização da escola e a ação de todos os envolvidos com o processo educativo, contando com a efetiva participação de todos os envolvidos para a concretização do Projeto desse projeto.

24 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Maria Conceição Pereira de. ***Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos, a Grande Conquista*****, Arte & Cultura**, 1999, 1ª Edição.

ANDRÉ, Marli – **Avaliação da escola e avaliação na escola**. In: Cadernos de Pesquisa. Ago, 1990.

ARROYO, Miguel – **A escola e o movimento social: relativizando a escola**. In

ANDE, São Paulo; n.º 12, 1987.

ARROYO, M.G. **Ofício do Mestre***.* Petrópolis: Vozes, 2003.

BRZEZINSKI, Iria. **LDBEN Interpretada***: **diversos olhares se entre***cruzam.** São Paulo : Cortez, 1997.

CARNEIRO, Moacir Alves. **LDBEN fácil**. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

CARVALHO, R.E. **Removendo barreiras à aprendizagem**. Porto Alegre, 2000, p.17 (5ª) Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (V CONFINTEA).

CONSELHO ESTADUAL DE EDUCAÇÃO - PR
- Deliberação 011/99 – CEE.
- Deliberação 014/99 – CEE.
- Deliberação 09/01 –CEE.
- Deliberação 06/05 – CEE.
- Indicação 004/96 – CEE.
- Parecer 095/99 – CEE (Funcionamento dos Laboratórios).

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO
- Parecer 011/2000 – Diretrizes Curriculares Nacionais de EJA.
- Parecer 004/98 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
- Parecer 015/98 –Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
- Resolução 03/98 – CEB.

CONSTITUIÇÃO BRASILEIRA – Artigo 205.

DELORS, J. *Educação :* **Um tesouro a descobrir**. São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : MEC : UNESCO, 1998.

DEMO, Pedro. *A Nova LDBEN* – **Ranços e Avanços**. Campinas, SP : Papirus, 1997

_____ .**Desafios Modernos da Educação**. São Paulo: Cortez, 1.993.

Diretrizes Curriculares para Educação Básica - DCE´S

Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná – Educação do Campo

DRAIBE, Sônia Miriam; COSTA, Vera Lúcia Cabral; SILVA Pedro Luiz Barros. **Nível de Escolarização da População**. (Texto)

DI PIERRO; Maria Clara. **A educação de Jovens e Adultos na LDBEN**. (Texto)

DI PIERRO; Maria Clara. **Os projetos de Lei do Plano Nacional de Educação e a Educação de Jovens e Adultos**. (Texto)

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto 2494/98

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. Decreto 2494/98.

DOURADO, Luiz Fernandes. **A gestão democrática e a construção de processos coletivos de participação e decisão na escola.** In:AGUIAR, Márcia Ângela da S.;

FERREIRA, Naura Syria Carapeto. **Para onde vão a orientação e a supervisão educacional? Campinas: Papirus, 2002. p.149-160**

FERREIRA, Naura Syria Carapeto.(Org.) **Gestão da educação: impasses, perspectivas e compromissos.São Paulo: Cortez, 2006.**

FREIRE, Paulo – Educação na Cidade. 4. Ed. São Paulo: Cortez, 2000.

_____. **Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo Paz e Terra, 2001.

_____. **Pedagogia do Oprimido**, 40ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

FREITAS, Luiz Carlos. Crítica da organização do trabalho pedagógico e da didática. Campinas, SP: Papirus, 1995

FRIGOTTO, Gaudêncio & CIAVATTA, Maria (orgs): **Ensino médio: ciência, cultura e trabalho**. Brasília, MEC/SEMTEC, 2004.

GADOTTI, Moacir. **Concepção dialética da educação: um estudo introdutório**. São Paulo: Cortez 2.001

GANDIN, Danilo. **A Prática do Planejamento Participativo**. Petrópolis: Vozes 2000.

GUIMARÃES, Célia Maria; MARIN, Fátima aparecida D.G. **Projeto Pedagógico: considerações necessárias à sua construção.** Revista Nuances. V.4, set. 1998.

LDBEN nº 9394/96.

KUENZER, Acácia Zeneida (org). ***Ensino Médio:*** **construindo uma proposta para os que vivem do trabalho**. São Paulo: Cortez, ed.4ª, 2005.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola: teoria e prática.** Goiânia: Alternativa, 2001.

MACHADO, Ilma F. **A organização do trabalho pedagógico em uma escola do MST e a perspectiva de formação omnilateral**. FE/Unicamp, 2003. Tese de doutorado.

_____ **Conflitos em avaliação de aprendizagem**. FE/Unicamp, 1996. Dissertação de Mestrado.

OLIVEIRA, Thelma Alves de, et al. **Avaliação Institucional** (Cadernos Temáticos). Curitiba: SEED – PR, 2004.

PADILHA, Paulo Roberto. **Planejamento dialógico: como construir o projeto político-pedagógico da escola.** São Paulo: Cortez, 2001.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Diretoria de Políticas e Programas Educacionais. Coordenação de desafios Educacionais Contemporâneos. **Cadernos Temáticos – Desafios Educacionais Contemporâneos.**

_____, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná.** Curitiba: SEED, 2008.

PARO, Vitor Henrique. **Administração Escolar** – introdução e crítica. 8ª ed., São Paulo.

_____. **Gestão democrática e escola pública.** São Paulo: Ática, 2001.

PARO, Vitor Henrique. **Eleição de Diretor: a escola pública experimenta a democracia**. Campinas: papirus, 2000.

Revistas de Educação, PUC – Campinas, v.3, n.6, p.20-23, junho/1999.

Plano Nacional de Educação – **Educação de Jovens e Adultos**.

SAVIANI, Demerval. **Sobre a Natureza e Especificidade da Educação**. In: Pedagogia Histórico-Crítica: primeiras aproximações. 7ª ed. Campinas: autores associados, 2000.

SILVA, Eurides Brito da. **A Educação Básica Pós-LDBEN.**

SOUZA, Paulo N. Silva & SILVA, Eurides Brito da. **Como entender e aplicar a nova LDBEN**.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Eurides Brito da. **Como entender e Aplicar a Nova LDBEN**. SP, Pioneira Educ., 1997. 1ª Edição.

VEIGA, Ilma Passos A. e RESENDE, Lúcia G. de (orgs.). **Escola: espaço do projeto político pedagógico.** Campinas, SP: Papirus, 1998.

_____. **Projeto político pedagógico da escola – Uma construção possível.** 2ª ed., Campinas, SP: Papirus, 2001.

VIGOTSKY, L. – **Linguagem, desenvolvimento e aprendizagem**. São Paulo: Ícone, 1.987.

file:///D:/historia-do-parana.html

ANEXOS

MATRIZ CURRICULAR:

Ensino Médio

EJA Fundamental Fase II

EJA Ensino Médio

MATRIZ CURRICULAR

ENSINO MÉDIO DIURNO E NOTURNO

ESTADO DO PARANÁ

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO

NRE: 01 – APUCARANA	MUNICÍPIO: 0330 - BORRAZÓPOLIS
ESTABELECIMENTO: 00464 – JOSÉ DE ANCHIETA, C E – E MÉDIO ENT. MANTENEDORA: GOVERNO DO ESTADO DO PARANÁ	
CURSO: 0009 – ENSINO MEDIO ANO DE IMPLANTAÇÃO: 2011 – SIMULTANÊA	TURNO: MANHÃ / NOITE MÓDULO: 40 SEMANAS

	DISCIPLINAS / SÉRIE	1	2	3
BASE NACIONAL COMUM	ARTE	2	0	0
	BIOLOGIA	2	2	2
	EDUCAÇÃO FÍSICA	2	2	2
	FILOSOFIA	2	2	2
	FISICA	2	2	2
	GEOGRAFIA	2	2	2
	HISTORIA	0	2	2
	LINGUA PORTUGUESA	3	4	4
	MATEMÁTICA	4	3	3
	QUIMICA	2	2	2
	SOCIOLOGIA	2	2	2
	SUB-TOTAL	23	23	23
PD	L.E.M. – INGLÊS	2	2	2
	SUB- TOTAL	2	2	2
	TOTAL GERAL	25	25	25

NOTA: MATRIZ CURRICULAR DE ACORDO COM A LDB Nº. 9394/96
* O IDIOMA SERÁ DEFINIDO PELO ESTABELECIMENTO DE ENSINO

EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Fundamental Fase II (EJA)

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENSINO FUNDAMENTAL – FASE II
ESTABELECIMENTO:
ENTIDADE MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná
MUNICÍPIO: NRE:
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 1º Sem/2011 FORMA: Simultânea
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 1600/1610 H/A ou 1920/1932 HORAS

DISCIPLINAS	Total de Horas	Total de horas/aula
LÍNGUA PORTUGUESA	280	336
ARTE	94	112
LEM - INGLÊS	213	256
EDUCAÇÃO FÍSICA	94	112
MATEMÁTICA	280	336
CIÊNCIAS NATURAIS	213	256
HISTÓRIA	213	256
GEOGRAFIA	213	256
ENSINO RELIGIOSO*	10	12
Total de Carga Horária do Curso	***1600/1610 horas ou 1920/1932 h/a***	
*DISCIPLINA DE OFERTA OBRIGATÓRIA PELO ESTABELECIMENTO DE ENSINO E DE MATRÍCULA FACULTATIVA PARA O EDUCANDO.		

EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Ensino Médio (EJA)

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENSINO MÉDIO
ESTABELECIMENTO: Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Médio
ENTIDADE MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná
MUNICÍPIO: Borrazópolis – Pr NRE: Apucarana - Pr
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 1º Sem/2011 FORMA: Simultânea
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 1440/1568 H/A ou 1200/1306 HORAS

DISCIPLINAS	Total de Horas	Total de horas/aula
LÍNGUA PORT. E LITERATURA	174	208
LEM – INGLÊS	106	128
ARTE	54	64
FILOSOFIA	54	64
SOCIOLOGIA	54	64
EDUCAÇÃO FÍSICA	54	64
MATEMÁTICA	174	208
QUÍMICA	106	128
FÍSICA	106	128
BIOLOGIA	106	128
HISTÓRIA	106	128
GEOGRAFIA	106	128
LÍNGUA ESPANHOLA	**106**	**128**
TOTAL	**1200/1306**	**1440/1568**

***** LÍNGUA ESPANHOLA, DISCIPLINA DE OFERTA OBRIGATÓRIA E DE MATRÍCULA FACULTATIVA PARA O EDUCANDO.

PROPOSTA PEDAGÓGICA

CURRICULAR

DAS

DISCIPLINAS

DO

ENSINO MÉDIO E CELEM

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E NORMAL
CURSO: ENSINO MÉDIO
PROFESSORES: Angela Dias Soares e Luciana Dias Santos
ANO LETIVO: 2012

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE ARTE

1) APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

O ensino de Arte deve basear-se num processo de reflexão sobre a finalidade da Educação, os objetivos específicos dessa disciplina e a coerência entre tais objetivos, os conteúdos programados (os aspectos teóricos) e a metodologia proposta. Pretende-se que os alunos adquiram conhecimentos sobre a diversidade de pensamento e de criação artística para expandir sua capacidade de criação e desenvolver o pensamento crítico.

Segundo Buoro (2001 p.31) o ensino de arte facilita o resgate ao ser humano como ser global, pois além de aglutinar múltiplas formas do saber, é mais que um objeto de apreciação estética, é fruto de uma experiência de vida desvelada pelo processo de criação do artista e pelo sistema de signo da obra.

Então, o desafio do ensino de Arte é propiciar uma relação mais consciente do ser humano no mundo, através do desenvolvimento da imaginação criadora e da percepção, a fim de contribuir para a formação de indivíduos mais críticos e criativos que no futuro atuarão na transformação da sociedade. Portanto, os objetivos do ensino de Arte são:

- A compreensão dos elementos que estruturam e organizam a arte e sua relação com a sociedade contemporânea;
- A produção de trabalhos de arte visando à atuação do sujeito em sua realidade singular e social;
- A apropriação prática e teórica dos modos de composição da arte nas diversas culturas e mídias, relacionadas à produção, divulgação e consumo.

Para compreendermos melhor a posição atual do ensino de Arte em nosso país e no Paraná, faz-se necessário o estudo de sua história e seus principais marcos educacionais.

No período colonial iniciou-se o trabalho de catequização dos indígenas pela congregação católica Companhia de Jesus, através de ensinamentos de artes e ofícios, por meio da retórica, literatura, música, teatro, dança, pintura, escultura e artes manuais.

Enquanto a Europa passava por transformações de diversas ordens que culminaram no iluminismo, do séc. XVI ao XVIII. No Brasil, o governo do Marquês de Pombal, deu início à reforma Pombalina, que enfatizava o ensino das ciências naturais e dos estudos literários. Apesar dessa reforma, na prática não se registrou efetivas mudanças.

Em 1808, com a vinda da família real de Portugal para o Brasil, destacou-se a vinda de um grupo de artistas, que depois ficou conhecido como Missão Francesa, encarregado da fundação da Academia de Belas-Artes, na qual os alunos poderiam aprender as artes e ofícios artísticos.

Mais tarde, com a proclamação da República, em 1890, ocorreu a primeira reforma educacional republicana marcada pelos conflitos de ideais positivistas e liberais. E já nas primeiras décadas da república, ocorreu a Semana de Arte Moderna de 1922, um importante marco para a arte brasileira, associado aos movimentos nacionalistas da época.

O movimento modernista que teve início na semana de 1922, valorizava a cultura popular, pois entendia que desde o processo de colonização a arte indígena, a arte medieval e renascentista européia e a arte africana, cada qual com suas especificidades, constituíram a matriz da cultura popular brasileira. A partir daí, o ensino de Arte passou a ter, então, enfoque na expressividade, espontaneísmo e criatividade, pautando-se muitas vezes na pedagogia da Nova Escola.

A chamada Escola Nova enfatizava além da livre expressão, os aspectos psicológicos e sociológicos. A efetivação desses conceitos se traduziram no rompimento com os padrões estéticos e metodológicos tradicionais, e na criação de uma postura não–diretiva, onde tudo em Arte-Educação era permitido em nome da livre-expressão. Atualmente esse conceito pode ser traduzido no “deixar fazer” que na prática, estimulava a imaginação da criança, mas não poderia sofrer interferências, portanto a criança teria que descobrir seus caminhos sozinha, o que

ocasionou uma perda no conhecimento. Somente quem tinha “dom” conseguia fazer progressos por sua própria capacidade. Os outros alunos estavam fadados ao fracasso.

Esse foi o fundamento pedagógico da Escolinha de Arte, criada em 1948, no Rio de Janeiro, pelo artista e educador Augusto Rodrigues, organizada em ateliês-livres de artes plásticas. A forma de organização desta escolinha tornou-se referência para a criação de outras no território nacional, no entanto, manteve o caráter extracurricular do ensino de Arte.

Entretanto, o ensino da arte se generalizou metodologicamente nas escolas somente com o trabalho do músico e compositor Heitor Villa Lobos. Como Superintendente de Educação Musical e Artística do Governo de Getúlio Vargas, Villa Lobos tornou obrigatório o ensino de música nas escolas por meio da teoria e do canto orfeônico, numa política de criação de uma identidade nacional. Esse trabalho permaneceu nas escolas com algumas modificações até meados da década de 1970, quando o ensino de música foi reduzido ao estudo de leitura rítmica e execução de hinos ou outras canções cívicas.

A partir da década de 1960, as produções e movimentos artísticos se intensificaram: nas artes plásticas, com as Bienais e os movimentos contrários a elas; na música, com a Bossa Nova e os festivais; no teatro, com o Teatro Oficina e o Teatro de Arena de Augusto Boal e no cinema, com o Cinema Novo de Glauber Rocha. Esses movimentos tiveram forte caráter ideológico, propunham uma nova realidade social e, gradativamente, deixaram de acontecer com o endurecimento do regime militar.

Com o Ato Institucional n. 5 (AI-5), em 1968, esses movimentos foram reprimidos e vários artistas, professores, políticos e intelectuais que se opunham ao regime foram perseguidos e exilados. Em 1971, foi promulgada a Lei Federal n. 5692/71, cujo artigo 7° determinava a obrigatoriedade do ensino da Arte nos currículos do Ensino Fundamental (a partir da 5ª série) e do Ensino Médio, na época denominados de 1º e 2º Graus, respectivamente.

Numa aparente contradição, foi nesse momento de repressão política e cultural que o ensino de Arte (disciplina de Educação Artística) tornou-se obrigatório no Brasil. Entretanto, seu ensino foi fundamentado para o desenvolvimento de habilidades e técnicas, o que minimizou o conteúdo, o trabalho criativo e o sentido

estético da arte. Cabia ao professor, tão somente, trabalhar com o aluno o domínio dos materiais que seriam utilizados na sua expressão.

A partir de 1980, o país iniciou um amplo processo de mobilização social pela redemocratização e elaborou-se a nova Constituição, promulgada em 1988.

Dentre os fundamentos pensados para a educação, destacam-se a pedagogia histórico-crítica elaborada por Saviani da PUC de São Paulo e a Teoria da Libertação, com experiências de educação popular realizadas por Organizações e movimentos sociais, fundamentados no pensamento de Paulo Freire. Essas teorias propunham oferecer aos educandos acesso aos conhecimentos da cultura para uma prática social transformadora.

Após quatro anos de trabalho de implementação das propostas, esse processo foi interrompido em 1995 pela mudança das políticas educacionais que se apoiavam em outras bases teóricas. O Currículo Básico ainda estava amparado por resolução do Conselho Estadual, mas foi, em parte, abandonado como documento orientador da prática pedagógica. Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), publicados no período de 1997 a 1999, foram encaminhados pelo MEC diretamente para as escolas e residências dos professores e tornaram-se os novos orientadores do ensino.

Os PCN em Arte tiveram como principal fundamentação a proposta de Ana Mae Barbosa, denominada de Metodologia Triangular, inicialmente pensada para o trabalho em museus, foi inspirada na DBAE (*Discipline Based Art Education*) norte-americana, que teve origem no final dos anos de 1960 nos Estados Unidos.

Os PCNs nortearam a educação em arte por certo período, embora os encaminhamentos metodológicos apresentados sugerissem que o planejamento curricular fosse centrado no trabalho com temas e projetos, o que relega a segundo plano os conteúdos específicos da Arte.

Em 2003, iniciou-se no Paraná um processo de discussão com os professores da Educação Básica do Estado, Núcleos Regionais de Educação (NRE) e Instituições de Ensino Superior (IES) pautado na retomada de uma prática reflexiva para a construção coletiva de diretrizes curriculares estaduais. Tal processo tomou o professor como sujeito epistêmico, que pesquisa sua disciplina, reflete sua prática e registra sua práxis. As novas diretrizes curriculares concebem o conhecimento nas suas dimensões artística, filosófica e científica e articulam-se com políticas que valorizam a arte e seu ensino na rede estadual do Paraná.

Neste contexto de mudanças e avanços no ensino de Arte, ainda foram sancionadas: Lei n. 11.645, de 10 de março de 2008 que estabelece no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena” e no ano de 2008, foi sancionada a lei n. 11.769 em 18 de agosto, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica, reforçando a necessidade do ensino dos conteúdos desta área da disciplina de Arte.

2) CONTEÚDOS ESTRUTURANTES/ BÁSICOS DA DISCIPLINA

A Arte deve propiciar ao aluno acesso ao conhecimento sistematizado em arte. Por isso, propõe-se uma organização curricular a partir dos conteúdos estruturantes que constituem uma identidade para a disciplina de Arte e possibilitam uma prática pedagógica que articula as quatro áreas: Artes Visuais, Teatro, Dança e Música.

Nas discussões coletivas com os professores da rede estadual de ensino, definiu-se que os conteúdos estruturantes da disciplina são:

- Elementos formais;
- Composição;
- Movimentos e períodos.

Nas séries/anos iniciais (1º a 4º séries/1º ao 5º ano) o trabalho pedagógico centra-se nas atividades artísticas, na prática com músicas, jogos teatrais, desenho e dança. Nessas atividades priorizam-se os elementos formais, como estudos sobre cores primárias e secundárias (artes visuais); timbre, duração e altura (música); expressão facial, corporal e gestual (teatro) e movimento corporal (dança).

Nas séries/anos finais do Ensino Fundamental (5º a 8º séries/ 6o ao 9o ano) gradativamente abandona-se a prática artística e a ênfase nos elementos formais, tratando-se de forma superficial os conteúdos de composição e dos movimentos e períodos.

No Ensino Médio a prioridade é para a História da Arte, com raros momentos de prática artística, centrando-se no estudo de movimentos e períodos artísticos e na leitura de obras de arte.

Em síntese, durante a Educação Básica, o aluno tem contato com fragmentos do conhecimento em Arte, percorrendo um arco que inicia-se nos elementos formais, com atividades artísticas (séries iniciais) e finaliza nos movimentos e períodos, com exercícios cognitivos, abstratos (Ensino Médio).

Os conteúdos básicos para a disciplina de Arte estão organizados por área. Devido ao fato dessa disciplina ser composta por quatro áreas (artes visuais, música, teatro e dança), o professor fará o planejamento e o desenvolvimento de seu trabalho, tendo como referência a sua formação. A partir de sua formação e de pesquisas, estudos, capacitação e experiências artísticas, será possível a abordagem de conteúdos das outras áreas artísticas.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES			
	ELEMENTOS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E
MÚSICA	Altura Duração Timbre Intensidade Densidade	Ritmo Melodia Harmonia Tonal Modal Contemporânea Escalas Sonoplastia Estrutura Gêneros: erudita, folclórica... Técnicas: instrumental, vocal, mista, improvisação...	Arte Greco-Romana, Arte Oriental, Arte Africana, Arte Medieval, Renascimento, Rap, Tecno, Barroco, Classicismo, Romantismo, Vanguardas Artísticas, Arte Engajada, Música Serial, Música Eletrônica, Música Minimalista, Música Popular Brasileira, Arte Popular, Arte Indígena, Arte Brasileira, Arte Paranaense, Indústria Cultural, Word Music, Arte Latino-Americana...

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES			
	ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
	Ponto Linha Superfície Textura Volume	Figurativa Abstrata Figura-fundo Bidimensional Tridimensional	Arte Pré-histórica, Arte no Antigo Egito, Arte Greco-Romana, Arte Pré-Colombiana, Arte

ARTES VISUAIS	Luz Cor	Semelhanças Contrastes Ritmo visual Gêneros: Paisagem, retrato, natureza-morta... Técnicas: Pintura, gravura, escultura, arquitetura, fotografia, vídeo...	Oriental, Arte Africana, Arte Medieval, Arte Bizantina, Arte Românica, Arte Gótica, Renascimento, Barroco, Neoclassicismo, Romantismo, Realismo, Impressionismo, Expressionismo, Fauvismo, Cubismo, Abstracionismo, Dadaísmo, Construtivismo, Surrealismo, Op-art, Pop-art, Arte Naïf, Vanguardas artísticas, Arte Popular, Arte Indígena, Arte Brasileira, Arte Paranaense, Indústria Cultural, Arte Latino-Americana, Muralismo... Brasileira, Arte Paranaense, Indústria Cultural,

			Word Music, Arte Latino-Americana...

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES			
	ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
TEATRO	Personagem (expressões corporais, vocais, gestuais e faciais) Ação Espaço	Representação Texto Dramático Dramaturgia Roteiro Espaço Cênico, Sonoplastia, iluminação, cenografia, figurino, adereços, máscara, caracterização e maquiagem Gêneros: Tragédia, Comédia, Drama, Épico, Rua, etc Técnicas: jogos teatrais, enredo, Teatro direto, Teatro indireto (manipulação, bonecos, sombras...), improvisação, monólogo, jogos dramáticos, direção, produção...	Arte Greco-Romana, Arte Oriental, Arte Africana, Arte Medieval, Renascimento, Barroco, Neoclassicismo, Romantismo, Realismo, Expressionismo, Vanguardas Artísticas, Teatro Dialético, Teatro do Oprimido, Teatro Pobre, Teatro Essencial, Teatro do Absurdo, Arte Engajada, Arte Popular, Arte Indígena, Arte Brasileira, Arte Paranaense, Indústria Cultural, Arte Latino-Americana...

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES			
	ELEMENTOS FORMAIS	COMPOSIÇÃO	MOVIMENTOS E PERÍODOS
DANÇA	Movimento Corporal Tempo Espaço	Eixo Dinâmica Aceleração Ponto de apoio Salto e queda Rotação Formação Deslocamento Sonoplastia Coreografia Gêneros: folclóricas, de salão, étnica... Técnicas: improvisação, coreografia...	Arte Pré-Histórica, Arte Greco-Romana, Arte Oriental, Arte Africana, Arte Medieval, Renascimento, Barroco, Neoclassicismo, Romantismo, Expressionismo, Vanguardas Artísticas, Arte Popular, Arte Indígena, Arte Brasileira, Arte Paranaense, Dança Circular, Indústria Cultural, Dança Clássica, Dança Moderna, Dança Contemporânea, Hip Hop, Arte Latino-Americana...

3) METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Na prática pedagógica serão abordadas produções e reflexões acerca da arte universal e artistas consagrados, contudo, objetiva-se também o conhecimento sobre a arte produzida pela sociedade contemporânea e aspectos da vivência do aluno.

Na prática artística, assim como nas demais disciplinas deve-se reconhecer a importância do combate ao preconceito, ao racismo e à discriminação aos afro-descendentes e indígenas em cumprimento às leis 10639/03 e 11645/08. São também Leis afirmativas, no sentido de que reconhecem a escola como lugar da formação de cidadãos e afirmam a relevância de a escola promover a necessária valorização das matrizes culturais que fizeram do Brasil o país rico, múltiplo e plural que somos.

Partindo-se deste princípio, a Lei 9795/99, orienta e estabelece a Política Nacional de Educação Ambiental.

A Educação Ambiental faz parte do Desenvolvimento Socioeducacional e trabalhar com Educação Ambiental implica o desenvolvimento de um processo permanente de formação e informação acerca das questões referentes ao equilíbrio ambiental, visando a qualidade de vida e o entendimento das relações homem/meio biológico, bem como das interferências do primeiro sobre o segundo e suas consequências. Ela deve estar presente na prática cotidiana de todos os envolvimentos no processo educacional, não ficando restrita a uma única disciplina ou responsabilidade de um(a) professor(a) apenas, mesclando-se, portanto, ao dia a dia da comunidade de forma natural.

As produções artísticas e bens culturais da região serão estudados como elementos das práticas cotidianas do aluno e apreciadas em seu contexto próprio.

A Educação Musical, a partir das orientações curriculares de 2010 e da Lei n.11.769 sancionada em 18 de agosto de 2008, estabelece a obrigatoriedade do ensino da música na educação básica. Sabendo que a formação cultural no Brasil se constitui historicamente a partir do encontro de três raças, a herança de nossa raiz africana está presente a todo instante e especificamente na música. Neste sentido a música será trabalhada de forma com que o aluno identifique nos gêneros como samba, maracatu o jongo, música clássica, popular, entre outros, a mistura das raças e a influência desse hibridismo cultural sobre tudo nos séculos XVI, XVII, XVIII

- que se constitui um importantíssimo fator de identidade cultural. O ensino da música será reportado para além de uma simples apropriação para uso pedagógico, transmitindo aos nossos alunos o respeito e admiração por nossa cultura e, perpetuando a memória daqueles que escreveram e continuam escrevendo nossa história musical, desenvolvendo assim um contínuo exercício de cidadania.

As mídias também são elementos importantes nesse estudo, pois, fazem parte do cotidiano dos alunos. Elementos como som, ritmo, intensidade, timbre, densidade e duração e suas variantes de gênero e estilo em diferentes épocas, poderão ser melhor identificados e compreendidos em atividades áudio-visuais encontrados em conteúdos sobre música disponíveis em sites da Educação. O aluno deverá perceber que esses elementos relacionam-se, e podem ser combinados sucessiva e/ou simultaneamente, levando-o a compreender a música e as diversas formas como ela é organizada e estruturada.

Esses conteúdos devem servir de base para reflexão e análise crítica da sociedade e suas práticas, viabilizando ao aluno recursos para conhecer, respeitar, conviver e transformar a realidade.

Entende-se que uma obra de arte deve ser entendida como a forma pela qual o artista percebe o mundo, reflete sua realidade, sua cultura e sua época, dentre outros aspectos. Esse conjunto de conhecimentos deve ser o ponto de partida para que a leitura da obra componha a prática pedagógica, que inclui a experiência do aluno e a aprendizagem pelos elementos percebidos por ele na obra de arte.

Portanto, nas aulas de Arte é necessário que o aluno tenha acesso a unidade de abordagem dos conteúdos estruturantes, em um encaminhamento metodológico orgânico, onde o conhecimento, as práticas e a fruição artística estejam presentes em todos os momentos da prática pedagógica, em todas as séries da Educação Básica.

Dessa forma, devem-se contemplar, na metodologia do ensino da Arte, três momentos da organização pedagógica:

Teorizar: fundamenta e possibilita ao aluno que perceba e aproprie a obra artística, bem como, desenvolva um trabalho artístico para formar conceitos artísticos.

É a parte do processo metodológico que privilegia a cognição, em que a racionalidade opera para apreender o conhecimento historicamente produzido sobre arte.

É imprescindível que o professor considere a origem cultural e o grupo social dos alunos e que trabalhe nas aulas os conhecimentos originados pela comunidade.

O conteúdo deve ser contextualizado pelo aluno, para que ele compreenda a obra artística e a arte como um campo do conhecimento humano, produto da criação e do trabalho de sujeitos, histórica e socialmente datados. Portanto, a arte tem caráter provisório, em função da mudança de valores culturais que pode ocorrer através do tempo nas diferentes sociedades e modos de produção.

Sentir e perceber: são as formas de apreciação, fruição, leitura e acesso à obra de arte.

A percepção e apropriação das obras artísticas se dão inicialmente pelos sentidos. De fato, a fruição e a percepção serão superficiais ou mais aprofundadas conforme as experiências e conhecimentos em arte que o aluno tiver em sua vida.

Ao analisar uma obra, espera-se que o aluno através da mediação do professor, transcenda as aparências e sentidos e perceba que, no processo de composição, o artista imprime sua visão de mundo, a ideologia com a qual se identifica, o seu momento histórico e outras determinações sociais. Além de o artista ser um sujeito histórico e social, é também singular, e na sua obra apresenta uma nova realidade social.

E ainda, para o trabalho com os produtos da indústria cultural, é importante perceber os mecanismos de padronização excessiva dos bens culturais, da homogeneização do gosto e da ampliação do consumo.

Trabalho artístico: é a prática criativa, o exercício com os elementos que compõe uma obra de arte.

A prática artística – o trabalho criador – é expressão privilegiada, é o exercício da imaginação e criação. Apesar das dificuldades que a escola apresenta para desenvolver essa prática, ela é fundamental, pois a arte não pode ser apreendida somente de forma abstrata. De fato, o processo de produção do aluno acontece quando ele interioriza e se familiariza com os processos artísticos e humaniza seus sentidos.

Na prática cotidiana não existe uma ordem correta para aplicação da metodologia, portanto, o trabalho pode ter início em qualquer um desses três momentos, desde que ao final do processo o aluno tenha vivenciado cada um deles.

4) AVALIAÇÃO

A avaliação para a disciplina de Arte proposta é diagnóstica e processual. Pois, serve de referência do professor para planejar as aulas e avaliar os alunos; é processual por pertencer a todos os momentos da prática pedagógica.

Conforme Regimento e Projeto Político Pedagógico da nossa escola, avaliar é analisar a prática pedagógica de todos os envolvidos, com o objetivo de corrigir rumos e repensar situações para que a apresentados ocorra.

Ao avaliar a aprendizagem dos alunos está se avaliando a prática dos professores, a gestão e o currículo escolar, bem como o próprio sistema de ensino como um todo.

Esse processo dar-se-á de forma intrínseca ao processo de ensino aprendizagem, preponderando os aspectos qualitativos sobre os quantitativos, sendo uma avaliação contínua e cumulativa, utilizando vários instrumentos de avaliação para se alcançar determinado fim conduzindo o aluno, não a uma aquisição pura e simples de conhecimentos, mas sim a um processo de elaboração e ações que conduzam a uma prática social transformadora.

Os instrumentos de avaliação utilizados pela disciplina de Arte serão:

- trabalhos artísticos individuais e em grupo;
- pesquisas bibliográfica e de campo;
- debates em forma de seminários e simpósios;
- apresentação oral de trabalhos;
- atividades de leitura e interpretação de textos, oral e escrita;
- provas teóricas e práticas;
- registros em forma de relatórios, gráficos, portfólio, áudio - visual e outros.

As atividades serão realizadas em grupo ou individual, sendo sempre uma avaliação somatória e diagnóstica.

Todo processo de avaliação pressupõe clareza nos seus critérios, que são compreendidos com um referencial que gera parâmetros que devem ser previamente estabelecidos. Os critérios serão apresentados para os alunos, favorecendo a transparência, orientando o trabalho discente e o co-responsabilidade do aluno no processo de responsabilidade. Os critérios seguidos por esta área de conhecimento serão:

- A compreensão dos elementos que estruturam e organizam a arte e sua relação com a sociedade contemporânea;
- A produção de trabalhos de arte visando à atuação do sujeito em sua realidade singular e social;
- A apropriação prática e teórica dos modos de composição da arte nas diversas culturas e mídias, relacionadas à produção, divulgação e consumo.

Ao elaborar o Plano de Trabalho Docente, o professor considera a avaliação como parte inerente ao processo de ensino aprendizagem, realizando-a em função dos conteúdos trabalhados, e o sistema de recuperação está sendo considerado também como integrante de todos os momentos de aprendizagem, sendo desenvolvido à luz das condições daquele educando que não aprendeu.

De acordo com Vasconcellos (2003) a Recuperação de Estudos consiste na retomada de conteúdos durante o processo de ensino e aprendizagem, permitindo que todos os alunos tenham oportunidades de apropriar-se do conhecimento historicamente acumulado, por meio de metodologias diversificadas e participativas.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação nº 9394196, no Art. 13, os docentes incumbir-se-ão de:

- estabelecer estratégias de recuperação para os alunos de menor rendimento.

Nesta perspectiva esta disciplina propõe que o processo de avaliação seja realizado concomitantemente de duas formas: através da retomada de conteúdo a partir de diagnósticos oferecidos pelas atividades realizadas pelos alunos em sala de aula e pelos instrumentos de avaliação; e através da reavaliação do conteúdo já retomado em sala.

Assim, expressa - se aqui que o processo de avaliação e recuperação desta disciplina de Arte estará comprometido com a clareza nos critérios utilizados, com a intencionalidade do ato educativo, com a reflexão crítica sobre a prática, enfim, o comprometimento com a aprendizagem do aluno.

5) REFERÊNCIAS

BACARIN, Ligia Maria Bueno Pereira. **O movimento de arte-educação E o ensino de arte no Brasil: história e política**. Orientadora: NOMA, Amélia Kimiko. 2005.

BUORO, Anamélia Bueno. **O olhar em construção: uma experiência de ensino e aprendizagem da arte na escola.** 5ª Ed. São Paulo: Cortez, 2001.

BRASIL. Leis de diretrizes e bases da educação nacional – LDB nº. 9394/96. **Leis e Decretos Federais:** Edição atualizada. Curitiba: 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do. **Diretrizes Curriculares de Arte para a Educação Básica**. Departamento de Educação Básica. Curitiba, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do. Departamento de Ensino Médio. **LDP: Livro Didático Público de Arte**. Curitiba: SEED-PR, 2006.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP), do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal; 2012.

REGIMENTO ESCOLAR, do Colégio Estadual José da Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal; 2012.

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA - ENSINO FUNDAMENTAL MÉDIO E NORMAL
CURSO: ENSINO MÉDIO
PROFESSORES: Marli Hack da Fonseca e Tatiane Cécere J. Soares
ANO LETIVO: 2012

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DISCIPLINA DE BIOLOGIA

1) APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A capacidade humana de investigação e a busca pela compreensão dos fenômenos naturais levaram o homem a desenvolver tecnologias que permitiram atingir um grau de conhecimento extraordinário. Tais questionamentos sobre avanços morais, éticos, religiosos e científicos, compreendendo a evolução das ciências e principalmente da Biologia e tentando compreendê-la, buscando soluções para problemas que serão minimizados ou extintos.

A Biologia, mesmo que indiretamente visa encontrar soluções para problemas conhecidos, bem como, fornecer oportunidades de conhecimentos que envolvam o ser vivo em seu amplo habitat a biosfera. Seus esclarecimentos e pesquisa permitem investigar, chegar a conclusões e tomar decisões fazendo com que a humanidade encontre na Biologia uma das saídas para tantos problemas, garantindo assim a sua própria sobrevivência. Portanto, o ensino de Biologia tem como objeto de estudo o fenômeno VIDA. Ao longo da história da humanidade, muitos foram os conceitos elaborados sobre este fenômeno, numa tentativa de explicá-lo e, ao mesmo tempo compreendê-lo. Tal interesse sempre esteve relacionado à necessidade de garantir a sobrevivência humana.

Compreender o fenômeno VIDA e sua diversidade de manifestação dos seus resultados e possibilidades em repensar em uma mudança constante de conceitos e teorias elaboradas em cada momento histórico e social. Portanto, nenhuma proposta pedagógica tem sentido se não tomar por base a dimensão histórica da educação, mesmo porque as experiências servirão de sustentáculo para novas investidas.

Nesse contexto, um dos principais pensadores o filósofo Aristóteles (384 a.C. -322 a. C.) na tentativa de definir VIDA, deixou contribuições relevantes quanto à organização dos seres vivos, com interpretações filosóficas que buscavam, dentre outras, explicações para a compreensão da natureza.

Na idade média, a Igreja tornou-se uma instituição poderosa, tanto no aspecto religioso quanto no social, político e econômico. O conhecimento sobre o universo, vinculado a um Deus criador, foi oficializado pela Igreja católica que o transformou em dogma.

A partir do Renascimento, período histórico que abrange os séculos XIV, XV e XVI, os estudiosos começaram a sentir necessidades de sistemas de classificação que agrupassem os seres vivos de acordo com suas características típicas e entre os estudiosos de classificação dos seres vivos, destaca-se o sueco Carl Von Linné (1707-1778). Suas idéias sobre classificação biológica foram publicadas no livro Sistema Naturae, de 1735.

Carl von Linné concluiu que características estruturais e anatômicas eram as mais adequadas para agrupar os seres vivos e as utilizou como principal critério em seu sistema de classificação.

A Biologia se consolida como ciência no século XIX quando Darwin apresenta sua teoria sobre a seleção natural e publica o livro “A origem das espécies”.

Em 1865, Gregor Mendel apresentou ao mundo sua pesquisa sobre a transmissão de característica entre os seres vivos.

Os pesquisadores alemães, Matthias Schleiden (1804-1881), em 1838, e Theodor Schwam (1810-1882), em 1839, afirmaram que todas as coisas vivas-animais e vegetais – eram compostas por células.

No século XX, a nova geração de geneticistas confirmou os trabalhos de Mendel e provocou uma revolução conceitual na Biologia que contribuiu para a construção de um modelo explicativo dos mecanismos evolutivos, vinculados ao material genético, sob influência do pensamento biológico evolutivo.

A Biologia passa a ter novas dimensões com o desenvolvimento da genética incorporando pesquisas da engenharia genética, biotecnologia e uma nova dimensão de estudos que associa a evolução com o desenvolvimento de populações.

Esses conhecimentos geram conflitos filosóficos, científicos e sociais e põem em discussão a manipulação genética e suas implicações sobre o fenômeno VIDA. Essas controvérsias contribuem para que um novo modelo explicativo se constitua como base para o desenvolvimento biológico da manipulação genética.

A construção do pensamento biológico ocorre em momentos de crises, de mudanças de paradigmas e de busca constante por explicações sobre o fenômeno VIDA.

A disciplina de Biologia no currículo escolar brasileiro

Para a ciência, construção do pensamento biológico ocorre em movimentos não - lineares, com momentos de crises, de mudança de paradigmas e de busca constante por explicações sobre o fenômeno VIDA.

No Brasil, a primeira tentativa de organização do ensino corresponde ao atual ensino médio foi a criação do Colégio II, no Rio de Janeiro, em 1838. Nessa organização havia poucas atividades dedicadas às ciências como a história natural, química, física e a matemática, com predomínio da formação humanista.

Na década de 1930, com a criação dos cursos superiores de ciências naturais, os currículos escolares ampliaram a abordagem dos conhecimentos biológicos, considerando também os fatores sociais e econômicos. Em termos metodológicos, entretanto, manteve-se a ênfase no conteúdo, num ensino por natureza descritivo, livresco, teórico e memorístico.

A partir de 1960, por conta da influência do pensamento neodarwinista, uma das críticas foi a ênfase no ensino do método científico e na pedagogia da resolução de problemas através da investigação científica. Por esse enfoque pedagógico, seria iniciada na escola a formação de futuros cientistas.

Na década de 1990, as discussões sobre os processos de ensino-aprendizagem em ciências foram “prioritariamente desenvolvidas a partir dos modelos de mudança conceitual. [. . .] visando à construção de metodologias que (permitiam) a apropriação de conceitos científicos por parte dos alunos, a partir de diferentes enfoques construtivistas. Os estudos analisavam o processo pelo qual, os alunos demonstravam dominar a concepção científica de um determinado conteúdo, mudando suas concepções em favor de uma explicação científica.

A partir de 1998, quando foram promulgadas as Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio, passou a ser organizado por áreas de conhecimento, ficando a Biologia disposta na área de Ciência da Natureza, Matemática e suas Tecnologias.

Os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) promoveram um esvaziamento dos conteúdos formais nas disciplinas, o que também ocorreu no ensino de Biologia, com a presença de temas geradores e criação de subsistemas, em que valores, conhecimentos e capacidades, e até mesmo a ciência, estariam continuamente em transformação, mas orientados por uma “sociedade aberta” e controlados pela competência individual.

As Diretrizes Curriculares, portanto, fundamentam-se na concepção histórica da ciência articulada aos princípios da filosofia da ciência. Ao partir da dimensão histórica da disciplina de Biologia, foram identificados os marcos conceituais da construção do pensamento biológico. Esses marcos foram adotados como critérios para escolha dos conteúdos estruturantes e dos encaminhamentos metodológicos.

O ensino de Biologia contribui significativamente para o desenvolvimento intelectual e ético do indivíduo. Para tanto, é necessário levar o aluno a observar, comparar a classificar fatos e fenômenos, chegando a generalizações e a compreensão em novo nível de complexidade de forma mais elaborada, do conhecimento já produzido e, consequentemente o aproveitamento mais racional do meio ambiente, compreendendo que o estudo das ciências pode permitir a identificação de problemas que afligem a comunidade onde vive, dando base para a busca de soluções adequadas.

2) CONTEÚDOS ESTRUTURANTES/ BÁSICOS DA DISCIPLINA

As diretrizes curriculares orientam uma nova relação professor-aluno-conhecimento. Por isso fez-se necessário identificar na História e Filosofia da Ciência os modelos/paradigmas teóricos elaborados pelo Homem para entender, explicar, usar e manipular os recursos naturais. Buscou-se compreender também, como esses paradigmas contribuem para a constituição da Biologia como Ciência e como disciplina escolar. A partir dessa reflexão foi construído o conceito de conteúdo estruturante.

Conteúdos estruturantes são saberes, conhecimentos de grande amplitude, que identificam e organizam os campos de estudo de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para a compreensão de seu objeto de estudo e ensino e, quando for o caso, de suas áreas de estudo.

Os conteúdos estruturantes foram assim definidos:

a) **Organização dos Seres Vivos:**

Este conteúdo estruturante possibilita conhecer os modelos teóricos historicamente construídos que propõem a organização dos seres vivos, relacionando-os à existência de características comuns entre estes e sua origem única (ancestralidade comum).

b) **Mecanismos Biológicos:**

O conteúdo estruturante mecanismos biológicos privilegia o estudo dos mecanismos que explicam como os sistemas orgânicos dos seres vivos funcionam.

Assim, o trabalho pedagógico neste conteúdo estruturante, deve abordar desde o funcionamento dos sistemas que constituem os diferentes grupos de seres vivos até o estudo dos componentes celulares e suas respectivas funções.

c) Biodiversidade:

Este conteúdo estruturante possibilita o estudo, a análise e a indução para a busca de novos conhecimentos, na tentativa de compreender o conceito biodiversidade.

Com este conteúdo estruturante, pretende-se discutir os processos pelos quais os seres vivos sofrem modificações, perpetuam uma variabilidade genética e estabelecem relações ecológicas, garantindo a diversidade de seres vivos.

d) Manipulação Genética

Este conteúdo estruturante trata das implicações dos conhecimentos da biologia molecular sobre a VIDA, na perspectiva dos avanços da biologia, com possibilidade de manipular o material genético dos seres vivos e permite questionar o conceito biológico da VIDA como fato natural, independente da ação do homem.

A ciência e a tecnologia são conhecimentos produzidos pelos seres humanos e interferem no contexto de vida da humanidade, razão pela qual todo cidadão tem o direito de receber esclarecimentos sobre como as novas tecnologias vão afetar a sua vida.

Assim, o trabalho pedagógico, neste conteúdo estruturante, deve abordar os avanços da biologia molecular; as biotecnologias aplicadas e os aspectos bioéticos dos avanços biotecnológicos que envolvem a manipulação genética, permitindo compreender a interferência do homem na diversidade biológica.

Assim sendo, conteúdos estruturantes são interdependentes e não devem ser seriados nem hierarquizados e sim abordados de forma integrada, com ênfase nos aspectos essenciais do objeto de estudo da disciplina, relacionados a conceitos oriundos das diversas ciências de referencia da Biologia. Tais relações serão desenvolvidas ao longo do Ensino Médio, num aprofundamento conceitual e reflexivo, com vistas a dotar o aluno das significações dos conteúdos em sua formação neste nível de ensino.

Em relação aos conteúdos básicos, os mesmos são considerados essenciais para a formação conceitual dos estudantes nas diversas disciplinas da Educação Básica. São conteúdos que devem ser tomados como ponto de partida para a organização da proposta pedagógica curricular das escolas, não podendo ser suprimidos nem reduzidos.

Nesta proposta pedagógica, o professor poderá seriar/sequenciar esses conteúdos básicos de modo a orientar o trabalho de seleção de conteúdos específicos no Plano de Trabalho Docente. Portanto no plano os conteúdos básicos terão abordagens diversas e serão desdobrados em conteúdos específicos, sempre considerando-se o aprofundamento a ser observado para a série e etapa de ensino.

Os conteúdos específicos receberão abordagens contextualizadas histórica, social e politicamente, de modo que façam sentido para os alunos nas diversas realidades regionais, culturais e econômicas, contribuindo com sua formação cidadã.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
Organização dos seres vivos	Classificação dos seres vivos: critérios taxonômicos e filogenéticos. Sistemas biológicos: anatomia, morfologia e fisiologia.
Mecanismos Biológicos	Mecanismos celulares biofísicos e bioquímicos. Teorias evolutivas
Biodiversidade	Transmissão de características hereditárias. Dinâmica dos ecossistemas: relações entre os seres vivos e interdependência com o ambiente.
Manipulação Genética	Organismos geneticamente modificado

3) METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Favorecendo o desenvolvimento de pesquisas apropriadas para que o alunado busque o equilíbrio e que possam utilizar os recursos naturais de forma sustentável com ética e com respeito à vida, o encaminhamento metodológico deve ser objeto de reflexão constante com os alunos do Ensino Médio inserindo-o no mundo do trabalho.

O papel do professor não é mero transferidor de conteúdos específicos, mas por intermédio de metodologias adequadas na qual introduz a visão crítica da sociedade, produz com o aluno o verdadeiro conhecimento.

Conhecer e respeitar a diversidade social, cultural e, as ideias próprias do aluno, como elementos que também podem constituir obstáculos à aprendizagem dos conceitos científicos que levam a compreensão do conceito VIDA. Para superação dos obstáculos apresentados, no Ensino de Biologia deve-se ressaltar a necessidade de metodologias diversificadas das quais o professor pode se utilizar para encaminhar sua prática docente propiciando ao aluno vivenciar os conteúdos específicos que está construindo e assimilando. Então a metodologia diversificada envolve debates dirigidos sobre temas atuais, estudo do meio, aula dialogada, leitura, escrita, trabalhos coletivos com leitura e apresentações, trabalhos com textos extraídos de recortes de revistas e jornais, situações- problemas, simulações, filmes, documentários, imagens, composição de relatórios sobre práticas vivenciadas, palestras e atividades em sala de aula que permitam o êxito no processo ensino-aprendizagem. Para a realização das práticas será utilizado todo o material e equipamentos disponíveis no laboratório, bem como, materiais recicláveis, de produção dos próprios alunos.

A virada do século está marcada por exigências que demandam a efetiva contribuição da educação, sobretudo quando defendemos a formação de indivíduos autônomos, críticos, criativos, capazes de assumir a sua condição de sujeitos de direitos. Por conseguinte uma educação para a cidadania.

É nessa perspectiva que situamos o importante papel da escola como um espaço privilegiado de educação formal, na medida em que ela seja capaz de oferecer um ensino de qualidade, preocupada com o desenvolvimento pleno das potencialidades do indivíduo, valorizando a dimensão do trabalho, do lazer e das

artes. Um espaço, portanto, de formação e exercício da cidadania, da prática da participação e da construção da democracia.

Isso porque a tarefa de qualificar as novas gerações para a sociedade da informação ou do conhecimento, de forma vinculada ao exercício pleno de sua cidadania, requer a urgente reconstrução de sua forma de ser, tornando-a um espaço vivo e prazeroso, em que a prática da criatividade, do senso crítico, de participação, seja uma constante em seu cotidiano.

Estamos vendo como os Direitos Humanos ocupam, em nossos dias, lugar de destaque nas agendas governamentais como nos movimentos de sociedade civil, tornando-se condição imperativa à consideração da dignidade da pessoa humana.

No processo de afirmação desses direitos, a educação representa papel importante, ao possibilitar a conscientização, a reflexão e a proposição de ações que podem e devem ser implementadas nas escolas.

A Educação em Direitos Humanos deve estar pautada nos valores de respeito ao ser humano e à sua dignidade, visando à formação de uma cultura que priorize a igualdade entre as pessoas e, ao mesmo tempo, a tolerância à diversidade. Portanto será realizada de forma efetiva, desenvolvida por meio de uma prática pedagógica coerente e articulada com seus valores.

Os conteúdos de Direitos Humanos serão trabalhados de várias maneiras e de forma prazerosa, por meio de música, teatro, poesia, literatura, etc., aproveitando o que a comunidade tem de riqueza cultural.

Ao longo da história ocorreram mudanças de comportamentos e crenças relacionadas à sexualidade. Em diferentes culturas essa foi se tornando questionável em todos os campos de conhecimentos, que inicialmente eram encarados como natural e posteriormente certos relacionamentos eram tidos como anomalias e inclusive com tratamentos clínicos, como a homossexualidade que era considerada doença. Portanto, conhecimentos de relações de gênero, sexualidade e relações étnico - raciais incluídos no currículo da escola são fundamentais. São conhecimentos que contribuem para a promoção da igualdade de condições de acesso e permanência dos diferentes sujeitos na medida em que promovem o respeito à diversidade cultural. O trabalho com esses conhecimentos será realizado no cotidiano da sala de aula, pois instrumentaliza a reflexão e desnaturaliza a exclusão social.

O Núcleo de Gênero e Diversidade Sexual no Departamento da Diversidade da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, criado desde fevereiro de 2009, apresenta e discute ações e concepções a partir da premissa da universalização da escola pública. Universalização que é viável se for garantido o acesso, a permanência, e o sucesso escolar para a diversidade dos sujeitos que frequentam a escola pública. Assumem também o princípio do reconhecimento, respeito e apoio à presença da diversidade sexual nas escolas, em detrimento de uma postura de tolerância que pressupõe uma hierarquização dos sujeitos.

Trazer essa temática para a escola, apesar dos limites dessa abordagem, contribui para a visibilidade desses temas no espaço escolar.

O Projeto Educação Fiscal considera que os conhecimentos sobre a função social dos tributos asseguram a capacidade do exercício da cidadania vinculada ao desenvolvimento econômico do Estado e a distribuição justa dos recursos públicos para todos. Portanto, é um desafio, enquanto processo de inserção e resgate de valores da sociedade. Para a compreensão desse conteúdo é necessário que os conhecimentos sejam vivenciados nos estabelecimentos de ensino.

Sendo assim, serão realizadas durante o ano letivo palestras, pesquisas, atividades coletivas, entre outros, cujo tema visa à informação, questionamentos, reflexões e ações para a melhoria da qualidade social.

Ao aluno do campo a Biologia favorecerá o desenvolvimento de pesquisas e de tecnologias apropriadas para que possam transformar em uma necessidade básica, oferecendo oportunidades para compreensão de situações de fenômenos distintos que ocorrem no meio em que estes alunos interagem, demonstrando a eles possibilidades de domínio do homem sobre as transformações da matéria e energia que decorrem na natureza, enfatizando o desenvolvimento da compreensão da totalidade e ligando a esta todos os elementos que favoreçam a manutenção da vida e a perpetuação das espécies.

É importante destacar a obrigatoriedade das inclusões da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, conforme Lei 10.639/03 e da História e Cultura dos Povos Indígenas, conforme Lei 11.645/ 08, nos currículos da Educação Básica. Com esta medida, reconhece-se que além de garantir vagas para negros e índios nos bancos escolares, é preciso valorizar devidamente a história e cultura de seus povos, buscando reparar danos que se repetem há cinco séculos. Preconceitos

raciais, discriminações de minorias étnicas e religiosas precisam ser identificados em classe, numa primeira etapa de análise, que deve incluir uma fase de estudo de processos de herança de genes, que incluem, entre outros, cor da pele, tipos sanguíneos, cor dos olhos, talassemia, etc. Variedades de dietas, o uso de diferentes plantas e animais, a aceitação de controle de natalidade, tudo isso pode contribuir para se entender a maneira as quais diferentes pessoas podem ter tipos de vida, padrões estáticos e heranças culturais variados, que devem ser preservados sem prejuízo de se estabelecerem padrões comuns a todos.

Diferenças regionais manifestadas por culinárias diferentes, formas de utilização do ambiente, relações com os seres vivos são características que estão muito presentes na literatura, e nos meios de comunicação, exigindo dos professores um senso de oportunidade para promover discussão, em dimensão global, de muitos dos assuntos tratados nas aulas de Biologia.

A violência escolar não é um problema fácil de ser resolvido, é uma situação histórica e de grande complexidade. Pensar no aluno como resultado de determinantes históricas, de pertencimento a um grupo social e de uma singularidade, é o primeiro passo para podermos tratar das formas de violência que acontecem dentro da escola e são próprias do ambiente escolar. Um bom ponto de partida para esta cruzada é investir em atividades artísticas, culturais e esportivas, com contribuição de diferentes áreas de conhecimento, é uma forma criativa de combinar a aprendizagem e prazer.

Repensar o papel da escola e de sua função, para além da promoção da mera instrução formal, é um passo imprescindível para a concretização da proteção integral com a intervenção dos profissionais da Educação a partir de uma atualização da visão da escola e de suas atribuições. Só assim, a partir de uma verdadeira união dos que compõem o espaço escolar, em prol prioritariamente dos interesses da proteção e formação integral dos alunos, é que se consubstanciará a verdadeira comunidade escolar que junto com a família, ou na falha desta, estará apta para cumprir a missão de promover um desenvolvimento pleno e sadio da infância à juventude.

Nas últimas décadas verificam-se novos comportamentos relacionados ao uso indevido de drogas, tais como: uso abusivo de medicamentos (ansiolíticos, antidepressivos, entre outros), o uso de drogas sintéticas (ecstasy, crack, LSD,

dentre outras), a precocidade de uso indevido de drogas e sua associação com atos violentos.

Nesta perspectiva, as questões relacionadas às drogas precisam ganhar um tratamento pedagógico que envolva ações preventivas permanentes e integradas ao currículo e ao cotidiano escolar. Os conteúdos serão abordados de maneira crítica, histórica e pedagógica.

É importante considerar um tratamento pedagógico que possa ser o mais coerente possível, considerando, assim, maior reflexão e crítica sobre as questões que envolvem as drogas. É necessário pôr em crise as informações, questioná-las, e com isso incitar os alunos a discutir os aspectos sociais, econômicos, políticos, históricos, éticos e culturais envolvidos na problemática das drogas, bem como as relações de poder nestas circunstâncias. Desta forma, os conteúdos relacionados às drogas serão tratados de uma maneira ampla, num processo de desconstrução e reconstrução de abordagens que contemplem as implicações e as inter-relações dos contextos sociais, políticos e econômicos. Assim, o entendimento sobre a prevenção ao uso indevido de drogas vai além das discussões do campo biológico, e perpassa outras áreas de conhecimento como as Ciências Humanas e Exatas, possibilitando que as diferentes disciplinas da matriz curricular possam contribuir por meio de seus conteúdos.

A educação ambiental tornou-se lei em 27 de abril de 1.999. A Lei nº 9.795 Lei da Educação Ambiental, afirma: “A educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não - formal. ” A educação ambiental tenta despertar em todos a consciência de que o ser humano é parte do meio ambiente. Ela tenta superar a visão antropocêntrica, que fez com que o homem se sentisse sempre o centro de tudo esquecendo a importância da natureza, da qual é parte integrante.

Os problemas causados pelo aquecimento global obrigam o mundo a refletir sobre a necessidade de impulsionar a educação ambiental. O cenário é muito preocupante e deve ser levado a sério, pois as conseqüências vão atingir a todos, sem distinção.

A escola tem influência não apenas dentro dos seus muros, nos momentos formais com os alunos, mas também em toda a comunidade formada pelos respectivos familiares dos alunos e moradores de seu entorno. A escola

influencia, mas também é influenciada pelos movimentos sociais. Assim, o processo de elaboração da Agenda 21 escolar terá atuação direta e indireta na escola, uma vez que um dos seus objetivos é a identificação de problemas que afetam qualidade de vida dos seus alunos e do seu entorno, para que juntos, escola e comunidade escolar, busquem solucioná-los a partir de discussões que favoreçam a difusão de saberes.

Sendo assim, serão adotadas no decorrer do ano, metodologias diversificadas, pois se trata de processo pedagógico participativo permanente para incutir uma consciência crítica sobre a problemática ambiental, estendendo à sociedade a capacidade de captar a gênese e a evolução de problemas ambientais.

Assuntos também previstos na legislação vigente como: História do Paraná Lei nº 13381/01, Música Lei 11769/2008, Enfrentamento à violência contra criança e o adolescente, Direito das Crianças e Adolescentes Lei Federal nº 11525/07 e a Educação tributária Decreto nº 11430/99, Portaria nº 413/02 serão tratados de forma contextualizada, ampliando a abordagem dos conteúdos e promovendo um diálogo com os temas acima citados relacionado-os com os conteúdos específicos de cada disciplina e desenvolvendo-os de maneira mais elaborada e discutida, conforme for o seu grau de relevância.

Há de ter clareza, portanto, de que a escola não dá conta de tudo, mas de forma consciente e fundamentada pode e deve fazer o exercício de discutir sobre estes desafios, entendendo–os na mesma perspectiva do conteúdo escolar: na perspectiva da historicidade, da concreticidade e da totalidade, indo para além de representações ingênuas, idealistas e estereotipadas da realidade.

4) AVALIAÇÃO

Segundo o professor Cipriano Carlos Luckesi, a avaliação é uma apreciação qualitativa sobre dados relevantes do processo ensino-aprendizagem que auxilia o professor na tomada de decisões sobre o seu trabalho.

A avaliação escolar é um componente do processo ensino-aprendizagem que visa através da verificação dos resultados obtidos confrontando estes com os objetivos propostos e a partir daí orientar a tomada de decisões em relação às práticas pedagógicas do professor. Portanto, o trabalho com o conteúdo carrega a forma como o professor e a escola, em seu conjunto, esperam que os sujeitos da aprendizagem compreendam, analisem e se relacionem com o mundo, com o outro e desta forma com o objeto de conhecimento. Ocorre uma intencionalidade no recorte que se faz de um conhecimento, ou seja, na escolha dos conteúdos e na forma como se trabalha os mesmos. Uma vez selecionados os conteúdos essenciais, o professor deve estabelecer os critérios que serão utilizados para avaliar o conhecimento do aluno. Os critérios são a via para se acompanhar o processo de aprendizagem dos alunos e, consequentemente do ensino do professor, auxiliando-o em sua prática pedagógica.

Dessa maneira a avaliação deverá ser diagnóstica, contínua, cumulativa e formativa utilizando formas variadas de instrumentos para verificar o rendimento dos alunados em cada momento na sala de aula, durante todo o processo como: resolução de situações-problema, exercícios de fixação, relatórios, trabalhos expostos à equipe e atividades corriqueiras como exposições orais, provas, investigações que apontem o desenvolvimento cognitivo, afetivo e psicomotor poderão ser utilizadas para a verificação da aprendizagem bem como testes individuais e em grupo.

Obtida as informações necessárias sobre a aprendizagem dos alunos, pressupõe-se uma tomada de decisão, em que os alunos também tomem conhecimento dos resultados de sua aprendizagem e organizem-se para as mudanças necessárias. Deste modo tanto os professores como os alunos tornam-se observadores dos avanços e dificuldades a fim de superarem os obstáculos existentes.

De acordo com o Regimento Escolar do Estabelecimento, a média do trimestre será resultante da soma dos valores atribuídos em cada instrumento de

avaliação, sendo valores cumulativos em várias aferições, na sequência e ordenação de conteúdos, onde os trabalhos, pesquisas, testes terão peso 5,0 e a avaliação escrita trimestral terá peso 5,0.

A recuperação de estudos será paralela e concomitante contemplando o que preceitua o projeto político pedagógico e o regimento escolar. Dessa forma, os alunos serão acompanhados durante todo o processo ensino-aprendizagem e os conteúdos serão retomados assim que for observada alguma dificuldade. Ao final de cada avaliação trimestral nova oportunidade de avaliação será ofertada a todos os alunos com peso 10,0. Após a recuperação, prevalecerá a nota maior.

De acordo com os conteúdos estruturantes e básicos da disciplina de Biologia segue abaixo relacionado os critérios de avaliação, esperando-se que o aluno:

Identifique e compare as características dos diferentes grupos de seres vivos;

Estabeleça relações entre as características específicas dos microorganismos, dos organismos vegetais e animais, e dos vírus;

Classifique os seres vivos quanto ao número de células (unicelular e pluricelular), tipo de organização celular (procarionte e eucarionte), forma de obtenção de energia (autótrofo e heterótrofo) e tipo de reprodução (sexuada e assexuada);

Reconheça e compreenda a classificação filogenética (morfológica, estrutural e molecular) dos seres vivos;

Compreenda a anatomia, morfologia, fisiologia e embriologia dos sistemas biológicos (digestório, reprodutor, cardiovascular, respiratório, endócrino, muscular, esquelético, excretor, sensorial e nervoso);

Identifique a estrutura e o funcionamento das organelas citoplasmáticas;

Reconheça a importância e identifique os mecanismos bioquímicos e biofísicos que ocorrem no interior das células;

Compreenda os mecanismos de funcionamento de uma célula: digestão, reprodução, respiração, excreção, sensorial, transporte de substâncias;

Compare e estabeleça diferenças morfológicas entre os tipos celulares mais frequentes nos sistemas biológicos (histologia);

Reconheça e analise as diferentes teorias sobre a origem da vida e a evolução das espécies;

Reconheça a importância da estrutura genética para manutenção da diversidade dos seres vivos;

Compreenda o processo de transmissão das características hereditárias entre os seres vivos;

Identifique os fatores bióticos e abióticos que constituem os ecossistemas e as relações existentes entre estes;

Compreenda a importância e valorize a diversidade biológica para a manutenção do equilíbrio dos ecossistemas;

Reconheça as relações de interdependência entre os seres vivos e destes com o meio em que vivem;

Identifique algumas técnicas de manipulação do material genético e os resultados decorrentes de sua aplicação/utilização;

Compreenda e evolução histórica da construção dos conhecimentos biotecnológicos aplicados à melhoria da qualidade de vida da população e à solução de problemas sócio - ambientais;

Relacione os conhecimentos biotecnológicos às alterações produzidas pelo homem na diversidade biológica;

Analise e discuta interesses econômicos, políticos, aspectos éticos e bioéticos da pesquisa científica que envolve a manipulação genética.

5) REFERÊNCIAS

BRASIL. **Conselho Escolar e Direitos Humanos.** Brasília: Presidência da República, Secretária Especial dos Direitos Humanos; Ministério da Educação, Secretaria de Educação Básica, 2008.

BRASIL. Leis de diretrizes e bases da educação nacional – LDB nº. 9394/96. **Leis e Decretos Federais:** Edição atualizada. Curitiba: 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação do Paraná. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares de Biologia**. Curitiba, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos Temáticos Desafios Educacionais Contemporâneos: Educação Ambiental**. Curitiba: SEED, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Cadernos **Temáticos Desafios Educacionais temporâneos: Enfrentamento à Violência.** Curitiba: SEED, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Cadernos **Temáticos Desafios Educacionais Contemporâneos: Prevenção ao uso indevido de drogas**. Curitiba: SEED, 2008.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP), do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal; 2012.

REGIMENTO ESCOLAR, do Colégio Estadual José da Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal; 2012.

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E NORMAL.
CURSO: ENSINO MÉDIO
PROFESSORES: Ademir Luchetti, Lúcia M. Wiedmann, Sônia R.da S. Berti
ANO LETIVO: 2012

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A Educação Física, foi instituída no ano de 1882, após um projeto denominado, Reforma do Ensino Primário, Rui Barbosa emitiu um parecer que entre outras conclusões firmou a importância da ginástica, elevando-a em categoria e autoridade com as demais disciplinas. Desde então ela vem sofrendo transformações, influenciadas por vários segmentos como instituições médicas, militares, políticas bem como por modelos pedagógicos.

Com a promulgação da lei 5692/71, tornou-se obrigatória na escola e passou a ter uma legislação específica, integrando a mesma como atividade escolar regular e obrigatória no currículo de todos os cursos e sistemas de ensino.

Enquanto disciplina devidamente regulamentada, uma das primeiras referências da Educação Física foi a psicomotricidade e a partir daí surgiram várias correntes ou tendências que contribuíram para o desenvolvimento e valorização da mesma.

Após a publicação do Currículo Básico da Educação uma nova dimensão fica estabelecida, embasada na Pedagogia Histórico Crítica, e pautada na metodologia Crítico Superadora a Educação Física passou a ter uma abordagem focada na formação do aluno em todas as suas dimensões.

Atualmente e após um replanejamento da escola pública do Paraná, foram realizados vários encontros (DEB Itinerante) reuniões da área onde foram realizadas discussões para definir as concepções teóricas metodológicas, e os conteúdos básicos e estruturantes de cada área, o que culminou com a construção coletiva das DCE’s Diretrizes Curriculares do Paraná.

As diretrizes estão de acordo com as políticas educacionais para a escola pública paranaense, em consonância com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação e principalmente atende e respeita os anseios educacionais dos professores, pois,

foi construída de forma democrática e coletiva. Na qual a Educação Física é concebida como componente curricular imprescindível que tem seu objeto de estudo e ensino próprios e tem como seu objetivo formar, atitude crítica no aluno perante a Cultura Corporal.

Diante dessas considerações a Educação Física deve possibilitar uma reflexão a respeito de sua prática levar o educando a uma leitura crítica das relações sociais, articulando os conhecimentos assimilados na escola, com seu mundo vida interpretando a relações que o cercam e exercitando o respeito humano tendo como suporte os conteúdos dessa disciplina.

Atualmente a Educação Física tem uma visibilidade e importância atrelada a modismos e merchandising esportivo. Cabe aos profissionais da área superar esse modelo pautado somente na exportivização e perspectivas técnicas. E promover a instrumentalização do aluno para que o mesmo possa usufruir dos jogos, dos esportes, das danças, das lutas e da ginástica em suas práticas cotidianas.

Com o advento das DCE's ficou definido que a Educação Física tem como objeto de estudo a Cultura Corporal e cabe aos profissionais dessa área do conhecimento, organizar os conteúdos e suas práticas pedagógicas pautados nos pressupostos e orientações nela apresentadas. A Cultura Corporal representa as formas culturais do "movimentar-se humano" historicamente produzidos pela humanidade.

Dessa forma defendemos que o educando tenha acesso ao conhecimento sobre a Cultura Corporal historicamente acumulado pela humanidade. E compreenda a Educação Física sob um contexto mais amplo, no qual os diferentes grupos humanos construíram suas formas de relação com o mundo, desenvolveram habilidades e aptidões.

Concluindo fica claro que o trabalho dos profissionais da área é repensar o tratamento teórico metodológico dado nas aulas e romper com o modelo atual que centraliza-se na ideia de aprendizagem predominantemente motora, focada na aptidão física e performance esportiva.

E o grande desafio da Educação Física é fazer com que seu objeto de estudo a Cultura Corporal, por meio de seus professores contemple as várias

dimensões da vida humana e torne-se de fato parte do projeto geral de escolarização.

OBJETIVOS GERAIS DA DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

- Incentivar o aluno a compreender a Educação Física, enquanto disciplina importante do currículo que traz em seu bojo conhecimentos imprescindível para sua vida. Promover reflexões e atividades em que o mesmo compreenda seus conteúdos e tome consciência da sua utilização/aplicação em seu cotidiano. E ainda que o aluno ao apropriar-se dos conteúdos trabalhados nas aulas possa transformar, e usufruir das práticas e atividades corporais de forma crítica e consciente.

- Desenvolver atividades com conteúdos específicos, contextualizando com os elementos articuladores e proporcionar inúmeras práticas com as diferentes expressões e possibilidades corporais instrumentalizando-os para solucionar os problemas levantados no momento das aulas.

- Ampliar o campo de intervenção da Educação Física, provocando o educando a refletir e visualizar, por meio dos conteúdos dessa, os problemas que envolvem a sociedade em que vive e ao mesmo tempo possibilitar nas aulas situações que permitam ao aluno abordar e discutir tais problemas.

- Propiciar e dar condições para a experimentação nas aulas de diferentes atividades, jogos e exercícios, incentivar a resolução de problemas provocando o aluno com desafios, reflexões e questionamentos confrontando situações de jogo/jogos/atividades vivenciadas nas aulas com a realidade em que ele vive.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

Os Conteúdos Estruturantes foram definidos como os conhecimentos de grande amplitude, conceitos ou práticas que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para compreender seu objeto de estudo/ensino. Os conteúdos estruturantes devem ser abordados em complexidade crescente, isto porque, em cada nível de ensino o aluno traz consigo, múltiplas experiências relativas ao conhecimento sistematizado, isto é a sua realidade. As aulas de Educação Física devem oportunizar aos alunos conhecimentos ampliados e diversificados abordando todos os vários tipos de culturas com suas particularidades.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

a) ESPORTE
b) JOGOS E BRINCADEIRAS
c) GINÁSTICA
d) LUTAS
e) DANÇAS.

a) ESPORTE: O ensino do esporte na escola deve contemplar aos alunos:

- Garantir direito de acesso e reflexão sobre as práticas esportivas.
- Os professores devem considerar os determinantes históricos-sociais para a legitimação do desporto.
- Garantir aos alunos que o esporte é uma disciplina teórico-prática, um fenômeno social e uma grande ferramenta de aprendizado para o lazer, aprimoramento da saúde e integração social.
- Garantir aos alunos as múltiplas experiências e o desenvolvimento de uma atitude crítica perante os conteúdos.
- Garantir que os alunos tenham acesso aos valores como solidariedade, respeito privilegiando o coletivo em detrimento do individual.

- Propiciar o aluno uma leitura de sua situação social, histórica e política dentro da sociedade.
- Contemplar o ensino das regras, táticas e técnicas básicas das modalidades esportivas.

b) JOGOS E BRINCADEIRAS: O ensino de Jogos e Brincadeiras na escola deverá:

- Levar o aluno ao conhecimento de suas liberdades de movimento, de expressão e a conhecerem seus limites e os limites estabelecidos pela sociedade.
- Contemplar o aspecto lúdico das brincadeiras e jogos e também o sentido da competição sem dar ênfase à competição exacerbada. Que é possível a flexibilização das regras dentro de uma organização coletiva.
- Mostrar que o jogo praticado num contexto de ensino e bem dirigido reproduz as desigualdades arraigadas no contexto social.
- Garantir que nos jogos se reproduz os sentidos e valores que se fazem presente em nossa vida tais como: justiça, respeito, solidariedade, espírito esportivo.
- Jogos e Brincadeiras compõem um conjunto de possibilidades que ampliam a percepção e a interpretação da realidade, além de intensificarem a curiosidade o interesse e a motivação.

c) GINÁSTICA: O Ensino da ginástica deverá:

- Garantir aos alunos as possibilidades de reconhecerem seu próprio corpo.
- Dar subsídios para eles questionarem os padrões estéticos, o culto ao corpo, aos exercícios físicos e aos modismos da mídia.
- A Prática Corporal deve privilegiar um bom desempenho de grupos musculares e o aprimoramento das funções orgânicas para a melhoria da

performance atlética e os padrões existentes para uma melhor qualidade de vida.

- A Ginástica compreende uma gama de possibilidades; imitativa de animais, ginástica circense, ginástica geral, as esportivizadas, tais como: artística e rítmica.
- Propiciar à interação, autoconhecimento, a partilha de experiências para ampliar as possibilidades de significação e representação do movimento.

d) LUTAS: No ensino das lutas devemos privilegiar:

- A importância histórico-cultural de cada tipo de luta e situá-la no tempo, onde elas se originaram ou são praticadas.
- Garantir aos alunos subsídios teóricos e práticos para que a sua prática corporal se direcione para o campo da reflexão e direcionada aos propósitos de desenvolver capacidades e habilidades técnicas, nunca para o seu uso de forma agressiva.
- A manifestação pelo gosto da luta deve ser abordada de uma maneira critica consciente, oportunizando momentos de reflexão na busca de conhecimentos da cultura corporal.

e) DANÇA: O Ensino da dança deve:

- Garantir que o aluno tenha um senso critico e reflexivo sobre a dança e seus significados, criando situações em que a representação simbólica, peculiar a cada dança seja contemplada.
- Oportunizar aos alunos vivenciar na prática e na teoria esta rica experiência corporal, em que possibilite compreender o contexto social em que estamos inseridos.
- Discutir com os alunos, que não é preciso dançar na técnica correta, e que dança pode ser realizada por qualquer pessoa. Que a dança é um dos

maiores prazeres que o ser humano pode desfrutar. É uma ação que traz uma sensação de alegria, euforia interna, poder e principalmente de superação de seus limites.

- Levá-los ao conhecimento de que a dança é um meio de integração e inserção nos grupos de amizade e também até um meio de vida.
- Garantir aos alunos que eles reconheçam que ao praticar a dança é possível desenvolver criatividade, afetividade, sensibilidade e expressão corporal.

2.1 CONTEÚDOS BÁSICOS

Os Conteúdos Básicos são o ponto de partida para a organização da Proposta Pedagógica Curricular das escolas. São conhecimentos fundamentais para a série, não podem ser suprimidos nem reduzidos, e sim acrescentarmos novos conteúdos básicos, de modo a enriquecer o trabalho da disciplina de Educação Física. Socializar os conhecimentos destes conteúdos é tarefa do professor proporcionando situações problemas e de forma colaborativa procurar caminhos para sua resolução. Os conteúdos estruturantes, básicos e específicos se completam e devem por meio da intervenção do professor articular entre si.

3. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Após as discussões promovidas para construção das DCE's ficou claro as necessidades de mudanças na Educação Física, no sentido de superar os modelos de ensino dessa disciplina que focavam principalmente a aptidão física, a aprendizagem motora, a performance esportiva e etc. compreendendo-a num contexto mais amplo.

Essas diretrizes apontam como objeto de estudo e ensino da Educação Física a Cultura Corporal no sentido de possibilitar ao aluno o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, relacionando-os às práticas corporais, ao contexto histórico, político econômico e social.

Dentro do contexto das novas diretrizes, as atividades de Educação Física serão organizadas considerando os conhecimentos da Cultura Corporal, no sentido de contextualizar esses saberes como forma de ampliar o pensamento do aluno conforme descrito nas diretrizes.

> "Considerando o objeto de ensino e de estudo da Educação Física tratado nessas diretrizes, isto é, a Cultura Corporal, por meio dos Conteúdos Estruturantes propostos – esporte, dança, ginástica, lutas, jogos e brincadeiras -, a Educação Física tem a função social de contribuir para que os alunos se tornem sujeitos capazes de reconhecer o próprio corpo, adquirir uma expressividade corporal consciente e refletir criticamente sobre práticas corporais." (DCE's p. 72)

Com isso posto, os conteúdos serão organizados observando a complexidade e amplitude para cada série, e serão abordados de forma espiralada, problematizando as situações recorrentes nas práticas pedagógicas. Será observada a contextualização dos conteúdos estruturantes com elementos articuladores, envolvendo as diversas questões e proporcionando ao aluno a construção do conhecimento.

Portanto, amparados nas diretrizes é importante que se realize também um diálogo contextualizado com os elementos articuladores da disciplina de

Educação Física elencados abaixo: Cultura Corporal e Corpo; Cultura Corporal e Ludicidade; Cultura Corporal e Saúde; Cultura Corporal e Mundo do Trabalho; Cultura Corporal e Desportivização; Cultura Corporal Técnica e Tática; Cultura Corporal e Lazer; Cultura Corporal e Diversidade; Cultura Corporal e Mídia.

Os elementos articuladores devem ser organizados e entendidos como forma de refletir, interligar e contextualizar, os conteúdos e as práticas corporais.

Os elementos articuladores devem ser abordados de uma forma que permita ampliar o conhecimento da realidade, estabelecer relações entre os fenômenos históricos, sociais e culturais, e " *[...] permitir aos estudantes além da percepção crítica do real, uma intervenção ativa na sociedade, com seus problemas, interesses, objetivos e ideais."(DCE's p.53)*

O desenvolvimento sócio educacional previsto na legislação vigente:

Política Nacional de Educação Ambiental (lei nº9795/99);

História e Cultura dos Povos Indígenas (Lei nº11.645.08);

História e Cultura Afro-Brasileira e Africana (Lei nº10.639-03);

Enfrentamento à Violência;

Prevenção ao Uso Indevido de Drogas;

Cidadania e Direitos Humanos (Educação Fiscal e Programa Saúde na Escola);

Educação para a Diversidade Cultural (relações étnicos raciais e afro-descendentes; educação escolar indígena, relações de gênero e diversidade sexual e educação do campo.

Contemplar o Centenário de Helena Kolody

Serão tratados, de forma contextualizada, ampliando a abordagem dos conteúdos e promovendo um diálogo com os temas acima citados relacionando-os com os conteúdos específicos da disciplina de Educação Física. Dessa forma o professor poderá articular uma abordagem global dos conhecimentos e saberes sociais que permeiam as disciplinas do currículo, possibilitando ao aluno apropriar-se de saberes que fazem parte da realidade vivida pelo homem contemporâneo.

As estratégias de ensino como prática social, problematização, a instrumentalização, a catarse e a prática social serão realizadas e exploradas de forma a provocar uma reflexão, possibilitando ao aluno um contato consciente e sistematizado, respeitados as limitações e possibilidades corporais, sociais e culturais de cada educando.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
Esporte	Coletivos Individuais Radicais
Jogos e Brincadeiras	Jogos e brincadeiras populares Brincadeiras e cantigas de roda Jogos de tabuleiro Jogos dramáticos Jogos cooperativos
Dança	Danças folclóricas Danças de salão Danças de rua Danças criativas Danças circulares
Ginástica	Ginástica artística/olímpica Ginástica rítmica Ginástica de Condicionamento físico Ginástica circense Ginástica geral
Lutas	Lutas de aproximação Lutas que mantêm a distância Lutas com instrumento mediador Capoeira

4. AVALIAÇÃO

A avaliação deverá considerar os caminhos percorridos pelo aluno bem como, suas formas de desenvolver, solucionar, criar e inovar diante das situações propostas.

O processo da avaliação deve oportunizar ao aluno situações problemas para que ele analise, transforme e recrie novas formas de perceber o mundo em que vive. Esse processo será contínuo, observando os progressos apresentados durante o ano letivo.

Os insucessos não serão apenas detectados, mas explorados, visando diminuir desigualdades e a classificação entre bons e ruins, procurando sanar as dificuldades encontradas no decorrer do processo ensino aprendizagem.

A avaliação não poderá estar fundamentada apenas em aferições de performances através de provas e testes físicos do educando, privilegiando apenas aspectos quantitativos e de mensuração, reforçando ainda mais as situações de discriminação e classificação dos mesmos.

Conforme, as novas Diretrizes Educacionais, a avaliação deve ter como foco a aprendizagem de todos os alunos, o professor deve reavaliar suas estratégias traçando um diagnóstico sobre a assimilação dos conteúdos pelos mesmos para localizar as lacunas nos encaminhamentos metodológicos, replanejando a fim de atingir sucesso no processo avaliativo.

Para Descamps:

> “[...] a avaliação não poderá ser feita por padrões absolutos de desempenho... Ela deverá visar a internalização pelos educandos de critérios de julgamento de sua própria ação [...] é importante que ela seja contínua, de modo que o aluno, em interação com o professor, identifique durante o processo de ensino/aprendizagem seus avanços e suas dificuldades no desenvolvimento das atividades físicas e aprenda modos de se aprimorar. (Descamps 1989, p. 7-14)

A avaliação em Educação Física deve instrumentalizar o aluno para que o mesmo descubra a importância da cultura corporal em sua vida explorando as problemáticas surgidas nas aulas para uma reflexão a respeito do mundo em que

vive e as possíveis transformações que ele pode realizar a partir das experiências vivenciadas nas aulas.

Deve instigar ainda uma reflexão sobre seu cotidiano, seu desenvolvimento nas aulas e o quanto ele ainda pode evoluir permitindo o aprimoramento do aluno em sua totalidade a fim de que o mesmo integre a sua vida um programa individual autônomo e contínuo de atividade física.

O processo da avaliação será realizado de forma contínua vinculado ao Projeto Político e Pedagógico da escola e de acordo com os critérios decididos em conjunto pelo corpo docente. A avaliação, portanto, vai considerar entre outros aspectos a participação comprometimento e envolvimento, se o aluno se mostra envolvido nas atividades, seja através de participação nas atividades práticas ou realizando relatórios se houve assimilação dos conteúdos pelo aluno observando seus avanços e necessidades, no sentido de propor novas ações metodológicas visando o aprendizado do educando.

Uma das formas de avaliação será: No período diurno será realizado ao final de cada bimestre de torneios, campeonatos e festivais como forma de incentivar a prática esportiva, bem como permitir a vivência dos conteúdos e das práticas esportivas e artísticas realizadas nas aulas, especialmente nos conteúdos/modalidades de futebol de salão, voleibol, handebol, basquete e atletismo.

Por meio desses torneios, campeonatos e festivais será oportunizado aos terceiros anos (3°s) colocar em prática os conteúdos assimilados sobre organização de campeonatos, no qual os alunos divididos em equipes farão a organização do torneio da escola, utilizando os conteúdos teóricos e práticos ensinados nas aulas (noções de organização de torneios e campeonatos) tais como: rodízio dos jogos (tabela), eliminatória simples, diferença entre torneios, e campeonatos, elaboração de tabelas de jogos com dias e horários, preenchimento de súmulas, anotações de pontos, divulgação e arbitragem de jogos.

No período noturno serão utilizadas abordagens metodológicas diferenciadas assim como, outras formas de avaliação, considerando e respeitando as características próprias do aluno que freqüenta o período noturno, que em sua grande maioria trata-se de um aluno trabalhador, sem que aja, no entanto, prejuízo, na qualidade das aulas e na aprendizagem desses alunos.

Os valores a serem atribuídos serão: 5,0 (2 instrumentos) + 5,0 (prova) + 10,0 (recuperação final). Os instrumentos que poderão ser utilizados na avaliação dos alunos são: elaboração de textos e relatórios, pesquisas, seminários, debates, provas orais e escritas, júri simulado, câmara juvenil, teatro, entrevistas, paródias, entrevistas, jornal e também a sua participação nas aulas, torneios, campeonatos e festivais.

AVALIAÇÃO E RECUPERAÇÃO

Na disciplina de Educação Física a avaliação é compreendida em um processo no qual considera que avaliar é investigar para intervir. A avaliação por meio de seus instrumentos deve ser usada para investigar a aprendizagem dos educandos, de forma a intervir para reorientar o trabalho do professor a fim de:

> "Identificar as lacunas no processo de ensino/aprendizagem, e incluir a revisão dos conteúdos, para que o aluno tenha a oportunidade de organizar seu pensamento em relação ao que não aprendeu e que foi também reorganizado e ensinado pelo professor de outra forma e com novo instrumento para reavaliar o quanto o aluno avançou ou quais as dificuldades que ainda persistem." (SEED 2010)

Com isso posto a recuperação, será oferecida aos alunos que não atingirem a média conforme descrito no Projeto Político Pedagógico e Regimento Interno.

E ainda, ao avaliar o professor deve estar ciente que a avaliação por meio de seus instrumentos avaliativos, caracteriza-se tão somente um determinado momento da prática pedagógica, e não todo o processo de ensino aprendizagem.

O processo avaliativo será realizado conforme as orientações das diretrizes curriculares de Educação Física (p. 75 a 78) e conforme o previsto na lei de diretrizes e base – LDB 9394/96.

Portanto é importante ressaltar que a avaliação se concretizará, de acordo com o que estabelece nas DCE's e LDB e constará nos documentos escolares como o PPP,PPC e PTD.

A oferta da recuperação será realizada pautada no artigo 24 no qual determina “a obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar”. Sendo direito dos alunos independente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, de forma permanente e concomitante ao processo ensino e aprendizagem.

É importante que o conceito de recuperação seja bem analisado e compreendido, mas antes é preciso repensar o conceito de educação escolar. Este consiste na formação integral e funcional dos educandos, ou seja, na aquisição de capacidade de todo tipo: cognitivas, motoras, afetivas e etc.

5. REFERÊNCIAS

BRACHT, V. **Educação Física e Aprendizagem Social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

LDB – 9394/96 Lei de Diretrizes e Base da Educação Nacional.

LUCKESI, C.C. **Avaliação da Aprendizagem Escolar**. 2 ed., São Paulo: Cortez, 1995.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica do Estado do Paraná**. Curitiba: SEED, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Avaliação e recuperação: Aspectos legais e metodológicos** – Material de apoio textos da Semana Pedagógica de 2010.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal.

REGIMENTO ESCOLAR do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal.

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E NORMAL.
CURSO: ENSINO MÉDIO
PROFESSORES:Eliana A. da Silva, Silvana L. Razaboni, Ligimar N.Vieira Souza
ANO LETIVO: 2012

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE FILOSOFIA

1. APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A cada dia que passa é maior a necessidade de que os indivíduos sejam sujeitos de si mesmos e conscientes de sua história. Este sujeito deve estar presente em todas as suas ações, visto que, até o mundo do trabalho já exige um perfil profissional que supõe uma mão de obra criativa e atuante, e não simplesmente executores de tarefas. A preocupação da disciplina de filosofia é para além do mundo, é com a formação de um indivíduo crítico e responsável socialmente pelos seus atos.

Desta forma as aulas de filosofia devem buscar fornecer aos adolescentes e aos jovens o instrumental básico à elaboração de uma reflexão sobre o mundo, e sobre si mesmo, de forma a possibilitar-lhes a conquista de uma autonomia crescente no seu pensar e agir. Frente ao material das diretrizes curriculares do Paraná na disciplina de filosofia percebe-se por sua historicidade que muitas lutas e percas se procede para regulamentar a filosofia como parte integrante da grade curricular do ensino médio, sendo esse referencial que irá abordar.

Havia uma enorme preocupação com a delimitação de metodologias para o ensino de Filosofia, sendo o de garantir que os métodos de ensino não lhe deturpem o conteúdo. Diante dessa perspectiva, a história do ensino da Filosofia, no Brasil e no mundo, tem apresentado inúmeras possibilidades de abordagem, dentre as quais destacam-se, segundo Ferrater Mora (2001 apud DCEs Filosofia p39 - 2009):

> • a divisão cronológica linear: Filosofia Antiga, Filosofia Medieval, Filosofia Renascentista, Filosofia Moderna e Filosofia Contemporânea, etc.;
>
> • a divisão geográfica: Filosofia Ocidental, Africana, Filosofia Oriental, Filosofia Latino-Americana, dentre outras, etc.;
>
> • a divisão por conteúdos: Teoria do Conhecimento, Ética, Filosofia Política, Estética, Filosofia da Ciência, Ontologia, Metafísica, Lógica, Filosofia da Linguagem, Filosofia da História, Epistemologia, Filosofia da Arte, etc.

No momento que o ensino de Filosofia passa a ser por meio de conteúdos estruturantes, não quer dizer que está se excluindo temas da história, mas, absorvem as divisões cronológicas e geográficas por meio de situações transversais dentro dos conteúdos estruturantes. Pois a opção por conteúdos estruturantes compreende também o trabalho com os textos clássicos dos filósofos. Trata-se de garantir que o ensino de filosofia não perca algumas características essenciais da disciplina, como por exemplo, a capacidade de dialogar de forma crítica e mesmo provocativa com o presente.

Vale lembrar que no Brasil, a Filosofia como disciplina apareceu nos currículos escolares desde o ensino jesuítico, ainda nos tempos coloniais sob as leis do Ratio Studiorum, sendo um documento publicado em 1599, com base em elementos da cultura europeia, que ignorava a realidade, as necessidades e interesses do índio, do negro e do colono. Tais estudos e nesse posicionamento,, a educação em geral e, consequentemente a Filosofia, eram entendidas como instrumentos de formação moral e intelectual sob a hierarquia da Igreja Católica, dos interesses das elites coloniais e do poder cartorial local. Com a Proclamação da República, a Filosofia passou a fazer parte dos currículos oficiais, até mesmo como disciplina obrigatória, mas com nova política educacional da era Vargas, especialmente após a constituição de 1937, previa o desenvolvimento da educação técnica profissional de nível secundário e superior, como base da economia nacional.. Esse padrão de ensino predominou até 1961.

Com a implantação da LDB n. 4.024/61 extinguiu a obrigatoriedade do ensino de Filosofia e, com a Lei n. 5.692/71, durante a ditadura, a Filosofia

desapareceria totalmente dos currículos escolares do Segundo Grau, sobretudo por não servir aos interesses políticos, econômicos e ideológicos do período.

A partir da década de 1980, com o processo de abertura política e de uma nova redemocratização do país, as lutas, discussões e movimentos pelo retorno da Filosofia ao Ensino Médio ocorreram em vários estados do Brasil. Na Universidade Federal do Paraná, professores ligados à Filosofia iniciaram um movimento que contava com articulações políticas e organização de eventos na defesa da retomada do espaço da Filosofia, em contra a educação tecnicista, oficializada pela Lei n. 5692/71. Esse período ocorrido nos grandes centros foi essencial para a criação da Sociedade de Estudos e Atividades Filosóficas (Seaf). Movimento intelectual que defendeu a presença da Filosofia nos currículos escolares brasileiros, constituindo um importante marco na afirmação dessa disciplina nas escolas. Experiência marcante, mas não duradoura. A esse movimento se seguiu um silêncio interrompido por eventos esporádicos, destinados a um público restrito, à própria comunidade acadêmica.

Após esses eventos que interrompeu com a luta de retorno da filosofia, aconteceu em 1994, por iniciativa do Departamento de Ensino Médio, (denominado à época Departamento de Ensino de Segundo Grau), e dos professores da rede pública, iniciaram-se discussões e estudos voltados para elaborar uma proposta curricular para a disciplina de Filosofia no Ensino Médio, que resultaram na Proposta Curricular de Filosofia para o Ensino de Segundo Grau.

Com a mudança de governo em 1995, a Proposta Curricular de Filosofia para o Ensino de Segundo Grau caiu no esquecimento e deixou de ser aplicada nas escolas do Estado do Paraná. A partir desse momento, uma opção neoliberal passou a orientar a reestruturação do sistema público de ensino, delimitando o retorno da filosofia com roteiros programáticos alternativos, onde se deve ensinar a filosofia e não a filosofar.

Somente com a nova LDB n. 9.394/96, o ensino de Filosofia, no Nível Médio, começou a ser discutido, embora a tendência das políticas curriculares oficiais fosse a de manter a Filosofia em posição de saber transversal às disciplinas do currículo. Posição que está expressa no veto de 2001 do então presidente Fernando Henrique Cardoso ao projeto de lei que propunha o retorno da Filosofia e da Sociologia como disciplinas obrigatórias no Ensino Médio. Veto que apoiava-se em três argumentos constantemente identificáveis no discurso contrário à Filosofia

como disciplina obrigatória:precariedade na formação de professores, argumento que não se fundamentou com a imensa inscrição de professores para o concurso de 2004; elevação dos gastos dos Estados com a contratação de professores, também não procede, pois o que se propõe é remanejar a carga horária já existente e não aumentá-la; redução da Filosofia a um discurso puramente pedagógico, o que descaracterizaria suas peculiaridades. Por fim, é falacioso dizer que a Filosofia não deve limitar-se ao âmbito escolar, pois perderia sua característica de resistência, de crítica e de criatividade. Entende-se o contrário. É no espaço escolar que a Filosofia busca demonstrar aquilo que lhe é próprio: o pensamento crítico, a resistência e a criação de conceitos. A Filosofia procura tornar vivo o espaço escolar, onde sujeitos exercitam a inteligência buscando no diálogo e no embate entre as diferenças a sua convivência e a construção da sua história.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9.394/96, no art. 36, determinava que, ao final do Ensino Médio, o estudante deveria “dominar os conhecimentos de Filosofia e de Sociologia necessários ao exercício da cidadania”. O caráter transversal dos conteúdos filosóficos aparecia com clareza nos documentos oficiais, mas, sem a exigência da introdução efetiva da disciplina na matriz curricular das escolas de Ensino Médio. A Resolução n. 03/98 do Conselho Nacional de Educação apresentava de forma equivocada a Filosofia na transversalidade do currículo, porque omitia seu caráter historicamente disciplinar, tradicionalmente constituem seu estudo, pelos Parâmetros Curriculares Nacionais, deixou claro qualquer discussão curricular sobre o ensino de Filosofia.

Em agosto de 2006, o parecer CNE/CEB n. 38/2006, que tornou a Filosofia e a Sociologia disciplinas obrigatórias no Ensino Médio, foi homologado pelo Ministério da Educação pela Resolução n. 04 de 16 de agosto de 2006. No Estado do Paraná, foi aprovada a lei n. 15.228, em julho de 2006, tornando a Filosofia e a Sociologia obrigatórias na matriz curricular do Ensino Médio. Em meio a esse movimento, está a construção destas Diretrizes para o ensino de Filosofia. Importante lembrar que vivemos ainda um momento de defesa da disciplina de Filosofia, da sua consolidação no currículo escolar e da luta pela sua legitimação diante da sociedade brasileira, uma vez que seu reconhecimento legal se deu na correção da LDB em junho de 2008 pela lei 11.684.

Ensinar Filosofia no Ensino Médio, no Paraná, no Brasil, na América Latina, não é o mesmo que ensiná-la em outro lugar. Isso exige do professor claro

posicionamento em relação aos sujeitos desse ensino e das questões históricas atuais que lhes são colocadas como cidadãos de um país. Nesse sentido, é preciso levar em conta as contradições próprias da nossa sociedade que é, ao mesmo tempo, capitalista e dependente, rica e explorada, consciente e alienada.

Modernamente falando, é a disciplina ou área de estudos que envolvem a investigação, a argumentação, a análise, a discussão, formação e reflexão das ideias sobre o mundo, o homem e o ser. Conhecimento que se originou da inquietude gerada pela curiosidade em compreender e questionar os valores e as interpretações aceitas sobre a realidade dadas pelo senso comum e pela tradição.

A filosofia como disciplina de ensino, passa a ser um conjunto de conhecimento com características próprias no que se refere à formação, nesse enfoque deve direcionar seu trabalho frente aos objetivos:

- Apropriar de conhecimento e modos discursivos específicos da filosofia;

- Compreender as configurações de pensamentos, de sua constituição histórica e de seu funcionamento interno;

- Entender da reflexão crítica como processo sistemático e interpretativo do pensamento;

- Substituir o verticalismo e o autoritarismo pela discussão coletiva e pela participação consciente e responsável dos alunos;

- Compreender a base mitológica e a base racional como partes integrantes do pensamento;

- Perceber as ideologias que interessam ao poder e às ações humanas;

- Assegurar a experiência do específico da atividade filosófica.

Tomando a consciência desses estudos e conhecimentos, isto é desenvolvendo um sistema discursivo, o aluno pode passar da variedade dos fatos, acontecimentos, opiniões e ideias para o estado reflexivo do pensamento, para a atitude de discernimento que produz configurações de pensamento.

2. CONTEÚDOS ESTRUTURANTES / BÁSICOS DE FILOSOFIA

No contexto das Diretrizes Curriculares os conteúdos estruturantes são abordados como conhecimentos basilares de uma disciplina, que se constituíram historicamente, frente aos acontecimentos das diferentes sociedades, que no momento atual ganham sentido político, social e educacional. Estas Diretrizes Curriculares apontam o ensino de Filosofia por meio dos seguintes conteúdos estruturantes:

Mito e Filosofia:

Vale ressaltar que o homem pode ser identificado e caracterizado como um ser que pensa e cria explicações, processo em que estão presentes tanto o mito como a racionalidade. E a compreensão histórica do surgimento do pensamento racional/conceitual entre os gregos foi decisiva no desenvolvimento da cultura da civilização ocidental. Entender a conquista da autonomia da racionalidade diante do mito, e obter o conhecimento de como isso se deu e quais foram as condições que permitiram a relação do pensamento mítico com o pensamento racional, elucida uma das questões fundamentais para a compreensão das grandes linhas de força que dominam as nossas tradições culturais. Compreender essa relação de pensamentos torna-se pertinente para que o educando perceba que os mesmos conflitos vividos pelos gregos entre mito e razão são problemas presentes ainda hoje em nossa sociedade.

Conteúdos Básicos:

- Saber mítico;
- Saber filosófico;
- Relação Mito e Filosofia;
- Atualidade do mito;
- O que é filosofia?

Teoria do Conhecimento:

Surgiu na Idade Média, constituída como campo do conhecimento filosófico de forma autônoma nesse período, ocupando-se de modo sistemático com a origem, a essência e a certeza do conhecimento humano. Tendo como finalidade

evidenciar para o educando os limites do conhecimento, possibilitando perceber fatores históricos e temporais que influíram na sua elaboração e assim retornar problemáticas já pensadas na perspectiva de novas soluções relativas a seu tempo.

Conteúdos Básicos:

- Possibilidade do Conhecimento;
- As formas de conhecimento;
- O problema da verdade;
- A questão do método;
- Conhecimento e lógica.

Ética:

Em suma a ética é o estudo dos fundamentos da ação humana. Sendo sua problematização o da relação entre o sujeito e norma. Devido constar-se em uma relação eminentemente tensa e conflituosa, uma vez que todo estabelecimento de norma implica cerceamento da liberdade.

A ética enquanto conteúdo escolar tem por foco a reflexão da ação individual ou coletiva na perspectiva da Filosofia. Mais que ensinar valores específicos trata-se de mostrar que o agir fundamentado propicia conseqüências melhores e mais racionais que o agir sem razão ou justificativas. E na escola deve ter seu foco para chamar a atenção para os novos desafios da ética na vida contemporânea, quando enfrentamos as diversas contradições de formação de diversas sociedades livres e democráticas.

Conteúdos Básicos:

- Ética e Moral;
- Pluralidade ética;
- Ética e violência;
- Razão, desejo e vontade;
- Liberdade: autonomia do sujeito e a necessidade das normas.

Filosofia Política:

Procura compreender os mecanismos que estruturam e legitimam os diversos sistemas políticos, discute relações de poder e concebe novas

potencialidades para a vida em sociedade. Nesse enfoque o conteúdo no Ensino Médio, deve-ser por meio dos textos filosóficos, tendo o objetivo de problematizar conceitos como o de cidadania, democracia, soberania, justiça, igualdade e liberdade, dentre outros, de maneira a preparar o estudante para uma ação política consciente e efetiva.

Conteúdos Básicos:

- Relações entre comunidade e poder;
- Liberdade e igualdade política;
- Esfera pública e privada;
- Cidadania formal e/ou participativa.

Filosofia da Ciência:

Vem a ser o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências. Tendo a finalidade de refletir criticamente sobre o conhecimento científico, para conhecer e analisar o processo de construção da ciência do ponto de vista lógico, linguístico, sociológico, político, filosófico e histórico. E no Ensino Médio, este conteúdo tem a perspectiva da produção e do produto do conhecimento científico, problematizar o método e possibilitar o contato com o modo como os cientistas trabalham e pensam.

Conteúdos Básicos:

- Concepções de ciência;
- A questão do método científico;
- Contribuições e limites da ciência;
- Ciência e ideologia;
- Ciência e ética.

Estética:

Compreender a sensibilidade, a representação criativa, a apreensão intuitiva do mundo concreto e a forma como elas determinam as relações do homem com o mundo e consigo mesmo, é objeto do conteúdo estruturante Estética. Para os estudantes, a estética possibilita compreender a apreensão da realidade pela sensibilidade, perceber que o conhecimento não é apenas resultado da atividade

intelectual, mas também da imaginação, da intuição e da fruição, que contribuem para constituir sujeitos críticos e criativos.

Conteúdos Básicos:

- Natureza da arte;

- Filosofia e arte;

- Categorias estéticos – feio, belo, sublime, trágico, cômico, grotesco, gosto, et.

- Estética e sociedade.

3. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Vale repensar que a filosofia é uma área das ciências humanas que difere das demais, visto que ela não estabelece discursos limitados a fatos e coisas, pelo contrário, buscam relacionar convergências e divergências, concepções teóricas e fatos históricos evidenciando questões e desafios que são estudados, discutidos pelas mudanças de valores e ações sócias. Numa abordagem mais específica é possível finalizar que a qualidade do ensino de Filosofia, não dependerá apenas dos arranjos de conteúdos com a realidade dos alunos, ou pelo estudo de pensamento dos filósofos, mas sim seu procedimento metodológico deverá estar adequado e os instrumentos de avaliação deverão estar compatíveis com o nível de aprendizagem dos alunos.

Nesse direcionamento se elaborou esta proposta pedagógica, sob a ótica de turmas que até então nunca se depararam com conteúdos ou mesmo com a palavra filosofia, isto é real em ambas as séries. Assim todas as turmas iniciarão a disciplina pelo seu questionamento, “O que é Filosofia?”, pretendendo-se principalmente que, a partir dos conhecimentos básicos sobre temas específicos, o aluno possa desenvolver uma reflexão sobre problemas que envolvam o seu viver, possibilitando questionamentos em relação ao papel do ser humano e sua existência, através do equilíbrio de uso da razão e emoção.

Dessa forma vale muito o trabalho do professor de filosofia, o qual deverá trabalhar com atividades filosóficas centradas, em especial o trabalho com textos, os quais deverão propiciar as estruturas lógicas e argumentativas, levando-se em conta o cuidado com a precisão dos enunciados, com o encadeamento e clareza das ideias e buscando a superação do caráter fragmentário do conhecimento. Cabe ao professor pensar de maneira filosófica para construir espaços de problematizarão compartilhados com os estudantes, a fim de articular os problemas da vida atual com as respostas e formulações da história da filosofia e com a criação de conceitos.

Esse posicionamento de que todos os conhecimentos devem estar articulados com a realidade de vivência do estudante é de suma importância para o desenvolvimento da disciplina e do aluno enquanto sujeito social e de reflexão, o trabalho constante e preciso sobre os enfrentamentos da realidade atual explícito na Lei 11645/08 da História e Cultura dos Povos Indígenas e

também na Lei 10639/03 da História e Cultura Afro-brasileira e Africana. Os conteúdos serão abordados em consonância com os conteúdos básicos de Filosofia, aproveitando os textos utilizados para reflexão. A reflexão terá como perspectiva o diálogo com a vida, trazendo sempre a análise para as questões atuais.

A Lei 9795/99 da política nacional de Educação Ambiental também será pautada nas aulas de filosofia, inclusive partindo dos filósofos da natureza e da contribuição da mitologia para as questões relacionadas ao meio ambiente, juntamente a tais conteúdos será relevada a participação do homem do campo no respeito à preservação do meio em que vive como forma de garantir um futuro de qualidade para seus descendentes.

A música, Lei 11769/08, será trabalhada na forma de compreensão de letras, pois é grande a possibilidade de encontrar nas letras, reflexões de Filosofia que o aluno de Ensino Médio pode utilizar para formular novos conceitos e construir seu próprio discurso filosófico.

A prevenção ao uso indevido de drogas e o enfrentamento à violência, sexualidade humana serão tratados de formas mais dinâmicas, como debates e vídeos, que possam contribuir para a resolução de problemas levantados pelos alunos.

Para se chegar à questão tributária, pode-se iniciar com a questão política de Aristóteles, filósofo que abordou a ética e a política em sua forma essencial e não como são vistas hoje.

Nessa perspectiva com o trabalho da filosofia no Ensino Médio, devem ser amplo em seus recursos, além do uso do livro didático público e de diversos textos, o professor de forma autônoma e também conjunta com seus alunos deverá se pautar do acervo de livros de filosofia que estão na biblioteca do professor para consulta e estudo, como também o uso das tecnologias que propiciaram um ambiente rico, diversificado e estimulador, principalmente para os educandos, vale ressaltar o uso da TV multimídia para textos, imagens, vídeos, músicas, apresentações de trabalho, e a pesquisa para a busca do aprimoramento e aperfeiçoamento das aulas através do portal dia-a-dia educação e a TV Paulo Freire, onde encontra-se um acervo de conteúdos específicos da área de filosofia.

4. AVALIAÇÂO

A avaliação segundo a LDB nº 9394/96 deve ser direcionada na sua função diagnóstica e processual, isto é, tem a função de subsidiar e mesmo direcionar o curso da ação no processo ensino-aprendizagem.

Essa avaliação será realizada no decorrer das atividades, inicialmente observando o processo de formação de conceitos nos estudantes, analisando seus questionamentos e intervenções, procurando, através do diálogo, perceber se houve apropriação dos conteúdos propostos e uma mudança de postura frente aos problemas levantados, no que se refere à superação de ideias do senso comum para a dimensão filosófica. O professor deverá ter enorme respeito pelas posições dos estudantes, mesmo que não concorde com elas, pois o que deve estar em análise é a capacidade de argumentar e de identificar os limites dessas posições.

No momento das avaliações deve abranger a questão dos conceitos, ou seja, a capacidade do estudante de construir e tomar posições, de detectar os princípios e interesses subjacentes aos temas e discursos. No direcionamento da diretriz curricular de filosofia, deve-se avaliar a capacidade do estudante em criar conceitos pelo discurso que este tinha antes, qual o conceito que se trabalhou, o discurso que adquiriu após o trabalho, e o resultado alcançado desse trabalho. Tornando assim a avaliação como um processo.

O Sistema de Avaliação adotado pelo Estabelecimento de ensino é Trimestral e será composto pela somatória da nota 5,0 (cinco vírgula zero) referente a atividades diversificadas (trabalhos de pesquisa em grupo ou individual, relatório, debate, etc.) mais a nota 5,0 (cinco vírgula zero) resultante de uma avaliação escrita, totalizando nota final de 10,0 (dez vírgula zero).

A Nota do Trimestre será resultante da somativa dos valores atribuídos em cada instrumento de avaliação, sendo valores cumulativos em várias aferições, na sequência e ordenação de conteúdos e será definida após os estudos de recuperação a que o aluno for submetido.

A Recuperação terá valor 10,0 (dez vírgula zero), com caráter substitutivo, ou seja, será proporcionada ao aluno revisão dos conteúdos com uma nova avaliação, onde prevalecerá a nota maior para aferição da média final, sendo a

recuperação de estudos direito de todos os alunos, conforme consta no PPP do Colégio.

5. REFERÊNCIAS

BRASIL/MEC, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília – DF, 2004.

BRASIL/MEC, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96.** MEC,1996.

PARANÁ/SEED. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Filosofia.** Curitiba, 2008.

PORTAL, DIA-A-DIAEDUCAÇÃO. **http:///www.diaadiaeducacao.pr.gov.br.**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO do Colégio Estadual José de Anchieta – Ens. Fundamental, Médio e Normal.

REGIMENTO ESCOLAR. **Regimento Interno do Colégio José de Anchieta – Ensino Médio.** Borrazópolis, 2008.

SEED, **Filosofia – Ensino Médio**. Livro didático público, 2ª edição – Curitiba, 2007.

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E NORMAL.

CURSO: ENSINO MÉDIO

PROFESSORES: Weverson Simões da F. Junior, Eleni Tenório, Edivânia Bezerra da Silva Mei

ANO LETIVO: 2012

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE FÍSICA

1) APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A Física desenvolve em função da necessidade do homem de conhecer o mundo natural, controlar e reproduzir as forças da natureza em seu benefício, procurando ressaltar, em cada tópico estudado, fenômenos interessantes e úteis para que o aluno se sinta incentivado a conhecer e entender os princípios e leis, internalizando os significados através da mediação do professor e o mais importante, a utilização da Física na construção do conhecimento acumulado por essa ciência.

A Física tem como objeto de estudo o Universo em toda sua complexidade e, por isso, como disciplina escolar, propõe aos estudantes o estudo da natureza, entendida, segundo Menezes (2005), como realidade material sensível. Ressalta-se que os conhecimentos de Física apresentados aos estudantes do Ensino Médio não são coisas da natureza, ou a própria natureza, mas modelos elaborados pelo Homem no intuito de explicar e entender essa natureza.

O conhecimento da Física dentro de uma abordagem histórica das ideias e suas relações econômicas e sociais pode ajudar o aluno do campo a entender a Ciência como parte da realidade que se relaciona, proporcionando o desenvolvimento do ser crítico e capaz de aplicar a Física no presente do seu cotidiano, bem como conteúdos práticos de mecânica que envolve as grandezas físicas por eles conhecidos, a eletricidade e outros conteúdos específicos presentes na vida de cada um.

O professor deve mostrar ao estudante que o seu conhecimento não está pronto e acabado, mas que deve ser superado. Tem-se por objetivo que professor e

estudantes compartilhem significados na busca da aprendizagem que ocorre quando novas informações interagem com o conhecimento prévio do sujeito e, simultaneamente, adicionam, diferenciam, integram, modificam e enriquecem o saber já existente, inclusive com a possibilidade de substituí-lo.

Portanto, a partir do conhecimento físico, o estudante deve ser capaz de perceber e aprender, em outras circunstâncias semelhantes às trabalhadas em aula, para transformar a nova informação em conhecimento. Então, qualquer que seja a metodologia, o professor deve buscar uma avaliação cujo sentido seja verificar a apropriação do respectivo conteúdo, para posteriores intervenções ou mudança de postura metodológica.

Assim, o aluno assiste a programa de TV via satélite, anda de bicicleta e de automóvel, grava e assiste a fitas cassetes, utiliza liquidificador, aquece a água ao tomar banho, pega uma cor com a radiação solar, observa bate-estacas e guindaste trabalhando em construções de prédios e viadutos, vê pequenas faíscas elétricas no acendedor de fogão e grandes faíscas nos relâmpagos que acompanham tempestades, etc. Essas atividades que o aluno realiza ou observa e uma grande parte das notícias trazidas pelo meio de comunicação faz com que vá se acumulando um grande número de informações que também pertencem ao universo do conhecimento de física. Procuramos então estabelecer uma ligação entre esse conjunto de informações que o aluno já detém e o conhecimento sistematizado por essa ciência, esperando com isso que o aluno amplie e/ou reformule seus conhecimentos ocorrendo à inclusão dos alunos no Ensino Médio.

Ensinar exige respeito aos saberes do educando, então, o processo de outras disciplinas como matemática e a química interagindo os padrões de ideias em relação a cada conceito investigado. Isto proporciona o desenvolvimento do ser crítico e capaz de compreender o papel da ciência no desenvolvimento, principalmente no campo onde conteúdos com medidas, mecânica, eletricidade e outras estão presentes no seu cotidiano bem como mostra em que situações da Física se faz presente na vida do aluno.

A investigação da evolução do conhecimento científico oferece uma compreensão acerca de nosso próprio modo de organização intelectual, social e político.

A história revela a construção das Ciências, como se forjam lenta e progressivamente, seus instrumentos e ferramentas.

Há muito tempo o ser humano busca respostas para compreender os fenômenos da natureza. Nos tempos primordiais atribuíam a esses fenômenos, causas divinas, quase sempre sinais enviados aos homens por Deus como o arco-íris.

Com o tempo o ser humano percebeu que os fenômenos da natureza ocorrem nas mesmas condições e têm as mesmas características.

Não há arco-íris sem sol e sem chuva, as suas cores são sempre as mesmas. Essa regularidade o levou a encontrar para esses fenômenos, causas não divina, assim surgiram as ciências.

Para a física, o arco-íris resulta da dispersão da luz branca do sol ao incidir na cortina de água formada pelas gotas de chuva. Mas essa ciência, como todas as outras, ainda está muito longe de explicas todos os fenômenos.

A origem da física remonta à Pré-história quando, ao contemplar o firmamento, o homem primitivo percebeu que o sol, a lua e as estrelas descreviam movimentos cíclicos, como se todos estivessem incrustados em uma grande esfera girante.

Essa física primitiva não chamava física, nem eram físicos os que formulavam suas ideias iniciais. Eram sacerdotes, profetas, magos, pessoas que muitas vezes, em meio a rituais e invocações místicas, faziam recomendações, profecias, previsões, elaboravam remédios e poções mágicas.

Assim aos poucos, religião, magia e outras classificações qualquer foram se separando das ciências.

A ciência também foi se dividindo em áreas específicas como a matemática, a física, a química, a biologia, a geologia, a ecologia e muitas outras.

Como ramo independente da ciência, a física começou a surgir a partir do século XVII com cientistas como Kepler, Galileu, Newton e muitos outros. Eles formularam princípios e leis, fizeram observações sistemáticas, verificações experimentais e, sobretudo escreveram e publicaram suas idéias e resultados.

Embora a física, como toda ciência não tenha regras como um esporte, ela tem um corpo de conhecimentos aceitos consensualmente.

As concepções dos físicos a respeito dos fenômenos naturais sofrem reformulações ao longo do tempo.

Do fim do século XIX ao início do século XX, houve mudanças revolucionárias na forma da física entender a natureza trazendo, com isso, uma evolução extraordinária para a humanidade.

Definir física não é possível, conhecer seus princípios, suas leis, sua história e suas aplicações é uma tarefa viável. E saber tudo isso, é saber o que é física, seja lá qual for a sua definição.

2. CONTEÚDOS:

ESTRUTURANTES	BÁSICOS
Movimento	- Momentum, inércia e a conservação do momentum. - Variação da quantidade de movimento = Impulso e a 2ª Lei de Newton. - 3ª Lei de Newton e condições de equilíbrio. - Energia e o Princípio da conservação da Energia -Gravitação.
Termodinâmica	- Lei zero da Termodinâmica. - 1ª Lei da Termodinâmica. - 2ª Lei da Termodinâmica.

3. METODOLOGIA DA DISCIPLINA

O processo de ensino-aprendizagem em Física deve partir do conhecimento prévio dos alunos respeitando seu contexto social, sua região de moradia, experimentos práticos, sua capacidade de aprendizagem a respeito de ciência.

O saber sistematizado requer metodologias específicas para ser transmitido no ambiente escolar e é na escola o local onde o conhecimento científico historicamente produzido ocorre.

A metodologia do ensino da Física deve considerar a forma de aprender do aluno e inserir neste contexto os princípios, concepções, linguagem, entre outros, elementos utilizados pela Física. O professor deve permitir que o aluno perceba as diferenças entre sua forma e a forma utilizada pela ciência em determinado fenômeno, por meio de experimentos práticos para que este possa assimilar melhor cada conteúdo específico, apropriando-se de novas informações, buscando interações com o conhecimento prévio do sujeito e simultaneamente enriquecendo o saber já existente, possibilitando o desenvolvimento de uma consciência crítica, analítica e científica.

Para que toda esta busca ocorra, serão desenvolvidos experimentos laboratoriais que visam estreitar a relação entre teoria e prática, propiciando aos alunos maior interesse e participação de forma dinâmica, no qual facilita a compreensão dos conceitos teóricos e permite a produção de conhecimentos baseado em situações reais e nas ações e acontecimentos diários.

Para realização das práticas será utilizado todo material e equipamentos disponíveis no laboratório, bem como, caso necessário, será utilizado materiais recicláveis, de produção dos próprios alunos, também utiliza - se outros ambientes da escola para realizar as práticas como: pátio, quadra esportiva, etc.

Por meio de aulas no laboratório de informática serão desenvolvidos pesquisas relacionadas ao conteúdo.

As atividades em grupo serão desenvolvidas na elaboração de trabalhos expositivos e ainda para desenvolvimento de outras atividades de pesquisa e análise.

Textos informativos, revistas e jornais propiciarão trabalhos ilustrativos e de envolvimento prático.

As mídias como: TV Pendrive e DVDs, por meio de vídeos e textos, complementarão os conteúdos de forma mais clara e dinâmica.

Na perspectiva de que todo o conhecimento é histórico e guarda uma gama de elementos que contribui para a mudança da realidade, é de suma importância para o desenvolvimento das disciplinas e do aluno enquanto sujeito social e agente dessa sociedade, o trabalho constante e preciso sobre os enfrentamentos da realidade atual assim, a questão do desenvolvimento sócio educacional previsto na legislação vigente como, História do Paraná (Lei nº 13381/01); História e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Lei nº 11.645/08); música (Lei nº 11.769/2008); prevenção ao uso indevido de drogas; sexualidade humana; educação ambiental; educação fiscal; enfrentamento a violência contra a criança e o adolescente; Direito das Crianças e Adolescente (Lei Federal nº 11525/07); Educação Tributaria (Dec. Nº 1143/99, Portaria nº 413/02); Educação Ambiental (Lei Federal nº 9795/99, Dec. Nº 4201/02) serão tratados de forma contextualizada, ampliando a abordagem dos conteúdos e promovendo um diálogo com os temas acima citados relacionando-os com os conteúdos específicos de cada disciplina e desenvolvendo-os de maneira mais elaborada e discutida, conforme for o seu grau de relevância no contexto, tendo em vista que cada disciplina tem mais facilidades para se adequar assuntos específicos.

4 .AVALIAÇÃO

Avaliar é mais do que aferir resultados finais ou definir sucesso ou fracasso, pois significa acompanhar o processo de aprendizagem e os progressos de cada aluno, percebendo dificuldades e procurando superá-las continuamente. À medida que os conteúdos são desenvolvidos o professor deve adaptar os procedimentos de avaliação do processo, acompanhando e valorizando todas as atividades dos alunos, como os trabalhos individuais, os trabalhos coletivos, a participação espontânea ou mediada pelo professor, o espírito de cooperação, e mesmo a pontualidade, assiduidade, testes e provas bimestrais. Assim, a avaliação oferece subsídios para que tanto o aluno quanto o professor possa acompanhar o processo ensino-aprendizagem.

Todos e quaisquer procedimentos que visa a evolução do aluno, são instrumentos essenciais para que ocorra uma avaliação com sucesso.

Portanto, o processo de avaliação adotado tem caráter diversificado, verificando tanto qualitativo, quanto do ponto de vista instrumental, a compreensão dos conceitos físicos, análise de textos, obtendo a opinião do aluno, elaborando relatórios tendo como referência os conceitos, as leis e as teorias físicas sobre um experimento ou qualquer outro evento que envolva os conhecimentos da Física e relatos sobre experimentos laboratoriais realizados durante o processo ensino-aprendizagem, teste e provas bimestrais.

A avaliação é diagnóstica, somativa proporcionando ao aluno consciência do seu próprio caminhar considerando o que é essencial para que este aluno utilize no seu cotidiano.

Que o aluno compreenda a limitação do modelo clássico no estudo dos movimentos, que conceba a energia como uma entidade física que pode se manifestar de diversas formas, a compreensão das leis da gravitação Universal como uma construção científica importante e por fim a compreensão do quadro teórico da termodinâmica composto por ideias expressas nas suas leis e em seus conceitos fundamentais.

O Sistema de Avaliação adotado pelo Estabelecimento de ensino é Trimestral e será composto pela somatória da nota 5,0 (cinco vírgula zero) referente a atividades diversificadas (trabalhos de pesquisa em grupo ou individual, relatório,

debate, etc.) mais a nota 5,0 (cinco vírgula zero) resultante de uma avaliação escrita, totalizando nota final de 10,0 (dez vírgula zero).

A Nota do Trimestre será resultante da somativa dos valores atribuídos em cada instrumento de avaliação, sendo valores cumulativos em várias aferições, na sequência e ordenação de conteúdos e será definida após os estudos de recuperação a que o aluno for submetido.

A Recuperação terá valor 10,0 (dez vírgula zero), com caráter substitutivo, ou seja, será proporcionada ao aluno revisão dos conteúdos com uma nova avaliação, onde prevalecerá a nota maior para aferição da média final, sendo a recuperação de estudos direito de todos os alunos, conforme consta no PPP do Colégio.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMALDI, Ugo. **Imagens de Física**. São Paulo, Scipione. 1995.

BEZERRA, V. A. Maxwell. **A teoria de campo e a desmecanização da física.** In: Scientle Studia, São Paulo, v.4, n.2, p.177-220, 2006.

BUCUSSI, A.A. In: **Textos de apoio ao professor de física**. Porto Alegre, Programa de Pós Graduação em Ensino de Física, Instituto de Física UFRGS, v. 17, n. 3, 2006.

CARUSO, F.; ARAÚJO, R. M. X. de. **A Física e a Geometrização do mundo: Construindo uma cosmovisão científica.** Rio de Janeiro: CBPF, 1998.

DIRETRIZES CURRICULARES DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. Física, 2008.

EISBERG, R.; RESNICK R. **Física quântica.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.

GUIMARÃES, Osvaldo. **Física volume único**. São Paulo, Moderna, 2004.

PARANÁ. **Física**. São Paulo, Ática, 2002.

PENTEADO, Paulo Cesar M. e TORRES, Carlos Magno A. **Física, Ciência e Tecnologia.** Volumes 1,2 e 3. São Paulo: Moderna, 2005.

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E NORMAL
CURSO: ENSINO MÉDIO
PROFESSORES: Camila Maria Meloquero e Vanessa de F. E. Meloquero
ANO LETIVO: 2012

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE GEOGRAFIA

1) APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A Geografia faz parte do cotidiano humano desde os seus primórdios, desde as primeiras incursões no ambiente em busca de sobrevivência. E o conhecimento e a capacidade de reconhecer e localizar esse espaço vivido tornou-se essencial para a sociedade que se formava. À medida que o processo evolutivo humano-social se constituiu mesmo em diferentes espaços e ambientes do globo, a Geografia sempre esteve presente de forma significativa.

A ciência da Geografia evoluiu e estabeleceu seus paradigmas e seus objetivos dentro de cada contexto histórico-social e de certa forma, avançou sobre certos dogmas impostos por essa sociedade, contrapondo conceitos e análises que a fortificam dentro dos ramos da ciência, permitindo seu estabelecimento dentro das áreas de conhecimento de forma justificada.

Na atualidade, a Geografia de destaca como ciência que ao estudar o espaço geográfico, ao determinar o espaço como geográfico antes de tudo e de todos, estabelece um grau de afinidade entre esse espaço e os seus pertencimentos, sendo estes humanos, sociais, políticos, ambientais, econômicos, ideológicos, etc.

É no nosso espaço geográfico – conceito fundamental de geografia- que ocorrem as manifestações da natureza e as atividades humanas. Por isso, compreender a organização e as transformações sofridas por esse espaço é essencial para a formação do cidadão consciente e crítico dos problemas do mundo

em que vive. Por consequência, pensamos no aluno como agente atuante e modificador do espaço geográfico, dentro de uma proposta educacional que requer responsabilidade de todos, visando construir um mundo mais ético e menos desigual.

Dentro do processo de análise histórico-crítico, a Geografia busca aquilatar as minorias, grupos, tribos, segmentos sociais que foram historicamente desprezados ou simplesmente olvidados, agregando aos seus objetivos históricos e conceituais uma visão plurilateral, destacando a pluridiversidade e a sociedade multicultural e pluriétnica nacional e mundial.

Assim, ao situar-se como ciência, a Geografia encontra espaço no ambiente escolar como disciplina, desenvolvendo no estudante a leitura crítica da atualidade e a compreensão das relações sócio-espaciais da globalização, atual etapa do capitalismo.

Além disso, alfabetiza o estudante para a leitura e a interpretação do espaço geográfico, permitindo a compreensão do processo que gerou a construção ou (re) construção desse espaço e até mesmo a razão dessa localização. A Geografia conceitua as referências de lugar, paisagem, território, redes, região, sociedade e natureza e estabelece formas de organização do espaço em diferentes escalas, local, regional, nacional e mundial.

Ao atingir o Ensino Médio e atentando suas especificidades, a Geografia aprofunda a elaboração de conceitos e discute as inter-relações do espaço geográfico atual com o processo de construção histórico-crítica. Em virtude da maior capacidade de abstração do estudante, a Geografia torna-se subsídio primordial para assegurar a compreensão da atual ordem mundial, permitindo a compreensão da construção do espaço geográfico vivenciado, conhecido como o espaço geográfico distante, não-conhecido e percebendo as relações humanas, sociais e especialmente econômicas que levam a elaboração desse espaço geográfico.

A Geografia no Ensino Médio também discute e esclarece as relações que levaram a construção da atualidade, sem, porém esquecer o processo decorrido

nessa construção, inclusive ao tratar da cultura e da historia afro-brasileira e indígena, além de outros componentes étnicos não só brasileiros.

Outro aspecto que se destaca na disciplina de geografia é a temática da Educação Ambiental, que atualmente vem sendo discutida intensamente, com isso, a disciplina levanta questões sobre as novas condutas ambientais e busca estabelecer uma nova prática, uma nova atitude que condiz com as necessidades atuais mundiais.

2) CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS DE GEOGRAFIA

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
1- Dimensão Econômica do Espaço Geográfico 2- Dimensão Politica do Espaço Geográfico 3- Dimensão Cultural e Demográfica do Espaço Geográfico 4- Dimensão Socioambiental do Espaço Geográfico	A formação e transformação das paisagens. A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção. A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re)organização do espaço geográfico. A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais. A revolução técnico-cientifica-informacional e os novos arranjos no espaço da produção. O espaço rural e a modernização da agricultura. O espaço em rede: produção, transporte e comunicação na atual configuração territorial. A circulação de mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações. Formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios. As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista. A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente. A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estáticos da população. Os movimentos migratórios e suas motivações. As manifestações socioespacial da diversidade cultural. O comércio e as implicações socioespaciais. As diversas regionalizações do espaço geográfico. As implicações socioambientais do processo de mundialização. A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do estado.

3) METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A Geografia exerce uma função muito importante na formação dos estudantes e acima de tudo na formação de cidadão consciente, ético e intelectual. A disciplina permite o pleno desenvolvimento do papel de cidadão construindo uma identidade com o lugar em que vive, com a nação brasileira e mesmo com o mundo, valorizando os aspectos socioambientais que caracterizam seu patrimônio social e cultural.

O professor, ao transitar entre o local e o global e retornando ao local, prima por utilizar todos os recursos disponíveis, exercitando a criatividade para acessar o consciente e o subconsciente do estudante.

Neste processo de criação de relações, que mais tarde o estudante realizará sozinho, de forma a direcionar sua vida e se necessário promover a transformação da sociedade atual em uma sociedade mais justa e igualitária, a Geografia é fator determinante na escolha das possibilidades.

A disciplina de Geografia contempla e destaca assuntos da atualidade, estimulando o aluno a cada vez mais interagir com o espaço sendo ele local ou mundial, de uma forma dinâmica e atual.

Ao contextualizar os conteúdos geográficos de forma crítica e dinâmica, interligando a teoria, a prática e a realidade vivenciada pelo estudante, a Geografia permite a construção do conhecimento do espaço geográfico, onde a leitura cartográfica é essencial para a circulação entre as variadas escalas espaciais a serem propostas.

A observação das inter-relações, contradições e oposições que se deparam na contemporaneidade deve ser destacada na metodologia que se alvitra, continuamente cooptando pelos estudos estatísticos e comparativos, que comtemplem a heterogeneidade, a diversidade, a pluralidade, a desigualdade e a complexidade vigente, estabelecendo uma analogia entre o conceito informal do estudante e o conhecimento científico transmitido pela Escola.

Além disso, os conteúdos estruturantes devem estar inter-relacionados, ampliando a abordagem dos conhecimentos básicos que deles são derivados e podem ser disponibilizados. Ao utilizar diferentes materiais didáticos como jornais, revistas, vídeos, DVDs, CDs, experiências pessoais, mapas, livros, filmes, globo terrestre, quebra-cabeça, discussões em sala, trabalhos de pesquisa, trabalho de campo, palestras, aulas expositivas, tarefa para casa, etc., o professor possibilita essa ponte entre o conhecimento formal e o informal, entre o local e o global, ente o teórico e o prático.

Além de aulas tradicionalmente expositivas, serão utilizados textos xerocados, digitados, ditados, etc. Instrumentos de grande valia são o Livro Didático Federal e o Livro Didático do Estado do Paraná que permitem o maior aprofundamento temático e a execução de trabalhos variados.

Atualmente a utilização de tecnologias na sala de aula como TV Multimídia permite a exposição de imagens, vídeos, documentários, slides, músicas e outros recursos possíveis. O Laboratório de Informática que a Escola disponibiliza para seus estudantes e professores também são espaços que a Geografia pode empregar.

Ao se versar sobre as aulas do período noturno carece se atentar para as diferenças atinentes ao tempo de dedicação, bagagem de conhecimentos, faixa etária, faltas ocasionadas por trabalho, preocupações com a sobrevivência familiar, competição no mercado de trabalho e demais fatores que amofinam os estudantes.

Sendo assim, o encaminhamento metodológico no período noturno precisa ser edificado na cooperação salutar entre colegas, com a realização de atividades diferenciadas em sala de aula, em duplas ou pequenos grupos, propondo análises de casos específicos, relatos de experiências vivenciadas e atividades que organizem a construção do conhecimento, estimulando o raciocínio, a reflexão e a crítica construtiva instigando o estudante a ser sujeito do seu processo de aprendizagem.

O espaço geográfico local e estadual deve ser baldrame para discussões e exemplificações, assim como as culturas afro-brasileiras e indígenas, sem olvidar de outros componentes da sociedade brasileira e mundial.

Além dos conteúdos específicos da Geografia é de suma importância que se discuta e evidencie assuntos de Desenvolvimento Socioeducacional que estão propostos no Projeto Político Pedagógico da Escola como:

- Educação Ambiental: Propõe estimular um processo de reflexão e tomada de Consciência quanto aos aspectos que envolvem as questões ambientais emergentes, locais e mundiais, para que se desenvolva uma compreensão critica por parte de educadores e educandos, numa perspectiva social, histórica, cultural, política, econômica e pedagógica.

- Cidadania e Direitos Humanos: Em sua essência busca os princípios da dignidade humana, respeitando os diferentes sujeitos de direito e fomentando maior justiça social.

- Educação Fiscal - Programa Nacional Educação Fiscal/PNEF: incentivar o aluno a acompanhar a aplicação dos recursos públicos e tudo que envolva a administração publica. Tendo assim como objetivos estimular o cidadão a refletir sobre a função socioeconômica dos tributos; possibilitar aos cidadãos o conhecimento sobre a administração pública; incentivar a sociedade a acompanhar a aplicação dos recursos públicos; criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão.

- Enfrentamento a Violência: buscam implantar ações que garantam as políticas públicas de enfrentamento às violências no âmbito escolar, bem como a efetiva articulação com a Rede de Proteção Social dos Direitos das crianças e Adolescentes.

- Prevenção ao Uso Indevido de Drogas: O uso de drogas é um problema social que envolve questões políticas, culturais, econômicas e sociais. Tratar a prevenção ao uso indevido de drogas é compromisso da escola pública, com o intuito da reflexão em todos os contextos envolvidos. É, na verdade um desafio que

leva a um trabalho coletivo e interdisciplinar, cujo resultado pode culminar na transformação de comportamento e atitudes dos nossos alunos.

4) AVALIAÇÃO

Entre os escopos da prática docente e da Geografia como ciência, esta subsidiar o estudante para atuar no seu espaço geográfico vivenciado, transformando-o se necessário, desconstruindo e (re) construindo, buscando o avanço humano-social desse espaço.

Como esse processo de formação escolar transita pelo conceito de realidade primário, encaminhado pelo estudante à Escola, e pela concepção científica que a Escola alvitra, torna-se necessário uma averiguação formativa, diagnóstica e processual da aprendizagem do estudante, mas também da faina pedagógica do professor.

Ao atestar o desempenho do estudante, a Recuperação Paralela ao estudo dos conteúdos com atendimento diferenciando aqueles com necessidades especificas, de forma a prever a superação das dificuldades, efetiva a aprendizagem e a torna expressiva.

A realidade social e educacional que circula a escola deve ser levada em apreço e, para tanto, se faz imperioso uma adaptação do sistema de avaliação para o período noturno, já que a dupla jornada de trabalho e escola que o estudante desse período normalmente executa lhe tolhe de forma considerável sua capacidade e disponibilidade de interação ao processo aprendizagem.

5) REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa**; Geografia: geografia geral e do Brasil**; 1ª Ed. São Paulo. Ática, 2005.

BRASIL. Leis de diretrizes e bases da educação nacional – LBD nº. 9394/96. **Leis e decretos Federais: Edição atualizada.** Curitiba: 2008.

CASTROGIOVANNI,A. C. et al. **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões.** 4ª ed. Porto Alegre. UFRGS, 2003.

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa; **Fronteiras de Globalização: O espaço geográfico globalizado;** 1ª Ed. São Paulo. Ática, 2012.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Geografia para o Ensino Fundamental e Médio**. Curitiba: SEED, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos Temáticos: Educação do Campo.** Curitiba: SEED, 2005.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos Temáticos: Relações Étnico-Raciais e histórica e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Escola.** Curitiba: SEED, 2005.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos Temáticos: Desafios Educacionais: Prevenção ao uso indevido de drogas.** Curitiba: SEED, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação**. Cadernos Temáticos: Desafios Educacionais: Enfrentamento da violência na Escola.** Curitiba: SEED, 2008.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP), do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal; 2012.

REGIMENTO ESCOLAR, do Colégio Estadual José da Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal; 2012.

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E NORMAL.

CURSO: ENSINO MÉDIO

PROFESSORES: Marina P. Pereira da Silva, Simone da Silva, Renata Navarro de Sá, Rosimérie Vargas Prudêncio

ANO LETIVO: 2012

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE HISTÓRIA

1 APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

O Ensino de História é o estudo das ações humanas no passado e no presente, ou como defende o historiador Marc Bloch, a “ciência dos homens no tempo”. Com esse estudo, é possível conhecermos como diferentes sociedades organizavam suas vidas, se relacionavam com a natureza ou explicavam a origem do mundo, as doenças, o sofrimento e a morte.

Conhecer o passado nos permite compreender melhor a realidade em que vivemos, descobrir limites, as potencialidades e as consequências dos atos humanos e, a luz de uma análise criteriosa das tendências, apontar o caminho para onde estamos indo. A velocidade da vida moderna faz com que tudo envelheça muito rapidamente e pareça sem valor para as novas gerações. A incompreensão do presente nasce da ignorância do passado. De nada adianta conhecermos o passado se nada sabemos do presente. O historiador, em seu trabalho de investigação, deve utilizar o método do duplo movimento: conhecer o passado através do presente e conhecer o presente através do passado. Os professores de História provoca os seus educandos a fazer o papel de historiador para pesquisar a sua sociedade e compreender o processo histórico que reflete em sua vida.

A História deve se relacionar entre a cultura e as estruturas sociais, perpassando pelo econômico, concebendo História enquanto experiência de homens e mulheres e sua relação dialética com a produção material, valorizando a possibilidade de luta e transformação social.

São duas as perspectivas que servem de embasamento para o Ensino de História, uma voltada para os interesses do Estado ou do poder institucional e outra que privilegia a contradição entre o que traz os livros didáticos e a disciplina ensinada na escola.

O Ensino da História percorreu um caminho dentro da história social e política do Brasil. De acordo com as DCEs (2008, p. 38) a História passou a existir como disciplina escolar com a criação do Colégio Pedro II, em 1837. No mesmo ano, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que instituiu a História como disciplina acadêmica.

O objeto de estudo da História, segundo as DCEs (2008, p. 46) “são os processos históricos relativos às ações e às relações humanas praticadas no tempo, bem como a respectiva significação atribuída pelos sujeitos, tendo ou não consciência dessas ações”.

Importante destacar que as relações humanas produzidas por tais ações podem ser definidas como estruturas sócio-históricas, ou seja, são formas de agir, pensar, sentir, representar, imaginar, instituir e de se relacionar social, cultural e politicamente.

Vale ressaltar que a partir das novas mudanças no Ensino da História propostas nas Diretrizes Curriculares os conteúdos Estruturantes propostos são imprescindíveis para apropriação dos conhecimentos históricos pois são entendidos como fundamentais na organização curricular. Por fim o que se propõe para o educando é um aprendizado significativo que possibilita uma abordagem do Ensino de História não como uma verdade pronta e acabada mas como uma constante análise e reconstrução em torno das ações e relações humanas.

2 CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS DA DISCIPLINA

Entende-se por conteúdos estruturantes os conhecimentos de grande amplitude, conceitos, teorias ou práticas, que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para a compreensão de seu objeto de estudo/ensino. Esses conteúdos são selecionados a partir de uma análise histórica da ciência de referência (quando for o caso) e da disciplina escolar, sendo trazidos para a escola para serem socializados, apropriados pelos alunos, por meio das metodologias críticas de ensino-aprendizagem. São eles que identificam e organizam uma disciplina escolar. A partir deles, advêm os conteúdos específicos, a serem trabalhados no cotidiano escolar.

Por serem históricos, os conteúdos estruturantes são frutos de uma construção que tem sentido social como conhecimento, ou seja, existe uma porção de conhecimento que é produto da cultura e que deve ser disponibilizado como conteúdo, ao estudante, para que seja apropriado, dominado e usado. Esse é o conhecimento instituído. Além desse saber instituído, pronto, entretanto, deve existir, no processo de ensino/aprendizagem, uma preocupação com o devir do conhecimento, ou seja, existem fenômenos e relações que a inteligência humana ainda não explorou na natureza. Portanto, de posse de alguns conhecimentos herdados culturalmente, o sujeito deve entender que isso não é todo o conhecimento possível que a inteligência tem e é capaz de ter do mundo, e que existe uma consciência, uma necessidade intrínseca e natural de continuar explorando o “não saber” (CHAUÍ, 1997), a natureza (VASQUEZ, 1997).

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

“Analisam as diferentes conjunturas históricas a partir da relação política, econômico-social e cultural”.

- RELAÇÃO DE TRABALHO – analisa o trabalho humano aliado ao uso de equipamentos, maquinários e propriedades, denominados meios de produção, superando a explicação do passado por meio de relações de causas e consequências simplistas. Considera as experiências sociais do sujeito, seja a partir dos conflitos de classes, seja dos conflitos interclasses.

- RELAÇÃO DE PODER – analisa as relações para além do sentido tradicional baseado em heróis e no Estado Nação, considerando as representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, a participação popular em relação ao poder decisório.

- RELAÇÃO CULTURAL – contempla a cultura comum em sua dimensão múltipla e complexa, ampliando possibilidades de explicação do passado, com o uso de conceitos: prática, representação, apropriação, experiência cultural.

Segue abaixo os conteúdos básicos propostos pelas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio:

CONTEÚDOS BÁSICOS ENSINO MÉDIO

A experiência humana no tempo.
Os sujeitos e suas relações com o outro no tempo.
As culturas locais e a cultura comum

Temas Históricos – Trabalho escravo, Servil, Assalariado e trabalho livre

- Conceito de trabalho – livre e explorado
- O mundo do trabalho em diferentes sociedades no tempo: trabalho explorado escravo e servil (teocráticos, greco-romanas, medievais e africanas)
- Transição do trabalho escravo, servil e artesanal para o trabalho assalariado.
- O trabalho livre; as sociedades de consumo produtivo: as primeiras sociedades humanas, as sociedades nômades e semi-nômades, as etnias indígenas e africanas.
- As experiências do trabalho livre em sociedades revolucionárias: A Comuna de Paris, os sovietes russos, associações húngaras, os círculos bolivarianos.

A urbanização e Industrialização

- As cidades na História; as cidades neolíticas da antiguidade greco-romana, da Europa Medieval, pré-colombianas, africanas e asiáticas.
- Urbanização e industrialização no Brasil – Urbanização e industrialização nas sociedades ocidentais, africanas e orientais.
- Urbanização e industrialização no Paraná no contexto da expansão do capitalismo.
- A arquitetura das cidades brasileiras em diferentes épocas e espaços.

<u>O Estado e as relações de poder - religiosidade</u>

- Os Estados teocráticos
- Os Estados na Antiguidades Clássica
- O Estado e a Igreja Medieval
- Reforma e contra-reforma seus desdobramentos culturais
- A formação do Estados Nacionais
- As metrópoles européias, as relações de poder sobre as colônias e a expansão do capitalismo.
- O Paraná no contexto da sua emancipação
- O Estado e as doutrinas sociais (anarquismo, socialismo, positivismo)
- O nacionalismo nos Estados Ocidentais.
- O populismo e as ditaduras na América Latina.
- Os sistemas capitalista e socialistas

Os Estados da América Latina e o neoliberalismo.

<u>Os sujeitos, as revoltas e as guerras</u>

- Relações de dominação e resistência nas sociedades da antiguidade grega e romana: mulheres, crianças, estrangeiros e escravos.
- Guerras e revoltas na Antiguidade clássica: Grécia e Roma.
- Relações de dominação e resistência na sociedade medieval: camponeses, artesãos, mulheres, hereges e doentes.
- Relações de resistência na sociedade ocidental moderna.
- As revoltas indígenas, africanas na América portuguesa.

- Os quilombos e comunidades quilombolas no território brasileiro.
- As revoltas sociais na América portuguesa.

Os sujeitos, as revoltas e as guerras

a) As culturas indígenas americanas.
b) Organização político-administrativa nas Américas: portuguesa, espanhola e inglesa.
c) Iluminismo
d) As revoluções inglesas, industrial e francesa
e) A independência das Américas inglesa, espanhola e portuguesa.
f) A unificação: Itália e Alemanha
g) O imperialismo na Ásia e África
h) O movimento operário e o advento do socialismo
i) As revoltas no Brasil imperial
j) A América Latina do século XIX.

Movimentos sociais, políticos, culturais e as guerras e revoluções

- As revoluções democráticas - liberais no Ocidente: Inglaterra, França e EUA.
- Movimentos sociais no mundo do trabalho nos séculos XVIII e XIX: surgimento do sindicalismo.
- As revoltas federalistas no Brasil republicano.
- As guerras mundiais no século XX e a Guerra Fria
- As revoluções socialistas na Ásia, África e América Latina
- Os movimentos de resistência no contexto das ditaduras da América Latina
- A crise de 1929 e seus reflexos na economia mundial
- Governos populistas no Brasil
- O regime autoritário no Brasil
- Cultura e ideologia no Governo Vargas
- Os Estados africanos e as guerras étnicas
- A luta pela terra e a organização de movimentos pela conquista do direito a terra na América Latina.
- A mulher e suas conquistas de direitos nas sociedades contemporâneas

Brasil; da redemocratização aos dias atuais

Cultura e religiosidade

- A formação das religiosidades dos povos africanos, americanos, asiáticos e europeus neolíticos, xamanismo, totens, animismo.
- Os mitos e a arte greco-romanos e a formação das grandes religiões: Hinduísmo, budismo, confucionismo, judaísmo, cristianismo, islamismo.
- Representação dos movimentos sociais, políticos e culturais por meio da arte brasileira.

a) As etnias indígenas e africanas e suas manifestações artísticas, culturais e religiosas.
b) As manifestações populares: congadas, cavalhadas, fandango, folia de reis, boi de mamão, romaria de São Gonçalo.
c) Conflitos internacionais
d) A globalização e o futuro da economia mundial.

3 METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A finalidade do trabalho pedagógico com os conteúdos estruturantes é a formação do pensamento histórico dos estudantes e para isso professor e alunos utilizam, em sala de aula e nas pesquisas escolares, os métodos de investigação histórica articulados pelas narrativas históricas desses sujeitos.

Para que o trabalho se concretize os alunos utilizam diversas fontes, como livros, cinema, canções, palestras, relatos de memória etc.

O cumprimento da Lei n. 13.381/01, que torna obrigatório, no Ensino Fundamental e Médio da Rede pública Estadual, os conteúdos de História do Paraná para que o aluno possa conhecer diversas abordagens e atividades, promovendo a incorporação dos elementos formadores da cidadania paranaense, partindo do estudo de comunidades, municípios e microrregiões do estado.

O cumprimento da Lei n. 10.639/03, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira, abordará diversos aspectos históricos que caracterizam a formação da população brasileira a partir desse grupo étnico, resgatando as suas contribuições na área social, econômica e política, seguidas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O cumprimento da Lei n. 11.645/08, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas do Brasil que é de suma importância, para a formação da sociedade nacional, e a importância e historia de comunidades indígenas existentes no país.

O cumprimento da Lei 9.795/99 que inclui no currículo escolar a questão do Meio Ambiente no Ensino Fundamental e Médio da Rede Estadual, será trabalhado assim que os conteúdos propostos derem abertura para a questão ambiental.

Dentro do ensino de História, as temáticas referentes ao Desenvolvimento sócio-educacional como cidadania, direitos humanos, violência , prevenção de drogas e diversidade serão levantados para análise e questionamentos destas questões sociais.

A diversidade étnica e racial, tem sido, como as identidades políticas , culturais e sociais, comumente relacionadas ao termo multiculturalismo, pela proximidade, que mantêm com a ideia de pluralidade que acompanha a história

humana, as diferenças culturais nos faz analisar a nossa sociedade e mediar aos educandos e demonstrar que o Brasil é um país multicultural e formado por várias etnias assim se faz necessário um repensar historicamente contextualizando vários conceitos culturais no espaço escolar.

No Brasil, os povos indígenas têm reconhecidos suas formas próprias de organização social, seus valores simbólicos, tradições, conhecimentos e processos de constituição de saberes e transmissão cultural para as gerações futuras.

A extensão desses direitos no campo educacional gerou a possibilidade de os povos indígenas se apropriarem da instituição escola, atribuindo-lhe identidade e função peculiares.

A escola, é um espaço histórico de imposição de valores e assimilação para incorporação à economia de mercado e, nesse processo, devoradora de identidades, passa a ser reivindicada pelas comunidades indígenas como espaço de construção de relações intersociais baseadas na interculturalidade e na autonomia política.

A educação deve ser também um espaço de cidadania e de respeito aos direitos humanos, o que tem levado o currículo a discutir o tema da inclusão de grupos minoritários. Entre estes grupos estão os grupos de gênero representados por feministas, gays e lésbicas.Sendo necessário levar esta temática para sala de aula como uma forma de orientar a sociedade em relação as questões sociais atuais.

Boa parte da economia do Brasil depende do desenvolvimento do campo. São os agricultores que plantam, colhem e cuidam de matérias-primas que nos servirão de alimento, base para as roupas e muitos outros itens que utilizamos em nosso dia a dia. Para tanto, esses trabalhadores, em sua maioria, além de trabalhar moram nas zonas rurais das cidades, constituindo as sociedades rurais.

Para que uma sociedade viva bem, muito além de bens monetários, casa e comida, é necessário educação. Até os anos 90 do século XX,não existia uma política educacional voltada aos rurais. Foi em 1980 que se intensificaram os movimentos sociais que reivindicavam, além de terra e trabalho, educação no campo. Hoje, temos as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas de Campo, que garantem o direito dos trabalhadores rurais e seus filhos a terem educação de qualidade.

Tendo escola e educação no próprio campo, os trabalhadores rurais são estimulados a continuarem o seu trabalho com a terra, fortalecendo a economia agrícola de sua região e de todo o país. Eles então, não precisam enfrentar longos e difíceis caminhos para que a educação chegue até eles. Incentivar os trabalhadores rurais permanecerem no campo é uma forma de valorizar a educação do campo e a economia brasileira.

4 AVALIAÇÃO

Conforme Regimento e Projeto Político Pedagógico do nosso colégio, avaliar é analisar a prática pedagógica de todos os envolvidos, com o objetivo de corrigir rumos e repensar situações para que a aprendizagem ocorra como é ressaltado na artigo 24 da LDB lei nº 9394/96.

Ao avaliar a aprendizagem dos alunos está se avaliando a prática dos professores, a gestão e o currículo escolar, bem como o próprio sistema de ensino como um todo.

O professor tem o compromisso de utilizar várias formas avaliativas, tais como expressas por Luckesi (2002) nas DCEs (2008, p.79):

Avaliação diagnóstica – permite ao professor identificar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos para pensar em atividades didáticas que possibilitem a compreensão dos conteúdos a serem trabalhados.

Avaliação formativa – ocorre Dante o processo pedagógico e tem por finalidade retomar os objetivos de ensino propostos para, a partir dos mesmos, identificar a aprendizagem alcançada desde o início até ao momento avaliado.

Avaliação somativa – permite ao professor tomar uma amostragem de objetivos propostos no início do trabalho e identificar se eles estão em consonância com o perfil dos alunos e com os encaminhamentos metodológicos utilizados para a compreensão dos conteúdos.

As DCEs (2008, p 31) trazem que “a avaliação visa contribuir para a compreensão das dificuldades de aprendizagem dos alunos, com vistas às mudanças necessária para que essa aprendizagem se concretize e a escola se faça mais próxima da comunidade, da sociedade como um todo, no atual contexto histórico e no espaço onde os alunos estão inseridos”.

Outra consideração importante a se fazer é sobre a avaliação dos textos e imagens (recursos amplamente utilizados no ensino de História) que devem ser avaliados em sua identificação, leitura, explicação e interpretação. O aluno deve ter o conhecimento suficiente para ser capaz de ser avaliado sob tais critérios.

O Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Médio adota a seguinte forma equitativa para avaliar, sendo de ensino Trimestral e será composto pela somatória da nota 5,0 (cinco vírgula zero) referente a atividades diversificadas (trabalhos de pesquisa em grupo ou individual, relatório, debate, etc.) mais a nota

5,0 (cinco vírgula zero) resultante de uma avaliação escrita, totalizando nota final de 10,0 (dez vírgula zero).

A Nota do Trimestre será resultante da somativa dos valores atribuídos em cada instrumento de avaliação, sendo valores cumulativos em várias aferições, na sequência e ordenação de conteúdos e será definida após os estudos de recuperação a que o aluno for submetido.

A Recuperação terá valor 10,0 (dez vírgula zero), com caráter substitutivo, ou seja, será proporcionada ao aluno revisão dos conteúdos com uma nova avaliação, onde prevalecerá a nota maior para aferição da média final, sendo a recuperação de estudos direito de todos os alunos, conforme consta no PPP do Colégio.

A avaliação deverá ser um fenômeno compartilhado, contínuo e diversificado, propiciando a análise crítica das práticas que poderão ser retomadas e reorganizadas pelo professor e alunos, adequando ao meio e as necessidades. Dessa forma, o professor poderá lançar mão das avaliações diagnóstica, formativa e somativa.

Ainda deve ser ressaltado, que no ensino de História deverá buscar na coerência entre a concepção de história e as práticas avaliativas que integram o processo de ensino aprendizagem, assim a avaliação deve estar a serviço da aprendizagem de todos os alunos. Dessa forma o aprendizado e a avaliação poderá ser compreendido como fenômeno , permitindo uma análise crítica das práticas que podem ser constantemente retomadas e reorganizadas pelos professores e alunos, de modo que identifiquem lacunas no processo pedagógico. Esta ação permitirá ao professor planejar e propor outros encaminhamentos para a superação das dificuldades constatadas.

Será realizada através de diversas atividades como: produção de textos, leitura e compreensão de texto, documentos históricos, poesias, fotos, gráficos, imagens, músicas, mapas, elaboração de painéis e história em quadrinhos, confecção de maquetes, entrevistas, debates, oficinas, atividades de fixação, avaliação escrita, representação teatral, entre outras.

Uma boa prática avaliativa no ensino de História deve colocar o aluno frente as diferentes atividades formuladas com a intencionalidade de proporcionar a exploração de vários aspectos cognitivos.

As atividades de recuperação serão sempre contínuas, com retomada dos assuntos tratados e esclarecimento de dúvidas, de forma que a produção construída possa ser elaboradas com vista a alcançar as competências e as habilidades da disciplina.

5 REFERÊNCIAS

BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB nº. 9394/96. Leis e Decretos Federais: Edição atualizada. Curitiba: 2008.

PARANÁ, Diretrizes Curriculares da Educação Básica – História. Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2008.

PARANÁ. Cadernos Temáticos da Diversidade. Curitiba: SEED, 2008.

Brasil: Lei 10639/03, História e Cultura Afro-brasileira.

Paraná: Cadernos Temáticos: Enfrentando à Violência na Escola, Secretaria de Estado da Educação.

Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Fundamental Médio e Normal.

Regimento Escolar do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Fundamental Médio e Normal.

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E NORMAL.
CURSO: ENSINO MÉDIO
PROFESSORES: Luzia Irene Plaça Farias, Maria Lúcia Sanches Razaboni, Nair Krause Taucher
ANO LETIVO: 2012

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE LÍNGUA PORTUGUESA

1) APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Historicamente, o processo de ensino de Língua Portuguesa no Brasil iniciou-se com a educação jesuítica com o objetivo da formação da elite colonial e de "alfabetizar"e "catequizar" os indígenas segundo (MOLL, 2006, p. 13).

Nesse período, não havia uma educação institualizada, partia-se de práticas pedagógicas restritas à alfabetização e somente nas últimas décadas do século XIX, a disciplina de Língua Portuguesa passou a integrar os currículos escolares brasileiros. A preocupação com a formação dessa disciplina teve início nos anos 30 do século XX.

A literatura veiculada na variedade brasileira da língua portuguesa foi retomada pelos modernistas, que defendiam a necessidade de romper com os modelos tradicionais portugueses e privilegiar o falar brasileiro.

O ensino de Língua portuguesa manteve suas características elitistas até meados do século XX, quando iniciou-se no Brasil, a partir da década de 1960, um processo de expansão do ensino e de vagas, eliminando os chamados exames de admissão.

A disciplina de Português passou a denominar-se a partir da Lei 5692/71, no primeiro grau, Comunicação e Expressão (nas quatro primeiras séries) e Comunicação em Língua Portuguesa (nas quatro últimas séries), com base em estudos de Saussure e de Jakobson sobre a teoria da comunicação.

Na década de 70, outras teorias como a Sociolinguística, Análise do Discurso, Semântica e Linguística Textual passaram a ser debatidas e dessas teorias resultou o questionamento sobre a autoridade e eficácia das aulas de gramática no ensino. Porém, os livros didáticos continuavam porta-vozes da

concepção tradicional da linguagem e as únicas inovações foram em relação à produção de texto e à leitura entendida como um ato mecânico.

Com relação à literatura, até meados do século XX, o principal instrumento do trabalho pedagógico eram as antologias literárias, com base nos cânones. A leitura visava transmitir a norma culta da língua, incutir valores religiosos , morais e cívicos.

Deve-se aos teóricos do Círculo de Bakhtin o avanço nos estudos em torno da natureza sociológica da linguagem. No Paraná, o livro ”O Texto na Sala de Aula,” organizado por João Wanderley Geraldi, em 1984, marcou as discussões sobre o ensino de Língua Portuguesa. Essas produções teóricas influenciaram os programas de reestruturação do Ensino do 2º Grau, do Currículo básico, que denunciavam o ensino centrado no repasse de conteúdos gramaticais.

Considerando o percurso histórico da disciplina de Língua Portuguesa na Educação Básica brasileira e confrontado esse percurso com a situação de analfabetismo funcional, de dificuldade de leitura compreensiva e produção de texto apresentada pelos alunos, os fundamentos que alicerçam a discussão sobre a importância do ensino de Língua portuguesa e Literatura requerem novos posicionamentos em relação às práticas de ensino, seja pela discussão crítica dessas práticas, seja pelo envolvimento direto dos professores na construção de alternativas.

Essas considerações resultam nas DCE, numa proposta que dá ênfase à língua viva, dialógica, em constante movimentação, permanente, reflexiva e produtiva. O conhecimento da disciplina de Língua portuguesa e literatura é muito importante como saber escolar. Deve contribuir par a formação do estudante porque sua constituição vai sendo marcada pelas relações que os professores e alunos estabelecem com o conhecimento, a partir das múltiplas possibilidades de interesses e da complexidade das análises e das articulações dos conteúdos com a prática social. Tais saberes se expressão no currículo real da escola.

OBJETIVOS

- empregar a língua oral em diferentes situações de uso, saber adequá-la a cada contexto e interlocutor, reconhecer as intenções implícitas nos discursos do cotidiano e propiciar a possibilidade de um posicionamento diante deles;

- desenvolver o uso da língua escrita em situações discursivas por meio de práticas sociais que considerem os interlocutores, seus objetivos, o assunto tratado , além do contexto de produção;

- analisar os textos produzidos, lidos e/ou ouvidos, possibilitando que o aluno amplie seus conhecimentos linguísticos - discursivos;

- aprofundar, por meio da leitura de textos literários, a capacidade de pensamento crítico e a sensibilidade estética, permitindo a expansão lúdica da oralidade, da leitura e da escrita;

- aprimorar os conhecimentos linguísticos, de maneira a propiciar acesso às ferramentas de expressão e compreensão de processos discursivos, proporcionando ao aluno condições para adequar a linguagem aos diferentes contextos sociais, apropriando-se, também, da norma padrão.

2) CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Discurso como Prática Social

CONTEÚDOS BÁSICOS

LEITURA

- Conteúdo temático;
- Interlocutor;
- Intertextualidade;
- Intencionalidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Discurso ideológico presente no texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Contexto da produção da obra literária;
- Marcas literárias: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito;
- Elementos semânticos;
- Progressão referencial;
- Partículas conectivas;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Relação de causa e consequência entre partes e elementos do texto;
- Operadores argumentativos;
- Mobilizadores;
- Argumentos do texto;

ORALIDADE

- Conteúdo temático;
- Finalidade;
- Intencionalidade;
- Argumentos;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Elementos extralinguísticos: entonação, expressões faciais, corporal, gestual e pausas;

- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos da fala;
- Variações linguísticas (lexicais, semânticas,prosódicas, entre outras);
- Marcas linguísticas: coesão, coerência,gírias, repetição;
- Elementos semânticos;
- Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.);
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

ESCRITA

- Conteúdo temático;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Intencionalidade do texto;
- Intertextualidade;
- Contexto de produção;
- Informatividade
- Vozes sociais presentes no texto;
- Referência textual;
- Ideologia presente no texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Progressão referencial;
- Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, funções das classes gramaticais no texto, conectores, pontuação, recursos gráficos como aspas, conectores, pontuação como aspas, travessão, negrito, etc;
- Semântica;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Vícios de linguagem;
- Sintaxe de concordância;
- Sintaxe de regência

QUADRO DE GÊNEROS TEXTUAIS

ESFERAS SOCIAIS DE CIRCULAÇÃO	EXEMPLOS DE GÊNEROS	
COTIDIANA	Adivinhas Álbum de Família Anedotas Bilhetes Cantigas de Roda Carta Pessoal Cartão Cartão Postal Causos Comunicado Convites Curriculum Vitae	Diário Exposição Oral Fotos Músicas Parlendas Piadas Provérbios Quadrinhas Receitas Relatos de Experiências Vividas Trava-Línguas
LITERÁRIA/ARTÍSTICA	Autobiografia Biografias Contos Contos de Fadas Contos de Fadas Contemporâneos Crônicas de Ficção Escultura Fábulas Fábulas Contemporâneas Haicai Histórias em Quadrinhos Lendas Literatura de Cordel	Letras de Músicas Narrativas de Aventura Narrativas de Enigma Narrativas de Ficção Científica Narrativas de Humor Narrativas de Terror Narrativas Fantásticas Narrativas Míticas Paródias Pinturas Poemas Romances Tankas Textos Dramáticos Memórias

CIENTÍFICA	Artigos Conferência Debate Palestra Pesquisas	Relato Histórico Relatório Resumo Verbetes
ESCOLAR	Ata Cartazes Debate Regrado Diálogo/Discussão Argumentativa Exposição Oral Júri Simulado Mapas Palestra Pesquisas	Relato Histórico Relatório Relatos de Experiências Científicas Resenha Resumo Seminário Texto Argumentativo Texto de Opinião Verbetes de Enciclopédias

IMPRENSA	Agenda Cultural Anúncio de Emprego Artigo de Opinião Caricatura Carta ao Leitor Carta do Leitor Cartum Charge Classificados Crônica Jornalística Editorial Entrevista (oral e escrita)	Fotos Horóscopo Infográfico Manchete Mapas Mesa Redonda Notícia Reportagens Resenha Crítica Sinopses de Filmes Tiras
PUBLICITÁRIA	Anúncio Caricatura Cartazes Comercial para TV	Músicas Paródia Placas Publicidade Comercial

	E-mail Folder Fotos Slogan	Publicidade Institucional Publicidade Oficial Texto Político
POLÍTICA	Abaixo-Assinado Assembleia Carta de Emprego Carta de Reclamação Carta de Solicitação Debate	Debate Regrado Discurso Político “de Palanque” Fórum Manifesto Mesa Redonda Panfleto
JURÍDICA	Boletim de Ocorrência Constituição Brasileira Contrato Declaração de Direitos Depoimentos Discurso de Acusação Discurso de Defesa	Estatutos Leis Ofício Procuração Regimentos Regulamentos Requerimentos
PRODUÇÃO E CONSUMO	Bulas Manual Técnico Placas Relato Histórico Relatório Relatos de Experiências Científicas	Resenha Resumo Seminário Texto Argumentativo Texto de Opinião Verbetes de Enciclopédias
MIDIÁTICA	Blog Chat Desenho Animado E-mail Entrevista Filmes Fotoblo	Reality Show Talk Show Telejornal Telenovelas Torpedos Vídeo Clip Vídeo Conferência

3) METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Segundo as Diretrizes, a Língua Portuguesa tem como conteúdo estruturante o discurso enquanto prática social, sendo assim o professor deverá embasar as práticas de leitura, oralidade e escrita nos mais diversos gêneros textuais, verbais e não verbais. Esse trabalho utilizará atividades diversificadas, que priorizem o entendimento da função e estrutura do texto em questão, para só depois trabalhar os aspectos gramaticais que o compõem. O ensino de Língua portuguesa deverá promover o domínio discursivo da oralidade, da leitura e da escrita. Levando os estudantes a sua emancipação e a autonomia em relação ao pensamento e às práticas de linguagem imprescindíveis ao convívio social (DCE, 2009, p. 65).

No que diz respeito à prática de oralidade, o professor deverá expor os alunos a textos orais e/ou escritos com o intuito de levá-los a expressar com fluência em situações formais; adequar a linguagem conforme as circunstâncias (interlocutores, assunto, intenções) ; aproveitar os recursos expressivos da língua e, principalmente, praticar e aprender a convivência democrática que supõe o falar e o ouvir. O professor deverá também reconhecer as variantes linguísticas como legítimas visto que são expressões de grupos sociais historicamente marginalizados.

O trabalho com os gêneros orais devem seguir por diversos caminhos, como: apresentação de temas variados (histórias de família, da comunidade, um filme, um livro); depoimentos sobre situações significativas vivenciadas pelo aluno ou pessoas do seu convívio; dramatização; recados; explicação; contação de histórias; júris-simulados e outras possibilidades que possibilitem o desenvolvimento da argumentação. É preciso que o professor saiba os objetivos que pretende alcançar com o gênero oral escolhido e deixe claro para o aluno a finalidade dessa apresentação. As atividades orais devem levar o aluno a refletir tanto a partir da sua fala, quanto a fala do outro , sobre: o conteúdo temático do texto; os elementos composicionais; a unidade de sentido do texto oral; os argumentos utilizados; o papel do locutor e do interlocutor na prática da oralidade; observância da relação entre os participantes para adequar o discurso ao interlocutor e as marcas linguístico-enunciativas do gênero oral selecionado.

Com relação à escrita, é desejável que as atividades se realizem de modo interlocutivo. Isso implica o produtor do texto assumir-se como locutor, conforme

propõe Geraldi (1997) e, ter o que dizer; razão para dizer; como dizer; interlocutores para quem dizer.

Inicialmente, é preciso que o professor e o aluno planejem o que será produzido; ampliar as leituras sobre o tema proposto; delimitar o tema da produção; definir o objetivo e a intenção com que escreverá; pensar sobre a situação em que o tento irá circular e organizar as ideias. Em seguida o professor deve propor que o aluno escreva a primeira versão sobre a proposta apresentada e depois reescreva o texto levando em conta a intenção que teve ao produzi-lo.

O professor deve ainda oportunizar a socialização da produção do texto do aluno através de estratégias, como: afixar os textos dos alunos no mural da escola; reunir diversos textos em uma coletânea ou publicá-los no jornal da escola; enviar cartas do leitor; enviar carta de solicitação dos alunos para a câmara de vereadores da cidade; produção de panfletos a serem distribuídos na comunidade, entre outros.

No trabalho com a leitura, deve-se propiciar o desenvolvimento de uma atitude crítica que leve o aluno a perceber o sujeito presente nos textos e, ainda, tomar uma atitude responsiva diante deles.

Desse modo é preciso considera o texto que se quer trabalhar e, então, planejar as atividades. O professor deve dar atenção, também, aos textos não verbais ou aqueles em que predomina o não verbal, como: a charge, a pintura , a caricatura, as imagens, as telas de pintura, os símbolos, não excluindo ainda a leitura da esfera digital.

Na literatura os encaminhamentos devem levar os alunos à leitura crítica e compreensiva; ser receptivos a novos textos; questionar as leituras efetuadas; transformar os próprios horizontes de expectativas, bem como os do professor, da escola, da comunidade familiar e social.

O trabalho com a Literatura deverá potencializar uma prática diferenciada com o Conteúdo Estruturante da Língua Portuguesa (Discurso como prática social), sendo capaz de aprimorar o pensamento, trazendo sabor ao saber. (DCE, 2009 p. 77).

Para isso, é necessário entender o modo como o texto se compõe de discursos múltiplos, que dialogam entre si, formando uma relação de interdependência. Assim, toda fala possível pertence a um discurso, tendo uma ideologia que é indissociável dela. Fazer uso de um discurso é dialogar com toda a

tradição historicamente construída em torno dele, herança que implica em reflexão para aceitação ou recusa de ideologias e valores. A concepção dialógica de Bakhtin explicita o modo pelo qual os sentidos se constroem. Ou seja, se o dialogismo é um princípio estruturante da linguagem, é ele também o responsável pela rede de sentidos que o texto entretece.

Nesse sentido, a linguagem se expande e se torna reconhecida por suas intenções, interlocuções, pelo contexto em que pode ser praticada, dentre outras especificidades. O esforço é para que não se perca o viés estético ao se abordar o literário, enquanto se propõe certo grau de liberdade na recepção de textos.

A análise linguística acontecerá por meio das práticas da oralidade, leitura e escrita e deverá ser feita depois de o professor selecionar o gênero que pretende trabalhar, discutir sobre o conteúdo temático e o contexto de produção/circulação.

É importante ressaltar que os trabalhos com os aspectos gramaticais não serão abandonados, no entanto passarão a ser visto pela ótica da análise linguística, que não considera a gramática fora do texto.

Em seu trabalho com as práticas discursivas descritas acima o professor fará uso de livros didáticos e paradidáticos, dicionários, revistas, jornais, vídeos, revistas, internet, DVD, CD, TV multimídia, jogos, etc, que servirão para ampliar o contato e a interação com a língua e a cultura.

Considerando a flexibilidade dada pelo trabalho com os gêneros textuais, serão trabalhados ainda temas como História e Cultura Paranaense, História e Cultura dos Povos Indígenas, contempladas na Lei 11645/08; e História e Cultura Afro-brasileira e Africana, atendendo ao proposto na Lei 10.639/03. As Políticas Nacionais de Educação Ambiental, serão abordadas de acordo com a Lei 9795/99; entre outros temas, como Sexualidade, Cidadania e Direitos Humanos e Direitos das crianças e Adolescentes, de acordo com o ECA; Educação Fiscal e Tributária, Enfrentamento à Violência na escola, Prevenção ao uso Indevido de Drogas, Música, e outros que se julgue necessário e que possibilitem o estímulo do pensamento crítico do aluno.

4) AVALIAÇÃO

Segundo a Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN), destaca a avaliação formativa (capítulo II ,artigo 24, inciso V, item a: “avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais”), vista como a mais adequada. Para que o professor faça uma avaliação justa deve considerar que os alunos possuem ritmos e processos de aprendizagem diferentes e deve ainda considerar a avaliação como um diagnóstico para apontar possíveis dificuldades, possibilitando fazer a intervenção pedagógica, quando necessário.

Para que isso se efetive, o professor deverá observar a participação do aluno, sua interação verbal, o uso que este faz da língua durante as atividades propostas, bem como a capacidade que ele demonstra para levantar hipóteses a respeito da organização textual, para perceber a intencionalidade do texto e seu autor, etc. Sendo assim, a avaliação será diagnóstica, somatória e cumulativa.

Segundo Ramos (2001, apud DCE,2009, p. 70), “é um desafio construir uma avaliação com critérios de entendimento reflexivo, conectado, compartilhado e autonomizador no processo ensino/aprendizagem, que nos permita formar cidadãos conscientes, críticos, solidários e autônomos.”

Assim, para que seja encarado esse desafio, busca-se em Língua Portuguesa superar a concepção de avaliação como mero instrumento de mediação da apreensão de conteúdos. Espera-se que subsidie discussões acerca das dificuldades e avanços dos alunos, a partir de suas produções.

Na Educação Básica, a avaliação deve estar articulada com os objetivos e conteúdos definidos a partir das concepções e encaminhamentos metodológicos das Diretrizes de Língua Portuguesa.

A avaliação deve ser concebida como instrumento para ajudar o processo e não apenas o produto educacional, assim deve ser contínua e permanente, não se preocupando apenas em contar acertos e erros. A avaliação deve ser adequada e norteada por uma visão de totalidade sobre dados relevantes, na perspectiva de encaminhar a ação e não estagná-la pela classificação.

Nessa concepção, as formas e instrumentos de avaliação serão diferenciados e elaborados de modo a auxiliar as decisões do processo ensino-

aprendizagem e a construir no aluno a capacidade de autonomia, de reflexão e pensamento. Para tanto serão utilizados instrumentos de avaliação tais como: avaliação objetiva, subjetiva e/ou oral mensal e trimestral; trabalhos de pesquisa em grupo ou individual; trabalhos de criação; exercícios individuais; relatórios; síntese; debate; informações, palestras; participação; interesse; assiduidade; pontualidade.

O aluno será avaliado continuamente, através das formas e instrumentos utilizados, sendo que ao final de cada trimestre realizará a avaliação somativa do mesmo. Ao avaliar o progresso de seus alunos na aprendizagem, o professor estará obtendo informações valiosas sobre seu próprio trabalho.

Em termos gerais, a avaliação será um processo de coleta e análise de dados, tendo em vista verificar se os objetivos propostos foram atingidos, sempre respeitando as características individuais e o ambiente em que o educando vive. A avaliação deverá ser integral, considerando o aluno como um ser total e integrado. Caso o aluno não atinja as metas propostas, caberá ao professor organizar novas situações de aprendizagem para dar a todos condições de êxito nesse processo.

A avaliação será efetivamente realizada de forma contínua e o seu acompanhamento será voltado para a análise dos aspectos quantitativos e qualitativos do desempenho dos alunos, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento dos mesmos. O professor deverá ainda abrir mão de outros instrumentos, prevendo possíveis adaptações, se necessário, a fim de buscar um melhor atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

A recuperação de estudos será paralela e concomitante contemplando o que preceitua o projeto político pedagógico e o regimento escolar.

No entanto, pela necessidade de apresentar dados numéricos, será atribuído valor 5,0 aos trabalhos realizados ao longo do trimestre e uma avaliação de igual valor ao final do trimestre, o resultado será a soma desses valores. Após a retomada dos conteúdos, será aplicada outra avaliação, com valor total (10,0), que contemple os conteúdos trabalhados no trimestre e ofereça a todos os alunos a oportunidade de recuperarem suas notas.

5) REFERÊNCIAS

BRAIT, B. **"Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem."** In: BRAIT, B. (Org.) *Bakhtin, dialogismo e a construção do sentido*. 2ª ed., Campinas, SP: Editora Unicamp, 2005.

BRASIL/MEC, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília- DF, 2004.

BRASIL/MEC. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Língua Portuguesa**. Curitiba, 2009.

Portal Dia-a-dia Educação:
htpp://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/atividadeseducativas.com.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP), do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal; 2012.

REGIMENTO ESCOLAR, do Colégio Estadual José da Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal; 2012.

http://www.português.seed.pr.gov.br/

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENS. FUNDAMENTAL, MÉDIO E NORMAL

CURSO: ENSINO MÉDIO

PROFESSORES: Márcia de F. Leiroz Dias, Silvana T. Prestes Bueno, Eleni Rosa Tenório Lemes

ANO LETIVO: 2012

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE MATEMÁTICA

1) APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA

A História da Matemática revela que os povos das antigas civilizações conseguiram desenvolver os rudimentos de conhecimentos matemáticos que vieram a compor a Matemática que se conhece hoje.

Pelo ensino de Matemática os povos antigos tentavam justificar a existência de uma ordem universal imutável, tanto na natureza como na sociedade.

O ensino da Matemática está presente desde o início da escolaridade e por todo o ensino básico, portanto, o aprendizado desta disciplina não pode ser somente uma teorização descolada da realidade.

Aprender Matemática é mais do que manejar fórmulas, saber fazer contas ou marcar X nas respostas; é interpretar, criar significados, construir seus próprios instrumentos para resolver problemas, desenvolver o raciocínio lógico, a capacidade de conceber, projetar e transcender o imediatamente sensível.

Conceber a Matemática implica na proposição de teorias e metodologias que possibilitem ao aluno a compreensão de conceitos, dando-lhes significados e a condição de estabelecerem relações com experiências anteriormente vivenciadas ocorrendo à construção de conhecimentos com a intenção de solucionar problemas, respondendo às exigências do contexto em que está inserido o aluno e não somente às expectativas do professor.

O aluno que vive no campo utilizará a Matemática como meio de resoluções de problemas do seu cotidiano com conteúdos estruturantes e específicos voltados às suas necessidades.

Atendendo as diversidades dos alunos como: religiosidade, pertencimentos étnicos culturais, saberes acumulados e, logo, diferentes, há a necessidade de práticas pedagógicas diferenciadas atendendo a todos proporcionando a inclusão destes no sistema escolar. Para que isso ocorra há necessidade de pensar as bases teórico-metodológicas sobre as quais se sustentará a implementação de um processo de ensino, voltado a construção dos conceitos e significados em Matemática.

Uma prática de ensino de Matemática, numa perspectiva crítica, articula o conhecimento matemático com as outras áreas, contribuindo na solução de problemas presentes no meio sócio - político, econômico e histórico com abordagens experienciadas pelo formativo, possibilitando a eles criar, no seu imaginário, uma heurística que, por meio do manejo de hipóteses, orienta e busca soluções para as situações-problemas.

O aprendizado em Matemática contribui com a formação do indivíduo estabelecendo sua parcela de responsabilidade e reflexão sobre o tipo de sociedade que se tem e se quer formar utilizando a educação formal como num instrumento de mudança do indivíduo enquanto ser social. É de suma importância explicitar as relações existentes entre o conhecimento construído e a Matemática como saber difundido pela escola não perdendo de vista que a construção deve ser iniciada com situações significativas que possibilitem ao aluno ter consciência e manifestar seu conhecimento prévio sobre o assunto.

No contexto da Educação Matemática, os ambientes gerados por aplicativos informáticos dinamizam os conteúdos curriculares e potencializam o processo pedagógico.

Por outro lado a Diretriz Curricular resgata, para o processo de ensino e aprendizagem, a importância do conteúdo matemático e da disciplina Matemática. É imprescindível que o estudante se aproprie do conhecimento de forma que “compreenda os conceitos e princípios matemáticos, raciocine claramente e comunique idéias matemáticas, reconheça suas aplicações e aborde problemas matemáticos com segurança” (LORENZATO e VILA, 1993, p. 41). Para tanto, o trabalho docente necessita emergir da disciplina Matemática e ser organizado em torno do conteúdo matemático e, por conseguinte, se faz necessário uma fundamentação teórica e metodológica.

Para Educação Matemática, almeja-se um ensino que possibilite aos estudantes análises, discussões, conjecturas, apropriação de conceitos e formulação de idéias. Aprende-se Matemática não somente por sua beleza ou pela consistência de suas teorias, mas, para que, a partir dela, o homem amplie seu conhecimento e, por conseguinte, contribua para o desenvolvimento da sociedade.

A avaliação, nesta perspectiva, visa contribuir para a compreensão das dificuldades de aprendizagem dos alunos, com vistas às mudanças necessárias para que essa aprendizagem se concretize e a escola se faça mais próxima da comunidade, da sociedade como um todo, no atual contexto histórico e no espaço onde os alunos estão inseridos. Não há sentido em processos avaliativos que apenas constatam o que o aluno aprendeu ou não aprendeu e o fazem refém dessas constatações, tomadas como sentenças definitivas. Se a proposição curricular visa à formação de sujeitos que se apropriam do conhecimento para compreender as relações humanas em suas contradições e conflitos, então a ação pedagógica que se realiza em sala de aula precisa contribuir para essa formação.

A Educação Matemática é uma área que engloba inúmeros saberes, em que apenas o conhecimento da Matemática e a experiência de magistério não são considerados suficientes para a atuação profissional (FIORENTINI & LORENZATO, 2001), pois envolve o estudo dos fatores que influem, direta ou indiretamente, sobre os processos de ensino e de aprendizagem em Matemática (Carvalho, 1991).

O objeto de Estudo desse conhecimento ainda está em construção, porém, está centrado na prática pedagógica e engloba as relações entre o ensino, a aprendizagem e o conhecimento matemático (FIORENTINI & LORENZATO, 2001), e envolve o estudo de processos que investigam como o estudante compreende e se apropria da própria “Matemática” concebida como um conjunto de resultados, métodos, procedimentos, algoritmos, etc”. (MIGUEL & MIORIM, 2004, p. 70).

Nas Diretrizes assume-se a Educação Matemática como campo de estudos que possibilita ao professor balizar sua ação docente, fundamentada numa ação crítica que conceba a Matemática como atividade humana em construção, possibilitando aos estudantes análises, discussões, conjecturas, apropriação de conceitos e formulação de idéias permitindo assim que seja ampliados os conhecimentos e, por conseguinte, contribua para o desenvolvimento da sociedade a qual estão inseridos.

2) CONTEÚDOS ESTRUTURANTES - CONTEÚDOS BÁSICOS

NÚMEROS E ÁLGEBRA	**Números Reais** **Números Complexos** **Sistemas Lineares** **Matrizes e Determinantes** **Polinômios** **Equações e Inequações Exponenciais, Logarítmicas e Modulares**
GRANDEZAS E MEDIDAS	**Medidas de Área;** **Medidas de Volume;** **Medidas de Grandezas Vetoriais;** **Medidas de Informática;** **Medidas de Energia;** **Trigonometria.**
FUNÇÕES	**Função Afim** **Função Quadrática** **Função Polinomial** **Função Exponencial** **Função Logarítmica** **Função Trigonométrica** **Função Modular** **Progressão Aritmética** **Progressão Geométrica**
GEOMETRIAS	**Geometria Plana** **Geometria Espacial**

TRATAMENTO DA INFORMAÇÃO	**Geometria Analítica** **Geometria não-euclidianas** **Análise Combinatória** **Binômio de Newton** **Estudo das Possibilidades** **Estatística** **Matemática Financeira**

3) METODOLOGIA DA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA

Os procederes do professor em sala de aula é fundamental em todo o processo de execução de qualquer proposta pedagógica curricular.

Dos procedimentos metodológicos recomendados nas DCE's, devem oportunizar a apropriação de conhecimentos matemáticos que expressem articulações entre os conteúdos estruturantes diferentes de forma que seus significados sejam reforçados, refinados e intercomunicadas.

A resolução de problemas é a maneira mais natural de se aprender Matemática na qual conceitos e propriedades aprendidos são relacionados de modo a procurar soluções para novas situações propostas. Muitas vezes é necessário aprender mais conceitos e propriedades para se buscar soluções para problemas em estudo.

O uso didático adequado de recursos tecnológicos como calculadoras, computadores, softwares educativos e a exploração de sites educacionais na Internet são fundamentais se pretendemos propiciar uma inserção dos nossos estudantes devidamente preparados para a convivência com os desafios do mundo contemporâneo.

A modelagem Matemática contribui para formação do estudante, de modo que ele alcance um aprendizado mais significativo pois serão problematizados situações do cotidiano levantando problemas que sugerem questionamentos sobre situações de vida.

As investigações matemáticas (semelhantes às realizadas pelos matemáticos) podem ser desencadeadas a partir da resolução de simples exercícios e se relacionam com a resolução de problemas.

Na investigação matemática, o aluno é chamado a agir como um matemático, não apenas porque é solicitado a propor questões, mas, principalmente, porque formula conjecturas a respeito do que está investigando. Assim, "as investigações matemáticas envolvem, naturalmente, conceitos, procedimentos e representações matemáticas, mas o que mais fortemente as caracteriza é este estilo de conjectura-teste-demonstração" (PONTE, BROCARDO & OLIVEIRA, 2006,p. 10).

Enfim, investigar significa procurar conhecer o que não se sabe, que é o objetivo maior de toda ação pedagógica.

As mídias, como softwares com planilhas eletrônicas, possibilitam a solução em um tempo menor do que o necessário mediante uso de caderno e lápis. Assim, têm-se condições de realizar as devidas análises, os debates, as conjecturas e a conclusão de ideias, na investigação matemática.

Uma prática docente investigativa pressupõe a elaboração de problemas que partam da vivência do estudante e, no processo de resolução, transcenda para o conhecimento aceito e validado cientificamente. A fundamentação para tal prática é encontrada na etnomatemática.

A etinomatemática busca uma organização da sociedade que permite o exercício da crítica e análise da realidade. É importante fonte de investigação da Educação Matemática, que prioriza um ensino que valoriza a história dos estudantes pelo reconhecimento e respeito às suas raízes.

Ao elaborar a Proposta Curricular da disciplina de Matemática deve-se ter em mente as características da disciplina e suas dimensões em relação ao contexto em que se insere e o ensino da Matemática não pode estar separado dos métodos próprios que lhes são inerentes nem das ferramentas que a caracterizam. Então, o aluno deve ser capaz de se expressar com desenvoltura, de sintetizar e de interpretar, de trabalhar em equipe e de viver harmonicamente no seu grupo social. Isso exige uma nova postura pedagógica em face da necessidade de uma adequada preparação do indivíduo para inserção na sociedade e no mundo do trabalho.

É fundamental em todo processo de execução de proposta curricular, planejamento ou projetos pedagógicos de Matemática as resoluções de problemas, que é a maneira mais natural de se aprender Matemática na qual conceitos e propriedades aprendidos são relacionados de modo a procurar soluções para novas situações propostas.

Com o uso didático adequado de recursos tecnológicos como calculadoras, computadores, softwares educativos e a exploração de sites educacionais da Internet com a TV Pendrive são fundamentais se pretendemos propiciar uma inserção dos nossos alunos devidamente preparados para a convivência com os desafios do mundo contemporâneo.

A Educação formal deverá contemplar a “Educação do Campo” propondo aos alunos conteúdos matemáticos que visam à compreensão e aplicabilidade dos mesmos, percebendo o uso da ferramenta matemática em funcionamento em situações simples a partir das quais ele possa construir conceitos, identificar e

perceber propriedades e desenvolver capacidades de ampliação de conhecimentos num processo de permanente aprendizado a partir de resoluções de problemas da vida real.

É importante destacar a obrigatoriedade da inclusão de História e Cultura Afro-brasileira e Africana, conforme Lei 10.639/93, nos currículos da Educação Básica. Com esta Lei reconhece-se vagas para negros nos bancos escolares e a importância de valorizar devidamente a história e cultura de seu povo, buscando reparar danos, que se repetem há cinco séculos, a sua identidade e seus direitos.

Na Matemática iremos estudar dados estatísticos sobre as diferenças, preconceitos e discriminações contra o negro na sociedade, cálculos de regras de três e porcentagens. Utilizaremos dados estatísticos coletados de pesquisas, revistas e da Internet, bem como a montagem de gráficos.

A Educação Ambiental, Lei nº 9795, de 27 de abril de 1999, como desenvolvimento socioeducacional permitirá aos alunos estudarem dados estatísticos sobre o desmatamento ocorrido ao passar das décadas no Brasil, no Paraná e no município, bem como incentivá-los à participação individual e coletiva, permanente e responsável na preservação do meio ambiente.

4) AVALIAÇÃO DA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA

As Diretrizes Curriculares para a Educação Básica, propõe-se formar sujeitos que construam sentidos para o mundo, que compreendam criticamente o contexto social e histórico de que são frutos e que, pelo acesso ao conhecimento, sejam capazes de uma inserção cidadã e transformadora na sociedade. A avaliação, nesta perspectiva, visa contribuir para a compreensão das dificuldades de aprendizagem dos alunos, com vistas às mudanças necessárias para que essa aprendizagem se concretize e a escola se faça mais próxima da comunidade, da sociedade como um todo, no atual contexto histórico e no espaço onde os alunos estão inseridos.

O objetivo da avaliação é buscar continuamente o sucesso na aprendizagem, portanto, ela é processual, diagnóstica e formativa sendo utilizada não apenas para quantificar e sim qualificar o produto final dessa aprendizagem.

O aluno é um ser ativo e dinâmico, que participa da construção de seu próprio conhecimento. Portanto, a avaliação não deve reduzir à atribuição de notas, mas sim verificar em que medida os alunos estão alcançando os objetivos prepostos no processo ensino-aprendizagem, assumindo um sentido orientador e cooperativo que só se concretiza pela mediação do professor – o facilitador e o orientador da aprendizagem.

Ao longo do ano, surge muitas oportunidades de observação e avaliação. O professor deve pontuar, registrar e relatar procedimentos comuns, relevantes e diferentes, contribuindo para uma melhor avaliação do aluno e seus avanços.

A avaliação fornece dados essenciais para o replanejamento das ações do professor e aperfeiçoamento de seu trabalho pedagógico, refletindo sua atitude na interação com a classe bem como suas relações com os alunos. Portanto, pressupõem a relação entre o professor, o aluno e o conhecimento.

A avaliação pode se dar durante as atividades realizadas em sala de aula e pode-se através dela obter diferentes tipos de informações como procedimentos utilizados pelo aluno para resolver atividades e suas atitudes em relação ao conhecimento matemático. É importante verificar, também, se o aluno costuma fazer perguntas, se participa dos trabalhos em grupos, se é cooperativo com os colegas, se argumenta em defesa de suas opiniões.

Avaliar a aprendizagem dos alunos tem sentido amplo. A avaliação é feita de diversas formas, sendo a mais comum a prova escrita, esta utilizando linguagem clara e precisa, para que possa criar um ambiente favorável ao controle das emoções.

As avaliações deverão ser feitas de forma diagnósticas, continuas, formativas, somativas e em sala de aula. Bem como, com a atribuição de notas nas atividades de simulados de ENEM realizada na terceira série e a participação dos alunos na primeira etapa da OBMEP (Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas).

O professor deve considerar as noções que o estudante traz decorrente da sua vivência, de modo a relacioná-la com novos conhecimentos abordados nas aulas de Matemática. Assim será então possível que as práticas avaliativas finalmente superem a pedagogia do exame para basearem-se numa pedagogia do ensino e da aprendizagem.

A recuperação de estudos deve acontecer a partir de uma lógica simples: os conteúdos selecionados para o ensino são importantes para a formação do aluno então, é preciso investir em todas as estratégias e recursos possíveis para que ele aprenda. A recuperação é justamente isso: o esforço de retomar, de voltar ao conteúdo, de modificar os encaminhamentos metodológicos, para assegurar a possibilidade de aprendizagem. Nesse sentido, a recuperação da nota é simples decorrência da recuperação de conteúdo.

Alguns critérios devem orientar as atividades avaliativas propostas pelo professor. Essas práticas devem possibilitar ao professor verificar se o aluno:

- Comunica-se matematicamente, oral ou por escrito (BURIASCO, 2004);
- Compreende, por meio da leitura, o problema matemático;
- Elabora um plano que possibilite a solução do problema;
- Encontra meios diversos para a resolução de um problema matemático;
- Realiza o retrospecto da solução de um problema.

Dessa forma, no processo pedagógico, o aluno deve ser estimulado a:

- Partir de situações-problema internas ou externas à Matemática;
- Pesquisar acerca de conhecimentos que possam auxiliar na solução dos problemas;
- Elaborar conjecturas, fazer afirmações sobre elas e testá-las;

- Perseverar na busca de soluções, mesmo diante de dificuldades sistematizar o conhecimento construído a partir da solução encontrada, generalizando, abstraindo e desvinculando-o de todas as condições particulares;
- Socializar os resultados obtidos, utilizando, para isso, uma linguagem adequada;
- Argumentar a favor ou contra os resultados (PAVAELLO & NOGUEIRA, 2006, p. 29).

A recuperação de estudos está de acordo com o Regimento Escolar que diz: “é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, de forma permanente e concomitante ao processo de ensino e aprendizagem”.

5) REFERÊNCIAS

BONJORNO. Volume único de Matemática. Ensino Médio.

_____. Volume 1, 2 e 3, Ensino Médio.

BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB nº 9394/96. **Leis e Decretos Federais:** Edição Atualizada. Curitiba: 2008.

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E NORMAL, **Adendo ao Regimento Escolar.** 2011.

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E NORMAL, **PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO**, 2012.

LONGEN. Adilson. **Coleção Nova Didática – Matemática Ensino Médio – 1ª, 2ª e 3ª séries.** 2004. Apostilado pelo Positivo.

PAIVA, Manoel. **Matemática Ensino Médio- Volumes 1, 2 e 3.** 1ª Ed. São Paulo: Moderna, 2009.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares de Matemática para a Educação Básica.** Curitiba, 2009.

Colégio Estadual José de Anchieta – Ens. Fundamental, Médio e Normal

Curso: Ensino Médio

Professoras: Denise Rufato, Edvânia Bezerra da Silva

Ano Letivo: 2012

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE QUÍMICA

1) APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

O desenvolvimento dos saberes e de práticas ligadas à transformação da matéria e presentes na formação das diversas civilizações foi estimulado por necessidades humanas.

Para iniciar as discussões sobre a importância do ensino de química, é essencial retomar fatos marcantes da história do conhecimento químico em suas inter-relações econômica, política e social.

Na história do conhecimento químico, a alquimia, nascida dos trabalhos da metalurgia, das ideias chinesas de cura e equilíbrio, da magia estelar persa, do hermetismo egípcio e da interpretação mística da filosofia grega, tinha como objetivo a investigação sobre a natureza da matéria e prática laboratorial para nela interferir, desejando a conquista do tempo.

Na Europa a alquimia chegou através de traduções de textos árabes, os quais, por sua vez, já eram traduções e adaptações de velhos textos helenísticos ou de traduções caldaicas.

Os alquimistas europeus buscavam o elixir da vida eterna e a pedra filosofal (prática da transmutação dos metais em ouro). Dedicavam-se a esses procedimentos, mas agiam de modo hermético, ocultista, uma vez que a sociedade da época era contra essas práticas por acreditar tratar-se de bruxaria.

Esses alquimistas manipularam diversos metais, como o cobre, o ferro e o ouro, além das vidrarias que foram aperfeiçoadas e hoje, muitas fazem parte dos laboratórios.

Os conhecimentos químicos nem sempre estiveram atrelados à religião e à alquimia. A teorização sobre a composição da matéria, por exemplo, surgiu na

Grécia antiga e a ideia de átomo com os filósofos gregos Leucipo e Demócrito, que lançaram algumas bases para o atomismo do séc. XVII e XVIII com Boyle, Dalton e outros. A teoria atômica foi uma questão amplamente discutida pelos químicos do séc. XIX, que a tomaram como central para o desenvolvimento da química com ciência.

O fato é que a química como ciência teve seu berço na Europa no cenário de desenvolvimento do modo de produção capitalista, dos interesses econômicos da classe dirigente, da lógica das relações de produção e das relações de poder que marcaram a constituição desse saber.

O experimentalismo marcou a ciência moderna e esteve presente no avanço da química dos séc. XVIII e XIX em inúmeras investigações.

No séc. XIX, finalmente a ciência moderna se consolidou.

Em 1860, foi realizado o primeiro Congresso Mundial de Química.

Os interesses da indústria da segunda metade do séc. XIX impulsionaram pesquisas e descobertas sobre o conhecimento químico.

No final do séc. XIX, com o surgimento dos laboratórios de pesquisa, a química se consolidou como a principal disciplina associada aos efetivos resultados na indústria. A produção de conhecimentos, na Alemanha, Estado Nação recém unificado, se dava pelas instituições científicas e pela indústria, em busca de desenvolvimento econômico e científico e de reorganização territorial. O exemplo alemão do investimento em pesquisas, seguido por outras nações alavancou ainda mais o desenvolvimento da química.

No séc. XX, a química e todas as outras ciências naturais tiveram um grande desenvolvimento, em especial nos Estados Unidos, Inglaterra e Alemanha. Esses países destacaram-se no desenvolvimento da ciência, no intuito de estabelecer e, posteriormente, manter influência científica que pudesse garantir diferentes formas de poder e controle mundial, essenciais nas tensões vividas no séc. XX.

Dentre as descobertas e avanços científicos, últimas quatro décadas do séc. XX passou-se a conviver com a crescente miniaturização dos sistemas de computação, com o aumento de sua eficiência e ampliação do seu uso, o que constitui uma era de transformações nas ciências que vêm modificando a maneira de se viver. Esse período é marcado pela descoberta de novos materiais, engenharia genética, exploração da biodiversidade, obtenção de diferentes

combustíveis, pelos estudos espaciais e pela farmacologia; marca o processo de consolidação científica, com destaque à química, que participa das diferentes áreas das ciências e colabora no estabelecimento de uma cultura científica, cada vez mais arraigada no capitalismo e presente na sociedade, e, por conseguinte, na escola.

O ENSINO DE QUÍMICA

Hébrard (2000) afirma que o percurso histórico do saber químico contribuiu para a constituição da química como disciplina escolar. Isso ocorreu, inicialmente, na França, no governo de Napoleão III, no período de 1863 a 1869.

No Brasil, as primeiras atividades de caráter educativo em química surgiram no início do séc. XIX, em função das transformações políticas e econômicas que ocorriam na Europa. A disciplina de química no ensino secundário no Brasil foi implantada em 1862, segundo dados do 3º Congresso Sul-americano de química, que ocorreu em 1937.

As diretrizes para a cadeira de química, elaboradas pelo Conde da Barca, influenciadas por uma carta do rei de Portugal, reconheciam a importância da química para o progresso dos estudos da medicina, cirurgia e agricultura e, além disso, indicavam o ensino dos princípios práticos da química e seus diferentes ramos aplicados às artes e à farmácia para conhecimentos dos muitos e preciosos produtos naturais do Brasil.

O ensino de química, foi oficializado com um projeto de criação do curso de química industrial, aprovado em 1919, subsidiado pelo governo federal.

A partir de 1931, com a Reforma Francisco Campos, a disciplina de química passou a ser ministrada de forma regular no currículo do ensino secundário no Brasil. Documentos da época apontam alguns objetivos para o ensino de química, voltados para a apropriação de conhecimentos específicos, entre eles, despertar o interesse científico nos alunos e enfatizar a sua relação com a vida cotidiana. (MACEDO e LOPES, 2002)

Em dezembro de 1961, entrou em vigor a lei n. 4024, escrita num cenário de dominação científico-cultural norte-americana, na qual a química adquire, em diversos países, inclusive no Brasil, configurações semelhantes às propostas dos EUA, no ensino experimental, focando temáticas do estudo atômico-molecular. Como conseqüência, ampliou-se a carga horária da disciplina de química nos currículos.

Na década de 1970, propostas educacionais valorizavam processos dialógicos de aprendizagem, como idéias de pedagogia construtivista piagetiana, que se consolidaram e perduraram até os anos de 1980.

Nesse cenário de mudanças educacionais, na década de 1980, a Secretaria de Educação do Paraná elaborou o Currículo Básico para o Ensino de 1º grau. Esse documento estava fundamentado na pedagogia histórico-crítica, afinada às bases psicológicas de aprendizagem desenvolvida pro Vigotski. O documento de intitulado Reestruturação do Ensino de 2º grau, apresentava uma proposta de conteúdos essenciais para a disciplina e tinha como objetivo principal a aprendizagem dos conhecimentos químicos historicamente construídos.

No início dos anos de 1990, as discussões pedagógicas passaram a ter um enfoque sociológico que analisava o papel do currículo como o espaço de poder (ROCHA, 2003). Nesse período, predominou a ideia de que o currículo podia ser compreendido somente quando contextualizado política, econômica e socialmente.

Ainda nessa década, as mudanças noeliberais afetaram as discussões a respeito de currículo. No âmbito mundial, encontros e conferências priorizavam a educação como alvo das reformas necessárias para a formação do trabalhador.

No final da década de 1990, sem nenhuma discussão coletiva, o estado do Paraná adotou os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN), como referência para a organização curricular em toda a rede estadual de ensino. Os colégios estaduais que ofertavam o ensino médio foram orientados a partira de 1998, pela Secretaria de Estado da Educação (SEED), a elaborar suas propostas curriculares de acordo com os PCN.

Atualmente o Paraná, tendo como base as discussões desenvolvidas pela comunidade de pesquisadores em ensino, bem como o diálogo com os docentes do Paraná, elaborou a DCE (Diretrizes Curriculares da Educação), a fim de subsidiar reflexões sobre o ensino de química, bem como possibilitar novos direcionamentos e abordagens da prática docente no processo ensino-aprendizagem, para formar um aluno que aproprie dos conhecimentos químicos e seja capaz de refletir criticamente sobre o meio em que está inserido.

Para isso, a ênfase do estudo da história da disciplina e em seus aspectos epistemológicos, defende uma seleção de conteúdos estruturantes que a identifique como campo do conhecimento constituído historicamente nas relações políticas, econômicas, sociais e culturais das diferentes sociedades.

A abordagem dos conteúdos no ensino de química será norteada pela construção e reconstrução de significados dos conceitos científicos, vinculada a contextos históricos, políticos, econômicos, sociais e culturais, e estará fundamentada em resultados de pesquisa sobre o ensino de ciências.

De acordo com a concepção teórica assumida, serão apontados os conteúdos estruturantes de química para o ensino médio, considerando seu objeto de estudo/ensino: Substâncias e materiais.

Entende-se por conteúdos estruturantes os conhecimentos de grande amplitude que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para a compreensão de seu objeto de estudo e ensino.

São conteúdos estruturantes de química:

MATÉRIA E SUA NATUREZA

É o conteúdo estruturante que dá início ao trabalho pedagógico da disciplina de Química por se tratar especificamente de seu objeto de estudo: a matéria e sua natureza.

É preciso que ao final do ano letivo o aluno reconheça:

- Que a Química é uma ciência que estuda os materiais e os processos pelos quais eles são retirados da natureza e transformados pelos seres humanos;
- A importância dos conceitos fundamentais e como aplicá-los no dia-a-dia;
- Que a Química é uma ciência que está em constante evolução, por isso a necessidade de uma aprendizagem fundamentada na história da disciplina.

BIOGEOQUÍMICA

É a parte da Geoquímica que estuda a influência dos seres vivos sobre a composição química da Terra, caracteriza-se pelas interações existentes entre hidrosfera, litosfera e atmosfera e pode ser bem explorada a partir dos ciclos biogeoquímicos.

É preciso que ao final do ano letivo o aluno reconheça:

• As complexas relações existentes entre a matéria viva e não viva da biosfera, suas propriedades e modificações ao longo dos tempos para aproximar ou interligar saberes biológicos, geológicos e químicos;
• A importância da utilização correta de métodos para controle de insetos nas práticas agrícolas, para que não ocorra contaminação humana nem ambiental;
• Todos os conceitos estudados e perceba a necessidades de suas aplicações.

QUÍMICA SINTÉTICA

Esse conteúdo estruturante tem sua origem na síntese de novos produtos e materiais químicos e permite o estudo dos produtos farmacêuticos, da indústria alimentícia (conservantes, acidulantes, aromatizantes, edulcorantes), dos fertilizantes e dos agrotóxicos.

É preciso que ao final do ano letivo o aluno reconheça:
• Que o conhecimento químico atrelado ao conhecimento técnico, favorece o desenvolvimento de numerosas indústrias;
• A importância da Química Sintética, pois cumpre um papel de estudar a síntese de novos materiais e o aperfeiçoamento dos que já foram sintetizados.

2) CONTEÚDOS ESTRUTURANTES / BÁSICOS

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
- Matéria e sua natureza. - Biogeoquímica - Química Sintética	- A matéria e suas transformações; - A evolução dos modelos atômicos; - A classificação periódica dos elementos; - As ligações químicas; - Funções químicas inorgânicas; - As reações químicas; - Massa atômica e massa molecular; - Soluções; - Propriedades coligativas; -Termoquímica; - Cinética química; - Equilíbrios químicos; - Eletroquímica; - Reações nucleares; - Funções químicas orgânicas; - Isomeria; - Reações orgânicas; - Polímeros.

3) METODOLOGIA DA DISCIPLINA

É importante que o processo pedagógico parta do conhecimento prévio dos estudantes, no qual se incluem a ideias pré-concebidas sobre o conhecimento da química, ou as concepções espontâneas, a partir das quais será elaborado um conceito científico.

A concepção espontânea sobre os conceitos que o estudante adquire no seu dia-a-dia, na interação com os diversos objetos no seu espaço de convivência, faz-se presente no início do processo de ensino-aprendizagem. Por sua vez, a concepção científica envolve um saber socialmente construído e sistematizado, que requer metodologias específicas para ser disseminado no ambiente escolar. A escola é, por excelência, o lugar onde se lida com o conhecimento científico historicamente produzido.

A utilização de modelos no ensino de química, para descrever comportamentos microscópios, é um dos fundamentos dessa disciplina. Os modelos são propostas provisórias para explicar determinados fenômenos e atendem a interesses na evolução e investigação da matéria e sua natureza. O professor de química deve utilizar os modelos para explicar determinadas ocorrências e fenômenos químicos.

Espera-se que, no uso do laboratório, o professor considere também os encaminhamentos realizados numa aula teórica. As atividades experimentais, utilizando ou não o ambiente do laboratório escolar convencional, podem ser o ponto de partida para a apreensão de conceitos e sua relação com as idéias a serem discutidas em aula.

Pesquisadores em educação recomendam textos científicos para o ensino de química. No entanto, ao trabalhar um texto devem-se tomar alguns cuidados. É preciso selecioná-lo considerando alguns critérios, tais como: linguagem, conteúdo, o aluno a quem se destina o texto e, principalmente, o que pretende o professor atingir ao propor a atividade de leitura.

Faz-se necessário uma reflexão crítica do professor quanto ao uso de um recurso tecnológico – retroprojetores, televisores, aparelhos de vídeo cassete e DVD, computador, dentre outros – e a forma de incorporação à sua ação pedagógica. A partir daí, se estabelece o uso de um recurso tecnológico em função

do conteúdo a ser ministrado e da realidade escolar.

O contexto complexo no qual a escola está inserida, tem levado o profissional da educação a se defrontar com o desafio de buscar soluções para questões de toda ordem, ligadas às dimensões sociais, culturais, éticas, econômicas, ambientais e estruturais.

Nessa conjuntura, o conteúdo programático que se refere à história e cultura afro-brasileira e indígena incluirá diversos aspectos da história e da cultura, conforme lei nº 11.645/08 e lei n°10.639/03, que caracterizam a formação da população brasileira a partir desses dois grupos étnicos, tais como o estudo da história da África e dos africanos, a luta dos negros e povos indígenas do Brasil, a cultura negra indígena e negra brasileira e o negro e o índio na formação da sociedade nacional, resgatando as suas contribuições nas áreas social, econômica e política, pertinentes à história do Brasil.

Os conteúdos referentes à história e cultura afro-brasileira e dos povos indígenas brasileiros serão ministrados no âmbito de todo currículo escolar.

A lei nº 9.795/99, referente a educação ambiental, em seu art. 2° afirma que a educação ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo.

Seu objetivo é a disseminação do conhecimento sobre o ambiente, a fim de ajudar à sua preservação e utilização sustentável dos seus recursos. É uma metodologia de análise que surge a partir do crescente interesse do homem em assuntos como o ambiente devido às grandes catástrofes naturais que têm assolado o mundo nas últimas décadas.

Pensar em sexualidade na escola implica em, muitas vezes, reconsiderar posições, conceitos e pré-conceitos. Nesse sentido, a educação escolar apresenta o caminho para o estabelecimento de uma educação sexual que visa, ao mesmo tempo que o respeito à livre orientação sexual em consonância com relações igualitárias de gênero, classe, raça/etnia, a construção de um ambiente pedagógico onde os conhecimentos científicos acerca deste assunto possam ser difundidos com domínio e prioridade.

A cidadania e os direitos humanos, em sua essência busca os princípios da dignidade humana, respeitando os diferentes sujeitos de direito e fomentando maior justiça social. Elaborar e implementar o Plano Estadual de Educação em

Direitos Humanos nos estabelecimentos da rede estadual de ensino, configuram-se importantes desafios.

Com o intuito de acompanhar as discussões sobre Educação em Direitos Humanos, registra-se a participação da Secretaria de Educação no Fórum Permanente que trata do referido assunto. Essa demanda responde também por ações interinstitucionais de acompanhamento e fomento dos seguintes programas federais:

Programa Bolsa Família: Programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de vulnerabilidade social, mediante certas condicionantes legais, realizando o acompanhamento da freqüência escolar dos alunos beneficiados.

Educação Fiscal - Programa Nacional Educação Fiscal/PNEF, tem como objetivos:

- estimular o cidadão a refletir sobre a função socieconômica dos tributos;
- possibilitar aos cidadãos o conhecimento sobre a administração pública;
- incentivar a sociedade a acompanhar a aplicação dos recursos públicos;
- criar condições para uma relação harmoniosa entre o Estado e o cidadão;
- formar tutores através da Escola Fazendária, para que os mesmos atuem na formação de Disseminadores da Educação Fiscal.

Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI: Articula um conjunto de ações visando a retirada de crianças e adolescentes de até 16 anos de idade das práticas de trabalho infantil, por meio de atividades culturais, esportivas, artísticas e de lazer, em período complementar ao da Escola.

Programa Escola Aberta: Aproxima escola e comunidade, ampliando os espaços de acesso e promoção da cidadania por meio de atividades durante os finais de semana.

Programa Saúde na Escola: Promove a intersetorialidade entre os Ministérios da Educação e da Saúde. A finalidade é contribuir para formação integral dos estudantes da rede pública da Educação Básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde.

O enfrentamento à violência, busca implantar ações que garantam as políticas públicas de enfrentamento às violências no âmbito escolar, bem como a efetiva articulação com a Rede de Proteção Social dos Direitos das Crianças e Adolescentes.

Programa de Educação das Unidades Socioeducativas – PROEDUSE: Tem por objetivo atender as necessidades específicas dos educandos em privação de liberdade nas Unidades Socioeducativas de internação e de internação provisória garantindo a escolarização básica no Ensino Fundamental e/ou Médio por meio do Departamento de Educação de Jovens e Adultos.

A prevenção ao uso indevido de drogas trata-se de demanda que visa capacitar os profissionais da educação através da fundamentação teórica e formação continuada, numa perspectiva crítica, histórica e pedagógica. Ordinariamente, são promovidas discussões em reuniões pedagógicas, inserindo-se esse tema nas disciplinas curriculares. Extraordinariamente, além de oferecer suporte especial à escola, também são propostas ações em parceria com outras instituições.

Os conteúdos serão abordados tendo como apoio o livro didático, que poderão ser utilizados em sala de aula ou em forma de pesquisas. As aulas serão expositivas e participativas, com utilização de recursos audiovisuais. A explicação do conteúdo levará em consideração as experiências vividas pelos alunos, bem como sua realidade. Serão realizadas experiência em laboratório e em sala de aula, debates, leitura e interpretação de textos didáticos e informativos e resoluções de exercícios para que haja uma maior interação entre o conteúdo abordado e sua utilização na vida prática, também serão propostas visitas as indústrias, tendo como objetivo a aquisição de novos conhecimentos.

4) AVALIAÇÃO

Em química, o principal critério de avaliação é a formação de conceitos científicos. Trata-se de um processo de "construção e reconstrução de significados dos conceitos científicos" . Valoriza-se assim, uma ação pedagógica que considere os conhecimentos prévios e o contexto social do aluno, para (re)construir os conhecimentos físicos. Essa (re)construção acontecerá por meio das abordagens histórica, sociológica, ambiental e experimental dos conceito físicos.

De acordo com a Lei de Diretrizes e Bases da Educação n. 9394/96, a avaliação deve ser formativa e processual, levando em conta o conhecimento prévio do aluno.

A avaliação deve levar em conta a apropriação dos conceitos, leis e teorias que compõem o quadro teórico de química pelos estudantes. Isso pressupõe o acompanhamento constante do progresso do estudante quanto à compreensão dos aspectos históricos, filosóficos e culturais, da evolução das ideias em química e da não neutralidade da ciência.

Considerando sua dimensão diagnóstica, a avaliação é um instrumento tanto para que o professor conheça seu aluno, antes que inicie o trabalho com os conteúdos escolares, quanto para o desenvolvimento das outras etapas do processo educativo. Dessa maneira é necessário que os critérios e instrumentos de avaliação fiquem bem claros para os alunos, de modo que se apropriem efetivamente de conhecimentos que contribuam para uma compreensão ampla do mundo em que vivem. Os critérios decorrem dos conteúdos, isto é, uma vez selecionados os conteúdos essenciais que serão sistematizados, o professor definirá os critérios que serão utilizados para avaliar os alunos.

Os instrumentos de avaliação para o ensino de química se adequarão a cada conteúdo trabalhado, como: debates, seminários, relatórios, leitura e interpretação de textos científicos e informativos, resoluções de exercícios, exposições e prova escrita, sendo realizada de forma diagnóstica, contínua e cumulativa prevalecendo aspectos qualitativos.

A recuperação de estudos será paralela e concomitante, contemplando o que preceitua o projeto político pedagógico e o regimento do nosso Colégio.

5 REFERÊNCIAS

COVRE, Geraldo José – Química Total – FTD, São Paulo, 2001.

Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná – Química – Curitiba 2009.

FELTRE, Ricardo – Volume 1 – Química Geral – Editora Moderna., 6ª edição, São Paulo, 2004.

FELTRE, Ricardo – Volume 2 – Físico Química – Editora Moderna., 6ª edição, São Paulo, 2004.

FELTRE, Ricardo – Volume 3 – Química Orgânica – Editora Moderna., 6ª edição, São Paulo, 2004.

MACEDO, Magno Urbano; CARVALHO, Antônio – Coleção Horizontes: Química - Instituto Brasileiro de Edições Pedagógicas (IBEP), São Paulo.

MORTIMER, Eduardo Fleury & MACHADO, Andréa Horta – Química: Volume único. Editora Scipione, São Paulo – SP, 2007.

NOBREGA, Olímpio Salgado et al – Química: Volume único. Editora Ática, São Paulo – SP, 2007.

PEQUIS, Projeto de Ensino de Química e Sociedade – Química & Sociedade: Volume único. Editora Nova Geração, São Paulo – SP, 2005.

PERUZZO, Tito Miragaia; CANTO, Eduardo Leite – Coleção Base: Química – Editora Moderna Ltda, 1ª edição, São Paulo, 2000.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO do Colégio Estadual José de Anchieta – Ens. Fundamental, Médio e Normal.

REGIMENTO Escolar do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal.

SARDELLA, Antônio – Curso Completo de Química – Editora Ática, 3ª edição, São Paulo, 1999.

_____, Antônio – Série Novo Ensino Médio: Química – Editora Ática, 1ª edição, 3ª impressão, São Paulo, 2003.

www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/diaadia/educadores

www.educacaoambiental.com.br

www.quimica.seed.pr.gov.br

www.wikipedia.org

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E NORMAL.

CURSO: ENSINO MÉDIO

PROFESSORES: Marcia de F. Vissosi da Silva, Marina P. Pereira da Silva, Moisés Castro e Souza, Silvana Lúcia R. Piva

ANO LETIVO: 2012

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE SOCIOLOGIA

1) APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Estamos no momento de grandes transformações presentes no dia-a-dia de nossas relações e ações sociais, mudanças que envolvem principalmente as políticas educacionais e as estruturas das instituições escolares, em especial aqui o ensino médio, sendo claro no contexto da educação básica que a Lei nº 9.394/96 destaca priorizar um currículo de forma orgânica, num processo permanente de interdisciplinaridade e transdicisplinaridade. Proposta esta presente no Art.36, segundo o qual o currículo do Ensino Médio “destacará a educação tecnológica básica, a compreensão do significado da ciência, das letras e das artes: o processo histórico de transformação da sociedade e da cultura: a língua portuguesa como instrumento de comunicação, acesso ao conhecimento e exercício da cidadania”. Sendo que, os conteúdos, as metodologias e as formas de avaliação deverão ser organizados e pensados para que os alunos adquirem e demonstre o domínio das produções científicas e da linguagem contemporânea, bem como os conhecimentos de filosofia e sociologia necessários ao exercício da cidadania.

Nesta perspectiva vale pensar sobre a realidade atual dos sujeitos que estão presentes nas escolas públicas, em especial pensemos no ensino médio, com nos traz a reflexão a diretrizes curricular de sociologia, quando esta retrata as últimas mudanças que as escolas públicas brasileiras têm vivenciado, escolas estas que passou a atender cada vez maior um número de estudantes oriundos das classes populares. Sendo estes, um sujeito presente de seu tempo histórico, das relações sociais em que está inserido, bem como tem uma abordagem própria do mundo a partir de suas vivências devido sua compreensão e participação possível

neste enfoque, assim a escola como espaço de conhecimento deve priorizar o acesso ao conhecimento produzido pela humanidade, sendo veiculado pelos conteúdos das disciplinas escolares, sendo de fundamental importância essa visão para os alunos das classes menos favorecidas, sendo quase sempre a escola o único espaço de acesso ao mundo letrado, do com conhecimento científico, da reflexão filosófica e do contato com a arte. Em suma a escola como instituição social, deverá atender a todos independente de sua condição social, econômica, etnia e cultura e às possíveis necessidades especiais, priorizando a aprendizagem dos conhecimentos a cada um.

Assim, entende-se a escola como o espaço do confronto e diálogo entre os conhecimentos sistematizados e os conhecimentos do cotidiano popular. Dessa forma as diretrizes curriculares destacam a importância dos conteúdos curriculares e do papel do professor como autor de seu plano de ensino, assim eles participam ativamente da constante construção curricular, fundamentando-se para a organização do trabalho pedagógico a partir de conteúdos estruturantes presentes em cada disciplina.

Nesta nova perspectiva sobre o direcionamento do trabalho pedagógico e do currículo, destaca-se a disciplina de sociologia neste momento histórico, disciplina esta que possui uma abordagem histórica no âmbito escolar como nos retrata que:

> A sociologia é fruto do seu tempo, um tempo de grandes transformações sociais que trouxeram a necessidade de a sociedade e a ciência serem pensadas. Nesta encruzilhada da ciência, reconhecida como saber legítimo e verdadeiro, a sociedade a clamar mudanças e a absorvê-las, nasceu a Sociologia. Portanto, no auge da modernidade do século XIX surge, na Europa, uma ciência disposta a dar conta das questões sociais, que porta os arroubos da juventude e forja sua pretensa maturidade científica na crueza dos acontecimentos históricos sem muito tempo para digeri-los. (DCEs – Sociologia,2008,p.38).

Como Ciência, a Sociologia demarcou-se na linha do pensamento positivista, vinculada à ordem das Ciências Naturais, a qual é bastante valorizada na época (século XIX), ligada à lógica das ciências ditas “experimentais”. Sendo representante desse pensamento Augusto Comte (1798-1857), o primeiro a usar o termo Sociologia, relacionando-o com a ciência da sociedade e, Èmile Durkheim

(1854-1917), que enfocou a linha adotada por Comte, em especial a de ordem social.

Esses pensadores tiveram suas inquietações mobilizadas no final do século XIX, após a Revolução Industrial, inquietações que em muitos aspectos se aproximam das preocupações contemporâneas. Tendo em comum a busca de soluções para os graves problemas sociais gerados pelo modo de produção capitalista, isto é, a miséria, o desemprego e as consequentes greves e rebeliões operárias.

Cada um desses sintomas sociais foi analisado por esses pensadores como desvios ou anomalias da sociedade, que poderiam ser corrigidos ou mesmo solucionados pelo resgate de valores morais - como a solidariedade - os quais restabeleceriam relações estáveis entre as pessoas, independentemente da classe social a que pertencessem. Um dos mecanismos responsáveis por essa tarefa seria a educação, capaz de adequar devidamente os indivíduos à nova sociedade.

Apesar de sua origem conservadora e de sua proposta inicial conformista, a Sociologia desenvolveu também um olhar crítico e questionador sobre a sociedade. O pensador alemão Karl Marx (1818-1883) trouxe importantes contribuições ao pensamento sociológico, porque desnudou as relações de exploração que se estabeleceram a partir do momento em que uma determinada classe social apropriou-se dos meios de produção e passou a deter e conduzir os mecanismos (as ações) da sociedade.

Para Marx, a teoria apenas tem sentido se transformada em práxis, ou seja, em ação fundamentada politicamente, para transformar as estruturas de poder vigente e construir novas relações sociais, fundadas na igualdade de condições a todos os indivíduos.

Outra importante contribuição ao pensamento sociológico crítico e revolucionário pode ser encontrada nos escritos do italiano Antonio Gramsci (1891-1937), cujas análises foram incorporadas principalmente às pesquisas sociológicas e educacionais. No Brasil, tanto as idéias conformistas quanto as revolucionárias exerceram forte influência na formação do pensamento sociológico brasileiro.

Após a instalação da República, autores como Silvio Romero (1851-1914), Euclides da Cunha (1866-1909) e Oliveira Vianna (1883-1951), entre

outros, considerados conservadores, configuraram uma tradição ensaísta - sem uma preocupação especificamente científica - preocupada em pensar o que seria a identidade cultural nacional. Temas como raça e cultura eram o foco desses estudos. A grande questão era construir, delinear e definir a brasilidade.

Na década de 1930, ressaltam-se as contribuições de Gilberto Freyre e Fernando de Azevedo que, em suas obras, analisaram com maior rigor científico a realidade brasileira e procuraram estabelecer sínteses explicativas do Brasil.

Como forma de pensar e explicar a sociedade capitalista, o marxismo teve fortes repercussões no Brasil, notadamente a partir de 1930, com a criação da Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo (1933), da Universidade de São Paulo (1934) e da Universidade do Distrito Federal (1935). Esses novos institutos universitários tornaram-se centros aglutinadores de intelectuais importantes.

Intelectuais esses que apresentaram uma produção sociológica significativa que, somada à presença de professores estrangeiros convidados, sobretudo os da chamada Missão Francesa - o primeiro grupo de professores contratados pára inaugurar, em São Paulo, os cursos da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras da USP, em 1934 - contribuíram para que a Sociologia no Brasil se firmasse. Uma nova geração de sociólogos definiria em seguida os rumos desse conhecimento.

Abordar a história do ensino da Sociologia no Brasil significa percorrer um caminho marcado por intermitências. As idas e vindas da disciplina às grades curriculares das escolas de ensino secundário demonstram a dificuldade em firmar-se como área do conhecimento fundamental para a formação humana e seu atrelamento a interesses e vontades políticas.

A adoção da disciplina nos cursos secundários ocorreu no início da República (1891), vinculada à disciplina de Moral, embora ainda não existissem cursos de formação de professores em nível superior nessa área. Em 1901, o Decreto nº3890, de 1º de janeiro, retirou a disciplina oficialmente dos currículos escolares. O retorno ocorreria somente em 1925, na escola secundária Colégio Pedro II, no Rio de Janeiro, e em 1928 passaria a ser

ministrada nas escolas de formação de professores e no chamado ciclo complementar para quem desejasse frequentar cursos superiores nas áreas de Direito, Ciências Médicas, Engenharia e Arquitetura.

Os anos de 1930 foram de fundamental importância para a história do ensino da Sociologia no Brasil. A criação dos Cursos Superiores de Ciências Sociais na Escola Livre de Sociologia e Política de São Paulo e da própria Universidade de São Paulo possibilitou não apenas o desenvolvimento da pesquisa sociológica, mas, também, a consequente formação de quadros intelectuais e técnicos para pensar o país e para dar suporte às políticas públicas em expansão, durante o Estado Novo.

Contudo, um dos motivos centrais da força que a Sociologia ganhou nesse período foi sua maciça introdução nos cursos de formação de professores. A intenção do ensino de Sociologia era que a disciplina se "livrasse" de seu traço de tradição bacharelesco.

Com a instalação do Estado Novo, no governo de Getúlio Vargas, várias medidas educacionais foram tomadas para reforçar as ideias de nacionalismo. A chamada Reforma Capanema (1942) retirou a obrigatoriedade do ensino de Sociologia nas escolas secundárias; como consequência, a disciplina praticamente desapareceu dos currículos escolares. Essa alternância - ora a obrigatoriedade, ora não - seria constante na trajetória do ensino da Sociologia no Brasil.

Na década de 1950 e início da década de 1960 é que a Sociologia passou a fazer parte dos currículos dos cursos de Ciências Sociais e também de outros cursos superiores, especialmente os da área das Ciências Humanas. Ampliou-se, assim, a formação da Sociologia para o Ensino Médio; entretanto, ela ainda não estava com presença permanente nos currículos dos cursos secundários.

Durante a ditadura militar, na década de 1970, a Sociologia continuou excluída das grades curriculares dos cursos secundários e permaneceu apenas nos cursos de formação para magistério e constantemente substituída pela disciplina de Fundamentos da Educação.

A promulgação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (Lei 9394/96) abriu novas perspectivas para a inclusão da Sociologia nas grades

curriculares, uma vez que dita no art.36, §1°, inciso III, a importância do "domínio dos conhecimentos de Filosofia e Sociologia necessários ao exercício da cidadania". Contudo, durante a regulamentação da Lei, foi alterado profundamente o seu sentido, pois as Diretrizes Curriculares do Ensino Médio apresentaram como proposta o tratamento interdisciplinar dos conteúdos de Sociologia e esvaziaram, portanto, sua especificidade e seu caráter de obrigatoriedade.

Na realidade contemporânea, não há mais espaço para discussões pretensamente neutras, como se fazia no século XIX; pois, no presente, a Sociologia tem a função de ir além da leitura e da interpretação teórica da sociedade. De fato, tornou-se questionável explicar e compreender normas sociais e institucionais, pelo interesse de simplesmente adaptar sujeitos ao meio ou, mesmo, para que eles façam a mera crítica da sociedade. Espera-se da disciplina de Sociologia que ela contribua para que os sujeitos - nesse contexto, os envolvidos no processo pedagógico - tenham recursos para desconstruir e desnaturalizar conceitos tomados historicamente como irrefutáveis, de maneira que melhorem seu senso crítico e também possam transformar a realidade e conquistar mais participação ativa na sociedade.

Desde a sua constituição como conhecimento sistematizado, a Sociologia tem contribuído para ampliar o conhecimento dos homens sobre sua própria condição de vida e, fundamentalmente, para a análise das sociedades, ao compor, consolidar e alargar um saber especializado, pautado em teorias e pesquisas que esclarecem muitos problemas da vida social.

A partir desse enfoque procura-se dar um tratamento teórico aos problemas decorrentes do modo como a sociedade está organizada, focalizando os seguintes objetivos:

- compreender o enfoque histórico da sociologia, bem como as concepções sociológicas de seus pensadores;

- levar o aluno a discutir e compreender as desigualdades sociais e econômicas decorrentes na sociedade;

- conhecer e interpretar sobre as origens das formas de poder que predominam e mobilizam as sociedades;

- analisar e perceber as ideologias que interessam ao poder e às

ações humanas;

- abordar o estudo dos conflitos étnico-raciais, a cultura, os estilos de vida individualistas e consumistas;

- reconstruir dialeticamente com o aluno os conhecimentos de que ele já dispõe, para um nível de compreensão mais elaborada, para que possa intervir e transformar as práticas sociais cristalizadas.

Procurando assim, despertar o interesse do aluno para a sociedade do qual está inserido, observando as questões sociais, sensibilizando-se com as transformações atuais, procurando e preparando-se para uma intervenção responsável na vida social e para o exercício da cidadania.

Visto que a Sociologia tem uma enorme caminhada histórica a qual caminha paralela com a evolução do conhecimento humano e das transformações que o mesmo fez e continua realizando no meio no qual está inserido, nesta perspectiva que o professor fará e perceberá a importância da disciplina para os alunos do Ensino Médio, pois são estes que estarão em um futuro próximo transformando essa sociedade. Sociedade a qual eles precisam conhecer sua historicidade, diversidade, conflitos. Focando sempre esse sujeito a problematizar, a pesquisar, refletir, a organizar o pensamento e elaborara a teoria, para que possa sair do senso comum e atingir o conhecimento científico.

2) CONTEÚDOS ESTRUTURANTES / BÁSICOS DE SOCIOLOGIA

No ensino médio, o estudo da Sociologia, é de suma importância. Tendo como objetivo levar os alunos a terem seu primeiro contato com as teorias que se propõe explicar os processos e relações sociais evidentes em nosso tempo.

Para que o aluno possa compreender os fatos sociais de nosso tempo e se apropriar do conhecimento sociológico, se faz necessário que ele entre em contato com as teorias sociológicas que mostram o surgimento social através de seus autores clássicos, como: Augusto Comte, Émile Durkheim, Max Weber e Karl Marx, os quais vem proporcionar o conhecimento do pensamento sociológico e conduzir uma ponte para as discussões das novas tendências sociais, proporcionando uma análise crítica da realidade social em que estamos vivendo.

Conteúdo Estruturante: O Processo de Socialização e as Instituições Sociais.

- Conteúdos Básicos:

- A sociedade e os grupos sociais;

- Instituições sociais: familiares; escolares e religiosas;

- Instituições de reinserção (prisões, manicômios, educandários, asilos, etc.).

Conteúdo Estruturante: Poder, Política e Ideologia.

-Conteúdos Básicos:

- Formação e desenvolvimento do estado moderno;

- Conceitos de poder, ideologia, dominação e legitimidade;

- Estado no Brasil;

- Democracia, autoritarismo, totalitarismo;

- As expressões da violência nas sociedades contemporâneas.

- Prevenção ao uso indevido de drogas

Conteúdo Estruturante: Direitos, Cidadania e Movimentos Sociais.

- *Conteúdos Básicos:*

- Direitos civis, políticos e sociais;

- Direitos humanos;

- Conceito de cidadania;

- Programa Bolsa família

- Programa de Erradicação do Trabalho Infantil

- ECA: Estatuto da Criança e do Adolescente

- Educação Fiscal

- Movimentos sociais;

- Movimentos sociais no Brasil;

- A questão ambiental e os movimentos ambientalistas;

- A questão da ONG's.

Conteúdo Estruturante: Trabalho, Produção e Classes Sociais.

- Conteúdos Básicos:

- O conceito de trabalho e o trabalho nas diferentes sociedades.

- Desigualdades sociais: estamentos, castas e classes sociais;

- Trabalho rural e urbano.

Conteúdo Estruturante: Trabalho, Produção e Classes Sociais.

_*Conteúdos Básicos:*

- Organização do trabalho nas sociedades capitalistas e suas contradições;

- Globalização e Neoliberalismo:

- Trabalho no Brasil;

- Relações de trabalho.

Conteúdo Estruturante: Cultura e Indústria Cultural.

- *Conteúdos Básicos:*

- O desenvolvimento antropológico do conceito de cultura e sua contribuição da análise das diferentes sociedades;

- Identidade,

- Diversidade cultural;

- Cultura dos povos indígenas;

- Cultura afro-brasileira e Africana

- Relações de gênero;

- Multiculturalismo;

- Cultura afro-brasileira e culturas indígenas.

- Cultura indígena paranaense

- Meios de comunicação de massa;

- Sociedade de consumo;

- Indústria cultural no Brasil.

3) METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Para o ensino da Sociologia no Ensino Médio, propõe-se que sejam redimensionados aspectos da realidade por meio de uma análise didática e crítica dos problemas sociais, visto que a dinâmica da sociedade e do conhecimento científico que os acompanha é provisória, e, portanto, não-constitutiva de uma dimensão de totalidade.

No ensino de Sociologia, é fundamental a adoção de múltiplos instrumentos metodológicos, os quais devem adequar-se aos objetivos pretendidos, seja a exposição, a leitura e esclarecimento do significado dos conceitos e da lógica dos textos (teóricos, temáticos, literários), a análise, a discussão, a pesquisa de campo e bibliográfica, o livro público, os recursos tecnológicos (pendrive, D.V.D., televisão multimídia, internet, etc.) entre outros.

Assim como os conteúdos estruturantes e básicos deles derivados, os encaminhamentos metodológicos e o processo de avaliação ensino-aprendizagem também devem estar relacionados à própria construção histórica da Sociologia crítica, caracterizada, portanto, por posições teóricas e práticas favorecedoras do desenvolvimento de um pensamento criativo e instigante.

Diretrizes sugerem que a disciplina seja iniciada com uma breve contextualização da construção histórica da Sociologia e das teorias sociológicas fundamentais, as quais devem ser constantemente retomadas, numa perspectiva crítica, para fundamentar teoricamente as várias possibilidades de explicação sociológica.

O aluno do Ensino Médio deve ser considerado em sua especificidade etária e em sua diversidade cultural; isto é, além de importantes aspectos como a linguagem, interesses pessoais e profissionais e necessidades materiais, deve-se ter em vista as peculiaridades da região em que a escola está inserida e a origem social do aluno, para que os conteúdos trabalhados e a metodologia escolhida respondam às demandas desse grupo social.

Na perspectiva de que todo o conhecimento é histórico e guarda um

gama de elementos que contribui para a mudança da realidade, é de suma importância para o desenvolvimento da disciplina e do aluno enquanto sujeito social e agente dessa sociedade, o trabalho constante e preciso sobre os enfrentamentos da realidade atual explícito nas Lei 11645/ da história e cultura dos povos indígenas, a Lei 10639/03 da história e cultura afro-brasileira e africana e a Lei 9795/99 da política nacional de educação ambiental: cidadania e direitos humanos, educação fiscal, enfrentamento à violência na escola, prevenção ao uso indevido de drogas. Temas que serão abordados frente a todo conteúdo sociológico que busque seu direcionamento para os mesmo, visto que, é a realidade que o aluno se depara na sociedade, no seu convívio, realidade a qual deverá entender e saber como enfrentar.

Aprender a entender e pensar sobre a sociedade em que vivemos, consequentemente agir nas diversas instâncias sociais, implica antes de tudo uma atitude ativa e participativa, sendo o que mais importa é que o aluno seja constantemente provocado a relacionar a teoria com o vivido, a rever conhecimentos e a reconstruir coletivamente novos saberes. Para isso propomos um trabalho voltado para o aluno, como sujeito da ação, utilizando textos e atividades diversificadas com as novas tecnologias estimulando o aluno a refletir-se na ação como cidadão atuante e participativo. Tendo o objetivo de familiarizar o educando com os principais conceitos sociológicos e estimular a reflexão sobre essa ciência da sociedade. Situação que estará mais clara a partir do momento que conseguirmos relacionar as discussões teóricas às situações concretas vivenciadas em nosso cotidiano, ou seja, em relação à realidade do educando. Em suma, a ideia é estimular o debate e a reflexão crítica sobre a nossa inserção cidadã na sociedade.

4) AVALIAÇÃO

A avaliação no ensino da Sociologia deve perpassar todas as atividades relacionadas à disciplina e ser pensada e elaborada de forma transparente e coletiva, ou seja, seus critérios devem ser debatidos, criticados e acompanhados por todos os envolvidos no processo pedagógico.

Ao avaliar, o professor deve acompanhar as próprias práticas de ensino e de aprendizagem da disciplina, ou seja, a reflexão crítica nos debates, nos acompanhamentos dos textos ou filmes, a participação nas pesquisas de campo, a produção de textos que demonstrem capacidade de articulação entre teoria e prática.

Também as mudanças na maneira de olhar os problemas sociais, ou seja desnaturalizar conceitos formados historicamente como imutáveis, dessa maneira a iniciativa e a autonomia para tomar atitudes diferenciadas e criativas propiciando o melhoramento do senso crítico e a conquista do aluno de uma maior participação na sociedade., sendo possível entender que a avaliação não será somente para o aluno, mas também a toda comunidade escolar, procurando-se auto-avaliarem em suas próprias práticas e princípios, voltados para os problemas sociais e democráticos.

A avaliação no ensino médio de Sociologia, segundo as diretrizes deverá estar pautada numa concepção formativa e continuada, direcionando a avaliação como mecanismo de transformação social. Nessa demanda a instituição visa também uma avaliação somativa pelos instrumentos onde trabalhos, pesquisas, produção de texto, testes, entre outros, sendo estas as avaliações com peso 5,0 (cinco) e a avaliação trimestral terá peso 5,0 (cinco), somando as duas notas para determinar a média. Ocorrendo e oportunizando sempre segundo o regimento a recuperação de ambas as avaliações para os alunos, recuperação esta que será de retomada dos conteúdos e de instrumentos que terá peso 10,0 (dez), com caráter substitutivo, ou seja, prevalecerá a nota maior para aferição da média final do trimestre, frente às notas das avaliações que ocorreram no trimestre e a nota da recuperação trimestral, normas estas previstas nos documentos que norteiam a instituição até presente data.

5) REFERÊNCIAS

BRASIL/MEC, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.** Brasília – DF, 2004.

BRASIL/MEC, **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, nº 9394/96.** MEC,1996.

PARANÁ/SEED. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Sociologia.** Curitiba, 2008.

PORTAL,DIA-A-DIAEDUCAÇÃO. **http:///www.diaadiaeducacao.pr.gov.br.**

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP), do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal; 2012.

REGIMENTO ESCOLAR, do Colégio Estadual José da Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal; 2012.

SEED, **Sociologia – Ensino Médio**. Livro didático público, 2ª edição – Curitiba, 2007.

TOMAZI, Dacio Tomazi - **Sociologia para o Ensino Médio.** Livro Didático. Ed. Saraiva. v. único- 2ª edição, São Paulo, 2010.

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E NORMAL.
CURSO: ENSINO MÉDIO
PROFESSORES: Luzia Irene Plaça Farias, Maria Lúcia Sanches Razaboni
ANO LETIVO: 2012

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE LÍNGUA ESTRANGEIRA MODERNA – INGLÊS

1) APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

No Brasil, o ensino de línguas estrangeiras está vinculado à organização social e histórica do país. No início da colonização, os jesuítas ensinavam latim às comunidades indígenas com o propósito de dominação e expansão do catolicismo. De 1581 a 1640, período em que se estabeleceu a União Ibérica, os jesuítas foram considerados pelos espanhóis um entrave para as demarcações territoriais, o que culminou com a expulsão da Ordem dos territórios portugueses na América. A partir de 1759, foi constituído o ensino régio no Brasil, o qual era garantido pelo Estado. A língua estrangeira oferecida continuava sendo o latim e os professores contratados eram não -religiosos.

O ensino de línguas modernas ganhou reconhecimento com a chegada da família real ao Brasil e abertura dos portos ao comércio. Os currículos passaram a oferecer o Inglês e Francês visando o intercâmbio comercial. Em 1837, foi fundado o Colégio Pedro II que se tornou modelo por quase um século, as línguas ensinadas ali eram o francês, o inglês e o alemão. De 1929 a 1931, a língua italiana também foi ofertada neste colégio.

A abordagem tradicional, que tinha como método ensinar através da escrita e da gramática, durou desde a educação jesuítica até o advento da Reforma Francisco Campos, a qual instituiu o Método Direto. Neste, a língua materna perdia a função de mediadora no processo de aprendizagem, o professor se comunicava exclusivamente em língua estrangeira durante as aulas.

No governo Vargas (1937), o francês apresentava pouca vantagem em relação ao inglês. O espanhol começou a ser ensinado em detrimento ao alemão, o

italiano e o japonês por motivo da 2ª Guerra Mundial, e o latim permaneceu como língua clássica. A língua espanhola foi valorizada como língua estrangeira porque representava um modelo de patriotismo a ser seguido pelos estudantes e o respeito do povo espanhol às suas tradições.

Com o tempo, o ensino de língua inglesa foi fortalecido e se deu pela dependência econômica e cultural do Brasil em relação aos Estados Unidos. O inglês teve garantia curricular por ser o idioma mais utilizado no comércio internacional.

Após a Segunda Guerra, a partir de 1950, a educação no Brasil passou a direcionar o foco para a profissionalização do estudante, visando, sobretudo, o desenvolvimento econômico do país. Com a promulgação da LDB nº 4024, em 1961, os estados ficaram desobrigados a manter nos currículos o ensino de LE. Este, por sua vez, ficou ainda mais desprestigiado com a ascensão dos militares ao comando do Brasil. Os militares alegavam que as línguas estrangeiras eram prejudiciais à cultura brasileira e ainda, que a escola não deveria ser porta de entrada de meios anticulturais. Em 1976, o ensino de LE voltou a ser prestigiado e obrigatório no 2° grau e recomendado no 1º grau. Porém, uma condição gerou insatisfação ao quadro de professores: o número de aulas ficou reduzido a uma aula semanal.

No Paraná houve movimentos de professores insatisfeitos com o modelo de currículo para LE e dessa insatisfação surgiu o Centro de Línguas Estrangeira no Colégio Estadual do Paraná. Com a mobilização de professores organizados em associações, a Secretaria de Estado da Educação oficializou a criação dos Centros de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEMs) em 1986.

Baseada em dar suporte aos educandos sobre a cultura de outros povos e consequentemente sua língua, a Língua Estrangeira Moderna estrutura-se no princípio de que o desenvolvimento do educando deve incorrer as três práticas essenciais ao processo de ensino-aprendizagem de uma língua: leitura, escrita e oralidade. No entanto, é preciso que esse processo supere, segundo as Diretrizes, “a visão de ensino apenas como meio para atingir fins comunicativos que restringem sua aprendizagem como experiência de identificação social e cultural” (DCE, 2009, p. 53) e sim ofereça possibilidades para que o aluno perceba e compreenda a diversidade cultural e linguística presente na aprendizagem da língua e, consequentemente construa significados em relação ao mundo em que vive.

Dessa forma, o objetivo do ensino de língua estrangeira deixa de ser apenas o linguístico e passa a ser um caminho para que o aluno:

· use a língua em situações de comunicação oral e escrita;

· vivencie, na aula de Inglês, formas de participação que lhe possibilitem estabelecer relações entre ações individuais e coletivas;

· compreenda que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social;

· tenha maior consciência sobre o papel da Língua Inglesa na sociedade;

· reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, bem como seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país.

Assim, a pedagogia crítica e o sociointeracionismo devem ser os referenciais teóricos que alicerçam o trabalho pedagógico com a Língua Inglesa, com o objetivo de levar o educando à "apropriação crítica e histórica do conhecimento como instrumento de compreensão das relações sociais e para transformação da realidade." (DCE, 2009, p. 52)

Sendo toda língua uma construção histórica e cultural não deve se limitar a uma visão sistêmica e estrutural do código linguístico. Segundo Bakhtin (1988), toda enunciação envolve a presença de pelo menos duas vozes, a voz do eu e a do outro.

Neste sentido é no espaço discursivo criado na relação entre o eu e o outro que damos forma ao que dizemos e ao que somos. Assim a Língua Estrangeira apresenta-se como espaço para ampliar o contato com outras formas de conhecer, interpretar e construir a realidade dos sujeitos.

No ensino de Língua Estrangeira, a língua, objeto de estudo dessa disciplina, contempla as relações com a cultura, o sujeito e a identidade e devem configurar um espaço de interação entre professores e alunos bem como representações e visões de mundo que revelam no dia a dia.

2) CONTEÚDOS

Ensino Médio

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Discurso como Prática Social

CONTEÚDOS BÁSICOS
GÊNEROS DISCURSIVOS Adivinhas; Álbum de Família; Anedotas; Bilhetes; Cantigas de Roda; Carta Pessoal; Cartão; Cartão Postal; Causos; Comunicado; Convites; Curriculum Vitae; Diário;, Exposição Oral; Fotos; Músicas; Parlendas; Piadas; Provérbios; Quadrinhas; Receitas; Relatos de Experiências Vividas; Trava-Línguas; Autobiografia Biografias; Contos; Contos de Fadas Contemporâneos; Crônicas de Ficção; Escultura; Fábulas Contemporâneas; Escultura; Histórias em Quadrinhos; Lendas; Letras de Músicas; Narrativas de Aventura; Narrativas de Enigma; Narrativas de Ficção Científica; Narrativas de Humor; Narrativas de Terror; Narrativas Fantásticas; Narrativas Míticas; Paródias; Pinturas; Poemas; Romances; Tankas; Textos Dramáticos; Memórias; Artigos; Conferência; Debate; Palestra; Pesquisas; Relato Histórico; Relatório; Resumo; Verbetes; Ata Cartazes; Debate Regrado; Diálogo; Discussão Argumentativa; Exposição Oral; Júri Simulado; Mapas; Palestra; Pesquisas; Relato Histórico; Relatório; Relatos de Experiências Científica; Resenha; Resumo; Seminário; Texto Argumentativo; Texto de Opinião; Verbetes de Enciclopédia; Agenda Cultural; Anúncio de Emprego; Artigo de Opinião; Caricatura; Carta ao Leitor; Cartum; Charge; Classificados; Crônica Jornalística; Editorial; Entrevista (oral e escrita); Fotos; Horóscopo; Infográfico; Manchete; Mapas; Mesa Redonda; Notícia; Reportagens; Resenha Crítica; Sinopses de Filmes; Tiras; Caricatura; Cartazes; Comercial para TV; E-mail; Folder; Fotos; Slogan; Músicas; Paródia; Placas; Abaixo-Assinado; Assembleia; Carta de Emprego; Carta de Reclamação; Carta de Solicitação;

Debate; Abaixo-Assinado; Assembleia; Carta de Emprego; Carta de Reclamação; Carta de Solicitação; Debate; Boletim de Ocorrência;
Constituição Brasileira; Contrato; Declaração de Direitos; Depoimentos Discurso de Acusação; Discurso de Defesa; Bulas; Manual Técnico; Placas; Relato Histórico; Relatório; Relatos de Experiências Científicas; Resenha; Resumo; Seminário; Texto Argumentativo;
Texto de Opinião; Verbetes de Enciclopédias; Blog; Chat; Desenho Animado; E-mail;
Entrevista; Filmes; Fotoblog; Home Page; Reality Show; Talk Show; Telejornal; Telenovelas; Torpedos; Vídeo Clip; Vídeo Conferência.

LEITURA

- Identificação do tema;
- Intertextualidade;
- Intencionalidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Marcadores do discurso;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Discurso direto e indireto;
- Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística;
- Acentuação gráfica;
- Ortografia.

ORALIDADE

- Elementos extralingüísticos: entonação, pausas, gestos, etc...;
- Adequação do discurso ao gênero;

- Turnos de fala;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Variações linguísticas;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito;
- Adequação da fala ao contexto;
- Pronúncia.

ESCRITA

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Intencionalidade do texto;
- Intertextualidade;
- Condições de produção;
- Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto);
- Vozes sociais presentes no texto;
- Vozes verbais;
- Discurso direto e indireto;
- Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto;
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística;
- Ortografia;

3) METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Segundo as Diretrizes, a Língua Inglesa tem como conteúdo estruturante o discurso enquanto prática social, sendo assim o professor deverá embasar as práticas de leitura, oralidade e escrita nos mais diversos gêneros textuais, verbais e não - verbais. Esse trabalho utilizará atividades diversificadas, que priorizem o entendimento da função e estrutura do texto em questão, para só depois trabalhar os aspectos gramaticais que o compõem. Assim, o ensino deixará "de priorizar a gramática para trabalhar com o texto, sem, no entanto, abandoná-la." (DCE, 2009, p. 63)

No que diz respeito à prática de oralidade, os alunos serão expostos a textos orais e/ou escritos com o intuito de levá-los a expressar ideias em Língua Inglesa, mesmo que com limitações, e ainda possibilitar que exercitem sons e pronúncias desta língua. Com esse intuito, poderão ser direcionados debates orais, seminários, dramatizações, júri simulado, declamações, entrevistas, etc.

Com relação à escrita, deverão ser apresentadas atividades de produção de texto que assumam papel significativo para o aluno. Para que isso ocorra, o aluno deverá ser informado sobre qual o objetivo da produção, para quem se escreve, quais as situações reais de uso do gênero textual em questão, ou seja, qualquer produção deve ter sempre um objetivo claro, pré-determinado.

No trabalho com a leitura, as atividades desenvolvidas devem possibilitar ao aluno um novo modo de ver a realidade, a leitura deverá ir além daquela compreensiva, linear, para trazer-lhe um "novo modo de ver a realidade" (DCE, 2009, p. 66).

É importante ressaltar que os trabalhos com os aspectos gramaticais não serão abandonados, no entanto passarão a ser visto pela ótica da analise linguística, que não considera a gramática fora do texto.

Para desenvolver o trabalho com as práticas discursivas descritas acima o serão utilizados de livros didáticos e paradidáticos, dicionários, revistas, jornais, vídeos, revistas, internet, DVD, CD, TV multimídia, jogos, etc, que servirão para ampliar o contato e a interação com a língua e a cultura.

Considerando a flexibilidade dada pelo trabalho com os gêneros textuais, serão trabalhados ainda temas como História e Cultura dos Povos Indígenas e

História e Cultura Afro-brasileira e Africana, Política Nacional de Educação Ambiental, sexualidade, Cidadania e Direitos Humanos, Educação Fiscal, Enfrentamento à Violência na escola, Prevenção ao uso Indevido de Drogas, entre outros que possibilitem o estímulo do pensamento crítico do aluno.

4) AVALIAÇÃO

Segundo Luckesi (1995, apud DCE, 2009, p. 69), para que a avaliação assuma “o seu verdadeiro papel, ela deve subsidiar a construção da aprendizagem bem-sucedida”, deixando de ser um simples instrumento de mediação da apreensão de conteúdos. Assim, o processo avaliativo deverá servir para reflexão acerca dos avanços e dificuldades dos alunos e ainda, servirá como norteadora do trabalho do professor, que poderá, a partir dele, “identificar as dificuldades, planejar e propor outros encaminhamentos que busquem superá-las.” (DCE, 2009, p. 71)

Para que isso se efetive, será observada a participação do aluno, sua interação verbal, o uso que este faz da língua durante as atividades propostas, bem como a capacidade que ele demonstra para levantar hipóteses a respeito da organização textual, para perceber a intencionalidade do texto e seu autor, etc. Sendo assim, a avaliação será diagnóstica, somatória e cumulativa.

Segundo Ramos (2001, apud DCE,2009, p. 70), “é um desafio construir uma avaliação com critérios de entendimento reflexivo, conectado, compartilhado e autonomizador no processo ensino/aprendizagem, que nos permita formar cidadãos conscientes, críticos, solidários e autônomos.”

Assim, para que seja encarado esse desafio, busca-se em Língua Estrangeira Moderna, superar a concepção de avaliação como mero instrumento de mediação da apreensão de conteúdos. Espera-se que subsidie discussões acerca das dificuldades e avanços dos alunos, a partir de suas produções.

Na Educação Básica, a avaliação de determinada produção em Língua Estrangeira considera o erro como efeito da própria prática, ou seja , como resultado do processo de aquisição de uma nova língua. A avaliação deve estar articulada com os objetivos e conteúdos definidos a partir das concepções e encaminhamentos metodológicos das Diretrizes de Língua Estrangeira Moderna.

A avaliação deve ser concebida como instrumento para ajudar o processo e não apenas o produto educacional, assim deve ser contínua e permanente, não se preocupando apenas em contar acertos e erros. A avaliação deve ser adequada e norteada por uma visão de totalidade sobre dados relevantes, na perspectiva de encaminhar a ação e não estagná-la pela classificação.

Nessa concepção, as formas e instrumentos de avaliação serão diferenciados e elaborados de modo a auxiliar as decisões do processo ensino-

aprendizagem e a construir no aluno a capacidade de autonomia, de reflexão e pensamento. Para tanto serão utilizados instrumentos de avaliação tais como: avaliação objetiva, subjetiva e/ou oral mensal e bimestral; trabalhos de pesquisa em grupo ou individual; trabalhos de criação; exercícios individuais; relatórios; síntese; debate; informações e palestras.

O aluno será avaliado continuamente, através das formas e instrumentos utilizados, sendo que ao final de cada bimestre realizará a avaliação somativa do mesmo. Ao avaliar o progresso de seus alunos na aprendizagem, o professor estará obtendo informações valiosas sobre seu próprio trabalho.

Em termos gerais, a avaliação será um processo de coleta e análise de dados, tendo em vista verificar se os objetivos propostos foram atingidos, sempre respeitando as características individuais e o ambiente em que o educando vive. A avaliação deverá ser integral, considerando o aluno como um ser total e integrado. Caso o aluno não atinja as metas propostas, caberá ao professor organizar novas situações de aprendizagem para dar a todos condições de êxito nesse processo.

A recuperação de estudos será paralela e concomitante contemplando o que preceitua o Projeto Político Pedagógico e o Regimento escolar, conforme descritos nos critérios de avaliação e recuperação abaixo.

Será efetivamente realizada de forma contínua e o seu acompanhamento será voltado para a análise dos aspectos quantitativos e qualitativos do desempenho dos alunos, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento dos mesmos. O professor deverá ainda abrir mão de outros instrumentos, prevendo possíveis adaptações, se necessário, a fim de buscar um melhor atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO/RECUPERAÇÃO

LEITURA

Realizar leitura compreensiva do texto, considerando a construção de significados possíveis e a sua condição de produção, perceber informações explícitas e implícitas no texto, argumentar a respeito do que leu, ampliar, no indivíduo o seu horizonte de expectativas, estabelecer relações dialógicas entre os diferentes textos, conhecer e utilizar a língua estudada como instrumento de acesso a informações de outras culturas e de outros grupos sociais.

ORALIDADE

Reconhecer as variantes lexicais e utilizar seu discurso de acordo com a situação de produção (formal, informal). Apresentar clareza nas ideias e desenvolver a oralidade através de sua prática.

ESCRITA

Produzir e demonstrar na produção textual, a construção de significados. Produzir textos atendendo as circunstâncias da produção proposta, diferenciando a linguagem formal da informal. Estabelecer relações entre partes do texto, identificando repetições ou substituições.

ANÁLISE LINGUÍSTICA

Utilizar adequadamente recursos linguísticos como o uso da pontuação, do artigo, dos pronomes, etc. Ampliar o vocabulário e utilizar as flexões verbais para indicar diferenças de tempo e modo.

A avaliação será Trimestral, composta pela somatória da nota 5,0 (cinco vírgula zero) referentes às atividades diversificadas e 5,0 (cinco vírgula zero) resultante de uma avaliação escrita, totalizando nota final de 10,0 (dez vírgula zero).

A nota trimestral será resultante da somativa dos valores atribuídos em cada instrumento de avaliação, sendo valores cumulativos em várias aferições, na

sequência e ordenação de conteúdos e será definida após os estudos de recuperação a que o aluno for submetido.

A recuperação terá valor 10,0 (dez vírgula zero), com caráter substitutivo, ou seja, será proporcionada ao aluno revisão dos conteúdos com uma nova avaliação, onde prevalecerá a nota maior para aferição da mia final, sendo a recuperação de estudos direito de todos os alunos, conforme conta na PPP do estabelecimento.

Ao final do ano letivo, será calculada a Média Anual dos alunos obedecendo a seguinte fórmula:

$$\text{Média Anual} = \frac{1º\ \text{Tri.} + 2º\ \text{Tri.}\ 3º\ \text{Trim.} = 6{,}0}{3}$$

5) REFERÊNCIAS

BRASIL/MEC, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília- DF, 2004.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**.** In:BRASIL/MEC. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília**: MEC, 1996.

Portal Dia-a-dia Educação. Disponível em:htpp://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/atividadeseducativas.com.br.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP), do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal; 2012.

REGIMENTO ESCOLAR, do Colégio Estadual José da Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal; 2012.

Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Língua Estrangeira Moderna**. Curitiba, 2009.

Colégio Estadual José de Anchieta – Ens. Fundamental, Médio e Normal
Curso: Ensino Médio
Professora: Lisiane Cristina Ferreira
Ano Letivo: 2012

Proposta Pedagógica Curricular CELEM- Língua Espanhola 1os e 2os Anos

1) APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

O ensino de Línguas Estrangeiras no Brasil sofreu constantes mudanças em decorrência da organização social, política e econômica ao longo da história.

Desde o início de colonização do território brasileiro, houve a preocupação do Estado português em facilitar o processo de dominação e expandir o catolicismo. Naquele contexto, coube aos jesuítas a responsabilidade de evangelizar e ensinar o Latim aos povos que habitavam o território. No entanto, os jesuítas foram considerados os principais incentivadores da resistência dos nativos, em virtude da desumanidade e exploração desse povo pelos colonizadores. Sendo este um dos principais fatores que levou o então ministro, Marques de Pombal a expulsar os padres jesuítas dos territórios portugueses. Contudo, coube ao estado a responsabilidade de contratar professores não- religiosos para ministrar as aulas.

As línguas que integravam o currículo de aprendizagem eram o Grego e o Latim, línguas clássicas e de suma importância para o desenvolvimento do pensamento e da literatura.

Com o objetivo de melhorar a instrução pública e de atender às demandas advindas da abertura dos portos ao comércio, D. João VI, em 1809, assinou o decreto de 22 de junho para criar as cadeiras de Inglês e Francês, a partir daí o ensino de línguas modernas começou a ser valorizado.

Mais tarde, devido a um conjunto de fatores que marcaram a história da Europa, como a falta de emprego e o período de guerras e pós-guerra, muitos europeus imigraram para o Brasil na esperança de uma qualidade de vida melhor.

A partir do Estado Novo, o prestígio das línguas estrangeiras foi mantido no ginásio, o Francês se apresentava ainda com uma ligeira vantagem sobre o Inglês, e o Espanhol foi introduzido como matéria obrigatória. O MEC preconizava que a disciplina de Língua Estrangeira deveria contribuir tanto para a formação do aprendiz quanto para o acesso ao conhecimento e à reflexão sobre as civilizações estrangeiras e tradições de outros povos. Isso explica por que o Espanhol passou a ser permitido oficialmente para compor o currículo do curso secundário, uma vez que a presença de imigrantes da Espanha era restrita no Brasil.

Conforme contextualiza Picanço, (2003, p.33),

> [...] o espanhol, que até então não havia figurado como componente curricular, é escolhido para compor os programas oficiais do curso científico, que pertencia a escola secundária. Na época, os conteúdos privilegiados pelos professores de línguas vivas eram a literatura consagrada e noções de civilização, ou seja, histórias e costumes do país onde se fala a língua estrangeira. O espanhol, naquele momento, era indicado como a língua de autores consagrados, como Cervantes, Becker e Lope de Vega. Ao mesmo tempo, era a língua de um povo que [...] (mesmo com) importante participação na história ocidental, com episódios gloriosos de conquistas territoriais [...], não representava ameaça para o governo durante o Estado Novo.

A Língua Espanhola, portanto, representava para o governo um modelo de patriotismo e respeito daquele povo às suas tradições e à história nacional.

Em meados de 1980, professores lideraram um grande movimento para que realmente fosse instituída a Língua Estrangeira nas escolas públicas. Em decorrência deste movimento, a Secretaria de Estado e da Educação criou, oficialmente, os Centros de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEM), em 15 de agosto de 1986, como forma de valorizar o plurilinguismo e a diversidade étnica que marca a história paranaense. Tal oferta tem sido preservada pela SEED há mais de vinte anos.

Em 5 de agosto de 2005, foi criada a lei n. 11.161, que tornou obrigatória a oferta de Língua Espanhola nos estabelecimentos de Ensino Médio. Com isso também se buscou atender interesses políticos - econômicos para melhorar as relações comerciais do Brasil com países de Língua Espanhola.

A oferta dessa disciplina é obrigatória para a escola e facultativa para o aluno. Por sua vez os estabelecimentos de ensino têm cinco anos, a partir da data de publicação da lei (2005), para implementá-la.

Paralelamente, no âmbito Federal, o MEC tem feito parcerias e promovido discussões sobre o ensino Espanhol nas escolas brasileiras, além de distribuir material de suporte para professores da disciplina.

A concepção de LEM é ser propiciadora da construção das identidades dos alunos como cidadãos ao oportunizar o desenvolvimento da consciência sobre o papel exercido pela língua estrangeira na sociedade brasileira e no panorama internacional, favorecendo ligações entre comunidade local e planetária. A língua pode ser vista como uma intermediação, entre o indivíduo e o mundo, a língua como constituindo o mundo do indivíduo.

Assim, o ensino ofertado no CELEM tem como objetivo mais amplo:

- Levar o educando a reconhecer as implicações da diversidade cultural construída linguisticamente em diferentes línguas, culturas e modos de pensar, compreendendo que os resultados são sociais e historicamente construídos e passíveis de transformação, assim sendo, os alunos tem a possibilidade de constatar e celebrar a diversidade cultural sem perder suas identidades locais.
- A língua espanhola é também a possibilidade de conhecer, expressar e transformar modos de entender o mundo e de construir significados.
- A Língua Estrangeira Moderna é, dessa forma, um idioma de fundamental importância no mundo globalizado de hoje. Cada vez mais pessoas estudam e falam espanhol. Há então a necessidade de se aprender a língua e conhecer a cultura de povos de primeiro mundo, pois, se isto não acontecer, a consequente idealização desses povos pode ser indesejável à formação da identidade cultural do povo brasileiro.
- Cabe a Língua Estrangeira Moderna envolver-se trabalhando temas sociais contemporâneos, despertando para uma cidadania consciente e buscando valorizar nos educando seus saberes, seus conhecimentos. Formar no educando um cidadão crítico, consciente, conhecedor de outras culturas com habilidades de ouvir, falar, ler e escrever em língua espanhola.

O CELEM é dessa forma um meio de oportunizar ao educando o aprender de uma nova língua, dando-lhes instrumentos para maior visão do mundo em que vivemos.

Ensinar e aprender línguas, é também ensinar e aprender percepções de mundo e maneiras de construir sentidos é formar subjetividades, independentemente do grau de proficiência atingido. Assim, ao final do curso espera-se que o aluno possa:

- Ampliar o universo, fazendo-o entrar em contato com a cultura e a civilização de outros povos onde o idioma é falado.
- Estabelecer analogias e diferenciações entre seu país e outras civilizações.
- Fazer o uso da língua que estão aprendendo em situações significativas, relevantes; isto é, que não se limitam ao exercício de uma mera prática de formas linguísticas descontextualizadas.
- Ser capaz de usar a língua em situações de comunicação oral e escrita;
- Vivenciar na aula de espanhol, formas de participação que lhe possibilite estabelecer relações entre ações individuais e coletivas;
- Compreender que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social;
- Ter maior consciência sobre o papel das línguas na sociedade;

Reconhecer e compreender a diversidade linguística e cultural, bem como seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país.

2) CONTEÚDOS: ESTRUTURANTES/BÀSICOS

O conteúdo estruturante de Língua Espanhola é o discurso como prática social que tratará a língua de forma dinâmica, por meio da leitura, da oralidade e da escrita, está relacionado com o momento histórico-social. Ao tomar a língua como interação verbal, como espaço de produção de sentidos, busca-se um conteúdo que atenda a essa perspectiva.

A língua será tratada de forma dinâmica, por meio de leitura, de oralidade e de escrita que são as práticas que efetivam o discurso, lembrando que, a língua não é algo pronto, à disposição dos falantes, mas algo em que eles “ingressam numa corrente móvel de comunicação verbal”.

Ao contrário de uma concepção de linguagem que centraliza o ensino na gramática tradicional, o discurso tem como foco o trabalho com os enunciados (orais e escritos).

Consequentemente, serão criadas oportunidades para que os alunos percebam a interdiscursividade, as condições de produção dos diferentes discursos, das vozes que permeiam as relações sociais e de poder, é preciso que os níveis de organização linguística - fonético-fonológico, léxico-semântico e de sintaxe – sirvam ao uso de linguagem na compreensão e na produção verbal e não verbal.

Contudo, será levado em conta, que o objeto de estudo da Língua Espanhola, a língua, pela sua complexidade e riqueza, permite o trabalho em sala de aula com os mais variados textos de diferentes gêneros.

A ênfase do trabalho pedagógico é a interação ativa dos sujeitos com o discurso, que dará, ao aluno, condições de construir sentidos para textos.

É preciso levar em conta o princípio da continuidade, ou seja, a manutenção de uma progressão entre as séries, considerando as especificidades da Língua Estrangeira ofertada, as condições de trabalho existentes na escola, o projeto político-pedagógico, a articulação com as demais disciplinas do currículo e o perfil dos alunos.

Os alunos terão oportunidade de participar da escolha das temáticas dos textos, uma vez que um dos objetivos é justamente possibilitar formas de participação que permitam o estabelecimento de relações entre ações individuais e coletivas.

Os conteúdos dos textos devem viabilizar os resultados pretendidos nas diferentes séries de acordo com os objetivos específicos propostos no planejamento do professor.

1º Ano

Gêneros Discursivos

Para o trabalho com a prática de leitura, escrita, oralidade e análise linguística, serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação.

*** Cotidiana**

- Adivinhas
- Albúm de família
- Bilhetes
- Cartão postal
- Cartão
- Comunicados
- Convites
- Músicas
- Provérbios
- Quadrinhas
- Receitas
- Trava-Línguas

*** Literária/Artística**

- Autobiografia
- Biografia
- Contos
- Fábulas
- Histórias em quadrinhos
- Lendas
- Memórias
- Narrativas
- Letras de Músicas

- Poemas
- Romances

*** Científica**

- Debate
- Pesquisas
- Resumo

*** Escolar**

- Cartazes
- Diálogo/discussão argumentativa
- Exposição oral
- Mapas
- Pesquisas
- Resumo
- Relatos de experiências

*** Imprensa**

- Carta ao leitor
- Cartum
- Charge
- Classificados
- Editorial
- Fotos
- Horóscopo
- Mapas
- Notícia
- Tiras
- Sinopse de filme

*** Publicitária**

- Anúncio
- E-mail

*** Midiática**

- Clip
- Desenho animado
- E-mail
- Entrevista
- Filmes

*** Leitura**

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade;
- Informatividade;
- Repetição proposital das palavras;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão e negrito), figuras de linguagem.
- Discurso direto e indireto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Léxico;
- Expressões que denotam ironia e humor no texto;
- Emprego do sentido conotativo e denotativo no texto;
- Aceitabilidade do texto;
- Situacionalidade;
- Intertextualidade;
- Temporalidade.

*** Escrita**

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Acentuação gráfica;
- Ortografia;

- Concordância verbal/nominal;
- Intertextualidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Significado das palavras;
- Figuras de linguagem.

*** Oralidade**

- Conteúdo do texto;
- Finalidade;
- Aceitabilidade do texto;
- Informatividade;
- Tema do texto;
- Finalidade;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Elementos extralinguísticos: entonação, pausas e gestos;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Variações linguísticas;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, recursos semânticos.
- Turnos de fala;
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

2º Ano

Gêneros Discursivos

Para o trabalho com as práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística, serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sócias de circulação.

*** Cotidiana**

- Adivinhas
- Anedotas
- Carta pessoal

- Cartão
- Comunicado
- Curriculum Vitae
- Convite
- Diário
- Exposição oral
- Músicas
- Parlendas
- Provérbios
- Quadrinhas
- Receitas
- Trava-Línguas

*** Imprensa**

- Cartum
- Charge
- Manchete
- Notícias
- Sinopses de filmes
- Tiras

*** Publicitária**

- Anúncio
- Comercial
- E-mail
- Paródias

*** Política**

- Carta de emprego
- Panfletos

*** Produção e Consumo**

- Bulas
- Manual técnico

- Placas

*** Midiática**

- Filmes
- Vídeo clip

*** Leitura**

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade;
- Aceitabilidade do texto;
- Informatividade;
- Elementos composicionais do gênero;
- Léxico;
- Repetição proposital das palavras
- Palavras ou expressões que denotam ironia e humor no texto;
- Polissemia;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem.

*** Escrita**

- Conteúdo temático;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Informatividade;
- Situacionalidade;
- Intertextualidade;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Elementos composicionais do texto;
- Concordância verbal e nominal;
- Semântica;
- Operadores argumentativos;
- Ambiguidade;

- Significado das palavras;
- Figuras de linguagem;
- Sentido conotativo e denotativo;
- Expressões que denotam ironia e humor no texto.

*** Oralidade**

- Diferenças e semelhanças entre discurso oral e escrito;
- Turnos de fala;
- Variações linguísticas;
- Papel do locutor e interlocutor;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Conteúdo temático;
- Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas;
- Finalidade;
- Aceitabilidade;
- Informatividade;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição, semântica;
- Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições e etc).

As mudanças nas organizações regidas por normas explicitas, como e o caso das que ocorreram nos sistemas de ensino, supõem uma transição entre um e outro regime.

Art. 1 A EDUCAÇAO abrange os processos formativos que se desenvolvem na vida familiar, na convivência humana no trabalho, nas instituições de ensino e pesquisa, nos movimentos sociais e organizações da sociedade civil e nas manifestações culturais.

Art. 3 O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios:

I. Igualdade de condições para o acesso e permanência na escola.
II. Liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber.
III. Pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.
IV. Respeito a liberdade a apreço a tolerância.
V. Coexistência de instituições públicas e privadas de ensino.

VI. Gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais.
VII. Valorização do profissional da educação escolar.
VIII. Gestão democrática do ensino publico, na forma desta Lei e da legislação dos sistemas de ensino.
IX. Garantia de padrão de qualidade.
X. Valorização da experiência extra - escolar.
XI. Vinculação entre a educação escolar, o trabalho e as praticas sociais.

3) METODOLOGIA DE ENSINO

O melhor método é aquele que educa, estabelece um diálogo aberto entre professor e aluno, que permite o enriquecimento de ambas as partes no processo de aprendizagem, sendo assim, instrumento de crescimento tanto para o aluno quanto para o próprio professor.

Considerando que os adolescentes não são iguais e não apresentam um mesmo ritmo de aprendizagem, será necessário atender às diferenças individuais do grupo de alunos, adaptando o método segundo a sua capacidade.

O ensino de língua espanhola estará articulado com as demais disciplinas do currículo, objetivando relacionar os vários conhecimentos.

Isso não significa obrigatoriamente, desenvolver projetos envolvendo inúmeras disciplinas, mas fazer com que o aluno perceba que os conteúdos de disciplinas distintas podem muitas vezes estar relacionados entre si.

As aulas serão encaminhadas através de:

* Aulas expositivas.
* Atividades escritas para fixação do conteúdo.
* Atividades orais.
* Jogos.
* Brincadeiras.
* Leitura e interpretação de textos diversos.
* Trabalhos em grupos.
* Trabalhos em duplas.
* Trabalhos individuais.

Com relação à escrita não podemos esquecer que ela deve ser vista como uma atividade sócio - interacional, ou seja, significativa. É importante que o docente direcione as atividades de produção textual definindo em seu encaminhamento qual o objetivo da produção e para quem se escreve, em situações reais de uso. É preciso que esse alguém seja definido como um sujeito sócio-histórico-ideológico, com quem o aluno vai produzir um diálogo imaginário, fundamental para a construção do seu texto e de sua coerência. Nesse sentido, a produção deve ter sempre um objetivo claro.

Os textos literários serão apresentados aos alunos de modo que provoquem reflexão e façam com que os percebam como prática social de um determinado contexto sócio - cultural particular.

O papel do estudo gramatical relaciona-se ao entendimento, quando necessário, de procedimentos para construção de significados usados na Língua Estrangeira. Portanto, o trabalho com a análise linguística torna-se importante na medida em que permite o entendimento dos significados possíveis das estruturas apresentadas. As reflexões linguísticas devem ser decorrentes das necessidades específicas dos alunos, a fim de que se expressem ou construam sentidos aos textos.

As estratégias específicas da oralidade têm como objetivo expor aos alunos a textos orais, pertencentes aos diferentes discursos, lembrando que na abordagem discursiva a oralidade é muito mais que o uso funcional da língua, é aprender a expressar ideais em Língua Estrangeira mesmo que com limitações.

O texto apresenta-se como um princípio gerador de unidades temáticas e de desenvolvimento das práticas linguístico-discursivas.

É importante engajar os alunos sujeitos em atividades críticas e problematizadoras, que se concretizam por meio da língua como prática social.

Serão abordados textos de diferentes gêneros discursivos que tratam de assuntos relevantes para o desenvolvimento cultural, manifestados por um pensar e agir críticos.

Os conhecimentos linguísticos serão trabalhados dependendo do grau de conhecimento dos alunos e estarão voltados para a interação que tenha por finalidade o uso efetivo da linguagem e não a memorização de conceitos. Serão selecionados a partir das necessidades surgidas com o trabalho de cada gênero textual.

E ao trabalhar com diferentes culturas, é importante que o aluno, ao contrastar sua cultura com a do outro, perceba-se como sujeito histórico e socialmente constituído e assim elabore a consciência da própria identidade.

E como incentivo ainda maior para se conhecer culturas diferentes, foi criada a lei nº 9.394/96 que institui a obrigatoriedade no ensino da história e cultura afro-brasileira. O ensino da história e do Brasil levará em conta as contribuições das diferentes culturas e etnias para a formação do povo brasileiro, especialmente das matrizes indígenas, africanas e europeias.

O objetivo principal para a inserção da lei é o de divulgar e produzir conhecimentos, bem como atitudes, posturas e valores que eduquem cidadãos quanto à pluralidade étnico-racial, tornado-os capazes de interagir objetivos comuns que garantam respeito aos direitos legais e a valorização de identidade brasileira e africana, como outra que direta ou indiretamente contribuíram (contribuem) para a formação da identidade cultural brasileira.

A lei visa fazer um resgate histórico para que as pessoas negras afro-brasileiras e demais população, possam conhecer um pouco mais do Brasil e melhor a sua história.

Da mesma forma, serão trabalhados conteúdos que contemplem a Lei 9795/99 (Educação ambiental), alem das temáticas referentes ao Desenvolvimento Socioeducacional.

4) AVALIAÇÃO / RECUPERAÇÃO

Avaliar não resume constatar o nível do aluno nem distribuir conceitos. É um instrumento para orientar a ação pedagógica e detectar como melhorar o ensino. Ao propor reflexões sobre as práticas avaliativas, objetiva-se favorecer o processo de ensino aprendizagem, ou seja, nortear o trabalho do professor, bem como propiciar que o aluno tenha uma dimensão do ponto em que se encontra no percurso pedagógico.

> A avaliação da aprendizagem necessita, para cumprir o seu verdadeiro significado, assumir a função de subsidiar a construção da aprendizagem bem-sucedida. A condição necessária para que isso aconteça é de que a avaliação deixe de ser utilizada como recurso de autoridade, que decide sobre os destinos do educando, e assuma o , papel de auxiliar o crescimento.

Ao elaborar a forma de avaliação devemos ter em mente os seguintes critérios:

Leitura

Espera-se do aluno:

- Realização de leitura compreensiva do texto,
- Localização de informações explicitas no texto,
- Posicionamento argumentativo,
- Ampliação do léxico,
- Percepção do ambiente no qual circula o gênero,
- Identificação da ideia principal do texto,
- Identificação do tema,
- Dedução dos sentidos de palavras e/ou expressões a partir do contexto,
- Compreensão da diferenças decorridas do uso de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo.

Escrita

Espera-se do aluno:

- Expressão de ideias com clareza,
- Elaboração de textos atendendo:

- as situações de produção propostas (gênero, interlocutor e finalidade...),

* Diferenciação do contexto de uso da linguagem formal e informal,

* Uso de recursos textuais como: coesão e coerência, informatividade, intertextualidade, etc,

* Utilização adequada de recursos linguísticos como: pontuação, uso e função do artigo, pronome, substantivo, etc,

* Emprego de palavras e/ou expressões no sentido conotativo e denotativo, bem como de expressões que indicam ironia e humor, em conformidade com o gênero proposto.

Oralidade

- Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc...,
- Turnos de fala,
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição,
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito,
- Adequação da fala ao contexto,
- Pronuncia.

O aluno precisa ser envolvido no processo de avaliação uma vez que também é construtor do conhecimento.

O educando será avaliado continuamente, sendo ofertado vários instrumentos de avaliação para a verificação da aprendizagem durante o trimestre.

Será avaliado através de:

* Teste escritos;

* Testes orais;

* Trabalhos escritos e orais;

* Pesquisa;

* Pesquisa de campo;

* Seminário;

* Pesquisa bibliográfica;

* Debates;

* Questões objetivas e discursivas;

* Auto - avaliação.

A recuperação paralela será feita sempre que houver necessidade, usando o instrumento de avaliação mais adequado ao conteúdo avaliado e diferenciando-a sempre.

O sistema de avaliação do CELEM seguirá as determinações da Instrução Normativa do CELEM, bem como o PPP da escola e o Regimento Escolar vigente.

*O Aluno será avaliado continuamente, através das formas e instrumentos utilizados, sendo que ao final de cada bimestre receberá a avaliação somativa do mesmo.

* A avaliação será expressa por notas que se graduarão de 0,0 a 10,0.

*Deverá haver preponderância dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos.

* É estabelecida a nota de 6,0 (seis vírgula zero) como média de aprovação para os alunos da rede Pública Estadual de Educação Básica, com frequência igual ou superior a 75% (setenta e cinco por cento).

As notas serão registradas no livro de frequência pelo professor e entregue à secretaria do estabelecimento que registrará no histórico escolar, ficha individual e boletim do aluno.

A comunicação dos resultados obtidos pelo educando será feita trimestralmente, aos mesmos e aos responsáveis através de boletins próprios.

A recuperação de conteúdos estará sempre acontecendo durante as aulas, sendo que no final de cada trimestre será oportunizado aos alunos com defasagem na apropriação dos conhecimentos básicos, o direito de participar das aulas de revisão, tarefas e atividades avaliativas, cujo valor será de 6,0 (seis) e somadas as atividades realizadas durante o trimestre. A média final da recuperação será substituída quando esta for superior à média anterior.

5) REFERÊNCIAS

ALMEIDA FILHO, José Carlos P. de.**O professor de língua estrangeira em formação.** Campinas: Pontes, 2ª ed., 2005.

BRAHIM, A.C.S.M. **Pedagogia crítica, letramento crítico e leitura crítica**. Texto e Interação: subsídios para uma pedagogia crítica de leitura de língua inglesa. Campinas:Unicamp, 2001. Dissertação (Mestrado).

BRASIL. Leis de diretrizes e bases da educação nacional – LDB nº. 9394/96. **Leis e Decretos Federais:** Edição atualizada. Curitiba: 2008.

CAVALCANTI, M & MOITA LOPES, L. **Implementação de Pesquisa em Sala de Aula de Línguas no Contexto Brasileiro.** Trabalhos em Linguística Aplicada, número 17, Campinas:Unicamp, 1991.

FARACO, C. A. (org.) **Diálogos com Bakhtin**. Curitiba: UFPR, 2001.

LEFFA, Vilson J. **A interação na aprendizagem das línguas.** Pelotas: Educat, 2006.

_____. **O professor de línguas estrangeiras: construindo a profissão.** Pelotas: EDUCAT, 2006.

MEDINA, N. M. **Formação de multiplicadores para educação ambiental**. In: PEDRINI (org.). Contrato social da ciência: unindo saberes na educação ambiental. Petrópolis: Vozes, 2002

MEURER, J. L. **O trabalho de leitura crítica: recompondo representações, relações e identidades sociais**. Florianópolis: UFSC, 2000. p.155-171.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares de Língua Estrangeira Moderna para a Educação Básica.** Curitiba, 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Instrução Normativa nº 019/2008.** Centro de línguas Estrangeiras Modernas (CELEM).Curitiba, 2008. 22p. Disponível em: <http://diaadia.pr.gov.br/sued/arquivos/File/Instrucao_ 2008/Instrucao_019_CELEM.pdf> Acesso em 23 de março de 2009.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. **Superintendência da Educação. Resolução nº 3904/2008.Centro de Línguas Estrangeiras Modernas** (CELEM). Curitiba, 2008. 01p.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. **Livro Didático Público. Língua Estrangeira Moderna: Espanhol e Inglês**. 2 ed. Curitiba:SEED-PR, 2006. 256p.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP), do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal; 2012.

REGIMENTO ESCOLAR, do Colégio Estadual José da Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal; 2012.

SOUZA, L.M.T.M**. O conflito de vozes na sala de aula**. In CORACINI, M.J. (org.) O jogo discursivo na aula de leitura: língua materna e língua estrangeira. 1995.

STAM, R. Bakhtin: **Da Teoria Literária à Cultura de Massa**. 1.Ed. São Paulo: Ática, 2000.

Colégio Estadual José de Anchieta – Ens. Fundamental, Médio e Normal

Curso: Ensino Médio

Professora: Lisiane Cristina Ferreira

Ano Letivo: 2012

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR CELEM – Língua Espanhola Aprimoramento

1) APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

> […] (ao) aprender uma língua estrangeira […] eu adquiro procedimentos de construção de significados diferentes daqueles disponíveis na minha língua (e cultura) materna; eu aprendo que há outros dispositivos, além daqueles que me apresenta a língua materna, para construir sentidos, que há outras possibilidades de construção do mundo diferentes daquelas que o conhecimento de uma única língua me possibilitaria. Nessa perspectiva, quantas mais [...] línguas estrangeiras eu souber, potencialmente maiores serão minhas possibilidades de construir sentidos, entender o mundo e transformá-lo.
>
> Jordão (2004a, p. 164)

A proposta pedagógica de implantação do CELEM – curso de Aprimoramento de Língua Espanhola tem como base a concepção sociointeracionista de linguagem, pois aprender uma língua na escola é muito mais que aprender regras ou memorizar nomenclaturas.

A Língua Espanhola, sendo a segunda língua de comunicação no mundo, tem grande importância nas escolas brasileiras. Essa importância, não é só de saber um outro idioma, mas também, de contribuir para o processo educacional do aluno. A língua estrangeira, em especial a espanhola, ajudará o aluno a entender o funcionamento de sua própria língua materna, através de comparações entre os dois idiomas.

Além da compreensão da Língua Portuguesa, a língua estrangeira proporcionará aos alunos o conhecimento de outras culturas, e isso irá enriquecê-los, não somente como alunos, mas também como seres humanos, dando-lhes a

oportunidade de responderem às exigências do novo mundo, tanto na área educacional, como também, na área profissional.

Sabemos que linguagem e sociedade são realidades indissociáveis: de um lado, é a linguagem que possibilita ao homem perceber o mundo e posicionar-se criticamente perante os outros. Por outro lado, são as atividades sociais e históricas dos homens que suscitam a linguagem, suas renovações e alterações. Sendo assim, é no espaço social que a linguagem garante sua própria existência e significação.

A aprendizagem de um novo idioma, o espanhol em questão, traz a possibilidade de aumentar a autopercepção do aluno como ser humano e também como cidadão. Aprender uma nova língua é sentir-se no meio de um mundo funcional, onde o aluno poderá desenvolver uma consciência crítica em relação à linguagem adquirida e os aspectos sócio-políticos da aprendizagem de Língua Estrangeira. Sendo que, através da aprendizagem de outra língua os alunos conhecem outras culturas e sua própria identidade. Dessa forma, as Diretrizes Curriculares primam sobre a importância do ensino de LEM como construção de identidades.

A aprendizagem de uma língua estrangeira, juntamente com a língua materna, é um direito de todo cidadão, sendo assim, é de suma importância que os alunos tenham a oportunidade de aprender uma nova língua. Uma vez que se sabe que um adolescente que tem contato com outro idioma certamente terá mais facilidade para se adequar ao “mundo moderno”, isto é, conhecer outro idioma é ter um passaporte para o ingresso na sociedade da informação e do conhecimento. É o ensino centrado na cidadania e na inclusão social.

Então, concebemos língua – objeto de estudo dessa disciplina - como um sistema de signos histórico-sociais que permitem ao homem a (re) construção da realidade. Assim, apropriar-se de uma língua significa também entender seus significados culturais.

É válido assinalar que uma língua não se encontra isolada de outros aspectos da cultura, como valores, normas e atitudes.

Atualmente, além do interesse particular que a Língua Espanhola pode despertar, vivemos uma época de relações político-comerciais que nos convida a este encontro. Entender e comunicar-se em idiomas intermediários é hoje uma

necessidade primordial, posto que, saber a língua do outro é ir muito além, é se interar de uma nova cultura e até mesmo da nossa.

Além disso, deve-se considerar também o papel da língua espanhola, cuja importância cresce em função da ampliação das trocas econômicas entre os países que integram o Mercado das Nações do Cone Sul (Mercosul).

Podemos notar que a língua espanhola não está presente na sala de aula somente como objeto de ensino, mas também, como um idioma que está aproximando países da América Latina, tanto em negócios como em suas culturas. Portanto, as aulas de LEM devem ser significativas para o aluno se reconhecer como participante ativo na sociedade em que vive, pois o aprendizado de uma nova língua pode proporcionar uma consciência sobre o que seja a potencialidade desse conhecimento na interação humana. Posto que, ao ser exposto às diversas manifestações de uma língua estrangeira às implicações político – ideológicas, o aluno constrói recursos para compará-la à língua materna. Dessa maneira o aluno irá alargar seus conhecimentos, horizontes e expandir sua capacidade interpretativa e cognitiva.

Justifica-se então, a necessidade de um aprimoramento dentro do estudo da Língua Espanhola para que possa trazer o mercado de trabalho para mais perto de si, abrindo novos caminhos proporcionando a ele também o conhecimento de uma nova cultura. Pois devemos nos lembrar que o aluno quando entra em contato com uma nova língua não adquiri apenas conhecimento linguístico ou gramatical, mas também cultural deixando muitas vezes se influenciar por essa cultura.

Devemos deixar claro que o foco do curso será voltado para o mercado de trabalho do aluno com atividades industriais e tecnológicas.

OBJETIVO

O aluno deverá tomar conhecimento da importância da Língua Estrangeira Moderna, para que ele aprenda a usar esses conhecimentos adquiridos através das práticas discursivas de leitura, oralidade e escrita, possibilitando a expansão de suas capacidades críticas.

Os objetivos que permeiam as diretrizes curriculares são flexíveis devido às particularidades regionais, mas específicos em um direcionamento comum.

Sendo assim é fundamental que o aluno adquira condições para compreender e ser compreendido na LEM.

Então, quando o aluno terminar o curso básico do CELEM deverá ter tido a oportunidade de ampliar a visão de mundo através das práticas discursivas da oralidade, leitura e escrita; conhecer e valorizar as diferentes culturas e suas manifestações; usar os conhecimentos adquiridos para a interpretação da realidade; avaliar as diferenças sócio-culturais entre os países Brasil e Espanha e Hispano-América; conscientizar-se da importância de saber outro idioma para seu crescimento intelectual e fazer da escrita e da leitura um momento de prazer, nos dois diferentes idiomas. Além de:

→ fazer com que o aluno use a língua em situações de comunicação oral e escrita;

→ vivencie, na aula de Língua Espanhola, formas de participação que lhe possibilitem estabelecer relações entre ações individuais e coletivas;

→ compreenda que os significados são socais e historicamente construídos e por tanto, passíveis de transformação na prática social;

→ tenha maior consciência sobre com o papel das línguas na sociedade;

→ reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, bem como seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país.

2) CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E CONTEÚDOS BÁSICOS

Segundo a DCE (2008) “os conteúdos estruturantes se constituem através da história, são legitimados socialmente”. (p.37). Por isso, a língua deve ser entendida como interação verbal e produtora de sentidos, marcada por relações pragmáticas e contextuais de poder. Desse modo, o “discurso” vai ser entendido como “prática social”, realizada por meio das práticas discursivas que envolvem a compreensão auditiva, a leitura de mundo, a prática escrita nas múltiplas formas e a interação verbal como processo comunicativo.

Se não existissem gêneros e se não os dominássemos, seria necessário que criássemos pela primeira vez no processo da fala, ou a comunicação verbal seria quase impossível (Bakhtin, 1998). Sabedores de que os Gêneros do discurso organizam nossa fala, e de que aprendemos a moldar nossa fala às formas de gêneros que encontramos no dia a dia, é fundamental que se apresente ao aluno diferentes textos textuais, mas sem categorizá-los.

Portanto, o objetivo deste projeto será de proporcionar ao aluno a possibilidade de interagir com a infinita variedade discursiva presente nas diversas práticas sociais. Apresentar ao aluno textos pertencentes aos vários gêneros: publicitários, jornalísticos, literários, informativos; de suma importância para o crescimento educacional do aluno e relacionando-o ao seu conhecimento prévio.

Os conteúdos básicos para o CELEM serão desdobrados a partir de textos (verbais e não-verbais), considerando seus elementos linguístico-discursivos (fonético-fonológicos, léxico-semânticos e sintáticos), manifestados nas práticas discursivas (leitura, escrita e oralidade). Portanto, os textos escolhidos para o trabalho pedagógico definirão os conteúdos específicos a serem trabalhados dentro de cada prática discursiva.

CONTEÚDOS BÁSICOS PARA O CELEM – APRIMORAMENTO

Gêneros Discursivos

Para o trabalho das práticas de leitura, escrita, oralidade e análise linguística, serão adotados como conteúdos básicos os gêneros discursivos conforme suas esferas sociais de circulação.

- ♦ Carta;
- ♦ Convites;
- ♦ Receitas;
- ♦ Biografia;
- ♦ Autobiografia;
- ♦ Letras de músicas;
- ♦ Diálogo/discussão;
- ♦ Cartazes;
- ♦ Notícias;
- ♦ Filmes;
- ♦ Cartão pessoal;
- ♦ Músicas;
- ♦ Trava-Línguas;
- ♦ Histórias em quadrinhos;
- ♦ Anúncios;
- ♦ E-mail;
- ♦ Horóscopo;
- ♦ Classificados;
- ♦ Folders;
- ♦ Reportagens;
- ♦ Comunicado;
- ♦ Relato Histórico;
- ♦ Charge;
- ♦ Sinopses de filme;
- ♦ Notícia;
- ♦ Cartazes;

♦ Pesquisas;

♦ Exposição oral.

Leitura

• Tema do texto;

• Interlocutor;

• Finalidade do texto;

• Aceitabilidade do texto;

• Informatividade;

• Situacionalidade;

• Intertextualidade;

• Temporalidade;

• Discurso direto e indireto;

• Elementos composicionais do gênero;

• Emprego do sentido conotativo e denotativo no texto;

• Palavras e/ou expressões que denotam ironia e humor no texto;

• Polissemia;

• Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão,negrito), figuras de linguagem);

• Léxico.

Escrita

• Tema do texto;

• Interlocutor;

• Finalidade do texto;

• Aceitabilidade do texto;

• Informatividade;

• Situacionalidade;

• Intertextualidade;

• Temporalidade;

• Discurso direto e indireto;

• Elementos composicionais do gênero;

• Emprego do sentido conotativo e denotativo no texto;

• Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
• Palavras e/ou expressões que denotam ironia e humor no texto;
• Polissemia;
• Marcas linguísticas: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito), figuras de linguagem;
• Processo de formação de palavras;
• Acentuação gráfica;
• Ortografia;
• Concordância verbal/nominal.

Oralidade

• Conteúdo temático;
• Finalidade;
• Aceitabilidade do texto;
• Informatividade;
• Papel do locutor e interlocutor;
• Elementos extralinguísticos: entonação, expressões facial, corporal e gestual, pausas...;
• Adequação do discurso ao gênero;
• Turnos de fala;
• Variações linguísticas;
• Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
• Semântica;
• Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc);
• Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e escrito.

É importante destacar a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira e Africana, conforme Lei 10.639/03 e da História e Cultura dos Povos Indígenas, Lei 11.645/08, nos currículos da Educação Básica valorizando a história e cultura de seus povos.

A Lei 9795/99, afirma que “A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma

articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal.” Sendo assim serão adotadas metodologias diversificadas para despertar em todos a consciência de que o ser humano faz parte do meio ambiente, lembrando que os problemas ambientais refletem com consequências que atingem a todos nós.

→ É necessário, dentro das possibilidades da disciplina, trabalhar conteúdos referentes ao Desenvolvimento Sócio-educacional: Cidadania e Direitos Humanos; Enfrentamento à Violência; Prevenção ao uso indevido de Drogas e Educação Ambiental (já citada-Lei)

→Lembrando que faz parte de Diversidade: Relações Étnico - Raciais e Afro-descendência; Educação Escolar Indígena; Gênero e Diversidade Sexual e Educação do Campo.

3) METODOLOGIA DA DISCIPLINA

Ensinar Língua Estrangeira implica pensar nas ações pedagógicas, fundamentadas na construção do conhecimento de forma crítica, reflexiva, engajada na realidade, privilegiando a relação teoria-prática, na busca do entendimento das diferentes formas do saber.

Visando a nova versão das Diretrizes Curriculares a abordagem metodológica seguirá alguns aspectos que irão influenciar na escolha das atividades, como por exemplo, o número de alunos em sala de aula, tempo, material disponível, etc. Deve-se considerar o aluno como agente ativo no processo de aprendizagem.

O ensino da Língua Estrangeira, assim como a língua materna, deve ter o texto como material linguístico articulador da metodologia. Portanto, as aulas terão como ponto básico o trabalho com o texto, entendido como um material verbal, produto de uma determinada visão de mundo, de uma intenção e de um momento de produção, para que o aluno desenvolva um novo pensar sobre o idioma que está aprendendo. Dessa forma, considera-se a linguagem a partir de temáticas que exploram os diferentes gêneros discursivos e tipos de textos, com o objetivo de explorar as práticas discursivas de linguagem – leitura, escrita e oralidade, para tanto serão utilizados textos como: anedotas, cartões, convites, *curriculum vitae*, comunicados, causos, biografias, contos, histórias em quadrinhos, lendas, diálogos, cartazes, paródias, pinturas, poemas, romances, mapas, anúncios de jornais, músicas, comerciais de TV, charges, carta ao leitor, entrevistas, filmes, e-mails, site de relacionamentos, entre outros gêneros passíveis de trabalho.

Durante a prática da oralidade, o professor deve desenvolver um trabalho gradativo, que permita ao aluno conhecer e usar também a variedade linguística padrão e entender a necessidade desse uso e determinados contextos sociais, tendo o entendimento de que poderá usar o dialeto que lhe é peculiar.

Para atingir as estratégias específicas da oralidade os alunos serão expostos a textos orais, de diferentes discursos enfatizando a abordagem discursiva da oralidade que vai além do uso funcional da língua aprendendo a expressar ideias em Língua Espanhola adequando a variedade linguística para as diferentes situações.

Com relação à escrita, não se pode esquecer que ela deve ser vista como uma atividade sociointeracional, ou seja, significativa. É importante que o docente direcione as atividades de produção textual definindo em seu encaminhamento qual o objetivo da produção e para quem se escreve, em situações reais de uso. Para atingirmos um objetivo claro é preciso que o aluno produza um diálogo sócio – histórico - ideológico, fundamental para a construção do seu texto e de sua coerência.

A prática da leitura compreende a análise de diferentes linguagens na forma verbal e não-verbal: iconográfica (imagens, desenhos, filmes, charges, outdoors), cinética (sonora, olfativa, tátil, visual, gustativa) e alfabética. Os diferentes níveis de leitura possibilitam identificar os elementos da construção do texto, localizar as informações explícitas, subentender as implícitas, fazer ligação entre o conhecimento do educando e o texto e estabelecer relações intertextuais.

Como vimos nas aulas de Língua Estrangeira Moderna deverão ser abordados vários gêneros textuais, em atividades diversas, para que seja analisada a função de que cada texto exerce. Para que haja uma efetiva aprendizagem deve-se levar em consideração a composição de cada texto, a distribuição de informações, o grau de informação, a intertextualidade, os elementos coesivos, a coerência e por último, mas não menos importante, a gramática. O ensino não deve priorizar a gramática para trabalhar com o texto, mas também, não pode abandoná-la.

É importante ressaltar que não adianta disponibilizar textos aos alunos sem uma intenção. É imprescindível que o professor saiba provocar a imaginação de seus alunos, que enfatize a reflexão sobre o uso de cada um deles e avalie o contexto em que está sendo inserido.

Por esse motivo é importante que sejam privilegiados os gêneros discursivos dentro das variadas esferas sociais de circulação, por sua grande importância para o trabalho na escola e desenvolvimento de seus interlocutores no processo de aprendizagem.

Bakhtin traz a heterogeneidade, o dialogismo (entenda-se por diálogo entre interlocutores e diálogo entre discursos). Ele afirma que a linguagem é dialógica, pois o ser humano precisa de outro para comunicar-se, ainda segundo Bakhtin “a vida é dialógica por natureza”.

Sendo assim, o discurso não é individual, porque para haver diálogo precisa-se de pelo menos dois interlocutores, e para haver diálogo entre discursos é necessário que haja relações com outros discursos, entendidas aqui como textos. Então, os gêneros do discurso constituem as falas e se organizam historicamente a partir de novas situações de interação verbal.

Fazendo uso dos mais variados textos para uma real aprendizagem recomenda-se a elaboração de atividades diversificadas como: leitura de poemas em jogral, jogos, músicas, filmes, entre outras, pois quando esse aluno interagir com textos diversos perceberá que as formas linguísticas não são idênticas e não assumem o mesmo significado, isto é, são flexíveis e variam de acordo com o contexto e situação em que o discurso, entendido como fala, é utilizado. Sendo assim, para que haja uma aprendizagem eficaz temos que fazer uma sondagem e assim levar textos significativos para os alunos para que eles se sintam parte integrante do processo de ensino-aprendizagem.

Em cada texto escolhido deverá levar em consideração o gênero, ou seja, onde e para que cada tipo de texto é utilizado, para que ele serve. Por exemplo, uma noticia de jornal é um texto informativo, uma reportagem, um texto midiático? Enfim, caberá ao professor mostrar a aplicabilidade de cada texto e em que contexto ele está inserido. Além do gênero deverá observar o aspecto cultural e interdiscurso que cada texto possui qual sua influência na nossa cultura e de outros países, para quem foi escrito, quem escreveu, com qual objetivo, etc.

Quanto à variedade linguística e a análise linguística devemos tomar o cuidado para não transformar o texto em pretexto para ensinar gramática que não é o objetivo das mesmas. Analisar linguisticamente um texto é produzir significados por meio das palavras num todo e não palavra por palavra ou frase por frase como a gramática “pede”. Ainda como formas de aprendizagem podem fazer pesquisas que possibilitem ao aluno saber mais sobre o assunto, discussões para aprimoramento do idioma e valorização da pesquisa feita e produção textual em que o aluno produzirá seu texto em língua estrangeira com ajuda do professor.

Na Análise linguística é importante ressaltar a diferença entre o ensino de gramática e a prática da análise linguística, pois no ensino da gramática a língua é concebida como sistema e na Análise Linguística como ação sujeita às interferências dos falantes, a palavra, a frase e o período na primeira é privilegiada e na segunda o texto. Na gramática há preferência pelos exercícios estruturais, de

identificação e classificação de unidades/funções morfossintáticas e correção e na Análise há preferência por questões abertas e atividades de pesquisa, que exigem comparações e reflexões sobre adequações e efeitos de sentidos.

Através da leitura, pretendendo-se formar um leitor ativo, ou seja, capaz de produzir/construir sentidos, perpassando a visão tradicional da leitura condicionada à interação de informações alargando suas possibilidades de entendimento de mundo.

Na escrita, utilizar a língua em situações de comunicação escrita na produção de textos verbais e não verbais as atividades de produção textual definindo em seu encaminhamento qual o objetivo da produção e para quem se escreve o que se escreve em situações reais.

Pela oralidade, os alunos expressarão suas ideias em Língua Espanhola adequando a variedade linguística para as diferentes situações do dia-a dia.

O trabalho com diferentes gêneros textuais deve levar o aluno a perceber a gama de discursos existentes nos mais variados contextos, bem como, as vozes que permeiam as relações sociais e as relações de poder.

Ao se trabalhar os textos propõe-se uma análise linguística discursivo dos elementos não só de natureza linguística, mas, principalmente, os de fins educativos, visando à abordagem de assuntos polêmicos, adequados à faixa etária, conforme os interesses dos alunos. Vale ressaltar a importância de se trabalhar os tipos de texto, com diferentes graus de complexidade da estrutura linguística, pois os diversos gêneros textuais estarão presentes no aprendizado e no desenvolvimento dos alunos como cidadãos inseridos numa sociedade multicultural.

É importante destacar que os conteúdos gramaticais serão definidos a partir das escolhas temáticas e textuais, enfatizando a interpretação do conteúdo, pois o uso do texto é fundamental para o desenvolvimento da compreensão da leitura, da escrita, da oralidade e da compreensão auditiva. Além disso, os textos trabalhados serão enriquecidos por músicas, filmes, debates, pesquisas, jogos, teatros, danças entre outras atividades que serão desenvolvidas visando o crescimento do aluno.

Para o desenvolvimento deste diferenciados textos serão observados os diferentes níveis de aprendizagem e bagagem de conteúdos dos alunos, considerando quaisquer peculiaridades que venham a ser detectadas.

Sabemos que no curso do CELEM temos alunos de diferentes faixas etárias e, consequentemente, séries educacionais, o que torna o trabalho de seleção de material mais rigoroso e difícil, pois atendemos alunos que estão cursando desde a 5ª série até o ensino Médio e, também, da comunidade local que nem sempre concluíram o Ensino Médio. Por isso, serão trabalhados os gêneros discursivos que estão dentro das esferas sociais de circulação que são: cotidiana, literária e artística, científica, escolar, imprensa, publicitária, política, jurídica, produção e consumo e midiática.

Será trabalhada a leitura no que diz respeito ao tema dos textos, a finalidade, léxico, os elementos de composição de gênero, a aceitação do tema, repetição de palavras e outras. Sendo que, as práticas de leitura devem propiciar um entendimento e contextualização do tema com os conhecimentos prévios de cada aluno. Na oralidade será trabalhado o tema proposto e sua finalidade, seus elementos extralinguísticos, coerência e coesão, o papel do interlocutor/ locutor e outros.

Dentro da oralidade, da escrita e da leitura serão trabalhados conteúdos gramaticais e semânticos dentro dos textos por meio de análise linguística, para que o aluno possa entender que cada palavra exerce uma função diferente, dependendo, de como é empregada num texto e numa situação real de comunicação. Os conteúdos básicos que contemplam esta proposta , estão apresentados no quadro abaixo.

RECURSOS DISPONÍVEIS

Para o curso de aprimoramento em Língua Espanhola do CELEM, na os recursos disponíveis serão o quadro-negro, giz, aparelho de rádio, DVD, TV pendrive, Laboratório de Informática, Livro Didático Público, textos midiáticos, literários, jornais e revistas de países de Língua Espanhola, dicionários, filmes e apostila.

Todos estes materiais estarão disponíveis na escola para a base do trabalho escolar com os discentes.

4) AVALIAÇÃO

A avaliação está profundamente relacionada com o processo de ensino-aprendizagem. É um elemento de reflexão contínua do professor sobre sua prática educativa e revela aos alunos seus progressos, possibilidades e suas dificuldades.

É preciso considerar as diferentes naturezas de avaliação diagnóstica, contínua e dialógica. Contínua, porque pode ocorrer em todo o processo ensino-aprendizagem; diagnóstica porque tem como finalidade detectar dificuldades que possam gerar ajustes ou mudanças da prática educativa; dialógica, porque não se aplica apenas aos alunos, mas principalmente ao ensino que se oferece.

A avaliação deve ser articulada com os objetivos específicos e conteúdos definidos pela escola, respeitando as diferenças individuais. A diversidade nos formatos da avaliação deve oferecer oportunidades para que o aluno demonstre seu progresso.

Sendo assim, avaliar é recolher informações que devem servir para duas finalidades básicas: apresentar aos alunos seus progressos, avanços, dificuldades e possibilidades no processo ensino-aprendizagem, e fornecer subsídios que possibilitem ao professor analisar sua prática em sala de aula, procurando melhorá-la dia após dia.

Serão realizadas avaliações nos três trimestres, com atribuição de notas e, posteriormente, uma média, as quais estarão divididas em oralidade, audição, leitura, escrita, pesquisa em sala de aula, trabalho em grupo e/ou individual para progressão dos alunos, de acordo com o estabelecido no projeto político pedagógico da escola em acordo com as DCEs.

O sistema de avaliação adotado pelo Estabelecimento de ensino é Trimestral e será composto pela somatória da nota 5,0 (cinco vírgula zero) referente a atividades diversificadas (trabalhos de pesquisa em grupo ou individual, relatório, debate, etc.) mais a nota 5,0 (cinco vírgula zero) resultante de uma avaliação escrita, totalizando nota final de 10,0 (dez vírgula zero). A Nota do Trimestre será resultante da somativa dos valores cumulativos em várias aferições, na sequência e ordenação de conteúdos e será definida após os estudos de recuperação a que o aluno for submetido.

A recuperação terá valor 10,0 (dez vírgula zero), com caráter substitutivo, ou seja, será proporcionada ao aluno revisão dos conteúdos com uma nova avaliação, onde prevalecerá a nota maior aferição da média final.

Ao final do ano letivo, será calculada a Média Anual dos alunos obedecendo-se a seguinte fórmula:

$$\text{Média Anual} = \frac{1\ \text{Trim.} + 2\ \text{Trim.} + 3\ \text{Trim.} = 6{,}0}{3}$$

5) REFERÊNCIAS

BARROS, Diana Luz de. Contribuições de Bakhtin às teorias do discurso. Dialogismo e construção do sentido. Beth Brait (org.) Campinas: UNICAMP, 1997;

BRASIL. Lei n.º 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Parecer do Conselho Nacional de Educação. Cadernos Temáticos História da Cultura Afrobrasileira e Africana. Ministério da Educação – Ministério Nacional de Educação, 2004;

LEFFA, V. J. O Ensino de Línguas Estrangeiras no Contexto Nacional. Contexturas: APLIESP, n.º 4, p. 13-24, 1999;

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Língua Estrangeira Moderna. Curitiba, 2008;

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Livro Didático Público – Língua Estrangeira Moderna – Ensino Médio. Curitiba;

PAZ, Rodriguez Luz. La Expresión en la clase de E/LE. Santiago de Compostela. Espanha. 23-6. Set.1998;

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Instrução nº 019/2008 – SUED/SEED.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP), do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal; 2012.

REGIMENTO ESCOLAR, do Colégio Estadual José da Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal; 2012.

PROPOSTA

PEDAGÓGOCA

CURRICULAR

DA EJA

PROPOSTA PEDAGÓGICA- CURRICULAR
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA

Ensino Médio

BORRAZÓPOLIS - PR

2012

1 - OBJETIVO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ao ofertar a EJA, a escola propiciará melhores condições de acesso à estrutura física e aos multimeios didáticos presentes na escola, como: laboratórios (informática e ciências), biblioteca, quadra poli esportiva, bem como com apoio de técnicos responsáveis, pedagogos e direção atuante.

É importante pensar o educando a partir de sua realidade. Compreender que o educando da EJA na sua maioria se relaciona com o mundo do trabalho e que por meio dele busca melhorar sua qualidade de vida, tornando relevante contemplar essa característica na organização do trabalho pedagógico. Para adaptar o tempo escolar às necessidades dos educandos, o currículo deve ser organizado de forma que lhes possibilite transitar pela estrutura curricular, de acordo com o seu tempo próprio de construção da aprendizagem.

Nesse contexto, a articulação da modalidade EJA com a diversidade sócio - cultural de seu público deve demandar uma proposta pedagógica curricular que considere o tempo/espaço e a cultura desse grupo, considerando que os saberes e a cultura do educando devem ser respeitadas como ponto de partida real da proposta pedagógica.

1.1 PERFIL DO EDUCANDO

Os alunos são jovens, adultos e idosos que pretendem continuar seus estudos por meio da EJA, onde tem asseguradas oportunidades apropriadas conforme suas características, interesses, condições de vida e trabalho.

Os alunos que buscam a continuidade de estudos pela modalidade Educação de Jovens e Adultos são oriundos das classes populares, com trajetórias escolares descontínuas, com experiência prévia no ensino regular, com histórico de reprovações e períodos de abandono, que acabam por resultar na defasagem etária em relação ao nível de ensino. São muitos fatores adicionais presentes nas histórias de vida desses alunos que é atípica e por se tratar de alunos na faixa etária normalmente adulta, possuem vivências e desejos diversos.

Quando voltam à escola muitos educandos internalizam uma situação de inferioridade, com a auto-estima afetada, justificada por possíveis fracassos anteriores, mas são alunos com sonhos, que tem projeto de vida, mas normalmente sua visão de educação é individualista e utilitária. No seu contexto sócio cultural, a educação de jovens e adultos representa uma alternativa importante para a retomada a escolaridade.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

Este estabelecimento de ensino tem como uma das finalidades, a oferta de escolarização de jovens, adultos e idosos que buscam dar continuidade a seus estudos no Ensino Fundamental ou Médio, assegurando-lhes oportunidades apropriadas, consideradas suas características, interesses, condições de vida e de trabalho, mediante ações didático-pedagógicas coletivas e/ou individuais.

Portanto, este Estabelecimento Escolar oferta Educação de Jovens e Adultos – Presencial, que contempla o total de carga horária estabelecida na legislação vigente nos níveis do Ensino Fundamental e Médio, com avaliação no processo.

Os cursos são caracterizados por estudos presenciais desenvolvidos de modo a viabilizar processos pedagógicos, tais como:

5. pesquisa e problematização na produção do conhecimento;
6. desenvolvimento da capacidade de ouvir, refletir e argumentar;
7. registros, utilizando recursos variados (esquemas, anotações, fotografias, ilustrações, textos individuais e coletivos), permitindo a sistematização e socialização dos conhecimentos;
8. vivências culturais diversificadas que expressem a cultura dos educandos, bem como a reflexão sobre outras formas de expressão cultural.

Para que o processo seja executado a contento, serão estabelecidos plano de estudos e atividades. O Estabelecimento de Ensino deverá disponibilizar o Guia de Estudos aos educandos, a fim de que este tenha acesso a todas as informações sobre a organização da modalidade.

Organização Coletiva:

Será programada pela escola e oferecida aos educandos por meio de um cronograma que estipula o período, dias e horário das aulas, com previsão de início e término de cada disciplina, oportunizando ao educando a integralização do currículo. A mediação pedagógica ocorrerá priorizando o encaminhamento dos conteúdos de forma coletiva, na relação professor-educandos e considerando os saberes adquiridos na história de vida de cada educando.

A organização coletiva destina-se, preferencialmente, àqueles que têm possibilidade de freqüentar com regularidade as aulas, a partir de um cronograma pré-estabelecido.

Organização Individual:

A organização individual destina-se àqueles educandos trabalhadores que não têm possibilidade de freqüentar com regularidade as aulas, devido às condições de horários alternados de trabalho e para os que foram matriculados mediante classificação, aproveitamento de estudos ou que foram reclassificados ou desistentes quando não há, no momento em que sua matrícula é reativada, turma organizada coletivamente para a sua inserção. Será programada pela escola e oferecida aos educandos por meio de um cronograma que estipula os dias e horários das aulas, contemplando o ritmo próprio do educando, nas suas condições de vinculação à escolarização e nos saberes já apropriados.

1.3 NÍVEL DE ENSINO

1.3.1 Ensino Fundamental – Fase II

Ao se ofertar estudos referentes ao Ensino Fundamental – Fase II, este estabelecimento escolar terá como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais, que consideram os conteúdos ora como meios, ora como fim do processo de formação humana dos educandos, para que os mesmos possam produzir e ressignificar bens culturais, sociais, econômicos e deles usufruírem.

Visa, ainda, o encaminhamento para a conclusão do Ensino Fundamental e possibilita a continuidade dos estudos para o Ensino Médio.

1.3.2 Ensino Médio

O Ensino Médio no Estabelecimento Escolar terá como referência em sua oferta, os princípios, fundamentos e procedimentos propostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Parecer 15/98 e Resolução n.º 02 de 07 de abril de 1998/CNE, nas Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação de Jovens e Adultos e nas Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica.

1.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL

A EJA contempla, também, o atendimento a educandos com necessidades educativas especiais, inserindo estes no conjunto de educandos da organização coletiva ou individual, priorizando ações que oportunizem o acesso, a permanência e o êxito dos mesmos no espaço escolar, considerando a situação em que se encontram individualmente estes educandos.

Uma vez que esta terminologia pode ser atribuída a diferentes grupos de educandos, desde aqueles que apresentam deficiências permanentes até aqueles que, por razões diversas, fracassam em seu processo de aprendizagem escolar, a legislação assegura a oferta de atendimento educacional especializado aos educandos que apresentam necessidades educativas especiais decorrentes de:

1. deficiências mental, física/neuromotora, visual e auditiva;
2. condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos;
3. superdotação/altas habilidades.

É importante destacar que “especiais” devem ser consideradas as alternativas e as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem e participação de todos os alunos.[2]

Desse modo, desloca-se o enfoque do especial ligado ao educando para o enfoque do especial atribuído à educação. Mesmo que os educandos apresentem características diferenciadas decorrentes não apenas de deficiências mas, também,

[2] CARVALHO, R.E. Removendo barreiras à aprendizagem. Porto Alegre, 2000, p.17.

de condições sócio-culturais diversas e econômicas desfavoráveis, eles terão direito a receber apoios diferenciados daqueles normalmente oferecidos pela educação escolar.

Garante-se, dessa forma, que a inclusão educacional realize-se, assegurando o direito à igualdade com eqüidade de oportunidades. Isso não significa o modo igual de educar a todos, mas uma forma de garantir os apoios e serviços especializados para que cada um aprenda, resguardando-se suas singularidades.

1.5 AÇÕES PEDAGÓGICAS DESCENTRALIZADAS

Este Estabelecimento Escolar desenvolverá ações pedagógicas descentralizadas, efetivadas em situações de evidente necessidade, dirigidas a grupos sociais com perfis e necessidades próprias e onde não haja oferta de escolarização para jovens, adultos e idosos, respeitada a proposta pedagógica e o regimento escolar, desde que autorizado pela SEED/PR, segundo critérios estabelecidos pela mesma Secretaria em instrução própria.

1.6 FREQÜÊNCIA

A carga horária prevista para as organizações individual e coletiva é de 100% (cem por cento) presencial no Ensino Fundamental – Fase II e no Ensino Médio, sendo que a freqüência mínima na organização coletiva é de 75% (setenta e cinco por cento) e na organização individual é de 100% (cem por cento), em sala de aula.

1.7 EXAMES SUPLETIVOS

Este Estabelecimento Escolar ofertará Exames Supletivos, atendendo ao disposto na Lei n.º 9394/96, desde que autorizado e credenciado pela Secretaria de

Estado da Educação, por meio de Edital próprio emitido pelo Departamento de Educação e Trabalho, através da Coordenação da Educação de Jovens e Adultos.

1.8 CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico e administrativo do estabelecimento de ensino, em conformidade com a legislação educacional vigente e orientações da SEED.

O Conselho Escolar é composto por representantes da comunidade escolar e representantes de movimentos sociais organizados e comprometidos com a educação pública, presentes na comunidade, sendo presidido por seu membro nato, o(a) diretor(a) escolar.

A comunidade escolar é compreendida como o conjunto dos profissionais da educação atuantes no estabelecimento de ensino, alunos devidamente matriculados e frequentando regularmente, pais e/ou responsáveis pelos alunos.

A participação dos representantes dos movimentos sociais organizados, presentes na comunidade, não ultrapassará um quinto (*1/5*) do colegiado.

O Conselho Escolar poderá eleger seu vice-presidente dentre os membros que o compõem, maiores de 18 (dezoito) anos.

O Conselho Escolar tem como principal atribuição, aprovar e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino.

Os representantes do Conselho Escolar são escolhidos entre seus pares, mediante processo eletivo, de cada segmento escolar, garantindo-se a representatividade dos níveis e modalidades de ensino.

Parágrafo Único - As eleições dos membros do Conselho Escolar, titulares e suplentes, realizar-se-ão em reunião de cada segmento convocada para este fim, para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se uma única reeleição consecutiva.

O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade e da proporcionalidade, é constituído pelos seguintes conselheiros:

I - diretor (a);

II- representante da equipe pedagógica;

III- representante da equipe docente *(*professores*)*;

IV- representante da equipe técnico-administrativa;

V- representante da equipe auxiliar operacional;

VI- representante dos discentes *(*alunos*)*;

VII- representante dos pais ou responsáveis pelo aluno;

VIII- representante do Grêmio Estudantil;

IX- representante dos movimentos sociais organizados da comunidade *(*APMF, Associação de Moradores, Igrejas, Unidades de Saúde etc*.).*

O Conselho Escolar é regido por Estatuto próprio, aprovado por 2/3 *(*dois terços*)* de seus integrantes.

1.9 MATERIAIS DE APOIO DIDÁTICO

Serão adotados os materiais indicados pelo Departamento de Educação e Trabalho/Coordenação de Educação de Jovens e Adultos, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, como material de apoio.

Além desse material, os docentes, na sua prática pedagógica, deverão utilizar outros recursos didáticos.

1.10 BIBLIOTECA ESCOLAR

A biblioteca é um espaço pedagógico democrático com acervo bibliográfico à disposição de toda a comunidade escolar.

A biblioteca tem Regulamento específico, elaborado pela equipe pedagógica e aprovado pelo Conselho Escolar, no qual consta sua organização e funcionamento.

A biblioteca estará sob a responsabilidade de integrante do quadro técnico-administrativo, indicado pela direção, o qual tem suas atribuições especificadas na Seção VII, Capítulo I, Título II, deste Regimento Escolar.

1.11 LABORATÓRIO

O laboratório de Química, Física e Biologia é um espaço pedagógico para uso dos professores e alunos, com Regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Escolar, que tem por finalidade auxiliar a compreensão de conteúdos trabalhados nas disciplinas.

O profissional responsável pelo laboratório de Química, Física e Biologia tem suas atribuições especificadas na Seção VII, Capítulo I, Título II, deste Regimento Escolar.

O laboratório de Informática é um espaço pedagógico para uso dos professores e alunos, com Regulamento próprio aprovado pelo Conselho Escolar, que tem por finalidade auxiliar a compreensão de conteúdos trabalhados nas diferentes disciplinas do Ensino Fundamental, Médio e Educação Profissional, como uma alternativa metodológica diferenciada.

O laboratório de Informática é de responsabilidade de integrante do quadro técnico-administrativo, indicado pela direção, com domínio básico da ferramenta, e suas atribuições estão especificadas na Seção VII, Capítulo I, Título II, deste Regimento Escolar.

1.12 RECURSOS TECNOLÓGICOS

Os recursos áudio - visuais disponíveis no Colégio, são utilizados de maneira dinâmica no qual possibilita o desenvolvimento de habilidades que melhoram a capacidade de ensino-aprendizagem. Para cada recurso é feito um agendamento prévio para seu uso, que é anexado em Edital, pelo professor responsável.

2. FILOSOFIA E PRINCÍPIOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

A educação de adultos exige uma inclusão que tome por base o reconhecimento do jovem adulto como sujeito. Coloca-nos o desafio de pautar o processo educativo pela compreensão e pelo respeito do diferente e da diversidade: ter o direito a ser igual quando a diferença nos inferioriza e o de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza. Ao pensar no desafio de construirmos princípios que regem a educação de adultos, há de buscar-se uma educação qualitativamente diferente, que tem como perspectiva uma sociedade tolerante e igualitária, que a reconhece ao longo da vida como direito inalienável de todos. (SANTOS, 2004)

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, enquanto modalidade educacional que atende a educandos-trabalhadores, tem como finalidade e objetivos o compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral, de modo a que os educandos venham a participar política e produtivamente das relações sociais, com comportamento ético e compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral.

Tendo em vista este papel, a educação deve voltar-se para uma formação na qual os educandos-trabalhadores possam: aprender permanentemente, refletir criticamente; agir com responsabilidade individual e coletiva; participar do trabalho e da vida coletiva; comportar-se de forma solidária; acompanhar a dinamicidade das mudanças sociais; enfrentar problemas novos construindo soluções originais com agilidade e rapidez, a partir da utilização metodologicamente adequada de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos[3].

Sendo assim, para a concretização de uma prática administrativa e pedagógica verdadeiramente voltada à formação humana, é necessário que o processo ensino-aprendizagem, na Educação de Jovens e Adultos seja coerente com

α) o seu papel na socialização dos sujeitos, agregando elementos e valores que os levem à emancipação e à afirmação de sua identidade cultural;

---

[3] KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio:** construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000, p.40.

β) o exercício de uma cidadania democrática, reflexo de um processo cognitivo, crítico e emancipatório, com base em valores como respeito mútuo, solidariedade e justiça;

χ) os três eixos articuladores do trabalho pedagógico com jovens, adultos e idosos – cultura, trabalho e tempo;

Segundo as Diretrizes Curriculares Estaduais de EJA, as relações entre cultura, conhecimento e currículo, oportunizam uma proposta pedagógica pensada e estabelecida a partir de reflexões sobre a diversidade cultural, tornando-a mais próxima da realidade e garantindo sua função socializadora – promotora do acesso ao conhecimento capaz de ampliar o universo cultural do educando – e, sua função antropológica - que considera e valoriza a produção humana ao longo da história.

A compreensão de que o educando da EJA relaciona-se com o mundo do trabalho e que através deste busca melhorar a sua qualidade de vida e ter acesso aos bens produzidos pelo homem, significa contemplar, na organização curricular, as reflexões sobre a função do trabalho na vida humana.

É inerente a organização pedagógico-curricular da EJA, a valorização dos diferentes tempos necessários à aprendizagem dos educandos de EJA, considerando os saberes adquiridos na informalidade das suas vivências e do mundo do trabalho, face à diversidade de suas características.

E ainda, conforme as Diretrizes Curriculares Estaduais de Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná:

I. A EJA deve constituir-se de uma estrutura flexível, pois há um tempo diferenciado de aprendizagem e não um tempo único para todos os educandos, bem como os mesmos possuem diferentes possibilidades e condições de reinserção nos processos educativos formais;

II. O tempo que o educando jovem, adulto e idoso permanecerá no processo educativo tem valor próprio e significativo, assim sendo à escola cabe superar um ensino de caráter enciclopédico, centrado mais na quantidade de informações do que na relação qualitativa com o conhecimento;

III. Os conteúdos específicos de cada disciplina, deverão estar articulados à realidade, considerando sua dimensão sócio-histórica, vinculada ao mundo do trabalho, à ciência, às novas tecnologias, dentre outros;

IV. A escola é um dos espaços em que os educandos desenvolvem a capacidade de pensar, ler, interpretar e reinventar o seu mundo, por meio da atividade reflexiva. A ação da escola será de mediação entre o educando e os saberes, de forma a que o mesmo assimile estes conhecimentos como instrumentos de transformação de sua realidade social;

V. O currículo na EJA não deve ser entendido, como na pedagogia tradicional, que fragmenta o processo de conhecimento e o hierarquiza nas matérias escolares, mas sim, como uma forma de organização abrangente, na qual os conteúdos culturais relevantes, estão articulados à realidade na qual o educando se encontra, viabilizando um processo integrador dos diferentes saberes, a partir da contribuição das diferentes áreas/disciplinas do conhecimento.

Por isso, a presente proposta e o currículo dela constante incluirá o desenvolvimento de conteúdos e formas de tratamento metodológico que busquem chegar às finalidades da educação de jovens e adultos, a saber:

- Traduzir a compreensão de que jovens e adultos não são atrasados em seu processo de formação, mas são sujeitos sócio-histórico-culturais, com conhecimentos e experiências acumuladas, com tempo próprio de formação e aprendizagem;
- Contribuir para a ressignificação da concepção de mundo e dos próprios educandos;
- O processo educativo deve trabalhar no sentido de ser síntese entre a objetividade das relações sociais e a subjetividade, de modo que as diferentes linguagens desenvolvam o raciocínio lógico e a capacidade de utilizar conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos;
- Possibilitar trajetórias de aprendizado individuais com base na referência, nos interesses do educando e nos conteúdos necessários ao exercício da cidadania e do trabalho;
- Fornecer subsídios para que os educandos tornem-se ativos, criativos, críticos e democráticos;

Em síntese, o atendimento a escolarização de jovens, adultos e idosos, não refere-se exclusivamente a uma característica etária, mas a articulação desta modalidade com a diversidade sócio-cultural de seu público, composta, dentre outros, por populações do campo, em privação de liberdade, com necessidades

educativas especiais, indígenas, que demandam uma proposta pedagógica-curricular que considere o tempo/espaço e a cultura desse grupos.

3 - INDICAÇÃO DA ÁREA OU FASE DE ESTUDOS

Propõe-se a oferta do curso de Educação de Jovens e Adultos no nível do Ensino Fundamental – Fase II e do Ensino Médio a jovens, adultos e idosos que não tiveram o acesso ou continuidade em seus estudos.

4. MATRIZ CURRICULAR

4.1 Ensino Fundamental – Fase II

EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Fundamental Fase II (EJA)

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENSINO FUNDAMENTAL – FASE II
ESTABELECIMENTO:
ENTIDADE MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná
MUNICÍPIO: NRE:
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 1º Sem/2011 FORMA: Simultânea
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 1600/1610 H/A ou 1920/1932 HORAS

DISCIPLINAS	Total de Horas	Total de horas/aula
LÍNGUA PORTUGUESA	280	336
ARTE	94	112
LEM - INGLÊS	213	256
EDUCAÇÃO FÍSICA	94	112
MATEMÁTICA	280	336
CIÊNCIAS NATURAIS	213	256
HISTÓRIA	213	256
GEOGRAFIA	213	256
ENSINO RELIGIOSO*	10	12
Total de Carga Horária do Curso	***1600/1610 horas ou 1920/1932 h/a***	
*DISCIPLINA DE OFERTA OBRIGATÓRIA PELO ESTABELECIMENTO DE ENSINO E DE MATRÍCULA FACULTATIVA PARA O EDUCANDO.		

4.2 Ensino Médio

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENSINO MÉDIO
ESTABELECIMENTO: Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Médio
ENTIDADE MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná
MUNICÍPIO: Borrazópolis NRE: Apucarana
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 1º Sem/2011 FORMA: Simultânea
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 1440 H/A ou 1200 HORAS

DISCIPLINAS	Total de Horas	Total de horas/aula
LÍNGUA PORT. E LITERATURA	174	208
LEM – INGLÊS	106	128
ARTE	54	64
FILOSOFIA	54	64
SOCIOLOGIA	54	64
EDUCAÇÃO FÍSICA	54	64
MATEMÁTICA	174	208
QUÍMICA	106	128
FÍSICA	106	128
BIOLOGIA	106	128
HISTÓRIA	106	128
GEOGRAFIA	106	128
TOTAL	**1200**	**1440**
Total de Carga Horária do Curso	***1200 horas*** ***ou***	***1440 h/a***

5. CONCEPÇÃO, CONTEÚDOS E SEUS RESPECTIVOS ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

A Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná é uma modalidade de ensino da Educação Básica cuja concepção de currículo compreende a escola como espaço sócio-cultural que propicia a valorização dos diversos grupos que a compõem, ou seja, considera os educandos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.

Esse currículo entendido, ainda, como um processo de construção coletiva do conhecimento escolar articulado à cultura, em seu sentido antropológico, constitui-se no elemento principal de mediação entre educadores e educandos e deve ser organizado de tal forma que possibilite aos educandos transitarem pela estrutura curricular e, de forma dialógica entre educando e educador tornar os conhecimentos significativos às suas práticas diárias. Nesta ótica o conhecimento se constitui em núcleo estruturador do conteúdo do ensino.

Nesse enfoque, a organização do trabalho pedagógico na Educação de Jovens e Adultos, prevendo a inclusão de diferentes sujeitos, necessita ser pensada em razão dos critérios de uma seleção de conteúdos que lhes assegure o acesso aos conhecimentos historicamente construídos e o respeito às suas especificidades.

Após a definição das Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica, a Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná como modalidade da Educação Básica, passa a adotar os mesmos conteúdos curriculares previstos por essas diretrizes.

No entanto, cabe ressaltar que a organização metodológica das práticas pedagógicas, dessa modalidade deve considerar os três eixos articuladores propostos nas Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos: Trabalho, Cultura e Tempo, os quais devem se articular tendo em vista a apropriação do conhecimento que não deve se restringir à transmissão/assimilação de fatos, conceitos, idéias, princípios, informações etc., mas sim compreender a aquisição cognoscitiva e estar intrinsecamente ligados à abordagem dos conteúdos curriculares propostos para a Educação Básica.

6 . PROCESSOS DE AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E PROMOÇÃO

6.1 Concepção de Avaliação

A avaliação é compreendida como uma prática que alimenta e orienta a intervenção pedagógica. É um dos principais componentes do ensino, pelo qual se estuda e interpreta os dados da aprendizagem. Tem a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos educandos, diagnosticar os resultados atribuindo-lhes valor. A avaliação será realizada em função dos conteúdos expressos na proposta pedagógica.

Na avaliação da aprendizagem é fundamental a análise da capacidade de reflexão dos educandos frente às suas próprias experiências. E, portanto, deve ser entendida como processo contínuo, descritivo, compreensivo que oportuniza uma atitude crítico -reflexiva frente à realidade concreta.

A avaliação educacional, nesse Estabelecimento Escolar, seguirá orientações contidas no artigo 24, da LDBEN 9394/96, e compreende os seguintes princípios:

- investigativa ou diagnóstica: possibilita ao professor obter informações necessárias para propor atividades e gerar novos conhecimentos;
- contínua: permite a observação permanente do processo ensino-aprendizagem e possibilita ao educador repensar sua prática pedagógica;
- sistemática: acompanha o processo de aprendizagem do educando, utilizando instrumentos diversos para o registro do processo;
- abrangente: contempla a amplitude das ações pedagógicas no tempo-escola do educando;
- permanente: permite um avaliar constante na aquisição dos conteúdos pelo educando no decorrer do seu tempo-escola, bem como do trabalho pedagógico da escola.

Os conhecimentos básicos definidos nesta proposta serão desenvolvidos ao longo da carga horária total estabelecida para cada disciplina, conforme a matriz curricular, com oferta diária de 04 (quatro) horas-aula por turno, com avaliação presencial ao longo do processo ensino-aprendizagem.

Considerando que os saberes e a cultura do educando devem ser respeitados como ponto de partida real do processo pedagógico, a avaliação contemplará, necessariamente, as experiências acumuladas e as transformações que marcaram o seu trajeto educativo, tanto anterior ao reingresso na educação formal, como durante o atual processo de escolarização.

A avaliação processual utilizará técnicas e instrumentos diversificados, tais como: provas escritas, trabalhos práticos, debates, seminários, experiências e pesquisas, participação em trabalhos coletivos e/ou individuais, atividades complementares propostas pelo professor, que possam elevar o grau de aprendizado dos educandos e avaliar os conteúdos desenvolvidos.

É vedada a avaliação em que os educandos sejam submetidos a uma única oportunidade de aferição. O resultado das atividades avaliativas, será analisado pelo educando e pelo professor, em conjunto, observando quais são os seus avanços e necessidades, e as consequentes demandas para aperfeiçoar a prática pedagógica.

6.2 Procedimentos e Critérios para Atribuição de Notas

i) as avaliações utilizarão técnicas e instrumentos diversificados, sempre com finalidade educativa;

j) para fins de promoção ou certificação, serão registradas 02 (duas) a 06 (seis) notas por disciplina, que corresponderão às provas individuais escritas e também a outros instrumentos avaliativos adotados, durante o processo de ensino, a que, obrigatoriamente, o educando se submeterá na presença do professor, conforme descrito no Regimento Escolar. Na disciplina de Ensino Religioso, as avaliações realizadas no decorrer do processo ensino-aprendizagem não terão registro de nota para fins de promoção e certificação.

k) a avaliação será realizada no processo de ensino e aprendizagem, sendo os resultados expressos em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero);

para fins de promoção ou certificação, a nota mínima exigida é 6,0 (seis vírgula zero), em cada disciplina, de acordo com a Resolução n.º

3794/04 – SEED e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária de cada disciplina na organização coletiva e 100% (cem por cento) na organização individual;

l) o educando deverá atingir, pelo menos a nota 6,0 (seis vírgula zero) em cada registro da avaliação processual. Caso contrário, terá direito à recuperação de estudos. Para os demais, a recuperação será ofertada como acréscimo ao processo de apropriação dos conhecimentos;

m) para os educandos que cursarem 100% da carga horária da disciplina, a média final corresponderá à média aritmética das avaliações processuais, devendo os mesmos atingir pelo menos a nota 6,0 (seis vírgula zero);

n) os resultados das avaliações dos educandos deverão ser registrados em documentos próprios, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade da vida escolar do educando;

o) o educando portador de necessidades educativas especiais, será avaliado não por seus limites, mas pelos conteúdos que será capaz de desenvolver.

6.3 Recuperação de Estudos

A oferta da recuperação de estudos significa encarar o erro como hipótese de construção do conhecimento, de aceitá-lo como parte integrante da aprendizagem, possibilitando a reorientação dos estudos. Ela se dará concomitantemente ao processo ensino-aprendizagem, considerando a apropriação dos conhecimentos básicos, sendo direito de todos os educandos, independentemente do nível de apropriação dos mesmos.

A recuperação será também individualizada, organizada com atividades significativas, com indicação de roteiro de estudos, entrevista para melhor diagnosticar o nível de aprendizagem de cada educando.

Assim, principalmente para os educandos que não se apropriarem dos conteúdos básicos, será oportunizada a recuperação de estudos por meio de

exposição dialogada dos conteúdos, de novas atividades significativas e de novos instrumentos de avaliação, conforme o descrito no Regimento Escolar.

6.4 Aproveitamento de Estudos

O aluno poderá requerer aproveitamento de estudos realizados com êxito, amparado pela legislação vigente, conforme regulamentado no Regimento Escolar, por meio de cursos ou de exames supletivos, nos casos de matrícula inicial, transferência e prosseguimento de estudos.

6.5 Classificação e Reclassificação

Para a classificação e reclassificação este estabelecimento de ensino utilizará o previsto na legislação vigente, conforme regulamentado no Regimento Escolar.

7. REGIME ESCOLAR

O Estabelecimento Escolar funcionará, preferencialmente, no período noturno, podendo atender no período vespertino e/ou matutino, de acordo com a demanda de alunos, número de salas de aula e capacidade, com a expressa autorização do Departamento de Educação e Trabalho, da Secretaria de Estado da Educação.

As informações relativas aos estudos realizados pelo educando serão registradas no Histórico Escolar, aprovado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

O Relatório Final para registro de conclusão do Curso, será emitido pelo estabelecimento de ensino a partir da conclusão das disciplinas constantes na matriz curricular.

Este Estabelecimento Escolar poderá executar ações pedagógicas descentralizadas para atendimento de demandas específicas - desde que autorizado pelo Departamento de Educação e Trabalho, da Secretaria de Estado da Educação – em locais onde não haja a oferta de EJA e para grupos ou indivíduos em situação especial, como por exemplo, em unidades sócio-educativas, no sistema prisional, em comunidades indígenas, de trabalhadores rurais temporários, de moradores em comunidades de difícil acesso, dentre outros.

7.1 Organização

Os conteúdos escolares estão organizados por disciplinas no Ensino Fundamental – Fase II e Médio, conforme dispostas nas Matrizes Curriculares, em concordância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, contidas nos Pareceres n.º 02 e 04/98-CEB/CNE para o Ensino Fundamental e Resolução n.º 03/98 e Parecer n.º 15/98 - CEB/CNE para o Ensino Médio e com as Deliberações nº 01/06, nº 04/06, nº 07/06 e nº 03/08, todas do Conselho Estadual de Educação.

7.2 Formas de atendimento

A educação neste Estabelecimento Escolar é de forma presencial, com as seguintes ofertas :

a) organização coletiva e individual para o Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio, em todas as disciplinas, sendo priorizadas as vagas para matrícula na organização coletiva.

7.2.1 Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio

No Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio considerar-se-á, a oferta de 100% da carga horária total estabelecida.

7.3 Matrícula

Para a matrícula no Estabelecimento Escolar de Educação de Jovens e Adultos:

e) a idade para ingresso respeitará a legislação vigente;

f) será respeitada instrução própria de matrícula expedida pela mantenedora;

g) o educando do Ensino Fundamental – Fase II e do Ensino Médio, poderá matricular-se de uma a quatro disciplinas simultaneamente;

h) poderão ser aproveitadas integralmente disciplinas concluídas com êxito por meio de cursos organizados por disciplina, por exames supletivos, série(s) e de período(s) / etapa(s) / semestre(s) equivalente(s) à conclusão de série(s) do ensino regular, mediante apresentação de comprovante de conclusão, conforme regulamentado no Regimento Escolar;

i) para os educandos que não participaram do processo de escolarização formal/escolar; bem como o educando desistente do processo de escolarização formal/escolar, em anos letivos anteriores, poderão ter seus conhecimentos aferidos por processo de classificação, definidos no Regimento Escolar;

j) será considerado desistente, na disciplina, o educando que se ausentar por mais de 02 (dois) meses consecutivos, devendo a escola, no seu retorno, reativar sua matrícula para dar continuidade aos seus estudos, aproveitando a carga horária cursada e os registros de notas obtidos, desde que o prazo de desistência não ultrapasse 02 (dois) anos, a partir da data da matrícula inicial;

k) o educando desistente, por mais de dois anos, a partir da data de matrícula inicial na disciplina, no seu retorno, deverá fazer rematrícula na disciplina, podendo participar do processo de reclassificação.

No ato da matrícula, conforme instrução própria da mantenedora, o educando será orientado por equipe de professor-pedagogo sobre: a organização dos cursos, o funcionamento do estabelecimento: horários, calendário, regimento escolar, a duração e a carga horária das disciplinas.

O educando será orientado pelos professores das diferentes disciplinas, que os receberá individualmente ou em grupos agendados, efetuando as orientações metodológicas, bem como as devidas explicações sobre os seguintes itens que compõem o Guia de Estudos:

- a organização dos cursos;
- o funcionamento do estabelecimento: horários, calendário, regimento escolar;
- a dinâmica de atendimento ao educando;
- a duração e a carga horária das disciplinas;
- os conteúdos e os encaminhamentos metodológicos;
- o material de apoio didático;
- as sugestões bibliográficas para consulta;
- a avaliação;
- outras informações necessárias.

7.4 MATERIAL DIDÁTICO

O material didático, indicado pela mantenedora, constitui-se como um dos recursos de apoio pedagógico do Estabelecimento Escolar da Rede Pública do Estado do Paraná de Educação de Jovens e Adultos.

7.5 AVALIAÇÃO

k) avaliação será diagnóstica, contínua, sistemática, abrangente, permanente;

l) as avaliações utilizarão técnicas e instrumentos diversificados, sempre com finalidade educativa;

m) para fins de promoção ou certificação, serão registradas 02 (duas) a 06 (seis) notas por disciplina, que corresponderão às provas individuais escritas e também a outros instrumentos avaliativos adotados, durante o processo de ensino, a que, obrigatoriamente, o educando se submeterá na presença do professor, conforme descrito no regimento escolar;

n) a avaliação será realizada no processo de ensino e aprendizagem, sendo os resultados expressos em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero);

o) para fins de promoção ou certificação, a nota mínima exigida é 6,0 (seis vírgula zero), em cada disciplina, de acordo com a Resolução n.º 3794/04 – SEED e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento)do total da carga horária de cada disciplina na organização coletiva e 100% (cem por cento) na organização individual;

p) o educando deverá atingir, pelo menos a nota 6,0 (seis vírgula zero) em cada registro da avaliação processual. Caso contrário, terá direito à recuperação de estudos. Para os demais, a recuperação será ofertada como acréscimo ao processo de apropriação dos conhecimentos;

q) a média final, de cada disciplina, corresponderá à média aritmética das avaliações processuais, devendo os mesmos atingir pelo menos a nota 6,0 (seis vírgula zero);

r) os resultados das avaliações dos educandos deverão ser registrados em documentos próprios, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade da vida escolar do educando;

s) o educando portador de necessidades educativas especiais, será avaliado não por seus limites, mas pelos conteúdos que será capaz de desenvolver.

7.6 RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

A oferta da recuperação de estudos significa encarar o erro como hipótese de construção do conhecimento, de aceitá-lo como parte integrante da aprendizagem, possibilitando a reorientação dos estudos. Ela se dará concomitantemente ao processo ensino-aprendizagem, considerando a apropriação dos conhecimentos básicos, sendo direito de todos os educandos, independentemente do nível de apropriação dos mesmos.

A recuperação será também individualizada, organizada com atividades significativas, com indicação de roteiro de estudos, entrevista para melhor diagnosticar o nível de aprendizagem de cada educando.

Assim, principalmente para os educandos que não se apropriarem dos conteúdos básicos, será oportunizada a recuperação de estudos por meio de exposição dialogada dos conteúdos, de novas atividades significativas e de novos instrumentos de avaliação, conforme o descrito no Regimento Escolar.

7.7 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS, CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO

Os procedimentos de aproveitamento de estudos, classificação e reclassificação estão regulamentados no Regimento Escolar e atenderão o disposto na legislação vigente.

7.8 ÁREA DE ATUAÇÃO

As ações desenvolvidas pelo Estabelecimento Escolar Estadual que oferta a Educação de Jovens e Adultos limitam-se à jurisdição do Estado do Paraná, do Núcleo Regional de Educação, podendo estabelecer ações pedagógicas descentralizadas, desde que autorizadas pela mantenedora.

7.9 ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

Este Estabelecimento Escolar, em consonância com as orientações da SEED, oportunizará o estágio não - obrigatório, como atividade opcional, desenvolvido no ambiente de trabalho, conforme a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

8. RECURSOS HUMANOS

8.1 Atribuições dos Recursos Humanos

De todos os profissionais que atuam na gestão, ensino e apoio pedagógico neste Estabelecimento Escolar na modalidade Educação de Jovens e Adultos, exigir-se-á o profundo conhecimento e estudo constante da fundamentação teórica e da função social da EJA, do perfil de seus educandos jovens, adultos e idosos; das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais de EJA; bem como as legislações e suas regulamentações inerentes à Educação e, em especial, à Educação de Jovens e Adultos.

8.1.1 Direção

A direção escolar é composta pelo diretor(a) e diretor(a) auxiliar, escolhidos democraticamente entre os componentes da comunidade escolar, conforme legislação em vigor.

A função de diretor(a), como responsável pela efetivação da gestão democrática, é a de assegurar o alcance dos objetivos educacionais definidos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino.

- Compete ao diretor(a):

I- cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor;

II- responsabilizar-se pelo patrimônio público escolar recebido no ato da posse;

III- coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da escola, construído coletivamente e aprovado pelo Conselho Escolar;

IV- coordenar e incentivar a qualificação permanente dos profissionais da educação;

V- implementar a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, em observância às Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;

VI- coordenar a elaboração do Plano de Ação do estabelecimento de ensino e submetê-lo à aprovação do Conselho Escolar;

VII- convocar e presidir as reuniões do Conselho Escolar, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente;

VIII- elaborar os planos de aplicação financeira sob sua responsabilidade, consultando a comunidade escolar e colocando-os em edital público;

IX- prestar contas dos recursos recebidos, submetendo-os à aprovação do Conselho Escolar e fixando-os em edital público;

X- coordenar a construção coletiva do Regimento Escolar, em consonância com a legislação em vigor, submetendo-o à apreciação do Conselho Escolar e, após, encaminhá-lo ao NRE para a devida aprovação;

XI- garantir o fluxo de informações no estabelecimento de ensino e deste com os órgãos da administração estadual;

XII- encaminhar aos órgãos competentes as propostas de modificações no ambiente escolar, quando necessárias, aprovadas pelo Conselho Escolar;

XIII- deferir os requerimentos de matrícula;

XIV- elaborar o calendário escolar, de acordo com as orientações da SEED, submetê-lo à apreciação do Conselho Escolar e encaminhá-lo ao NRE para homologação;

XV- acompanhar o trabalho docente, referente às reposições de horas-aula aos discentes;

XVI- assegurar o cumprimento dos dias letivos, horas-aula e horas-atividade estabelecidos;

XVII- promover grupos de trabalho e estudos ou comissões encarregadas de estudar e propor alternativas para atender aos problemas de natureza pedagógico-administrativa no âmbito escolar;

XVIII- propor à Secretaria de Estado da Educação, via Núcleo Regional de Educação, após aprovação do Conselho Escolar, alterações na oferta de ensino e abertura ou fechamento de cursos;

XIX- participar e analisar da elaboração dos Regulamentos Internos e encaminhá-los ao Conselho Escolar para aprovação;

XX- supervisionar a cantina comercial e o preparo da merenda escolar, quanto ao cumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente relativamente a exigências sanitárias e padrões de qualidade nutricional;

XXI- presidir o Conselho de Classe, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente;

XXII- definir horário e escalas de trabalho da equipe técnico-administrativa e equipe auxiliar operacional;

XXIII- articular processos de integração da escola com a comunidade;

XXIV- solicitar ao NRE suprimento e cancelamento de demanda de funcionários e professores do estabelecimento, observando as instruções emanadas da SEED;

XXV- organizar horário adequado para a realização da Prática Profissional Supervisionada do funcionário cursista do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação – Profuncionário, no horário de trabalho, correspondendo a 50% (cinquenta por cento) da carga horária da Prática Profissional Supervisionada, conforme orientação da SEED, contida no Plano de Curso;

XXVI- participar, com a equipe pedagógica, da análise e definição de projetos a serem inseridos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino, juntamente com a comunidade escolar;

XXVII- cooperar com o cumprimento das orientações técnicas de vigilância sanitária e epidemiológica;

XXVIII- viabilizar salas adequadas quando da oferta do ensino extracurricular plurilinguístico da Língua Estrangeira Moderna, pelo Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CELEM;

XXIX- disponibilizar espaço físico adequado quando da oferta de Serviços e Apoios Pedagógicos Especializados, nas diferentes áreas da Educação Especial;

XXX- assegurar a realização do processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;

XXXI- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XXXII- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, pais e com os demais segmentos da comunidade escolar; XXXIII- cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Art. 19- Compete ao(à) diretor(a) auxiliar assessorar o(a) diretor(a) em todas as suas atribuições e substituí-lo(a) na sua falta ou por algum impedimento.

8.1.2 Professor Pedagogo

A equipe pedagógica é responsável pela coordenação, implantação e implementação no estabelecimento de ensino das Diretrizes Curriculares definidas no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar, em consonância com a política educacional e orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação.

A equipe pedagógica é composta por professores graduados em Pedagogia.

Compete à equipe pedagógica:

I- coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Ação do estabelecimento de ensino;

II- orientar a comunidade escolar na construção de um processo pedagógico, em uma perspectiva democrática;

III- participar e intervir, junto à direção, na organização do trabalho pedagógico escolar, no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar, **nas datas estipuladas no calendário escolar**;

IV- coordenar a construção coletiva e a efetivação da proposta pedagógica curricular do estabelecimento de ensino, a partir das políticas educacionais da SEED e das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;

V- orientar o processo de elaboração dos Planos de Trabalho Docente junto ao coletivo de professores do estabelecimento de ensino;

VI- acompanhar o trabalho docente, quanto às reposições de horas-aula aos discentes;

VII- promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico visando à elaboração de propostas de intervenção para a qualidade de ensino para todos, nas datas previamente estipuladas no calendário escolar;

VIII- participar da elaboração de projetos de formação continuada dos profissionais do estabelecimento de ensino, que tenham como finalidade a realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar;

IX- organizar, junto à direção da escola, a realização dos Pré-

Conselhos e dos Conselhos de Classe, de forma a garantir um processo coletivo

de reflexão-ação sobre o trabalho pedagógico desenvolvido no estabelecimento

de ensino;

X- coordenar a elaboração e acompanhar a efetivação de propostas de intervenção decorrentes das decisões do Conselho de Classe;

XI- subsidiar o aprimoramento teórico-metodológico do coletivo de professores do estabelecimento de ensino, promovendo estudos sistemáticos, trocas de experiência, debates e oficinas pedagógicas;

XII- organizar a hora-atividade dos professores do estabelecimento de ensino, de maneira a garantir que esse espaço-tempo seja de efetivo trabalho pedagógico;

XIII- proceder à análise dos dados do aproveitamento escolar de forma a desencadear um processo de reflexão sobre esses dados, junto à comunidade escolar, com vistas a promover a aprendizagem de todos os alunos;

XIV- coordenar o processo coletivo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar, garantindo a participação democrática de toda a comunidade escolar;

XV- participar do Conselho Escolar, quando representante do seu segmento, subsidiando teórica e metodologicamente as discussões e reflexões acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar;

XVI- coordenar a elaboração de critérios para aquisição, empréstimo e seleção de materiais, equipamentos e/ou livros de uso didático-pedagógico, a partir do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

XVII- orientar e acompanhar a distribuição, conservação e utilização dos livros e demais materiais pedagógicos do Estabelecimento de Ensino, fornecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC.

XVIII- participar da organização pedagógica da biblioteca do estabelecimento de ensino, assim como do processo de aquisição de livros, revistas, fomentando ações e projetos de incentivo à leitura;

XIX- acompanhar as atividades desenvolvidas nos Laboratórios de Química, Física e Biologia e de Informática;

XX- propiciar o desenvolvimento da representatividade dos alunos e de sua participação nos diversos momentos e Órgãos Colegiados da escola;

XXI- coordenar o processo democrático de representação docente de cada turma;

XXII- colaborar com a direção na distribuição das aulas, conforme orientação da SEED;

XXIII- coordenar, junto à direção, o processo de distribuição de aulas e disciplinas, a partir de critérios legais, didático-pedagógicos e do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

XXIV- acompanhar os estagiários das instituições de ensino superior quanto às atividades a serem desenvolvidas no estabelecimento de ensino;

XXV- acompanhar o desenvolvimento do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação – Profuncionário, tanto na organização do curso, quanto no acompanhamento da Prática Profissional Supervisionada dos funcionários cursistas da escola e/ou de outras unidades escolares;

XXVI- promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social;

XXVII- coordenar a análise de projetos a serem inseridos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

XXVIII- acompanhar o processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;

XXIX- participar na elaboração do Regulamento de uso dos espaços pedagógicos;

XXX- orientar, coordenar e acompanhar a efetivação de procedimentos didático-pedagógicos referentes à avaliação processual e aos processos de classificação, reclassificação, aproveitamento de estudos, adaptação e progressão parcial, conforme legislação em vigor;

XXXI- organizar as reposições de aulas, acompanhando junto à direção as reposições de dias, horas e conteúdos aos discentes;

XXXII- orientar, acompanhar e visar periodicamente os Livros de Registro de Classe e da Ficha Individual de controle de nota e frequência;

XXXIII- organizar registros de acompanhamento da vida escolar do aluno;

XXXIV- organizar registros para o acompanhamento da prática pedagógica dos profissionais do estabelecimento de ensino;

XXXV- solicitar autorização dos pais ou responsáveis para realização da Avaliação Educacional do Contexto Escolar, a fim de identificar possíveis necessidades educacionais especiais;

XXXVI- coordenar e acompanhar o processo de Avaliação Educacional no Contexto Escolar, para os alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem, visando encaminhamento aos serviços e apoios especializados da Educação Especial, se necessário;

XXXVII- acompanhar os aspectos de sociabilização e aprendizagem dos alunos, realizando contato com a família com o intuito de promover ações para o seu desenvolvimento integral;

XXXVIII- acompanhar a frequência escolar dos alunos, contatando as famílias e encaminhando-os aos órgãos competentes, quando necessário;

XXXIX- acionar serviços de proteção à criança e ao adolescente, sempre que houver necessidade de encaminhamentos;

XL- orientar e acompanhar o desenvolvimento escolar dos alunos com necessidades educativas especiais, nos aspectos pedagógicos, adaptações físicas e curriculares e no processo de inclusão na escola;

XLI- manter contato com os professores dos serviços e apoios especializados de alunos com necessidades educacionais especiais, para intercâmbio de informações e trocas de experiências, visando à articulação do trabalho pedagógico entre Educação Especial e ensino regular;

XLII- assegurar a realização do processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;

XLIII- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com colegas, alunos, pais e demais segmentos da comunidade escolar;

XLIV- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XLV- elaborar seu Plano de Ação;

XLVI- cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

O professor pedagogo tem funções no contexto pedagógico e também no administrativo, tais como:

- Orientar e acompanhar a elaboração dos guias de estudos de cada disciplina;

- Coordenar e acompanhar ações pedagógicas descentralizadas e exames supletivos quando, no estabelecimento, não houver coordenação(ões) específica(s) dessa(s) ação(ões).
- Acompanhar o estágio não - obrigatório.

8.1.3 Coordenações

As Coordenações de Ações Pedagógicas Descentralizadas – Coordenação Geral e Coordenação Itinerante, bem como a Coordenação de Exames Supletivos, têm como finalidade a execução dessas ações pelo Estabelecimento Escolar, quando autorizadas e regulamentadas pela mantenedora.

Cabe ao(s) Coordenador(es) de Ações Pedagógicas Descentralizadas:

Coordenador Geral:

- Receber e organizar as solicitações de Ações Pedagógicas Descentralizadas.
- Organizar os processos dessas Ações para análise pelo respectivo NRE.
- Elaborar os cronogramas de funcionamento de cada turma da Ação.
- Digitar os processos no Sistema e encaminhar para justificativa da direção do Estabelecimento.
- Acompanhar o funcionamento de todas turmas de Ações Pedagógicas Descentralizadas vinculados ao Estabelecimento.
- Acompanhar a matrícula dos educandos e a inserção das mesmas no Sistema.
- Organizar a documentação dos educandos para a matrícula.
- Organizar as listas de frequência e de notas dos educandos.
- Enviar material de apoio didático para as turmas das Ações Pedagógicas Descentralizadas.
- Responder ao NRE sobre todas as situações dessas turmas.
- Organizar o rodízio dos professores nas diversas disciplinas, garantindo o atendimento aos educandos de todas as turmas.
- Orientar e acompanhar o cumprimento das atividades a serem executadas durante as horas-atividade dos professores.

- Realizar reuniões periódicas de estudo que promovam o intercâmbio de experiências pedagógicas e a avaliação do processo ensino-aprendizagem.
- Elaborar materiais de divulgação e chamamento de matrículas em comunidades que necessitam de escolarização.
- Acompanhar a ação dos Coordenadores Itinerantes.
- Tomar ciência e fazer cumprir a legislação vigente.
- Prestar à Direção, à Equipe Pedagógica do Estabelecimento e ao NRE, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a execução da escolarização pelas Ações Pedagógicas Descentralizadas sob sua coordenação;

Coordenador Itinerante:

- Acompanhar o funcionamento *in loco* das Ações Pedagógicas Descentralizadas.
- Atender e/ou encaminhar as demandas dos professores e dos educandos.
- Verificar o cumprimento do horário de funcionamento das turmas.
- Observar e registrar a presença dos professores.
- Atender à comunidade nas solicitações de matrícula.
- Solicitar e distribuir o material de apoio pedagógico.
- Solicitar e distribuir as listas de frequência e de nota dos educandos.
- Encaminhar as notas e frequências dos educandos para digitação.
- Acompanhar o rodízio de professores, comunicando à Coordenação Geral qualquer problema neste procedimento.
- Solicitar e organizar a documentação dos educandos para a matrícula.
- Acompanhar o funcionamento pedagógico e administrativo de todas as turmas das Ações Pedagógicas Descentralizadas sob sua responsabilidade.
- Participar das reuniões pedagógicas e da hora atividade, juntamente com os professores;

Coordenador de Exames Supletivos:

- Acompanhar e viabilizar todas as ações referentes aos Exames Supletivos
- Tomar conhecimento do edital de exames.

- Fazer as inscrições dos candidatos, conforme datas determinadas no edital.
- Verificar o número mínimo de candidatos inscritos para que os exames possam ser executados.
- Digitar, no sistema, a inscrição dos candidatos.
- Conferir a inserção das inscrições dos candidatos no Sistema por meio da emissão de Relatório de Inscritos.
- Solicitar credenciamento de outros espaços escolares, quando necessário, para execução dos exames.
- Solicitar, por e-mail ou ofício, com o conhecimento do NRE, as provas em Braille e as ampliadas, das etapas à serem realizadas, quando for o caso.
- Solicitar, por e-mail ou ofício, com o conhecimento do NRE, para o DET/CEJA/SEED, autorização para a realização de quaisquer bancas especiais.
- Comunicar ao NRE todos os procedimentos tomados para realização dos Exames.
- Receber os materiais dos Exames Supletivos nos NREs.
- Capacitar a(s) equipe(s) de trabalho do Estabelecimento para a realização dos Exames Supletivos, quanto ao cumprimento dos procedimentos, em especial a organização e o preenchimento dos cartões-resposta.
- Acompanhar a aplicação das provas, para que transcorram com segurança e tranquilidade, em conformidade com os procedimentos inerentes aos Exames.
- Divulgar as atas de resultado.
- Acompanhar e executar todas as ações referentes aos Exames On Line.

8.1.4 Docentes

A equipe docente é constituída de professores regentes, devidamente habilitados.

Compete aos docentes:

I- participar da elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político-

Pedagógico do estabelecimento de ensino, construído de forma coletiva e aprovado pelo Conselho Escolar;

II- elaborar, com a equipe pedagógica, a proposta pedagógica curricular do estabelecimento de ensino, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico e as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;

III- participar do processo de escolha, juntamente com a equipe pedagógica, dos livros e materiais didáticos, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

IV- elaborar seu Plano de Trabalho Docente;

V- desenvolver as atividades de sala de aula, tendo em vista a apreensão crítica do conhecimento pelo aluno;

VI- proceder à reposição dos conteúdos, carga horária e/ou dias letivos aos alunos, quando se fizer necessário, a fim de cumprir o calendário escolar, resguardando prioritariamente o direito do aluno;

VII- proceder à avaliação contínua, cumulativa e processual dos alunos, utilizando-se de instrumentos e formas diversificadas de avaliação, previstas no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

VIII- promover o processo **e mecanismos** de recuperação **concomitante** de estudos para os alunos, estabelecendo estratégias diferenciadas de ensino e aprendizagem, no decorrer do período letivo;

IX- participar do processo de avaliação educacional no contexto escolar dos alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem, sob coordenação e acompanhamento do pedagogo, com vistas à identificação de possíveis necessidades educacionais especiais e posterior encaminhamento aos serviços e apoios especializados da Educação Especial, se necessário;

X- participar de processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da escola, com vistas ao melhor desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem;

XI- participar de reuniões, sempre que convocado pela direção;

XII- assegurar que, no âmbito escolar, não ocorra tratamento discriminatório em decorrência de diferenças físicas, étnicas, de gênero e orientação sexual, de credo, ideologia, condição sócio - cultural, entre outras;

XIII- viabilizar a igualdade de condições para a permanência do aluno na escola, respeitando a diversidade, a pluralidade cultural e as peculiaridades de cada aluno, no processo de ensino e aprendizagem;

XIV- participar de reuniões e encontros para planejamento e acompanhamento, junto ao professor de Serviços e Apoios Especializados, da Sala de Apoio à Aprendizagem, da Sala de Recursos e de Contraturno, a fim de realizar ajustes ou modificações no processo de intervenção educativa;

XV- estimular o acesso a níveis mais elevados de ensino, cultura, pesquisa e criação artística;

XVI- participar ativamente dos Pré-Conselhos e Conselhos de Classe, na busca de alternativas pedagógicas que visem ao aprimoramento do processo educacional, responsabilizando-se pelas informações prestadas e decisões tomadas, as quais serão registradas e assinadas em Ata;

XVII- propiciar ao aluno a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, visando ao exercício consciente da cidadania;

XVIII- zelar pela frequência do aluno à escola, comunicando qualquer irregularidade à equipe pedagógica;

XIX- cumprir o calendário escolar, quanto aos dias letivos, horas-aula e horas-atividade estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

XX- cumprir suas horas-atividade no âmbito escolar, dedicando-as a estudos, pesquisas e planejamento de atividades docentes, sob orientação da equipe pedagógica, conforme determinações da SEED;

XXI- manter atualizados os Registros de Classe, conforme orientação da equipe pedagógica e secretaria escolar, deixando-os disponíveis no estabelecimento de ensino;

XXII- participar do planejamento e da realização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

XXIII- desempenhar o papel de representante de turma, contribuindo para o desenvolvimento do processo educativo;

XXIV- dar cumprimento aos preceitos constitucionais, à legislação educacional em vigor e ao Estatuto da Criança e do Adolescente, como princípios da prática profissional e educativa;

XXV- participar, com a equipe pedagógica, da análise e definição de projetos a serem inseridos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

XXVI- comparecer ao estabelecimento de ensino nas horas de trabalho ordinárias que lhe forem atribuídas e nas extraordinárias, quando convocado;

XXVII- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XXVIII- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XXIX- participar da avaliação institucional, conforme orientação da SEED;

XXX- cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

XXXI- utilizar adequadamente os espaços e materiais didático-pedagógicos disponíveis, como meios para implementar uma metodologia de ensino adequada à aprendizagem;

Aos docentes cabe também:

- Definir e desenvolver o seu plano de ensino, conforme orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais de EJA e da proposta pedagógica deste Estabelecimento Escolar.
- Conhecer o perfil de seus educandos jovens, adultos e idosos.
- Utilizar adequadamente os espaços e materiais didático-pedagógicos disponíveis, tornando-os meios para implementar uma metodologia de ensino que respeite o processo de aquisição do conhecimento de cada educando jovem, adulto e idoso deste Estabelecimento;

O docente suprido neste Estabelecimento de Ensino deverá atuar na sede e nas ações pedagógicas descentralizadas, bem como nos exames supletivos. Deverá atuar em todas as formas de organização do curso: aulas presenciais coletivas e individuais.

8.1.5 Secretaria e Apoio Administrativo

A função de técnicos administrativos é exercida por profissionais que atuam nas áreas da secretaria, biblioteca e laboratório de Informática do estabelecimento de ensino.

A função de assistente de execução é exercida por profissional que atua no laboratório de Química, Física e Biologia do estabelecimento de ensino.

O técnico administrativo que atua na secretaria como secretário(a) escolar é indicado pela direção do estabelecimento de ensino e designado por Ato Oficial, conforme normas da SEED.

Parágrafo Único - O serviço da secretaria é coordenado e supervisionado pela direção.

- Compete ao Secretário Escolar:

I- conhecer o Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

II- cumprir a legislação em vigor e as instruções normativas emanadas da SEED, que regem o registro escolar do aluno e a vida legal do estabelecimento de ensino;

III- distribuir as tarefas decorrentes dos encargos da secretaria aos demais técnicos administrativos;

IV- receber, redigir e expedir a correspondência que lhe for confiada;

V- organizar e manter atualizados a coletânea de legislação, resoluções, instruções normativas, ordens de serviço, ofícios e demais documentos;

VI- efetivar e coordenar as atividades administrativas referentes à matrícula, transferência e conclusão de curso;

VII- elaborar relatórios e processos de ordem administrativa a serem encaminhados às autoridades competentes;

VIII- encaminhar à direção, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados;

IX- organizar e manter atualizado o arquivo escolar ativo e conservar o inativo, de forma a permitir, em qualquer época, a verificação da identidade e da regularidade da vida escolar do aluno e da autenticidade dos documentos escolares;

X- responsabilizar-se pela guarda e expedição da documentação escolar do aluno, respondendo por qualquer irregularidade;

XI- manter atualizados os registros escolares dos alunos no sistema informatizado;

XII- organizar e manter atualizado o arquivo com os atos oficiais da vida legal da escola, referentes à sua estrutura e funcionamento;

XIII- atender a comunidade escolar, na área de sua competência, prestando informações e orientações sobre a legislação vigente e a organização e

funcionamento do estabelecimento de ensino, conforme disposições do Regimento Escolar;

XIV- zelar pelo uso adequado e conservação dos materiais e equipamentos da secretaria;

XV- orientar os professores quanto ao prazo de entrega do Livro Registro de Classe com os resultados da frequência e do aproveitamento escolar dos alunos;

XVI- cumprir e fazer cumprir as obrigações inerentes às atividades administrativas da secretaria, quanto ao registro escolar do aluno referente à documentação comprobatória, de adaptação, aproveitamento de estudos, progressão parcial, classificação, reclassificação e regularização de vida escolar;

XVII- organizar o livro-ponto de professores e funcionários, encaminhando ao setor competente a sua frequência, em formulário próprio;

XVIII- secretariar os Conselhos de Classe e reuniões, redigindo as respectivas Atas;

XIX- conferir, registrar e/ou patrimoniar materiais e equipamentos recebidos;

XX- comunicar imediatamente à direção toda irregularidade que venha ocorrer na secretaria da escola;

XXI- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

XXII- organizar a documentação dos alunos matriculados no ensino extracurricular *(*CELEM, Atividades Complementares no Contraturno – CAICs*),* quando desta oferta no estabelecimento de ensino;

XXIII- auxiliar a Equipe Pedagógica e Direção para manter atualizado os dados no sistema de Controle e Remanejamento dos Livros Didáticos;

XXIV- fornecer dados estatísticos inerentes às atividades da secretaria escolar, quando solicitado;

XXV- participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

XXVI- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XXVII- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XXVIII- cumprir o calendário escolar, quanto aos dias letivos estabelecidos, além de participar, integralmente, dos períodos dedicados a capacitação, à avaliação e ao desempenho profissional;

XXIX- participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

- Compete aos técnicos administrativos que atuam na secretaria dos estabelecimentos de ensino, sob a coordenação do(a) secretário(a):

I- cumprir as obrigações inerentes às atividades administrativas da secretaria, quanto ao registro escolar do aluno referente à documentação comprobatória, necessidades de adaptação, aproveitamento de estudos, progressão parcial, classificação, reclassificação e regularização de vida escolar;

II- atender a comunidade escolar e demais interessados, prestando informações e orientações;

III- cumprir a escala de trabalho que lhe for previamente estabelecida;

IV- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

V- controlar a entrada e saída de documentos escolares, prestando informações sobre os mesmos a quem de direito;

VI- organizar, em colaboração com o(a) secretário(a) escolar, os serviços do seu setor;

VII- efetivar os registros na documentação oficial como Ficha Individual, Histórico Escolar, Boletins, Certificados, Diplomas e outros, garantindo sua idoneidade;

VIII- organizar e manter atualizado o arquivo ativo e conservar o arquivo inativo da escola;

IX- classificar, protocolar e arquivar documentos e correspondências, registrando a movimentação de expedientes;

X- realizar serviços auxiliares relativos à parte financeira, contábil e patrimonial do estabelecimento, sempre que solicitado;

XI- coletar e digitar dados estatísticos quanto à avaliação escolar, alimentando e atualizando o sistema informatizado;

XII- executar trabalho de mecanografia, reprografia e digitação;

XIII- participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

XIV- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XV- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XVI- exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

XVII- cumprir o calendário escolar, quanto aos dias letivos estabelecidos, além de participar, integralmente, dos períodos dedicados a capacitação, à avaliação e ao desempenho profissional;

Compete ao técnico administrativo que atua na biblioteca escolar, indicado pela direção do estabelecimento de ensino:

I- cumprir e fazer cumprir o Regulamento de uso da biblioteca, assegurando organização e funcionamento;

II- atender a comunidade escolar, disponibilizando e controlando o empréstimo de livros, de acordo com Regulamento próprio;

III- auxiliar na implementação dos projetos de leitura previstos na proposta pedagógica curricular do estabelecimento de ensino;

IV- auxiliar na organização do acervo de livros, revistas, gibis, vídeos, DVDs, entre outros;

V- encaminhar à direção sugestão de atualização do acervo, a partir das necessidades indicadas pelos usuários;

VI- zelar pela preservação, conservação e restauro do acervo;

VII- registrar o acervo bibliográfico e dar baixa, sempre que necessário;

VIII- receber, organizar e controlar o material de consumo e equipamentos da biblioteca;

IX- manusear e operar adequadamente os equipamentos e materiais, zelando pela sua manutenção;

X- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

XI- auxiliar na distribuição e recolhimento do livro didático;

XII- participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

XIII- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XIV- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XV- cumprir o calendário escolar, quanto aos dias letivos estabelecidos, além de participar, integralmente, dos períodos dedicados a capacitação, à avaliação e ao desempenho profissional;

XVI -exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Compete ao técnico administrativo indicado pela direção para atuar no laboratório de Informática do estabelecimento de ensino:

I- cumprir e fazer cumprir Regulamento de uso do laboratório de Informática, assessorando na sua organização e funcionamento;

II- auxiliar o corpo docente e discente nos procedimentos de manuseio de materiais e equipamentos de informática;

III- preparar e disponibilizar os equipamentos de informática e materiais necessários para a realização de atividades práticas de ensino no laboratório;

IV- assistir aos professores e alunos durante a aula de Informática no laboratório;

V- zelar pela manutenção, limpeza e segurança dos equipamentos;

VI- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

VII- receber, organizar e controlar o material de consumo e equipamentos do laboratório de Informática;

VIII- participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

IX- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

X- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XI- cumprir o calendário escolar, quanto aos dias letivos estabelecidos, além de participar, integralmente, dos períodos dedicados a capacitação, à avaliação e ao desempenho profissional;

XII- exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Compete ao assistente de execução que atua no laboratório de Química, Física e Biologia do estabelecimento de ensino:

I- cumprir e fazer cumprir o Regulamento de uso do laboratório de Química, Física e Biologia;

II- aplicar, em regime de cooperação e de co - responsabilidade com o corpo docente e discente, normas de segurança para o manuseio de materiais e equipamentos;

III- preparar e disponibilizar materiais de consumo e equipamentos para a realização de atividades práticas de ensino;

IV- receber, controlar e armazenar materiais de consumo e equipamentos do laboratório;

V- utilizar as normas básicas de manuseio de instrumentos e equipamentos do laboratório;

VI- assistir aos professores e alunos durante as aulas práticas do laboratório;

VII- zelar pela manutenção, limpeza e segurança dos materiais de consumo, instrumentos e equipamentos de uso do laboratório;

VIII- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

IX- comunicar imediatamente à direção qualquer irregularidade, incidente e/ou acidente ocorridos no laboratório;

X- manter atualizado o inventário de instrumentos, ferramentas, equipamentos, solventes, reagentes e demais materiais de consumo;

XI- participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

XII- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XIII- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XIV- participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

XV- cumprir o calendário escolar, quanto aos dias letivos estabelecidos, além de participar, integralmente, dos períodos dedicados a capacitação, à avaliação e ao desempenho profissional;

- Manter atualizado o sistema de acompanhamento do educando, considerando a organização da EJA prevista nesta proposta.

9 - BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Conceição Pereira de. *Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos, a Grande Conquista*, Arte & Cultura, 1999, 1ª Edição.

BRZEZINSKI, Iria. *LDBEN Interpretada: diversos olhares se entre*cruzam**.** São Paulo : Cortez, 1997.

CARNEIRO, Moaci Alves. *LDBEN fácil*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

CARVALHO, R.E. *Removendo barreiras à aprendizagem*. Porto Alegre, 2000, p.17

(5ª) Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (V CONFINTEA).
Conselho Estadual de Educação – PR
- Deliberação 011/99 – CEE.
- Deliberação 014/99 – CEE.
- Deliberação 09/01 –CEE.
- Deliberação 06/05 – CEE.
- Indicação 004/96 – CEE.
- Parecer 095/99 – CEE (Funcionamento dos Laboratórios).

Conselho Nacional de Educação
- Parecer 011/2000 – Diretrizes Curriculares Nacionais de EJA.
- Parecer 004/98 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
- Parecer 015/98 –Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
- Resolução 03/98 – CEB.

Constituição Brasileira – Artigo 205.

DELORS, J. *Educação : Um tesouro a descobrir*. São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : MEC : UNESCO, 1998.

DEMO, Pedro. *A Nova LDBEN – Ranços e Avanços*. Campinas, SP : Papirus, 1997.

DRAIBE, Sônia Miriam; COSTA, Vera Lúcia Cabral; SILVA Pedro Luiz Barros. *Nível de Escolarização da População.* mimeog.

DI PIERRO; Maria Clara. *A educação de Jovens e Adultos na LDBEN*. mimeog.

DI PIERRO; Maria Clara. *Os projetos de Lei do Plano Nacional de Educação e a Educação de Jovens e Adultos*. mimeog.

Decreto 2494/98 da Presidência da República.

Decreto 2494/98 da Presidência da República.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 40ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LDBEN nº 9394/96.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Ensino Médio:* construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000, p.40.

OLIVEIRA, Thelma Alves de, et al. Avaliação Institucional (Cadernos Temáticos). Curitiba: SEED – PR, 2004.

Parâmetros Curriculares Nacionais 1º segmento do Ensino Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais 2º segmento do Ensino Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio.

Plano Nacional de Educação – Educação de Jovens e Adultos.

SILVA, Eurides Brito da. *A Educação Básica Pós-LDBEN***.**

SOUZA, Paulo N. Silva & SILVA, Eurides Brito da*. Como entender e aplicar a nova LDBEN*.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Eurides Brito da. *Como entender e Aplicar a Nova LDBEN*. SP, Pioneira Educ., 1997. 1ª Edição.

10- PLANO DE AVALIAÇÃO INSTITUCIONAL DO CURSO

A concepção de avaliação institucional explicitada pela SEED/PR, afirma que esta “deve ser construída de forma coletiva, sendo capaz de identificar as qualidades e as fragilidades das instituições e do sistema, subsidiando as políticas educacionais comprometidas com a transformação social e o aperfeiçoamento da gestão escolar e da educação pública ofertada na Rede Estadual.” (SEED, 2004, p.11)

Neste sentido, a avaliação não se restringe às escolas, mas inclui também os gestores da SEED e dos Núcleos Regionais de Educação, ou seja, possibilita a todos a identificação dos fatores que facilitam e aqueles que dificultam a oferta, o acesso e a permanência dos educandos numa educação pública de qualidade.

Aliado a identificação destes fatores deve estar, obrigatoriamente, o compromisso e a efetiva implementação das mudanças necessárias.

Assim, a avaliação das políticas e das práticas educacionais, enquanto responsabilidade coletiva, pressupõe a clareza das finalidades essenciais da educação, dos seus impactos sociais, econômicos, culturais e políticos, bem como a reelaboração e a implementação de novos rumos que garantam suas finalidades e impactos positivos à população que demanda escolarização.

A avaliação institucional, vinculada a esta proposta pedagógico-curricular, abrange todas as escolas que ofertam a modalidade Educação de Jovens e Adultos, ou seja, tanto a construção dos instrumentos de avaliação quanto os indicadores dele resultantes envolverão, obrigatoriamente, porém de formas distintas, todos os sujeitos que fazem a educação na Rede Pública Estadual. Na escola – professores, educandos, direção, equipe pedagógica e administrativa, de serviços gerais e demais membros da comunidade escolar. Na SEED, de forma mais direta, a equipe do Departamento de Educação de Jovens e Adultos e dos respectivos NRE’s.

A mantenedora se apropriará dos resultados da implementação destes instrumentos para avaliar e reavaliar as políticas desenvolvidas, principalmente aquelas relacionadas à capacitação continuada dos profissionais da educação, bem como estabelecer o diálogo com as escolas no sentido de contribuir para a reflexão e as mudanças necessárias na prática pedagógica.

Considerando o que se afirma no Documento das Diretrizes Curriculares Estaduais de EJA que “... o processo avaliativo é parte integrante da práxis

pedagógica e deve estar voltado para atender as necessidades dos educandos, considerando seu perfil e a função social da EJA, isto é, o seu papel na formação da cidadania e na construção da autonomia.” (SEED, 2005, p.44), esta avaliação institucional da proposta pedagógico-curricular implementada, deverá servir para a reflexão permanente sobre a prática pedagógica e administrativa das escolas.

Os instrumentos avaliativos da avaliação institucional, serão produzidos em regime de colaboração com as escolas de Educação de Jovens e Adultos, considerando as diferenças entre as diversas áreas de conteúdo que integram o currículo, bem como as especificidades regionais vinculadas basicamente ao perfil dos educandos da modalidade. Os instrumentos avaliativos a serem produzidos guardam alguma semelhança com a experiência acumulada pela EJA na produção e aplicação do Banco de Itens, porém sem o caráter de composição da nota do aluno para fins de conclusão. A normatização desta Avaliação Institucional da proposta pedagógico-curricular será efetuada por meio de instrução própria da SEED.

Como se afirma no Caderno Temático “Avaliação Institucional”,

“cada escola deve ser vista e tratada como uma totalidade, ainda que relativa, mas dinâmica, única, interdependente e inserida num sistema maior de educação. Todo o esforço de melhoria da qualidade da educação empreendido por cada escola deve estar conectado com o esforço empreendido pelo sistema ao qual pertence. (SEED, 2005, p.17)

Em síntese, repensar a práxis educativa da escola e da rede como um todo, especificamente na modalidade EJA, pressupõe responder à função social da Educação de Jovens e Adultos na oferta qualitativa da escolarização de jovens, adultos e idosos.

VII - ADENDO DE ALTERAÇÃO E ADEQUAÇÕES AO REGIMENTO ESCOLAR

ADENDO REGIMENTAL DE ACRÉSCIMO E DE ALTERAÇÃO nº 01/2009

Art 1º- O Regimento Escolar do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Médio passa a vigorar acrescido dos seguintes:

Seção I
Dos Níveis e Modalidades de Ensino da Educação Básica

Art. 52- Este Estabelecimento de ensino oferta:

I- Ensino Médio;

II- Educação de Jovens e Adultos: Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio

SeçãoII
Dos Fins e Objetivos da Educação Básica

Art. 53- A oferta da Educação Básica, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, baseia-se nos seguintes fins e objetivos:

I. assegurar o direito à escolarização àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudo na idade própria;

II. garantir a igualdade de condições para o acesso e a permanência na escola, vedada qualquer forma de discriminação e segregação;

III. garantir a gratuidade de ensino, com isenção de taxas e contribuições de qualquer natureza vinculadas à matrícula;

IV. oferecer Educação Básica igualitária e de qualidade, numa perspectiva processual, formativa e emancipadora;

V. assegurar oportunidades educacionais apropriadas, considerando as características do aluno, seus interesses, condições de vida e de trabalho;

VI. respeitar o ritmo próprio de cada aluno no processo de ensino e aprendizagem;

VII. organizar o tempo escolar a partir do tempo disponível do aluno trabalhador;

VIII. assegurar a prática de gestão pedagógica e administrativa democrática, voltada à formação humana.

Seção III

Da Organização Curricular, Estrutura e Funcionamento

Página 50

Art. ...A Educação de Jovens e Adultos, Ensino Fundamental - Fase II e Ensino Médio, é ofertada de forma presencial, com a seguinte organização:

Incluir inciso VII:

VII. Oferta diária de 4 (quatro) horas-aula por turno.

Seção IV

Da Matrícula

Página 55

Art. ...Na modalidade Educação de Jovens e Adultos, as matrículas podem ser efetuadas em qualquer época do ano, sendo que:

Nesse artigo, o inciso I passa a vigorar com a redação abaixo; o inciso II passa a ser o III e acréscimo da seguinte redação no inciso II:

I. no Ensino Fundamental - Fase II e Ensino Médio, a matrícula é por disciplina e o aluno poderá, em função da oferta, efetivar sua matrícula em até 4 (quatro) disciplinas, na organização coletiva ou individual de acordo com seu perfil;

II. serão priorizadas as vagas para matrícula na organização coletiva;

III. para matrícula, deve ser observada a idade mínima, exigida na legislação vigente.

Seção V
Do Processo de Classificação

Página 56

Art. ... Na classificação com êxito, em 100% do total da carga horária, em todas as disciplinas do Ensino Fundamental - Fase II, o aluno está apto a realizar matrícula inicial no Ensino Médio.

Nesse artigo, excluir o Parágrafo Único

Seção VI
Do Processo de Reclassificação

Página 57

Art. ... *O processo de reclassificação, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, poderá posicionar o aluno, devendo este cursar ainda 50% ou 25% da carga horária total de cada disciplina do Ensino Fundamental - Fase II e do Ensino Médio:*

I. ...
II. ...

Parágrafo Único – *Caso o aluno tenha cursado 25% ou mais da carga horária total da disciplina, após reclassificado, deverá cursar ainda, obrigatoriamente, no mínimo, 25% do total da carga horária.*

Esse artigo e o parágrafo único passam a vigorar com a seguinte redação e acréscimo de um inciso:

Art. ... O processo de reclassificação, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, poderá posicionar o aluno, em 25%, 50% ou 75% da carga horária total

de cada disciplina do Ensino Fundamental – Fase II e no Ensino Médio em 25% ou 50% da carga horária total de cada disciplina:

I – ...

II - ...

III - tendo cursado 25% e avançado em 75% da carga horária total da disciplina do Ensino Fundamental - Fase II, o aluno será considerado concluinte da disciplina.

Parágrafo Ùnico - Caso o aluno tenha cursado 25% ou mais da carga horária total da disciplina do Ensino Médio, após reclassificado, deverá cursar ainda, para a conclusão da disciplina, obrigatoriamente, no mínimo, 25% do total da carga horária.

Seção VII

Da Transferência

Página 60

Art. ... A matrícula por transferência, na modalidade Educação de Jovens e Adultos, deve:

No inciso II, deste artigo, suprimir a alínea c e, a alínea a passa a vigorar com a seguinte redação:

I. ...

II. ...

a) desconsiderar os registros de nota e carga horária da série/ período/ etapa/ semestre em curso;

b) ...

c) suprimir

Seção XI

Do Aproveitamento de Estudos

Página 65

Art. ... *Na Educação de Jovens e Adultos, o aluno poderá requerer aproveitamento integral de estudos de disciplinas concluídas com êxito, por meio de cursos organizados por disciplina ou de Exames Supletivos, apresentando a comprovação de conclusão.*

Este artigo passa a vigorar com a seguinte redação

Art. ... Na Educação de Jovens e Adultos, o aluno poderá requerer aproveitamento integral de estudos de disciplinas concluídas com êxito, por meio de cursos organizados por disciplina, por etapas, cuja matrícula e resultados finais tenham sido realizados por disciplina ou de Exames Supletivos, apresentando a comprovação de conclusão.

Nesta seção, ainda acrescentar o seguinte artigo e parágrafos.

Art. ... O aluno oriundo de organização de ensino por série/período/etapa/semestre concluída com êxito, poderá requerer na matrícula inicial da disciplina, a partir de 2009, aproveitamento de estudos, mediante apresentação de comprovante de conclusão da série/período/etapa/semestre a ser aproveitada:

§1º - para o Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio, o aproveitamento de estudos de série e de período(s) / etapa(s) / semestre(s) concluídos com êxito, equivalente (s) à conclusão de uma série do ensino regular, será de 25% da carga horária total de cada disciplina da EJA.

§2º - a última série/período/etapa/semestre, de cada nível de ensino, não será aproveitada.

§3º - Considerando o aproveitamento de estudos, o aluno deverá cursar a carga horária restante de todas as disciplinas constantes na Matriz Curricular do Ensino Fundamental - Fase II e obter as seguintes quantidades de registros de nota:

Língua Portuguesa e Matemática, aluno com aproveitamento de estudos de:

a) 25%, deverá ter 4 (quatro) registros de notas;
b) 50%, deverá ter 3 (três) registros de notas;
c) 75%, deverá ter 2 (dois) registros de notas.

♦ **Geografia, História, Ciências naturais e Língua Estrangeira Moderna, aluno com aproveitamento de estudos de:**

a) 25%, deverá ter 3 (três) registros de notas;
b) 50%, deverá ter 2 (dois) registros de notas;
c) 75%, deverá ter 1 (um) registro de nota.

♦ **Arte, Artes e Educação Física, aluno com aproveitamento de estudos de:**

a) 25%, deverá ter 2 (dois) registros de notas;
b) 50%, deverá ter 1 (um) registro de nota;
c) 75%, deverá ter 1 (um) registro de nota.

§4º - Considerando o aproveitamento de estudos, o aluno deverá cursar a carga horária restante de todas as disciplinas constantes na Matriz Curricular do Ensino Médio e obter as seguintes quantidades de registros de nota:

I. Língua Portuguesa e Literatura e Matemática, aluno com aproveitamento de estudos de:

a) 25%, deverá ter 4 (quatro) registros de notas;

b) 50%, deverá ter 3 (três) registros de notas;

II. Geografia, História, Língua Estrangeira Moderna, Química, Física e Biologia, aluno com aproveitamento de estudos de:

a) 25%, deverá ter 3 (três) registros de notas;
b) 50%, deverá ter 2 (dois) registros de notas;

III. Arte, Filosofia, Sociologia e Educação Física, aluno com aproveitamento de estudos de:

a) 25%, deverá ter 2 (dois) registros de notas;
b) 50%, deverá ter 1 (um) registro de nota;

Art. – Este Adendo Regimental entra em vigor no ano de sua aprovação pelo NRE de Apucarana.

Borrazópolis, 13 de julho de 2010.

Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Médio

Adendo 01/2010

Proposta Pedagógico – Curricular
Educação de Jovens e Adultos

Borrazópolis-Pr

PROPOSTA PEDAGÓGICO- CURRICULAR

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1 - OBJETIVO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

1.1 PERFIL DO EDUCANDO

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

- Organização Coletiva
- Organização Individual

1.3 NÍVEL DE ENSINO

1.3.1 Ensino Fundamental – Fase II

1.3.2 Ensino Médio

1.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL

1.5 AÇÕES PEDAGÓGICAS DESCENTRALIZADAS

1.6 FREQÜÊNCIA

1.7 EXAMES SUPLETIVOS

1.8 CONSELHO ESCOLAR

1.9 MATERIAIS DE APOIO DIDÁTICO

1.10 BIBLIOTECA ESCOLAR

1.11 LABORATÓRIO

1.12 RECURSOS TECNOLÓGICOS

2 - FILOSOFIA E PRINCÍPIOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

3 - INDICAÇÃO DA FASE DE ESTUDOS

4 - MATRIZ CURRICULAR

4.1 Ensino Fundamental – Fase II

4.2 Ensino Médio

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENSINO MÉDIO
ESTABELECIMENTO: Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Médio
ENTIDADE MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná
MUNICÍPIO: Borrazópolis NRE: Apucarana
IMPLANTAÇÃO: 1º Sem/2010 FORMA: Simultânea
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 1440/1568 H/A ou 1200/1306 HORAS

DISCIPLINAS	Total de Horas	Total de horas/aula
LÍNGUA PORTUGUESA E LITERATURA	174	208
LEM – INGLÊS	106	128
ARTE	54	64
FILOSOFIA	54	64
SOCIOLOGIA	54	64
EDUCAÇÃO FÍSICA	54	64
MATEMÁTICA	174	208
QUÍMICA	106	128
FÍSICA	106	128
BIOLOGIA	106	128
HISTÓRIA	106	128
GEOGRAFIA	106	128
LÍNGUA ESPANHOLA *	**106**	**128**
TOTAL	**1200/1306**	**1440/1568**

***** LÍNGUA ESPANHOLA, DISCIPLINA DE OFERTA OBRIGATÓRIA E DE MATRÍCULA FACULTATIVA PARA O EDUCANDO.

♦ 5 - CONCEPÇÃO, CONTEÚDOS E SEUS RESPECTIVOS ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

6 - PROCESSOS DE AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E PROMOÇÃO

6.1 Concepção de Avaliação

6.2 Procedimentos e Critérios para Atribuição de Notas

p) as avaliações utilizarão técnicas e instrumentos diversificados, sempre com finalidade educativa;

q) para fins de promoção ou certificação, serão registradas 02 (duas) a 06 (seis) notas por disciplina, que corresponderão às provas individuais escritas e também a outros instrumentos avaliativos adotados, durante o processo de ensino, a que, obrigatoriamente, o educando se submeterá na presença do professor, conforme descrito no Regimento Escolar. Na disciplina de Ensino Religioso, as avaliações realizadas no decorrer do processo ensino-aprendizagem não terão registro de nota para fins de promoção e certificação.

r) a avaliação será realizada no processo de ensino e aprendizagem, sendo os resultados expressos em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero); Para fins de promoção ou certificação, a nota mínima exigida é 6,0 (seis vírgula zero), em cada disciplina, de acordo com a Resolução n.º 3794/04 – SEED e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária de cada disciplina na organização coletiva e 100% (cem por cento) na organização individual;

s) o educando deverá atingir, pelo menos a nota 6,0 (seis vírgula zero) em cada registro da avaliação processual. Caso contrário, terá direito à recuperação de estudos. Para os demais, a recuperação será ofertada como acréscimo ao processo de apropriação dos conhecimentos;

t) para os educandos que cursarem 100% da carga horária da disciplina, a média final corresponderá à média aritmética das avaliações processuais, devendo os mesmos atingir pelo menos a nota 6,0 (seis vírgula zero);

u) os resultados das avaliações dos educandos deverão ser registrados em documentos próprios, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade da vida escolar do educando;

v) o educando portador de necessidades educativas especiais, será avaliado não por seus limites, mas pelos conteúdos que será capaz de desenvolver;

w) na disciplina de Língua Espanhola, as avaliações serão realizadas no decorrer do processo ensino-aprendizagem, sendo registradas 04 (quatro) notas para fins de cálculo de média final;

x) no Ensino Fundamental – Fase II, a disciplina de Ensino Religioso será avaliada no processo de ensino e aprendizagem, não tendo registro de notas na documentação escolar, por não ser objeto de retenção.

6.3 Recuperação de Estudos

6.4 Aproveitamento de Estudos

6.5 Classificação e Reclassificação

7 - REGIME ESCOLAR

7.1 ORGANIZAÇÃO

7.2 FORMAS DE ATENDIMENTO

A educação neste Estabelecimento Escolar é de forma presencial, com as seguintes ofertas :

b) organização coletiva e individual para o Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio, em todas as disciplinas, sendo priorizadas as vagas para matrícula na organização coletiva;

c) a disciplina de Língua Espanhola será ofertada somente na organização coletiva.

7.2.1 Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio

7.3 MATRÍCULA

Para a matrícula no Estabelecimento Escolar de Educação de Jovens e Adultos:

a) a idade para ingresso respeitará a legislação vigente;

b) será respeitada instrução própria de matrícula expedida pela mantenedora;

c) o educando do Ensino Fundamental – Fase II e do Ensino Médio, poderá matricular-se de uma a quatro disciplinas simultaneamente;

d) no Ensino Fundamental – Fase II, a disciplina de Ensino Religioso é de matrícula facultativa para o educando;

e) no Ensino Médio, a disciplina de Língua Espanhola é de matrícula facultativa para o educando e entrará no cômputo das quatro disciplinas que podem ser cursadas concomitante;

f) poderão ser aproveitadas integralmente disciplinas concluídas com êxito por meio de cursos organizados por disciplina, por exames supletivos, série(s) e de período(s) / etapa(s) / semestre(s) equivalente(s) à conclusão de série(s) do ensino regular, mediante apresentação de comprovante de conclusão, conforme regulamentado no Regimento Escolar;

g) para os educandos que não participaram do processo de escolarização formal/escolar; bem como o educando desistente do processo de escolarização formal/escolar, em anos letivos anteriores, poderão ter seus conhecimentos aferidos por processo de classificação, definidos no Regimento Escolar;

h)será considerado desistente, na disciplina, o educando que se ausentar por mais de 02 (dois) meses consecutivos, devendo a escola, no seu retorno, reativar sua matrícula para dar continuidade aos seus estudos, aproveitando a carga horária cursada e os registros de notas obtidos, desde que o prazo de desistência não ultrapasse 02 (dois) anos, a partir da data da matrícula inicial;

i)o educando desistente, por mais de dois anos, a partir da data de matrícula inicial na disciplina, no seu retorno, deverá fazer rematrícula na disciplina, podendo participar do processo de reclassificação.

j) educando desistente da disciplina de Língua Espanhola, por mais de 02 (dois) meses consecutivos ou por mais de dois anos, a contar da data de matrícula inicial, no seu retorno, deverá reiniciar a disciplina sem aproveitamento da carga horária cursada e os registros de notas obtidos, caso opte novamente por cursar essa disciplina.

7.4 MATERIAL DIDÁTICO

7.5 AVALIAÇÃO

t) avaliação será diagnóstica, contínua, sistemática, abrangente, permanente;

u) as avaliações utilizarão técnicas e instrumentos diversificados, sempre com finalidade educativa;

v) para fins de promoção ou certificação, serão registradas 02 (duas) a 06 (seis) notas por disciplina, que corresponderão às provas individuais escritas e também a outros instrumentos avaliativos adotados, durante o processo de ensino, a que, obrigatoriamente, o educando se submeterá na presença do professor, conforme descrito no regimento escolar;

w) a avaliação será realizada no processo de ensino e aprendizagem, sendo os resultados expressos em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero);

x) para fins de promoção ou certificação, a nota mínima exigida é 6,0 (seis vírgula zero), em cada disciplina, de acordo com a Resolução n.º 3794/04 – SEED e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento)do total da carga horária de cada disciplina na organização coletiva e 100% (cem por cento) na organização individual;

y) o educando deverá atingir, pelo menos a nota 6,0 (seis vírgula zero) em cada registro da avaliação processual. Caso contrário, terá direito à recuperação de estudos. Para os demais, a recuperação será ofertada como acréscimo ao processo de apropriação dos conhecimentos;

z) a média final, de cada disciplina, corresponderá à média aritmética das avaliações processuais, devendo os mesmos atingir pelo menos a nota 6,0 (seis vírgula zero);

aa) os resultados das avaliações dos educandos deverão ser registrados em documentos próprios, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade da vida escolar do educando;

bb) o educando portador de necessidades educativas especiais, será avaliado não por seus limites, mas pelos conteúdos que será capaz de desenvolver;

cc) para fins de certificação e acréscimo da carga horária da disciplina de Língua Espanhola, o educando deverá atingir a média mínima de 6,0 (seis vírgula zero) e frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária da disciplina;

dd) no Ensino Fundamental – Fase II, a disciplina de Ensino Religioso será avaliada no processo de ensino e aprendizagem, não tendo registro de notas na documentação escolar, por não ser objeto de retenção;

ee) para fins de acréscimo de carga horária da disciplina de Ensino Religioso, na documentação escolar, o educando deverá ter frequência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária da disciplina.

7.6 RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

7.7 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS, CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO

7.8 ÁREA DE ATUAÇÃO

7.9 ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

Borrazópolis, 30 de agosto de 2010.

PLANO DE AÇÃO

EQUIPE PEDAGÓGICA

Colégio Estadual José de Anchieta Ensino Médio

PLANO DE AÇÃO DO PEDAGOGO

EQUIPE PEDAGÓGICA:

ROSANGELA SPRICIGO ESTEVES DANIEL
DORACILDA APARECIDA HACK PORTO

DIREÇÃO:

ANDRÉIA APARECIDA MANTOVANI

O trabalho pedagógico tem como princípios a gestão democrática e participativa; trabalho coletivo; ética profissional; educação pública, gratuita e de qualidade; comprometimento político pedagógico.

CRONOGRAMA DE ATIVIDADES:

A Organização do Trabalho Pedagógico no Cotidiano da Escola

Ação	Data/Período
• Projeto Político Pedagógico → Coordenar a elaboração e implementação do Projeto Político Pedagógico → Elaborar o plano de ação da equipe pedagógica	.Durante o ano letivo .Início do ano letivo
• Organização do trabalho pedagógico no coletivo da escola →Organizar reuniões pedagógicas para aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico da escola	.Durante o ano letivo .Trimestralmente

→Participar na organização das turmas, calendário letivo, distribuição de aulas e disciplinas, horário semanal de aulas, disciplinas e recreio →Organizar/acompanhar hora atividade do professor, planejamento e reflexão do processo ensino e aprendizagem	.Durante o ano letivo
• Organização da prática pedagógica → Implementar a proposta curricular da escola de acordo com as políticas educacionais da SEED/PR e com as Diretrizes; → Acompanhar o trabalho pedagógico desenvolvido pelos professores; → Assessorar o professor na identificação e planejamento para atendimento às dificuldades de aprendizagem; → Incentivar o professor quanto a utilização de recursos didáticos para o ensino e aprendizagem dos conteúdos escolares; → Planejar em conjunto com o coletivo de profissionais da escola a intervenção aos problemas levantados em conselho de classe; → Levantar e informar ao coletivo de profissionais da escola e comunidade os dados do aproveitamento escolar (gráficos / tabelas). → Pesquisar e fornecer subsídios teórico metodológicos para possibilitar avanços e inovações em relação às metodologias de ensino e aprendizagem.	.Durante o ano letivo .Trimestralmente .Trimestralmente
• Formação continuada dos profissionais da escola • Incentivar a participação dos profissionais da escola em grupos de estudo Organizar reuniões de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho	.Cronograma da SEED. .Durante o ano letivo .Reuniões

pedagógico da escola	Pedagógicas
• Relação entre Escola e Comunidade → Participar do Conselho Escolar subsidiando teórica e metodologicamente as reflexões e decisões sobre o trabalho pedagógico escolar; → Participar da organização de reuniões de caráter formativo e informativo com os pais, bem como dar atendimento a estes quando solicitarem, buscando maior interação da família com a escola.	. Durante o ano letivo
• Avaliação do Trabalho Pedagógico → Organizar e coordenar os Conselhos de Classe de forma a garantir um processo coletivo de reflexão-ação sobre o trabalho pedagógico, utilizando: - fichas individuais dos alunos para registro dos pareceres fornecidos pelos professores para acompanhamento e avaliação do rendimento escolar individual do aluno e registro de eventuais contatos com os pais ou responsáveis, bem como do encaminhamento decidido pelo conselho de classe; - Gráficos/tabelas para análise do rendimento das turmas e também para proporcionar aos professores/escola condições de analisar a posição das disciplinas em relação as outras e as notas abaixo da média mínima..	. Durante o ano letivo

PLANO DE AÇÃO

EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Colégio Estadual José de Anchieta Ensino Médio



PLANO DE AÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR



http://blog.educacional.com.br/verinaud/tag/cultura-indigena/

Borrazópolis – Pr

2012

Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Médio

Município: Borrazópolis-Pr

NRE: Apucarana

1- IDENTIFICAÇÃO DA EQUIPE MULTIDISCIPLINAR

Integrantes da Equipe Multidisciplinar:

- Doracilda Aparecida Hack Porto (Pedagoga)
- Enilda Gonçalves Cruz (Agente Educacional II)
- Rosangela Spricigo Esteves Daniel (Pedagoga e Membro do Conselho Escolar)
- Rosimérie Vargas Prudêncio (Professora de História)
- Josiani Aparecida de Souza Reis (Professora de Matemática e Física)
- Marcia Telles Ribeiro Coccia (Professora de Biologia)

2 – OBJETIVOS A SEREM ALCANÇADOS

- Promover uma prática político pedagógica de igualdade racial entre toda a comunidade escolar difundindo para a sociedade a consciência política sobre essa temática para a construção da paz no mundo.

- Proporcionar a todos os envolvidos o contato histórico e cultural dos povos indígenas. Construindo olhares inclusivos para uma cultura que é fincada na ancestralidade.

- Promover a compreensão da formação da população brasileira a partir da contribuição dos povos negros e indígenas.

- Proporcionar encontros de planejamentos, seminários e espaços de discussão dessas temáticas, considerando as leis vigentes, integrando-as ao PPP, Plano de Ação Docente e Regimento Escolar.

- Dialogar, informar, formar e mobilizar a comunidade escolar para que as ações estabelecidas pela equipe multidisciplinar sejam efetivamente desenvolvidas.

- Proporcionar encontros para reflexão da importância do negro e do indígena, proporcionando que estudantes, professores, funcionários descendentes desses povos, mirem-se positivamente a partir da história de seu povo.

- Disponibilizar acervo bibliográfico, materiais didáticos, textos informativos e sugestões para serem trabalhados em sala de aula.

3 – JUSTIFICATIVA DAS AÇÕES A SEREM REALIZADAS

O Brasil tem uma dívida histórica em relação à população negra e ao povo indígena, dada as condições de exclusão que lhes foi imposta historicamente.

Este plano justifica-se pela importância de reparar as desigualdades e distorções históricas registradas nos livros didáticos e que resultaram na criação de esteriótipos que perduram, propagados pelo senso comum, até os tempos atuais. As ações constantes do presente plano, orientadas pelas leis vigentes, possibilitará a reflexão, a conscientização e a desconstrução de ideias cujo resultado, pretende-se, provocará uma mudança de comportamento de modo a reverter, de maneira positiva, na leitura de quaisquer questões referentes a esses povos, começando pelo fato de repensarmos as relações etnicorraciais, os direitos e a posição ocupada pelos negros e indígenas na sociedade, certamente diferentes dos demais grupos que representam a minoria, partindo-se do fato de que 50% da população é negra.

A escola, como entidade que visa a transformação, à formação e à integração dos indivíduos na sociedade, deve ter seu papel de mediadora no processo de valorização e difusão da cultura afro-brasileira como forma de buscar a auto - estima e a identidade étnica.

4 – AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS

4.1 – Diagnóstico étnicorracial da Escola

- Identificação dos sujeitos – quem são os afrodescendentes e descendentes de indígenas na comunidade escolar; professores, funcionários, alunos;

- Questionar os alunos sobre o que sabem, que idéias e opiniões, dúvidas ou hipóteses sobre o tema em debate, valorizando seus conhecimentos.

4.2 – Necessidades formativas: conteúdos e conhecimentos

- Seleção de material para estudo, reflexão e aplicação, cuidando para que todos os tipos de preconceitos sejam trabalhados: princípios étinicorraciais (negros, povos indígenas, quilombolas e demais povos e comunidades tradicionais);

- Organização das atividades a serem trabalhadas por disciplina.

- Que os seminários realizados na semana da consciência negra e na semana dos povos indígenas ao invés de continuar sendo apenas uma ação pontual, seja o ponto culminante de todas as ações realizadas durante o ano letivo;

- Promover espaços onde as pessoas relatem experiências de discriminação que venham a contribuir para as discussões propostas;

- Trabalhar de modo a fortalecer a identidade de indígenas e negros buscando elementos de suas culturas que possam ser explorados de modo positivado, desconstruindo esteriótipos;

- Elaborar um questionário para investigação de quem são as pessoas que estão no espaço da escola, buscando identificar a pluralidade cultural e como estão contempladas nas ações pedagógicas desenvolvidas na e pela escola;

- Realizar intercâmbios de experiências, compartilhando estudos e atividades entre escolas, abordando os temas propostos pela Equipe Multidisciplinar;

- Pesquisar e trabalhar com assuntos relativos à religiosidade, hábitos e costumes, danças e seus significados, culinária e sua influência na cultura brasileira, e a relação destes povos indígenas e quilombolas com a natureza;

- Pesquisar personalidades que lutaram por questões étnicorraciais; movimentos sociais, teoria do branqueamento, mito da democracia racial, heróis negros e indígenas, ícones que colaboraram com a construção do conhecimento no Brasil (Milton Santos, irmãos Rebouças, entre outros);

- Trabalhar datas comemorativas da cultura indígena e da população negra buscando aprofundamento de seus significados;

- Promover seminários e palestras sobre a Consciência Negra e a Cultura Indígena;
- Pesquisa e socialização sobre dados estatísticos de negros e índios na escola e região, ampliado a partir dos conhecimentos adquiridos com os dados constantes no Atlas Racial Brasileiro (fonte IBGE);

- Discutir filosoficamente as questões do belo, analisando seu significado para as culturas indígena e para a população negra, partindo de pressupostos diferenciados para as mais variadas culturas, valorizando características etnicorraciais de cada povo, promovendo oficinas de fortalecimento da identidade destes grupos;

- Pesquisar as comunidades quilombolas no Paraná com vistas a ampliar os conhecimentos a serem pautados e aplicados pelas equipes multidisciplinares das escolas;

- Discutir quotas para negros nas universidades desconstruindo a idéia de ser esta uma política racista, mas de reparação às desigualdades impostas a população negra;

- Estudar leis que defendem os indígenas e afrodescendentes;

- Debater acerca do uso de expressões estereotipadas e pejorativas que contribuem para a ampliação do processo de exclusão de alunos negros e indígenas das escolas;

- Pesquisa sobre dados da FUNAI, FUNASA e IBGE sobre esses povos, de modo a possibilitar um diálogo interdisciplinar para exploração destes dados;

- Convidar representantes dos movimentos sociais e de grupos que trabalhem com elementos da cultura negra (ANPIR, UNEGRO, ACNAP, IPAD, QUILOMBOLAS, comemorações como a FOLIA DE REIS, CAPOEIRA, ETC) para palestras no espaço escolar;

- Refletir acerca do sequestro dos africanos para o Brasil, pelos navios negreiros, e seus processos de resistência, ausentes dos livros didáticos;

- Resgatar a história dos negros nos seus lugares de origem;

- Pesquisar sobre as teorias da origem e ocupação dos indígenas no território que hoje é o Brasil, antes da invasão dos europeus;

- Pesquisar sobre os países da Àfrica e sua Cultura;

- Investigar os países africanos que falam a Língua Portuguesa e as contribuições dos termos indígenas e africanos para o léxico português;

- Reconhecer, nas diversas áreas do conhecimento as contribuições dos negros e indígenas;

- Promover a inversão de papéis, numa dinâmica de reflexão e respeito mútuo;

- Promover peças teatrais abordando as temáticas;

- Promover um dia de filme que possibilite debate, com o objetivo de se fazer uma leitura da realidade desconstruindo conceitos tidos como verdades absolutas;

- A partir do desenvolvimento das propostas acima, desenvolver tantas outras que se fizerem necessárias para a efetivação do Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar, envolvendo a comunidade escolar, propondo avaliação à medida que as atividades forem acontecendo, inclusive com registros destas ações.

4.3 – Análise dos instrumentos internos da escola

Consta no PPP da escola a Cultura Afro Brasileira, bem como nas PPC, porém necessitamos dar ênfase a cultura indígena e a educação no campo.

4.4 – Análise do Plano de Trabalho Docente (PTD) e inserção da ERER.

No Plano de Trabalho Docente, também já estão inseridas atividades relativas a esses temas conforme orientações recebidas anteriormente. Quanto a inserção da ERER, estamos adequando paulatinamente.

4.5 – Análise e orientações as possíveis situações de discriminação étnico-racial.

As questões que surgiram até o momento sempre foram resolvidas pela direção e equipe pedagógica com o auxílio do Conselho Escolar. Agora com as implementações da ações da Equipe Multidisciplinar essas questões serão socializadas de forma mais ampla, tendo em vista atender as situações que surgirem no cotidiano escolar.

4.6 – Análise dos materiais didáticos utilizados pela escola.

Além do acervo de alguns títulos que consta na biblioteca, são utilizados os cadernos temáticos sobre as diversidades e outros como: Programa Ética e Cidadania, construindo valores na escola e na sociedade. Agora, com a implementação da Equipe Multidisciplinar serão disponibilizados outros materiais conforme consta no Plano de Ação.

5- CRONOGRAMA

- A primeira atividade da Equipe Multidisciplinar será o trabalho com os profissionais da escola no sentido de explanação, reflexão e orientação no Plano de Ação da Equipe Multidisciplinar, para que o trabalho de conscientização não se dê apenas como ações pontuais;

- No início do ano letivo de 2011, na semana pedagógica, promover um encontro para organizar a forma de inserção da temática em diferentes disciplinas:
Matemática, Física e Geografia – dados estatísticos (utilizar dados do mapeamento/diagnóstico e dados do IBGE);

Biologia – estudo de questões relacionadas à saúde das populações negra e indígena;

Língua Portuguesa e Estrangeira – Trabalho com textos e após propor debates sobre os textos aos alunos, solicitar que produzam textos sobre temas, como: o racismo no Brasil, a presença do negro na mídia, políticas afirmativas, cotas, marcado de trabalho, etc. Releitura de obras, como por exemplo: “Navio Negreiro” X “Craveirinha”, – Poeta moçambicano –Conceição Evaristo. (Estimular a leitura e promover a discussão das concepções presentes nos textos, focando nas concepções atuais); Poema “Los Nadies – Eduardo Galeano (You Tube)

História - Pesquisar as comunidades quilombolas e indígenas, pesquisar personalidade que lutaram por questões raciais

Sociologia e Arte - Pesquisar sobre religiosidades, hábitos e costumes, danças, culinária negra e indígena.

Educação Física - Estudo das práticas corporais da cultura negra em diferentes momentos históricos.

* As atividades listadas serão adaptadas ao cronograma da escola e trabalhadas ao longo do ano de forma interdisciplinar e constante, buscando envolver todas as disciplinas possíveis.

- Alteração do PPP, PPC, PTD e Regimento Escolar em relação ás atividades propostas no Plano de Ação da Equipe multidisciplinar.

- Reuniões periódicas para discussões, reflexões e elaboração de ações pedagógicas na organização dos eventos que serão realizados na escola ao longo do ano letivo e distribuição de tarefas para os membros da equipe multidisciplinar, tendo em vista estar sempre avaliando os resultados do trabalho desenvolvido e aprimorando o que for possível.

6 - AVALIAÇÕES DAS AÇÕES REALIZADAS PELA EQUIPE

6.1 – Avaliação pela equipe das ações realizadas

Temos a consciência da necessidade de uma busca constante de embasamento teórico nesse trabalho e que este embasamento só será possível por meio de pesquisa, análise, avaliação constante do grupo, paralelamente à prática e à participação efetiva dos professores, alunos e comunidade.

Serão consideradas satisfatórias se todas as etapas previstas forem desenvolvidas dentro do cronograma estabelecido, de modo a aperfeiçoar a democracia representativa, a construir consciência de igualdade e percebermos que todos cooperativamente podem construir uma sociedade mais fraterna e justa. Também que se consiga organizar para o dia 20 de novembro, de forma a congregar todas as turmas e suas produções.

6.2 – Avaliação do trabalho da equipe pela comunidade escolar.

Apresentação final, realizando a 5ª noite da Consciência Negra com diversas atividades, como: Teatro, Dança, Desfile e apresentação das produções feitas pelos alunos.

7 - REFERÊNCIAS

Cadernos Temáticos:

- História e Cultura Afro Brasileira e Africana
- Educação Escolar Indígena
- Educando para as relações étnico-raciais

Programa Ética e Cidadania

- Relações étnicorraciais e de gênero.

http://www.diaadia.pr.gov.br/nerea/
http://www.diaadia.pr.gov.br/nerea/arquivos/File/lavagem.pdf
http://webconf.rnp.br/p26027158/
http://www.diaadia.pr.gov.br/dedi/modules/noticias/article.php?storyid=37
http://www.diaadia.pr.gov.br/nerea/arquivos/File/seminariointegradorg4.doc

LEI nº 10.639/03

http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/98883/lei-10639-03

LEI nº 11645/08

http://www.jusbrasil.com.br/legislacao/93966/lei-11645-08

PROJETOS

ATIVIDADES COMPLEMENTARES

- **CURSO PREPARATÓRIO PARA O ENEM**
- **ESPORTE E LAZER – VOLEIBOL E FUTSAL**

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA - ENSINO MÉDIO

BORRAZÓPOLIS - PR

PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ATIVIDADE DE COMPLEMENTAÇÃO CURRICULAR

CURSO PREPARATÓRIO PARA O ENEM

BORRAZÓPOLIS - 2012

Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Médio

PROPOSTA PEDAGÓGICA DA ATIVIDADE COMPLEMENTAR CURRICULAR EM CONTRATURNO

CURSO PREPARATÓRIO PARA O ENEM

MACROCAMPO: Mundo do Trabalho e Geração de Renda
ATIVIDADE: Curso preparatório para o ENEM
MODALIDADE: Ensino Médio
TURNO: Vespertino
CONTEÚDOS: Resoluções das questões do ENEM aplicados nos anos anteriores no Brasil na área de Ciência Exatas.

MATEMÁTICA

- Funções de 1º e 2º grau e exponencial, regra de três simples e compostas, porcentagens, juros, progressões aritméticas e geométricas. Geometria plana e espacial, análise combinatória e probabilidades.

FÍSICA

- Velocidade, aceleração, movimento retilíneo, uniforme e uniformemente variado, Leis de Newton, óptica, eletricidade e conteúdos de termologia.

BIOLOGIA

- Meio Ambiente, genética, zoologia e botânica.

QUÍMICA

- Estudo do átomo, ligações químicas, relações inorgânicas e orgânicas, química orgânica.

OBJETIVOS:

- Selecionar, organizar, relacionar, interpretar dados e informações representados de diferentes formas, para tomar decisões e enfrentar situações problema.
- Oferecer uma referência para que cada cidadão possa proceder a sua auto avaliação com vistas as suas escolhas futuras, tanto em relação ao mercado do trabalho quanto em relação a continuidade dos estudos.
- Ler e interpretar gráficos com dados de pesquisa em todas as disciplinas.
- Resolver situações problema do cotidiano que envolvam regra de três e progressões.
- Aplicar as probabilidades nos jogos de azar.
- Calcular áreas, perímetros e volumes de figuras planas e poliedro.
- Aplicar conhecimento de física nas situações do dia a dia, bem como interpretar nos gráficos os movimentos.
- Estudar as dilatações e também as ondas, luz e eletricidade.
- Relacionar os seres vivos com o meio ambiente em que vive, estudando a botânica e a zoologia deste convívio e a relação dele com o ser humano.
- Estudar as características hereditárias, bem como as transmissões e probabilidades de ocorrência dessas características.
- Aplicar os conteúdos de química na vida do aluno, na alimentação e nas relações orgânicas que ocorre no corpo humano.
- Compreender as reações químicas, orgânicas e inorgânicas.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

O princípio educativo será o da metodologia da problematização, como instrumento de incentivo a pesquisa, a curiosidade pelo inusitado e ao desenvolvimento do espírito inventivo das práticas didáticas.

A articulação entre a teoria e a prática serão vivenciadas com as práticas de laboratório.

O uso de mídias como a TV Pendrive, o laboratório de informática entre outros, a biblioteca escolar, pesquisa de campo, parcerias com as universidades da região afim de proporcionar palestras, visitas as faculdades para conhecimento e familiarização com as mesmas, tendo em vista uma maior clareza quanto a sua vocação profissional.

Mostra das profissões ofertadas pelas faculdades**.**

Utilização do Programa EUREKA que fornecerá subsídios para a resolução de questões do ENEM.

AVALIAÇÃO

Durante todo o processo de ensino e aprendizagem irão sendo avaliadas as ações junto aos alunos para fornecer melhores condições de adquirir e aprimorar os conhecimentos adquiridos no decorrer do ano letivo, observando a participação ativa dos educandos.

RESULTADOS ESPERADOS PARA O ALUNO

Que o mesmo obtenha êxito ao realizar as provas do ENEM e consiga resultados satisfatórios, bem como sejam sanadas as dúvidas quanto a carreira profissional a ser seguida.

RESULTADOS ESPERADOS PARA A ESCOLA

Que o desempenho satisfatório atinja os alunos com vulnerabilidade social, proporcionando a oportunidade de continuar seus estudos e assim interagir com a sociedade, como cidadão crítico, defensor de seus direitos, e contribua assim para um Brasil mais justo, democrático e igualitário.

Que a escola seja o meio pelo qual o educando consiga sua emancipação como cidadão.

RESULTADOS ESPERADOS PARA A COMUNIDADE

Cidadãos conscientes do seu papel, sendo agentes transformadores da realidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Provas e gabaritios dos ENEMs aplicados nos anos anteriores.

Apostilas do EUREKA.

Sites relacionados ao assunto.

BONJORNO, José Roberto. GIOVANNI, José Ruy. Vol.3. 2 ed. São Paulo: FTD, 2005

Diretrizes Curriculares para Educação Básica – DCE`S

FELTRE, Ricardo. Química: físico – química. Volumes: 1,2 e 3. 6 ed. São Paulo: Ed. Moderna, 2004. (3 livros do professor).

GIOVANNI, José Ruy. Matemática Fundamental 2º grau. São Paulo:FTD,1994

PAIVA, Manoel. Matemática. 1 ed. São Paulo: Moderna, 2009.

PAULINO, Wilson Roberto. Biologia. Vol. 1. 1 ed., São Paulo: Ática, 2005.

PENTEADO, Paulo César M. Física, Ciência e Tecnologia. 1ª ed. São Paulo: Ed. Moderna, 2005.

SARDELLA, Antonio. Curso de Química. 2ed. São Paulo: atica, 1985.

VIEIRA, Maria das Graças. FIGUEREDO, Regina.EJA Educação de Jovens e Adultos. Vol. integrado. 3º Ciclo Ensino Fundamental. São Paulo, Ática, 2006.

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Fone/Fax: (43) 3452-1334 - CEP:86925-000
BORRAZÓPOLIS-PARANÁ

MACROCAMPO	➉ Esporte e Lazer ➉ Atividade Esportes – Voleibol e Futsal ➉ Nível de escolaridade – Ensino Médio
TURNO	➉ Noite-Segunda e Quarta -Feira-19;00 h ás 21;00 ➉ Quantidade de alunos: 36
CONTEÚDO	➉ Conteudo Estruturante – Esporte ➉ Conteúdo Básico – Esporte coletivo
OBJETIVO	➉ Propiciar e municiar aos alunos a aquisição de experiências que venham enriquecer seus conhecimentos e facilitar sua relação com o meio em que vive, contribuindo assim para o exercício da cidadania. ➉ Enfatizar o desporto educacional através de jogos e práticas esportivas que desenvolvam o gosto pela prática das modalidades referidas, tornando-as como fins educativos e formativos. ➉ Objetivar que os alunos alcancem as qualidades físicas, emocionais, em suas virtudes e atitudes que são necessárias para um ser humano se tornar um cidadão mais justo, autônomo e com mais saúde. ➉ Proporcionar mais integração entre alunos, escola e comunidade. ➉ JUSTIFICATIVA- Devido ao grande interesse já demonstrado em anos anteriores pelos alunos destas duas modalidades,visto que o professor já realizava um trabalho de fundamentação de forma voluntária, e também aos excelentes resultados já obtidos nos JOCOP´S 2010 e também nos JEP´S 2011,assim como também a melhoria de comportamento e conhecimentos adquiridos na escola os pais e a comunidade escolar,APMF e Conselho escolar, solicitam que haja continuidade neste programa de treinamento ou seja agora no PACCC.

ENC. METODOLÓGICO	➓ Aulas práticas, explicativas, teóricas, com uso do quadro de giz e também de vídeos, CD-ROM, internet, Portal do dia-a-dia (Educação Física), amostra de partidas e jogos de alto nível, assim como a participação em competições de voleibol (JEP's, JOJUP's, JAMB's, JAVI's, JAP's) sempre procurando enfatizar os benefícios e malefícios que a atividade física pode nos trazer. ➓ Conteúdo Especifico Voleibol: Abordagem Teórico – Metodológica. O desenvolvimento do PACCC será em torno de toda a fundamentação teórica e prática, técnica e emocional que envolve um jogo de voleibol, ou seja, teremos que vivenciar na prática o toque, levantamento curto, médio, longo, alto, baixo, rápido, com tempo, saque e todas as suas variações e tipos (flutuante, com salto, asiático e brasileiro), cortadas, bloqueios, coberturas, recursos (peixinho), sistema de jogo 5x1, 4x2, com ou sem infiltração. ➓ Todas as partes emblematicas que envolvem uma competição e as liçoes de vida que podemos tirar, para os praticantes tornar-se verdadeiros cidadãos argumentados e capacitados para resolverem situações de sua vida. ➓ Estudo de todas as regras e toda a parte cientifica e cultural que cercam um jogo de volei (fisiologia, psicologia, superação de limites). ➓ Conteúdo Especifico Futsal:O trabalho a ser desenvolvido será de aprendizagem e aperfeiçoamento da fundamentação do futsal e de todas as nuances que envolvem este esporte maravilhoso.O Brasil é o país do futebol e o interesse e a prática são enormes pois é muito atrativo.Toque,passes(curtos, médios, longos),lançamentos,chutes a gol em movimento e estático,sem pulo,bate pronto,três dedos, domínio da bola,condução com o pé direito e esquerdo,sistema de defesa, marcação por zona,marcação individual meia quadra ou quadra toda,sistema de ataque e contra-ataque,utilizando inclusive o goleiro-linha, teremos que realizar uma verdadeira evolução em todos os aspectos físicos,técnicos,táticos e emocionais.
AVALIAÇÃO	➓ Participação, interesse, disciplina, comprometimento, responsabilidade. ➓ Demonstração prática dos conteúdos adquiridos pelo Programa de Atividades Complementares Curriculares em Contra-turno.

	➓ Explanação teórica e prática dos conteúdos adquiridos durante o PACCC. ➓ Participação em palestras, debates, seminários. ➓ Realização de pesquisas individuais e coletivas. ➓ Atividades de leitura (compreensiva e crítica) de textos referentes aos temos envolvido..Pretendo tornar comum a prática de questionamentos e aferir as possibilidades de evolução.
RESULTADOS ESPERADOS	**PARA O ALUNO**: ao fim do PACCC, os alunos participantes deverão demonstrar maior conhecimento da modalidade que participou, além de melhorar sua técnica de jogo e o seu comportamento social. Deverá também ser cumpridor das regras e tarefas colocadas para se adaptar ao convívio em grupo, tanto na família quanto na escola e sociedade. Que haja uma melhoria da qualidade de vida. Possibilidade de enriquecimento nos conteúdos para a vida. **PARA A ESCOLA**: melhoria na disciplina, atenção, concentração, disposição física e psicológica para o dia a dia letivo. Obtenção de recursos científicos, tecnológicos e práticos para que melhore sua performance física e intelectual e que desenvolvam uma responsabilidade maior com o senso crítico e mais criatividade. **PARA A COMUNIDADE**: melhoria do comportamento disciplinar, tanto na escola quanto na sociedade e família. Obtenção de recursos para resolução de problemas e tomadas de decisões com consciência. Capacidade de formar opiniões próprias com argumentação baseada nos conhecimentos que adquiriu durante o PACCC. Que se torne um hábito a prática de esportes saudáveis, mesmo fora da escola.
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	DCE's, Livro Didático de Educação Física do Ensino Médio, Revista PLACAR, Revista Esportivas,Apostilas de ensino de treinamentos de voleibol, Programas Educativos e Esportivos, Portal do dia a dia,Jogos da Liga Mundial e super liga brasileira,Livro de voleibol e seus 1000 exercicios de treinamento,Livros de táticas ,técnicas e preparo físico de futsal, além de livretos de regras atualizadas das duas modalidades.
PARECER DO NRE	

SEMANA CULTURAL E DA SAÚDE

Colégio Estadual José de Anchieta Ensino Médio
Borrazópolis -PR
Projeto: “Semana
Cultural e da Saúde”

"A educação é um processo social, é desenvolvimento. Não é a preparação para a vida, é a própria vida."
(John Dewey)

_____APRESENTAÇÃO

A Escola tem responsabilidade social quanto à promoção, manutenção e melhoria da qualidade de vida de seus alunos e colaboradores e é de suma importância promover atividades que ampliem a cultura geral e estimulem a formação integral do indivíduo. A realização de ações educativas de promoção da saúde vem se concretizando nas escolas, pois a escola atual não é apenas um local onde se ensina conteúdos de várias disciplinas, como:matemática, biologia e línguas, mas também um centro de multiplicação de informações sobre prevenção de acidentes, hábitos de higiene, abuso de drogas e outros temas de relevância. É importante que o aluno seja visto de forma integral uma vez que o aspecto biopsicossocial do mesmo passa a influenciar de forma decisiva sobre seu aprendizado. Sabe-se hoje que saúde quer dizer mais do que ausência de doenças. Ela representa qualidade de vida, sendo portanto resultante de fatores como: alimentação, moradia, transporte, acesso à educação, trabalho, lazer, saneamento básico, distribuição de renda, liberdade e bem estar físico e mental.

Na semana cultural serão realizadas palestras que trazem muitas informações relacionadas aos aspectos físicos, mentais, emocionais, espirituais e sociais do ser humano, com conteúdos que traduzem os problemas de nossa realidade, estimulando a manutenção de uma vida saudável.

Em relação às outras atividades que serão realizadas, como: palestra com representantes de entidades religiosas, visita a universidade, teatro, música e outras atividades diversificadas levam os educandos a uma formação acadêmica mais dinâmica.

OBJETIVO GERAL

O Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Médio, com o apoio dos profissionais de Saúde de Borrazópolis e de outros profissionais que aceitaram o convite para participar da nossa Semana Cultural, que tem como meta a efetivação de oficinas, para orientação e informação preventiva, objetivando a qualidade de vida como um todo em suas diversas vertentes. Como os profissionais de saúde que em conjunto com professores e direção representam agentes multiplicadores de informações facilitando assim a adoção de estilos de vida saudáveis com repercussões positivas para toda a vida, também outros profissionais que irão realizar trabalho em conjunto com a escola trazem conhecimentos que elevam rendimento escolar dos alunos.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Desenvolver ações educativas visando melhorar à formação integral dos educandos relacionados aos aspectos de saúde, lazer e cultura;
- Promover a integração da Escola com os profissionais da saúde;
- Trabalhar a interdisciplinaridade, relacionando os temas desenvolvidos nas oficinas e nas atividades com as disciplinas em seus conteúdos específicos;
- Educar para qualidade de vida e o respeito próprio e mútuo;
- Refletir sobre as condições humanas gerando uma ação social e de solidariedade;
- Orientar a escolha do curso superior e da profissão a ser seguida;

JUSTIFICATIVA

A educação para a cidadania aliada à qualidade de vida só terá chance de produzir efeitos se for um problema de todos e se garantir o envolvimento da Escola com os problemas da sociedade. O ato de educar vai além das boas intenções e dos discursos, significa transformar profundamente os programas, as atitudes e transformá-los em práticas.

Considerando que, a Escola como fonte Educadora, deve garantir além do conhecimento científico, a capacidade de estimular sentimentos dignos que formam um ser humano capaz de agir em prol ao seu bem estar.

Dessa forma, será realizada a “Semana Cultural e da Saúde”, para envolver a Escola numa ação conjunta para buscar informação, atividades e conhecimento, no que tange a qualidade de vida, assim, podemos estimular uma educação para os desafios da complexidade humana frente seus problemas de saúde e sociais, levando a prevenção antes da medicação, a ação antes da omissão.

METODOLOGIA

Envolver os funcionários, professores e alunos do Colégio Estadual José de Anchieta, na participação de oficinas para informação de aspectos relacionados à questão de qualidade de vida, provendo a saúde e a cultura.

Convidar os profissionais de saúde para proferirem palestras e desenvolverem as atividades nas seguintes oficinas propostas: DSTs/Aids, Higiene do corpo humano, Dengue, Violência/Drogas, apresentação de Banda, visita a universidade, palestra com o Padre da igreja católica sobre temas da atualidade e outras atividades relacionadas.

No período diurno e noturno serão realizadas atividades diversificadas ministradas pelos professores e algumas palestras serão realizadas pelos profissionais convidados, sendo que em um dos dias os alunos das 3ªs séries visitarão uma instituição de ensino superior (UEL) como forma de orientação e formação profissional. Na sexta-feira, as atividades serão diferentes no período diurno e noturno, conforme descrito no cronograma em anexo.

Como recurso pedagógico contaremos com auxílio de computadores, rádios, data-show, cartazes, panfletos, música e demais materiais cabíveis conforme a necessidade das oficinas e apresentações.

Todas as atividades serão trabalhadas de forma interdisciplinar em sala de aula, também serão cobrados relatórios das palestras e outras atividades desenvolvidas. Os professores dentro de sua respectiva disciplina relacionarão os conceitos e conhecimentos fornecidos pelos profissionais de saúde e demais pessoas envolvidas, com os conteúdos trabalhados em sala de aula.

_____CRONOGRAMA

- Cronograma das Atividades

ATIVIDADES	DATA DA REALIZAÇÃO	PERÍODO
Apresentação de teatro/palestra relacionados aos temas: Violência/ uso de Drogas	**Segunda-feira -03/05/10 Local: Esc Est. Humb. de Alencar Castelo Branco**	**- Diurno e Noturno**
Palestra: "Higiene do corpo humano", realizada pela enfermeira padrão da Clínica da Mulher de Borrazópolis – Pr, Fabiana Cristina Moretti.	**Terça-feira – 04/05/10**	**- Diurno e Noturno**
Palestra: Palestra sobre a Dengue	**Quarta-feira – 05/05/10**	**-Diurno e Noturno**
-Visita a Instituição de Ensino Superior: UEL com os alunos dos 3ºs anos (diurno e noturno) **- Palestra sobre DST's (Doenças Sexualmente Transmissíveis) Enfermeira padrão Juliana Satie Okumoto, do Hospital Municipal de Borrazópolis.**	**Quinta-feira – 06/05/10**	**-Diurno e Noturno (3ªs séries A,B.C)** **-Diurno e noturno 1ªs e 2ªs séries**
- Palestra com o Pe Laércio da Igreja Católica de Borrazópolis. **Tema: "A visão da igreja católica sobre a atualidade", relacionado a medicina, métodos contraceptivos, pedofilia,**	**Sexta-Feira – 07/05/10**	**- Diurno**

celibato,etc. **-Apresentação da IGREJA QUADRANGULAR DE BORRAZÓPOLIS: Banda, duas peças de teatro e um depoimento.**		**-Noturno**

PROJETO SIMULADO ENEM 2011

Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Médio

Borrazópolis – PR

PROJETO

Simulado do enem 2011

APRESENTAÇÃO

O Exame Nacional do Ensino Médio – Enem, já é um patrimônio da sociedade brasileira e tem o seu valor reconhecido pela comunidade educacional. Tendo apoio dos sistemas de ensino, das instituições de ensino superior e da comunidade de especialistas e educadores.

Criado em 1998, o Exame Nacional do Ensino Médio (Enem) tem o objetivo de avaliar o desempenho do estudante ao fim da escolaridade básica. Podem participar do exame alunos que estão concluindo ou que já concluíram o ensino médio em anos anteriores.

O Enem é utilizado como critério de seleção para os estudantes que pretendem concorrer a uma bolsa no Programa Universidade para Todos (ProUni). Além disso, cerca de 500 universidades já usam o resultado do exame como critério de seleção para o ingresso no ensino superior, seja complementando ou substituindo o vestibular.

Os pressupostos teórico-metodológicos do Enem, fundamentados na LDB e nas diretrizes e parâmetros curriculares nacionais, foram explicitados e divulgados junto à comunidade educacional. A proposta recebeu contribuições de especialistas em avaliação e currículo, pedagogos e profissionais do ensino com larga experiência em sala de aula.

Ao completar 12 anos, o Enem ocupa um lugar de destaque na agenda educacional brasileira pela sua contribuição para a reorganização e reforma do currículo do ensino médio, democratização do acesso ao ensino superior e, em última instância, melhoria da qualidade da educação básica.

Esta iniciativa teve como intuito promover maior responsabilização de todos os atores envolvidos no processo educativo pelos resultados da aprendizagem (gestores das redes de ensino, diretores de escola, professores, pais e os próprios estudantes). Serve, ainda, para alertar e mobilizar a sociedade para o grande desafio da melhoria da qualidade do ensino. Quanto a sua importante contribuição como um dos instrumentos de avaliação do desempenho dos estudantes, individualmente, e do sistema de educação básica, como um todo.

Dessa forma, o objetivo deste Projeto “Simulado do Enem” aplicado aos alunos da 3ªS séries propiciará maior segurança, experiência e conhecimentos frente a futura realização do Enem Nacional, para que consigam atingir um bom resultado e colocações nas instituições de Ensino Superior, além de avaliar todo trabalho desenvolvido pela comunidade escolar do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Médio.

OBJETIVO

Propiciar aos alunos da 3ª série do Ensino Médio do Colégio Estadual José de Anchieta, um “Simulado do Enem”, para oportunizá-los de segurança, experiências e conhecimentos frente à realização do Enem Nacional.

OBJETIVOS ESPECÍFICOS

- Proporcionar segurança, experiências e conhecimentos frente à realização do Enem Nacional;
- Treinar a realização da prova, quanto a execução do tempo gasto e do preenchimento do gabarito;

- Oportunizar o acesso às dificuldades de redigir, interpretar e resolver os exercícios e temas propostos;

- Adquirir conhecimentos referentes ao nível de dificuldade e extensão da prova;

- Avaliar o nível de conhecimento dos alunos, bem como, o trabalho dos professores, realizado ao longo do ensino médio.

- Melhorar o desempenho do aluno frente sua nota do Enem Nacional, para o alcance de bolsas no Programa Universidade para Todos – PROUNI.

- Estimular a realização da vocação profissional;

_____JUSTIFICATIVA

Como instrumento educativo, o Enem é uma importante ferramenta para acompanhar as mudanças e atender as expectativas da sociedade. Afinal, a educação é, por natureza, dinâmica e deve ser continuamente interrogada criticamente e reinventada como projeto coletivo e prática social.

A consolidação do Enem contribuiu, ainda, para induzir e apoiar a reforma do Ensino Médio, em conformidade com as diretrizes e parâmetros curriculares nacionais fixados pelo Conselho Nacional de Educação (CNE). Finalmente, o Enem criou uma referência para os requisitos de desempenho desejáveis ao término da escolaridade básica no Brasil, tal como define a LDB.

O principal incentivo para que os concluintes e egressos do Ensino Médio façam o Exame é a possibilidade concreta de carimbar o passaporte de ingresso no ensino superior. Afinal, a nota obtida no Enem pode significar tanto uma bolsa integral ou parcial do ProUni quanto a conquista de uma vaga em algumas das mais prestigiadas instituições de ensino superior do País, entre elas as universidades públicas mais concorridas.

Já são mais de 500 instituições de ensino cadastradas**,** para utilizar os resultados do Enem em seus processos seletivos, seja de forma complementar ou

substitutiva. As universidades têm autonomia para organizar seus processos seletivos. Muitas delas já substituíram ou estudam substituir o vestibular pelo Enem.

Portanto, a Escola atual tem como meta a formação de cidadãos capazes de buscarem oportunidades de serem profissionais atuantes, eficientes e humanos na busca pela transformação da sociedade, capazes de reconhecer o valor que o ensino lhe oferece, visando gradativamente o alcance de seus ideais de realização pessoal e profissional. Assim, o Colégio Estadual José de Anchieta Ensino Médio de Borrazópolis-PR, realizará o “Simulado do Enem” para proporcionar maior segurança, experiência e conhecimentos frente a futura realização do Enem Nacional.

METODOLOGIA

Será montada um caderno de questões, retiradas dos Enem’s anteriores, onde cada professor segundo sua disciplina, irá selecionar as mesmas.

Serão dois cadernos. O primeiro caderno conterá 20 (vinte) questões, sendo 15 (quinze) de português e 5 (cinco) de língua estrangeira, a qual será opcional em inglês ou espanhol. Haverá também neste caderno um tema para o desenvolvimento da redação, que estará estruturado conforme modelo utilizado no Enem Nacional de 2009.

O segundo caderno conterá 40 questões envolvendo as outras disciplinas. Dividindo-se em 4 questões para cada disciplina, sendo estas: história, geografia, biologia, arte, física, química, filosofia e sociologia. E mais 8 (oito) questões envolvendo matemática.

Também será montado o Gabarito em conformidade com o Enem Nacional e os alunos entregarão o gabarito para os professores, podendo ficar de posse do caderno de questões, para estudos posteriores. O caderno de questões será xerocado e encadernado.

Para maior incentivo e valorização da realização do simulado proposto, cada questão terá o valor de 0,1 (um décimo) somando 4,0 (quatro) pontos no total.

CRONOGRAMA

AÇÃO	DATA
Montagem do Caderno de Questões e Gabarito do Simulado do Enem.	23 de agosto a 10 de setembro /2010
Aplicação do Simulado do Enem	14 e 15 de outubro/2010
Correção dos Gabaritos, avaliação dos acertos e atribuições de notas.	18 de outubro/2010
Avaliação do objetivo proposto	20 de outubro/2010

CONCLUSÃO

Com a realização do Simulado do Enem, espera-se atingir um resultado satisfatório quanto a experiência que cada aluno da 3ª série do Ensino Médio, adquirirá frente a realização do Enem Nacional, o que lhe proporcionará maior chances de obter melhor resultado e consequentemente uma oportunidade a mais de ingressar em uma instituição do ensino superior.

Também avaliaremos todo trabalho desenvolvido pelo Colégio, sendo críticos quanto ao ato de educar e a função que cabe a cada educador.

FOTOS DAS ATIVIDADES REALIZADAS



Alunos acompanhando as professoras Márcia Telles e a Laboratorista Andréia Mantovani, na produção de iogurte natural, com ênfase no desenvolvimento de Lactobacilos Vivos.



Oficinas de jardinagem, desenvolvido com a parceria da EMATER local.



Atividades do curso de jardinagem com o envolvimento da comunidade escolar desenvolvendo o paisagismo no colégio.



Atividade de prática laboratorial evidenciando as vitaminas existentes nas frutas.



Projeto de produtos de higiene e limpeza, produzidos pelos alunos do EJA.



Palestra com a nutricionista do município Patrícia Pires.



Aulas práticas laboratoriais desenvolvidas pelos próprios alunos.



Gincana Cultural: Teatro, Dança, Musica, Arte, Jogos Interativos e outros



Atividades desenvolvidas no dia do meio ambiente, com a colaboração do grupo ambiental local. Onde os alunos plantaram mudas nas nascentes em sítios do município.



Alunos que participaram do dia do meio ambiente.

TABELAS/GRÁFICOS DE RENDIMENTO

Rendimento/Movimento Escolar - Ano 2010

Fonte: SERE/ABC

Ensino/Série	Rendimento Escolar		
	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
MEDIO REGULAR - TOTAL	**82,40%**	**4,90%**	**12,50%**
1ª SERIE	77,90%	8,20%	13,70%
2ª SERIE	81,50%	3,00%	15,30%

Rendimento/ Movimento Escolar - Ano 2009

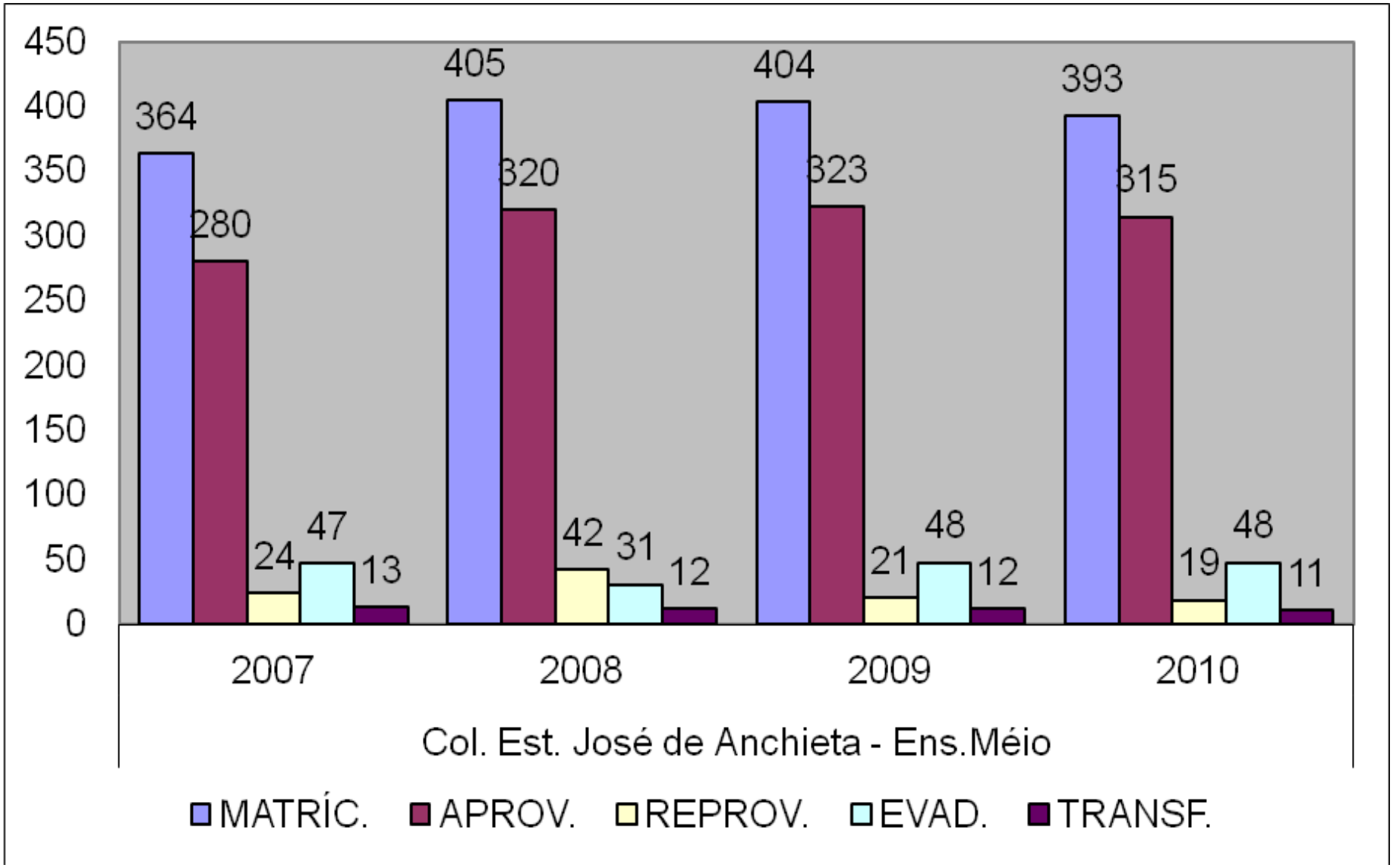
Ensino/série	Rendimento Escolar		
	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
Médio Regular - Total	**82,30%**	**5,30%**	**12,20%**
1ª série	79,80%	5,80%	14,20%
2ª série	78,30%	7,40%	14,10%
3ª série	97,30%	1,90%	6,70%

Rendimento/ Movimento Escolar - Ano 2008

Ensino/série	Rendimento Escolar		
	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
Médio Regular - Total	**81,40%**	**10,60%**	**7,80%**
1ª série	71,90%	19,20%	8,70%
2ª série	85,20%	3,40%	11,30%
3ª série	92,50%	4,60%	2,80%

Rendimento/ Movimento Escolar - Ano 2007

Ensino/série	Rendimento Escolar		
	Taxa de Aprovação	Taxa de Reprovação	Taxa de Abandono
Médio Regular - Total	**79,70%**	**6,80%**	**13,30%**
1ª série	73,70%	11,70%	14,40%
2ª série	80,10%	5,30%	14,50%
3ª série	90,60%	0,00%	9,30%


450
400
350
300
250
200
150
100
50
0
364
280
24
47
13
405
320
42
31
12
404
323
21
48
12
393
315
19
48
11
2007
2008
2009
2010
Col. Est. José de Anchieta - Ens.Méio
MATRÍC.
APROV.
REPROV.
EVAD.
TRANSF.

LINK-INTRUÇÃO NORMATIVA 006/2009 ESTÁGIO NÃO OBRIGATÓRIO

http://www.educacao.pr.gov.br/arquivos/File/instrucoes/instrucao062009.pdf

PLANO DE AÇÃO

DA

DIREÇÃO

ANDRÉIA APARECIDA MANTOVANI

PLANO DE AÇÃO PARA A GESTÃO DO COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA ENSINO MÉDIO: 2012 a 2014

Borrazópolis – Pr
2011

1 IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

O Colégio Estadual José de Anchieta - Ensino Médio, está situado na Avenida Brasil, nº 911, CEP. 86925-000, no Município de Borrazópolis, Estado do Paraná, com o Fone (fax): (043) 3452.1334, e-mail: bzijoseanchieta@seed.pr.gov.br e site:http:// bzijoseanchieta.seed.pr.gov.br. Sob direção da Srª Lúcia Motta Wiedemann, professora de Educação Física, não havendo até o presente momento demanda suficiente para Vice – direção.

O referido Colégio funciona em dois turnos (matutino e noturno), ofertando o Ensino Médio, a EJA (Educação de Jovens e Adultos) Fundamental Fase II e Médio, o CELEM, Curso de Complementação curricular. O Curso de Formação de Docentes da Educação Infantil e Anos Iniciais do Ensino Fundamental na modalidade normal - integrado e subseqüente está previsto para ser ofertado a partir de 2012.

O Ensino Médio, organizado pelo sistema de seriação, conta atualmente com 08 (nove) turmas no matutino e 03 (três) no noturno, em salas de aula com capacidade para atender 35 a 40 alunos em cada sala. O horário do período matutino é das 7h 30 min. às 11h 50 min. e o noturno das 18h50min às 23h.

A modalidade Educação de Jovens e Adultos, foi implantada neste estabelecimento de ensino em 14 de setembro de 2009, ofertando Fundamental II e Médio, por meio da Organização Coletiva e Individual, no período noturno. Em 2010 iniciou-se o ano ofertando 06 disciplinas do Fundamental Fase II e 12 do Ensino Médio. No momento oferta-se 05 disciplinas do Fundamental II e 05 no Médio.

A partir do ano letivo de 2009, o colégio passou a ofertar o CELEM (Centro de Línguas Estrangeiras Modernas) de Língua Espanhola, um ensino extracurricular, plurilinguista e gratuito.

O Colégio oferta de atividade de complementação curricular, por meio do Projeto Viva Escola: O Curso preparatório para o ENEM e na área de esportes com duas modalidades: Voleibol e Futsal.

O CAES (Centro de Atendimento Especializado – área da surdez) foi autorizado a funcionar nesse estabelecimento de ensino a partir de junho de 2011, no período vespertino, e atende alunos do Ensino Médio e EJA.

Também está em funcionamento no Colégio o sistema Escola Técnica Aberta do Brasil (e-Tec) que oferta de educação profissional e tecnológica, com o curso Segurança do Trabalho.

2 CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE ESCOLAR

2.1 APRESENTACAO DA ESCOLA, REVELANDO SUAS PRINCIPAIS CARACTERISTICAS

O ensino normal colegial na cidade de Borrazópolis, pode ser realidade para a comunidade**,** em 14 dias do mês de fevereiro de 1.968, através do decreto n.º 8.945. Com a Portaria n.º 1661 de 15 de fevereiro de 1968, foi autorizado o funcionamento da Escola e pelo Parecer n.º 283/79, aprovou-se em Caráter Provisório o Projeto de Implantação do Ensino de 2º Grau - Lei n.º 5692/71, e pelo Parecer n.º 11/82, do Conselho Estadual de Educação, em 18 de agosto de 1982, resultou-se a reorganização da Escola Normal Colegial Estadual de Borrazópolis e por fim através do Parecer n.º 157/98, do dia 10 de novembro de 1998, Deliberação n.º 003/98-C.E.E. foi aprovada a mudança de Nomenclatura do Estabelecimento de Ensino para COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA ENSINO MÉDIO.

O Colégio dispõe do espaço físico estruturado da seguinte forma: 10 salas de aula; 01 laboratório de Biologia, Química e Física, 01 sala de Informática juntamente com a biblioteca, 01 sala para direção e documentação escolar, 01 sala para equipe pedagógica, 01 sala para os educadores, 01 secretaria, 01 sala de armazenamento de merenda, 01 Cozinha, 06 banheiros femininos e 04 masculinos e 1 para os educadores, pátio coberto e quadra poliesportiva coberta. Possui ainda uma ampla área que está sem utilização localizada aos fundos do mesmo.

Quanto aos recursos físicos e pedagógicos o referido Colégio possui: televisores, pendrives, CDs, data show, notebook, vídeos, aparelho de DVD, rádio, rede de computadores (Programa Paraná Digital) com rede de internet, impressoras, máquina de xerox, internet sem fia via sinal de rádio, aparelhos de telefones e fax, pendrives, CDs, câmera fotográfica digital, câmera de vídeo, aparelhos e equipamentos de laboratório de química, física e biologia.

Quanto aos recursos humanos o referido Colégio possui uma diretora, uma equipe administrativa composta de uma secretária e cinco agentes educacionais II; uma equipe pedagógica composta por três pedagogos, uma equipe de apoio composta por sete agentes educacionais I, um corpo docente com dezoito professores efetivos.

2.2 LINHAS BASICAS DO PROJETO POLITICO PEDAGOGICO DA ESCOLA

Gerir de forma democrática torna-se motivante e essencial dentro do ambiente escolar a medida em que propicia o combate a pressão de ações injustas e impostas, que ao invés de propiciar orientação, fortalecimento e direcionamento de atitudes para o enfrentamento dos problemas, que desmoralizam e tumultuam todo andamento do dia a dia escolar.

Dessa forma, o gestor deve perceber as tendências de mudança, investigando, analisando e interpretando os novos desafios e dificuldades que recaem sobre a escola, propondo soluções que beneficiem um todo, assim, conhecerá a realidade e as necessidades do seu entorno, promovendo, incentivando e cuidando para que no dia a dia escolar seja possível em conjunto reconhecer os erros, propor soluções e fortalecer os acertos.

A escola atual deve adaptar-se as mudanças sem esquecer de formar cientificamente e humanamente cidadãos capazes de mudar sua realidade para melhor de forma que sua atuação em sociedade seja satisfatória aos anseios de desenvolvimento, aliados ao de consciência frente a justiça econômica, ambiental e social. Assim, a ação pedagógica deve se ajustar ao que os alunos conseguem realizar em cada momento de sua aprendizagem, valorizando o papel determinante da interação com o meio social, promovendo situações comunicativas de questionamentos e análises, nas quais os alunos e professores co-participam.

Neste parâmetro a avaliação não é instrumento de contagem de acertos ou erros, ou ainda uma qualificação numérica que classifica, seleciona ou ainda rotula os alunos, afastando da aprendizagem escolar justamente os que mais precisam dela, ela tem função permanente de diagnóstico e acompanhamento do processo pedagógico; avalia, portanto, o educando, a escola e o sistema escolar.

Para combater os índices de reprovação, evasão e desistência é preciso criar ações contínuas de acompanhamento (as quais serão traçadas nos quadros a seguir), verificando o que de melhor se pode fazer dentro de cada setor da escola para promover a aprendizagem e a satisfação do aluno em permanecer na escola e entender a importância dos estudos em sua vida, valorizando os acertos e corrigindo os erros, isto é trocando as estratégias.

Também é necessário deixar claro qual é o comprometimento de cada um frente o ato de educar, tanto o aluno como seus responsáveis legais, quanto a escola em si, tem direitos e deveres a serem cumpridos. Para completar uma educação de qualidade deve-se propor soluções em conjunto aos problemas e não simplesmente criticar e apontar a culpa para outrem, eximindo-se de responsabilidades, para uma educação de qualidade todos devem estar comprometidos.

PROJETO

CÂMARA JUVENIL

2012

RELATO DE EXPERIÊNCIA EDUCACIONAL

TÍTULO

JOVEM QUE PARTICIPA MELHORA A POLÍTICA – CÂMARA JUVENIL 2012

PERÍODO DE REALIZAÇÃO

O referido projeto é realizado desde o ano de 2006, e seu cronograma é definido anualmente. No ano de 2012 o projeto foi desenvolvido nos meses de março, abril e maio nas aulas de Educação Física no Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Médio. Como conclusão do projeto realizamos uma sessão plenária na Câmara Municipal de Borrazópolis onde os alunos apresentaram os conhecimentos assimilados no decorrer do projeto.

SÍNTESE

O Projeto Pedagógico JOVEM QUE PARTICIPA MELHORA A POLÍTICA - CÂMARA JUVENIL do Colégio Estadual José de Anchieta de Borrazópolis, Estado do Paraná, é desenvolvido anualmente pela professora Sonia Berti que ministra a disciplina de Educação Física. Nesse projeto são abordados temas como participação na política, democracia, cidadania, e organização política brasileira. As estratégias de ensino adotadas para desenvolver os conteúdos acima foram: capacitações por meio de palestras, discussões em grupos de estudos, visitas e apresentações de trabalhos. Após o período preparatório, realizamos a eleição na escola selecionando nove alunos que pesquisaram e estudaram de forma mais específica o funcionamento e quais os tipos de preposições de uma câmara de vereadores e realizaram uma apresentação final denominada de Câmara Juvenil.

JUSTIFICATIVA

O presente projeto foi idealizado com o objetivo de estimular e incentivar a participação do jovem na política, bem como socializar conhecimentos sobre

política, democracia e cidadania. A professora verificou em sua prática um distanciamento dos seus alunos quando em suas aulas abordava conteúdos relacionados à política, democracia, cidadania e etc. A partir dessa observação a professora buscou alternativas para trabalhar esses temas de forma envolvente e criativa a fim de incutir nos educandos, a necessidade de estudar refletir e discutir sobre esses conteúdos bem como, mostrar aos mesmos o quanto esses assuntos estão relacionados à sua vida.

Desenvolvemos para isso atividades como: exibição de filmes, apresentação de slides, palestras, músicas, textos e distribuição de cartilhas.

As atividades permitiram despertar a responsabilidade dos alunos quanto ao exercício da cidadania e a importância da participação de todos.

Ao desenvolver esse projeto os alunos foram motivados a participar dos acontecimentos e decisões da escola discutindo e opinando sobre temas pertinentes a cidadania, política e democracia.

OBJETIVOS

- Oportunizar a participação dos alunos nas decisões escolares exercitando os conceitos de participação e cidadania.
- Incentivar os alunos a discutir refletir e opinar sobre assuntos e conteúdos relacionados à organização política e social da sociedade brasileira.
- Discutir os problemas da escola e do município, observando as falhas e apontando possíveis soluções de forma a contribuir para melhorar a comunidade em que o educando está inserido.
- Incentivar a implantação do Grêmio Estudantil no Colégio.
- Compreender como funciona uma Câmara Municipal e identificar como se organiza e se desenvolve uma sessão plenária.
- Identificar a diferença entre os poderes: legislativo, executivo e judiciário e qual a função dos vereadores e do prefeito.
- Abordar temas como: democracia, cidadania e política.
-Promover a participação ativa dos educandos da vida em sociedade e oportunizar situações em que o mesmo possa exercitar a criticidade.
- Realizar a Câmara Juvenil.

CONTEXTUALIZAÇÃO

O presente projeto surgiu da necessidade de promover a inserção e discussão de conteúdos como cidadania, democracia e política nas aulas de Educação Física. Ao desenvolver esses temas nas aulas percebeu-se a necessidade de expandir essa discussão para as demais turmas do colégio e por isso sistematizamos os conteúdos e elaboramos o projeto Câmara Juvenil.

Tivemos essa iniciativa porque percebemos que os jovens estavam desinteressados por participar de discussões nas quais os temas acima mencionados eram propostos nas aulas.

Esse desinteresse dos alunos se justifica devido ao panorama político nacional em que uma onda de denúncias e corrupção assola os noticiários envolvendo políticos em esquemas de corrupção e enriquecimento ilícito.

Com o objetivo de promover o interesse dos alunos, envidamos esforços para desconstruir essa postura passiva, estimulando a participação por meio de leitura de textos, discussões, reflexões e troca de ideias. Enfim usamos estratégias que incentivassem a participação dos alunos com atividades práticas e significativas nas quais eles deveriam repensar seus valores e atitudes, questionando a postura dos governantes, constatando a força da iniciativa popular.

Discorremos ainda sobre a importância do exercício da cidadania afirmando que por meio dela é possível sim, mudar a quadro atual em busca de uma sociedade mais justa e igualitária.

Para isso nos amparamos no belíssimo texto de Fernando Veríssimo OLHAI OS LÍRIOS DO CAMPO que diz: “Estive pensando na fúria cega com que os homens se atiram à caça do dinheiro. É essa a causa principal dos dramas, das injustiças, da incompreensão da nossa época”. Abordamos o tema corrupção, o hábito de levar vantagem em tudo e questionamos sobre valores como justiça, honestidade e o real papel do político que é legislar observando as leis e a preservação da justiça.

Abordando o item participação citamos um recorte do mesmo texto “É indispensável trabalhar, pois um mundo de criaturas passivas seria também triste e sem beleza. Há, na terra, um grande trabalho a realizar. É tarefa para seres fortes, para corações corajosos. Não podemos cruzar os braços”.

Um grande trabalho a realizar e não podemos ser passivos, cruzar os braços, com essas afirmações abordamos a necessidade de exercer a cidadania, a importância da participação popular, os meios de acompanhar, fiscalizar e exigir nossos direitos.

E finalizando, falamos sobre conquistas e cooperação "...conquistas duma situação decente para todos as criaturas humanas, a conquista da paz digna, através do espírito de cooperação".

Cidadania, política, participação, cooperação e conquistas algumas palavras chaves que impulsionam esse projeto que por meio de sua coordenadora em conjunto com toda a comunidade escolar buscou-se socializar conhecimentos visando transformar nossos alunos em cidadãos críticos, participativos em que os mesmos ousem pensar de maneira autônoma tomando decisões para a construção de um país melhor para todos.

O Projeto Câmara Juvenil desde 2006 oportuniza momentos para o desenvolvimento da educação para a cidadania, por meio desse projeto construímos espaços para reflexão, participação, tolerância e solidariedade.

Com ações planejadas que visam beneficiar a todos da escola e não apenas uma sala ou algum grupo de pessoas. Buscamos envolver nesse projeto a comunidade, vereadores, prefeito, professores, pedagogos, direção, funcionários, alunos e pais de alunos.

Enfim o projeto é realizado todo ano e sabemos da importância do mesmo para a escola e todos que dela fazem parte. Percebemos o quanto ele têm contribuído para a conscientização dos nossos jovens. Pretendemos continuar desenvolvendo o projeto. E aprimorá-lo a cada ano é uma missão, pois acreditamos que podemos influenciar positivamente nossos jovens a mudar sua postura, tornando-se consciente e participativo.

DESCRIÇÃO CLARA E DETALHADA DO PROJETO

A mobilização dos alunos iniciou-se com a elaboração de cartazes convocando os alunos a participarem.

Em seguida foi feito a divulgação sobre o projeto e seus objetivos, a partir daí iniciou-se um ciclo de palestras com membros da comunidade vereadores e

professores que abordaram temas sobre política, cidadania, organização política brasileira entre outros.

Foram realizadas visitas à prefeitura, câmara municipal, APAE, asilos, creches e instituições afins onde os alunos faziam entrevistas tiravam dúvidas e exprimiam suas opiniões por meio de relatórios.

Ao participar das visitas os alunos começaram a conhecer o município e evidenciar os problemas estudando as possíveis soluções em conjunto com os demais colegas.

Os materiais usados foram à cartilha de orientação política da CNBB, cartilha da ACAVI, e os seguintes textos: Os indiferentes - Antonio Gramsci, Olhai os Lírios do Campo – Érico Veríssimo, O Analfabeto Político – Bertold Brecht, exibimos também slides organizados pela professora coordenadora, filmes como Ilha das Flores e a música Que país é esse – Legião Urbana e Brasil – Gal Costa, Roda Viva – Chico Buarque de Holanda.

Após essas atividades os alunos foram convidados a se candidatar para concorrer à vaga de vereadores juvenis. Que ficou organizada assim: Cada turma da escola deveria escolher por meio do voto direto e secreto dois alunos para representar sua sala, esses alunos deveriam fazer suas considerações expor suas ideias com o objetivo de conquistar os alunos eleitores.

Após esse período de “campanha” ocorreu à votação e nove foram escolhidos/eleitos para a apresentação do trabalho final que é a Câmara Juvenil, na câmara municipal de Borrazópolis.

Após a eleição esses alunos tiveram acesso a informações mais aprofundadas e específicas sobre como funciona a Câmara Municipal, a diferença entre o poder legislativo e executivo e sobre como elaborar proposições como: indicação, requerimento, projeto de lei entre outros.

Ao encerrar o projeto os alunos receberam um certificado pela participação e como incentivo levamos os mesmos para a capital do estado, onde visitamos a Assembleia Legislativa do Paraná e apresentamos os alunos para alguns deputados estaduais e lideranças estaduais.

RESULTADOS OBTIDOS

Após realizar esse projeto observamos um interesse maior dos alunos nos assuntos relacionados àqueles desenvolvidos nas atividades do projeto.

Os alunos passaram a cobrar seus direitos e também a cumprir com mais afinco seus deveres na escola.

Verificamos também que alguns mostraram interesse em se filiar em um partido político e candidatar ao cargo de vereador na nossa cidade assim que tiverem a idade.

Passaram a participar das sessões da câmara e assumir funções em associações civis e filantrópicas bem como, começaram a participar de conselhos.

Esse ano especificamente por meio do incentivo da Câmara Juvenil foi criado o Grêmio Estudantil no Colégio.

AVALIAÇÃO

A avaliação é diagnóstica desenvolvida durante todo o processo, por meio da participação dos alunos nas atividades realizadas observando seus relatórios e as reflexões realizadas nas palestras, filmes e visitas.

Ao avaliar observamos o progresso do aluno, seu posicionamento perante o grupo, o envolvimento com as atividades e se houve assimilação dos conteúdos.

Na avaliação verificamos a aprendizagem e buscamos fazer um reforço positivo em todas as situações a fim de que o educando sinta-se valorizado e confiante.

A avaliação no contexto desse projeto visa contribuir para o desenvolvimento da autonomia e da auto confiança dos alunos, ampliando sua capacidade de resolver problemas em que o mesmo possa analisar, julgar e agir nas diferentes situações da vida.

REFERÊNCIAS

COLETIVO DE AUTORES. Metodologia do ensino da educação física. São Paulo: Cortez, 1992.

CARTILHA DA ACAVI. Associação das Câmaras Municipais do Vale do Ivaí – A Câmara Municipal e a Cidadania 2011.

CARTILHA DA CNBB. Conferência Nacional dos Bispos do Brasil – Em quem votar – Cartilha de Orientação Política, 2006.

ÉRICO VERÍSSIMO. Olhai os lírios do campo, editora - Companhia das Letras, 2005 – São Paulo.

DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO BÁSICA DO PARANÁ – Educação física – Paraná, 2008.

VASCONCELLOS**,** Celso dos Santos, 1956 – Avaliação: Concepção dialética-libertadora do processo de avaliação escolar 15ª edição – São Paulo: Libertad 2005.

Sites consultados:

www.diadiaeducacao.pr.gov.br
www.camara.gov.br/responsabilidadesocial
www.marxists.org/portugues/gramsci

letras.terra.com.br

ojovempensante.wordpress.com

WWW.acavi.com.br

PPC

Proposta Pedagógica

EJA

PROPOSTA PEDAGÓGICA- CURRICULAR

EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA

Ensino Médio

BORRAZÓPOLIS - PR

2012

1 - OBJETIVO DA OFERTA DE EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS

Ao ofertar a EJA, a escola propiciará melhores condições de acesso à estrutura física e aos multimeios didáticos presentes na escola, como: laboratórios (informática e ciências), biblioteca, quadra poli esportiva, bem como com apoio de técnicos responsáveis, pedagogos e direção atuantes

É importante pensar o educando a partir de sua realidade. Compreender que o educando da EJA na sua maioria se relaciona com o mundo do trabalho e que por meio dele busca melhorar sua qualidade de vida, tornando relevante contemplar essa característica na organização do trabalho pedagógico. Para adaptar o tempo escolar às necessidades dos educandos, o currículo deve ser organizado de forma que lhes possibilite transitar pela estrutura curricular, de acordo com o seu tempo próprio de construção da aprendizagem.

Nesse contexto, a articulação da modalidade EJA com a diversidade sócio - cultural de seu público deve demandar uma proposta pedagógica curricular que considere o tempo/espaço e a cultura desse grupo, considerando que os saberes e a cultura do educando devem ser respeitadas como ponto de partida real da proposta pedagógica.

1.1 PERFIL DO EDUCANDO

Os alunos são jovens, adultos e idosos que pretendem continuar seus estudos por meio da EJA, onde tem asseguradas oportunidades apropriadas conforme suas características, interesses, condições de vida e trabalho.

Os alunos que buscam a continuidade de estudos pela modalidade Educação de Jovens e Adultos são oriundos das classes populares, com trajetórias escolares descontínuas, com experiência prévia no ensino regular, com histórico de reprovações e períodos de abandono, que acabam por resultar na defasagem etária em relação ao nível de ensino. São muitos fatores adicionais presentes nas histórias de vida desses alunos que é atípica e por se tratar de alunos na faixa etária normalmente adulta, possuem vivências e desejos diversos.

Quando voltam à escola muitos educandos internalizam uma situação de inferioridade, com a auto-estima afetada, justificada por possíveis fracassos anteriores, mas são alunos com sonhos, que tem projeto de vida, mas normalmente sua visão de educação é individualista e utilitária. No seu contexto sócio cultural, a educação de jovens e adultos representa uma alternativa importante para a retomada a escolaridade.

1.2 CARACTERIZAÇÃO DO CURSO

Este estabelecimento de ensino tem como uma das finalidades, a oferta de escolarização de jovens, adultos e idosos que buscam dar continuidade a seus estudos no Ensino Fundamental ou Médio, assegurando-lhes oportunidades apropriadas, consideradas suas características, interesses, condições de vida e de trabalho, mediante ações didático-pedagógicas coletivas e/ou individuais.

Portanto, este Estabelecimento Escolar oferta Educação de Jovens e Adultos – Presencial, que contempla o total de carga horária estabelecida na legislação vigente nos níveis do Ensino Fundamental e Médio, com avaliação no processo.

Os cursos são caracterizados por estudos presenciais desenvolvidos de modo a viabilizar processos pedagógicos, tais como:

9. pesquisa e problematização na produção do conhecimento;
10. desenvolvimento da capacidade de ouvir, refletir e argumentar;
11. registros, utilizando recursos variados (esquemas, anotações, fotografias, ilustrações, textos individuais e coletivos), permitindo a sistematização e socialização dos conhecimentos;
12. vivências culturais diversificadas que expressem a cultura dos educandos, bem como a reflexão sobre outras formas de expressão cultural.

Para que o processo seja executado a contento, serão estabelecidos plano de estudos e atividades. O Estabelecimento de Ensino deverá disponibilizar o Guia de Estudos aos educandos, a fim de que este tenha acesso a todas as informações sobre a organização da modalidade.

Organização Coletiva:

Será programada pela escola e oferecida aos educandos por meio de um cronograma que estipula o período, dias e horário das aulas, com previsão de início e término de cada disciplina, oportunizando ao educando a integralização do currículo. A mediação pedagógica ocorrerá priorizando o encaminhamento dos conteúdos de forma coletiva, na relação professor-educandos e considerando os saberes adquiridos na história de vida de cada educando.

A organização coletiva destina-se, preferencialmente, àqueles que têm possibilidade de freqüentar com regularidade as aulas, a partir de um cronograma pré-estabelecido.

Organização Individual:

A organização individual destina-se àqueles educandos trabalhadores que não têm possibilidade de freqüentar com regularidade as aulas, devido às condições de horários alternados de trabalho e para os que foram matriculados mediante classificação, aproveitamento de estudos ou que foram reclassificados ou desistentes quando não há, no momento em que sua matrícula é reativada, turma organizada coletivamente para a sua inserção. Será programada pela escola e oferecida aos educandos por meio de um cronograma que estipula os dias e horários das aulas, contemplando o ritmo próprio do educando, nas suas condições de vinculação à escolarização e nos saberes já apropriados.

1.3 NÍVEL DE ENSINO

1.3.1 Ensino Fundamental – Fase II

Ao se ofertar estudos referentes ao Ensino Fundamental – Fase II, este estabelecimento escolar terá como referência as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais, que consideram os conteúdos ora como meios, ora como fim do processo de formação humana dos educandos, para que os mesmos possam produzir e ressignificar bens culturais, sociais, econômicos e deles usufruírem.

Visa, ainda, o encaminhamento para a conclusão do Ensino Fundamental e possibilita a continuidade dos estudos para o Ensino Médio.

1.3.2 Ensino Médio

O Ensino Médio no Estabelecimento Escolar terá como referência em sua oferta, os princípios, fundamentos e procedimentos propostos nas Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio – Parecer 15/98 e Resolução n.º 02 de 07 de abril de 1998/CNE, nas Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação de Jovens e Adultos e nas Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica.

1.4 EDUCAÇÃO ESPECIAL

A EJA contempla, também, o atendimento a educandos com necessidades educativas especiais, inserindo estes no conjunto de educandos da organização coletiva ou individual, priorizando ações que oportunizem o acesso, a permanência e o êxito dos mesmos no espaço escolar, considerando a situação em que se encontram individualmente estes educandos.

Uma vez que esta terminologia pode ser atribuída a diferentes grupos de educandos, desde aqueles que apresentam deficiências permanentes até aqueles que, por razões diversas, fracassam em seu processo de aprendizagem escolar, a legislação assegura a oferta de atendimento educacional especializado aos educandos que apresentam necessidades educativas especiais decorrentes de:

4. deficiências mental, física/neuromotora, visual e auditiva;
5. condutas típicas de síndromes e quadros psicológicos, neurológicos ou psiquiátricos;
6. superdotação/altas habilidades.

É importante destacar que “especiais” devem ser consideradas as alternativas e as estratégias que a prática pedagógica deve assumir para remover barreiras para a aprendizagem e participação de todos os alunos.[4]

Desse modo, desloca-se o enfoque do especial ligado ao educando para o enfoque do especial atribuído à educação. Mesmo que os educandos apresentem características diferenciadas decorrentes não apenas de deficiências mas, também,

[4] CARVALHO, R.E. Removendo barreiras à aprendizagem. Porto Alegre, 2000, p.17.

de condições sócio-culturais diversas e econômicas desfavoráveis, eles terão direito a receber apoios diferenciados daqueles normalmente oferecidos pela educação escolar.

Garante-se, dessa forma, que a inclusão educacional realize-se, assegurando o direito à igualdade com eqüidade de oportunidades. Isso não significa o modo igual de educar a todos, mas uma forma de garantir os apoios e serviços especializados para que cada um aprenda, resguardando-se suas singularidades.

1.5 AÇÕES PEDAGÓGICAS DESCENTRALIZADAS

Este Estabelecimento Escolar desenvolverá ações pedagógicas descentralizadas, efetivadas em situações de evidente necessidade, dirigidas a grupos sociais com perfis e necessidades próprias e onde não haja oferta de escolarização para jovens, adultos e idosos, respeitada a proposta pedagógica e o regimento escolar, desde que autorizado pela SEED/PR, segundo critérios estabelecidos pela mesma Secretaria em instrução própria.

1.6 FREQÜÊNCIA

A carga horária prevista para as organizações individual e coletiva é de 100% (cem por cento) presencial no Ensino Fundamental – Fase II e no Ensino Médio, sendo que a freqüência mínima na organização coletiva é de 75% (setenta e cinco por cento) e na organização individual é de 100% (cem por cento), em sala de aula.

1.7 EXAMES SUPLETIVOS

Este Estabelecimento Escolar ofertará Exames Supletivos, atendendo ao disposto na Lei n.º 9394/96, desde que autorizado e credenciado pela Secretaria de

Estado da Educação, por meio de Edital próprio emitido pelo Departamento de Educação e Trabalho, através da Coordenação da Educação de Jovens e Adultos.

1.9 CONSELHO ESCOLAR

O Conselho Escolar é um órgão colegiado de natureza deliberativa, consultiva, avaliativa e fiscalizadora sobre a organização e a realização do trabalho pedagógico e administrativo do estabelecimento de ensino, em conformidade com a legislação educacional vigente e orientações da SEED.

O Conselho Escolar é composto por representantes da comunidade escolar e representantes de movimentos sociais organizados e comprometidos com a educação pública, presentes na comunidade, sendo presidido por seu membro nato, o(a) diretor(a) escolar.

A comunidade escolar é compreendida como o conjunto dos profissionais da educação atuantes no estabelecimento de ensino, alunos devidamente matriculados e freqüentando regularmente, pais e/ou responsáveis pelos alunos.

A participação dos representantes dos movimentos sociais organizados, presentes na comunidade, não ultrapassará um quinto (*1/5*) do colegiado.

O Conselho Escolar poderá eleger seu vice-presidente dentre os membros que o compõem, maiores de 18 (dezoito) anos.

O Conselho Escolar tem como principal atribuição, aprovar e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino.

Os representantes do Conselho Escolar são escolhidos entre seus pares, mediante processo eletivo, de cada segmento escolar, garantindo-se a representatividade dos níveis e modalidades de ensino.

Parágrafo Único - As eleições dos membros do Conselho Escolar, titulares e suplentes, realizar-se-ão em reunião de cada segmento convocada para este fim, para um mandato de 2 (dois) anos, admitindo-se uma única reeleição consecutiva.

O Conselho Escolar, de acordo com o princípio da representatividade e da proporcionalidade, é constituído pelos seguintes conselheiros:

I - diretor (a);

II- representante da equipe pedagógica;

III- representante da equipe docente *(*professores*)*;

IV- representante da equipe técnico-administrativa;

V- representante da equipe auxiliar operacional;

VI- representante dos discentes *(*alunos*)*;

VII- representante dos pais ou responsáveis pelo aluno;

VIII- representante do Grêmio Estudantil;

IX- representante dos movimentos sociais organizados da comunidade *(*APMF, Associação de Moradores, Igrejas, Unidades de Saúde etc*.).*

O Conselho Escolar é regido por Estatuto próprio, aprovado por 2/3 *(*dois terços*)* de seus integrantes.

1.10 MATERIAIS DE APOIO DIDÁTICO

Serão adotados os materiais indicados pelo Departamento de Educação e Trabalho/Coordenação de Educação de Jovens e Adultos, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, como material de apoio.

Além desse material, os docentes, na sua prática pedagógica, deverão utilizar outros recursos didáticos.

1.10 BIBLIOTECA ESCOLAR

A biblioteca é um espaço pedagógico democrático com acervo bibliográfico à disposição de toda a comunidade escolar.

A biblioteca tem Regulamento específico, elaborado pela equipe pedagógica e aprovado pelo Conselho Escolar, no qual consta sua organização e funcionamento.

A biblioteca estará sob a responsabilidade de integrante do quadro técnico-administrativo, indicado pela direção, o qual tem suas atribuições especificadas na Seção VII, Capítulo I, Título II, deste Regimento Escolar.

1.11 LABORATÓRIO

O laboratório de Química, Física e Biologia é um espaço pedagógico para uso dos professores e alunos, com Regulamento próprio, aprovado pelo Conselho Escolar, que tem por finalidade auxiliar a compreensão de conteúdos trabalhados nas disciplinas.

O profissional responsável pelo laboratório de Química, Física e Biologia tem suas atribuições especificadas na Seção VII, Capítulo I, Título II, deste Regimento Escolar.

O laboratório de Informática é um espaço pedagógico para uso dos professores e alunos, com Regulamento próprio aprovado pelo Conselho Escolar, que tem por finalidade auxiliar a compreensão de conteúdos trabalhados nas diferentes disciplinas do Ensino Fundamental, Médio e Educação Profissional, como uma alternativa metodológica diferenciada.

O laboratório de Informática é de responsabilidade de integrante do quadro técnico-administrativo, indicado pela direção, com domínio básico da ferramenta, e suas atribuições estão especificadas na Seção VII, Capítulo I, Título II, deste Regimento Escolar.

1.12 RECURSOS TECNOLÓGICOS

Os recursos áudio-visuais disponíveis no Colégio, são utilizados de maneira dinâmica no qual possibilita o desenvolvimento de habilidades que melhoram a capacidade de ensino-aprendizagem. Para cada recurso é feito um agendamento prévio para seu uso, que é anexado em Edital, pelo professor responsável.

2. FILOSOFIA E PRINCÍPIOS DIDÁTICO-PEDAGÓGICOS

A educação de adultos exige uma inclusão que tome por base o reconhecimento do jovem adulto como sujeito. Coloca-nos o desafio de pautar o processo educativo pela compreensão e pelo respeito do diferente e da diversidade: ter o direito a ser igual quando a diferença nos inferioriza e o de ser diferente quando a igualdade nos descaracteriza. Ao pensar no desafio de construirmos princípios que regem a educação de adultos, há de buscar-se uma educação qualitativamente diferente, que tem como perspectiva uma sociedade tolerante e igualitária, que a reconhece ao longo da vida como direito inalienável de todos. (SANTOS, 2004)

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, enquanto modalidade educacional que atende a educandos-trabalhadores, tem como finalidade e objetivos o compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral, de modo a que os educandos venham a participar política e produtivamente das relações sociais, com comportamento ético e compromisso político, através do desenvolvimento da autonomia intelectual e moral.

Tendo em vista este papel, a educação deve voltar-se para uma formação na qual os educandos-trabalhadores possam: aprender permanentemente, refletir criticamente; agir com responsabilidade individual e coletiva; participar do trabalho e da vida coletiva; comportar-se de forma solidária; acompanhar a dinamicidade das mudanças sociais; enfrentar problemas novos construindo soluções originais com agilidade e rapidez, a partir da utilização metodologicamente adequada de conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos[5].

Sendo assim, para a concretização de uma prática administrativa e pedagógica verdadeiramente voltada à formação humana, é necessário que o processo ensino-aprendizagem, na Educação de Jovens e Adultos seja coerente com

δ) o seu papel na socialização dos sujeitos, agregando elementos e valores que os levem à emancipação e à afirmação de sua identidade cultural;

---

[5] KUENZER, Acácia Zeneida. **Ensino Médio:** construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000, p.40.

ε) o exercício de uma cidadania democrática, reflexo de um processo cognitivo, crítico e emancipatório, com base em valores como respeito mútuo, solidariedade e justiça;

ϕ) os três eixos articuladores do trabalho pedagógico com jovens, adultos e idosos – cultura, trabalho e tempo;

Segundo as Diretrizes Curriculares Estaduais de EJA, as relações entre cultura, conhecimento e currículo, oportunizam uma proposta pedagógica pensada e estabelecida a partir de reflexões sobre a diversidade cultural, tornando-a mais próxima da realidade e garantindo sua função socializadora – promotora do acesso ao conhecimento capaz de ampliar o universo cultural do educando – e, sua função antropológica - que considera e valoriza a produção humana ao longo da história.

A compreensão de que o educando da EJA relaciona-se com o mundo do trabalho e que através deste busca melhorar a sua qualidade de vida e ter acesso aos bens produzidos pelo homem, significa contemplar, na organização curricular, as reflexões sobre a função do trabalho na vida humana.

É inerente a organização pedagógico-curricular da EJA, a valorização dos diferentes tempos necessários à aprendizagem dos educandos de EJA, considerando os saberes adquiridos na informalidade das suas vivências e do mundo do trabalho, face à diversidade de suas características.

E ainda, conforme as Diretrizes Curriculares Estaduais de Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná:

VI. A EJA deve constituir-se de uma estrutura flexível, pois há um tempo diferenciado de aprendizagem e não um tempo único para todos os educandos, bem como os mesmos possuem diferentes possibilidades e condições de reinserção nos processos educativos formais;

VII. O tempo que o educando jovem, adulto e idoso permanecerá no processo educativo tem valor próprio e significativo, assim sendo à escola cabe superar um ensino de caráter enciclopédico, centrado mais na quantidade de informações do que na relação qualitativa com o conhecimento;

VIII. Os conteúdos específicos de cada disciplina, deverão estar articulados à realidade, considerando sua dimensão sócio-histórica, vinculada ao mundo do trabalho, à ciência, às novas tecnologias, dentre outros;

IX. A escola é um dos espaços em que os educandos desenvolvem a capacidade de pensar, ler, interpretar e reinventar o seu mundo, por meio da atividade reflexiva. A ação da escola será de mediação entre o educando e os saberes, de forma a que o mesmo assimile estes conhecimentos como instrumentos de transformação de sua realidade social;

X. O currículo na EJA não deve ser entendido, como na pedagogia tradicional, que fragmenta o processo de conhecimento e o hierarquiza nas matérias escolares, mas sim, como uma forma de organização abrangente, na qual os conteúdos culturais relevantes, estão articulados à realidade na qual o educando se encontra, viabilizando um processo integrador dos diferentes saberes, a partir da contribuição das diferentes áreas/disciplinas do conhecimento.

Por isso, a presente proposta e o currículo dela constante incluirá o desenvolvimento de conteúdos e formas de tratamento metodológico que busquem chegar às finalidades da educação de jovens e adultos, a saber:

- Traduzir a compreensão de que jovens e adultos não são atrasados em seu processo de formação, mas são sujeitos sócio-histórico-culturais, com conhecimentos e experiências acumuladas, com tempo próprio de formação e aprendizagem;
- Contribuir para a ressignificação da concepção de mundo e dos próprios educandos;
- O processo educativo deve trabalhar no sentido de ser síntese entre a objetividade das relações sociais e a subjetividade, de modo que as diferentes linguagens desenvolvam o raciocínio lógico e a capacidade de utilizar conhecimentos científicos, tecnológicos e sócio-históricos;
- Possibilitar trajetórias de aprendizado individuais com base na referência, nos interesses do educando e nos conteúdos necessários ao exercício da cidadania e do trabalho;
- Fornecer subsídios para que os educandos tornem-se ativos, criativos, críticos e democráticos;

Em síntese, o atendimento a escolarização de jovens, adultos e idosos, não refere-se exclusivamente a uma característica etária, mas a articulação desta modalidade com a diversidade sócio-cultural de seu público, composta, dentre outros, por populações do campo, em privação de liberdade, com necessidades

educativas especiais, indígenas, que demandam uma proposta pedagógica-curricular que considere o tempo/espaço e a cultura desse grupos.

3 - INDICAÇÃO DA ÁREA OU FASE DE ESTUDOS

Propõe-se a oferta do curso de Educação de Jovens e Adultos no nível do Ensino Fundamental – Fase II e do Ensino Médio a jovens, adultos e idosos que não tiveram o acesso ou continuidade em seus estudos.

4. MATRIZ CURRICULAR

4.1 Ensino Fundamental – Fase II

EJA - EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS: Fundamental Fase II (EJA)

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENSINO FUNDAMENTAL – FASE II
ESTABELECIMENTO:
ENTIDADE MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná
MUNICÍPIO: NRE:
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 1º Sem/2011 FORMA: Simultânea
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 1600/1610 H/A ou 1920/1932 HORAS

DISCIPLINAS	Total de Horas	Total de horas/aula
LÍNGUA PORTUGUESA	280	336
ARTE	94	112
LEM - INGLÊS	213	256
EDUCAÇÃO FÍSICA	94	112
MATEMÁTICA	280	336
CIÊNCIAS NATURAIS	213	256
HISTÓRIA	213	256
GEOGRAFIA	213	256
ENSINO RELIGIOSO*	10	12
Total de Carga Horária do Curso	***1600/1610 horas ou 1920/1932 h/a***	
*DISCIPLINA DE OFERTA OBRIGATÓRIA PELO ESTABELECIMENTO DE ENSINO E DE MATRÍCULA FACULTATIVA PARA O EDUCANDO.		

4.2 Ensino Médio

MATRIZ CURRICULAR DO CURSO PARA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS ENSINO MÉDIO
ESTABELECIMENTO: Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Médio
ENTIDADE MANTENEDORA: Governo do Estado do Paraná
MUNICÍPIO: Borrazópolis NRE: Apucarana
ANO DE IMPLANTAÇÃO: 1º Sem/2011 FORMA: Simultânea
CARGA HORÁRIA TOTAL DO CURSO: 1440 H/A ou 1200 HORAS

DISCIPLINAS	Total de Horas	Total de horas/aula
LÍNGUA PORT. E LITERATURA	174	208
LEM – INGLÊS	106	128
ARTE	54	64
FILOSOFIA	54	64
SOCIOLOGIA	54	64
EDUCAÇÃO FÍSICA	54	64
MATEMÁTICA	174	208
QUÍMICA	106	128
FÍSICA	106	128
BIOLOGIA	106	128
HISTÓRIA	106	128
GEOGRAFIA	106	128
TOTAL	**1200**	**1440**
Total de Carga Horária do Curso	***1200 horas*** ***ou***	***1440 h/a***

5. CONCEPÇÃO, CONTEÚDOS E SEUS RESPECTIVOS ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

A Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná é uma modalidade de ensino da Educação Básica cuja concepção de currículo compreende a escola como espaço sócio-cultural que propicia a valorização dos diversos grupos que a compõem, ou seja, considera os educandos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.

Esse currículo entendido, ainda, como um processo de construção coletiva do conhecimento escolar articulado à cultura, em seu sentido antropológico, constitui-se no elemento principal de mediação entre educadores e educandos e deve ser organizado de tal forma que possibilite aos educandos transitarem pela estrutura curricular e, de forma dialógica entre educando e educador tornar os conhecimentos significativos às suas práticas diárias. Nesta ótica o conhecimento se constitui em núcleo estruturador do conteúdo do ensino.

Nesse enfoque, a organização do trabalho pedagógico na Educação de Jovens e Adultos, prevendo a inclusão de diferentes sujeitos, necessita ser pensada em razão dos critérios de uma seleção de conteúdos que lhes assegure o acesso aos conhecimentos historicamente construídos e o respeito às suas especificidades.

Após a definição das Diretrizes Curriculares Estaduais da Educação Básica, a Educação de Jovens e Adultos do Estado do Paraná como modalidade da Educação Básica, passa a adotar os mesmos conteúdos curriculares previstos por essas diretrizes.

No entanto, cabe ressaltar que a organização metodológica das práticas pedagógicas, dessa modalidade deve considerar os três eixos articuladores propostos nas Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos: Trabalho, Cultura e Tempo, os quais devem se articular tendo em vista a apropriação do conhecimento que não deve se restringir à transmissão/assimilação de fatos, conceitos, idéias, princípios, informações etc., mas sim compreender a aquisição cognoscitiva e estar intrinsecamente ligados à abordagem dos conteúdos curriculares propostos para a Educação Básica.

6 . PROCESSOS DE AVALIAÇÃO, CLASSIFICAÇÃO E PROMOÇÃO

6.1 Concepção de Avaliação

A avaliação é compreendida como uma prática que alimenta e orienta a intervenção pedagógica. É um dos principais componentes do ensino, pelo qual se estuda e interpreta os dados da aprendizagem. Tem a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos educandos, diagnosticar os resultados atribuindo-lhes valor. A avaliação será realizada em função dos conteúdos expressos na proposta pedagógica.

Na avaliação da aprendizagem é fundamental a análise da capacidade de reflexão dos educandos frente às suas próprias experiências. E, portanto, deve ser entendida como processo contínuo, descritivo, compreensivo que oportuniza uma atitude crítico -reflexiva frente à realidade concreta.

A avaliação educacional, nesse Estabelecimento Escolar, seguirá orientações contidas no artigo 24, da LDBEN 9394/96, e compreende os seguintes princípios:

- investigativa ou diagnóstica: possibilita ao professor obter informações necessárias para propor atividades e gerar novos conhecimentos;
- contínua: permite a observação permanente do processo ensino-aprendizagem e possibilita ao educador repensar sua prática pedagógica;
- sistemática: acompanha o processo de aprendizagem do educando, utilizando instrumentos diversos para o registro do processo;
- abrangente: contempla a amplitude das ações pedagógicas no tempo-escola do educando;
- permanente: permite um avaliar constante na aquisição dos conteúdos pelo educando no decorrer do seu tempo-escola, bem como do trabalho pedagógico da escola.

Os conhecimentos básicos definidos nesta proposta serão desenvolvidos ao longo da carga horária total estabelecida para cada disciplina, conforme a matriz curricular, com oferta diária de 04 (quatro) horas-aula por turno, com avaliação presencial ao longo do processo ensino-aprendizagem.

Considerando que os saberes e a cultura do educando devem ser respeitados como ponto de partida real do processo pedagógico, a avaliação contemplará, necessariamente, as experiências acumuladas e as transformações que marcaram o seu trajeto educativo, tanto anterior ao reingresso na educação formal, como durante o atual processo de escolarização.

A avaliação processual utilizará técnicas e instrumentos diversificados, tais como: provas escritas, trabalhos práticos, debates, seminários, experiências e pesquisas, participação em trabalhos coletivos e/ou individuais, atividades complementares propostas pelo professor, que possam elevar o grau de aprendizado dos educandos e avaliar os conteúdos desenvolvidos.

É vedada a avaliação em que os educandos sejam submetidos a uma única oportunidade de aferição. O resultado das atividades avaliativas, será analisado pelo educando e pelo professor, em conjunto, observando quais são os seus avanços e necessidades, e as conseqüentes demandas para aperfeiçoar a prática pedagógica.

6.2 Procedimentos e Critérios para Atribuição de Notas

y) as avaliações utilizarão técnicas e instrumentos diversificados, sempre com finalidade educativa;

z) para fins de promoção ou certificação, serão registradas 02 (duas) a 06 (seis) notas por disciplina, que corresponderão às provas individuais escritas e também a outros instrumentos avaliativos adotados, durante o processo de ensino, a que, obrigatoriamente, o educando se submeterá na presença do professor, conforme descrito no Regimento Escolar. Na disciplina de Ensino Religioso, as avaliações realizadas no decorrer do processo ensino-aprendizagem não terão registro de nota para fins de promoção e certificação.

aa) a avaliação será realizada no processo de ensino e aprendizagem, sendo os resultados expressos em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero);

para fins de promoção ou certificação, a nota mínima exigida é 6,0 (seis vírgula zero), em cada disciplina, de acordo com a Resolução n.º

3794/04 – SEED e freqüência mínima de 75% (setenta e cinco por cento) do total da carga horária de cada disciplina na organização coletiva e 100% (cem por cento) na organização individual;

bb) o educando deverá atingir, pelo menos a nota 6,0 (seis vírgula zero) em cada registro da avaliação processual. Caso contrário, terá direito à recuperação de estudos. Para os demais, a recuperação será ofertada como acréscimo ao processo de apropriação dos conhecimentos;

cc)para os educandos que cursarem 100% da carga horária da disciplina, a média final corresponderá à média aritmética das avaliações processuais, devendo os mesmos atingir pelo menos a nota 6,0 (seis vírgula zero);

dd) os resultados das avaliações dos educandos deverão ser registrados em documentos próprios, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade da vida escolar do educando;

ee) o educando portador de necessidades educativas especiais, será avaliado não por seus limites, mas pelos conteúdos que será capaz de desenvolver.

6.3 Recuperação de Estudos

A oferta da recuperação de estudos significa encarar o erro como hipótese de construção do conhecimento, de aceitá-lo como parte integrante da aprendizagem, possibilitando a reorientação dos estudos. Ela se dará concomitantemente ao processo ensino-aprendizagem, considerando a apropriação dos conhecimentos básicos, sendo direito de todos os educandos, independentemente do nível de apropriação dos mesmos.

A recuperação será também individualizada, organizada com atividades significativas, com indicação de roteiro de estudos, entrevista para melhor diagnosticar o nível de aprendizagem de cada educando.

Assim, principalmente para os educandos que não se apropriarem dos conteúdos básicos, será oportunizada a recuperação de estudos por meio de

exposição dialogada dos conteúdos, de novas atividades significativas e de novos instrumentos de avaliação, conforme o descrito no Regimento Escolar.

6.4 Aproveitamento de Estudos

O aluno poderá requerer aproveitamento de estudos realizados com êxito, amparado pela legislação vigente, conforme regulamentado no Regimento Escolar, por meio de cursos ou de exames supletivos, nos casos de matrícula inicial, transferência e prosseguimento de estudos.

6.5 Classificação e Reclassificação

Para a classificação e reclassificação este estabelecimento de ensino utilizará o previsto na legislação vigente, conforme regulamentado no Regimento Escolar.

7. REGIME ESCOLAR

O Estabelecimento Escolar funcionará, preferencialmente, no período noturno, podendo atender no período vespertino e/ou matutino, de acordo com a demanda de alunos, número de salas de aula e capacidade, com a expressa autorização do Departamento de Educação e Trabalho, da Secretaria de Estado da Educação.

As informações relativas aos estudos realizados pelo educando serão registradas no Histórico Escolar, aprovado pela Secretaria de Estado da Educação do Paraná.

O Relatório Final para registro de conclusão do Curso, será emitido pelo estabelecimento de ensino a partir da conclusão das disciplinas constantes na matriz curricular.

Este Estabelecimento Escolar poderá executar ações pedagógicas descentralizadas para atendimento de demandas específicas - desde que autorizado pelo Departamento de Educação e Trabalho, da Secretaria de Estado da Educação – em locais onde não haja a oferta de EJA e para grupos ou indivíduos em situação especial, como por exemplo, em unidades sócio-educativas, no sistema prisional, em comunidades indígenas, de trabalhadores rurais temporários, de moradores em comunidades de difícil acesso, dentre outros.

7.1 Organização

Os conteúdos escolares estão organizados por disciplinas no Ensino Fundamental – Fase II e Médio, conforme dispostas nas Matrizes Curriculares, em concordância com as Diretrizes Curriculares Nacionais, contidas nos Pareceres n.º 02 e 04/98-CEB/CNE para o Ensino Fundamental e Resolução n.º 03/98 e Parecer n.º 15/98 - CEB/CNE para o Ensino Médio e com as Deliberações nº 01/06, nº 04/06, nº 07/06 e nº 03/08, todas do Conselho Estadual de Educação.

7.2 Formas de atendimento

A educação neste Estabelecimento Escolar é de forma presencial, com as seguintes ofertas :

d) organização coletiva e individual para o Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio, em todas as disciplinas, sendo priorizadas as vagas para matrícula na organização coletiva.

7.2.1 Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio

No Ensino Fundamental – Fase II e Ensino Médio considerar-se-á, a oferta de 100% da carga horária total estabelecida.

7.3 Matrícula

Para a matrícula no Estabelecimento Escolar de Educação de Jovens e Adultos:

l) a idade para ingresso respeitará a legislação vigente;

m) será respeitada instrução própria de matrícula expedida pela mantenedora;

n) o educando do Ensino Fundamental – Fase II e do Ensino Médio, poderá matricular-se de uma a quatro disciplinas simultaneamente;

o) poderão ser aproveitadas integralmente disciplinas concluídas com êxito por meio de cursos organizados por disciplina, por exames supletivos, série(s) e de período(s) / etapa(s) / semestre(s) equivalente(s) à conclusão de série(s) do ensino regular, mediante apresentação de comprovante de conclusão, conforme regulamentado no Regimento Escolar;

p) para os educandos que não participaram do processo de escolarização formal/escolar; bem como o educando desistente do processo de escolarização

formal/escolar, em anos letivos anteriores, poderão ter seus conhecimentos aferidos por processo de classificação, definidos no Regimento Escolar;

q) será considerado desistente, na disciplina, o educando que se ausentar por mais de 02 (dois) meses consecutivos, devendo a escola, no seu retorno, reativar sua matrícula para dar continuidade aos seus estudos, aproveitando a carga horária cursada e os registros de notas obtidos, desde que o prazo de desistência não ultrapasse 02 (dois) anos, a partir da data da matrícula inicial;

r) o educando desistente, por mais de dois anos, a partir da data de matrícula inicial na disciplina, no seu retorno, deverá fazer rematrícula na disciplina, podendo participar do processo de reclassificação.

No ato da matrícula, conforme instrução própria da mantenedora, o educando será orientado por equipe de professor-pedagogo sobre: a organização dos cursos, o funcionamento do estabelecimento: horários, calendário, regimento escolar, a duração e a carga horária das disciplinas.

O educando será orientado pelos professores das diferentes disciplinas, que os receberá individualmente ou em grupos agendados, efetuando as orientações metodológicas, bem como as devidas explicações sobre os seguintes itens que compõem o Guia de Estudos:

- a organização dos cursos;
- o funcionamento do estabelecimento: horários, calendário, regimento escolar;
- a dinâmica de atendimento ao educando;
- a duração e a carga horária das disciplinas;
- os conteúdos e os encaminhamentos metodológicos;
- o material de apoio didático;
- as sugestões bibliográficas para consulta;
- a avaliação;
- outras informações necessárias.

7.4 MATERIAL DIDÁTICO

O material didático, indicado pela mantenedora, constitui-se como um dos recursos de apoio pedagógico do Estabelecimento Escolar da Rede Pública do Estado do Paraná de Educação de Jovens e Adultos.

7.5 AVALIAÇÃO

ff) avaliação será diagnóstica, contínua, sistemática, abrangente, permanente;

gg) as avaliações utilizarão técnicas e instrumentos diversificados, sempre com finalidade educativa;

hh) para fins de promoção ou certificação, serão registradas 02 (duas) a 06 (seis) notas por disciplina, que corresponderão às provas individuais escritas e também a outros instrumentos avaliativos adotados, durante o processo de ensino, a que, obrigatoriamente, o educando se submeterá na presença do professor, conforme descrito no regimento escolar;

ii) a avaliação será realizada no processo de ensino e aprendizagem, sendo os resultados expressos em uma escala de 0 (zero) a 10,0 (dez vírgula zero);

jj) para fins de promoção ou certificação, a nota mínima exigida é 6,0 (seis vírgula zero), em cada disciplina, de acordo com a Resolução n.º 3794/04 – SEED e freqüência mínima de 75% (setenta e cinco por cento)do total da carga horária de cada disciplina na organização coletiva e 100% (cem por cento) na organização individual;

kk)o educando deverá atingir, pelo menos a nota 6,0 (seis vírgula zero) em cada registro da avaliação processual. Caso contrário, terá direito à recuperação de estudos. Para os demais, a recuperação será ofertada como acréscimo ao processo de apropriação dos conhecimentos;

ll) a média final, de cada disciplina, corresponderá à média aritmética das avaliações processuais, devendo os mesmos atingir pelo menos a nota 6,0 (seis vírgula zero);

mm) os resultados das avaliações dos educandos deverão ser registrados em documentos próprios, a fim de que sejam asseguradas a regularidade e autenticidade da vida escolar do educando;

nn) o educando portador de necessidades educativas especiais, será avaliado não por seus limites, mas pelos conteúdos que será capaz de desenvolver.

7.6 RECUPERAÇÃO DE ESTUDOS

A oferta da recuperação de estudos significa encarar o erro como hipótese de construção do conhecimento, de aceitá-lo como parte integrante da aprendizagem, possibilitando a reorientação dos estudos. Ela se dará concomitantemente ao processo ensino-aprendizagem, considerando a apropriação dos conhecimentos básicos, sendo direito de todos os educandos, independentemente do nível de apropriação dos mesmos.

A recuperação será também individualizada, organizada com atividades significativas, com indicação de roteiro de estudos, entrevista para melhor diagnosticar o nível de aprendizagem de cada educando.

Assim, principalmente para os educandos que não se apropriarem dos conteúdos básicos, será oportunizada a recuperação de estudos por meio de exposição dialogada dos conteúdos, de novas atividades significativas e de novos instrumentos de avaliação, conforme o descrito no Regimento Escolar.

7.7 APROVEITAMENTO DE ESTUDOS, CLASSIFICAÇÃO E RECLASSIFICAÇÃO

Os procedimentos de aproveitamento de estudos, classificação e reclassificação estão regulamentados no Regimento Escolar e atenderão o disposto na legislação vigente.

7.8 ÁREA DE ATUAÇÃO

As ações desenvolvidas pelo Estabelecimento Escolar Estadual que oferta a Educação de Jovens e Adultos limitam-se à jurisdição do Estado do Paraná, do Núcleo Regional de Educação, podendo estabelecer ações pedagógicas descentralizadas, desde que autorizadas pela mantenedora.

7.9 ESTÁGIO NÃO-OBRIGATÓRIO

Este Estabelecimento Escolar, em consonância com as orientações da SEED, oportunizará o estágio não-obrigatório, como atividade opcional, desenvolvido no ambiente de trabalho, conforme a Lei Federal nº 11.788, de 25 de setembro de 2008.

8. RECURSOS HUMANOS

8.1 Atribuições dos Recursos Humanos

De todos os profissionais que atuam na gestão, ensino e apoio pedagógico neste Estabelecimento Escolar na modalidade Educação de Jovens e Adultos, exigir-se-á o profundo conhecimento e estudo constante da fundamentação teórica e da função social da EJA, do perfil de seus educandos jovens, adultos e idosos; das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais de EJA; bem como as legislações e suas regulamentações inerentes à Educação e, em especial, à Educação de Jovens e Adultos.

8.1.1 Direção

A direção escolar é composta pelo diretor(a) e diretor(a) auxiliar, escolhidos democraticamente entre os componentes da comunidade escolar, conforme legislação em vigor.

A função de diretor(a), como responsável pela efetivação da gestão democrática, é a de assegurar o alcance dos objetivos educacionais definidos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino.

- Compete ao diretor(a):

I- cumprir e fazer cumprir a legislação em vigor;

II- responsabilizar-se pelo patrimônio público escolar recebido no ato da posse;

III- coordenar a elaboração e acompanhar a implementação do Projeto Político-Pedagógico da escola, construído coletivamente e aprovado pelo Conselho Escolar;

IV- coordenar e incentivar a qualificação permanente dos profissionais da educação;

V- implementar a proposta pedagógica do estabelecimento de ensino, em observância às Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;

VI- coordenar a elaboração do Plano de Ação do estabelecimento de ensino e submetê-lo à aprovação do Conselho Escolar;

VII- convocar e presidir as reuniões do Conselho Escolar, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente;

VIII- elaborar os planos de aplicação financeira sob sua responsabilidade, consultando a comunidade escolar e colocando-os em edital público;

IX- prestar contas dos recursos recebidos, submetendo-os à aprovação do Conselho Escolar e fixando-os em edital público;

X- coordenar a construção coletiva do Regimento Escolar, em consonância com a legislação em vigor, submetendo-o à apreciação do Conselho Escolar e, após, encaminhá-lo ao NRE para a devida aprovação;

XI- garantir o fluxo de informações no estabelecimento de ensino e deste com os órgãos da administração estadual;

XII- encaminhar aos órgãos competentes as propostas de modificações no ambiente escolar, quando necessárias, aprovadas pelo Conselho Escolar;

XIII- deferir os requerimentos de matrícula;

XIV- elaborar o calendário escolar, de acordo com as orientações da SEED, submetê-lo à apreciação do Conselho Escolar e encaminhá-lo ao NRE para homologação;

XV- acompanhar o trabalho docente, referente às reposições de horas-aula aos discentes;

XVI- assegurar o cumprimento dos dias letivos, horas-aula e horas-atividade estabelecidos;

XVII- promover grupos de trabalho e estudos ou comissões encarregadas de estudar e propor alternativas para atender aos problemas de natureza pedagógico-administrativa no âmbito escolar;

XVIII- propor à Secretaria de Estado da Educação, via Núcleo Regional de Educação, após aprovação do Conselho Escolar, alterações na oferta de ensino e abertura ou fechamento de cursos;

XIX- participar e analisar da elaboração dos Regulamentos Internos e encaminhá-los ao Conselho Escolar para aprovação;

XX- supervisionar a cantina comercial e o preparo da merenda escolar, quanto ao cumprimento das normas estabelecidas na legislação vigente relativamente a exigências sanitárias e padrões de qualidade nutricional;

XXI- presidir o Conselho de Classe, dando encaminhamento às decisões tomadas coletivamente;

XXII- definir horário e escalas de trabalho da equipe técnico-administrativa e equipe auxiliar operacional;

XXIII- articular processos de integração da escola com a comunidade;

XXIV- solicitar ao NRE suprimento e cancelamento de demanda de funcionários e professores do estabelecimento, observando as instruções emanadas da SEED;

XXV- organizar horário adequado para a realização da Prática Profissional Supervisionada do funcionário cursista do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação – Profuncionário, no horário de trabalho, correspondendo a 50% (cinqüenta por cento) da carga horária da Prática Profissional Supervisionada, conforme orientação da SEED, contida no Plano de Curso;

XXVI- participar, com a equipe pedagógica, da análise e definição de projetos a serem inseridos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino, juntamente com a comunidade escolar;

XXVII- cooperar com o cumprimento das orientações técnicas de vigilância sanitária e epidemiológica;

XXVIII- viabilizar salas adequadas quando da oferta do ensino extracurricular plurilingüístico da Língua Estrangeira Moderna, pelo Centro de Línguas Estrangeiras Modernas – CELEM;

XXIX- disponibilizar espaço físico adequado quando da oferta de Serviços e Apoios Pedagógicos Especializados, nas diferentes áreas da Educação Especial;

XXX- assegurar a realização do processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;

XXXI- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XXXII- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, pais e com os demais segmentos da comunidade escolar; XXXIII- cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

Art. 19- Compete ao(à) diretor(a) auxiliar assessorar o(a) diretor(a) em todas as suas atribuições e substituí-lo(a) na sua falta ou por algum impedimento.

8.1.2 Professor Pedagogo

A equipe pedagógica é responsável pela coordenação, implantação e implementação no estabelecimento de ensino das Diretrizes Curriculares definidas no Projeto Político-Pedagógico e no Regimento Escolar, em consonância com a política educacional e orientações emanadas da Secretaria de Estado da Educação.

A equipe pedagógica é composta por professores graduados em Pedagogia.

Compete à equipe pedagógica:

I- coordenar a elaboração coletiva e acompanhar a efetivação do Projeto Político-Pedagógico e do Plano de Ação do estabelecimento de ensino;

II- orientar a comunidade escolar na construção de um processo pedagógico, em uma perspectiva democrática;

III- participar e intervir, junto à direção, na organização do trabalho pedagógico escolar, no sentido de realizar a função social e a especificidade da educação escolar, **nas datas estipuladas no calendário escolar**;

IV- coordenar a construção coletiva e a efetivação da proposta pedagógica curricular do estabelecimento de ensino, a partir das políticas educacionais da SEED e das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;

V- orientar o processo de elaboração dos Planos de Trabalho Docente junto ao coletivo de professores do estabelecimento de ensino;

VI- acompanhar o trabalho docente, quanto às reposições de horas-aula aos discentes;

VII- promover e coordenar reuniões pedagógicas e grupos de estudo para reflexão e aprofundamento de temas relativos ao trabalho pedagógico visando à elaboração de propostas de intervenção para a qualidade de ensino para todos, nas datas previamente estipuladas no calendário escolar;

VIII- participar da elaboração de projetos de formação continuada dos profissionais do estabelecimento de ensino, que tenham como finalidade a realização e o aprimoramento do trabalho pedagógico escolar;

IX- organizar, junto à direção da escola, a realização dos Pré-

Conselhos e dos Conselhos de Classe, de forma a garantir um processo coletivo

de reflexão-ação sobre o trabalho pedagógico desenvolvido no estabelecimento

de ensino;

X- coordenar a elaboração e acompanhar a efetivação de propostas de intervenção decorrentes das decisões do Conselho de Classe;

XI- subsidiar o aprimoramento teórico-metodológico do coletivo de professores do estabelecimento de ensino, promovendo estudos sistemáticos, trocas de experiência, debates e oficinas pedagógicas;

XII- organizar a hora-atividade dos professores do estabelecimento de ensino, de maneira a garantir que esse espaço-tempo seja de efetivo trabalho pedagógico;

XIII- proceder à análise dos dados do aproveitamento escolar de forma a desencadear um processo de reflexão sobre esses dados, junto à comunidade escolar, com vistas a promover a aprendizagem de todos os alunos;

XIV- coordenar o processo coletivo de elaboração e aprimoramento do Regimento Escolar, garantindo a participação democrática de toda a comunidade escolar;

XV- participar do Conselho Escolar, quando representante do seu segmento, subsidiando teórica e metodologicamente as discussões e reflexões acerca da organização e efetivação do trabalho pedagógico escolar;

XVI- coordenar a elaboração de critérios para aquisição, empréstimo e seleção de materiais, equipamentos e/ou livros de uso didático-pedagógico, a partir do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

XVII- orientar e acompanhar a distribuição, conservação e utilização dos livros e demais materiais pedagógicos do Estabelecimento de Ensino, fornecidos pelo Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE/MEC.

XVIII- participar da organização pedagógica da biblioteca do estabelecimento de ensino, assim como do processo de aquisição de livros, revistas, fomentando ações e projetos de incentivo à leitura;

XIX- acompanhar as atividades desenvolvidas nos Laboratórios de Química, Física e Biologia e de Informática;

XX- propiciar o desenvolvimento da representatividade dos alunos e de sua participação nos diversos momentos e Órgãos Colegiados da escola;

XXI- coordenar o processo democrático de representação docente de cada turma;

XXII- colaborar com a direção na distribuição das aulas, conforme orientação da SEED;

XXIII- coordenar, junto à direção, o processo de distribuição de aulas e disciplinas, a partir de critérios legais, didático-pedagógicos e do Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

XXIV- acompanhar os estagiários das instituições de ensino superior quanto às atividades a serem desenvolvidas no estabelecimento de ensino;

XXV- acompanhar o desenvolvimento do Programa Nacional de Valorização dos Trabalhadores em Educação – Profuncionário, tanto na organização do curso, quanto no acompanhamento da Prática Profissional Supervisionada dos funcionários cursistas da escola e/ou de outras unidades escolares;

XXVI- promover a construção de estratégias pedagógicas de superação de todas as formas de discriminação, preconceito e exclusão social;

XXVII- coordenar a análise de projetos a serem inseridos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

XXVIII- acompanhar o processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;

XXIX- participar na elaboração do Regulamento de uso dos espaços pedagógicos;

XXX- orientar, coordenar e acompanhar a efetivação de procedimentos didático-pedagógicos referentes à avaliação processual e aos processos de classificação, reclassificação, aproveitamento de estudos, adaptação e progressão parcial, conforme legislação em vigor;

XXXI- organizar as reposições de aulas, acompanhando junto à direção as reposições de dias, horas e conteúdos aos discentes;

XXXII- orientar, acompanhar e visar periodicamente os Livros de Registro de Classe e da Ficha Individual de controle de nota e freqüência;

XXXIII- organizar registros de acompanhamento da vida escolar do aluno;

XXXIV- organizar registros para o acompanhamento da prática pedagógica dos profissionais do estabelecimento de ensino;

XXXV- solicitar autorização dos pais ou responsáveis para realização da Avaliação Educacional do Contexto Escolar, a fim de identificar possíveis necessidades educacionais especiais;

XXXVI- coordenar e acompanhar o processo de Avaliação Educacional no Contexto Escolar, para os alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem, visando encaminhamento aos serviços e apoios especializados da Educação Especial, se necessário;

XXXVII- acompanhar os aspectos de sociabilização e aprendizagem dos alunos, realizando contato com a família com o intuito de promover ações para o seu desenvolvimento integral;

XXXVIII- acompanhar a freqüência escolar dos alunos, contatando as famílias e encaminhando-os aos órgãos competentes, quando necessário;

XXXIX- acionar serviços de proteção à criança e ao adolescente, sempre que houver necessidade de encaminhamentos;

XL- orientar e acompanhar o desenvolvimento escolar dos alunos com necessidades educativas especiais, nos aspectos pedagógicos, adaptações físicas e curriculares e no processo de inclusão na escola;

XLI- manter contato com os professores dos serviços e apoios especializados de alunos com necessidades educacionais especiais, para intercâmbio de informações e trocas de experiências, visando à articulação do trabalho pedagógico entre Educação Especial e ensino regular;

XLII- assegurar a realização do processo de avaliação institucional do estabelecimento de ensino;

XLIII- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com colegas, alunos, pais e demais segmentos da comunidade escolar;

XLIV- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XLV- elaborar seu Plano de Ação;

XLVI- cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

O professor pedagogo tem funções no contexto pedagógico e também no administrativo, tais como:

- Orientar e acompanhar a elaboração dos guias de estudos de cada disciplina;
- Coordenar e acompanhar ações pedagógicas descentralizadas e exames supletivos quando, no estabelecimento, não houver coordenação(ões) específica(s) dessa(s) ação(ões).
- Acompanhar o estágio não-obrigatório.

8.1.3 Coordenações

As Coordenações de Ações Pedagógicas Descentralizadas – Coordenação Geral e Coordenação Itinerante, bem como a Coordenação de Exames Supletivos, têm como finalidade a execução dessas ações pelo Estabelecimento Escolar, quando autorizadas e regulamentadas pela mantenedora.

Cabe ao(s) Coordenador(es) de Ações Pedagógicas Descentralizadas:

Coordenador Geral:

- Receber e organizar as solicitações de Ações Pedagógicas Descentralizadas.
- Organizar os processos dessas Ações para análise pelo respectivo NRE.
- Elaborar os cronogramas de funcionamento de cada turma da Ação.
- Digitar os processos no Sistema e encaminhar para justificativa da direção do Estabelecimento.
- Acompanhar o funcionamento de todas turmas de Ações Pedagógicas Descentralizadas vinculados ao Estabelecimento.
- Acompanhar a matrícula dos educandos e a inserção das mesmas no Sistema.
- Organizar a documentação dos educandos para a matrícula.
- Organizar as listas de freqüência e de notas dos educandos.
- Enviar material de apoio didático para as turmas das Ações Pedagógicas Descentralizadas.
- Responder ao NRE sobre todas as situações dessas turmas.
- Organizar o rodízio dos professores nas diversas disciplinas, garantindo o atendimento aos educandos de todas as turmas.
- Orientar e acompanhar o cumprimento das atividades a serem executadas durante as horas-atividade dos professores.
- Realizar reuniões periódicas de estudo que promovam o intercâmbio de experiências pedagógicas e a avaliação do processo ensino-aprendizagem.
- Elaborar materiais de divulgação e chamamento de matrículas em comunidades que necessitam de escolarização.
- Acompanhar a ação dos Coordenadores Itinerantes.

- Tomar ciência e fazer cumprir a legislação vigente.
- Prestar à Direção, à Equipe Pedagógica do Estabelecimento e ao NRE, quando solicitado, quaisquer esclarecimentos sobre a execução da escolarização pelas Ações Pedagógicas Descentralizadas sob sua coordenação;

Coordenador Itinerante:

- Acompanhar o funcionamento *in loco* das Ações Pedagógicas Descentralizadas.
- Atender e/ou encaminhar as demandas dos professores e dos educandos.
- Verificar o cumprimento do horário de funcionamento das turmas.
- Observar e registrar a presença dos professores.
- Atender à comunidade nas solicitações de matrícula.
- Solicitar e distribuir o material de apoio pedagógico.
- Solicitar e distribuir as listas de freqüência e de nota dos educandos.
- Encaminhar as notas e freqüências dos educandos para digitação.
- Acompanhar o rodízio de professores, comunicando à Coordenação Geral qualquer problema neste procedimento.
- Solicitar e organizar a documentação dos educandos para a matrícula.
- Acompanhar o funcionamento pedagógico e administrativo de todas as turmas das Ações Pedagógicas Descentralizadas sob sua responsabilidade.
- Participar das reuniões pedagógicas e da hora atividade, juntamente com os professores;

Coordenador de Exames Supletivos:

- Acompanhar e viabilizar todas as ações referentes aos Exames Supletivos
- Tomar conhecimento do edital de exames.
- Fazer as inscrições dos candidatos, conforme datas determinadas no edital.
- Verificar o número mínimo de candidatos inscritos para que os exames possam ser executados.
- Digitar, no sistema, a inscrição dos candidatos.

- Conferir a inserção das inscrições dos candidatos no Sistema por meio da emissão de Relatório de Inscritos.
- Solicitar credenciamento de outros espaços escolares, quando necessário, para execução dos exames.
- Solicitar, por e-mail ou ofício, com o conhecimento do NRE, as provas em Braille e as ampliadas, das etapas à serem realizadas, quando for o caso.
- Solicitar, por e-mail ou ofício, com o conhecimento do NRE, para o DET/CEJA/SEED, autorização para a realização de quaisquer bancas especiais.
- Comunicar ao NRE todos os procedimentos tomados para realização dos Exames.
- Receber os materiais dos Exames Supletivos nos NREs.
- Capacitar a(s) equipe(s) de trabalho do Estabelecimento para a realização dos Exames Supletivos, quanto ao cumprimento dos procedimentos, em especial a organização e o preenchimento dos cartões-resposta.
- Acompanhar a aplicação das provas, para que transcorram com segurança e tranqüilidade, em conformidade com os procedimentos inerentes aos Exames.
- Divulgar as atas de resultado.
- Acompanhar e executar todas as ações referentes aos Exames On Line.

8.1.4 Docentes

A equipe docente é constituída de professores regentes, devidamente habilitados.

Compete aos docentes:

I- participar da elaboração, implementação e avaliação do Projeto Político-

Pedagógico do estabelecimento de ensino, construído de forma coletiva e aprovado pelo Conselho Escolar;

II- elaborar, com a equipe pedagógica, a proposta pedagógica curricular do estabelecimento de ensino, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico e as Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais;

III- participar do processo de escolha, juntamente com a equipe pedagógica, dos livros e materiais didáticos, em consonância com o Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

IV- elaborar seu Plano de Trabalho Docente;

V- desenvolver as atividades de sala de aula, tendo em vista a apreensão crítica do conhecimento pelo aluno;

VI- proceder à reposição dos conteúdos, carga horária e/ou dias letivos aos alunos, quando se fizer necessário, a fim de cumprir o calendário escolar, resguardando prioritariamente o direito do aluno;

VII- proceder à avaliação contínua, cumulativa e processual dos alunos, utilizando-se de instrumentos e formas diversificadas de avaliação, previstas no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

VIII- promover o processo **e mecanismos** de recuperação **concomitante** de estudos para os alunos, estabelecendo estratégias diferenciadas de ensino e aprendizagem, no decorrer do período letivo;

IX- participar do processo de avaliação educacional no contexto escolar dos alunos com dificuldades acentuadas de aprendizagem, sob coordenação e acompanhamento do pedagogo, com vistas à identificação de possíveis necessidades educacionais especiais e posterior encaminhamento aos serviços e apoios especializados da Educação Especial, se necessário;

X- participar de processos coletivos de avaliação do próprio trabalho e da escola, com vistas ao melhor desenvolvimento do processo ensino e aprendizagem;

XI- participar de reuniões, sempre que convocado pela direção;

XII- assegurar que, no âmbito escolar, não ocorra tratamento discriminatório em decorrência de diferenças físicas, étnicas, de gênero e orientação sexual, de credo, ideologia, condição sócio-cultural, entre outras;

XIII- viabilizar a igualdade de condições para a permanência do aluno na escola, respeitando a diversidade, a pluralidade cultural e as peculiaridades de cada aluno, no processo de ensino e aprendizagem;

XIV- participar de reuniões e encontros para planejamento e acompanhamento, junto ao professor de Serviços e Apoios Especializados, da Sala de Apoio à Aprendizagem, da Sala de Recursos e de Contraturno, a fim de realizar ajustes ou modificações no processo de intervenção educativa;

XV- estimular o acesso a níveis mais elevados de ensino, cultura, pesquisa e criação artística;

XVI- participar ativamente dos Pré-Conselhos e Conselhos de Classe, na busca de alternativas pedagógicas que visem ao aprimoramento do processo educacional, responsabilizando-se pelas informações prestadas e decisões tomadas, as quais serão registradas e assinadas em Ata;

XVII- propiciar ao aluno a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico, visando ao exercício consciente da cidadania;

XVIII- zelar pela freqüência do aluno à escola, comunicando qualquer irregularidade à equipe pedagógica;

XIX- cumprir o calendário escolar, quanto aos dias letivos, horas-aula e horas-atividade estabelecidos, além de participar integralmente dos períodos dedicados ao planejamento, à avaliação e ao desenvolvimento profissional;

XX- cumprir suas horas-atividade no âmbito escolar, dedicando-as a estudos, pesquisas e planejamento de atividades docentes, sob orientação da equipe pedagógica, conforme determinações da SEED;

XXI- manter atualizados os Registros de Classe, conforme orientação da equipe pedagógica e secretaria escolar, deixando-os disponíveis no estabelecimento de ensino;

XXII- participar do planejamento e da realização das atividades de articulação da escola com as famílias e a comunidade;

XXIII- desempenhar o papel de representante de turma, contribuindo para o desenvolvimento do processo educativo;

XXIV- dar cumprimento aos preceitos constitucionais, à legislação educacional em vigor e ao Estatuto da Criança e do Adolescente, como princípios da prática profissional e educativa;

XXV- participar, com a equipe pedagógica, da análise e definição de projetos a serem inseridos no Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

XXVI- comparecer ao estabelecimento de ensino nas horas de trabalho ordinárias que lhe forem atribuídas e nas extraordinárias, quando convocado;

XXVII- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XXVIII- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XXIX- participar da avaliação institucional, conforme orientação da SEED;

XXX- cumprir e fazer cumprir o disposto no Regimento Escolar.

XXXI- utilizar adequadamente os espaços e materiais didático-pedagógicos disponíveis, como meios para implementar uma metodologia de ensino adequada à aprendizagem;

Aos docentes cabe também:

- Definir e desenvolver o seu plano de ensino, conforme orientações das Diretrizes Curriculares Nacionais e Estaduais de EJA e da proposta pedagógica deste Estabelecimento Escolar.
- Conhecer o perfil de seus educandos jovens, adultos e idosos.
- Utilizar adequadamente os espaços e materiais didático-pedagógicos disponíveis, tornando-os meios para implementar uma metodologia de ensino que respeite o processo de aquisição do conhecimento de cada educando jovem, adulto e idoso deste Estabelecimento;

O docente suprido neste Estabelecimento de Ensino deverá atuar na sede e nas ações pedagógicas descentralizadas, bem como nos exames supletivos. Deverá atuar em todas as formas de organização do curso: aulas presenciais coletivas e individuais.

8.1.5 Secretaria e Apoio Administrativo

A função de técnicos administrativos é exercida por profissionais que atuam nas áreas da secretaria, biblioteca e laboratório de Informática do estabelecimento de ensino.

A função de assistente de execução é exercida por profissional que atua no laboratório de Química, Física e Biologia do estabelecimento de ensino.

O técnico administrativo que atua na secretaria como secretário(a) escolar é indicado pela direção do estabelecimento de ensino e designado por Ato Oficial, conforme normas da SEED.

Parágrafo Único - O serviço da secretaria é coordenado e supervisionado pela direção.

- Compete ao Secretário Escolar:

I- conhecer o Projeto Político-Pedagógico do estabelecimento de ensino;

II- cumprir a legislação em vigor e as instruções normativas emanadas da SEED, que regem o registro escolar do aluno e a vida legal do estabelecimento de ensino;

III- distribuir as tarefas decorrentes dos encargos da secretaria aos demais técnicos administrativos;

IV- receber, redigir e expedir a correspondência que lhe for confiada;

V- organizar e manter atualizados a coletânea de legislação, resoluções, instruções normativas, ordens de serviço, ofícios e demais documentos;

VI- efetivar e coordenar as atividades administrativas referentes à matrícula, transferência e conclusão de curso;

VII- elaborar relatórios e processos de ordem administrativa a serem encaminhados às autoridades competentes;

VIII- encaminhar à direção, em tempo hábil, todos os documentos que devem ser assinados;

IX- organizar e manter atualizado o arquivo escolar ativo e conservar o inativo, de forma a permitir, em qualquer época, a verificação da identidade e da regularidade da vida escolar do aluno e da autenticidade dos documentos escolares;

X- responsabilizar-se pela guarda e expedição da documentação escolar do aluno, respondendo por qualquer irregularidade;

XI- manter atualizados os registros escolares dos alunos no sistema informatizado;

XII- organizar e manter atualizado o arquivo com os atos oficiais da vida legal da escola, referentes à sua estrutura e funcionamento;

XIII- atender a comunidade escolar, na área de sua competência, prestando informações e orientações sobre a legislação vigente e a organização e funcionamento do estabelecimento de ensino, conforme disposições do Regimento Escolar;

XIV- zelar pelo uso adequado e conservação dos materiais e equipamentos da secretaria;

XV- orientar os professores quanto ao prazo de entrega do Livro Registro de Classe com os resultados da freqüência e do aproveitamento escolar dos alunos;

XVI- cumprir e fazer cumprir as obrigações inerentes às atividades administrativas da secretaria, quanto ao registro escolar do aluno referente à documentação comprobatória, de adaptação, aproveitamento de estudos, progressão parcial, classificação, reclassificação e regularização de vida escolar;

XVII- organizar o livro-ponto de professores e funcionários, encaminhando ao setor competente a sua freqüência, em formulário próprio;

XVIII- secretariar os Conselhos de Classe e reuniões, redigindo as respectivas Atas;

XIX- conferir, registrar e/ou patrimoniar materiais e equipamentos recebidos;

XX- comunicar imediatamente à direção toda irregularidade que venha ocorrer na secretaria da escola;

XXI- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

XXII- organizar a documentação dos alunos matriculados no ensino extracurricular *(*CELEM, Atividades Complementares no Contraturno – CAICs*),* quando desta oferta no estabelecimento de ensino;

XXIII- auxiliar a Equipe Pedagógica e Direção para manter atualizado os dados no sistema de Controle e Remanejamento dos Livros Didáticos;

XXIV- fornecer dados estatísticos inerentes às atividades da secretaria escolar, quando solicitado;

XXV- participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

XXVI- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XXVII- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XXVIII- cumprir o calendário escolar, quanto aos dias letivos estabelecidos, além de participar, integralmente, dos períodos dedicados a capacitação, à avaliação e ao desempenho profissional;

XXIX- participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

- Compete aos técnicos administrativos que atuam na secretaria dos estabelecimentos de ensino, sob a coordenação do(a) secretário(a):

I- cumprir as obrigações inerentes às atividades administrativas da secretaria, quanto ao registro escolar do aluno referente à documentação comprobatória, necessidades de adaptação, aproveitamento de estudos, progressão parcial, classificação, reclassificação e regularização de vida escolar;

II- atender a comunidade escolar e demais interessados, prestando informações e orientações;

III- cumprir a escala de trabalho que lhe for previamente estabelecida;

IV- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

V- controlar a entrada e saída de documentos escolares, prestando informações sobre os mesmos a quem de direito;

VI- organizar, em colaboração com o(a) secretário(a) escolar, os serviços do seu setor;

VII- efetivar os registros na documentação oficial como Ficha Individual, Histórico Escolar, Boletins, Certificados, Diplomas e outros, garantindo sua idoneidade;

VIII- organizar e manter atualizado o arquivo ativo e conservar o arquivo inativo da escola;

IX- classificar, protocolar e arquivar documentos e correspondências, registrando a movimentação de expedientes;

X- realizar serviços auxiliares relativos à parte financeira, contábil e patrimonial do estabelecimento, sempre que solicitado;

XI- coletar e digitar dados estatísticos quanto à avaliação escolar, alimentando e atualizando o sistema informatizado;

XII- executar trabalho de mecanografia, reprografia e digitação;

XIII- participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

XIV- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XV- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XVI- exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

XVII- cumprir o calendário escolar, quanto aos dias letivos estabelecidos, além de participar, integralmente, dos períodos dedicados a capacitação, à avaliação e ao desempenho profissional;

Compete ao técnico administrativo que atua na biblioteca escolar, indicado pela direção do estabelecimento de ensino:

I- cumprir e fazer cumprir o Regulamento de uso da biblioteca, assegurando organização e funcionamento;

II- atender a comunidade escolar, disponibilizando e controlando o empréstimo de livros, de acordo com Regulamento próprio;

III- auxiliar na implementação dos projetos de leitura previstos na proposta pedagógica curricular do estabelecimento de ensino;

IV- auxiliar na organização do acervo de livros, revistas, gibis, vídeos, DVDs, entre outros;

V- encaminhar à direção sugestão de atualização do acervo, a partir das necessidades indicadas pelos usuários;

VI- zelar pela preservação, conservação e restauro do acervo;

VII- registrar o acervo bibliográfico e dar baixa, sempre que necessário;

VIII- receber, organizar e controlar o material de consumo e equipamentos da biblioteca;

IX- manusear e operar adequadamente os equipamentos e materiais, zelando pela sua manutenção;

X- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

XI- auxiliar na distribuição e recolhimento do livro didático;

XII- participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

XIII- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XIV- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XV- cumprir o calendário escolar, quanto aos dias letivos estabelecidos, além de participar, integralmente, dos períodos dedicados a capacitação, à avaliação e ao desempenho profissional;

XVI -exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Compete ao técnico administrativo indicado pela direção para atuar no laboratório de Informática do estabelecimento de ensino:

I- cumprir e fazer cumprir Regulamento de uso do laboratório de Informática, assessorando na sua organização e funcionamento;

II- auxiliar o corpo docente e discente nos procedimentos de manuseio de materiais e equipamentos de informática;

III- preparar e disponibilizar os equipamentos de informática e materiais necessários para a realização de atividades práticas de ensino no laboratório;

IV- assistir aos professores e alunos durante a aula de Informática no laboratório;

V- zelar pela manutenção, limpeza e segurança dos equipamentos;

VI- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

VII- receber, organizar e controlar o material de consumo e equipamentos do laboratório de Informática;

VIII- participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

IX- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

X- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XI- cumprir o calendário escolar, quanto aos dias letivos estabelecidos, além de participar, integralmente, dos períodos dedicados a capacitação, à avaliação e ao desempenho profissional;

XII- exercer as demais atribuições decorrentes do Regimento Escolar e aquelas que concernem à especificidade de sua função.

Compete ao assistente de execução que atua no laboratório de Química, Física e Biologia do estabelecimento de ensino:

I- cumprir e fazer cumprir o Regulamento de uso do laboratório de Química, Física e Biologia;

II- aplicar, em regime de cooperação e de co-responsabilidade com o corpo docente e discente, normas de segurança para o manuseio de materiais e equipamentos;

III- preparar e disponibilizar materiais de consumo e equipamentos para a realização de atividades práticas de ensino;

IV- receber, controlar e armazenar materiais de consumo e equipamentos do laboratório;

V- utilizar as normas básicas de manuseio de instrumentos e equipamentos do laboratório;

VI- assistir aos professores e alunos durante as aulas práticas do laboratório;

VII- zelar pela manutenção, limpeza e segurança dos materiais de consumo, instrumentos e equipamentos de uso do laboratório;

VIII- participar de eventos, cursos, reuniões, sempre que convocado, ou por iniciativa própria, desde que autorizado pela direção, visando ao aprimoramento profissional de sua função;

IX- comunicar imediatamente à direção qualquer irregularidade, incidente e/ou acidente ocorridos no laboratório;

X- manter atualizado o inventário de instrumentos, ferramentas, equipamentos, solventes, reagentes e demais materiais de consumo;

XI- participar da avaliação institucional, conforme orientações da SEED;

XII- zelar pelo sigilo de informações pessoais de alunos, professores, funcionários e famílias;

XIII- manter e promover relacionamento cooperativo de trabalho com seus colegas, com alunos, com pais e com os demais segmentos da comunidade escolar;

XIV- participar das atribuições decorrentes do Regimento Escolar e exercer as específicas da sua função.

XV- cumprir o calendário escolar, quanto aos dias letivos estabelecidos, além de participar, integralmente, dos períodos dedicados a capacitação, à avaliação e ao desempenho profissional;

- Manter atualizado o sistema de acompanhamento do educando, considerando a organização da EJA prevista nesta proposta.

9 - BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Maria Conceição Pereira de. *Centro Estadual de Educação Básica para Jovens e Adultos, a Grande Conquista*, Arte & Cultura, 1999, 1ª Edição.

BRZEZINSKI, Iria. *LDBEN Interpretada: diversos olhares se entre*cruzam**.** São Paulo : Cortez, 1997.

CARNEIRO, Moaci Alves. *LDBEN fácil*. Petrópolis, RJ : Vozes, 1998.

CARVALHO, R.E. *Removendo barreiras à aprendizagem*. Porto Alegre, 2000, p.17

(5ª) Conferência Internacional sobre Educação de Adultos (V CONFINTEA).
Conselho Estadual de Educação – PR
- Deliberação 011/99 – CEE.
- Deliberação 014/99 – CEE.
- Deliberação 09/01 –CEE.
- Deliberação 06/05 – CEE.
- Indicação 004/96 – CEE.
- Parecer 095/99 – CEE (Funcionamento dos Laboratórios).

Conselho Nacional de Educação
- Parecer 011/2000 – Diretrizes Curriculares Nacionais de EJA.
- Parecer 004/98 – Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental.
- Parecer 015/98 –Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio.
- Resolução 03/98 – CEB.

Constituição Brasileira – Artigo 205.

DELORS, J. *Educação : Um tesouro a descobrir*. São Paulo : Cortez ; Brasília, DF : MEC : UNESCO, 1998.

DEMO, Pedro. *A Nova LDBEN – Ranços e Avanços*. Campinas, SP : Papirus, 1997.

DRAIBE, Sônia Miriam; COSTA, Vera Lúcia Cabral; SILVA Pedro Luiz Barros. *Nível de Escolarização da População.* mimeog.

DI PIERRO; Maria Clara. *A educação de Jovens e Adultos na LDBEN*. mimeog.

DI PIERRO; Maria Clara. *Os projetos de Lei do Plano Nacional de Educação e a Educação de Jovens e Adultos*. mimeog.

Decreto 2494/98 da Presidência da República.

Decreto 2494/98 da Presidência da República.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia do Oprimido*, 40ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2005.

LDBEN nº 9394/96.

KUENZER, Acácia Zeneida. *Ensino Médio:* construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2000, p.40.

OLIVEIRA, Thelma Alves de, et al. Avaliação Institucional (Cadernos Temáticos). Curitiba: SEED – PR, 2004.

Parâmetros Curriculares Nacionais 1º segmento do Ensino Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais 2º segmento do Ensino Fundamental.

Parâmetros Curriculares Nacionais Ensino Médio.

Plano Nacional de Educação – Educação de Jovens e Adultos.

SILVA, Eurides Brito da. *A Educação Básica Pós-LDBEN***.**

SOUZA, Paulo N. Silva & SILVA, Eurides Brito da*. Como entender e aplicar a nova LDBEN*.

SOUZA, Paulo Nathanael Pereira de; SILVA, Eurides Brito da. *Como entender e Aplicar a Nova LDBEN*. SP, Pioneira Educ., 1997. 1ª Edição.

DISCIPLINA DE EDUCAÇÃO FÍSICA

CONCEPÇÃO DO ENSINO DE EDUCAÇÃO FÍSICA

Vivenciamos nos últimos quinze anos a afirmação gradativa do ensino da Educação Física numa perspectiva cultural e é a partir desse referencial que se propõe essa disciplina como área de estudo da cultura humana, ou seja, que estuda e atua sobre o conjunto de práticas ligadas ao corpo e ao movimento, criadas pelo homem ao longo de sua história. Trata-se, portanto, privilegiar nas aulas de Educação Física, além da aprendizagem de movimentos, a aprendizagem para e sobre o movimento.

Neste sentido, como enfatizam Taborda e Oliveira (*apud* PARANÁ, 2005, p.10) os objetivos da Educação Física devem estar voltados para a humanização das relações sociais, considerando a noção de corporalidade, entendida como a expressão criativa e consciente do conjunto das manifestações corporais historicamente produzidas. Esse entendimento permite ampliar as possibilidades da intervenção educacional dos professores de Educação Física, superando a dimensão meramente motriz de uma aula, sem no entanto negar o movimento como possibilidade de manifestação humana e, desse modo contemplar o maior número possível de manifestações corporais explorando os conhecimentos já trazidos pelos educandos e a sua potencialidade formativa.

Segundo Soares et al (1992, p. 50) a Educação Física é conceituada como:

> (...) uma prática pedagógica que, no âmbito escolar, tematiza formas de atividades expressivas corporais como: o jogo, esporte, dança, ginástica, formas estas que configuram uma área de conhecimento que podemos chamar de cultura corporal. Esses conteúdos expressam um sentido/significado nos quais se interpenetram.

A partir desse entendimento a proposta para a disciplina de Educação Física deve favorecer o estudo, a integração e a reflexão da cultura corporal de movimentos, formando o cidadão que vai produzi-la, reproduzi-la e transformá-la, instrumentalizando-o para usufruir das atividades proposta em beneficio da sua inserção social, levando-o a descobrir motivos e sentidos nas práticas corporais que favoreçam o desenvolvimento de atitudes positivas, contemplando assim todas as manifestações corporais e culturais, partindo da realidade local para as diferentes culturas.

Cabe aos professores de Educação Física mediar o processo de ensino-aprendizagem deflagrado nas aulas de Educação Física quanto à construção de um ambiente que proporcione ao aluno a aprendizagem dos conteúdos significativos para o seu processo de conhecimento e desenvolvimento, incrementando sua capacidade para tomar decisões relacionadas à atividade física, isto é, movimento corporal humano.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, atende um público diverso (jovens, adultos, idosos, povos das florestas, ribeirinhos, indígenas, populações do campo, entre outros) que não teve acesso ou não pode dar continuidade à escolarização mesma por fatores, normalmente, alheios a sua vontade. Esses educandos possuem uma gama de conhecimentos adquiridos em outras instâncias sociais, visto que, a escola não é o único espaço de produção e socialização de saberes. O atendimento a esses alunos não se refere, exclusivamente, a uma determinada faixa etária mas a diversidade sócio-cultural dos mesmos.

Se considerarmos que os educandos frequentadores dessa modalidade de ensino encontram-se em grande parte, inseridos no mundo do trabalho, é importante que o trabalho

pedagógico nas aulas de Educação Física seja compatível com as peculiaridades dessa parcela de educandos. Desse modo, a aprendizagem do movimento deve ceder espaço às práticas que estejam direcionadas para e sobre o movimento, focalizando preponderantemente aspectos relacionados ao desenvolvimento de atitudes favoráveis à realização de atividades físicas e ao aprofundamento do entendimento de conceitos relacionados a essas atividades.

Numa primeira aproximação, tendemos a nos precipitar na constatação da incompatibilidade quase paradoxal de se relacionar a Educação Física com adolescentes, adultos e até idosos na escolarização de Jovens e Adultos podemos assumir, portanto, que o propósito da intervenção do professor que atua no campo da Educação Física no contexto da EJA é potencializar as possibilidades de participação ativa de pessoas com demandas educacionais específicas, em programas com foco na atividade física/movimento corporal humano. Outrossim, há que se considerar que a sustentação para ações pedagógicas direcionadas ao processo de escolarização dessas mesmas pessoas encontra-se em fase de construção, carecendo ainda da produção de conhecimento capaz de contribuir para a consolidação da participação da Educação Física nessa modalidade de ensino.

Duas questões essenciais precisam nortear o trabalho pedagógico da disciplina de Educação Física com jovens e adultos:

- Quem são os alunos da EJA?
- Como pode ser desenvolvida a Educação Física para esses alunos?

Compreendendo o perfil do educando da EJA, a Educação Física deverá valorizar a diversidade cultural dos educandos e a riqueza das suas manifestações corporais, a reflexão das problemáticas sociais e a corporalidade "entendida como a expressão criativa e consciente do conjunto das manifestações corporais historicamente produzidas" (PARANA, 2005), considerando os três eixos norteadores do trabalho com a EJA que são a cultura, o trabalho e o tempo[1].

É, portanto, imprescindível que tempo, cultura e trabalho se manifestem na prática pedagógica do educador, expressando idéias e ações relacionadas a: sequenciação (organização do conteúdo em função do tempo escolar), comprometimento na condução do processo ensino-aprendizagem (efetivação da aprendizagem dos conteúdos) e avaliação do trabalho pedagógico (critérios de acompanhamento das conseqüências do processo ensino-aprendizagem), conforme representados na figura 1:

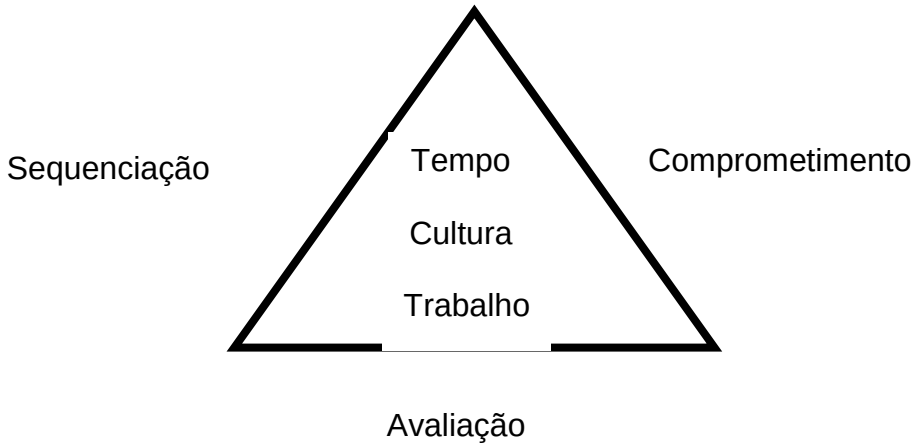


Figura 1: relação dos eixos tempo, cultura e trabalho com a intervenção pedagógica.

No intuito de contemplar a Lei 11.645/08 referente à História e cultura afro-brasileira, africana e indígena, serão trabalhados conteúdos de acordo com a especificidade da disciplina, bem como a influência dessas culturas na formação de nossa sociedade.

[1] Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos no Estado do Paraná (versão preliminar).

ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Os conteúdos são definidos como conhecimentos necessários à apreensão do desenvolvimento sócio-histórico das próprias atividades corporais e à explicitação das suas significações objetivas. Os mesmos foram estruturados de forma a garantir aprendizagens novas e significativas, despertando o interesse e a atenção dos educandos a consciência da necessidade de atitudes favoráveis a prática de atividades físicas ao longo da sua vida, valorizando a ***cultura corporal***, logo "*a cultura humana é uma cultura corporal, uma vez que o corpo realiza as intenções humanas*" (FREIRE, 2003 p. 34).

Desse modo a Educação Física deve considerar conteúdos e práticas que contemplem:

- a relação entre o conhecimento social e escolar do educando;
- a identidade e as diferenças sócio-culturais dos educandos na proposição das praticas educativas;
- ensino com base na investigação e na problematização do conhecimento;
- as diferentes linguagens na medida em que se instituem como significativas na formação do educando;
- as múltiplas interações entre os diferentes saberes;
- articulação entre teoria, prática e realidade social;
- atividades pedagógicas que priorizem o pensamento reflexivo.

Baseado na perspectiva dos educadores, propomos a articulação do trabalho docente em torno dos seguintes conteúdos: saúde, esportes, jogos, ginástica, dança e lazer.

Ultrapassando a tendência dominante de conceber a **saúde** como investimento individual, o conteúdo deve oferecer condições de articular o individual com o cultural, social e político. Ou seja, a saúde é um bem que se adquire, pelas atividades físicas e corporais, por intermédio de: alimentação, saneamento básico, moradia, educação, informação e preservação do meio ambiente, enfim, o direito de acesso às condições mínimas para uma vida digna. Esse conteúdo permite compreender a saúde como uma construção que requer uma dimensão histórico-política e social.

O **esporte** pode ser abordado pedagogicamente no sentido de esportes "da escola" e não "na escola", como valores educativos para justificá-lo no currículo escolar da EJA. Se aceitarmos o esporte como prática social, tema da cultura corporal, devemos questionar suas normas, resgatando os valores que privilegiam o coletivo sobre o individual, o compromisso da solidariedade e respeito humano, que se deve jogar com o outro e não contra o outro. Por isso esse conteúdo deve ser apresentado aos alunos de forma a criticá-lo, promovendo a sua ressignificação, e sua adaptação à realidade, à prática que cria e recria, colocando-o como um meio e não fim em si mesmo.

Os **jogos** oportunizam ao jovem e ao adulto experimentar atividades prazerosas, que envolvam partilhas, negociações e confrontos que estimulem o exercício de reflexão sobre as relações entre as pessoas e os papéis que elas assumem perante a sociedade, bem como a possibilidade de resgatar as manifestações lúdicas e culturais.

O estudo da **ginástica,** pretende favorecer o contato do educando com as experiências corporais diversificadas, seu caráter preventivo, modismo, melhora da aptidão física, tem o objetivo de conscientizar os educandos de seus possíveis benefícios, bem como os danos causados pela sua prática inadequada ou incorreta.

A **dança** a ser trabalhado na EJA, contribui para o desenvolvimento, conhecimento e ritmo do corpo. Ao relacionar-se com o outro, cada gesto representa sua história, sua cultura, como manifestação de vida, por meio de um processo continuo de integração e relacionamento social.

O estudo sobre o **lazer** proporciona reflexões a cerca do uso do tempo livre, com atividades que lhe propiciem prazer, descontração, alegria, socialização, conscientização e clareza das necessidades e benefícios que serão adquiridos e que contribuam para o seu bem estar físico, mental e social.

Os conteúdos propostos poderão ser distribuídos de forma informativa, prática ou teórica e poderão ser modificados de acordo com cada realidade. Os conteúdos esporte, jogos, dança, lazer e ginástica são comuns ao Ensino Fundamental e ao Ensino Médio, o conteúdo saúde mantêm a especificidade de cada ensino.

CONTEÚDOS ENSINO FUNDAMENTAL

CONTEÙDO ESTRUTURANTE:

ESPORTE

CONTEÙDOS BÁSICOS

Coletivos

Individuais

Radicais

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- História e origem.
- Princípios básicos (fundamentos).
- Regras e elementos básicos do esporte
- Relação com os jogos populares
- Compreender por meio de discussões o sentido da competição esportiva
- Aspectos positivos e negativos das práticas esportivas
- Contexto social e econômico em que os diferentes esportes se diferenciam

CONTEÚDO ESTRUTURANTE:

JOGOS E BRINCADEIRAS

CONTEÚDOS BÁSICOS

Jogos e brincadeiras populares e tradicionais no contexto brasileiro

Brincadeiras e cantigas de roda

Jogos de tabuleiro

Jogos dramáticos

Jogos cooperativos

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Definição de jogo.
- Aspectos históricos sociais.
- Tipos de jogos: jogos cooperativos, jogos recreativos/ jogos lúdicos, jogos intelectivos, jogos de dramatização e jogos pré-desportivos.
- Diferentes manifestações culturais.
- Atividades práticas.
- Diferenciar os jogos cooperativos e os jogos competitivos a partir dos seguintes elementos:

  - Visão do jogo
  - Objetivo
  - O outro
  - Relação
  - Resultado
  - Consequência
  - Motivação

CONTEÙDO ESTRUTURANTE:

DANÇA

CONTEÚDOS BÁSICOS

Danças folclóricas

Danças de rua

Danças criativas

Danças circulares

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Origem e alguns significados (místicos, religiosos, entre outros) das diferentes danças
- Tipos de dança: danças folclóricas, danças circulares, danças de salão, danças criativas
- Conhecer os diferentes ritmos, passos, posturas, conduções, formas de deslocamento no forrró, vanerão e nas danças africanas
- Expressão corporal/atividades rítmicas.
- Danças da cultura local.
- Atividades práticas**.**

CONTEÙDO ESTRUTURANTE:

GINÁSTICA

CONTEÚDOS BÁSICOS

Ginástica ritmica

Ginástica circense

Ginástica geral

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Origem e histórico da ginástica e suas diferentes manifestações
- Estimular a ampliação da consciência corporal
- Fundamentos básicos da ginástica:
  - Saltar
  - Equilibrar
  - Rolar/Girar
  - Trepar
  - Balançar/Embalar
  - Malabares
- Modismos relacionados a ginástica

CONTEÙDO ESTRUTURANTE:

LUTAS

CONTEÚDOS BÁSICOS

Lutas de aproximação

Lutas que mantêm a distância

Lutas com instrumento mediador

Capoeira

CONTEÚDOS ESPECíFICOS

- Pesquisar a Origem e os aspectos históricos, filosóficos e as características das diferentes formas de lutas
- judô, luta olímpica, sumô...
- karatê; boxe; taekwondo
- esgrima; kendô
- Capoeira

CONTEÚDOS DO ENSINO MÉDIO

CONTEÚDOS ESTRUTURANTE

ESPORTE

CONTEÚDOS BÁSICOS

Coletivos

Individuais

Radicais

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Diferenças entre esporte de da escola, o esporte de rendimento e a relação entre esporte e lazer
- Função social do esporte
- Influência da mídia, da ciência e da indústria cultural no esporte
- Doping
- Recursos ergogênicos
- Nutrição, saúde e prática esportiva

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

JOGOS e BRINCADEIRAS

CONTEÚDOS BÁSICOS

Jogos de tabuleiro

Jogos dramáticos

Jogos cooperativos

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Dinâmicas de grupos que possibilitem a aproximação e considerem as individualidades
- dama, trilha, resta um, xadrez
- improvisação, imitação, mímica
- futpar, volençol, cadeira livre...

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

DANÇA

CONTEÚDOS BÁSICOS

Danças folclóricas

Danças de salão

Danças de rua

Danças circulares

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Diferentes passos , posturas, conduções, formas de deslocamento
- Ritmos e expressões culturais por meio da dança
- Apropriação das danças pela indústria cultural

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

GINÁSTICA

CONTEÚDOS BÁSICOS

Ginástica artística/olímpica

Ginástica de condicionamento físico

Ginástica geral

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Função social da ginástica
- Fundamentos da ginástica
- Ginástica no mundo do trabalho
- Ginástica X Sedentarismo X Qualidade de vida
- Relação da ginástica com: tecido muscular, resistência muscular, diferença entre resistência e força, fontes energéticas, frequência cardíaca, fonte metabólica, gasto energético, composição corporal, desvios posturais...
- LER, DORT

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

Lutas

CONTEÚDOS BÁSICOS

Lutas de aproximação

Lutas que mantêm a distância

Lutas com instrumento mediador

Capoeira

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

- Aspectos históricos, filosóficos e as características das diferentes manifestações das lutas
- Diferença entre lutas e artes marciais
- judô, luta olímpica, sumô...
- karatê; boxe; taekwondo
- esgrima; kendô
- Capoeira

AVALIAÇÃO

A avaliação proposta para a EJA entende a necessidade da avaliação qualitativa e voltada para a realidade. Proceder a avaliação da aprendizagem clara e consciente, é entendê-la como processo contínuo e sistemático de obter informações, de perceber progressos e de orientar os alunos para a superação das suas dificuldades. Reforçando este pensamento Vasconcelos (*apud* PARANÁ, 1994, p. 44) diz que:

> o professor que quer superar o problema da avaliação precisa a partir de uma autocrítica: abrir mão do uso autoritário da avaliação que o sistema lhe faculta e autoriza; rever a metodologia do trabalho em sala de aula; redimensionar o uso da avaliação (tanto do ponto de vista da forma como do conteúdo); alterar a postura diante dos resultados da avaliação; criar uma nova mentalidade junto aos alunos, aos colegas educadores e aos pais.

Atualmente a perspectiva tradicional de avaliação cede espaço para uma nova visão que procura ser mais processual, abrangente e qualitativa. Não deve ser um processo exclusivamente técnico que avalia a práxis pedagógica, mas que pretende atender a necessidade dos educandos considerando seu perfil e a função social da EJA, com o reconhecimento de suas experiências e a valorização de sua história de vida. Isso torna-se essencial para que o educador reconheça as potencialidades dos educandos e os ajude a desenvolver suas habilidades para que os mesmos atinjam o conhecimento na busca de oportunidades de inserção no mundo do trabalho e na sociedade, assim como, atitudes que ampliem sua qualidade de vida e saúde.

Diante das discussões desenvolvidas nas DCEs, é necessário entender que a avaliação em Educação Física à luz dos paradigmas tradicionais, como o da esportivação, desenvolvimento motor, psicomotricidade e da aptidão física é insuficiente para a compreensão do fenômeno educativo em uma perspectiva mais abrangente.

Dessa forma, a avaliação deve estar vinculada ao projeto político pedagógico da escola, de acordo com os objetivos e a metodologia adotada pelo corpo docente considerando o comprometimento e envolvimento dos alunos no processo pedagógico por meio dos seguintes critérios:

- entrega as atividades propostas;
- houve assimilação de jogos e regras analisadas;
- houve assimilação dos conteúdos propostos;
- recriação de jogos e análise de regras esportivas;
- questionam situações apresentadas de maneira crítica e criativa com posicionamento frente a divergências;
- envolvimento nas atividades práticas;
- realiza os questionários sobre os textos e conteúdos trabalhados.

Partindo-se desses critérios, a avaliação deve se caracterizar como um processo contínuo, permanente e cumulativo, tal qual preconiza a LDB, nº 9394/96, em que o professor organizará o seu trabalho, sustentado nas diversas práticas corporais, culturais e sociais, reconhecendo oportunidades de relacionamento, convívio e respeito entre as diferenças, com desenvolvimento de idéias e de valorização humana.

A avaliação deve, ainda, estar relacionada aos encaminhamentos metodológicos, constituído-se na forma de resgatar as experiências e sistematizações realizadas durante o processo de aprendizagem. Isto é, tanto o professor quanto os alunos poderão revisitar o trabalho realizado, identificando avanços e dificuldades no processo pedagógico, com o objetivo de (re)planejar e propor encaminhamentos que reconheçam os acertos e ainda superem as dificuldades constatadas.

Por fim, a avaliação não deve ser pensada à parte do processo ensino/aprendizado da escola, mas sim compreendida como algo contínuo, permanente e cumulativo.

REFERÊNCIAS

BETTI, M.; ZULIANI. L.R. **Educação Física: uma proposta de diretrizes pedagógicas** . Revista Mackenzie de Educação Física e Esporte. Guarulhos I(I): 73-81.2002

COLL, C. **Psicologia e currículo:** uma aproximação psicopedagógica à elaboração do currículo escolar. 2.ed. São Paulo: Ática, 1997.

COLL, C.; POZO, J.I.; SARABIA, B.; VALLS, E. **Os conteúdos na reforma**: ensino e aprendizagem de conceitos, procedimentos e atitudes. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

CORBIN, C.B. **The field of Physical Education**: common goals, not common roles. JOPERD, Reston, p.79-87, 1993.

FREIRE, J.B.; SCAGLIA, A . J. Educação como prática corporal. São Paulo: Scipione, 2003.

LOVISOLO, H. **Educação Física**: a arte da mediação. Rio de Janeiro: Sprint, 1995.

NEIRA, M.G.; MATTOS. **Educação Física na Adolescência: construindo o conhecimento na escola**. São Paulo: Phorte, 2004.

NETO, L.P.X. ; ASSUNÇÃO, J.R. **Saiba mais sobre Educação Física**. Rio de Janeiro: Âmbito Cultural Edições, 2005.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação, **Diretrizes Curriculares da Educação Fundamental da Rede de Educação Básica do Estado do Paraná**: Educação Física. Versão Preliminar. 2005.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação, **Diretrizes Curriculares da Educação Fundamental da Rede de Educação Básica do Estado do Paraná**: Língua Estrangeira Moderna. Versão Preliminar. 2005.

SANTO, D. L. Tendências e expectativas da educação física escolar. In: I Semana de Educação Física, 1993, São Paulo. **Anais...** São Paulo: Universidade São Judas Tadeu - Departamento de Educação Física, 1993. v. 1.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. 35.ed. Campinas: Autores Associados, 2002.

SOARES, C.L.; et all . **Metodologia do ensino de Educação Física.** São Paulo: Cortez, 1992.

SOUZA, E.S. VAGO. T. M**. Trilhas e Partilhas: Educação Física na Cultura escolar e nas práticas sociais**. Belo Horizonte: Ed. dos Autores 1997.

ZABALA, A. Aprendizaje significativo: el professor como movilizador de lãs competências de sus alunos. In: SEMINÁRIO DE EDUCAÇÃO E SOCIEDADE, 6., 1997, São Paulo. **Anais**... São Paulo: Grupo Associação de Escolas Particulares, 1997. p.1-39.

_____. (Org.). **Como trabalhar os conteúdos procedimentais em aula**. 2.ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1999.

BIBLIOGRAFIA SUGERIDA

BETTI, M. Por uma teoria da prática. **Motus Corporis**, Rio de Janeiro, v.3,n.2, p.73-127, dez. 1996.

BRACHT, V.; PIRES, R.; GARCIA, S.P.; SOFISTE, A.F.S. A prática pedagógica em educação física: a mudança a partir da pesquisa-ação. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, Campinas, v.23, n.2, p. 9-30, jan. 2002.

BRASIL. Lei nº 9.394 de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Disponível em: < http://www.ufop.br/graduação/idbtext.html.>. Acesso em: 8 jan. 2001.

CONSELHO NACIONAL DE EDUCAÇÃO. **Resolução CNE/CEB nº 1, de 5 de julho de 2000.** Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação de Jovens e Adultos. Brasília, 2000.

GUEDES, D.P.; GUEDES, J.E.R.P. Implementação de programas de Educação Física escolar direcionados à promoção da saúde. **Revista Brasileira de Saúde Escolar**, Campinas, v. 3 n.1/4, p. 67-75, 1994.

LAWSON, H.A. Education for social responsibility: preconditions in retrospect and in prospect. **QUEST**, Champaign, n.51, p.116-149, 1999.

LOVISOLO, H. Hegemonia e legitimidade nas ciências dos esportes. **Motus Corporis**, Rio de janeiro, v.3, n.2, p.51-72, dez. 1996.

MANOEL, E.J. Desenvolvimento motor: implicações para a Educação Física escolar. **Revista Paulista de Educação Física**, São Paulo, v.8, n.1, p.82-97, 1994.

MATVEEV, A.P. **Educação física escolar**: teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Grupo Palestra Sport, 1997.

OLIVEIRA, A. A. B. Educação Física no ensino médio - período noturno: um estudo participante. **Revista Movimento**, Porto Alegre, n. 12, p. 05-13, 2000.

PARANÁ. Secretaria do Estado de Educação. **Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná**. Curitiba, 1997.

TANI, G. Vivências práticas no curso de graduação em Educação Física: necessidade, luxo ou perda de tempo? **Caderno Documentos**, nº 2, Universidade de São Paulo, 1996.

UNESCO. Education: the necessary utopia. Disponível em:
< http://www.unesco.org/delors/utopia.htm >. Acesso em: 18 jan. 2005.

Diretrizes Curriculares da Educação Básica - Educação Física. SEED.PR.2008

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E NORMAL.
CURSO: EJA ENSINO MÉDIO E FUNDAMENTAL
PROFESSORES: Maria Lúcia Sanches Razaboni
Nair Krause Taucher
DISCIPLINA: LÍNGUA PORTUGUESA
ANO LETIVO: 2012

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

Historicamente, o processo de ensino de Língua Portuguesa no Brasil iniciou-se com a educação jesuítica com o objetivo da formação da elite colonial e de "alfabetizar"e "catequizar" os indígenas segundo (MOLL, 2006, p. 13).

Nesse período, não havia uma educação institualizada, partia-se de práticas pedagógicas restritas à alfabetização e somente nas últimas décadas do século XIX, a disciplina de Língua Portuguesa passou a integrar os currículos escolares brasileiros. A preocupação com a formação dessa disciplina teve início nos anos 30 do século XX.

A literatura veiculada na variedade brasileira da língua portuguesa foi retomada pelos modernistas, que defendiam a necessidade de romper com os modelos tradicionais portugueses e privilegiar o falar brasileiro.

O ensino de Língua portuguesa manteve suas características elitistas até meados do século XX, quando iniciou-se no Brasil, a partir da década de 1960, um processo de expansão do ensino e de vagas, eliminando os chamados exames de admissão.

A disciplina de Português passou a denominar-se a partir da Lei 5692/71, no primeiro grau, Comunicação e Expressão (nas quatro primeiras séries) e Comunicação em Língua Portuguesa (nas quatro últimas séries), com base em estudos de Saussure e de Jakobson sobre a teoria da comunicação.

Na década de 70, outras teorias como a Sociolinguística, Análise do Discurso, Semântica e Linguística Textual passaram a ser debatidas e dessas teorias resultou o questionamento sobre a autoridade e eficácia das aulas de gramática no ensino. Porém, os livros didáticos continuavam porta-vozes da

concepção tradicional da linguagem e as únicas inovações foram em relação à produção de texto e à leitura entendida como um ato mecânico.

Com relação à literatura, até meados do século XX, o principal instrumento do trabalho pedagógico eram as antologias literárias, com base nos cânones. A leitura visava transmitir a norma culta da língua, incutir valores religiosos , morais e cívicos.

Deve-se aos teóricos do Círculo de Bakhtin o avanço nos estudos em torno da natureza sociológica da linguagem. No Paraná, o livro ”O Texto na Sala de Aula,” organizado por João Wanderley Geraldi, em 1984, marcou as discussões sobre o ensino de Língua Portuguesa. Essas produções teóricas influenciaram os programas de reestruturação do Ensino do 2º Grau, do Currículo básico, que denunciavam o ensino centrado no repasse de conteúdos gramaticais.

Considerando o percurso histórico da disciplina de Língua Portuguesa na Educação Básica brasileira e confrontado esse percurso com a situação de analfabetismo funcional, de dificuldade de leitura compreensiva e produção de texto apresentada pelos alunos, os fundamentos que alicerçam a discussão sobre a importância do ensino de Língua portuguesa e Literatura requerem novos posicionamentos em relação às práticas de ensino, seja pela discussão crítica dessas práticas, seja pelo envolvimento direto dos professores na construção de alternativas.

Essas considerações resultam nas DCE, numa proposta que dá ênfase à língua viva, dialógica, em constante movimentação, permanente, reflexiva e produtiva. O conhecimento da disciplina de Língua portuguesa e literatura é muito importante como saber escolar. Deve contribuir par a formação do estudante porque sua constituição vai sendo marcada pelas relações que os professores e alunos estabelecem com o conhecimento, a partir das múltiplas possibilidades de interesses e da complexidade das análises e das articulações dos conteúdos com a prática social. Tais saberes se expressão no currículo real da escola.

OBJETIVOS

- empregar a língua oral em diferentes situações de uso, saber adequá-la a cada contexto e interlocutor, reconhecer as intenções implícitas nos discursos do cotidiano e propiciar a possibilidade de um posicionamento diante deles;

- desenvolver o uso da língua escrita em situações discursivas por meio de práticas sociais que considerem os interlocutores, seus objetivos, o assunto tratado , além do contexto de produção;

- analisar os textos produzidos, lidos e/ou ouvidos, possibilitando que o aluno amplie seus conhecimentos linguísticos - discursivos;

- aprofundar, por meio da leitura de textos literários, a capacidade de pensamento crítico e a sensibilidade estética, permitindo a expansão lúdica da oralidade, da leitura e da escrita;

- aprimorar os conhecimentos linguísticos, de maneira a propiciar acesso às ferramentas de expressão e compreensão de processos discursivos, proporcionando ao aluno condições para adequar a linguagem aos diferentes contextos sociais, apropriando-se, também, da norma padrão.

Ensino FUNDAMENTAL

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Discurso como Prática Social

CONTEÚDOS BÁSICOS
LEITURA - Conteúdo temático; - Interlocutor; - Intertextualidade; - Intencionalidade; - Vozes sociais presentes no texto; - Discurso ideológico presente no texto; - Elementos composicionais do gênero; - Contexto da produção da obra literária; - Marcas literárias: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito; - Elementos semânticos; - Progressão referencial; - Partículas conectivas; - Recursos estilísticos (figuras de linguagem); - Relação de causa e consequência entre partes e elementos do texto; - Operadores argumentativos; - Mobilizadores; - Argumentos do texto; ORALIDADE • Conteúdo temático; • Finalidade; • Intencionalidade; • Argumentos; • Papel do locutor e interlocutor; • Elementos extralinguísticos: entonação, expressões faciais, corporal, gestual e pausas;

- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos da fala;
- Variações linguísticas (lexicais, semânticas,prosódicas, entre outras);
- Marcas linguísticas: coesão, coerência,gírias, repetição;
- Elementos semânticos;
- Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.);
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

ESCRITA

- Conteúdo temático;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Intencionalidade do texto;
- Intertextualidade;
- Contexto de produção;
- Informatividade
- Vozes sociais presentes no texto;
- Referência textual;
- Ideologia presente no texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Progressão referencial;
- Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, funções das classes gramaticais no texto, conectores, pontuação, recursos gráficos como aspas, conectores, pontuação como aspas, travessão, negrito, etc;
- Semântica;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Vícios de linguagem;
- Sintaxe de concordância;
- Sintaxe de regência

GÊNEROS TEXTUAIS

ESFERAS SOCIAIS DE CIRCULAÇÃO	EXEMPLOS DE GÊNEROS	
COTIDIANA	Adivinhas Álbum de Família Anedotas Bilhetes Cantigas de Roda Carta Pessoal Cartão Cartão Postal Causos Comunicado Convites Curriculum Vitae	Diário Exposição Oral Fotos Músicas Parlendas Piadas Provérbios Quadrinhas Receitas Relatos de Experiências Vividas Trava-Línguas
LITERÁRIA/ARTÍSTICA	Autobiografia Biografias Contos Contos de Fadas Contos de Fadas Contemporâneos Crônicas de Ficção Escultura Fábulas Fábulas Contemporâneas Haicai Histórias em Quadrinhos Lendas Literatura de Cordel	Letras de Músicas Narrativas de Aventura Narrativas de Enigma Narrativas de Ficção Científica Narrativas de Humor Narrativas de Terror Narrativas Fantásticas Narrativas Míticas Paródias Pinturas Poemas Romances Tankas Textos Dramáticos Memórias
CIENTÍFICA	Artigos	Relato Histórico

	Conferência Debate Palestra Pesquisas	Relatório Resumo Verbetes
ESCOLAR	Ata Cartazes Debate Regrado Diálogo/Discussão Argumentativa Exposição Oral Júri Simulado Mapas Palestra Pesquisas	Relato Histórico Relatório Relatos de Experiências Científicas Resenha Resumo Seminário Texto Argumentativo Texto de Opinião Verbetes de Enciclopédias

IMPRENSA	Agenda Cultural Anúncio de Emprego Artigo de Opinião Caricatura Carta ao Leitor Carta do Leitor Cartum Charge Classificados Crônica Jornalística Editorial Entrevista (oral e escrita)	Fotos Horóscopo Infográfico Manchete Mapas Mesa Redonda Notícia Reportagens Resenha Crítica Sinopses de Filmes Tiras
PUBLICITÁRIA	Anúncio Caricatura Cartazes Comercial para TV E-mail	Músicas Paródia Placas Publicidade Comercial Publicidade Institucional

	Folder Fotos Slogan	Publicidade Oficial Texto Político
POLÍTICA	Abaixo-Assinado Assembleia Carta de Emprego Carta de Reclamação Carta de Solicitação Debate	Debate Regrado Discurso Político “de Palanque” Fórum Manifesto Mesa Redonda Panfleto
JURÍDICA	Boletim de Ocorrência Constituição Brasileira Contrato Declaração de Direitos Depoimentos Discurso de Acusação Discurso de Defesa	Estatutos Leis Ofício Procuração Regimentos Regulamentos Requerimentos
PRODUÇÃO E CONSUMO	Bulas Manual Técnico Placas Relato Histórico Relatório Relatos de Experiências Científicas	Resenha Resumo Seminário Texto Argumentativo Texto de Opinião Verbetes de Enciclopédias
MIDIÁTICA	Blog Chat Desenho Animado E-mail Entrevista Filmes Fotoblo	Reality Show Talk Show Telejornal Telenovelas Torpedos Vídeo Clip Vídeo Conferência

ENSINO MÉDIO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Discurso como Prática Social

CONTEÚDOS BÁSICOS
LEITURA - Conteúdo temático; - Interlocutor; - Intertextualidade; - Intencionalidade; - Vozes sociais presentes no texto; - Discurso ideológico presente no texto; - Elementos composicionais do gênero; - Contexto da produção da obra literária; - Marcas literárias: coesão, coerência, função das classes gramaticais no texto, pontuação, recursos gráficos como aspas, travessão, negrito; - Elementos semânticos; - Progressão referencial; - Partículas conectivas; - Recursos estilísticos (figuras de linguagem); - Relação de causa e consequência entre partes e elementos do texto; - Operadores argumentativos; - Mobilizadores; - Argumentos do texto; ORALIDADE • Conteúdo temático; • Finalidade; • Intencionalidade; • Argumentos; • Papel do locutor e interlocutor; • Elementos extralinguísticos: entonação, expressões faciais, corporal, gestual e pausas; • Adequação do discurso ao gênero;

- Turnos da fala;
- Variações linguísticas (lexicais, semânticas,prosódicas, entre outras);
- Marcas linguísticas: coesão, coerência,gírias, repetição;
- Elementos semânticos;
- Adequação da fala ao contexto (uso de conectivos, gírias, repetições, etc.);
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito.

ESCRITA

- Conteúdo temático;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Intencionalidade do texto;
- Intertextualidade;
- Contexto de produção;
- Informatividade
- Vozes sociais presentes no texto;
- Referência textual;
- Ideologia presente no texto;
- Elementos composicionais do gênero;
- Progressão referencial;
- Relação de causa e consequência entre as partes e elementos do texto;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, funções das classes gramaticais no texto, conectores, pontuação, recursos gráficos como aspas, conectores, pontuação como aspas, travessão, negrito, etc;
- Semântica;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Vícios de linguagem;
- Sintaxe de concordância;
- Sintaxe de regência

GÊNEROS TEXTUAIS

ESFERAS SOCIAIS DE CIRCULAÇÃO	EXEMPLOS DE GÊNEROS	
COTIDIANA	Adivinhas Álbum de Família Anedotas Bilhetes Cantigas de Roda Carta Pessoal Cartão Cartão Postal Causos Comunicado Convites Curriculum Vitae	Diário Exposição Oral Fotos Músicas Parlendas Piadas Provérbios Quadrinhas Receitas Relatos de Experiências Vividas Trava-Línguas
LITERÁRIA/ARTÍSTICA	Autobiografia Biografias Contos Contos de Fadas Contos de Fadas Contemporâneos Crônicas de Ficção Escultura Fábulas Fábulas Contemporâneas Haicai Histórias em Quadrinhos Lendas Literatura de Cordel	Letras de Músicas Narrativas de Aventura Narrativas de Enigma Narrativas de Ficção Científica Narrativas de Humor Narrativas de Terror Narrativas Fantásticas Narrativas Míticas Paródias Pinturas Poemas Romances Tankas Textos Dramáticos Memórias

CIENTÍFICA	Artigos Conferência Debate Palestra Pesquisas	Relato Histórico Relatório Resumo Verbetes
ESCOLAR	Ata Cartazes Debate Regrado Diálogo/Discussão Argumentativa Exposição Oral Júri Simulado Mapas Palestra Pesquisas	Relato Histórico Relatório Relatos de Experiências Científicas Resenha Resumo Seminário Texto Argumentativo Texto de Opinião Verbetes de Enciclopédias

IMPRENSA	Agenda Cultural Anúncio de Emprego Artigo de Opinião Caricatura Carta ao Leitor Carta do Leitor Cartum Charge Classificados Crônica Jornalística Editorial Entrevista (oral e escrita)	Fotos Horóscopo Infográfico Manchete Mapas Mesa Redonda Notícia Reportagens Resenha Crítica Sinopses de Filmes Tiras
PUBLICITÁRIA	Anúncio Caricatura Cartazes Comercial para TV	Músicas Paródia Placas Publicidade Comercial

	E-mail Folder Fotos Slogan	Publicidade Institucional Publicidade Oficial Texto Político
POLÍTICA	Abaixo-Assinado Assembleia Carta de Emprego Carta de Reclamação Carta de Solicitação Debate	Debate Regrado Discurso Político “de Palanque” Fórum Manifesto Mesa Redonda Panfleto
JURÍDICA	Boletim de Ocorrência Constituição Brasileira Contrato Declaração de Direitos Depoimentos Discurso de Acusação Discurso de Defesa	Estatutos Leis Ofício Procuração Regimentos Regulamentos Requerimentos
PRODUÇÃO E CONSUMO	Bulas Manual Técnico Placas Relato Histórico Relatório Relatos de Experiências Científicas	Resenha Resumo Seminário Texto Argumentativo Texto de Opinião Verbetes de Enciclopédias
MIDIÁTICA	Blog Chat Desenho Animado E-mail Entrevista Filmes Fotoblo	Reality Show Talk Show Telejornal Telenovelas Torpedos Vídeo Clip Vídeo Conferência

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A Educação de Jovens e adultos compreende uma concepção de currículo em que a escola é um espaço sócio-cultural que propicia a valorização dos diversos grupos, ou seja, considera os educandos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.

Esse currículo entendido, ainda, como um processo de construção coletiva do conhecimento articulado a cultura, em seu sentido antropológico, constitui-se num elemento principal de mediação entre educadores e educandos e deve ser organizado de tal forma que possibilita aos educandos transitarem pela estrutura curricular e, de forma dialógica entre educando e educador tornar os conhecimentos significativos as suas práticas diárias. Nesta ótica o conhecimento se constitui em núcleo estruturador do conteúdo de ensino.

Nesse enfoque, a organização do trabalho pedagógico na educação de jovens e adultos, prevendo a inclusão sujeitos, necessita ser pensada em razão dos critérios de uma seleção de conteúdos que lhes assegure o acesso aos conhecimentos historicamente construídos e o respeito às suas especificidades.

No entanto, cabe ressaltar que a organização metodológica das práticas pedagógicas, dessa modalidade deve considerar os três eixos articuladores propostos nas Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos: Trabalho, Cultura e Tempo, os quais devem se articular tendo em vista a apropriação do conhecimento que não deve se restringir à transmissão/assimilação de fatos, conceitos, ideias, princípios, informações etc., mas sim compreender a aquisição cognoscitiva e estar intrinsecamente ligados à abordagem dos conteúdos curriculares propostos para a Educação Básica.

Segundo as Diretrizes, a Língua Portuguesa tem como conteúdo estruturante o discurso enquanto prática social, sendo assim o professor deverá embasar as práticas de leitura, oralidade e escrita nos mais diversos gêneros textuais, verbais e não verbais. Esse trabalho utilizará atividades diversificadas, que priorizem o entendimento da função e estrutura do texto em questão, para só depois trabalhar os aspectos gramaticais que o compõem. O ensino de Língua portuguesa deverá promover o domínio discursivo da oralidade, da leitura e da escrita. Levando os estudantes a sua emancipação e a autonomia em relação ao pensamento e às práticas de linguagem imprescindíveis ao convívio social (DCE, 2009, p. 65).

No que diz respeito à prática de oralidade, o professor deverá expor os alunos a textos orais e/ou escritos com o intuito de levá-los a expressar com fluência em situações formais; adequar a linguagem conforme as circunstâncias (interlocutores, assunto, intenções) ; aproveitar os recursos expressivos da língua e, principalmente, praticar e aprender a convivência democrática que supõe o falar e o ouvir. O professor deverá também reconhecer as variantes linguísticas como legítimas visto que são expressões de grupos sociais historicamente marginalizados.

O trabalho com os gêneros orais devem seguir por diversos caminhos, como: apresentação de temas variados (histórias de família, da comunidade, um filme, um livro); depoimentos sobre situações significativas vivenciadas pelo aluno ou pessoas do seu convívio; dramatização; recados; explicação; contação de histórias; júris-simulados e outras possibilidades que possibilitem o desenvolvimento da argumentação. É preciso que o professor saiba os objetivos que pretende alcançar com o gênero oral escolhido e deixe claro para o aluno a finalidade dessa apresentação. As atividades orais devem levar o aluno a refletir tanto a partir da sua fala, quanto a fala do outro , sobre: o conteúdo temático do texto; os elementos composicionais; a unidade de sentido do texto oral; os argumentos utilizados; o papel do locutor e do interlocutor na prática da oralidade; observância da relação entre os participantes para adequar o discurso ao interlocutor e as marcas linguístico-enunciativas do gênero oral selecionado.

Com relação à escrita, é desejável que as atividades se realizem de modo interlocutivo. Isso implica o produtor do texto assumir-se como locutor, conforme propõe Geraldi (1997) e, ter o que dizer; razão para dizer; como dizer; interlocutores para quem dizer.

Inicialmente, é preciso que o professor e o aluno planejem o que será produzido; ampliar as leituras sobre o tema proposto; delimitar o tema da produção; definir o objetivo e a intenção com que escreverá; pensar sobre a situação em que o tento irá circular e organizar as ideias. Em seguida o professor deve propor que o aluno escreva a primeira versão sobre a proposta apresentada e depois reescreva o texto levando em conta a intenção que teve ao produzi-lo.

O professor deve ainda oportunizar a socialização da produção do texto do aluno através de estratégias, como: afixar os textos dos alunos no mural da escola; reunir diversos textos em uma coletânea ou publicá-los no jornal da escola; enviar cartas do leitor; enviar carta de solicitação dos alunos para a câmara de

vereadores da cidade; produção de panfletos a serem distribuídos na comunidade, entre outros.

No trabalho com a leitura, deve-se propiciar o desenvolvimento de uma atitude crítica que leve o aluno a perceber o sujeito presente nos textos e, ainda, tomar uma atitude responsiva diante deles.

Desse modo é preciso considera o texto que se quer trabalhar e, então, planejar as atividades. O professor deve dar atenção, também, aos textos não verbais ou aqueles em que predomina o não verbal, como: a charge, a pintura , a caricatura, as imagens, as telas de pintura, os símbolos, não excluindo ainda a leitura da esfera digital.

Na literatura os encaminhamentos devem levar os alunos à leitura crítica e compreensiva; ser receptivos a novos textos; questionar as leituras efetuadas; transformar os próprios horizontes de expectativas, bem como os do professor, da escola, da comunidade familiar e social.

O trabalho com a Literatura deverá potencializar uma prática diferenciada com o Conteúdo Estruturante da Língua Portuguesa (Discurso como prática social), sendo capaz de aprimorar o pensamento, trazendo sabor ao saber. (DCE, 2009 p. 77).

Para isso, é necessário entender o modo como o texto se compõe de discursos múltiplos, que dialogam entre si, formando uma relação de interdependência. Assim, toda fala possível pertence a um discurso, tendo uma ideologia que é indissociável dela. Fazer uso de um discurso é dialogar com toda a tradição historicamente construída em torno dele, herança que implica em reflexão para aceitação ou recusa de ideologias e valores. A concepção dialógica de Bakhtin explicita o modo pelo qual os sentidos se constroem. Ou seja, se o dialogismo é um princípio estruturante da linguagem, é ele também o responsável pela rede de sentidos que o texto entretece.

Nesse sentido, a linguagem se expande e se torna reconhecida por suas intenções, interlocuções, pelo contexto em que pode ser praticada, dentre outras especificidades. O esforço é para que não se perca o viés estético ao se abordar o literário, enquanto se propõe certo grau de liberdade na recepção de textos.

A análise linguística acontecerá por meio das práticas da oralidade, leitura e escrita e deverá ser feita depois de o professor selecionar o gênero que

pretende trabalhar, discutir sobre o conteúdo temático e o contexto de produção/circulação.

É importante ressaltar que os trabalhos com os aspectos gramaticais não serão abandonados, no entanto passarão a ser visto pela ótica da análise linguística, que não considera a gramática fora do texto.

Em seu trabalho com as práticas discursivas descritas acima o professor fará uso de livros didáticos e paradidáticos, dicionários, revistas, jornais, vídeos, revistas, internet, DVD, CD, TV multimídia, jogos, etc, que servirão para ampliar o contato e a interação com a língua e a cultura.

Considerando a flexibilidade dada pelo trabalho com os gêneros textuais, serão trabalhados ainda temas como História e Cultura Paranaense, História e Cultura dos Povos Indígenas, contempladas na Lei 11645/08; e História e Cultura Afro-brasileira e Africana, atendendo ao proposto na Lei 10.639/03. As Políticas Nacionais de Educação Ambiental, serão abordadas de acordo com a Lei 9795/99; entre outros temas, como Sexualidade, Cidadania e Direitos Humanos e Direitos das crianças e Adolescentes, de acordo com o ECA; Educação Fiscal e Tributária, Enfrentamento à Violência na escola, Prevenção ao uso Indevido de Drogas, Música, e outros que se julgue necessário e que possibilitem o estímulo do pensamento crítico do aluno.

AVALIAÇÃO

A avaliação é compreendida como uma prática que alimenta e orienta a intervenção pedagógica. É um dos principais componentes do ensino, pelo qual se estuda e interpreta os dados da aprendizagem. Tem a finalidade de acompanhar e aperfeiçoar o processo de aprendizagem dos educandos, diagnosticar os resultados atribuindo-lhes valor. A avaliação será realizada em função dos conteúdos expressos na proposta pedagógica.

Na avaliação da aprendizagem é fundamental a análise da capacidade de reflexão dos educandos frente às suas próprias experiências. E, portanto, deve ser entendida como processo contínuo, descritivo, compreensivo que oportuniza uma atitude crítico-reflexiva frente à realidade concreta.

A avaliação educacional compreende os seguintes princípios:

- investigativa ou diagnóstica: possibilita ao professor obter informações necessárias para propor atividades e gerar novos conhecimentos;
- contínua: permite a observação permanente do processo ensino-aprendizagem e possibilita ao educador repensar sua prática pedagógica;
- sistemática: acompanha o processo de aprendizagem do educando, utilizando instrumentos diversos para o registro do processo;
- abrangente: contempla a amplitude das ações pedagógicas no tempo-escola do educando;
- permanente: permite um avaliar constante na aquisição dos conteúdos pelo educando no decorrer do seu tempo-escola, bem como do trabalho pedagógico da escola.

Considerando que os saberes e a cultura do educando devem ser respeitados como ponto de partida real do processo pedagógico, a avaliação contemplará, necessariamente, as experiências acumuladas e as transformações

que marcaram o seu trajeto educativo, tanto anterior ao reingresso na educação formal, como durante o atual processo de escolarização.

A avaliação processual utilizará técnicas e instrumentos diversificados, tais como: provas escritas, trabalhos práticos, debates, seminários, experiências e pesquisas, participação em trabalhos coletivos e/ou individuais, atividades complementares propostas pelo professor, que possam elevar o grau de aprendizado dos educandos e avaliar os conteúdos desenvolvidos.

É vedada a avaliação em que os educandos sejam submetidos a uma única oportunidade de aferição. O resultado das atividades avaliativas, será analisado pelo educando e pelo professor, em conjunto, observando quais são os seus avanços e necessidades, e as consequentes demandas para aperfeiçoar a prática pedagógica.

Na disciplina de Língua Portuguesa será registrada 06 notas que corresponderão às provas individuais escritas e também a outros instrumentos avaliativos adotados, durante o processo de ensino.

O educando deverá atingir, pelo menos a nota 6,0 (seis vírgula zero) em cada registro da avaliação processual. Caso contrário, terá direito à recuperação de estudos. Para os demais, a recuperação será ofertada como acréscimo ao processo de apropriação dos conhecimentos.

A oferta da recuperação de estudos significa encarar o erro como hipótese de construção do conhecimento, de aceitá-lo como parte integrante da aprendizagem, possibilitando a reorientação dos estudos. Ela se dará concomitantemente ao processo ensino-aprendizagem, considerando a apropriação dos conhecimentos básicos, sendo direito de todos os educandos, independentemente do nível de apropriação dos mesmos.

REFERÊNCIAS

BRAIT, B. **“Bakhtin e a natureza constitutivamente dialógica da linguagem.”** In: BRAIT, B. (Org.) *Bakhtin, dialogismo e a construção do sentido*. 2ª ed., Campinas, SP: Editora Unicamp, 2005.

BRASIL/MEC, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília- DF, 2004.

BRASIL/MEC. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996.** Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

_____. **Diretrizes para uma política nacional de educação de jovens e adultos**. Cadernos de Educação Básica. Brasília, 1994.

Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Língua Portuguesa**. Curitiba, 2009.

Portal Dia-a-dia Educação:
htpp://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/atividadeseducativas.com.

PROJETO POLÍTICO PEDAGÓGICO (PPP), do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal; 2012.

REGIMENTO ESCOLAR, do Colégio Estadual José da Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal; 2012.

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENSINO FUNDAMENTAL, MÉDIO E NORMAL.

CURSO: EJA ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

PROFESSORES: Maria Lúcia Sanches Razaboni

Nair Krause Taucher

DISCIPLINA: LÍNGUA INGLESA
ANO LETIVO: 2012

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

No Brasil, o ensino de línguas estrangeiras está vinculado à organização social e histórica do país. No início da colonização, os jesuítas ensinavam latim às comunidades indígenas com o propósito de dominação e expansão do catolicismo. De 1581 a 1640, período em que se estabeleceu a União Ibérica, os jesuítas foram considerados pelos espanhóis um entrave para as demarcações territoriais, o que culminou com a expulsão da Ordem dos territórios portugueses na América. A partir de 1759, foi constituído o ensino régio no Brasil, o qual era garantido pelo Estado. A língua estrangeira oferecida continuava sendo o latim e os professores contratados eram não-religiosos.

O ensino de línguas modernas ganhou reconhecimento com a chegada da família real ao Brasil e abertura dos portos ao comércio. Os currículos passaram a oferecer o Inglês e Francês visando o intercâmbio comercial. Em 1837, foi fundado o Colégio Pedro II que se tornou modelo por quase um século, as línguas ensinadas ali eram o francês, o inglês e o alemão. De 1929 a 1931, a língua italiana também foi ofertada neste colégio.

A abordagem tradicional, que tinha como método ensinar através da escrita e da gramática, durou desde a educação jesuítica até o advento da Reforma Francisco Campos, a qual instituiu o Método Direto. Neste, a língua materna perdia a função de mediadora no processo de aprendizagem, o professor se comunicava exclusivamente em língua estrangeira durante as aulas.

No governo Vargas (1937), o francês apresentava pouca vantagem em relação ao inglês. O espanhol começou a ser ensinado em detrimento ao alemão, o italiano e o japonês por motivo da 2ª Guerra Mundial, e o latim permaneceu como língua clássica. A língua espanhola foi valorizada como língua estrangeira porque representava um modelo de patriotismo a ser seguido pelos estudantes e o respeito do povo espanhol às suas tradições.

Com o tempo, o ensino de língua inglesa foi fortalecido e se deu pela dependência econômica e cultural do Brasil em relação aos Estados Unidos. O inglês teve garantia curricular por ser o idioma mais utilizado no comércio internacional.

Após a Segunda Guerra, a partir de 1950, a educação no Brasil passou a direcionar o foco para a profissionalização do estudante, visando, sobretudo, o desenvolvimento econômico do país. Com a promulgação da LDB nº 4024, em 1961, os estados ficaram desobrigados a manter nos currículos o ensino de LE. Este, por sua vez, ficou ainda mais desprestigiado com a ascensão dos

militares ao comando do Brasil. Os militares alegavam que as línguas estrangeiras eram prejudiciais à cultura brasileira e ainda, que a escola não deveria ser porta de entrada de meios anticulturais. Em 1976, o ensino de LE voltou a ser prestigiado e obrigatório no 2° grau e recomendado no 1º grau. Porém, uma condição gerou insatisfação ao quadro de professores: o número de aulas ficou reduzido a uma aula semanal.

No Paraná houve movimentos de professores insatisfeitos com o modelo de currículo para LE e dessa insatisfação surgiu o Centro de Línguas Estrangeira no Colégio Estadual do Paraná. Com a mobilização de professores organizados em associações, a Secretaria de Estado da Educação oficializou a criação dos Centros de Línguas Estrangeiras Modernas (CELEMs) em 1986.

Baseada em dar suporte aos educandos sobre a cultura de outros povos e consequentemente sua língua, a Língua Estrangeira Moderna estrutura-se no princípio de que o desenvolvimento do educando deve incorrer as três práticas essenciais ao processo de ensino-aprendizagem de uma língua: leitura, escrita e oralidade. No entanto, é preciso que esse processo supere, segundo as Diretrizes, “a visão de ensino apenas como meio para atingir fins comunicativos que restringem sua aprendizagem como experiência de identificação social e cultural” (DCE, 2009, p. 53) e sim ofereça possibilidades para que o aluno perceba e compreenda a diversidade cultural e linguística presente na aprendizagem da língua e, consequentemente construa significados em relação ao mundo em que vive.

Dessa forma, o objetivo do ensino de língua estrangeira deixa de ser apenas o linguístico e passa a ser um caminho para que o aluno:

· use a língua em situações de comunicação oral e escrita;

· vivencie, na aula de Inglês, formas de participação que lhe possibilitem estabelecer relações entre ações individuais e coletivas;

· compreenda que os significados são sociais e historicamente construídos e, portanto, passíveis de transformação na prática social;

· tenha maior consciência sobre o papel da Língua Inglesa na sociedade;

· reconheça e compreenda a diversidade linguística e cultural, bem como seus benefícios para o desenvolvimento cultural do país.

Assim, a pedagogia crítica deve ser o referencial teórico que alicerça o trabalho pedagógico com a Língua Inglesa, com o objetivo de levar o educando à “apropriação crítica e histórica do conhecimento como instrumento de compreensão das relações sociais e para transformação da realidade.” (DCE, 2009, p. 52)

Sendo toda língua uma construção histórica e cultural não deve se limitar a uma visão sistêmica e estrutural do código linguístico. Segundo Bakhtin (1988), toda enunciação envolve a presença de pelo menos duas vozes, a voz do eu e a do outro.

Neste sentido é no espaço discursivo criado na relação entre o eu e o outro que damos forma ao que dizemos e ao que somos. Assim a Língua Estrangeira apresenta-se como espaço para ampliar o contato com outras formas de conhecer, interpretar e construir a realidade dos sujeitos.

No ensino de Língua Estrangeira, a língua, objeto de estudo dessa disciplina, contempla as relações com a cultura, o sujeito e a identidade e devem configurar um espaço de interação entre professores e alunos bem como representações e visões de mundo que revelam no dia a dia.

CONTEÚDOS
Ensino Fundamental

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Discurso como Prática Social

CONTEÚDOS BÁSICOS
GÊNEROS DISCURSIVOS Adivinhas; Álbum de Família; Anedotas; Bilhetes; Cantigas de Roda; Carta Pessoal; Cartão; Cartão Postal; Causos; Comunicado; Convites; Curriculum Vitae; Diário, Exposição Oral; Fotos; Músicas; Parlendas; Piadas; Provérbios; Quadrinhas; Receitas; Relatos de Experiências Vividas; Trava-Línguas; Autobiografia, Biografias; Contos; Fábulas Contemporâneas; Histórias em Quadrinhos; Lendas; Letras de Músicas;; Paródias; Pinturas; Poemas; Romances;; Debate Regrado; Diálogo; Discussão Argumentativa; Exposição Oral; Palestra; Pesquisas; Relato Histórico; Relatório; Texto Argumentativo; Texto de Opinião; Verbetes de Enciclopédia; Agenda Cultural; Anúncio de Emprego; Caricatura; Carta ao Leitor; Cartum; Charge; Classificados; Crônica Jornalística;; Notícia; Reportagens; Resenha Crítica; Sinopses de Filmes; Tiras; Caricatura; Cartazes; Comercial para TV; E-mail; Folder; Fotos; Slogan; Músicas; Paródia; Placas; Abaixo-Assinado; Assembleia; Carta de Emprego;; Carta de Solicitação; Debate; Abaixo-Assinado; Carta de Emprego; Bulas; Manual Técnico; Placas; Relatório; Texto de Opinião; Verbetes de Enciclopédias; Blog; Chat; Desenho Animado; E-mail; Entrevista; Filmes; Telejornal; Telenovelas; Torpedos; Vídeo Clip; LEITURA - Identificação do tema; - Intertextualidade; - Intencionalidade; - Vozes sociais presentes no texto; - Léxico; - Coesão e coerência; - Marcadores do discurso; - Funções das classes gramaticais no texto; - Elementos semânticos; - Discurso direto e indireto; - Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto; - Recursos estilísticos (figuras de linguagem); - Marcas lingüísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); - Variedade linguística; - Acentuação gráfica; - Ortografia.

ORALIDADE

- Elementos extralingüísticos: entonação, pausas, gestos, etc...;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Variações lingüísticas;
- Marcas lingüísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito;
- Adequação da fala ao contexto;
- Pronúncia.

ESCRITA

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Intencionalidade do texto;
- Intertextualidade;
- Condições de produção;
- Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto);
- Vozes sociais presentes no texto;
- Vozes verbais;
- Discurso direto e indireto;
- Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto;
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística;
- Ortografia;

CONTEÚDOS
Ensino Médio

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Discurso como Prática Social

CONTEÚDOS BÁSICOS
GÊNEROS DISCURSIVO Adivinhas; Álbum de Família; Anedotas; Bilhetes; Cantigas de Roda; Carta Pessoal; Cartão; Cartão Postal; Causos; Comunicado; Convites; Curriculum Vitae; Diário, Exposição Oral; Fotos; Músicas; Parlendas; Piadas; Provérbios; Quadrinhas; Receitas; Relatos de Experiências Vividas; Trava-Línguas; Autobiografia, Biografias; Contos; Fábulas Contemporâneas; Histórias em Quadrinhos; Lendas; Letras de Músicas;; Paródias; Pinturas; Poemas; Romances; Debate Regrado; Diálogo; Discussão Argumentativa; Exposição Oral; Palestra; Pesquisas; Relato Histórico; Relatório; Texto Argumentativo; Texto de Opinião; Verbetes de Enciclopédia; Agenda Cultural; Anúncio de Emprego; Caricatura; Carta ao Leitor; Cartum; Charge; Classificados; Crônica Jornalística; Notícia; Reportagens; Resenha Crítica; Sinopses de Filmes; Tiras; Caricatura; Cartazes; Comercial para TV; E-mail; Folder; Fotos; Slogan; Músicas; Paródia; Placas; Abaixo-Assinado; Assembleia; Carta de Emprego;; Carta de Solicitação; Debate; Abaixo-Assinado; Assembleia; Carta de Emprego; Carta de Reclamação; Carta de Solicitação; Debate; Boletim de Ocorrência; Constituição Brasileira; Contrato; Declaração de Direitos;;; Bulas; Manual Técnico; Placas;; Relatório; Texto de Opinião; Verbetes de Enciclopédias; Blog; Chat; Desenho Animado; E-mail; Entrevista; Filmes; Reality Show; Talk Show; Telejornal; Telenovelas; Torpedos; Vídeo Clip; LEITURA - Identificação do tema; - Intertextualidade; - Intencionalidade; - Vozes sociais presentes no texto; - Léxico; - Coesão e coerência; - Marcadores do discurso; - Funções das classes gramaticais no texto; - Elementos semânticos; - Discurso direto e indireto; - Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto; - Recursos estilísticos (figuras de linguagem); - Marcas lingüísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito); - Variedade linguística; - Acentuação gráfica; - Ortografia.

ORALIDADE

- Elementos extralinguísticos: entonação, pausas, gestos, etc...;
- Adequação do discurso ao gênero;
- Turnos de fala;
- Vozes sociais presentes no texto;
- Variações linguísticas;
- Marcas linguísticas: coesão, coerência, gírias, repetição;
- Diferenças e semelhanças entre o discurso oral e o escrito;
- Adequação da fala ao contexto;
- Pronúncia.

ESCRITA

- Tema do texto;
- Interlocutor;
- Finalidade do texto;
- Intencionalidade do texto;
- Intertextualidade;
- Condições de produção;
- Informatividade (informações necessárias para a coerência do texto);
- Vozes sociais presentes no texto;
- Vozes verbais;
- Discurso direto e indireto;
- Emprego do sentido denotativo e conotativo no texto;
- Léxico;
- Coesão e coerência;
- Funções das classes gramaticais no texto;
- Elementos semânticos;
- Recursos estilísticos (figuras de linguagem);
- Marcas linguísticas: particularidades da língua, pontuação; recursos gráficos (como aspas, travessão, negrito);
- Variedade linguística;
- Ortografia;

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A Educação de Jovens e adultos compreende uma concepção de currículo em que a escola é um espaço sócio-cultural que propicia a valorização dos diversos grupos, ou seja, considera os educandos como sujeitos de conhecimento e aprendizagem.

Esse currículo entendido, ainda, como um processo de construção coletiva do conhecimento articulado a cultura, em seu sentido antropológico, constitui-se num elemento principal de mediação entre educadores e educandos e deve ser organizado de tal forma que possibilita aos educandos transitarem pela estrutura curricular e, de forma dialógica entre educando e educador tornar os conhecimentos significativos as suas práticas diárias. Nesta ótica o conhecimento se constitui em núcleo estruturador do conteúdo de ensino.

Nesse enfoque, a organização do trabalho pedagógico na educação de jovens e adultos, prevendo a inclusão sujeitos, necessita ser pensada em razão dos critérios de uma seleção de conteúdos que lhes assegure o acesso aos conhecimentos historicamente construídos e o respeito às suas especificidades.

No entanto, cabe ressaltar que a organização metodológica das práticas pedagógicas, dessa modalidade deve considerar os três eixos articuladores propostos nas Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos: Trabalho, Cultura e Tempo, os quais devem se articular tendo em vista a apropriação do conhecimento que não deve se restringir à transmissão/assimilação de fatos, conceitos, ideias, princípios, informações etc., mas sim compreender a aquisição cognoscitiva e estar intrinsecamente ligados à abordagem dos conteúdos curriculares propostos para a Educação Básica.

Segundo as Diretrizes, a Língua Inglesa tem como conteúdo estruturante o discurso enquanto prática social, sendo assim o professor deverá embasar as práticas de leitura, oralidade e escrita nos mais diversos gêneros textuais, verbais e não-verbais. Esse trabalho utilizará atividades diversificadas, que priorizem o entendimento da função e estrutura do texto em questão, para só depois trabalhar os aspectos gramaticais que o compõem. Assim, o ensino deixará “de priorizar a gramática para trabalhar com o texto, sem, no entanto, abandoná-la.” (DCE, 2009, p. 63)

É importante que o Ensino de L.E.M, apoe-se no Letramento Crítico e no Interacionismo Sociodiscursivo por ser a abordagem que melhor contribue para

que sejam atingidos seus objetivos, especialmente ao que se refere ao desenvolvimento da consciência crítica dos propósitos sociais e dos interesses a que servem, uma vez que a língua se constitue um poderoso instrumento como prática social.

O Letramento Crítico envolve a análise e a crítica das relações entre textos, língua, poder, grupos sociais e práticas sociais. Refere-se às formas de olhar os diferentes tipos de textos e possibilita confrontar discursos e perceber como estes discursos posicionam os sujeitos em relações de poder intra e interdiscursivas.

No que diz respeito à prática de oralidade, os alunos serão expostos a textos orais e/ou escritos com o intuito de levá-los a expressar ideias em Língua Inglesa, mesmo que com limitações, e ainda possibilitar que exercitem sons e pronúncias desta língua. Com esse intuito, poderão ser direcionados debates orais, seminários, dramatizações, júri simulado, declamações, entrevistas, etc.

Com relação à escrita, deverão ser apresentadas atividades de produção de texto que assumam papel significativo para o aluno. Para que isso ocorra, o aluno deverá ser informado sobre qual o objetivo da produção, para quem se escreve, quais as situações reais de uso do gênero textual em questão, ou seja, qualquer produção deve ter sempre um objetivo claro, pré-determinado.

No trabalho com a leitura, as atividades desenvolvidas devem possibilitar ao aluno um novo modo de ver a realidade, a leitura deverá ir além daquela compreensiva, linear, para trazer-lhe um “novo modo de ver a realidade” (DCE, 2009, p. 66).

É importante ressaltar que os trabalhos com os aspectos gramaticais não serão abandonados, no entanto passarão a ser visto pela ótica da analise linguística, que não considera a gramática fora do texto.

Para desenvolver o trabalho com as práticas discursivas descritas acima o serão utilizados de livros didáticos e paradidáticos, dicionários, revistas, jornais, vídeos, revistas, internet, DVD, CD, TV multimídia, jogos, etc, que servirão para ampliar o contato e a interação com a língua e a cultura.

Considerando a flexibilidade dada pelo trabalho com os gêneros textuais, serão trabalhados ainda temas como História e Cultura dos Povos Indígenas (Lei 11.645/08), História e Cultura Afro-brasileira e Africana (10.639/03), Política Nacional de Educação Ambiental (Lei 9795/99), Sexualidade, Cidadania e Direitos Humanos, Educação Fiscal, Enfrentamento à Violência na escola, Prevenção ao uso Indevido de Drogas, entre outros que possibilitem o estímulo do pensamento crítico do aluno.

AVALIAÇÃO

Segundo Luckesi (1995, apud DCE, 2009, p. 69), para que a avaliação assuma “o seu verdadeiro papel, ela deve subsidiar a construção da aprendizagem bem-sucedida”, deixando de ser um simples instrumento de mediação da apreensão de conteúdos. Assim, o processo avaliativo deverá servir para reflexão acerca dos avanços e dificuldades dos alunos e ainda, servirá como norteadora do trabalho do professor, que poderá, a partir dele, “identificar as dificuldades, planejar e propor outros encaminhamentos que busquem superá-las.” (DCE, 2009, p. 71)

Para que isso se efetive, será observada a participação do aluno, sua interação verbal, o uso que este faz da língua durante as atividades propostas, bem como a capacidade que ele demonstra para levantar hipóteses a respeito da organização textual, para perceber a intencionalidade do texto e seu autor, etc. Sendo assim, a avaliação será diagnóstica, somatória e cumulativa.

Segundo Ramos (2001, apud DCE,2009, p. 70), “é um desafio construir uma avaliação com critérios de entendimento reflexivo, conectado, compartilhado e autonomizador no processo ensino/aprendizagem, que nos permita formar cidadãos conscientes, críticos, solidários e autônomos.”

Assim, para que seja encarado esse desafio, busca-se em Língua Estrangeira Moderna, superar a concepção de avaliação como mero instrumento de mediação da apreensão de conteúdos. Espera-se que subsidie discussões acerca das dificuldades e avanços dos alunos, a partir de suas produções.

Na Educação Básica, a avaliação de determinada produção em Língua Estrangeira considera o erro como efeito da própria prática, ou seja , como resultado do processo de aquisição de uma nova língua. A avaliação deve estar articulada com os objetivos e conteúdos definidos a partir das concepções e encaminhamentos metodológicos das Diretrizes de Língua Estrangeira Moderna.

A avaliação deve ser concebida como instrumento para ajudar o processo e não apenas o produto educacional, assim deve ser contínua, não se preocupando apenas em contar acertos e erros. A avaliação deve ser adequada e norteada por uma visão de totalidade sobre dados relevantes, na perspectiva de encaminhar a ação e não estagná-la pela classificação.

Nessa concepção, as formas e instrumentos de avaliação serão diferenciados e elaborados de modo a auxiliar as decisões do processo ensino-aprendizagem e a construir no aluno a capacidade de autonomia, de reflexão e pensamento. Para tanto serão utilizados instrumentos de avaliação tais como: avaliação objetiva, subjetiva e/ou oral mensal e bimestral; trabalhos de pesquisa em grupo ou individual; trabalhos de criação; exercícios individuais; relatórios; síntese; debate; informações e palestras.

O aluno será avaliado continuamente, através das formas e instrumentos utilizados, sendo que ao final de cada bimestre realizará a avaliação somativa do mesmo. Ao avaliar o progresso de seus alunos na aprendizagem, o professor estará obtendo informações valiosas sobre seu próprio trabalho.

Em termos gerais, a avaliação será um processo de coleta e análise de dados, tendo em vista, verificar se os objetivos propostos foram atingidos, sempre respeitando as características individuais e o ambiente em que o educando vive. A avaliação deverá ser integral, considerando o aluno como um ser total e integrado. Caso o aluno não atinja as metas propostas, caberá ao professor organizar novas situações de aprendizagem para dar a todos condições de êxito nesse processo.

A recuperação de estudos será paralela e concomitante contemplando o que preceitua o Projeto Político Pedagógico e o Regimento escolar.

Será efetivamente realizada de forma contínua e o seu acompanhamento será voltado para a análise dos aspectos quantitativos e qualitativos do desempenho dos alunos, tendo em vista a melhoria e o desenvolvimento dos mesmos. O professor deverá ainda abrir mão de outros instrumentos, prevendo possíveis adaptações, se necessário, a fim de buscar um melhor atendimento às necessidades educacionais especiais dos alunos.

Na avaliação da aprendizagem é fundamental a análise da capacidade de reflexão dos educandos frente às suas próprias experiências. E, portanto, deve ser entendida como processo contínuo, descritivo, compreensivo que oportuniza uma atitude crítico-reflexiva frente à realidade concreta devendo compreender os seguintes princípios:

- investigativa ou diagnóstica: possibilita ao professor obter informações necessárias para propor atividades e gerar novos conhecimentos;
- contínua: permite a observação permanente do processo ensino-aprendizagem e possibilita ao educador repensar sua prática pedagógica;
- sistemática: acompanha o processo de aprendizagem do educando, utilizando instrumentos diversos para o registro do processo;
- abrangente: contempla a amplitude das ações pedagógicas no tempo-escola do educando;
- permanente: permite um avaliar constante na aquisição dos conteúdos pelo educando no decorrer do seu tempo-escola, bem como do trabalho pedagógico da escola.

Considerando que os saberes e a cultura do educando devem ser respeitados como ponto de partida real do processo pedagógico, a avaliação contemplará, necessariamente, as experiências acumuladas e as transformações que marcaram o seu trajeto educativo, tanto anterior ao reingresso na educação formal, como durante o atual processo de escolarização.

A avaliação processual utilizará técnicas e instrumentos diversificados, tais como: provas escritas, trabalhos práticos, debates, seminários, experiências e pesquisas, participação em trabalhos coletivos e/ou individuais, atividades complementares propostas pelo professor, que possam elevar o grau de aprendizado dos educandos e avaliar os conteúdos desenvolvidos.

É vedada a avaliação em que os educandos sejam submetidos a uma única oportunidade de aferição. O resultado das atividades avaliativas, será analisado pelo educando e pelo professor, em conjunto, observando quais são os seus avanços e necessidades, e as consequentes demandas para aperfeiçoar a prática pedagógica.

Na disciplina de Língua Inglesa será registrada 04 notas que corresponderão às provas individuais escritas e também a outros instrumentos avaliativos adotados, durante o processo de ensino.

O educando deverá atingir, pelo menos a nota 6,0 (seis vírgula zero) em cada registro da avaliação processual. Caso contrário, terá direito à recuperação de estudos. Para os demais, a recuperação será ofertada como acréscimo ao processo de apropriação dos conhecimentos.

A oferta da recuperação de estudos significa encarar o erro como hipótese de construção do conhecimento, de aceitá-lo como parte integrante da aprendizagem, possibilitando a reorientação dos estudos. Ela se dará concomitantemente ao processo ensino-aprendizagem, considerando a apropriação dos conhecimentos básicos, sendo direito de todos os educandos, independentemente do nível de apropriação dos mesmos.

CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO/RECUPERAÇÃO

LEITURA

Realizar leitura compreensiva do texto, considerando a construção de significados possíveis e a sua condição de produção, perceber informações explícitas e implícitas no texto, argumentar a respeito do que leu, ampliar, no indivíduo o seu horizonte de expectativas, estabelecer relações dialógicas entre os diferentes textos, conhecer e utilizar a língua estudada como instrumento de acesso a informações de outras culturas e de outros grupos sociais.

ORALIDADE

Reconhecer as variantes lexicais e utilizar seu discurso de acordo com a situação de produção (formal, informal). Apresentar clareza nas ideias e desenvolver a oralidade através de sua prática.

ESCRITA

Produzir e demonstrar na produção textual, a construção de significados. Produzir textos atendendo as circunstâncias da produção proposta, diferenciando a linguagem formal da informal. Estabelecer relações entre partes do texto, identificando repetições ou substituições.

As práticas avaliativas da leitura, oralidade, escrita e análise linguística estarão voltadas às necessidades dos educandos, considerando seu perfil e a função social da EJA, isto é, o seu papel na formação da cidadania e na construção da autonomia.

REFERÊNCIAS

BRASIL/MEC, **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana**. Brasília- DF, 2004.

Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. In:BRASIL/MEC. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Brasília: MEC, 1996.

Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares da Educação Básica: Língua Estrangeira Moderna**. Curitiba, 2009.

Portal Dia-a-dia Educação. Disponível em:htpp://www.diaadiaeducacao.pr.gov.br/atividadeseducativas.com.br.

Projeto Político-Pedagógico da Escola Estadual José de Anchieta - EM, 2010.

Regimento Escolar da Escola Estadual José de Anchieta - EM, 2007.

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENSINO MÉDIO E NORMAL
NÚCLEO REGIONAL DE APUCARANA

DISCIPLINA : HISTÓRIA

Professoras: Marina de Palma Pereira da Silva
Simone da Silva
Renata Navarro de Sá
Rosimeire Vargas Prudêncio

APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

O Ensino de História é o estudo das ações humanas no passado e no presente, ou como defende o historiador Marc Bloch, a “ciência dos homens no tempo”. Com esse estudo, é possível conhecermos como diferentes sociedades organizavam suas vidas, se relacionavam com a natureza ou explicavam a origem do mundo, as doenças, o sofrimento e a morte.

Conhecer o passado nos permite compreender melhor a realidade em que vivemos, descobrir limites, as potencialidades e as consequências dos atos humanos e, a luz de uma análise criteriosa das tendências, apontar o caminho para onde estamos indo. A velocidade da vida moderna faz com que tudo envelheça muito rapidamente e pareça sem valor para as novas gerações. A incompreensão do presente nasce da ignorância do passado. De nada adianta conhecermos o passado se nada sabemos do presente. O historiador, em seu trabalho de investigação, deve utilizar o método do duplo movimento: conhecer o passado através do presente e conhecer o presente através do passado. Os professores de História provoca os seus educandos a fazer o papel de historiador para pesquisar a sua sociedade e compreender o processo histórico que reflete em sua vida.

A História deve se relacionar entre a cultura e as estruturas sociais, perpassando pelo econômico, concebendo História enquanto experiência de homens e mulheres e sua relação dialética com a produção material, valorizando a possibilidade de luta e transformação social.

São duas as perspectivas que servem de embasamento para o Ensino de História, uma voltada para os interesses do Estado ou do poder institucional e outra

que privilegia a contradição entre o que traz os livros didáticos e a disciplina ensinada na escola.

O Ensino da História percorreu um caminho dentro da história social e política do Brasil. De acordo com as DCEs (2008, p. 38) a História passou a existir como disciplina escolar com a criação do Colégio Pedro II, em 1837. No mesmo ano, foi criado o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB), que instituiu a História como disciplina acadêmica.

O objeto de estudo da História, segundo as DCEs (2008, p. 46) “são os processos históricos relativos às ações e às relações humanas praticadas no tempo, bem como a respectiva significação atribuída pelos sujeitos, tendo ou não consciência dessas ações”.

Importante destacar que as relações humanas produzidas por tais ações podem ser definidas como estruturas sócio-históricas, ou seja, são formas de agir, pensar, sentir, representar, imaginar, instituir e de se relacionar social, cultural e politicamente.

Vale ressaltar que a partir das novas mudanças no Ensino da História propostas nas Diretrizes Curriculares os conteúdos Estruturantes propostos são imprescindíveis para apropriação dos conhecimentos históricos pois são entendidos como fundamentais na organização curricular. Por fim o que se propõe para o educando é um aprendizado significativo que possibilita uma abordagem do Ensino de História não como uma verdade pronta e acabada mas como uma constante análise e reconstrução em torno das ações e relações humanas.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS DA DISCIPLINA

Entende-se por conteúdos estruturantes os conhecimentos de grande amplitude, conceitos, teorias ou práticas, que identificam e organizam os campos de estudos de uma disciplina escolar, considerados fundamentais para a compreensão de seu objeto de estudo/ensino. Esses conteúdos são selecionados a partir de uma análise histórica da ciência de referência (quando for o caso) e da disciplina escolar, sendo trazidos para a escola para serem socializados, apropriados pelos alunos, por meio das metodologias críticas de ensino-aprendizagem. São eles que identificam e organizam uma disciplina escolar. A partir deles, advêm os conteúdos específicos, a serem trabalhados no cotidiano escolar.

Por serem históricos, os conteúdos estruturantes são frutos de uma construção que tem sentido social como conhecimento, ou seja, existe uma porção de conhecimento que é produto da cultura e que deve ser disponibilizado como conteúdo, ao estudante, para que seja apropriado, dominado e usado. Esse é o conhecimento instituído. Além desse saber instituído, pronto, entretanto, deve existir, no processo de ensino/aprendizagem, uma preocupação com o devir do conhecimento, ou seja, existem fenômenos e relações que a inteligência humana ainda não explorou na natureza. Portanto, de posse de alguns conhecimentos herdados culturalmente, o sujeito deve entender que isso não é todo o conhecimento possível que a inteligência tem e é capaz de ter do mundo, e que existe uma consciência, uma necessidade intrínseca e natural de continuar explorando o “não saber” (CHAUÍ, 1997), a natureza (VASQUEZ, 1997).

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES

“Analisam as diferentes conjunturas históricas a partir da relação política, econômico-social e cultural”.

- RELAÇÃO DE TRABALHO – analisa o trabalho humano aliado ao uso de equipamentos, maquinários e propriedades, denominados meios de produção, superando a explicação do passado por meio de relações de causas e consequências simplistas. Considera as experiências sociais do sujeito, seja a partir dos conflitos de classes, seja dos conflitos interclasses.

- RELAÇÃO DE PODER – analisa as relações para além do sentido tradicional baseado em heróis e no Estado Nação, considerando as representações sociais ou coletivas, os imaginários sociais, a memória ou memórias coletivas, as mentalidades, a participação popular em relação ao poder decisório.

- RELAÇÃO CULTURAL – contempla a cultura comum em sua dimensão múltipla e complexa, ampliando possibilidades de explicação do passado, com o uso de conceitos: prática, representação, apropriação, experiência cultural.

Segue abaixo os conteúdos básicos propostos pelas Diretrizes Curriculares para o Ensino Médio:

CONTEÚDOS BÁSICOS ENSINO MÉDIO

A experiência humana no tempo.

Os sujeitos e suas relações com o outro no tempo.

As culturas locais e a cultura comum

TEMAS HISTÓRICOS – TRABALHO ESCRAVO, SERVIL, ASSALARIADO E TRABALHO LIVRE

- Conceito de trabalho – livre e explorado
- O mundo do trabalho em diferentes sociedades no tempo: trabalho explorado escravo e servil (teocráticos, greco-romanas, medievais e africanas)
- Transição do trabalho escravo, servil e artesanal para o trabalho assalariado.
- O trabalho livre; as sociedades de consumo produtivo: as primeiras sociedades humanas, as sociedades nômades e semi-nômades, as etnias indígenas e africanas.
- As experiências do trabalho livre em sociedades revolucionárias: A Comuna de Paris, os sovietes russos, associações húngaras, os círculos bolivarianos.

A URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO

- As cidades na História; as cidades neolíticas da antiguidade greco-romana, da Europa Medieval, pré-colombianas, africanas e asiáticas.
- Urbanização e industrialização no Brasil – Urbanização e industrialização nas sociedades ocidentais, africanas e orientais.
- Urbanização e industrialização no Paraná no contexto da expansão do capitalismo.
- A arquitetura das cidades brasileiras em diferentes épocas e espaços.

O ESTADO E AS RELAÇÕES DE PODER - RELIGIOSIDADE

- Os Estados teocráticos
- Os Estados na Antiguidades Clássica

- O Estado e a Igreja Medieval
- Reforma e contra-reforma seus desdobramentos culturais
- A formação do Estados Nacionais
- As metrópoles européias, as relações de poder sobre as colônias e a expansão do capitalismo.
- O Paraná no contexto da sua emancipação
- O Estado e as doutrinas sociais (anarquismo, socialismo, positivismo)
- O nacionalismo nos Estados Ocidentais.
- O populismo e as ditaduras na América Latina.
- Os sistemas capitalista e socialistas
- Os Estados da América Latina e o neoliberalismo.

OS SUJEITOS, AS REVOLTAS E AS GUERRAS

- Relações de dominação e resistência nas sociedades da antiguidade grega e romana: mulheres, crianças, estrangeiros e escravos.
- Guerras e revoltas na Antiguidade clássica: Grécia e Roma.
- Relações de dominação e resistência na sociedade medieval: camponeses, artesãos, mulheres, hereges e doentes.
- Relações de resistência na sociedade ocidental moderna.
- As revoltas indígenas, africanas na América portuguesa.
- Os quilombos e comunidades quilombolas no território brasileiro.
- As revoltas sociais na América portuguesa.

OS SUJEITOS, AS REVOLTAS E AS GUERRAS

oo) As culturas indígenas americanas.
pp) Organização político-administrativa nas Américas: portuguesa, espanhola e inglesa.
qq) Iluminismo
rr) As revoluções inglesas, industrial e francesa
ss) A independência das Américas inglesa, espanhola e portuguesa.
tt) A unificação: Itália e Alemanha
uu) O imperialismo na Ásia e África

vv) O movimento operário e o advento do socialismo

ww) As revoltas no Brasil imperial

xx) A América Latina do século XIX.

MOVIMENTOS SOCIAIS, POLÍTICOS, CULTURAIS E AS GUERRAS E REVOLUÇÕES

- As revoluções democráticas - liberais no Ocidente: Inglaterra, França e EUA.
- Movimentos sociais no mundo do trabalho nos séculos XVIII e XIX: surgimento do sindicalismo.
- As revoltas federalistas no Brasil republicano.
- As guerras mundiais no século XX e a Guerra Fria
- As revoluções socialistas na Ásia, África e América Latina
- Os movimentos de resistência no contexto das ditaduras da América Latina
- A crise de 1929 e seus reflexos na economia mundial
- Governos populistas no Brasil
- O regime autoritário no Brasil
- Cultura e ideologia no Governo Vargas
- Os Estados africanos e as guerras étnicas
- A luta pela terra e a organização de movimentos pela conquista do direito a terra na América Latina.
- A mulher e suas conquistas de direitos nas sociedades contemporâneas

Brasil; da redemocratização aos dias atuais

CULTURA E RELIGIOSIDADE

- A formação das religiosidades dos povos africanos, americanos, asiáticos e europeus neolíticos, xamanismo, totens, animismo.
- Os mitos e a arte greco-romanos e a formação das grandes religiões: Hinduísmo, budismo, confucionismo, judaísmo, cristianismo, islamismo.
- Representação dos movimentos sociais, políticos e culturais por meio da arte brasileira.

s) As etnias indígenas e africanas e suas manifestações artísticas, culturais e religiosas.

t) As manifestações populares: congadas, cavalhadas, fandango, folia de reis, boi de mamão, romaria de São Gonçalo.
u) Conflitos internacionais
v) A globalização e o futuro da economia mundial.

METODOLOGIA DA DISCIPLINA

A finalidade do trabalho pedagógico com os conteúdos estruturantes é a formação do pensamento histórico dos estudantes e para isso professor e alunos utilizam, em sala de aula e nas pesquisas escolares, os métodos de investigação histórica articulados pelas narrativas históricas desses sujeitos.

Para que o trabalho se concretize os alunos utilizam diversas fontes, como livros, cinema, canções, palestras, relatos de memória etc.

O cumprimento da Lei n. 13.381/01, que torna obrigatório, no Ensino Fundamental e Médio da Rede pública Estadual, os conteúdos de História do Paraná para que o aluno possa conhecer diversas abordagens e atividades, promovendo a incorporação dos elementos formadores da cidadania paranaense, partindo do estudo de comunidades, municípios e microrregiões do estado.

O cumprimento da Lei n. 10.639/03, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade da História e Cultura Afro-Brasileira, abordará diversos aspectos históricos que caracterizam a formação da população brasileira a partir desse grupo étnico, resgatando as suas contribuições na área social, econômica e política, seguidas das Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das relações étnico-raciais e para o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana.

O cumprimento da Lei n. 11.645/08, que inclui no currículo oficial a obrigatoriedade do ensino da história e cultura dos povos indígenas do Brasil que é de suma importância, para a formação da sociedade nacional, e a importância e historia de comunidades indígenas existentes no país.

O cumprimento da Lei 9.795/99 que inclui no currículo escolar a questão do Meio Ambiente no Ensino Fundamental e Médio da Rede Estadual, será trabalhado assim que os conteúdos propostos derem abertura para a questão ambiental.

Dentro do ensino de História, as temáticas referentes ao Desenvolvimento sócio-educacional como cidadania, direitos humanos, violência , prevenção de drogas e diversidade serão levantados para análise e questionamentos destas questões sociais.

A diversidade étnica e racial, tem sido, como as identidades políticas , culturais e sociais, comumente relacionadas ao termo multiculturalismo, pela proximidade, que mantêm com a idéia de pluralidade que acompanha a história humana, as diferenças culturais nos faz analisar a nossa sociedade e mediar aos

educandos e demonstrar que o Brasil é um país multicultural e formado por várias etnias assim se faz necessário um repensar historicamente contextualizando vários conceitos culturais no espaço escolar.

No Brasil, os povos indígenas têm reconhecidos suas formas próprias de organização social, seus valores simbólicos, tradições, conhecimentos e processos de constituição de saberes e transmissão cultural para as gerações futuras. A extensão desses direitos no campo educacional gerou a possibilidade de os povos indígenas se apropriarem da instituição escola, atribuindo-lhe identidade e função peculiares.

A escola, é um espaço histórico de imposição de valores e assimilação para incorporação à economia de mercado e, nesse processo, devoradora de identidades, passa a ser reivindicada pelas comunidades indígenas como espaço de construção de relações intersociais baseadas na interculturalidade e na autonomia política.

A educação deve ser também um espaço de cidadania e de respeito aos direitos humanos, o que tem levado o currículo a discutir o tema da inclusão de grupos minoritários. Entre estes grupos estão os grupos de gênero representados por feministas, gays e lésbicas. Sendo necessário levar esta temática para sala de aula como uma forma de orientar a sociedade em relação as questões sociais atuais.

Boa parte da economia do Brasil depende do desenvolvimento do campo. São os agricultores que plantam, colhem e cuidam de matérias-primas que nos servirão de alimento, base para as roupas e muitos outros itens que utilizamos em nosso dia a dia. Para tanto, esses trabalhadores, em sua maioria, além de trabalhar moram nas zonas rurais das cidades, constituindo as sociedades rurais.

Para que uma sociedade viva bem, muito além de bens monetários, casa e comida, é necessário educação. Até os anos 90 do século XX,não existia uma política educacional voltada aos rurais. Foi em 1980 que se intensificaram os movimentos sociais que reivindicavam, além de terra e trabalho, educação no campo. Hoje, temos as Diretrizes Operacionais para a Educação Básica nas Escolas de Campo, que garantem o direito dos trabalhadores rurais e seus filhos a terem educação de qualidade.

Tendo escola e educação no próprio campo, os trabalhadores rurais são estimulados a continuarem o seu trabalho com a terra, fortalecendo a economia

agrícola de sua região e de todo o país. Eles então, não precisam enfrentar longos e difíceis caminhos para que a educação chegue até eles. Incentivar os trabalhadores rurais permanecerem no campo é uma forma de valorizar a educação do campo e a economia brasileira.

AVALIAÇÃO

Conforme Regimento e Projeto Político Pedagógico do nosso colégio, avaliar é analisar a prática pedagógica de todos os envolvidos, com o objetivo de corrigir rumos e repensar situações para que a aprendizagem ocorra como é ressaltado na artigo 24 da LDB lei nº 9394/96.

Ao avaliar a aprendizagem dos alunos está se avaliando a prática dos professores, a gestão e o currículo escolar, bem como o próprio sistema de ensino como um todo.

O professor tem o compromisso de utilizar várias formas avaliativas, tais como expressas por Luckesi (2002) nas DCEs (2008, p.79):

- Avaliação diagnóstica – permite ao professor identificar o desenvolvimento da aprendizagem dos alunos para pensar em atividades didáticas que possibilitem a compreensão dos conteúdos a serem trabalhados.
- Avaliação formativa – ocorre Dante o processo pedagógico e tem por finalidade retomar os objetivos de ensino propostos para, a partir dos mesmos, identificar a aprendizagem alcançada desde o início até ao momento avaliado.
- Avaliação somativa – permite ao professor tomar uma amostragem de objetivos propostos no início do trabalho e identificar se eles estão em consonância com o perfil dos alunos e com os encaminhamentos metodológicos utilizados para a compreensão dos conteúdos.

As DCEs (2008, p 31) trazem que “a avaliação visa contribuir para a compreensão das dificuldades de aprendizagem dos alunos, com vistas às mudanças necessária para que essa aprendizagem se concretize e a escola se faça mais próxima da comunidade, da sociedade como um todo, no atual contexto histórico e no espaço onde os alunos estão inseridos”.

Outra consideração importante a se fazer é sobre a avaliação dos textos e imagens (recursos amplamente utilizados no ensino de História) que devem ser avaliados em sua identificação, leitura, explicação e interpretação. O aluno deve ter o conhecimento suficiente para ser capaz de ser avaliado sob tais critérios.

O Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Médio e Normal adota a seguinte forma equitativa para avaliar, sendo de ensino Trimestral e será composto pela somatória da nota 5,0 (cinco vírgula zero) referente a atividades diversificadas

(trabalhos de pesquisa em grupo ou individual, relatório, debate, etc.) mais a nota 5,0 (cinco vírgula zero) resultante de uma avaliação escrita, totalizando nota final de 10,0 (dez vírgula zero).

A Nota do Trimestre será resultante da somativa dos valores atribuídos em cada instrumento de avaliação, sendo valores cumulativos em várias aferições, na seqüência e ordenação de conteúdos e será definida após os estudos de recuperação a que o aluno for submetido.

A **Recuperação** terá valor **10,0** (dez vírgula zero), com caráter substitutivo, ou seja, será proporcionada ao aluno revisão dos conteúdos com uma nova avaliação, onde prevalecerá a nota maior para aferição da média final, sendo a recuperação de estudos direito de todos os alunos, conforme consta no PPP do Colégio.

A avaliação deverá ser um fenômeno compartilhado, contínuo e diversificado, propiciando a análise crítica das práticas que poderão ser retomadas e reorganizadas pelo professor e alunos, adequando ao meio e as necessidades. Dessa forma, o professor poderá lançar mão das avaliações diagnóstica, formativa e somativa.

Ainda deve ser ressaltado, que no ensino de História deverá buscar na coerência entre a concepção de história e as práticas avaliativas que integram o processo de ensino aprendizagem, assim a avaliação deve estar a serviço da aprendizagem de todos os alunos. Dessa forma o aprendizado e a avaliação poderá ser compreendido como fenômeno , permitindo uma análise crítica das práticas que podem ser constantemente retomadas e reorganizadas pelos professores e alunos, de modo que identifiquem lacunas no processo pedagógico. Esta ação permitirá ao professor planejar e propor outros encaminhamentos para a superação das dificuldades constatadas.

Será realizada através de diversas atividades como: produção de textos, leitura e compreensão de texto, documentos históricos, poesias, fotos, gráficos, imagens, músicas, mapas, elaboração de painéis e história em quadrinhos, confecção de maquetes, entrevistas, debates, oficinas, atividades de fixação, avaliação escrita, representação teatral, entre outras.

Uma boa prática avaliativa no ensino de História deve colocar o aluno frente as diferentes atividades formuladas com a intencionalidade de proporcionar a exploração de vários aspectos cognitivos.

As atividades de recuperação serão sempre contínuas, com retomada dos assuntos tratados e esclarecimento de dúvidas, de forma que a produção construída possa ser elaboradas com vista a alcançar as competências e as habilidades da disciplina.

CONTEÚDOS BÁSICOS – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

ENSINO FUNDAMENTAL

A EXPERIÊNCIA HUMANA NO TEMPO

- Tempo e memória
- As periodizações e as diversas temporalidades
- Fontes e documentos históricos
- Narrativas históricas no tempo: oral e escrita

OS SUJEITOS E SUA RELAÇÃO COM O OUTRO NO TEMPO

- O surgimento da humanidade na África
- Cultura indígena, africana e dos imigrantes europeus e asiáticos
- Crianças, jovens e idosos no Brasil e no mundo
- Sociedade s: comunitária, matriarcal, patriarcal

CULTURA LOCAL E CULTURA COMUM

VIII. Mitos, lendas e cultura popular
IX. Festas e religiosidade
X. A constituição do pensamento científico: Antiguidade clássica e transição da Idade Média para Moderna
XI. Remanescentes dos Quilombos

HISTÓRIA DAS RELAÇÕES DA HUMANIDADE COM O TRABALHO

O TRABALHO E A VIDA EM SOCIEDADE

ff) Trabalho nas sociedades: indígenas, patriarcal, escravocrata
gg) Mocambos e Quilombos: resistência na colônia
hh) História do trabalho nas primeiras sociedades humanas
ii) Trabalho e vida cotidiana nas colônias espanholas: a mita
jj) O trabalho assalariado
kk) Trabalho feminino

O TRABALHO E A VIDA EM SOCIEDADE

O TRABALHO E AS CONTRADIÇÕES DA MODERNIDADE

IV. O trabalho na antiguidade clássica
V. As três ordens no imaginário feudal
VI. Desvalorização do trabalho no Brasil Colônia el Imperial
VII. Busca pela cidadania no Brasil Império
VIII. As três ordens no imaginário feudal
IX. As corporações de ofício
X. O nascimento das fábricas e a vida cultural em seu entorno

OS TRABALHADORES E AS CONQUISTAS DE DIREITO

RESISTÊNCIA E CONQUISTA DOS DIREITOS

- Discriminação
- Consciência negra e a luta dos escravos contra os senhores
- Congadas como forma de resistência

- Declaração dos direitos do homem e do cidadão
- Ludismo
- Os primeiros sindicatos
- Movimento sufragista

A FORMAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES

γ) Cacicado e os jesuítas no Brasil
η) Irmandades católicas e as religiões afrodescendentes
ι) O surgimento das prisões, hospitais bancos e universidades
φ) Ordens religiosas
κ) Guildas e corporações de ofício
λ) O surgimento das empresas transnacionais

A FORMAÇÃO DO ESTADO

- Monarquia
- República: aristocracia, ditadura, democracia
- Quilombos
- Formação do estado Nação brasileiro
- Constituições brasileiras
- Os três poderes
- A constituição do MERCOSUL
- A formação dos reinos africanos
- Monarquia e nobreza medieval
- O estado absolutista europeu
- O imperialismo no séc. XX
- Formação dos blocos econômicos

SUJEITOS, GUERRAS E REVOLUÇÕES

d) Revoltas indígenas e quilombolas
e) Revoltas no Brasil Colônia e Império
f) Movimentos: abolicionista, anarquista, tenentista, comunista.
g) Movimento de redemocratização
h) Revoltas na antiguidade clássica
i) Heresias na Idade Média- mulheres
j) Revoltas religiosas
k) Revoluções socialistas

AS RELAÇÕES DE PROPRIEDADE

- Terras coletivas (indígenas e outros), latifúndio, minifúndio
- Reforma agrária no Brasil
- Sociedades oligárquicas e latifundiárias no Brasil e no Paraná

RELAÇÕES CAMPO CIDADE

d) As cidades: mineradoras, do tropeirismo, da erva-mate
e) Os cercamentos

CONTEÚDOS BÁSICOS – EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

ENSINO MÉDIO

RELAÇÕES DE TRABALHO

d) Conceito de trabalho
e) Trabalho compulsório e livre: escravo, servil, assalariado
f) O trabalho nas mais diferentes sociedades
g) Transição do trabalho escravo e a construção do trabalho livre e assalariado
h) O trabalho nas sociedades contemporâneas

URBANIZAÇÃO E INDUSTRIALIZAÇÃO

IV. O conceito de cidade
V. As cidades ontem e hoje
VI. Urbanização e industrialização no Brasil
VII. Urbanização e industrialização no séc. XIX
VIII. Urbanização e industrialização nas sociedades contemporâneas
IX. Industrialização e urbanização no Paraná
X. O Paraná no contexto do capitalismo

ESTADO E AS RELAÇÕES DE PODER

- Conceito de poder e de estado
- Formas de estado e suas doutrinas: capitalismo, socialismo, liberalismo, neoliberalismo, Estado de Bem estar social
- Emancipação do Paraná
- Populismo e ditaduras na América latina

MOVIMENTOS SOCIAIS

III. Conceitos: revolução, classe social e gênero
IV. As lutas femininas
V. Lutas da plebe na Roma antiga
VI. Resistências camponesas na Idade Média
VII. As lutas dos escravos e indígenas no Brasil
VIII. Movimentos de resistências no Paraná: Contestado, Sem Terra
IX. Movimentos contemporâneos no Brasil
X. Estados africanos e guerras étnicas

CULTURA E RESISTÊNCIA

- Religiosidade: africanos, americanos, asiáticos, europeus; xamanismo, totemismo, animismo (procurar)
- Grandes religiões: judaísmo, cristianismo, islamismo, confucionismo, budismo.
- Teocentrismo e antropocentrismo
- Reforma e contra reforma
- Cultura africana e indígena
- Manifestações populares: congada, cavalhada, fandango, folia de reis.
-

METODOLÓGICOS ENCAMINHAMENTOS

Na Educação de Jovens e Adultos deve-se levar em consideração o fato de que os seus educandos possuem maior experiência de vida e que essa modalidade tem como finalidade e objetivos o compromisso com a formação humana e o acesso à cultura geral. A diversidade presente na sala de aula, a partir dos diferentes perfis sociais, deve ser utilizada a favor do trabalho pedagógico no ensino de História. Pode-se recorrer às diferenças para estabelecer comparações, levantar diferentes concepções de mundo e ainda buscar trabalhar com o respeito e a aceitação das diferenças.

No mundo contemporâneo um constante repensar sobre a cultura escolar é para acompanhar as mudanças que ocorrem quotidianamente e que implicam diretamente na vida de educandos e educadores. Nesse sentido, a partir de discussões teórico-metodológicas significativas e que colocam o educando na fundamental centralidade do processo ensino-aprendizagem, pretende-se contribuir para uma prática de qualidade e de reflexão nas ações pedagógicas.

Para isso, propõem-se a abordagem dos conteúdos a partir de temáticas, no ensino de História, para os educandos (as) da Educação de Jovens e Adultos rompendo, dessa forma, com a narrativa linear e factual num diálogo permanente com a realidade imediata sobre a qual se constituem os diversos saberes. Pretende-se com isso priorizar uma prática pautada na associação ensino-pesquisa e no uso de diferentes fontes e linguagens.

Nessa perspectiva, exige-se uma abordagem História, em que educadores e educandos possam dialogar e nesse diálogo, propiciar condições de pensar, argumentar e fundamentar suas opiniões através dos conteúdos socialmente significativos relacionados ao contexto político e social, reconhecendo a pluralidade étnica e cultural onde esses sujeitos estão inseridos.

Esta problematização deve propiciar uma análise crítica da realidade social, distinguindo-se da “educação bancária” em que o educador apresenta os conteúdos aos educandos, impondo-lhes um saber desprovido de reflexão (FREIRE, 1987).

É impossível, ensinar tudo a todos, desta forma se faz necessário a seleção e a escolha de conteúdos essenciais que possibilitem o êxito no processo ensino-aprendizagem e permitam satisfazer as necessidades dos educandos, respeitando

suas especificidades, objetivando sua formação humanista e a busca de sua autonomia intelectual e moral.

Considerando a concepção do ensino de História pautada pela linha da cultura, optou-se por três eixos articuladores: Cultura, Trabalho e Tempo, que também orientam o documento das Diretrizes Curriculares para EJA no Estado do Paraná. Esses eixos estabelecem relações entre si e articulam-se às temáticas que por sua vez articulam-se aos conteúdos, sendo que o eixo Tempo, presente nessa concepção, refere-se ao tempo histórico.

Os conteúdos selecionados, foram organizados em quatro temas plurais no Ensino Fundamental: Identidade e Cultura; Estado e Relações de Poder; Terra e Propriedade; Cidadania e Trabalho ; Diversidade Cultural; Relações de Poder e Movimentos Sociais; Mundo do Trabalho e Cidadania . É importante que na abordagem desses conteúdos o educador crie situações de aprendizagem, que respeitem o perfil dos educandos da EJA e possibilitem o diálogo entre os conceitos construídos cientificamente e a cultura do educando, considerando a sua História de vida, o ambiente cultural e a identidade do grupo.

A abordagem pode ser realizada partindo do não conhecido ao conhecido ou do conhecido ao conhecido de outra forma. Os conteúdos não devem ser trabalhados de forma isolada ou compartimentada, o estudo deve se dar de forma abrangente no tempo e no espaço, como por exemplo, no que refere as questões sociais, as contradições, a Histórica local a, esse processo deve contribuir para formar um educando leitor e escritor, que se aproprie dos conhecimentos históricos, a partir da leitura, análise e interpretação de diversas linguagens, bem como da produção de textos orais e escritos, que valorizem os conteúdos estes que estabeleçam relação entre o local e o global e possibilitem aos educandos, compreender as semelhanças e diferenças, as permanências e as rupturas do contexto histórico.

Transformar os conteúdos em “situações problemas” é imprescindível para demonstrar a relevância do que se vai estudar. O questionamento deve levar a reflexão crítica e permanente, possibilitando a construção de saberes sociamente significativos para que o educando interfira no sentido de transformar a sociedade, em que vive. Dessa forma o ensino de História será sempre possibilidade e nunca determinação.

É essencial no processo ensino-aprendizagem que a teoria esteja em sintonia com a prática, respeitando os níveis de compreensão dos educandos sobre a própria realidade. Também é importante que o educando da EJA possa ampliar a sua leitura de mundo percebendo-se como sujeito da História na busca da autonomia e da cidadania.

Ressalta-se ainda o cumprimento das Leis de cunho obrigatório que será incluída nos conteúdos apresentados agregando ainda as temáticas apresentadas.

c) A Lei 10.639/03 – História e Cultura Afro-Brasileira e Africana;
d) A Lei 11.645/08 – História e Cultura dos Povos Indígenas; valorizando a história e cultura de seus povos.
e) A Lei 9795/99 – Política Nacional de Educação Ambiental;

Temáticas referentes ao Desenvolvimento Sócio-educacional: Cidadania e Direitos Humanos (Educação Fiscal e Programa Saúde na Escola); Enfrentamento à Violência; Prevenção ao uso indevido de Drogas e Educação Ambiental; e a Diversidade: Relações Étnico-Raciais e Afro-descendência; Educação Escolar Indígena; Relações de Gênero e Diversidade Sexual e Educação do Campo.

Os encaminhamentos metodológicos e os recursos didáticos utilizados serão: aulas expositivas; trabalhos de pesquisa por meio da internet; leitura de fontes e textos alternativos; filmes relacionados com o conteúdo; produção de texto; Apostilas; laboratório de informática, internet , data show; projetos na área de história.

AVALIAÇÃO

De acordo com os pressupostos a avaliação será vista na sua totalidade, para tanto diferenciando critérios de instrumentos. Os primeiros implicam em se ter clareza daquilo que se pretende. Portanto os critérios serão: conhecimento do código e linguagem formal para realização de leitura, interpretação e compreensão dos textos e narrativas em geral e igualmente para produzir suas próprias narrativas e nestas os alunos necessitam evidenciar a compreensão e apropriação de conceitos chaves essenciais na disciplina de história.

Outro aspecto são os instrumentos: provas formais, pesquisas bibliográficas, produções narrativas escritas ou orais com base em leitura, compreensão e interpretação, participação efetiva em sala de aula em seminários e debates, o que significa leitura em classe e extra-classe. O pressuposto da participação efetiva requer pontualidade e assiduidade para que se processe a efetivação da avaliação processual e contínua.

O Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Médio e Normal adota a seguinte forma equitativa para avaliar, sendo de ensino Trimestral e será composto pela somatória da nota 5,0 (cinco vírgula zero) referente a atividades diversificadas (trabalhos de pesquisa em grupo ou individual, relatório, debate, etc.) mais a nota 5,0 (cinco vírgula zero) resultante de uma avaliação escrita, totalizando nota final de 10,0 (dez vírgula zero).

A **Recuperação** terá valor **10,0** (dez vírgula zero), com caráter substitutivo, ou seja, será proporcionada ao aluno revisão dos conteúdos com uma nova avaliação, onde prevalecerá a nota maior para aferição da média final, sendo a recuperação de estudos direito de todos os alunos, conforme consta no PPP do Colégio. As notas são divididas em três partes no livro de chamada respeitando e obedecendo o tempo previsto para todo o processo avaliativo. Compete ao aluno obter em cada média, valor igual ou superior a (6,0) seis vírgula zero e 75% de frequência para ser considerado aprovado.

A matriz curricular do curso para Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental – Fase II da disciplina de História tem a carga horária de 213 total de horas com o total de 256 horas/aulas. No Ensino Médio Fase II a disciplina de História tem 160 total de horas, com 192 total de horas/aulas.

REFERÊNCIAS

BRASIL. **Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional** – LDB nº. 9394/96. Leis e Decretos Federais: Edição atualizada. Curitiba: 2008.

SEED**. Diretrizes Curriculares da Educação Básica** – História. Secretaria de Estado da Educação do Paraná, 2008.

PARANÁ. **Cadernos Temáticos da Diversidade**. Curitiba: SEED, 2008.

Paraná: Cadernos Temáticos**: Enfrentando à Violência na Escola**, Secretaria de Estado da Educação.

FREIRE,P .**Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

BLOCH, Marc. **Introdução à história**. Lisboa, Portugal: Europa-América, 1997.

Projeto Político Pedagógico do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Fundamental Médio e Normal.

Regimento Escolar do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Fundamental Médio e Normal.

DISCIPLINA DE QUÍMICA

CONCEPÇÃO DO ENSINO DE QUÍMICA

A consolidação da Química como ciência foi um dos fatos que permitiu o desenvolvimento das civilizações, determinando maneiras diferenciadas no modo de viver. A Química está inserida nas ações e nos recursos utilizados nas diversas atividades diárias das pessoas e, segundo BIZZO (2002, p.12),

> o domínio dos fundamentos científicos hoje em dia é indispensável para que se possa realizar tarefas tão triviais como ler um jornal ou assistir à televisão. Da mesma forma, decisões a respeito de questões ambientais, por exemplo, não podem prescindir da informação científica, que deve estar ao alcance de todos.

Assim, a Química fundamenta-se como uma ciência que permite a evolução do ser humano nos aspectos ambientais, econômicos, sociais, políticos, culturais, éticos, entre outros, bem como o seu reconhecimento como um ser que se relaciona, interage e modifica, positiva ou negativamente, o meio em que vive.

A Química como ciência contempla as tradições culturais e as crenças populares que despertam a curiosidade por fatos, propiciando condições para o desenvolvimento das teorias e das leis que fundamentam as ciências. BIZZO (2002, p.17), afirma que

> a ciência não está amparada na verdade religiosa nem na verdade filosófica, mas em um certo tipo de verdade que é diferente dessas outras. Não é correta a imagem de que os conhecimentos científicos, por serem comumente fruto de experimentação e por terem uma base lógica, sejam “melhores” do que os demais conhecimentos. Tampouco se pode pensar que o conhecimento científico possa gerar verdades eternas e perenes.

Desta forma, é importante considerar que o conhecimento químico não é algo pronto, acabado e inquestionável, mas em constante transformação.

A Química, trabalhada como disciplina curricular do Ensino Médio, deve apresentar-se como propiciadora da compreensão de uma parcela dos resultados obtidos a partir da Química como ciência.

> A ciência realizada no laboratório requer um conjunto de normas e posturas. Seu objetivo é encontrar resultados inéditos, que possam explicar o desconhecido. No entanto, quando é ministrada na sala de aula, requer outro conjunto de procedimentos, cujo objetivo é alcançar resultados *esperados*, aliás *planejados*, para que o estudante possa entender o que é conhecido. (...) Existe portanto uma diferença fundamental entre a comunicação de conhecimento em congressos científicos, entre cientistas, e a seleção e adaptação de parcelas desse conhecimento para ser utilizado na escola por professores e alunos. (BIZZO, 2002, p.14)

Essa percepção deve fazer parte do trabalho pedagógico realizado nas escolas e conforme MALDANER (2000, p.196),

> compreender a natureza da ciência química e como ela se dá no ensino e na aprendizagem passou a ser um tema importante, revelado a partir das pesquisas educacionais, principalmente as pesquisas realizadas na década de 1980 sobre as idéias alternativas dos alunos relacionadas com as ciências naturais. No âmbito da pesquisa educacional, mais ligado à educação científica, estava claro, já no início dos anos 90, que era fundamental que os professores conhecessem mais o pensamento dos alunos, bem como, a natureza da ciência que estavam ensinando. No entanto, isso não era prática usual nos cursos de formação desses professores

Tal consideração vem de encontro com a forma com que muitos educadores têm trabalhado esta disciplina, priorizando fatos desligados da vida dos educandos, em que os educadores abordam, principalmente, os conteúdos acadêmicos, enfatizando a memorização, o que torna a disciplina desvinculada da realidade dos seus alunos e sem significação para sua vida.

Considerando que uma das funções do aprendizado dos conhecimentos químicos na escola deve ser a de perceber a presença e a importância da Química em sua vivência, para DELIZOICOV |et.al.| (2002, p.34),

> a ação docente buscará constituir o entendimento de que o processo de produção do conhecimento que caracteriza a ciência e a tecnologia constitui uma atividade humana, sócio-historicamente determinada, submetida a pressões internas e externas, com processos e resultados ainda pouco acessíveis à maioria das pessoas

> escolarizadas, e por isso passíveis de uso e compreensão acríticos ou ingênuos; ou seja, é um processo de produção que precisa, por essa maioria, ser apropriado e entendido.

Assim, é importante que o ensino desenvolvido na disciplina de Química na EJA, possibilite ao educando, a partir de seus conhecimentos prévios, a construção do conhecimento científico, por meio da análise, reflexão e ação, para que possa argumentar e se posicionar criticamente.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Considerando os encaminhamentos metodológicos contidos na proposta pedagógica de ensino para a disciplina de Química no Ensino Médio Regular, faz-se necessário refletir as especificidades do trabalho com a Química na Educação de Jovens e Adultos (EJA), considerando as Diretrizes Curriculares Estaduais para essa modalidade de ensino da educação básica.

Nesse sentido, para o trabalho metodológico com essa disciplina, uma alternativa seria partir da seqüência: *"fenômeno–problematização–representação-explicação"* (MALDANER, 2000, p.184). Para o autor,

> episódios de alta vivência dos alunos passariam a ser importantes no processo de ensino e aprendizagem e não obstáculo a ser superado (...) O importante é identificar situações de alta vivência comuns ao maior número possível de alunos e a partir delas começar o trabalho de ensino. (MALDANER, 2000, p. 184)

Nessa ótica, não cabe ao educador apresentar apenas fórmulas, classificações, regras práticas, nomenclaturas, mas sim, trabalhar conteúdos com os quais o educando venha a apropriar-se dos conhecimentos de forma dinâmica, interativa e consistente, respeitando os diferentes tempos de aprendizagem e propiciando condições para que o mesmo perceba a função da Química na sua vida.

> Criar novas formas de promover a aprendizagem fora dos limites da organização tradicional é uma tarefa, portanto, que impõem, antes de mais nada, um enorme desafio para os educadores (...), romper o modelo de instrução tradicional implica um alto grau de competência pedagógica, pois para isso o professor

> precisará decidir, em cada situação, quais formas de agrupamento, sequenciação, meios didáticos e interações propiciarão o maior progresso possível dos alunos, considerando a diversidade que inevitavelmente caracteriza o público da educação de jovens e adultos. (RIBEIRO, 1999, p.8)

Conforme SCHNETZLER (2000) citada em MALDANER (2000, p. 199), "Aprender significa relacionar". A aprendizagem dos vários conceitos químicos terá significado somente se forem respeitados os conhecimentos e as experiências trazidos pelo educando jovem e adulto, de onde sejam capazes de estabelecer relações entre conceitos micro e macroscópicos, integrando os diferentes saberes – da comunidade, do educando e acadêmico.

Segundo FREIRE (1996, p.38), "*a educação emancipatória valoriza o 'saber de experiência feito', o saber popular, e parte dele para a construção de um saber que ajude homens e mulheres na formação de sua consciência política*."

Para que isso se evidencie no ambiente escolar, para a disciplina de Química, considera-se a afirmação de MALDANER (2000, p. 187), de que "*o saber escolar deve permitir o acesso, de alguma forma, ao conhecimento sistematizado. Assim ele será reconstruído e reinventado em cada sala de aula, na interação alunos/professor, alunos/alunos e, também, na interação com o entorno social*". Dessa forma, o ensino da disciplina de Química deve contribuir para que o educando jovem e adulto desenvolva um olhar crítico sobre os fatos do cotidiano, levando-o a compreensão dos mesmos de forma consciente, dando-lhe condições de discernir algo que possa ajudá-lo, daquilo que pode lhe causar problemas.

Nesse sentido, ressalta-se a importância de trabalhar a disciplina de forma contextualizada, ou seja, com situações que permitam ao educando jovem e adulto a inter-relação dos vínculos do conteúdo estudado com as diferentes situações com que se deparam no seu dia-a-dia. Essa contextualização pode-se dar a partir de uma problematização, ou seja, lançando desafios que necessitem de respostas para determinadas situações. "*A essência do problema é a necessidade (...), um obstáculo que é necessário transpor, uma dificuldade que precisa ser superada, uma dúvida que não pode deixar de ser dissipada*." (SAVIANI, 1993, p.26) As dúvidas são muito comuns em Química, devendo ser aproveitadas para a reflexão sobre o problema a ser analisado. Sendo assim, para o educador, o desafio consiste em realizar esta contextualização sem reduzir os conteúdos apenas a sua aplicação prática, deixando de lado o saber acadêmico.

Um aspecto importante a ser considerado no trabalho com a disciplina de Química é a retomada histórica e epistemológica das origens e evolução do pensamento na ciência Química, propiciando condições para que o educando perceba o significado do estudo

dessa disciplina, bem como a compreensão de sua linguagem própria e da cultura científica e tecnológica oriundas desse processo, pois as diversas contingências históricas têm levado os professores a deixar de lado a importância do saber sistematizado, resultando numa prática pedagógica pouco significativa.

É fundamental mencionar, também, a utilização de experimentos e as práticas realizadas em laboratório como um dos recursos a serem utilizados no trabalho docente, a fim de que o educando possa visualizar uma transformação química, inserindo conceitos pertinentes e estabelecendo relações de tal experimento com aspectos da sua vivência. Segundo BIZZO (2002, p.75), é

> importante que o professor perceba que a experimentação é um elemento essencial nas aulas de ciências, mas que ela, por si só, não garante bom aprendizado. (...) ...a realização de experimentos é uma tarefa importante, mas não dispensa o acompanhamento constante do professor, que deve pesquisar quais são as explicações apresentadas pelos alunos para os resultados encontrados. É comum que seja necessário propor uma nova situação que desafie a explicação encontrada pelos alunos.

Nesse sentido, um aspecto importante a ser considerado é o fato de que o educador não deve se colocar como o verdadeiro e único detentor do saber, apresentando todas as respostas para todas as questões. Conforme BIZZO (2002, p.50),

> o professor deveria enfrentar a tentação de dar respostas prontas, mesmo que detenha a informação exata, oferecendo novas perguntas em seu lugar, que levassem os alunos a buscar a informação com maior orientação e acompanhamento. Perguntas do tipo “por quê?” são maneiras de os alunos procurarem por respostas definitivas, que manifestem uma vontade muito grande de conhecer. Se o professor apresenta, de pronto, uma resposta na forma de uma longa explicação conceitual, pode estar desestimulando a busca de mais dados e informações por parte dos alunos.

Ao proceder dessa forma, o educador leva o educando a pensar e a refletir sobre o assunto trabalhado, estimulando-o a buscar mais dados e informações.

Um outro aspecto a ser considerado no trabalho docente, é a utilização do material de apoio didático como uma das alternativas metodológicas, de tal forma que não seja o único recurso a ser utilizado pelo educador. MALDANER (2000, p. 185), afirma que

> é por isso que não é possível seguir um “manual” de instrução, do estilo de muitos livros “didáticos” brasileiros originados dos “cursinhos pré-vestibulares”, para iniciar o estudo de química no ensino médio. A lógica proposta nesses “manuais” é a da química estruturada para quem já conhece a matéria e pode servir, perfeitamente, de revisão da matéria para prestar um exame tão genérico como é o exame vestibular no Brasil.(...) O que seria adequado para uma boa revisão da matéria, característica original dos “cursinhos pré-vestibulares”, tornou-se programa de ensino na maioria das escolas brasileiras.

A respeito do livro didático, BIZZO (2002, p. 66) propõe que ele deve ser utilizado como um dos materiais de apoio, como outros que se fazem necessários, cabendo ao professor, selecionar o melhor material disponível diante de sua própria realidade, onde as informações devem ser apresentadas de forma adequada à realidade dos alunos.

Ao pensar os conteúdos a serem trabalhados, o educador deve priorizar os essenciais, ou seja, aqueles que possam ter significado real à vida dos educandos jovens e adultos. Os conteúdos trabalhados devem possibilitar aos mesmos a percepção de que existem diversas visões sobre um determinado fenômeno e, a partir dessa relação, poderem constituir a sua própria identidade cultural, estimulando sua autonomia intelectual. Os conteúdos podem ser organizados sem a rígida sequência linear proposta nos livros didáticos. Para tanto, deve ser avaliada a relevância e a necessidade desses conteúdos, assim como a coerência dos mesmos para o processo educativo.

É importante ressaltar que cabe ao educador, a partir da investigação dos conhecimentos informais que os educandos têm sobre a Química, sistematizar as estratégias metodológicas, planejando o que será trabalhado dentro de cada um dos conteúdos mencionados anteriormente, qual a intensidade de aprofundamento, bem como a articulação entre os mesmos ou entre os tópicos de cada um.

Para a organização dos conteúdos é indicado que seja utilizada a problematização, cujo objetivo consiste em gerar um tema para contextualização. Os temas são baseados em fatos locais, regionais, nacionais ou mundiais, que possam refletir sobre os acontecimentos que relacionam a Química com a vida, com o ambiente, com o trabalho e com as demais relações sociais.

A partir do contexto abordado, devem ser selecionados os conteúdos que possam ser trabalhados, independentemente da seqüência usual presente nos livros didáticos da disciplina. Nesse sentido, ao organizar os conteúdos, bem como, a forma como serão desenvolvidas as atividades para aprofundamento e avaliação, o educador terá condições de desenvolver metodologias que visem evitar a fragmentação ou a desarticulação dos conteúdos dessa disciplina.

No intuito de contemplar a Lei 11.645/08 referente à História e cultura afro-brasileira, africana e indígena, serão trabalhados conteúdos de acordo com a especificidade da disciplina, bem como a influência dessas culturas na formação de nossa sociedade.

CONTEÚDOS DE QUÍMICA – ENSINO MÉDIO

O programa de Química contempla os seguintes conteúdos, considerados essenciais para a conclusão da disciplina de Química no Ensino Médio na modalidade Educação de Jovens e Adultos.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES:

Matéria e Sua Natureza
Biogeoquímica
Química Sintética

CONTEÚDOS BÁSICOS
LIGAÇÃO QUÍMICA
• Tabela periódica;
• Propriedade dos materiais;
• Tipos de ligações químicas em relação as propriedades dos materiais;
• Solubilidade e as ligações químicas;
• Interações intermoleculares e as propriedades das substâncias moleculares;
• Ligações de Hidrogênio;
• Ligação metálica (elétrons semi-livres)
• Ligações sigma e pi;
• Ligações polares e apolares;
• Alotropia.

REAÇÕES QUÍMICAS
• Reações de Oxi-redução
• Reações exotérmicas e endotérmicas;
• Diagramas das reações exotérmicas e endotérmicas;
• Variação de entalpia;
• Calorias;
• Equações termoquímicas;
• Princípios da termodinâmica;
• Lei de Hess;
• Entropia e energia livre;
• Calorimetria;
• Tabela Periódica.

RADIOATIVIDADE
• Modelos Atômicos (Rutherford);
• Elementos químicos (radioativos);
• Tabela Periódica;
• Reações químicas;
• Velocidades das reações;
• Emissões radioativas;
• Leis da radioatividade;
• Cinética das reações químicas;
• Fenômenos radiativos (fusão e fissão nuclear);

GASES
• Estados físicos da matéria;
• Tabela periódica;
• Propriedades dos gases (densidade/ difusão e efusão, pressão x temperatura, pressão x volume e temperatura x volume);
• Modelo de partículas para os materiais gasosos;
• Misturas gasosas;
• Diferença entre gás e vapor;
• Leis dos gases

FUNÇÕES QUÍMICAS
• Funções Orgânicas
• Funções Inorgânicas
• Tabela Periódica

AVALIAÇÃO

A avaliação na disciplina de Química vem mediar a práxis pedagógica, sendo coerente com os objetivos propostos e com os encaminhamentos metodológicos, onde os erros e os acertos deverão servir como meio de reflexão e reavaliação da ação pedagógica como um todo. É essencial valorizar os acertos, considerando o erro como ponto de partida para que o educando e o educador compreendam e ajam sobre o processo de construção do conhecimento, caracterizando-o como um exercício de aprendizagem.

Nessa ótica, a avaliação deve considerar que a cultura científica é repleta de falhas, de pontos de vista diferenciados e, muitas vezes, sem consenso.

> A avaliação é sempre uma atividade difícil de se realizar. Toda avaliação supõe um processo de obtenção e utilização de informações, que serão analisadas diante de critérios estabelecidos segundo juízos de valor. Portanto, não se pode pretender que uma avaliação seja um processo frio e objetivo; ele é, em si, subjetivo, dependente da valorização de apenas uma parcela das informações que podem ser obtidas. Essas características são importantíssimas para que possamos compreender a utilidade e os limites da avaliação e como ela pode ser utilizada pelo próprio professor para reorientar sua prática. (BIZZO, 2002, p.61)

Ao avaliar, o educador deve superar o autoritarismo, o conteudismo e o ato de avaliar como objeto de punição, perpassando por vários caminhos, fundamentados na concepção teórica e no encaminhamento metodológico da disciplina de Química, estabelecendo uma perspectiva de torná-la reflexiva, crítica, que valoriza a diversidade e reconhece as diferenças, voltada para a autonomia do educando jovem, adulto e idoso. Logo , a avaliação deve ser de forma processual e formativa, ocorrendo de forma de interações recíprocas, no dia a dia, no transcorrer da própria aula utilizando-se várias formas de expressão do próprio aluno, relacionando sempre teoria com prática, dependendo de cada conteúdo trabalhado.

REFERÊNCIAS

BIZZO, N. **Ciências**: fácil ou difícil? São Paulo: Ática, 2002.

DELIZOICOV, D., ANGOTTI, J. A. & PERNAMBUCO, M. M. **Ensino de Ciências**: fundamentos e métodos. São Paulo: Cortez, 2002.

FREIRE, P. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

MALDANER, O. A. **A formação inicial e continuada de professores de química**. Ijuí: Editora Unijuí, 2000.

RIBEIRO, Vera Masagão. **A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico**. Educação & Sociedade. v.20, n. 68, Campinas: UNICAMP, dez, 1999.

SAVIANI, Dermeval. **Do senso comum à consciência filosófica**. Campinas: Autores Associados, 1993, p.20-28.

SEED. **Diretrizes Curriculares da Educação Básico Paraná**. 2008

DISCIPLINA DE ARTE

CONCEPÇÃO DO ENSINO DE ARTE

Encontramos o ensino da Arte presente no Brasil desde o século XVI, com a ação dos jesuítas. A Arte era parte dos ensinamentos, cujo objetivo principal era a catequização dos grupos que aqui habitavam e que incluía a Retórica, a Literatura, a Escultura, a Pintura, a Música e as Artes Manuais. Com a expulsão dos jesuítas pelo Marquês de Pombal e a posterior Reforma Educacional Brasileira (1792-1800) – Reforma Pombalina - o ensino da Arte tornou-se irrelevante e o Desenho, por exemplo, foi associado à Matemática na forma de Desenho Geométrico.

Mesmo com o incentivo de D. João VI ao ensino da Arte no início do século XIX – o que resultou na Academia de Belas Artes do Rio de Janeiro (1826) – nas escolas, o ensino ainda era influenciado pelo Iluminismo, priorizando a área científica. Essa visão foi ratificada na 1ª. Reforma Educacional do Brasil República em 1890, realizada por Benjamin Constant, cujo objetivo ainda era valorizar a Ciência e a Geometria. A partir de 1931, com a implantação do ensino da Música por meio do Canto Orfeônico, o ensino da Arte fez-se presente no primeiro projeto de educação pública de massa.

No Paraná, em 1954, foi criada a Escola de Artes no Colégio Estadual, na cidade de Curitiba, envolvendo Artes Plásticas, Teatro e Música.

O ensino da Arte somente passa a ser obrigatório nas escolas brasileiras em 1971, com a Lei 5692/71, porém, com conteúdo reduzido, fundado em uma visão tecnicista e entendendo o educador de Artes como um profissional polivalente, ou seja, aquele que deve dominar os conteúdos de Artes Plásticas e Música. Em 1996, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação ratifica a obrigatoriedade do ensino da Arte na Educação Básica, porém, a Arte passa a compor a área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias, abrangendo Música, Artes Visuais, Dança e Teatro.

Esse breve passeio pela história nos dá uma idéia dos conceitos que permearam a educação de Artes no Brasil, abrangendo desde um caráter religioso, com a catequização dos nativos, até aquela com fins puramente tecnicistas. Passamos de um extremo a outro, do “sensibilizador” para o “científico racional”. É importante frisar que a educação pública no Brasil até o início do séc. XX estava voltada para uma elite basicamente masculina. Verificamos também que, após a expulsão dos jesuítas, o pensamento iluminista e positivista foi preponderante no ensino público brasileiro.

Atualmente, o trabalho na disciplina de Arte exige do educador reflexões que contemplem a arte efetivamente como área de conhecimento fundamental na formação dos educandos e das educandas.

Quando Regina Migliori (1993 p.14) propõe uma “perspectiva de abordagem global” como sendo “a possibilidade de lidarmos com tudo o que se nos apresenta e não somente com os aspectos artificialmente eleitos”, a idéia é que se busque uma nova leitura da realidade. O entendimento de Migliori nos remete para uma perspectiva de uma formação omnilateral,[6] crítica e autônoma do educando e da educanda, ou seja, “temos que aprender a lidar com as divergências de forma não excludente” (MIGLIORI, 1993 p. 14).

Quando privilegiamos a produção artística de um determinado grupo, povo ou etnia, fragmentamos a realidade e automaticamente criamos um juízo de valor no qual os recortes do conhecimento que fazemos passam a ser os verdadeiros ou os únicos. “Essa visão fragmentada, geradora dos incluídos e excluídos, gera uma outra verdade cruel: a marginalidade que não é alternativa” (MIGLIORI. 1993 p.14). Isso implica que ao apresentarmos em nossa seleção de conteúdos curriculares outras vozes que estão

presentes na ação histórica da construção do conhecimento, possibilitamos ao educando e a educanda outras leituras diferentes daquelas que vêm sendo oficialmente apresentadas.

A Arte – fruto da percepção e da necessidade da expressão humana – revela a realidade interior e exterior ao homem e à mulher. Essa expressão artística é concretizada utilizando-se de sons, formas visuais, movimentos do corpo, representação cênica, dentre outras, que são percebidas pelos sentidos. Isso contribui para outras possibilidades de leituras da realidade e, portanto, com mais subsídios para repensá-la. O objetivo dessa proposta é gerar um ser reflexivo, autônomo e inserido criticamente na realidade em que vive. A Arte nos ajuda nesse processo, na medida em que nos fornece uma simbologia própria e portanto, outras leituras do mundo que nos cerca. Segundo Isabel Marques[7]: "Um dos elementos essenciais que caracteriza o ensino da Arte no ambiente escolar é o fato de que, na escola, temos a possibilidade de relacionar, questionar, experimentar, refletir e contextualizar os trabalhos artísticos a fim de que façam sentido em nossas próprias vidas e na construção da sociedade brasileira."

A discussão em torno da arte como linguagem pondera o entendimento de que a arte não apenas suscita sentimentos, mas pressupõe uma relação de transmissão e recepção de ideias, ou seja, de comunicação. Portanto, a Arte aqui é entendida como linguagem, que se utiliza de símbolos e de elementos próprios que estão presentes na Dança (movimento e não movimento), na Música (sons), no Teatro (dramatização) e nas Artes Visuais (forma e luz).

Ler o produto artístico em suas diversas relações, nos diversos prismas e no que tange aos seus significados socialmente construídos pressupõe que o produto artístico como seja um "veículo portador de significado" (ver Bakhtin 1995, p.132). Nesse sentido, os símbolos são fundamentais para a vida social, pois é por meio deles que nos comunicamos e manifestamos nossa capacidade de sentir e de pensar.

Na cultura escolar, os saberes são apropriados pela escola de maneira singular, dando-lhes um sentido pedagógico (Sacristan J.G., 2001). Na escola, esse trabalho, ressignifica os saberes e os conceitos científicos produzidos na sociedade. É com base nestes pressupostos que trataremos a Arte como linguagem. Linguagem artística.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

O encaminhamento metodológico para a disciplina de Arte do Ensino Fundamental e Médio da Educação de Jovens e Adultos da rede pública do Estado do Paraná está fundamentado nas Diretrizes Curriculares Estaduais de EJA, onde estão identificados três eixos articuladores: cultura, trabalho e tempo. Com base nesses eixos que norteiam o currículo na EJA, elegemos ARTE E ESTÉTICA, ARTE E IDENTIDADE e ARTE E SOCIEDADE como eixos específicos da disciplina de Arte, dos quais derivarão as temáticas propostas e os conteúdos que serão desenvolvidos em células de aula.

No intuito de contemplar a Lei 11.645/08 referente à História e cultura afro-brasileira, africana e indígena, serão trabalhados conteúdos de acordo com a especificidade da disciplina, bem como a influência dessas culturas na formação de nossa sociedade.

ARTE E ESTÉTICA

> Hoje se utiliza o termo estética para indicar... no campo das belas artes, uma concepção especial, uma maneira de fazer, uma escola ou tendência determinada (Zamacois, 1986)

[7] Esta citação é transcrição da fala da Profª Dra Isabel Marques no Simpósio Estadual de Educação Artística, Paraná abril, 2005.

A experiência estética se revela com a sensibilização, com a descoberta do olhar, um encontro com as emoções, libertando o ser para perceber o mundo em si e ao seu redor, permitindo um pensar filosófico, crítico e reflexivo. Aurélio Buarque de Holanda Ferreira, em seu Dicionário da Língua Portuguesa, apresenta, dentre outros, os seguintes significados para a palavra estética: “1- estudo das condições e dos efeitos da criação artística. 2- (...) estudo racional do belo, quer quanto à possibilidade da sua conceituação, quer quanto à diversidade de emoções e sentimentos que ele suscita no homem”.

Partindo dessas definições e as ampliando, a Estética aqui é entendida como sendo “*toda teoria que se refira à beleza ou à arte*" (Pareyson, 1997, p. 2), sendo ela derivada de uma experiência filosófica ou concreta. E por ser uma reflexão sobre a experiência, inclui-se aqui o fazer artístico, que é a manipulação dos elementos da linguagem artística, presentes nas Artes Visuais, na Música, no Teatro e na Dança. Portanto, entendemos que ao adotar um eixo articulador para a disciplina de Educação Artística e Arte baseado no entendimento acima exposto, devemos possibilitar as experiências estéticas e compreender como aproximar e proporcionar o olhar estético para as produções artísticas e para o cotidiano. E assim sendo, “o educando da EJA torna-se sujeito na construção do conhecimento mediante a compreensão dos processos de trabalho, de criação, de produção e de cultura.”(Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, p. 30)

ARTE E IDENTIDADE

É comum ouvirmos falar de crise de identidade, mas o que é identidade e como essa identidade se revela a partir da arte que produzimos? A identidade está em crise?

O que é identidade? É idêntico, igual, registro... Para o dicionário Houaiss identidade é:

> 1- estado que não muda <*a identidade das impressões digitais*> 2- consciência da persistência da própria identidade, 3- o que faz com que uma coisa seja a mesma que outra, 4- conjunto de características e circunstâncias que distinguem uma pessoa ou uma coisa e graças às quais é possível individualizá-la.

A identidade singulariza e faz com que nos sintamos diferentes dos demais. Identificar pode ser aplicado a indivíduos e grupos, ou seja, tornar idêntico, fazer (se) reconhecer, distinguir traços característicos como gosto, música, festas, folguedos, crenças de grupos urbanos, rurais, etnias e outros tantos que usam da linguagem artística para expressar-se e assinar suas características sociais, antropológicas e psicológicas.

Diferentes modos de vida social são constituídos a partir das idéias que as pessoas têm sobre si, e das práticas que emergem dessas idéias e como afirma Candau (2002, p. 24), “identidade é um conceito polissêmico, podendo representar o que uma pessoa tem de mais característico ou exclusivo e ao mesmo tempo, indica que pertencemos ao mesmo grupo”, a identidade cultural de um indivíduo ou grupo permite que este seja localizado em um sistema social. Em um mundo onde as mudanças são rápidas, face à globalização e aos eventos tecnológicos e científicos vertiginosos, a arte é um dos elementos que faz parte da identidade dos povos. As mudanças globais aceleradas influenciam a identidade dos indivíduos e a sua manifestação artística.

Podemos ver com Marques (2003, p. 157) que:

> Não se domina um país pela invasão territorial, mas principalmente pela superposição e diluição de repertórios culturais e sociais. Caso nossos repertórios não estejam enraizados de forma significativa, ou seja, relacional, consciente e crítica, poderemos ser massacrados pela pasteurização de idéias estéticas.

A nossa identidade pessoal e social é um importante mediador das relações com os demais. A proposta deste eixo temático na Educação de Jovens e Adultos do Ensino Fundamental e Médio do Estado do Paraná preocupa-se em uma educação pela arte que transmita significados que estão próximos da vida concreta do educando, produzindo aprendizagem. É um processo que mobiliza tanto os significados e os símbolos quanto os sentimentos e as experiências a que se propõe.

Quando um indivíduo desenvolve sua percepção estética e tem consciência do poder destas representações, textos e imagens na produção das identidades, compreende a força persuasiva da arte, no sentido de criar e reforçar representações que possuímos como indivíduos e como identidade coletiva.

ARTE E SOCIEDADE

> ... concernem à determinação social da atividade artística, seja do ponto de vista da finalidade social das obras – por exemplo, o culto religioso ou o mercado de arte – seja o lugar ocupado pelo artista – por exemplo, iniciado numa seita secreta, financiado por um mecenas renascentista, profissional liberal ligado ao mercado de arte, etc – seja das condições de recepção da obra de arte – a comunidade de fiéis, a elite cultivada e economicamente poderosa, as classes populares, a massa, etc. (CHAUÍ, 2003, p. 153)

A arte não é uma produção fragmentada ou fruto de modelos aleatórios ou apartados do contexto social nem tampouco mera contemplação, e sim, uma ciência que trabalha com o conhecimento presente em diferentes instâncias sociais.

A profunda relação entre arte e sociedade é possível na medida em que pensarmos a arte como construção social e não como um dom natural, talento ou mera produção. As pessoas são construções sociais que necessariamente influem e são influenciados pelo fazer e pensar arte. A música rap, por exemplo, constrói um determinado tipo de consciência social, propaga os conhecimentos de um grupo popular, que são absorvidos e muitas vezes até revivificados em outras formas artístico-culturais. A abordagem crítica e intertextualizada é necessária para que no cotidiano se problematizem as relações entre arte e sociedade e se permita, assim, a formação de sínteses pessoais enriquecedoras. Em outras palavras, o conceito de arte e sociedade abrange grandes temas da vida social como: a relação do homem com o trabalho; as relações de gênero; a

> ocupação do espaço urbano e outros. Também através deles podemos compreender, inclusive, a influência da indústria cultural, segundo a qual, muitas vezes a (pseudo) cultura de massa tenta impor uma ordem social passiva e alienada. Em contrapartida, o conhecimento da arte em seu aspecto social, deve desvelar-se de modo que o ser humano possa pertencer, dialogar e transformar a realidade que o circunda.

No que concerne à Educação de Jovens e Adultos, não podemos perder de vista as concepções de mundo e de sociedade que queremos construir e vivenciar com os educandos, pois o grande desafio do trabalho pedagógico em arte nos dias de hoje não se resume somente em aceitar e respeitar a diversidade, mas principalmente em trabalhar, partilhar, dialogar e recriar conjuntamente a fim de educar para uma sociedade mais justa e igualitária. “A ação da escola será de mediação entre o educando e os saberes, de forma que o mesmo assimile estes conhecimentos como instrumentos de transformação de sua realidade social” (Diretrizes Curriculares para a Educação de Jovens e Adultos, p. 31).

No intuito de contemplar a Lei 11.645/08 referente à História e cultura afro-brasileira, africana e indígena, serão trabalhados de acordo com a especificidade da disciplina, bem como a influência dessas culturas na formação de nossa sociedade.

Os temas de estudo são temas que direcionam, motivam e articulam a construção do conhecimento em arte, propiciando diferentes leituras de mundo, de cidadania participativa, reflexiva e crítica. O educador escolherá um tema de estudos abrangente e articulado entre os eixos – identificados na disciplina de Educação Artística e Arte e os indicados nas Diretrizes Curriculares para a EJA – de maneira a englobar o conteúdo que fará parte do planejamento da célula de aula. Os temas de estudo terão a flexibilidade necessária para que possam ser adequados ao contexto do educando e da educanda.

Os temas de estudo são perpassados por um processo, denominado “validação”, ou seja, o tema só será adequado para continuar o planejamento se passar positivamente pelas seguintes perguntas:

> 1. É relevante? É importante? Para quem? Perpassa pelos eixos definidos nas Diretrizes Curriculares Estaduais de EJA - Cultura, Trabalho e Tempo?;
> 2. Gera conhecimento em arte? Perpassa pelos eixos Arte e Identidade, Arte e Sociedade e Arte e Estética?
> 3. É abrangente? Contempla o local e o global (regional, nacional e mundial)? É flexível?
> 4. É possível adequá-lo às necessidades dos educandos e educandas da EJA (Idade, condições físicas, espaciais, etc)?
>
> Uma vez escolhido o tema de estudo, o próximo passo é a elaboração da célula de aula, que serão compostas por (MARQUES, 2001, p.91-102):
>
> 1. Textos – Repertórios.
> 2. Subtexto – Elementos da linguagem (conteúdos da disciplina).
> 3. Contexto – Elementos históricos, sociais e culturais.

ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS ENSINO FUNDAMENTAL E MÉDIO

Cada linguagem artística possui um elemento básico por meio do qual ela se manifesta, ou seja: o som (Música), o movimento e o não movimento (Dança), a forma e a luz (Artes Visuais) e a dramatização (Teatro). Destes elementos básicos derivam-se os elementos de linguagem específicos da arte. Portanto, os conteúdos para o Ensino Fundamental e Médio devem contemplar os elementos de cada linguagem artística (Música, Teatro, Dança e Artes Visuais), sua articulação e organização. Esses elementos permitirão ao educando e a educanda ler e interpretar o repertório, assim como elaborar o seu próprio trabalho artístico. A leitura, interpretação e produção artística avalia a apreensão por parte educando e da educanda dos conteúdos propostos na sala de aula.

ENSINO FUNDAMENTAL

ÁREA MÚSICA

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Elementos Formais

CONTEÚDOS BÁSICOS
Altura
Duração
Timbre
Intensidade
Densidade

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Composição

CONTEÚDOS BÁSICOS
Ritmo
Melodia
Harmonia
Escalas
Gêneros: folclórico, indígena, popular e étnico

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Movimentos e Períodos

CONTEÚDOS BÁSICOS
Música popular e étnica
Indústria Cultural
Eletrônica
Minimalista
Rap, Rock, Tecno
Música Engajada
Música Popular Brasileira.
Música Contemporânea

ÁREA ARTES VISUAIS

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Elementos Formais

CONTEÚDOS BÁSICOS
Ponto
Linha
Forma
Textura
Superfície
Volume
Cor
Luz

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: **Composição**

CONTEÚDOS BÁSICOS
Bidimensional
Tridimensional
Figurativa
Geométrica, simetria
Proporção
Figura e fundo
Abstrata
Perspectiva
Semelhanças
Contrastes
Ritmo Visual
Estilização
Deformação
Figura-fundo
Técnicas: Pintura, arquitetura, modelagem, gravura, desenho, fotografia, áudio – visual e mista, grafite, perfornance,...
Gêneros: Cenas da mitologia,
paisagem, retrato, natureza morta,
paisagem urbana, cenas do cotidiano...

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: **Movimentos e Períodos**

CONTEÚDOS BÁSICOS
Greco - Romana
Arte Africana
Arte Pré-Histórica
Arte Indígena
Arte Popular
Brasileira e Paranaense
Indústria Cultural
Arte no Séc. XX
Arte Contemporânea
Realismo
Vanguardas
Muralismo e Arte
Latino-Americana
Hip Hop

ÁREA TEATRO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Elementos Formais

CONTEÚDOS BÁSICOS
Personagem: expressões corporais, vocais, gestuais e faciais
Ação
Espaço

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Composição

CONTEÚDOS BÁSICOS
Enredo, roteiro.
Espaço Cênico, adereços
Representação,
Leitura dramática,
Cenografia.
Representação no Cinema e Mídias
Texto dramático
Maquiagem
Sonoplastia
Roteiro
Técnicas: jogos teatrais, teatro indireto e direto, improvisação, manipulação, máscara, mímica formas animadas, jogos teatrais, sombra, adaptação cênica, monólogo, jogos teatrais, direção, ensaio, Teatro-Fórum...
Dramaturgia
Cenografia
Sonoplastia
Iluminação
Figurino
Gênero: Tragédia, Comédia e Circo.
Rua e arena, Caracterização

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Movimentos e Períodos

CONTEÚDOS BÁSICOS
Greco-Romana
Comédia dell' arte
Teatro Popular
Brasileiro e Paranaense
Teatro Africano
Indústria Cultural
Realismo
Expressionismo
Cinema Novo
Teatro Engajado
Teatro do
Oprimido
Teatro Pobre
Teatro do Absurdo
Vanguardas

ÁREA DANÇA

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Elementos Formais

CONTEÚDOS BÁSICOS
Movimento Corporal
Tempo
Espaço

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Composição

CONTEÚDOS BÁSICOS
Kinesfera
Eixo
Ponto de Apoio
Movimentos articulares
Fluxo (livre e interrompido e conduzido)
Rápido e lento
Formação
Níveis (alto, médio e baixo)
Deslocamento (direto e indireto)
Dimensões (pequeno e grande)
Ponto de Apoio
Rotação
Coreografia
Salto e queda
Peso (leve e pesado)
conduzido)
Lento, rápido e moderado
Direção
Giro
Rolamento
Saltos
Aceleração e desace-leração
Direções (frente, atrás, direita e esquerda)
Improvisação
Sonoplastia
Extensão (perto e longe)
Técnica: Improvisação
Gênero: Circular
Folclórica, popular e étnica
Indústria Cultural e espetáculo
Performance e moderna

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Movimentos e Períodos

CONTEÚDOS BÁSICOS
Dança Clássica
Dança Popular
Brasileira
Paranaense
Africana

Indígena
Hip Hop
Musicais
Expressionismo
Indústria Cultural
Dança Moderna
Vanguardas
Dança Moderna
Dança Contemporânea

ENSINO MÉDIO

ÁREA MÚSICA

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Elementos Formais

CONTEÚDOS BÁSICOS
Altura
Duração
Timbre
Intensidade
Densidade

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Composição

CONTEÚDOS BÁSICOS
Ritmo
Melodia
Harmonia
Escalas
Gêneros: erudito, clássico, popular, étnico, folclórico, Pop

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Movimentos e Períodos

CONTEÚDOS BÁSICOS
Música Popular Brasileira
Paranaense
Popular
Indústria Cultural
Engajada
Vanguarda
Africana
Latino-Americana

ÁREA ARTES VISUAIS

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Elementos Formais

CONTEÚDOS BÁSICOS
Ponto
Linha

Forma
Textura
Superfície
Volume
Cor
Luz

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Composição

CONTEÚDOS BÁSICOS
Bidimensional
Tridimensional
Figura e fundo
Figurativo
Abstrato
Perspectiva
Semelhanças
Contrastes
Ritmo Visual
Simetria
Deformação
Estilização
Técnica: Pintura, desenho, modelagem, instalação performance, fotografia, gravura , arquitetura ...
Gêneros: paisagem, natureza-morta, Cenas do Cotidiano, Histórica, Religiosa, da Mitologia.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Movimentos E Períodos

CONTEÚDOS BÁSICOS
Renascimento
Barroco
Arte Africana
Arte Brasileira
Arte Paranaense
Arte Popular
Arte de Vanguarda
Indústria Cultural
Arte Contemporânea
Arte Latino- Americana

ÁREA TEATRO

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Elementos Formais

CONTEÚDOS BÁSICOS
Personagem:
expressões corporais,
vocais,
gestuais e
faciais
Ação
Espaço

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Composição

CONTEÚDOS BÁSICOS
Técnicas: jogos teatrais, teatro direto e indireto, mímica, ensaio, Teatro-Fórum
Roteiro
Encenação e leitura dramática
Gêneros: Tragédia, Comédia, Drama e Épico
Dramaturgia
Representação nas mídias
Caracterização
Cenografia,
sonoplastia, figurino e iluminação
Direção
Produção

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Movimentos e Períodos

CONTEÚDOS BÁSICOS
Teatro Greco-Romano
Teatro Medieval
Teatro Brasileiro
Teatro Paranaense
Teatro Popular
Indústria Cultural
Teatro Engajado
Teatro Dialético
Teatro Essencial
Teatro do Oprimido
Teatro Pobre
Teatro de Vanguarda
Teatro Renascentista
Teatro Latino- Americano
Teatro Realista
Teatro Simbolista

ÁREA DANÇA

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Elementos Formais

CONTEÚDOS BÁSICOS
Movimento Corporal
Tempo
Espaço

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Composição

CONTEÚDOS BÁSICOS
Kinesfera
Fluxo
Peso
Eixo
Salto e Queda
Giro

Rolamento
Movimentos articulares
Lento, rápido e moderado
Aceleração e desaceleração
Níveis
Deslocamento
Direções
Planos
Improvisação
Coreografia
Gêneros: Espetáculo, indústria cultural, étnica, folclórica, populares e salão.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE: Movimentos e Períodos

CONTEÚDOS BÁSICOS
Dança Clássica
Dança Popular
Brasileira
Paranaense
Africana
Indígena
Hip Hop
Indústria Cultural Dança Moderna
Vanguardas
Dança Contemporânea

AVALIAÇÃO

A concepção de avaliação para a disciplina de Arte proposta nestas Diretrizes Curriculares é diagnóstica e processual. É diagnóstica por ser a referência do professor para planejar as aulas e avaliar os alunos; é processual por pertencer a todos os momentos da prática pedagógica. A avaliação processual deve incluir formas de avaliação da aprendizagem, do ensino (desenvolvimento das aulas), bem como a autoavaliação dos alunos.

De acordo com a LDB (n. 9.394/96, art. 24, inciso V) a avaliação é "contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais". Na Deliberação 07/99 do Conselho Estadual de Educação (Capítulo I, art.8º), a avaliação almeja "o desenvolvimento formativo e cultural do aluno" e deve "levar em consideração a capacidade individual, o desempenho do aluno e sua participação nas atividades realizadas".

De fato, a avaliação requer parâmetros para o redimensionamento das práticas pedagógicas, pois o professor participa do processo e compartilha a produção do aluno. Ou seja, a avaliação permite que se saia do lugar comum, dos gostos pessoais, de modo que se desvincula de uma prática pedagógica pragmatista, caracterizada pela produção de resultados ou a valorização somente do espontaneísmo. Ao centrar-se no conhecimento, a avaliação gera critérios que transcendem os limites do gosto e das afinidades pessoais, direcionando de maneira sistematizada o trabalho pedagógico.

Assim, a avaliação em Arte supera o papel de mero instrumento de medição da apreensão de conteúdos e busca propiciar aprendizagens socialmente significativas para o aluno. Ao ser processual e não estabelecer parâmetros comparativos entre os alunos, discute dificuldades e progressos de cada um a partir da própria produção, de modo que leva em conta a sistematização dos conhecimentos para a compreensão mais efetiva da realidade.

O método de avaliação proposto nestas Diretrizes inclui observação e registro do processo de aprendizagem, com os avanços e dificuldades percebidos na apropriação do conhecimento pelos alunos. O professor deve avaliar como o aluno soluciona os problemas apresentados e como ele se relaciona com os colegas nas discussões em grupo. Como sujeito desse processo, o aluno também deve elaborar seus registros de forma sistematizada. As propostas podem ser socializadas em sala, com oportunidades para o aluno apresentar, refletir e discutir sua produção e a dos colegas. 0

É importante ter em vista que os alunos apresentam uma vivência e um capital cultural próprio, constituído em outros espaços sociais além da escola, como a família, grupos, associações, religião e outros. Além disso, têm um percurso escolar diferenciado de conhecimentos artísticos relativos à Música, às Artes Visuais, ao Teatro e à Dança.

O professor deve fazer um levantamento das formas artísticas que os alunos já conhecem e de suas respectivas habilidades, como tocar um instrumento musical, dançar, desenhar ou representar. Durante o ano letivo, as tendências e habilidades dos alunos para uma ou mais áreas da arte também devem ser detectadas e reconhecidas pelo professor.

Esse diagnóstico é a base para planejar futuras aulas, pois, ainda que estejam definidos os conteúdos a serem trabalhados, a forma e a profundidade de sua abordagem dependem do conhecimento que os alunos trazem consigo.

Essa é outra dimensão da avaliação, a zona de desenvolvimento proximal, conceito elaborado por Lev Semenovich Vigotsky que trabalha a questão da apropriação do conhecimento. Vigotsky argumenta que a distância entre o nível de desenvolvimento real, determinado pela capacidade de resolver um problema sem ajuda, e o nível de desenvolvimento potencial, determinado pela resolução de um problema sob a orientação de um adulto ou em colaboração com outro colega, é denominado de *zona de desenvolvimento proximal*.

Portanto, o conhecimento que o aluno acumula deve ser socializado entre os colegas e, ao mesmo tempo, constitui-se como referência para o professor propor abordagens diferenciadas.

A fim de se obter uma avaliação efetiva individual e do grupo, são necessários vários instrumentos de verificação tais como:

• trabalhos artísticos individuais e em grupo;

REFERÊNCIAS

KOSIK, K. **Dialética do Concreto**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2002.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do. **Diretrizes Curriculares de Arte para a Educação Básica**. Departamento de Educação Básica. Curitiba, 2008.

PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação do. Departamento de Ensino Médio. **LDP: Livro Didático Público de Arte**. Curitiba: SEED-PR, 2006.

CAMPOS, Neide P. **A construção do olhar estético crítico do educador.** Florianópolis: UFSC, 2002

CANDAU, Vera Maria (org.). **Sociedade, educação e cultura: questões e propostas.** Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes, 2002.

CHAUÍ, Marilena. **Convite à filosofia.** São Paulo: Ática, 2003.

BAKHTIN, Mikhail (Volochínov). **Marxismo e filosofia da linguagem.** Trad. Michel Lahud e Yara F. Vieira. 7ª ed. São Paulo: Hucitec, 1995.

BOURO, S.B. **Olhos que pintam: a leitura de imagens e o ensino da arte**. São Paulo: Educ/Fapesp/Cortez, 2002.

FERRAZ, M.; FUSARI, M. R. **Metodologia do ensino de Arte**. 2ª ed. São Paulo: Cortez, 1993.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário da Língua Portuguesa.** 3ª ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia do oprimido**. 12ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983.

_____. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. 8ª ed. São Paulo: Terra e Paz, 1998.

_____, **A importância do ato de ler.** São Paulo: Cortez, 1995.

HOUAISS, Antônio e Vilar, M. de S. **Dicionário Houaiss da língua portuguesa.** 1ª ed.Rio de Janeiro: Objetiva, 2001

LABAN, Rudolf. **Domínio do Movimento**. São Paulo: Summus, 1978.

MARQUES, Isabel A. **Ensino de dança hoje: textos e contextos.** 2ª ed. São Paulo: Cortez, 2001

_____. **Dançando na escola**. São Paulo: Cortez, 2003.

MIGLIORI, R. **Paradigmas e educação**. São Paulo: Aquariana, 1993.

OSTROWER, Fayga P. **Universo da arte,** 7ª ed. Rio de Janeiro: Campus, 1991.

PAREYSON, L. **Os problemas da estética**. São Paulo. Martins Fontes, 1997.

SACRISTAN J.G. **A escolarização transforma-se em uma característica antropológica das sociedades complexas.** In: A educação Obrigatória: seu sentido educativo e social. Porto Alegre: ARTMED, 2001, p. 35-55

SANTAELLA, Lucia. (Arte) & (Cultura): **Equívocos do elitismo**. São Paulo: Cortez, 3ª. Ed, 1995.

SILVA, Tomas Tadeu. **Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo.** 2ª ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

ZAMACOIS, Joaquin. **Temas de estética y de historia de la música**. Barcelona: Labor, 1986.

Diretrizes Curriculares da Educação Básica Paraná – Arte, SEED-PR. 2008.

DISCIPLINA DE SOCIOLOGIA

CONCEPÇÃO DO ENSINO

Historicamente, a sociedade tem assumido, características capitalistas e a busca da compreensão destas, entre outras coisas, tem sido a preocupação da Sociologia para sua consolidação como ciência.

O período de conformação do capitalismo foi marcado por profundas mudanças na organização social que fizeram com que seus contemporâneos buscassem explicações para os fenômenos sociais com os quais conviviam.

As antigas formas organizativas do mundo foram sucessivamente alteradas pelas experiências da Modernidade que propõe, entre outras coisas, a utilização da razão como formatadora da realidade. Sendo assim, várias relações sociais cotidianas foram transformadas neste processo.

O capitalismo com sua nova forma de organização das relações sociais e de trabalho, traz em seu bojo questões econômicas/culturais que precisam de respostas. Surgem então os pensadores da Sociologia que buscam dar conta destas questões através da elaboração de teorias explicativas dessa dinâmica social, sob diferentes olhares e posicionamentos políticos.

Com Augusto Comte (1798-1857) surge o termo Sociologia, este autor buscará criar um método específico para o estudo da sociedade, já que acreditava que a ciência deveria ser usada na organização das mesmas e afirmando que a ordem levaria ao progresso.

Émile Durkheim (1858-1917) irá utilizar-se de conceitos de Comte na elaboração e consolidação de uma ciência que tenta entender a sociedade e as relações sociais. Para Durkheim o sujeito faz parte da sociedade e a sociedade o compõe, então, a mesma só faz sentido se :" compreendida como um conjunto cuja existência própria, independentemente de manifestações individuais, exerce sobre cada ser humano uma coerção exterior, a partir de pressões e obrigatoriedades porque, de alguma forma ela não "cabe" na sua totalidade, na mente de cada indivíduo" (SEED, 2006, p.21). Sendo assim, a precedência da sociedade sobre os indivíduos faz com que a cooperação seja necessária à organização social. Tal cooperação só pode existir no consenso, daí caber à educação papel fundamental neste processo.

Em Max Weber(1864-1920) a orientação vai num outro sentido, para ele o indivíduo prevalece sobre a sociedade. Ele estabelece a Sociologia Compreensiva que vai buscar entender a sociedade partindo da compreensão das ações individuais. Para ele "compreender a sociedade é analisar os comportamentos movidos pela racionalidade dos sujeitos com relação aos outros, é compreender o agir dos homens que se relacionam uns com os outros, de acordo com um cálculo e uma finalidade que tem por base as regras".(SEED, 2006, p.22).

A sociedade estaria marcada, então, pelo desenvolvimento da racionalidade, rumando a "burocratização". Caberia, pois, a educação o papel de "(...) prover os sujeitos de conteúdos especializados, eruditos, e de disposições que os predisponham a ter condições – conduta de vida e conhecimento especializados – necessárias para realizar suas funções de perito na burocracia profissional" (SEED, 2006, p22).

Outro autor relevante para o entendimento das sociedades é Karl Marx (1818-1883). Muito embora Marx não esteja preocupado com a constituição de uma ciência, suas reflexões são importantes para a compreensão das sociedades. Buscando compreender a sociedade capitalista e apontar uma direção para sua transformação, Marx desvenda os mecanismos de exploração e manutenção das relações sociais apontando para o fato das sociedades estarem divididas em classes, enunciou "(...) como lei de validade geral que a história das sociedades é movida pela luta entre as classes sociais. (SEED, 2006, p.21). Ainda de acordo com o autor, a educação é um mecanismo que, conforme seu conteúdo de classe, pode oprimir ou emancipar o homem.

Desde então, a preocupação com a sociedade e as relações sociais tem sido a principal preocupação desta ciência, ou seja, entender, explicar e questionar os mecanismos de produção, organização, domínio, controle e poder institucionalizados ou não, que resultam em relações sociais de maior ou menor exploração ou igualdade, possibilitando aos indivíduos compreender e atuar de forma efetiva sobre a realidade que os cercam.

É neste contexto que se faz necessária a introdução desta disciplina na Educação de Jovens e Adultos, tendo em vista que a mesma tem o compromisso com a formação humana e o acesso à cultura geral, a Sociologia contribuirá no desempenho de tal tarefa, na medida em que propicia aos educandos a possibilidade de uma maior compreensão da sociedade onde o mesmo vive e sua atuação sobre a mesma.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

No ensino da Sociologia propõe-se que sejam redimensionados aspectos da realidade por meio de uma análise didática e crítica dos problemas sociais.

É preciso, entretanto, levar em conta as particularidades da Educação de Jovens e Adultos, que tem por base o reconhecimento do educando como sujeitos do aprendizado, um compromisso com a formação humana e com o acesso à cultura geral. Sendo assim, os conteúdos específicos deverão estar articulados à realidade, considerando sua dimensão sócio-histórica, vinculado ao mundo do trabalho, à ciência, às novas tecnológicas, dentre outras coisas.

Neste sentido, destacam-se os conteúdos específicos da disciplina não precisam ser trabalhados, necessariamente, de forma seqüencial, do primeiro ao último conteúdo listado, podendo ser alterada a ordem dos mesmos sem problemas para compreensão, já que eles, apesar de estarem articulados, possibilitam sua apreensão sem a necessidade de uma "amarração" com os demais.

Sugere-se, no entanto, que a disciplina seja iniciada com uma rápida contextualização do surgimento da Sociologia, bem como a apresentação de suas principais teorias na análise/compreensão da realidade.

No ensino de Sociologia é necessária a adoção de múltiplos instrumentos metodológicos, instrumentos estes, que devem adequar-se aos objetivos pretendidos, seja a exposição, a leitura e esclarecimentos do significado dos conceitos e da lógica dos textos (teóricos, temáticos, literários), sua análise e discussão, a apresentação de filmes, a audição de músicas, enfim, o que importa é que o educando seja constantemente provocado a relacionar a teoria com o vivido, a rever conhecimentos e a reconstruir coletivamente novos saberes.

Por fim, o conhecimento sociológico deve ir além da definição, classificação, descrição e estabelecimento de correlações dos fenômenos da realidade social. É tarefa primordial do conhecimento sociológico explicitar e explicar problemáticas sociais concretas e contextualizadas, de modo a desconstruir pré-noções e preconceitos que quase sempre dificultam o desenvolvimento da autonomia intelectual e de ações políticas direcionadas á transformação social.

No intuito de contemplar a Lei 11.645/08 referente à História e cultura afro-brasileira, africana e indígena, serão trabalhados conteúdos de acordo com a especificidade da disciplina, bem como a influência dessas culturas na formação de nossa sociedade.

ORGANIZAÇÃO DOS CONTEÚDOS

1-Conteúdo estruturante: O surgimento da Sociologia e Teorias Sociológicas.

Conteúdos básicos: Modernidade (Renascimento; Reforma Protestante; Iluminismo; Revolução Francesa e Revolução Industrial).
- Desenvolvimento das Ciências;
- Senso comum e Conhecimento científico;

- Teóricos da sociologia: Comte, Durkheim, Weber, Engels e Marx;
- Produção Sociológica Brasileira.

2-Conteúdo estruturante: O processo de socialização e as instituições sociais.
Conteúdos básicos:
- Instituições familiares;
- Instituições escolares;
- Instituições religiosas;
- Instituições políticas, dentre outras.

3-Conteúdo estruturante: Cultura e Indústria Cultural.
Conteúdos básicos:
- Conceitos antropológicos de cultura;
- Diversidade cultural;
- Relativismo;
- Etnocentrismo;
- Identidade;
- Sociedade de consumo;
- Cultura de massa – cultura erudita e cultura popular;
- Questões de gênero e outras minorias.

4-Conteúdo Estruturante: Trabalho, produção e classes sociais;
Conteúdos básicos:
- Salário e lucro;
- Desemprego, desemprego conjuntural e desemprego estrutural;
- Subemprego e informalidade;
- Terceirização;
- Voluntariado e cooperativismo;
- Empreendedorismo;
- Agronegócios;
- Empregabilidade e produtividade;
- Capital humano;
- Reforma trabalhista e Organização Internacional do Trabalho;
- Economia solidária;
- Flexibilização;
- Neoliberalismo;
- Reforma agrária;
- Reforma sindical;
-Toyotismo, Fordismo;
- Estatização e privatização;
- Parcerias público-privadas;
- Relações de mercado, entre muitos outros.

5 – Conteúdo estruturante: Poder, política e ideologia
Conteúdos básicos:
- Estado Moderno;
-Tipos de Estados;
-Conceito de poder;
-Conceito de dominação;
-Conceito de Política;
-Conceito de ideologia.

6-Conteúdo Estruturante: Direitos, cidadania e movimentos sociais.
Conteúdos básicos:
- Conceito moderno de direito;
- Conceito de movimento social;
- Cidadania;
- Movimentos sociais urbanos;
- Movimentos sociais rurais;
- Movimentos sociais conservadores.

AVALIAÇÃO

A avaliação, na disciplina de Sociologia, não pode ser confundida com um processo de técnico de medição, neste sentido é preciso repensar os instrumentos utilizados nesse processo, de modo que os mesmos reflitam os objetivos desejados no desenvolvimento do processo educativo, superando o conteudismo, numa perspectiva marcada pela autonomia do educando.

Sendo assim, as práticas de avaliação em Sociologia, acompanham as próprias práticas de ensino e de aprendizagem da disciplina, seja a reflexão crítica em debates, que acompanham os textos ou filmes, seja na produção de textos que demonstrem capacidade de articulação entre teoria e prática, seja na pesquisa bibliográfica, enfim, várias podem ser as formas, desde que se tenha como perspectiva, ao selecioná-las, a clareza dos objetivos que se pretende atingir, no sentido da apreensão, compreensão e reflexão dos conteúdos pelo educando.

REFERÊNCIAS

ALBORNOZ, S. **O que é trabalho**. São Paulo: Brasiliense, 1989.
ANTUNES, R. (Org.) **A dialética do trabalho: Escritos de Marx e Engels**. São Paulo: Expressão popular, 2004.
AZEVEDO, F. **Princípios de Sociologia:pequena introdução ao estudo da Sociologia geral**. São Paulo: Duas Cidades, 1973.
BOBBIO, N. **Estado, governo, sociedade: por uma teoria geral da política**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.
BOSI, E. **Cultura de massa e cultura popular: leituras de operárias**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1981.
COELHO, T. **O que é indústria cultural**. 15ed. São Paulo: Brasiliense, 1993.
COMTE, A **. Sociologia**. São Paulo: Ática, 1978.
DURKHEIM, E. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1978.
GEERTZ, C. **A interpretação das culturas**. Rio de Janeiro: Zahar, 1973.
GIDDENS, A **Sociologia**. 6 ed. Porto Alegre: Artmed,2005.
GOHN, M. G. (Org.) **Movimentos sociais no início do século XXI: antigos e novos atores sociais**. Petrópolis: Vozes, 2003.
LAPLANTINE, F. **Aprender antropologia**. 12 ed. São Paulo: Brasiliense, 2000.
SECRETARIA DE EDUCAÇÃO DO ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Diretrizes Curriculares da Rede pública de Educação Básica do Estado do Paraná – Sociologia. Curitiba, 2008.
MARX, K. Os pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1978.
SEED. **Diretrizes Curriculares da Rede pública de Educação Básica do Estado do Paraná – Sociologia**. Curitiba, 2008.
WEBER, M. **Sociologia**. São Paulo: Ática, 1979.

DISCIPLINA DE FIILOSOFIA

CONCEPÇÃO DO ENSINO

Esta Proposta Pedagógica Curricular para o Ensino de Filosofia na Educação de Jovens e Adultos foi elaborada tendo como referência as Diretrizes Curriculares de Filosofia para a Educação Básica do Estado do Paraná e as especificidade desta modalidade de ensino que considera os educandos sujeitos de um processo histórico em que a experiência vivida fora do processo de educação institucionalizada constitui forte elemento formativo.

As Diretrizes Curriculares de Filosofia pontuam que ao se tratar de ensino de Filosofia, é comum retomar a clássica questão a respeito da cisão entre Filosofia e filosofar. Ensina-se Filosofia ou a filosofar? Muitos citam Kant, para lembrar que não é possível ensinar Filosofia e sim a filosofar. Ocorre que para ele não é possível separar a Filosofia do filosofar. Kant quer afirmar a autonomia da razão filosofante diante da própria filosofia. Do mesmo modo Hegel, não é possível conhecer o conteúdo da Filosofia sem filosofar. A Filosofia constitui seu conteúdo na medida em que reflete sobre ele. A prática da Filosofia leva consigo o seu produto não é possível fazer filosofias sem filosofar, nem filosofar sem filosofia, porque a Filosofia não é um sistema acabado, nem o filosofar apenas investigação dos princípios universais propostos pelos filósofos (GALLO & KOHAN, 2000, p.184).

Não é possível filosofar sem Filosofia e estudar Filosofia sem filosofar. Deste modo, entende-se que as aulas de Filosofia, na EJA, são espaços de estudo da Filosofia e do filosofar. A Filosofia apresenta-se como conteúdo filosófico e também como um conhecimento que possibilita ao educando da EJA o desenvolvimento de um estilo próprio de pensamento.

As Diretrizes Curriculares para o ensino de Filosofia no Estado do Paraná propõe que este ensino seja um espaço para criação de conceitos, unindo a Filosofia e o filosofar como atividades indissociáveis que dão vida a aula.

Seguindo essas Diretrizes, propomos que o trabalho pedagógico com a EJA tome esse ensino como criação e ressignificação de conceitos.

Sobre a necessidade de pensar a Filosofia e o seu ensino com caráter de criação de conceitos, Deleuze & Guattari (1992) têm uma significativa contribuição. Mas o conceito é dado é criado, está por criar; não é formado, ele próprio se põe em si mesmo, autoposição (DELEUZE & GUATTARI, 1992, p, 20).

Portanto, a Filosofia na EJA, em sua dimensão pedagógica, significa o espaço de experiência filosófica, o espaço de criação e provocação do pensamento original, da busca, da compreensão, da imaginação da investigação e da criação de conceitos.

Os conteúdos devem ser trabalhados na perspectiva de pensar problemas com significados histórico e social para os educandos, e serão estudados e analisados com auxilio de fragmentos de textos filosóficos, que devem fornecer subsídios para que o educando possa pensar o problema, pesquisar, fazer relações, ressignificar e criar conceitos.

Por isso é importante não fazer apenas uma leitura histórica dos textos filosóficos, o que seria uma atualização de formas antigas que colocaria em risco a atividade filosófica. Ir ao texto filosófico ou à história da Filosofia não significa trabalhar numa perspectiva em que esses conteúdos passem a ser a única preocupação da aula de Filosofia. Eles são importantes na medida em que atualizam o problema filosófico a ser tratado com os educandos.

O trabalho realizado em sala de aula deve assegurar, para o educando da EJA, a experiência do “específico” da atividade filosófica. Este exercício poderá se manifestar em cada aula refazendo o percurso filosófico. O educador organiza a aula propondo problematizações, leituras filosóficas e análises de textos; organiza debates, propõe pesquisas, sistematizações e elaborações de conceitos.

O ensino de Filosofia na EJA possui uma especificidade que se concretiza na relação com o educando com os problemas suscitados, com a busca de soluções nos textos filosóficos por meio do diálogo investigativo.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Na EJA, o trabalho pedagógico com os conteúdos específicos da Filosofia constitui-se em quatro momentos: a sensibilização; a problematização; a investigação; e a criação de conceitos.

Em sala de aula, o início do conteúdo pode ser facilitado pela exibição de um filme ou de uma imagem; da leitura de um texto jornalístico ou literário; da audição de uma música; ou tantas outras possibilidades (atividades geralmente conduzidas, pelo educador, com o objetivo de investigar e mobilizar possíveis relações entre o cotidiano do educando e o conteúdo filosófico a ser desenvolvido) damos o nome a essa etapa de sensibilização.

Após a sensibilização, inicia-se o trabalho propriamente filosófico – a problematização, a investigação e a criação de conceitos. Não significa dizer que a sensibilização não possa ocorrer diretamente a partir do conteúdo problematizado.

A problematização seria o segundo momento, quando o educador e educando levantam questões, identificam problemas e problematizam o conteúdo. Ë importante ressaltar que o recurso utilizado para a sensibilização seja o filme, a música, ou o texto, filosófico ou não, podem ser retomados a qualquer momento no trabalho em sala.

Problematizando, o educador convida o educando da EJA a investigar o problema em questão, isto se dá por meio do diálogo investigativo. O diálogo investigativo a partir do texto e com o texto é o primeiro passo para possibilitar a experiência filosófica em sala de aula. Recorrendo à história da Filosofia e aos clássicos, o educando defronta-se com as diferentes maneiras de enfrentar o problema e com as possíveis soluções que já foram elaboradas, que não obstante, podem não resolver o problema, mas orientar a discussão.

A aula de Filosofia na EJA deve estar na perspectiva de quem dialoga com a vida, por isso, é importante que a busca de resolução do problema se preocupe também com uma análise atual, fazendo uma abordagem contemporânea que remeta o educando a sua própria realidade. Desta forma, partindo de problemas atuais, estudados a partir da história da filosofia, do estudo dos textos clássicos, da abordagem realizada por outras ciências, e de sua abordagem contemporânea, o educando da EJA pode formular seus conceitos e construir seu discurso filosófico. Portanto, o texto filosófico que ajudou os filósofos do passado a entender e analisar filosoficamente o problema em questão deve ser trazido para o presente. O contemporâneo, no sentido de fazer entender o que ocorre hoje e como o educando pode, a partir da história da filosofia, entender os problemas da nossa sociedade. Após esse exercício, o educando terá condições de perceber o que está implícito nas idéias e de com elas se tornam conhecimentos e por vezes ideologias, criando assim a possibilidade de argumentar filosoficamente, por meio de raciocínios lógicos um pensar coerente e crítico.

É imprescindível que a aula de Filosofia seja permeada por atividades individuais e coletivas, que organizem e orientem o debate filosófico, dando um caráter dinâmico e investigativo ao ato de filosofar. No intuito de contemplar a Lei 11.645/08 referente à História e cultura afro-brasileira, africana e indígena, serão trabalhados conteúdos de acordo com a especificidade da disciplina, bem como a influência dessas culturas na formação de nossa sociedade

As Diretrizes Curriculares de Filosofia para a Educação Básica do Estado do Paraná propõe seis conteúdos estruturantes, com possibilidades para a organização do ensino de Filosofia, de acordo com o número de aulas disponíveis no curso ou na matriz curricular.

Esses conteúdos são conhecimentos de maior amplitude e relevância que, desmembrados em um plano de Ensino, deverão garantir conteúdos significativos ao educando da EJA. Estes conteúdos são: Mito e Filosofia; Teoria do Conhecimento; Ética; Filosofia Política; Estética; Filosofia da Ciência.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE

1. MITO E FILOSOFIA

O homem pode ser identificado e caracterizado como um ser que pensa e cria explicações. Na criação do pensamento está presente tanto o mito como a racionalidade, ou seja, a base mitológica enquanto pensamento por figuras; e a base racional, enquanto pensamento por conceitos são constituintes do processo de formação do conhecimento filosófico. Esse fato não pode deixar de ser considerado, pois é a partir dele que o homem desenvolve suas idéias, cria sistemas, inventa e elabora leis, códigos, práticas. Entender a conquista da autonomia da racionalidade (LOGOS) diante do mito, marca o advento de uma etapa fundamental na história do pensamento e do desenvolvimento de todas as concepções científicas produzidas ao longo da história humana. Autores sugeridos: Jean-Pierre Vernant, Mircea Elíade, Moses Finley, Vidal Naquet.

1.1 **CONTEÚDOS BÁSICOS**
1.1.1 O nascimento da Filosofia;
1.1.2 A vida cotidiana na sociedade grega;
1.1.3 O mito a origem de todas as coisas;
1.1.4 Mito e razão filosófica;
1.1.5 Senso comum e conhecimento filosófico;
1.1.6 Senso comum, conhecimento filosófico e conhecimento científico;
1.1.7 Ciência e senso comum.

1.2 **CONTEÚDOS ESPECÍFICOS**
1.2.1 Atitude Filosófica
1.2.2 Contextualização da Grécia anterior à Filosofia
1.2.3 Os mitos como forma de explicação do mundo
1.2.4 Os mitos gregos e os mitos nos dias de hoje
1.2.5 Enfraquecimento dos mitos e surgimento da Filosofia
1.2.6 Afinal, o que é Filosofia?
1.2.7 Para que serve a Filosofia?
1.2.8 Senso comum e senso crítico
1.2.9 Relação entre Mito e Filosofia
1.2.10 Filosofia e Cotidiano
1.2.11 Os primeiros filósofos da Grécia Antiga: Safo de Lesbos, Aspásia de Mileto, Hiparquia, Hipácia
1.2.12 A história de vida de Sócrates
1.2.13 “Alegoria da Caverna” de Platão

2. **CONTEÚDO ESTRUTURANTE**

TEORIA DO CONHECIMENTO

Este conteúdo teoriza e problematiza o sentido, os fundamentos, a possibilidade e a validade do conhecimento. Evidencia os limites do conhecimento possibilitando perceber fatores históricos e temporais que influíram na sua elaboração e assim retomar problemáticas já pensadas na perspectiva de novas soluções relativas a seu tempo. Entre os clássicos que trataram do problema do conhecimento podemos citar: Aristóteles, Descartes, Hegel, Hume, Kant, Platão, Russell.

2.1 **CONTEÚDOS BÁSICOS**
2.1.1 O problema do conhecimento;
2.1.2 Fundamentos do conhecimento;
2.1.3 Filosofia e método;
2.1.4 Racionalismo;
2.1.5 Empirismo;
2.1.6 Ceticismo;

2.2 **CONTEÚDOS ESPECÍFICOS**
2.2.1 O conhecimento
2.2.2 Realidade e aparência
2.2.3 Formação do conhecimento e suas fontes
2.2.4 Platão e Protágoras: relativismo e racionalismo
2.2.5 As críticas de Aristóteles a Platão
2.2.6 Racionalismo cartesiano
2.2.7 Hume e a experiência no processo do conhecimento
2.2.8 Kant e a crítica da razão

3. **CONTEÚDO ESTRUTURANTE**
ÉTICA

Trata dos fundamentos da ação humana e dos valores que permeiam as relações intersubjetivas. Por ser especulativa e também normativa, um dos grandes problemas enfrentados pela ética é a tensão entre o sujeito (particular) e a norma (universal). Outra grande questão está na fundamentação dos valores e das ações: razão ou paixões/desejos. A ética possibilita a problematização, análise e crítica dos valores, virtude, felicidade, liberdade, consciência, responsabilidade, vontade, autonomia, heteronomia, anomia, niilismo, violência, relação entre os meios e os fins. Alguns filósofos: Adorno, Aristóteles, Nietzsche, Scheler, Schopenhauer, Sêneca.

3.1 **CONTEÚDOS BÁSICOS**
3.1.1 Ética e moral;
3.1.2 Concepções éticas;
3.1.3 O que é liberdade?;
3.1.4 Liberdade e autonomia;
3.1.5 Liberdade e determinismo;
3.1.6 Sociabilidade e reconhecimento;
3.1.7 Autoridade e autoritarismo;
3.1.8 Responsabilidade e liberdade;

3.1.9 Questões de gênero;
3.1.10 Diversidade e sociedade.

3.2 **CONTEÚDOS ESPECÍFICOS**
3.2.1 Diferença entre Ética e Moral
3.2.2 A Ética em Aristóteles
3.2.3 A felicidade e o “saber viver” aristotélico
3.2.4 A Ética em Sartre
3.2.5 Jean Paul Sartre e a liberdade
3.2.6 Cultura afro-descendentes, africanas e indígenas
3.2.7 movimento feminino

4. **CONTEÚDO ESTRUTURANTE**

FILOSOFIA POLÍTICA

Discute as relações de poder para compreender os mecanismos que estruturam e legitimam os diversos sistemas políticos. Ocupa-se na investigação sobre a necessidade humana da vida em comum, seja pela capacidade de autogoverno ou pela necessidade da existência de um poder externo e coercitivo. Problematiza conceitos como o de cidadania, democracia, soberania, justiça, igualdade, liberdade, público e privado, retórica, indivíduo e cidadão. Alguns pensadores clássicos:Aristóteles, Arendt, Gramsci, Hegel, Hobbes, J.S. Mill, Kant,Locke,Maquiavel, Marcuse, Marx, Montesquieu, Platão, Rousseau, Voltaire.

4.1. **CONTEÚDOS BÁSICOS**
4.1.1 O preconceito contra política;
4.1.2 Os Gregos e a invenção da Política;
4.1.3 Nascimento da democracia;
4.1.4 Ética e Política;
4.1.5 Concepção liberal e Política;
4.1.6 Crítica de Marx ao liberalismo.
4.1.7 Relações entre comunidade e poder
4.1.8 Liberdade e igualdade política
4.1.9 Política e Ideologia
4.1.10 Esfera pública e privada
4.1.11 Cidadania formal e/ou participativa

4.2 **CONTEÚDOS ESPECÍFICOS**
4.2.1 Introdução à Filosofia Política
4.2.2 Relação entre Ética e Política
4.2.3 Qual é a importância do envolvimento político?
4.2.4 Preconceito contra a política e a política de fato
4.2.5 O surgimento da Democracia
4.2.6 Democracia Direta e Indireta
4.2.7 O que são formas de Governo?
4.2.8 Política na Grécia: o ideal político ateniense
4.2.9 Teoria Política de Aristóteles
4.2.10 O Contrato Social
4.2.11 O Estado: Poder e Violência
4.2.12 Marx e a crítica à sociedade burguesa e capitalista
4.2.13 Desigualdade social e violência no Brasil
4.2.14 Alienação e emancipação humana
4.2.15 Política na escola: Grêmio Estudantil, APMF, CE, etc

4.2.16 Políticas afirmativas: sistema de cotas, financiamento estudantil, etc.

5. **CONTEÚDO ESTRUTURANTE**

ESTÉTICA

Compreender a sensibilidade, a representação criativa, a apreensão intuitiva do mundo concreto e a forma como elas determinam as relações do homem com o mundo e consigo mesmo é objeto de conhecimento desse conteúdo. Voltada principalmente para a beleza e a arte, a estética está intimamente ligada à realidade e às pretensões humanas de dominar, moldar, representar, reproduzir, completar, alterar, apropriar-se do mundo enquanto realidade humanizada. Também estão em questão as diferentes concepções sobre a arte, as relações entre a arte e pensamento, arte e mercado, arte e sociedade. Alguns filósofos: Baumgarten, Hegel Hume, Dufrenne, Bachelard, Schiller, Eagleton, Kant, Benjamim, Adorno Rancière, Merleau-Ponty, Husserl, Paul Valéry.

5.1 **CONTEÚDOS BÁSICOS**

5.1.1 Pensar a beleza;
5.1.2 Estética ou Filosofia da Arte?;
5.1.3 Concepções de estética;
5.1.4 Concepções de Arte;
5.1.5 Arte como conhecimento;
5.1.6 Necessidade ou finalidade da Arte;
5.1.7 Arte e Política;
5.1.8 Crítica do gosto;
5.1.9 Arte e movimento: cinema, teatro e dança;
5.1.10 Perspectivas contemporâneas: Arte conceitual e suas perspectivas.

6. **CONTEÚDOS ESTRUTURANTES**

FILOSOFIA DA CIÊNCIA

É o estudo crítico dos princípios, das hipóteses e dos resultados das diversas ciências. Discute a provisoriedade do conhecimento científico e o relaciona com planos epistemológicos, ideológicos, políticos, econômicos, religiosos. Ciência e tecnologia são frutos da cultura do nosso tempo e envolvem o universo do empirismo e do pragmatismo da pesquisa aplicada, daí a necessidade de entendê-las. Filósofos sugeridos: Bachelard, Feyerabend, Foucault, Granger, Habermas, Kuhn, Popper, Ricouer.

6.1 **CONTEÚDOS BÁSICOS**

6.1.1 O que é Ciência;
6.1.2 Revoluções científicas e progresso da ciência;
6.1.3 As conseqüências sociais e políticas da ciência;
6.1.4 Bioética: geral, especial e clínica;
6.1.5 Tendências da Bioética;
6.1.6 Bioética e Aborto;
6.1.7 Bioética e experiência Genética.

AVALIAÇÃO

Para Kohan e Waksman, (2002), o ensino de Filosofia tem uma especificidade que deve ser levada em conta no processo de avaliação. Como prática, como discussão com o outro, como construção de conceitos essa disciplina encontra seu sentido na experiência do pensamento filosófico. Entendemos por experiência esse conhecimento inusitado que o educador pode propiciar, preparar, porém não determinar e, menos ainda, avaliar ou medir.

A avaliação deve ser concebida na sua função diagnóstica; isto e não tem finalidade em si mesma, mas tem a função de subsidiar e mesmo redirecionar o curso da ação no processo de ensino-aprendizagem, pela qualidade com que educadores,educandos e a própria instituição de ensino o constroem coletivamente. Apesar de sua inequívoca importância individual, no ensino de Filosofia, a avaliação não resumir-se-á a perceber quanto o educando assimilou do conteúdo presente, na história da Filosofia, do texto ou dos problemas filosóficos, nem a examinar sua capacidade de tratar deste ou daquele tema.

O ensino da Filosofia é, acima de tudo, um grande desafio conforme salienta Langón (2003, p. 94): Ora, parece-me que a atividade filosófica do mestre consiste em gerar ou dar poder ao outro: isto quer dizer também fazê-lo responsável. Nisto reside a fecundidade, a atividade de “produzir” a capacidade de pensar, dizer e agir de outro, que implica a realização de pensamentos, palavras, ações diferentes das do mestre, que lhe escapam ao querer e ao “controle” [...} Querer que o outro pense, diga e faça o que queira, isto não é um querer fácil.

Ao avaliar, o educador deve ter profundo respeito pelas posições do educando, mesmo que não concorde com ela, pois o que está em questão é a capacidade de argumentar e de identificar os limites dessas posições.

O que deve ser levado em conta é atividade com conceitos, a capacidade de construir e tomar posições, de detectar os princípios e interesses subjacentes aos temas e discursos. Assim, torna-se relevante avaliar a capacidade do educando da EJA trabalhar e criar conceitos sob os seguintes pressupostos:

- Qual conceito trabalhou e criou/recriou;
- Qual discurso tinha antes;
- Qual discurso tem após o estudo da Filosofia.

A avaliação da Filosofia se inicia com a sensibilização, com a coleta do que o educando pensava antes e o que pensa após o estudo. Com isso, torna-se possível entender a avaliação como um processo, não como um momento separado, visto em si mesma.

REFERÊNCIA

ASPIS, R. **O professor de Filosofia: o ensino da Filosofia no Ensino Médio como experiência filosófica**. CEDES. Campinas. n. 64, 2004.
BACHELARD, G. **O ar e os sonhos. Ensaios sobre a imaginação do movimento**. São Paulo: Martins Fontes, 1990.

BORNHEIM, G. **O sujeito e a norma**. In NOVAES, Adauto. Ëtica. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

CHAUI, M. **O retorno do teológico-político**. In: Sérgio Cardoso (org.). Retorno ao republicanismo. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2004.

CORBISIER, R. **Introdução à filosofia**. 2 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1986, v.1.

DELEUZE, G.; GUATTARI, F. **O que é a filosofia**? Rio de Janeiro: Ed.34, 1992. 288p. (coleção Trans).

GALLINA, S. O ensino da Filosofia e a criação de conceitos. CEDES. Campinas, n. 2004.

GALLO, S.; KOHAN, W. O. (orgs). **Filosofia no ensino médio**. Petrópolis: Vozes, 2000.

HORN, G. B. **Por uma mediação praxiológica do saber filosófico no ensino médio: análise e proposição a partir da experiência paranaense**. Tese (Doutorado, FEUSP). São Paulo, 2002.

LANGON, M. **Filosofia do ensino de filosofia**. In: GALLO, S.; CORNELLI, G.; DANELON, M. (org.) Filosofia do ensino de filosofia. Petrópolis: Vozes, 2003.

LEPOLDO E SILVA, F. **Por que Filosofia no segundo grau**. Revista estudos avançados, v. 6, n. 14, 1992.

KOHAN; WAKSMAN. **Perspectivas atuais do ensino de filosofia no Brasil**. In: FÁVERO, A; KOHAN, W. O.; RAUBER, J. J. Um olhar sobre o ensino de Filosofia. Ijuí: Ed. Da Unijuí, 2002.

RANCIÈRE, J. A partilha do sensível. Estética e política. São Paulo: Ed. 34, 2005.

REALE, G.; ANTISERI, D. História da filosofia: patrística e escolástica. São Paulo: Paulus, 2003.

RIBEIRO, R. J**. Último vôo da andorinha solitária**. Estado de São Paulo, 06 mar.. 2005.

RUSSELL, B. **Os problemas da filosofia**. Coimbra: Almedina, 2001.

SEVERINO, A. J. In: GALLO, S.; DANELON, M.; CORNELLI, G. (orgs.). Ensino de filosofia: teoria e prática. Ijuí: Ed. Unijuí, 2004.

SEED. **Proposta curricular para o ensino de filosofia no 2º grau**. Curitiba, 1994

WOLFF, F. **A invenção da política**, In: NOVAES, A. (org.) A crise do estado nação. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003.

NÚCLEO REGIONAL DE APUCARANA

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENSINO MÉDIO

Disciplina: Geografia

Professora:

Camila Maria Meloquero

APRESENTAÇÃO

A Geografia faz parte do cotidiano humano desde os seus primórdios, desde as primeiras incursões no ambiente em busca de sobrevivência. E o conhecimento e a capacidade de reconhecer e localizar esse espaço vivido tornou-se essencial para a sociedade que se formava. À medida que o processo evolutivo humano-social se constituiu mesmo em diferentes espaços e ambientes do globo, a Geografia sempre esteve presente de forma significativa.

A ciência da Geografia evoluiu e estabeleceu seus paradigmas e seus objetivos dentro de cada contexto histórico-social e de certa forma, avançou sobre certos dogmas impostos por essa sociedade, contrapondo conceitos e análises que a fortificam dentro dos ramos da ciência, permitindo seu estabelecimento dentro das áreas de conhecimento de forma justificada.

Na atualidade, a Geografia de destaca como ciência que ao estudar o espaço geográfico, ao determinar o espaço como geográfico antes de tudo e de todos, estabelece um grau de afinidade entre esse espaço e os seus pertencimentos, sendo estes humanos, sociais, políticos, ambientais, econômicos, ideológicos, etc.

É no nosso espaço geográfico – conceito fundamental de geografia- que ocorrem as manifestações da natureza e as atividades humanas. Por isso, compreender a organização e as transformações sofridas por esse espaço é essencial para a formação do cidadão consciente e crítico dos problemas do mundo em que vive. Por consequência, pensamos no aluno como agente atuante e modificador do espaço geográfico, dentro de uma proposta educacional que requer

responsabilidade de todos, visando construir um mundo mais ético e menos desigual.

Dentro do processo de análise histórico-crítico, a Geografia busca aquilatar as minorias, grupos, tribos, segmentos sociais que foram historicamente desprezados ou simplesmente olvidados, agregando aos seus objetivos históricos e conceituais uma visão plurilateral, destacando a pluridiversidade e a sociedade multicultural e pluriétnica nacional e mundial.

Assim, ao situar-se como ciência, a Geografia encontra espaço no ambiente escolar como disciplina, desenvolvendo no estudante a leitura crítica da atualidade e a compreensão das relações sócio-espaciais da globalização, atual etapa do capitalismo.

Além disso, alfabetiza o estudante para a leitura e a interpretação do espaço geográfico, permitindo a compreensão do processo que gerou a construção ou (re) construção desse espaço e até mesmo a razão dessa localização. A Geografia conceitua as referências de lugar, paisagem, território, redes, região, sociedade e natureza e estabelece formas de organização do espaço em diferentes escalas, local, regional, nacional e mundial.

Ao atingir o Ensino Médio e atentando suas especificidades, a Geografia aprofunda a elaboração de conceitos e discute as inter-relações do espaço geográfico atual com o processo de construção histórico-crítica. Em virtude da maior capacidade de abstração do estudante, a Geografia torna-se subsídio primordial para assegurar a compreensão da atual ordem mundial, permitindo a compreensão da construção do espaço geográfico vivenciado, conhecido como o espaço geográfico distante, não-conhecido e percebendo as relações humanas, sociais e especialmente econômicas que levam a elaboração desse espaço geográfico.

A Geografia no Ensino Médio também discute e esclarece as relações que levaram a construção da atualidade, sem, porém esquecer o processo decorrido nessa construção, inclusive ao tratar da cultura e da historia afro-brasileira e indígena, além de outros componentes étnicos não só brasileiros.

Outro aspecto que se destaca na disciplina de geografia é a temática da Educação Ambiental, que atualmente vem sendo discutida intensamente, com isso, a disciplina levanta questões sobre as novas condutas ambientais e busca estabelecer uma nova prática, uma nova atitude que condiz com as necessidades atuais mundiais.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES E BÁSICOS DE GEOGRAFIA

Ensino Médio

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
☐ Dimensão Econômica do Espaço Geográfico ☐ Dimensão Politica do Espaço Geográfico ☐ Dimensão Cultural e Demográfica do Espaço Geográfico ☐ Dimensão Socioambiental do Espaço Geográfico	A formação e transformação das paisagens. A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção. A distribuição espacial das atividades produtivas e a (re)organização do espaço geográfico. A formação, localização, exploração e utilização dos recursos naturais. A revolução técnico-cientifica-informacional e os novos arranjos no espaço da produção. O espaço rural e a modernização da agricultura. O espaço em rede: produção, transporte e comunicação na atual configuração territorial. A circulação de mão-de-obra, do capital, das mercadorias e das informações. Formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios. As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista. A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização recente. A transformação demográfica, a distribuição espacial e os indicadores estáticos da população. Os movimentos migratórios e suas motivações. As manifestações socioespacial da diversidade cultural.

	O comércio e as implicações socioespaciais. As diversas regionalizações do espaço geográfico. As implicações socioambientais do processo de mundialização. A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do estado.

Ensino Fundamental

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
• Dimensão Econômica do Espaço Geográfico • Dimensão Politica do Espaço Geográfico	Formação e transformação das paisagens naturais e culturais. Dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologia de exploração e produção. A formação, localização e exploração dos recursos naturais. A distribuição espacial das atividades produtivas, a transformação da paisagem, a (re)organização do espaço geográfico. As relações entre campo e a cidade na sociedade capitalista. A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural. A evolução demográfica, a distribuição espacial da população e os indicadores estáticos. As diversidades regionalistas do espaço geográfico. Formação território brasileira. A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração do território brasileiro. As diversas regionalizações do espaço brasileiro. A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural. A evolução demográfica da população, sua distribuição espacial e indicadores estatísticos. Movimentos migratórios e suas motivações. O espaço rural e a modernização da agricultura.

• Dimensão Cultural e Demográfica do Espaço Geográfico • Dimensão Socioambiental do Espaço Geográfico	Os movimentos sociais, urbanos e rurais, e a apropriação do espaço. A formação, o crescimento das cidades, a dinâmica dos espaços urbanos e a urbanização. A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização dos espaço geográfico. A circulação de mão-de-obra, das mercadorias e das informações. As diversas regionalizações do espaço geográfico. A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração dos territórios do continente americano. A circulação de mão-de-obra, do capital, das mercadorias e informações. A distribuição espacial das atividades produtivas, a (re)organização do espaço geográfico. As relações entre o campo e a cidade na sociedade capitalista. O espaço rural e a modernização da agricultura. A evolução demográfica da população, sua distribuição espacial e os indicadores estatísticos. A formação, a localização, exploração dos recursos naturais. A nova ordem mundial, os territórios supranacionais e o papel do Estado. A revolução técnico-cientifico-informacional e os novos arranjos no espaço da produção. O comercio mundial e as implicações socioespaciais. A formação, mobilidade das fronteiras e a reconfiguração territórios. A evolução demográfica da população, sua distribuição espacial e os indicadores estatísticos. A mobilidade populacional e as manifestações socioespaciais da diversidade cultural. Os movimentos migratórios mundiais e suas motivações. A distribuição das atividades produtivas, a transformação da paisagem e a (re)organização do

	espaço geográfico. A formação, localização, exploração dos recursos naturais. A dinâmica da natureza e sua alteração pelo emprego de tecnologias de exploração e produção. O espaço em rede: transporte e comunicações na atual configuração territorial.

ENCAMINHAMENTO METODOLÓGICO

Percebe-se que a prática metodológica no tocante ao ensino de Geografia, tem sido assentada em aulas expositivas, na leitura de textos e em questionários com respostas pré-determinadas, tendo como objetivo a memorização dos conteúdos. Porém, tal prática tem se mostrado insuficiente para que se concretize a construção do conhecimento geográfico. Portanto, faz-se necessário repensar a metodologia para que, de fato, se assegurem os objetivos a que a disciplina de Geografia propõe.

É preciso que o educando se perceba enquanto sujeito, como produto e ao mesmo tempo transformador do espaço, por meio de suas ações e até mesmo de suas omissões.

É importante que a escolha da metodologia possibilite ao educando mecanismos de análise e reflexão sobre sua condição. Segundo FREIRE (1983, p.61): *"não há educação fora das sociedades humanas e não há homens isolados",* portanto, é importante a valorização dos saberes que os educandos possuem e que foram acumulados ao longo de suas existências. Esses saberes devem ser o ponto de partida para a construção de outros saberes. No caso da Geografia, tais pressupostos se tornam mais evidentes e necessários.

A realidade dos educandos deve ser valorizada e a metodologia deve tornar os conteúdos significativos para que, por intermédio do diálogo, se busque explicitar e oportunizar a observação, a análise e a reflexão, categorias essenciais para o desenvolvimento de “um olhar geográfico” da realidade, ou seja, do mundo vivido.

AVALIAÇÃO

A lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDBEN) determina que a avaliação do processo de ensino-aprendizagem seja formativa, diagnóstica e processual. Respeitando o pronuncio da lei, cada escola da rede estadual de ensino, ao construir seu Projeto Político Pedagógico, deve explicitar detalhadamente a concepção de avaliação que orientará a prática dos professores.

Propõe-se, nestas Diretrizes, que a avaliação deve tanto acompanhar a aprendizagem dos alunos quanto nortear o trabalho do professor. Para isso, deve se constituir numa continua ação reflexiva sobre o fazer pedagógico.

Nessa concepção de avaliação, considera-se que os alunos têm diferentes ritmos de aprendizagem, identificam-se dificuldades e isso possibilita a intervenção pedagógica a todo o tempo. O professor pode, então, procurar caminhos para que todos os alunos aprendam e participem das aulas.

Assim, recomenda-se que a avaliação em Geografia seja ais do que a definição de uma nota ou um conceito. Desse modo, as atividades desenvolvidas ao longo do desenvolvimento das aulas devem possibilitar ao aluno a apropriação dos conteúdos e posicionamento critico frente aos diferentes contextos sociais.

O processo de avaliação deve considerar, na mudança de pensamento e atitude do aluno, alguns elementos que demonstram o êxito do processo de ensino/aprendizagem, quais sejam: *a aprendizagem, a compreensão, o questionamento e a participação dos alunos.* Ao destacar tais elementos como parâmetros de qualidade do ensino e da aprendizagem, rompe-se a concepção pedagógica da escola tradicional que destacava tão somente a memorização, a obediência e a passividade (HOFFMANN, 1993).

O processo de aprendizagem discutido por Vygotsky é condicionado pelo conflito/confronto entre as ideias, os valores, os posicionamentos políticos, a formação conceitual prévia dos alunos e as concepções científicas sobre tais

elementos. Esse método pedagógico dialético possibilita a (re)construção do conhecimento, em que o processo de aprendizagem atinge, ao longo da escolarização, diferentes graus de complexidade de acordo com o desenvolvimento cognitivo dos alunos (CAVALCANTI, 2005).

A prática docente, sob os fundamentos teórico-metodológicos discutidos nestas Diretrizes Curriculares, contribui para a formação de um aluno crítico, que atua em seu meio natural e cultural e, portanto, é capaz de aceitar, rejeitar ou mesmo transformar esse meio. É esse resultado que se espera constatar no processo de avaliação do ensino de Geografia.

Para isso, destacam-se como os principais critérios de avaliação em Geografia a *formação dos conceitos geográficos básicos e o entendimento das relações socioespaciais* para compreensão e intervenção na realidade. O professor deve observar se os alunos formaram os conceitos geográficos e assimilaram as relações Espaço Temporais⇔ Sociedade Natureza⇔para compreender o espaço nas diversas escalas geográficas.

No entanto, ao assumir a concepção de avaliação formativa, é importante que o professor tenha registrado, de maneira organizada e precisa, todos os momentos do processo de ensino-aprendizagem, bem como as dificuldades e os avanços obtidos pelos alunos, de modo que esses registros tanto explicitem o caráter processual e continuado da avaliação quanto atenda às exigências burocráticas do sistema de notas.

Será necessário, então, diversificar as técnicas e os instrumentos de avaliação. Ao invés de avaliar apenas por meio de provas, o professor pode usar técnicas e instrumentos que possibilitem várias formas de expressão dos alunos, como:

- interpretação e produção de textos de Geografia;
- interpretação de fotos, imagens, gráficos, tabelas e mapas;
- pesquisas bibliográficas;
- relatórios de aulas de campo;
- apresentação e discussão de temas em seminários;
- construção, representação e análise do espaço através de maquetes, entre outros.

A avaliação é parte do processo pedagógico e, por isso, deve tanto acompanhar a aprendizagem dos alunos quanto nortear o trabalho do professor. Ela

permite a melhoria do processo pedagógico somente quando se constitui numa ação reflexiva sobre o fazer pedagógico. Não deve ser somente a avaliação do aprendizado do aluno, mas também uma reflexão das metodologias do professor, da seleção dos conteúdos, dos objetivos estabelecidos e podem ser um referencial para o redimensionamento do trabalho pedagógico.

Nestas Diretrizes Curriculares de Geografia para a Educação Básica, valoriza-se a noção de que o aluno possa, durante e ao final do percurso, avaliar a realidade sócioespacial em que vive, sob a perspectiva de transformá-la, onde quer que esteja.

A disciplina de Geografia no EJA possui uma carga horário de 256 h/a.

A cada 64 aulas serão realizadas avaliações, sendo que, serão 5,0 pontos de trabalhos e 5,0 de prova, ao final de cada bloco serão oportunizados a recuperação no valor de 10,00 pontos.

Os trabalhos serão realizados em sala durante as aulas, com a ajuda do professor, podendo ser feito em grupos.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa**; Geografia: geografia geral e do Brasil**; 1ª Ed. São Paulo. Ática, 2005.

BRASIL. Leis de diretrizes e bases da educação nacional – LBD nº. 9394/96. **Leis e decretos Federais: Edição atualizada.** Curitiba: 2008.

CASTROGIOVANNI,A. C. et al. **Geografia em sala de aula: práticas e reflexões.** 4ª ed. Porto Alegre. UFRGS, 2003.

ALMEIDA, Lúcia Marina Alves de; RIGOLIN, Tércio Barbosa; **Fronteiras de Globalização: O espaço geográfico globalizado;** 1ª Ed. São Paulo. Ática, 2012.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Diretrizes Curriculares de Geografia para o Ensino Fundamental e Médio**. Curitiba: SEED, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos Temáticos: Educação do Campo.** Curitiba: SEED, 2005.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos Temáticos: Relações Étnico-Raciais e histórica e Cultura Afro-Brasileira e Africana na Escola.** Curitiba: SEED, 2005.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. **Cadernos Temáticos: Desafios Educacionais: Prevenção ao uso indevido de drogas.** Curitiba: SEED, 2008.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação**. Cadernos Temáticos: Desafios Educacionais: Enfrentamento da violência na Escola.** Curitiba: SEED, 2008.

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENSINO FUNDAMENTAL MÉDIO E NORMAL

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE MATEMÁTICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS - EJA

Proposta Pedagógica Curricular de Matemática da Educação de Jovens e Adultos - EJA, elaborada pela professora do período Noturno: Silvana Terezinha Prestes Bueno, a pedido da Equipe Pedagógica do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Fundamental Médio e Normal.

Borrazópolis – Paraná
2012

APRESENTAÇÃO GERAL DA DISCIPLINA DE MATEMÁTICA

A História da Matemática revela que os povos das antigas civilizações conseguiram desenvolver os rudimentos de conhecimentos matemáticos que vieram a compor a Matemática que se conhece hoje.

Pelo ensino de Matemática os povos antigos tentavam justificar a existência de uma ordem universal imutável, tanto na natureza como na sociedade.

O ensino da Matemática está presente desde o início da escolaridade e por todo o ensino básico, portanto, o aprendizado desta disciplina não pode ser somente uma teorização descolada da realidade.

Aprender Matemática é mais do que manejar fórmulas, saber fazer contas ou marcar X nas respostas; é interpretar, criar significados, construir seus próprios instrumentos para resolver problemas, desenvolver o raciocínio lógico, a capacidade de conceber, projetar e transcender o imediatamente sensível.

Conceber a Matemática implica na proposição de teorias e metodologias que possibilitem ao aluno a compreensão de conceitos, dando-lhes significados e a condição de estabelecerem relações com experiências anteriormente vivenciadas ocorrendo à construção de conhecimentos com a intenção de solucionar problemas, respondendo às exigências do contexto em que está inserido o aluno e não somente às expectativas do professor.

O aluno que vive no campo utilizará a Matemática como meio de resoluções de problemas do seu cotidiano com conteúdos estruturantes e específicos voltados às suas necessidades.

Atendendo as diversidades dos alunos como: religiosidade, pertencimentos étnicos culturais, saberes acumulados e, logo, diferentes, há a necessidade de práticas pedagógicas diferenciadas atendendo a todos proporcionando a inclusão destes no sistema escolar. Para que isso ocorra há necessidade de pensar as bases teórico-metodológicas sobre as quais se sustentará a implementação de um processo de ensino, voltado a construção dos conceitos e significados em Matemática.

Uma prática de ensino de Matemática, numa perspectiva crítica, articula o conhecimento matemático com as outras áreas, contribuindo na solução de problemas presentes no meio sócio-político, econômico e histórico com abordagens experienciadas pelo formativo, possibilitando a eles criar, no seu imaginário, uma

heurística que, por meio do manejo de hipóteses, orienta e busca soluções para as situações-problemas.

O aprendizado em Matemática contribui com a formação do indivíduo estabelecendo sua parcela de responsabilidade e reflexão sobre o tipo de sociedade que se tem e se quer formar utilizando a educação formal como num instrumento de mudança do indivíduo enquanto ser social. É de suma importância explicitar as relações existentes entre o conhecimento construído e a Matemática como saber difundido pela escola não perdendo de vista que a construção deve ser iniciada com situações significativas que possibilitem ao aluno ter consciência e manifestar seu conhecimento prévio sobre o assunto.

No contexto da Educação Matemática, os ambientes gerados por aplicativos informáticos dinamizam os conteúdos curriculares e potencializam o processo pedagógico.

Por outro lado a Diretriz Curricular resgata, para o processo de ensino e aprendizagem, a importância do conteúdo matemático e da disciplina Matemática. É imprescindível que o estudante se aproprie do conhecimento de forma que "compreenda os conceitos e princípios matemáticos, raciocine claramente e comunique idéias matemáticas, reconheça suas aplicações e aborde problemas matemáticos com segurança" (LORENZATO e VILA, 1993, p. 41). Para tanto, o trabalho docente necessita emergir da disciplina Matemática e ser organizado em torno do conteúdo matemático e, por conseguinte, se faz necessário uma fundamentação teórica e metodológica.

Para Educação Matemática, almeja-se um ensino que possibilite aos estudantes análises, discussões, conjecturas, apropriação de conceitos e formulação de idéias. Aprende-se Matemática não somente por sua beleza ou pela consistência de suas teorias, mas, para que, a partir dela, o homem amplie seu conhecimento e, por conseguinte, contribua para o desenvolvimento da sociedade.

A avaliação, nesta perspectiva, visa contribuir para a compreensão das dificuldades de aprendizagem dos alunos, com vistas às mudanças necessárias para que essa aprendizagem se concretize e a escola se faça mais próxima da comunidade, da sociedade como um todo, no atual contexto histórico e no espaço onde os alunos estão inseridos. Não há sentido em processos avaliativos que apenas constatam o que o aluno aprendeu ou não aprendeu e o fazem refém dessas constatações, tomadas como sentenças definitivas. Se a proposição

curricular visa à formação de sujeitos que se apropriam do conhecimento para compreender as relações humanas em suas contradições e conflitos, então a ação pedagógica que se realiza em sala de aula precisa contribuir para essa formação.

A Educação Matemática é uma área que engloba inúmeros saberes, em que apenas o conhecimento da Matemática e a experiência de magistério não são considerados suficientes para a atuação profissional (FIORENTINI & LORENZATO, 2001), pois envolve o estudo dos fatores que influem, direta ou indiretamente, sobre os processos de ensino e de aprendizagem em Matemática (Carvalho, 1991).

O objeto de Estudo desse conhecimento ainda está em construção, porém, está centrado na prática pedagógica e engloba as relações entre o ensino, a aprendizagem e o conhecimento matemático (FIORENTINI & LORENZATO, 2001), e envolve o estudo de processos que investigam como o estudante compreende e se apropria da própria "Matemática" concebida como um conjunto de resultados, métodos, procedimentos, algoritmos, etc". (MIGUEL & MIORIM, 2004, p. 70).

Nas Diretrizes assume-se a Educação Matemática como campo de estudos que possibilita ao professor balizar sua ação docente, fundamentada numa ação crítica que conceba a Matemática como atividade humana em construção, possibilitando aos estudantes análises, discussões, conjecturas, apropriação de conceitos e formulação de idéias permitindo assim que seja ampliados os conhecimentos e, por conseguinte, contribua para o desenvolvimento da sociedade a qual estão inseridos.

Nesta proposta, para o **ENSINO FUNDAMENTAL,** contemplam-se os conteúdos estruturantes e básicos propostos pelas DCEs (2008), apresentados a seguir:

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	**CONTEÚDOS BÁSICOS**			
Números e Álgebra	- Sistemas de Numeração; - Números Naturais; - Múltiplos e divisores; - Potenciação	- Números Inteiros; - Números Racionais; - Equação e Inequação do 1.º Grau;	- Números Racionais e Irracionais; - Sistemas de Equações do 1.º Grau; - Potências;	- Números Reais; - Propriedades dos Radicais; - Equação do 2.º Grau;

	e Radiciação; - Números Fracionários; - Números decimais.	- Razão e Proporção; - Regra de Três Simples.	- Monômios e Polinômios; - Produtos Notáveis.	- Teorema de Pitágoras; - Equações Irracionais; - Equações Biquadradas; - Regra de Três Composta.
Grandezas e Medidas	- Medidas de Comprimento; - Medidas de Massa; - Medidas de Área; - Medidas de Volume; - Medidas de Tempo; - Medidas de Ângulo; - Sistema Monetário.	- Medidas de Temperatura; - Medidas de Ângulos.	- Medidas de Comprimento; - Medidas de Área; - Medidas de Volume; - Medidas de Ângulos.	- Relações Métricas no Triângulo Retângulo; - Trigonometria no Triângulo Retângulo.
Funções	- Noção Intuitiva de Função.	Função Afim	Função Quadrática.	Análise de Gráficos.
Geometrias	- Geometria Plana; - Geometria Espacial.	- Geometria Plana; - Geometria Espacial; - Geometrias não-euclidianas.	- Geometria Plana; - Geometria Espacial; - Geometria Analítica; - Geometrias	- Geometria Plana; - Geometria Espacial; - Geometria Analítica; - Geometrias

			não-euclidianas.	não-euclidianas.
Tratamento de Informação	- Dados, Tabelas e Gráficos; - Porcentagem.	- Pesquisa Estatística; - Média Aritmética; - Moda e Mediana; - Juros Simples.	- Gráfico e Informação; - População e Amostra.	- Noções de Análise Combinatória; - Noções de Probabilidade; - Estatística; - Juros Compostos.

Para o **ENSINO MÉDIO,** também serão considerados neste proposta os conteúdos estruturantes e básicos propostos pelas DCEs (2008) destacados a seguir:

CONTEÚDO ESTRUTURANTE	**CONTEÚDO BÁSICO**
Números e Álgebra	- Números Reais; - Números Complexos; - Sistemas Lineares; - Matrizes e Determinantes; - Polinômios; - Equações e Inequações Exponenciais, Logarítmicas e Modulares.
Grandezas e Medidas	- Medidas de Área; - Medidas de Volume; - Medidas de Grandezas Vetoriais; - Medidas de Informática; - Medidas de Energia; - Trigonometria.
Funções	- Função Afim; - Função Quadrática; - Função Polinomial; - Função Exponencial; - Função Logarítmica; - Função Trigonométrica; - Função Modular; - Progressão Aritmética; - Progressão Geométrica.
Geometrias	- Geometria Plana; - Geometria Espacial; - Geometria Analítica; - Geometrias não-euclidianas.
	- Análise Combinatória;

Tratamento de Informação	- Binômio de Newton; - Estudo das Probabilidades; - Estatística; - Matemática Financeira.

METODOLOGIA

Para situar o papel da Matemática na formação do jovem, adulto e idoso é importante que se discuta a natureza desse conhecimento, suas principais características e seus métodos particulares, e ainda, é fundamental discutir as articulações entre os diferentes conteúdos e entre as outras áreas do conhecimento.

Embora estes aprendizes, com nenhuma ou pouca escolaridade, dominem algumas noções básicas dos conteúdos matemáticos que foram apreendidas de maneira informal nas suas vivências, a EJA tem a função de transformar essas noções elementares ou conceitos espontâneos em saberes científicos, fazendo o aprendiz apropriar-se da linguagem matemática e suas representações, dos conceitos matemáticos e sociais, dos cálculos e os algoritmos, da história da matemática e da resolução de problemas.

Vale ressaltar que o tratamento metodológico particular da Educação de Jovens e Adultos – EJA deve construir o ponto de partida para o todo o ensino e aprendizagem da Matemática, para isso é importante que os educandos tenham oportunidades de contar suas histórias de vida, expor os conhecimentos informais, suas necessidades cotidianas, suas expectativas em relação à escola juntamente a aprendizagem matemática. A compreensão e apreensão desses pressupostos metodológicos por parte dos educandos e dos educadores, dão significado aos conteúdos escolares a serem ensinados e estudados. Embora seja importante considerar que esses significados também devem ser explorados em outros contextos, como nas questões internas da própria Matemática e em problemas históricos.

Destaca-se que a mera seleção de conteúdos não assegura o desenvolvimento da prática educativa consistente. É necessário possibilitar a relação entre a teoria e a prática, entre o conteúdo e as formas, entre o lógico e o histórico. Portanto,, é de suma importância que o educador se aproprie dos diferentes encaminhamentos metodológicos do ensino de Matemática, e acrescente-os, a reflexão pedagógica da Educação de Jovens e Adultos, bem como à sua prática pedagógica.

Nessa perspectiva, a

> contextualização do saber é uma das mais importantes noções pedagógicas que deve ocupar um lugar de maior destaque na análise da didática contemporânea. Trata-se de um conceito didático fundamental para a expansão do significado da educação escolar. O valor

> educacional de uma disciplina expande na medida em que o aluno compreende os vínculos do conteúdo estudado com uma contextualização compreensível por ele(...). O desafio didático consiste em fazer essa contextualização sem reduzir o significado da idéias matemáticas que deram ao saber ensinado". (PAIS, 2001, PP. 26-27).

Nesse contexto, a noção de contextualização permite ao educador uma postura crítica priorizando os valores educativos, sem reduzir o seu aspecto acadêmico (PAIS, 2001, p. 27).

As Diretrizes Curriculares da Educação de Jovens e Adultos da Secretaria de Estado da Educação do Paraná, em seu capítulo "Orientações Metodológicas", aponta quatro critérios para a seleção de conteúdos e das práticas educativas. São eles:

- a relevância dos saberes escolares frente à experiência social construída historicamente;
- os processos de ensino e aprendizagem, mediatizados pela ação docente junto aos educandos;
- a organização do processo ensino-aprendizagem, dando ênfase às atividades que permitem a integração entre os diferentes saberes;
- as diferentes possibilidades dos alunos articularem singularidade e totalidade no processo de elaboração do conhecimento.

Nessa forma de organização curricular, as metodologias são um meio e não um fim para se efetivar o processo educativo. É preciso que essas práticas metodológicas sejam flexíveis, e que adotem procedimentos que possam ser alterados e adaptados às especificidades da comunidade escolar.

Nessa perspectiva, é de suma importância evidenciar que o ensino e aprendizagem de Matemática sejam permeados pelas tendências metodológicas da Educação Matemática, tais como a Resolução de Problemas, Investigação Matemática, Modelagem Matemática, Mídias Tecnológicas, História da Matemática e a Etnomatemática. Estas tendências favorecem a articulação entre e teoria e a prática, explicitando no ato pedagógico a relação entre o signo e o seu significado e o sentido dos conteúdos escolares nos diversos contextos históricos e sociais.

Como proposto na DCEs (2008) é importante enfatizar que a relação de conteúdos não deve ser seguida linearmente, mas desenvolvida em conjunto e de forma articulada, proporcionando ao educando a possibilidade de desenvolver a capacidade de observar, pensar, estabelecer relações, analisar, interpretar, justificar, argumentar, verificar, generalizar, concluir e abstrair. Dessa forma, nesta proposta,

defende-se que sejam estimuladas a intuição, a analogia e as formas de raciocínio indutivo e dedutivo.

Em consonância com as tendências metodológicas da Educação Matemática, vale destacar que serão contemplados os Desafios Educacionais Contemporâneos. Entre eles a História e Cultura Afro-brasileira e Africana.

História e Cultura Afro-brasileira e Africana

Com a finalidade de valorizar a Cultura Afro descendente e de mostrar os aspectos positivos desta cultura para o desenvolvimento humano e tecnológico, será proposto o jogo Mancala abordando seu histórico, uma vez que o mesmo favorece o desenvolvimento do raciocínio lógico. Além disso, ao abordar o conteúdo de Geometria será contemplado os aspectos históricos do Egito que muito contribuíram para o desenvolvimento do conhecimento matemático. Mostrando assim, a participação efetiva dos Afro Descendentes no surgimento da Ciência Matemática.

AVALIAÇÃO

Nesse contexto, a avaliação em Matemática na EJA deve permitir ao educador fazer observações sistemáticas de aspectos quantitativos e qualitativos da apreensão do conhecimento pelo educando, estabelecendo inter-relações entre o conhecimento matemático e o contexto social.

É fundamental que a avaliação seja coerente com a metodologia utilizada e com os objetivos que se pretende alcançar, visto que, a avaliação deve ter a finalidade de fornecer informações do processo de desenvolvimento do educando – a ele mesmo e ao educador. Essas informações permitem ao educador, uma reflexão crítica sobre a sua prática pedagógica, no sentido de captar seus avanços, suas resistências, suas dificuldades e possibilitar uma tomada de decisão sobre o que fazer para superar os obstáculos, uma vez que os educandos possuem diferentes tempos e formas de aprendizagem.

O processo avaliativo deve ser um recurso pedagógico, que considera erros e acertos como elementos sinalizadores para seu replanejamento, ou seja, toma o erro como ponto de partida para rever caminhos, para compreender e agir sobre o processo de construção do conhecimento matemático.

No que se refere à avaliação em matemática, considerando o perfil do educando jovem, adulto e idoso, pontua-se alguns indicativos a serem contemplados pelos educadores:

- considerar todas as formas de raciocínio, ou seja, os procedimentos/métodos utilizados pelo educando para resolver uma determinada situação-problema;
- resultado final não dever ser o único elemento a ser contemplado na avaliação de matemática, pois, mesmo que este não esteja correto, o aluno pode ter utilizado estratégias e métodos coerentes e adequados para a resolução do problema, porém pode ter se equivocado em apenas parte do processo de desenvolvimento do raciocínio matemático;
- erro deve ser considerado como ponto de partida para rever caminhos, compreendendo todo o processo de construção do conhecimento matemático.

Portanto, a avaliação da aprendizagem matemática considerada como mecanismo diagnóstico, deverá englobar todas as instâncias que compõem a

escola: currículo, planejamento, metodologia, conteúdos, o educando, o educador e a própria escola.

Entendida como processo, a avaliação deverá possibilitar uma constante elaboração e re-elaboração não só do conhecimento produzido, mas da ação pedagógica como um todo.

Quanto aos instrumentos de avaliação podem-se utilizar:

- Provas;
- Trabalhos em grupos ou individuais;
- Dinâmicas de grupos como apresentação de idéias;
- Pesquisas e debates;
- Relatórios.

Assim, nesta proposta, entende-se a avaliação não como mero exame final ou prova para aferir a reprodução de fórmulas ou conceitos no final do conteúdo, mas sim como um instrumento que favorece o processo ensino e aprendizagem de matemática.

As avaliações são de caráter diagnóstico, somativa, formativa realizada durante todo o processo ensino-aprendizagem levando em consideração os conhecimentos que os alunos trazem consigo acrescentando novos conhecimentos durante as aulas.

A carga horária de Matemática do Ensino Fundamental é de 336h/a, sendo que a cada bloco de 56 h/a são realizadas avaliações com valores 5,0 + 5,0, totalizando 10,0, tendo seis médias durante o período. Essas avaliações constam de: trabalhos individuais e em grupos, testes de pesquisa, resoluções de exercícios em sala de aula e provas escritas individuais e em duplas às vezes com pesquisas e outras sem pesquisas.

E a Matemática do Ensino Médio a cada 52h/a no primeiro registro uma média no segundo registro, duas médias no terceiro, uma média e no quarto duas médias.

Cada aplicação de avaliação é oportunizada a recuperação no valor de 10,0.

A recuperação de estudos está de acordo com o Regimento Escolar que diz: “é direito dos alunos, independentemente do nível de apropriação dos conhecimentos básicos, de forma permanente e concomitante ao processo de ensino e aprendizagem”.

REFERÊNCIAS

ÁVILA, G. **Objetivos do Ensino da Matemática.** Revista do Professor de Matemática, 27, 1995.

BONJORNO. Volume único de Matemática. Ensino Médio.

_____. Volume 1, 2 e 3, Ensino Médio.

BRASIL. Leis de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. LDB nº 9394/96. **Leis e Decretos Federais:** Edição Atualizada. Curitiba: 2008.

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENSINO FUNDAMENTAL MÉDIO E NORMAL. **Adendo ao Regimento Escolar.** 2011.

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENSINO FUNDAMENTAL MÉDIO E NORMAL. **Projeto Político Pedagógico.** 2012.

DUARTE, Newton. **O ensino de Matemática na Educação de Adultos.** São Paulo: Cortez, 1994.

FONSECA, Maria da Conceição F.R. **Educação Matemática de Jovens e Adultos: especificidades, desafios e contribuições.** Belo Horizonte: Autêntica, 2002.

LONGEN. Adilson. **Coleção Nova Didática – Matemática Ensino Médio – 1ª, 2ª e 3ª séries.** 2004. Apostilado pelo Positivo.

MIORIM, Maria Ângela. **Introdução à história da matemática.** São Paulo: Graal, 1973.

PAIVA, Manoel. **Matemática Ensino Médio- Volumes 1, 2 e 3.** 1ª Ed. São Paulo: Moderna, 2009.

PARANÁ, Secretaria de Estado da Educação. Superintendência da Educação. Departamento da Educação Básica. **Diretrizes Curriculares de Matemática para a Educação Básica.** Curitiba, 2009.

PARANÁ, Secretaria de Estado de Educação. **Diretrizes Curriculares do Ensino Fundamental no Estado do Paraná – DCE.** Versão preliminar, 2005, 2007 e 2008.

PAIS, L. C. **Didática da Matemática – uma análise da influência francesa.** Belo Horizonte: Autêntica, 2001.

SMOLE, K. S., DINIZ, M. I. **Ler, escrever e resolver problemas.** Porto Alegre: ARTMED, 2001.

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENSINO FUNDAMENTAL MÉDIO E NORMAL

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE FÍSICA DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)

Proposta Pedagógica Curricular de Física da Educação de Jovens e Adultos (EJA), elaborada pela professora do período Noturno: Márcia de Fátima Leiroz Dias, pedido da Equipe Pedagógica do Colégio Estadual José de Anchieta – Ensino Fundamental, Médio e Normal.

Borrazópolis – Paraná
2012

COLÉGIO ESTADUAL JOSÉ DE ANCHIETA – ENSINO FUNDAMENTAL MÉDIO E NORMAL.
CURSO: EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
PROFESSORA: MÁRCIA DE FÁTIMA LEIROZ DIAS.
ANO LETIVO: 2012.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICULAR DE FÍSICA

1 – APRESENTAÇÃO DA DISCIPLINA

A Física desenvolve em função da necessidade do homem de conhecer o mundo natural, controlar e reproduzir as forças da natureza em seu benefício, procurando ressaltar, em cada tópico estudado, fenômenos interessantes e úteis para que o aluno se sinta incentivado a conhecer e entender os princípios e leis, internalizando os significados através da mediação do professor e o mais importante, a utilização da Física na construção do conhecimento acumulado por essa ciência.

A Física tem como objeto de estudo o Universo em toda sua complexidade e, por isso, como disciplina escolar, propõe aos estudantes o estudo da natureza, entendida, segundo Menezes (2005), como realidade material sensível. Ressalta-se que os conhecimentos de Física apresentados aos estudantes do Ensino Médio não são coisas da natureza, ou a própria natureza, mas modelos elaborados pelo Homem no intuito de explicar e entender essa natureza.

O conhecimento da Física dentro de uma abordagem histórica das idéias e suas relações econômicas e sociais pode ajudar o aluno do campo a entender a Ciência como parte da realidade que se relaciona, proporcionando o desenvolvimento do ser crítico e capaz de aplicar a Física no presente do seu cotidiano, bem como conteúdos práticos de mecânica que envolve as grandezas físicas por eles conhecidos, a eletricidade e outros conteúdos específicos presentes na vida de cada um.

O professor deve mostrar ao estudante que o seu conhecimento não está pronto e acabado, mas que deve ser superado. Tem-se por objetivo que professor e estudantes compartilhem significados na busca da aprendizagem que ocorre quando novas informações interagem com o conhecimento prévio do sujeito e, simultaneamente, adicionam, diferenciam, integram, modificam e enriquecem o saber já existente, inclusive com a possibilidade de substituí-lo.

Portanto, a partir do conhecimento físico, o estudante deve ser capaz de perceber e aprender, em outras circunstâncias semelhantes às trabalhadas em aula, para transformar a nova informação em conhecimento. Então, qualquer que seja a metodologia, o professor deve buscar uma avaliação cujo sentido seja verificar a apropriação do respectivo conteúdo, para posteriores intervenções ou mudança de postura metodológica.

Assim, o aluno assiste a programa de TV via satélite, anda de bicicleta e de automóvel, grava e assiste a fitas cassetes, utiliza liquidificador, aquece a água ao tomar banho, pega uma cor com a radiação solar, observa bate-estacas e guindaste trabalhando em construções de prédios e viadutos, vê pequenas faíscas elétricas no acendedor de fogão e grandes faíscas nos relâmpagos que acompanham tempestades, etc. Essas atividades que o aluno realiza ou observa e uma grande parte das notícias trazidas pelo meio de comunicação faz com que vá se

acumulando um grande número de informações que também pertencem ao universo do conhecimento de Física. Procuramos então estabelecer uma ligação entre esse conjunto de informações que o aluno já detém e o conhecimento sistematizado por essa ciência, esperando com isso que o aluno amplie e/ou reformule seus conhecimentos ocorrendo à inclusão dos alunos na Educação de Jovens e Adultos.

Ensinar exige respeito aos saberes do educando, então, o processo de outras disciplinas como matemática e a química interagindo os padrões de idéias em relação a cada conceito investigado. Isto proporciona o desenvolvimento do ser crítico e capaz de compreender o papel da ciência no desenvolvimento, principalmente no campo onde conteúdos com medidas, mecânica, eletricidade e outras estão presentes no seu cotidiano bem como mostra em que situações da Física se faz presente na vida do aluno.

A investigação da evolução do conhecimento científico oferece uma compreensão acerca de nosso próprio modo de organização intelectual, social e político.

A história revela a construção das Ciências, como se forjam lenta e progressivamente, seus instrumentos e ferramentas.

Há muito tempo o ser humano busca respostas para compreender os fenômenos da natureza. Nos tempos primordiais atribuíam a esses fenômenos, causas divinas, quase sempre sinais enviados aos homens por Deus como o arco-íris.

Com o tempo o ser humano percebeu que os fenômenos da natureza ocorrem nas mesmas condições e têm as mesmas características.

Não há arco-íris sem sol e sem chuva, as suas cores são sempre as mesmas. Essa regularidade o levou a encontrar para esses fenômenos, causas não divinas, assim surgiram as ciências.

Para a Física, o arco-íris resulta da dispersão da luz branca do sol ao incidir na cortina de água formada pelas gotas de chuva. Mas essa ciência, como todas as outras, ainda está muito longe de ser explicar todos os fenômenos.

A origem da Física remonta à Pré-história quando, ao contemplar o firmamento, o homem primitivo percebeu que o sol, a lua e as estrelas descreviam movimentos cíclicos, como se todos estivessem incrustados em uma grande esfera girante.

Essa Física primitiva não chamava física, nem eram físicos os que formulavam suas idéias iniciais. Eram sacerdotes, profetas, magos, pessoas que muitas vezes, em meio a rituais e invocações místicas, faziam recomendações, profecias, previsões, elaboravam remédios e poções mágicas.

Assim aos poucos, religião, magia e outras classificações qualquer foram se separando das ciências.

A ciência também foi se dividindo em áreas específicas como a matemática, a física, a química, a biologia, a geologia, a ecologia e muitas outras.

Como ramo independente da ciência, a física começou a surgir a partir do século XVII com cientistas como Kepler, Galileu, Newton e muitos outros. Eles formularam princípios e leis, fizeram observações sistemáticas, verificações experimentais e, sobretudo escreveram e publicaram suas idéias e resultados.

Embora a Física, como toda ciência não tenha regras como um esporte, ela tem um corpo de conhecimentos aceitos consensualmente.

As concepções dos físicos a respeito dos fenômenos naturais sofrem reformulações ao longo do tempo.

Do fim do século XIX ao início do século XX, houve mudanças revolucionárias na forma da física entender a natureza trazendo, com isso, uma evolução extraordinária para a humanidade.

Definir Física não é possível, conhecer seus princípios, suas leis, sua história e suas aplicações é uma tarefa viável. E saber tudo isso, é saber o que é Física, seja lá qual for a sua definição.

2 – CONTEÚDOS

INTRODUÇÃO À FÍSICA
Campo de estudo e atuação da Física.
História da Física.
A Física contemporânea e suas aplicações tecnológicas.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE
MOVIMENTO

CONTEÚDOS BÁSICOS
Momentum e Inércia.

Conservação de quantidade de movimento (*momentum)*
Variação da quantidade de movimento = Impulso
*2.*ª Lei de Newton
3.ª Lei de Newton e condições de equilíbrio
Energia e o Princípio da Conservação da energia

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS
Movimentos retilíneos.
Movimentos curvilíneos.
Mecânica (Leis de Newton)
Energia. Trabalho. Potência.
Impulso e Quantidade de movimento.
A Gravitação Universal.
A Hidorstática.
CONTEÚDO ESTRUTURANTE
TERMODINÂMICA

CONTEÚDOS BÁSICOS
Leis da Termodinâmica;
Lei Zero da Termodinâmica;
1.ª Lei da Termodinâmica;
2.ª Lei da Termodinâmica.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS
Fenômenos térmicos.
O calor e a Temperatura.
O fenômeno da dilatação nos sólidos, líquidos e gases.
As mudanças de estado físico da matéria.

Trocas de calor. Transmissão de calor.
Comportamento térmico dos gases.
As Leis da Termodinâmica.

CONTEÚDO ESTRUTURANTE
Eletromagnetismo

CONTEÚDOS BÁSICOS
Carga, corrente elétrica, campo e ondas eletromagnéticas.
Força eletromagnética.
Equações de Maxwell: Lei de Gauss para eletrostática/Lei de Coulomb, Lei de Ampère, Lei de Gauss magnética, Lei de Faraday.
A natureza da luz e suas propriedades.
CONTEÚDOS ESPECÍFICOS
Aspectos estáticos e dinâmicos da eletricidade.
A Lei de Coulomb.o campo elétrico. Potencial elétrico.
A corrente elétrica.
Geradores e circuitos elétricos.
O campo magnético.
Indução magnética.
Energia e suas transformações.
Fontes e tipos de energia.
Fenômenos ondulatórios.
Ondas mecânicas e eletromagnéticas.
Natureza ondulatória e quântica da luz.
Aplicações do fenômeno da reflexão e refração da luz.
Lentes e instrumentos ópticos de observação.
Espelhos.
A óptica e o olho humano.

3 – METODOLOGIA DA DISCIPLINA

O processo de ensino-aprendizagem em Física deve partir do conhecimento prévio dos alunos respeitando seu contexto social, sua região de moradia, experimentos práticos, sua capacidade de aprendizagem a respeito de ciência.

O saber sistematizado requer metodologias específicas para ser transmitido no ambiente escolar e é na escola o local onde o conhecimento científico historicamente produzido ocorre.

A metodologia do ensino da Física deve considerar a forma de aprender do aluno e inserir neste contexto os princípios, concepções, linguage3m, entre outros, elementos utilizados pela Física. O professor deve permitir que o aluno perceba as diferenças entre sua forma e a forma utilizada pela ciência em determinado fenômeno, por meio de experimentos práticos para que este possa assimilar melhor cada conteúdo específico, apropriando-se de novas informações, buscando interações com o conhecimento prévio do sujeito e simultaneamente enriquecendo o saber já existente, possibilitando o desenvolvimento de uma consciência crítica, analítica e científica.

Para que toda este busca ocorra, serão desenvolvidos experimentos laboratoriais que visam estreitar a relação entre teoria e prática, propiciando aos alunos maior interesse e participação de forma dinâmica, no qual facilita a

compreensão dos conceitos teóricos e permite a produção de conhecimentos baseado em situações reais e nas ações e acontecimentos diários.

Para realização das práticas será utilizado todo material e equipamentos disponíveis no laboratório, bem como, caso necessário, será utilizado materiais recicláveis, de produção dos próprios alunos, também utiliza-se outros ambientes da escola para realizar as práticas como: pátio, quadra esportiva, etc.

Por meio de aulas no laboratório de informática serão desenvolvidas pesquisas relacionadas ao conteúdo.

As atividades em grupo serão desenvolvidas na elaboração de trabalhos expositivos e ainda para desenvolvimento de outras atividades de pesquisa e análise.

Textos informativos, revistas e jornais propiciarão trabalhos ilustrativos e de envolvimento prático.

As mídias como: TV Pendrive e DVDs, por meio de vídeos e textos, complementarão os conteúdos de forma mais clara e dinâmica.

Na perspectiva de que todo o conhecimento é histórico e guarda uma gama de elementos que contribui para a mudança da realidade, é de suma importância para o desenvolvimento das disciplinas e do aluno enquanto sujeito social e agente dessa sociedade, o trabalho constante e preciso sobre os enfrentamentos da realidade atual assim, a questão do desenvolvimento sócio educacional previsto na legislação vigente como, História do Paraná (Lei n.º 13381/01); História e cultura afro-brasileira, africana e indígena (Lei n.º 11.645/08); música (Lei n.º 11.769/2008); prevenção ao uso indevido de drogas; sexualidade humana; educação ambiental; educação fiscal; enfrentamento a violência contra a criança e o adolescente; Direito das Crianças e Adolescentes (Lei Federal n.º 11.525/07); Educação Tributária (Decreto n.º 1143/99, Portaria n.º 413/02); Educação Ambiental (Lei Federal n.º 9795/99, Dec. N.º 4201/02) serão tratados de forma contextualizada, ampliando a abordagem dos conteúdos e promovendo um diálogo com os temas acima citados relacionando-os com os conteúdos específicos de cada disciplina e desenvolvendo-os de maneira mais elaborada e discutida, conforme for o seu grau de relevância no contexto, tendo em vista que cada disciplina tem mais facilidades para se adequar assuntos específicos.

4 – AVALIAÇÃO

Avaliar é mais do que aferir resultados finais ou definir sucesso ou fracasso, pois significa acompanhar o processo de aprendizagem e os progressos de cada aluno, percebendo dificuldades e procurando superá-las continuamente. À medida que os conteúdos são desenvolvidos o professor deve adaptar os procedimentos de avaliação do processo, acompanhando e valorizando todas as atividades dos alunos, como os trabalhos individuais, os trabalhos coletivos, a participação espontânea ou mediada pelo professor, o espírito de cooperação, e mesmo a pontualidade, assiduidade, testes e provas trimestrais. Assim, a avaliação oferece subsídios para que tanto o aluno quanto o professor possa acompanhar o processo ensino-aprendizagem.

Todos e quaisquer procedimentos que visa a evolução do aluno, são instrumentos essenciais para que ocorra uma avaliação com sucesso.

Portanto, o processo de avaliação adotado tem caráter diversificado, verificando tanto qualitativo, quanto do ponto de vista instrumental, a compreensão dos conceitos físicos, análise de textos, obtendo a opinião do aluno, elaborando

relatórios tendo como referência os conceitos, as leis e as teorias físicas sobre um experimento ou qualquer outro evento que envolva os conhecimentos da Física e relatos sobre experimentos laboratoriais realizados durante o processo ensino-aprendizagem, teste e provas trimestrais.

A avaliação é diagnóstica, somativa proporcionando ao aluno consciência do seu próprio caminhar considerando o que é essencial para que este aluno utilize no seu cotidiano.

Que o aluno compreenda a limitação do modelo clássico no estudo dos movimentos, que conceba a energia como uma entidade física que pode se manifestar de diversas formas, a compreensão das leis da gravitação Universal como uma construção científica importante e por fim a compreensão do quadro teórico da termodinâmica composto por idéias expressas nas suas leis e em seus conceitos fundamentais.

O Sistema de Avaliação adotado pelo Estabelecimento de Ensino é Trimestral e será composto pela somatória da nota 5,0 (cinco virgula zero) referente a atividades diversificadas (trabalhos de pesquisa em grupo ou individual, relatório, debate, etc.) mais a nota 5,0 (cinco vírgula zero) resultante de uma avaliação escrita, totalizando nota final de 10,0 (dez vírgula zero).

Sendo os critérios de observação para a avaliação:

- A compreensão dos conceitos físicos essenciais a cada unidade de ensino e aprendizagem planejada;
- A compreensão do conteúdo físico expressado em textos científicos;
- A compreensão de conceitos físicos presentes em textos não científicos;
- A capacidade de elaborar relatórios tendo como referência os conceitos, as leis e as teorias físicas sobre um experimento ou qualquer outro evento que envolva os conhecimentos da Física.

Dessa forma, é a teoria pedagógica que dará suporte para qualificar a avaliação como positiva ou negativa e os caminhos para intervenção. Mas, para isso, é preciso um planejamento do que ensinar (conteúdos), para que ensinar (o que se espera do aluno ao final de cada unidade de conteúdo, a cada ano, ao final do ensino médio) e qual é o resultado esperado desse ensino (que sujeito se pretende formar).

A recuperação de conteúdos ocorrerá de duas formas:

- Com a retomada de conteúdos a partir do diagnóstico oferecido pelos instrumentos de avaliação;
- Com a reavaliação do conteúdo já reexplicado em sala de aula.

A cada 32 horas/aulas realizo avaliações com notas 5,0 + 5,0 totalizando uma média, pois a carga horária consta de 128h/a. então os alunos na disciplina de Física possuem 4 médias e a recuperação de estudos acontece concomitante as avaliações proporcionando a recuperação, durante mesmo as avaliações, pois as orientações aos alunos quanto à realização das mesmas e sanando dúvidas que vão surgindo.

5 – REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMALDI, Ugo. **Imagens de Física.** São Paulo, Scipione. 1995.
BEZERRA, V. A. Maxwell. **A teoria de campo e a desmecanização da física.** In: Scientle Studia, São Paulo, v. 4, n. 2, p. 177-220, 2006.
BUCUSSI, A. A. In: **textos de apoio ao professor de física.** Porto Alegre, Programa de Pós Graduação em Ensino de Física, Instituto de Física, UFRGS, v. 17, n. 3, 2006.
CARUSO, F.; ARAÚJO, R. M. X. de. **A Física e a Geometrização do mundo: Construindo uma cosmovisão científica.** Rio de Janeiro: CBPF, 1998.
DIRETRIZES CURRICULARES DA REDE PÚBLICA DO ESTADO DO PARANÁ. Física, 2008.
DIRETRIZES CURRICULARES DA EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS. 2006.
EISBERG, R.; RESNICK R. **Física quântica.** Rio de Janeiro: Editora Campus, 1979.
GUIMARÃES, Osvaldo. **Física volume único.** São Paulo: Moderna, 2004.
PARANÁ. **Física.** São Paulo, 2002.
PENTEADO, Paulo Cesar M. e TORRES, Carlos Magno A. **Física, Ciência e Tecnologia.** Volumes 1, 2 e 3. São Paulo: Moderna, 2005.
SILVA, Claudio Xavier da. **Física aula por aula: mecânica.** 1. Ed. – São Paulo: FTD, 2010. – (Coleção Física aula por aula; v. 1).

DISCIPLINA DE BIOLOGIA

PROFESSORA: Tatiane Cecere Jacinto Soares

CONCEPÇÃO DO ENSINO DE BIOLOGIA

A Educação de Jovens e Adultos - EJA, no Estado do Paraná, de acordo com suas Diretrizes Curriculares e em consonância com o documento apresentado como a segunda proposta preliminar das Diretrizes Curriculares Estaduais para o ensino Médio de Biologia da Rede Estadual de Ensino do Paraná, apresenta os fundamentos teóricos, metodológicos e avaliativos do ensino de Biologia, que norteiam a elaboração da proposta curricular desta disciplina.

> Partindo do pressuposto que a ciência não se constitui numa verdade absoluta, pronta e acabada, é indispensável rever o processo de ensino e aprendizagem da Biologia no contexto escolar, de modo que o modelo tradicional de ensino dessa disciplina, no qual se prioriza a memorização dos conteúdos, sem a devida reflexão, seja superado por um modelo que desenvolva a capacidade dos educandos em buscar explicações científicas para os fatos, através de posturas críticas, referenciadas pelo conhecimento científico.

É necessário distinguir os campos de atuação da ciência, seus contextos e valores, como também, os objetivos dispensados à disciplina de Biologia no contexto escolar.

> Segundo as Diretrizes Curriculares de Biologia - Ensino Médio, desta Secretaria de Estado da Educação, “é objeto de estudo da Biologia o **fenômeno vida** em toda sua diversidade de manifestações. Esse fenômeno se caracteriza por um conjunto de processos organizados e integrados, quer no nível de uma célula, de um indivíduo, ou ainda, de organismos no seu meio. Um sistema vivo é sempre fruto da interação entre seus elementos constituintes e da

> interação entre esse mesmo sistema e os demais componentes de seu meio. As diferentes formas de vida estão sujeitas a transformações que ocorrem no tempo e no espaço, sendo, ao mesmo tempo, transformadas e transformadoras do ambiente".
>
> Nas Diretrizes, ainda, afirma-se que "ao longo da história da humanidade várias foram as explicações para o surgimento e a diversidade da vida, de modo que os modelos científicos conviveram e convivem com outros sistemas explicativos como, por exemplo, os de inspiração filosófica ou religiosa. Elementos da História e da Filosofia tornam possível, aos alunos, a compreensão de que há uma ampla rede de relações entre a produção científica e os contextos sociais, econômicos e políticos. É possível verificar que a formulação, a validade ou não das diferentes teorias científicas está associada a seu momento histórico."

As Diretrizes do Ensino Médio para a disciplina de Biologia consideram que "o conhecimento do campo da Biologia deve subsidiar a análise e reflexão de questões polêmicas que dizem respeito ao desenvolvimento, ao aproveitamento de recursos naturais e a utilização de tecnologias que implicam em intensa intervenção humana no ambiente, levando-se em conta a dinâmica dos ecossistemas, dos organismos, enfim, o modo como a natureza se comporta e a vida se processa. Sabe-se que desde o surgimento do planeta Terra, a espécie humana, ou *Homo sapiens*, não foi o ser predominante, e muito menos, o ser vivo mais importante dentre todos os diversos seres vivos que por aqui passaram. Por outro lado, ao longo deste processo de humanização, que durou aproximadamente três milhões de anos, o homem criou a linguagem, a escrita e a fala, diferenciando-se de todas as demais formas de vida. Isso possibilitou ao homem a socialização, a organização dos espaços físicos, a fabricação de instrumentos utilitários e o início das atividades agrícolas".

Ressaltam também, "o papel da Ciência e da sociedade como pontos articuladores entre a realidade social e o saber científico. Cabe aos seres humanos, enquanto sujeitos históricos atuantes num determinado grupo social, reconhecerem suas fragilidades e buscarem novas concepções sobre a natureza (...) É preciso que estes sujeitos percebam que sua sobrevivência, enquanto espécie, depende do equilíbrio e do respeito a todas as formas de vida que fazem do planeta o maior ser vivo conhecido".

É importante que o educando jovem e adulto tenha acesso ao conhecimento científico a fim de compreender conceitos e relações existentes entre o ambiente, os seres vivos e o universo, numa concepção flexível e processual, por meio do saber questionador e reflexivo. Da mesma forma, se faz necessário que perceba os aspectos positivos e negativos da ciência e da tecnologia, para que possa atuar de forma consciente em seu meio social e interferir no ambiente, considerando a ética e os valores sociais, morais e políticos que sustentam a vida.

ENCAMINHAMENTOS METODOLÓGICOS

Compreender o fenômeno da VIDA e sua complexidade de relações, na disciplina de Biologia, significa analisar uma ciência em transformação, cujo caráter provisório permite a reavaliação dos seus resultados e possibilita repensar, mudar conceitos e teorias elaborados em cada momento histórico, social, político,econômico e cultural.

A abordagem dos conteúdos selecionados deve permitir a integração dos conteúdos estruturantes, permeados por relações interdisciplinares e de contexto, abordando-se os aspectos essenciais através da história da ciência, da divulgação científica e das atividades experimentais. As concepções alternativas dos estudantes deverão ser substituídas pelo conhecimento científico escolar, através da mediação didática dos professores.

Dentre os **encaminhamentos metodológicos** que o professor pode dispor podem-se citar: problematizações, contextualizações, pesquisas, leituras científicas, atividades em grupo, observações, atividades experimentais, atividades lúdicas, entre outros, que contemplem reflexões a respeito da aceitação da diversidade, sem preconceitos, observando-se a abordagem da cultura e história afro-brasileira (Lei 10.639/03), história e cultura dos povos indígenas (Lei 11.645/08) e educação ambiental (Lei 9.795/99).

Esses encaminhamentos podem ser utilizados durante a realização de saídas de campo; palestras; aulas expositivas; quadros murais elaborados professor-aluno; projetos individuais e em grupos; estudo do meio; jogos de simulação e desempenho de papéis; atividades interdisciplinares; seminários, fóruns e debates entre alunos e especialistas convidados e entrevistas diversas.

Outras atividades que estimulam os educandos ao trabalho coletivo são as que envolvem música, desenho, poesia, livros de literatura, jogos didáticos, dramatizações, histórias em quadrinhos, painéis, exposições e feiras, entre outras.

Os professores poderão ainda utilizar para o desenvolvimento das atividades os mais variados recursos:

Recursos pedagógico-tecnológicos: Livros didáticos, textos de jornais, revistas, músicas, quadro de giz, mapas, globos, modelos didáticos, microscópio, lupa, jogos, TV pendrive, computador e outros que julgar necessários.

Recursos instrucionais: Organogramas, mapas conceituais, gráficos e tabelas.

O professor poderá, para destacar suas atividades e realizar intervenções pedagógicas coerentes, articular-se com outros recursos como: Portal Educacional Dia-a-dia Educação, Programas da SEED e TV Paulo Freire.

O ensino de Biologia na EJA deve propiciar o questionamento reflexivo tanto de educandos como de educadores, a fim de que reflitam sobre o processo de ensino e aprendizagem. Desta forma, o educador terá condições de dialogar sobre a sua prática a fim de retomar o conteúdo com enfoque metodológico diferenciado e estratégias diversificadas, sendo essencial valorizar os acertos, considerando o erro como ponto de partida para que o educando e o educador compreendam e ajam sobre o processo de construção do conhecimento, caracterizando-o como um exercício de aprendizagem.

CONTEÚDOS ESTRUTURANTE/BÁSICOS DA DISCIPLINA

A proposta de sugestão de conteúdos básicos para a elaboração do currículo da disciplina de Biologia na Educação de Jovens e Adultos – EJA, fundamenta-se nas “Diretrizes Curriculares de Biologia – Ensino Médio”, da Secretaria de Estado da Educação do Paraná– SEED – PR.

É importante considerar que a organização dos conteúdos curriculares da disciplina de Biologia na EJA tem o objetivo de contemplar as necessidades e o perfil dos educandos desta modalidade de ensino da Educação Básica.

Na proposta, elaborada a partir das discussões com os professores do Ensino Médio Regular, propõe-se ampliar a integração entre os conteúdos básicos, destacando os aspectos essenciais sobre a vida e a vida humana que vão ser trabalhados por meio dos conhecimentos científicos referenciados na prática.

Por serem conhecimentos fundamentais para a disciplina de Biologia, os conteúdos básicos não podem ser suprimidos nem reduzidos, porém, ao construir a proposta pedagógica, o professor poderá seriar/sequenciar esses conteúdos básicos de modo a orientar o trabalho de seleção de conteúdos específicos no Plano de Trabalho Docente, lembrando da articulação dos mesmos com os conteúdos estruturantes.

1. **CONTEÚDO ESTRUTURANTE**:
   ORGANIZAÇÃO DOS SERES VIVOS

O trabalho pedagógico neste conteúdo estruturante deve ser permeado por uma concepção metodológica que permita abordar a classificação dos seres vivos como uma das tentativas de conhecer e compreender a diversidade biológica considerando, inclusive, a história biológica da VIDA. Desse modo, fica evidente a

impossibilidade de discutir a classificação sem considerar as contribuições dos estudos sobre filogenética.

1.1 **CONTEÚDOS BÁSICOS**

- Classificação dos seres vivos: critérios taxonômicos e filogenéticos;
- Sistemas biológicos: anatomia, morfologia e fisiologia;

2. **CONTEÚDO ESTRUTURANTE**:

MECANISMOS BIOLÓGICOS

Neste conteúdo estruturante é importante que o professor considere o aprofundamento, a especialização e o conhecimento objetivo dos mecanismos biológicos. Para que se compreendam os sistemas vivos como fruto da interação entre seus elementos constituintes e da interação destes com os demais componentes do meio, é importante adotar concepções metodológicas que favoreçam o estabelecimento de relações entre os diversos mecanismos de funcionamento e manutenção da vida.

2.1 **CONTEÚDOS BÁSICOS**

- Mecanismos de desenvolvimento embriológico
- Mecanismos celulares biofísicos e bioquímicos

3.3 **CONTEÚDO ESTRUTURANTE**

BIODIVERSIDADE

Nestas Diretrizes, pretende-se que as reflexões propostas pelo trabalho pedagógico neste conteúdo estruturante sejam permeadas por uma concepção metodológica que permita abordar as contribuições de Lamarck e Darwin para superar as ideias fixistas já superadas há muito pela ciência e supostamente pela sociedade. Pretende-se a superação das concepções alternativas do aluno, com a aproximação das concepções científicas, procurando relacionar os conceitos da genética, da evolução e da ecologia, como forma de explicar a diversidade dos seres vivos.

3.1 **CONTEÚDOS BÁSICOS**

- Teorias evolutivas
- Transmissão das características hereditárias

4. **CONTEÚDO ESTRUTURANTE**

MANIPULAÇÃO GENÉTICA

Ao propor este conteúdo estruturante pretende-se que o trabalho pedagógico seja permeado por uma concepção metodológica que permita a análise sobre as implicações dos avanços biológicos que se valem das técnicas de manipulação do material genético para o desenvolvimento da sociedade.

4.1 **CONTEÚDOS BÁSICOS:**

- Dinâmica dos ecossistemas: relações entre os seres vivos e interdependência com o ambiente
- Organismos geneticamente modificados

AVALIAÇÃO

A avaliação não pode ter caráter exclusivamente mesurável ou classificatório, deve-se respeitar e valorizar o perfil e a realidade dos educandos da EJA em todos os seus aspectos, oportunizando o acesso e a permanência no sistema escolar.

A avaliação não deve se processar por meio de uma única atividade ou método avaliativo. É imprescindível a coerência entre o planejamento das ações pedagógicas do professor, o encaminhamento metodológico e o processo avaliativo, a fim de que os critérios de avaliação estabelecidos estejam diretamente ligados ao propósito principal do processo de ensino-aprendizagem: **a aquisição dos conteúdos específicos e a ampliação de seu referencial de análise crítica da realidade por meio da abordagem articulada**.

É necessário que o processo avaliativo se dê de forma sistemática e a partir de critérios avaliativos estabelecidos pelo professor, e considerem aspectos como os conhecimentos que os alunos possuem sobre determinados conteúdos, a prática social desses alunos, o confronto entre esses conhecimentos e os conhecimentos específicos, as relações e interações estabelecidas por ele no seu processo cognitivo ao longo do processo de ensino-aprendizagem e no seu cotidiano, por meio de uma interação diária com os alunos.

Para acompanhar o processo ensino-aprendizagem a professora, de acordo com o conteúdo trabalhado e o encaminhamento dado, poderá utilizar instrumentos avaliativos diversificados como: Seminários, Mostra Cultural, Feira de Ciências, Relatos, Produção Escrita, os alunos podem expressar os avanços na aprendizagem à medida que interpretam, produzem, discutem, relacionam, refletem, analisam, justificam, posicionam-se e argumentam defendendo o próprio ponto de vista. Precisa-se considerar os alunos como sujeitos históricos do processo de ensino-aprendizagem. Assim, o professor poderá interpretar e analisar as informações obtidas na avaliação, considerando as Diretrizes Curriculares Estaduais de Ciências.

A avaliação deve ser percebida como processo, porém, com o Sistema de Avaliação sendo quatro módulos com uma média em cada módulo, obtendo peso 5,0 (cinco) para trabalhos e 5,0 (cinco) para avaliações escrita, com a finalidade de acompanhar o rendimento do estudante.

A recuperação será paralela ao processo ensino-aprendizagem e ocorrerá através de retomada do conteúdo, atividades e instrumentos avaliativos adicionais, visando melhorar a aprendizagem.

REFERÊNCIAS

ANDERY, M. A. *et al*. **Para compreender a ciência:** uma perspectiva histórica. São Paulo: EDUC, 1988.

APPLE, M. W. **Ideologia e currículo**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

ARROYO, M. G. **A função do ensino de Ciências**. **Em Aberto.** ano 7, n. 40, out/ dez, 1988.
ASTOLFI, J. P. & DEVELAY, M. **A didática das ciências**. Campinas: Papirus, 1991.

BAPTISTA, G.C.S. **Jornal a Página da Educação**, ano 11, nº 118, dez 2002, p.19.

BASTOS, F. História da Ciência e pesquisa em ensino de ciências. In: NARDI,R. **Questões Atuais no Ensino de Ciências**. São Paulo: Escrituras,1998.

BACHELARD, G. **A epistemologia**. Rio de Janeiro: Edições 70, 1971.

BARRA, V. M. & LORENZ, K. M. Produção de materiais didáticos de ciências no Brasil*, período: 1950 a 1980.* **Revista Ciência e Cultura.** Campinas, v. 38 n. 12, p. 1970 - 1983, dezembro, 1986.

BERNARDES,J.A .& FERREIRA, F. P. de M. Sociedade e Natureza. In: CUNHA, S.B. da & GUERRA,A.J.T. **A Questão Ambiental**. Diferentes Abordagens. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003.

BIZZO, Nélio. **Ciências**: fácil ou difícil? São Paulo: Ática, 2002.

_____. Manual de Orientações Curriculares do Ensino Médio, MEC, Brasília, 2004.

CARRETRO, Mario. **Construir y enseñar las ciencias experimentales**. Aique Grupo Editor. Argentina.

CARVALHO, A. M. P. & GIL-PÉREZ, D. **Formação de professores de ciências:** tendências e inovações. São Paulo: Cortez, 2001.

FEIJÓ, R. **Metodologia e filosofia da ciência**. São Paulo: Atlas, 2003.

FERNANDES, J. A. B. Ensino de ciências: a biologia na disciplina de ciências.
Revista da Sociedade Brasileira de Ensino de Biologia, São Paulo, v.1, n.0, ago 2005.

FREIRE-MAIA, N. **A ciência por dentro**. Petrópolis: Vozes, 1990.

FUTUYMA, D. J. **Biologia evolutiva**. Ribeirão Preto: Sociedade Brasileira de Genética/CNPq, 1993.

FRIGOTTO, Gaudêncio, CIAVATTA, Maria. **Ensino Médio**: ciência, cultura e trabalho. Secretaria de Educação Média e Tecnológica – Brasília: MEC, SEMTEC, 2004.

GUIMARÃES,M. **A formação de Educadores Ambientais.** Campinas, São Paulo: Papirus, 2004.

HOFFMANN, J. **Avaliação mediadora**: uma prática em construção da pré-escola à universidade. Porto Alegre: Mediação, 1993. 20ª Edição revista, 2003.

KNELLER, G. F. **A ciência como atividade humana.** Rio de Janeiro: Zahar. São Paulo: EDUSP, 1980.

KRASILCHIK, M. **O professor e o currículo das ciências**. São Paulo: EDUSP, 1987.

_____. **Prática de ensino de biologia**. São Paulo: EDUSP, 2004.
KUHN, T. **A estrutura das revoluções científicas**. São Paulo: Perspectiva, 2005.

KUENZER,A . Z. **Ensino Médio**: Construindo uma proposta para os que vivem do trabalho. São Paulo: Cortez, 2002.

LIBÂNEO, J. C. Tendências pedagógicas na prática escolar. **Revista da ANDE.** Nº 6, p.11 - 19, 1983.

MAYR, E. **Desenvolvimento do pensamento biológico**: diversidade,evolução e herança. Brasília: UnB, 1998. MEC/SEB – **Orientações Curriculares Nacionais do Ensino Médio**. Brasília, 2004.

MIZUKAMI, M. G. N. **Ensino:** as abordagens do processo. São Paulo: EPU, 1986.

MORIN,E. **O Pensar Complexo e a Crise da Modernidade**. In: RIBEIRO, Vera Masagão. **A formação de educadores e a constituição da educação de jovens e adultos como campo pedagógico**. Educação & Sociedade. v.20, n. 68, Campinas: dez, 1999.

MOURA, M. O. A séria busca no jogo: do lúdico na matemática. **A Educação Matemática em Revista.** Nº 3. Blumenau, 1994.

NARDI, R. (org). **Questões atuais no Ensino de Ciências**. São Paulo: Escrituras, 2002.

POPPER, K. R. **A sociedade aberta e seus inimigos**. Belo Horizonte Itatiaia, 1987.
PRETTO, N. D. L. **A ciência nos livros didáticos**. Campinas: Editora da Unicamp, 1985.

RAW, I. **Aventuras da microbiologia.** São Paulo: Hacker Editores/Narrativa Um, 2002.

REALE, G. & ANTISERI, D. **História da filosofia**. São Paulo: Paulus, 2005.

RONAN, C.A. **História ilustrada da ciência:** Oriente, Roma e Idade Média. Rio de Janeiro: Jorga Zahar Editor, 1997a.
_____. **História ilustrada da ciência:** a ciência nos séculos XIX e XX. Rio de Janeiro: Jorga Zahar Editor, 1997b.

ROSSI, P. **O nascimento da ciência moderna na Europa**. Bauru, SP: Edusc, 2001.

RUSS, J. **Dicionário de Filosofia**. São Paulo: Scipione, 1994.

SAVIANI, D. **Pedagogia histórico-crítica:** primeiras aproximações. Campinas: Autores Associados, 1997.

SCHLICHTING, M. C. R. **A formação do professor de biologia**. Florianópolis, 1997. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade Federal de Santa Catarina.

SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO DO PARANÁ. Departamento de Ensino Médio. **Texto elaborado pelos participantes do "I e II Encontro de Relações** (Im) pertinentes". Pinhais (2003) e Pinhão (2004).
Diretrizes Curriculares da Educação Básica – Biologia, 2008.

Departamento de Ensino Médio. **Reestruturação do Ensino de 2º grau**. Proposta de conteúdos do Ensino de 2ºgrau – Biologia. Curitiba, 1993.

SIDEKUM,A. **Bioética**: como interlúdio interdisciplinar. Revista Centro de Educação. vol.27,n.º 01. Edição 2002, disponível em www.ufsm.br/ce/revista/index.htm

SNYDERS, G. **A alegria de aprender na escola**. São Paulo: FDE, 1991.

PROPOSTA PEDAGÓGICA CURRICCULAR

CIÊNCIAS EJA

PROFESSORA: Tatiane Cecere Jacinto Soares

Apresentação da disciplina

A Educação de Jovens e Adultos – EJA, no Estado do Paraná, de acordo com suas Diretrizes Curriculares e em consonância com as discussões realizadas com professores da rede pública estadual de ensino, apresenta os fundamentos teóricos, metodológicos e avaliativos do ensino de Ciências, que norteiam a elaboração da proposta curricular desta disciplina.

Partindo do pressuposto que a ciência não se constitui numa verdade absoluta, pronta e acabada, é indispensável rever o processo de ensino e aprendizagem de Ciências no contexto escolar, de modo que o modelo tradicional de ensino dessa disciplina, no qual se prioriza a memorização dos conteúdos, sem a devida reflexão, seja superado por um modelo que desenvolva a capacidade dos educandos de buscar explicações científicas para os fatos, através de posturas críticas, referenciadas pelo conhecimento científico.

A palavra Ciência tem origem na palavra latina ciência, que significa conhecimento.

A disciplina de Ciências tem como objeto de estudo o conhecimento científico que resulta da investigação da Natureza. Do ponto de vista científico, entende-se por Natureza o conjunto de elementos integradores que constitui o Universo em toda sua complexidade. Ao Homem cabe interpretar racionalmente os fenômenos observados na Natureza, resultantes das relações entre elementos fundamentais como tempo, espaço, matéria, movimento, força, campo, energia e vida, dentre outros.

Ao se pensar em ciência como construção humana numa perspectiva histórica, é fundamental considerar a evolução do pensamento do ser humano, pois é a partir dele que a história da ciência se constrói. O conhecimento da história da ciência propicia uma visão dessa evolução ao apresentar seus limites e possibilidades temporais e, principalmente ao relacionar essa história com os determinantes políticos, econômicos, sociais e ideológicos, aos quais está diretamente vinculada. A historicidade da ciência está ligada não somente ao conhecimento científico, mas também às técnicas pelas quais esse conhecimento é produzido, as tradições de pesquisa que o produzem e as instituições que as apoiam (KNELLER, 1980).

Formular teorias, crenças e valores foram o ponto de partida para o aparecimento de uma ciência racional, a filosofia. Isso fez com que o homem, no decorrer da história, mudasse a forma de expressar seu conhecimento referente ao mundo e desta forma, a ciência passa a ser determinada pela maneira com que ele expressa esse conhecimento. Alguns processos importantes da história marcaram acentuadamente o pensamento da humanidade e, em consequência disso, a ciência.

Mesmo antes da descoberta do fogo, o homem já utilizava técnicas para apanhar alimentos, caçar com instrumentos feitos de pedra e usar outros materiais disponíveis na natureza, procurando satisfazer suas necessidades cotidianas.

Do século XI ao XIII as cruzadas foram importantes na disseminação da cultura e da ciência entre o Oriente e o Ocidente; no século XIV destacam-se as grandes navegações e no século XV, a invenção da imprensa. O surgimento das Universidades colaborou com a Revolução Científica (século XVI) e com a Revolução Industrial (séculos XVII e XVIII).

Na Renascença, a ciência se destacou com ilustrações detalhadas de seres vivos. No século XVII, as ideias de Nicolau Copérnico e Galileu Galilei deram origem ao Heliocentrismo, rompendo com o modelo Fixista de mundo, abrindo espaço para um modelo Evolucionista. Francis Bacon (1561-1626) tem seu mérito na história ao criar a ciência experimental através do método científico.

Outro momento marcante na história da ciência, no século XVIII, foi o período chamado Iluminismo que, além de filosófico, é um movimento artístico, literário e político. Ainda no século XVIII, os avanços científicos determinaram o desenvolvimento e o crescimento da indústria que, por sua vez, exigiu que a ciência ascendesse para aperfeiçoar as técnicas e, com isso, desenvolver novas tecnologias para as indústrias.

A busca pela energia necessária ao processo de produção aumentou a procura por combustíveis como a madeira e o carvão, intensificando os grandes desmatamentos e o aperfeiçoamento da extração de carvão mineral. Diante disso, é fundamental considerar a descoberta da energia elétrica como propulsora do desenvolvimento de novas tecnologias.

O século XIX vem para consolidar a ciência, evidenciando as relações entre homem – homem e homem – natureza, pois o homem passa a entender que pode, por meio da ciência, interferir na natureza buscando melhores condições de vida.

Na história da ciência, Charles Darwin foi um nome polêmico que mudou a visão do homem em relação ao passado, quando lançou seu livro “A Origem das Espécies” (1859), o qual propunha ideias alternativas ao criacionismo a favor de uma ideia de evolução através da seleção natural.

No século XX, as contribuições da ciência para a humanidade são incontáveis e, considerando os últimos 50 anos, ela evoluiu mais do que em dez mil anos.

Assim, segundo Bachelard (1996) o histórico da ciência pode nos mostrar as diferentes formas de pensar sobre a Natureza, interpretá-la e compreendê-la, nos três grandes períodos de desenvolvimento: o **estado pré-científico**, um período marcado pela construção racional e empírica do conhecimento científico e vai desde a Antiguidade Clássica até o fim do século XVIII, iniciando com publicações influenciadas pelo pensamento mítico e teológico, passando pelos modelos científicos que valorizavam as regularidades dos fenômenos da Natureza, em uma visão animista ou atomista e chegando ao flogisto e à alquimia; o **estado científico**, que se inicia no final do século XVIII e vai até o início do século XX, período marcado pela ampla utilização do método científico e a evolução tecnológica em que se destacam a teoria celular e os estudos sobre a geração espontânea da vida e a era do **novo espírito científico**, momento que se inicia com a teoria da Relatividade de Einstein que revolucionou as ciências físicas e, por consequência, as demais ciências da natureza e se estende com os avanços e inovações após a Segunda Guerra Mundial até os dias de hoje.

O Ensino de Ciências no Brasil foi influenciado pelas relações de poder que se estabeleceram entre as instituições de produção científica, pelo papel reservado à educação na socialização desse conhecimento e no conflito de interesses entre antigas e recentes profissões.

A partir da década de 1920, a concepção de ciência como algo pronto e acabado, o “ensino das verdades clássicas” é legitimada por meio dos conteúdos universais e permanentes listados nos manuais de ciências, que seriam transmitidos aos alunos por meio de um processo rígido de escolarização.

A disciplina de Ciências foi inserida no currículo a partir da Reforma Francisco Campos, através do Decreto 19.890/31. A partir disso, o Estado passou a organizar o Sistema de Educação Nacional propondo o ensino de “Ciências Físicas e Naturais” nas duas primeiras séries do ensino comum e fundamental e, nas três últimas, as disciplinas de Física, Química e História Natural. A Reforma Capanema alterou a estrutura desse ensino para dois ciclos: o primeiro, com duração de quatro anos, chamado Ginasial e o segundo, subdividido em dois cursos paralelos, com duração de três anos, o Clássico e o Científico. O espírito científico, valorizado na reforma anterior, passou a partir daí a ser denominado de Ciências Naturais.

Na década de 1950, da “experiência pela experiência” a importância do Ensino de Ciências cresceu em todos os níveis e passou a ser objeto de movimentos em busca de reformas educacionais à medida que a tecnologia e a ciência foram reconhecidas como essenciais para o desenvolvimento econômico, cultural e social. Segundo SAVIANI (1995, p. 22) esse movimento “representou o afrouxamento da disciplina e a despreocupação com a transmissão do conhecimento e, consequentemente, o rebaixamento do ensino destinado às camadas populares”. Com isso, extinguiram-se as listas de conteúdos e o livro didático foi relegado a segunda plano, cedendo lugar a uma ampla lista de assuntos que se desviaram dos conteúdos de Ciências.

Um fato marcante para a ciência, que refletiu fortemente no Ensino de Ciências, ocorreu durante a Guerra Fria, no final da década de 1950. O lançamento do satélite artificial russo comprometeu a supremacia estadunidense, que passou a promover uma reforma no seu ensino, preocupada em formar novos cientistas. A reforma realizou-se por meio de grandes investimentos na educação e auxílio de sociedades científicas, universidades e de acadêmicos renomados para produzir os projetos.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional nº 4.024/61 ampliou o espaço da disciplina de “Ciências Físicas e Naturais”, que passou a ser denominada “Iniciação à Ciência”, estendendo a sua obrigatoriedade para todas as séries do ginasial com a solução de problemas pelo método científico. Nessa perspectiva, a disciplina tinha a função de preparar o cidadão para pensar lógica e criticamente, exercitar o método científico e “tomar decisões com base em informações e dados”. As transformações que ocorreram no país, em decorrência das políticas adotadas pelo regime militar após 1964, alteraram significativamente o papel da escola que passou a ser mais um espaço de legitimação do modelo vigente. Nesse contexto, o ensino de Ciências, passou a ter um compromisso com a formação de mão-de-obra técnico-científica para atender às necessidades do mercado e do desenvolvimento econômico do país.

Fatos históricos, nas décadas de 60 e 70, como a crescente degradação ambiental e, o atrelamento do desenvolvimento científico-tecnológico às guerras ampliaram as discussões sobre as interações entre a ciência e a tecnologia, incluindo a sociedade, tendo em vista os efeitos provocados nela, “as unidades de trabalho com base na tecnologia educacional”.

O “Currículo Básico para a Escola Pública do Estado do Paraná” veio, no início dos anos 90, responder às necessidades sociais e históricas, que caracterizavam a sociedade brasileira da época. Nesse momento, a pedagogia

histórico-crítica fundamentou o paradigma educacional. No ensino de Ciências, o Currículo Básico propôs a integração dos conteúdos a partir de três eixos norteadores: Noções de Astronomia, Transformação e Interação da Matéria e Energia e, Saúde: Melhoria da Qualidade de Vida. Mesmo com o avanço pedagógico em articular os conteúdos em eixos norteadores e apresentá-los em todas as séries do Ensino Fundamental, a proposta ficou limitada, uma vez que na sua implementação não apresentou subsídios teórico-metodológicos suficientes para o trabalho com esses conteúdos de forma articulada.

A partir de 1996, mediante políticas públicas federais, o ensino de Ciências teve seu objeto de estudo redirecionado e o esvaziamento de seus conteúdos clássicos, tendo em vista a publicação e ampla distribuição dos Parâmetros Curriculares Nacionais para o Ensino Fundamental. Nesse momento, o que eram amplos campos de estudo da disciplina de Ciências, como Saúde, Sexualidade, Meio Ambiente, dentre outros, passaram a ser tratados por outras disciplinas. Esses parâmetros seguiram um caráter “neotecnicista” no qual, quem elabora as mudanças na educação são especialistas, cabendo ao professor acriticamente, colocá-las em prática a partir de subsídios e treinamentos oferecidos.

A partir de 2003, teve início um novo período na história da educação paranaense. Isso se deve ao processo de reformulação da política educacional do Estado. Destaca-se, como aspecto relevante dessa reformulação, o descrédito à proposta neoliberal de educação, resgatando a função essencial da escola e o tratamento dos conteúdos específicos e saberes historicamente constituídos em detrimento dos projetos promovidos por empresas, organizações não governamentais (ONGs), multinacionais e outras instâncias. Além de instituir o currículo escolar como eixo fundante da escola, essa proposta busca suscitar no professor a reflexão sobre a própria prática, fomentando a formação continuada de forma a oportunizar a todos os professores a fundamentação teórico-prática essencial ao desempenho das suas funções.

O conhecimento científico mediado para o contexto escolar sofre um processo de didatização, mas não se confunde com o conhecimento cotidiano. Nesse sentido, os conhecimentos científicos escolares selecionados para serem ensinados na disciplina de Ciências têm origem nos modelos construídos a partir da investigação da Natureza. Pelo processo de mediação didática, então, o conhecimento científico sofre adequação para o ensino na forma de conteúdos escolares, tanto em termos de especificidade conceitual como linguagem.

A apropriação do conhecimento científico pelo estudante no contexto escolar implica a superação dos obstáculos conceituais. Para que isso ocorra, o conhecimento anterior do estudante, construído nas interações e nas relações que estabelece na vida cotidiana, num primeiro momento, deve ser valorizado e tomado como ponto de partida para a formação de conceitos científicos. Devem ser propostas questões ao educando de modo a desvelar a estrutura cognitiva preexistente, ou seja, os conceitos, ideias, proposições disponíveis na sua mente e suas inter-relações, a fim de basear o ensino naquilo que o educando já sabe, identificando os conceitos organizadores básicos do que vai ser ensinado e utilizando recursos e princípios que facilitem a aprendizagem de maneira significativa.

Dessa forma, é importante que o ensino desenvolvido na disciplina de Ciências na EJA, possibilite ao educando, a partir de seus conhecimentos prévios, a construção do conhecimento científico, por meio da análise, reflexão e ação, para que possa argumentar e se posicionar criticamente.

Conteúdos estruturantes / conteúdos básicos

Desde que foi inserida no currículo escolar, a disciplina de Ciências passou por muitas alterações em seus fundamentos teórico-metodológicos e na seleção dos conteúdos de ensino. Isso ocorreu em função dos diferentes interesses econômicos, políticos e sociais sobre a escola básica e dos avanços na produção do conhecimento científico. Contudo, essa disciplina sempre contribuiu para superar a banalização do conhecimento que se alicerça, muitas vezes, na consolidação de conceitos equivocados, socialmente validados e tomados como um saber "científico".

Os **conteúdos estruturantes** são constructos históricos e estão atrelados a uma concepção política de educação, por isso não são escolhas neutras. Na disciplina de Ciências, visam superar a fragmentação do Currículo, além de estruturar a disciplina para o aprofundamento de seu objeto de estudo: a Natureza.

Nas Diretrizes Curriculares de Ciências são cinco os conteúdos estruturantes que devem ser trabalhados em todas as séries: Astronomia, Matéria, Sistemas Biológicos, Energia e Biodiversidade.

Entende-se por **conteúdos básicos** os conhecimentos fundamentais para cada série, considerados imprescindíveis para a formação conceitual dos estudantes na disciplina. Os conteúdos básicos quando necessários, serão desdobrados em conteúdos específicos, sempre se considerando o aprofundamento a ser observado para a série e nível de ensino. Os conteúdos receberão abordagens contextualizadas histórica, social e politicamente, de modo que façam sentido para os alunos na sua realidade regional, cultural e econômica, contribuindo com sua formação cidadã.

Considerando as Diretrizes Curriculares Estaduais para a Educação de Jovens e Adultos e as especificidades desta modalidade de ensino, principalmente no que tange ao tempo de ensino do educador e o tempo de aprendizagem dos educandos, a proposta de conteúdos essenciais da disciplina de Ciências, contempla:

CONTEÚDOS ESTRUTURANTES	CONTEÚDOS BÁSICOS
ASTRONOMIA	• Universo • Origem e evolução do Universo • Sistema solar • Movimentos terrestres • Movimentos celestes • Astros • Gravitação universal
MATÉRIA	• Constituição da matéria

	• Propriedades da matéria
SISTEMAS BIOLÓGICOS	• Célula • Níveis de organização celular • Morfologia e fisiologia dos seres vivos • Mecanismo de herança genética
ENERGIA	• Formas de energia • Conversão de energia • Transmissão de energia • Conversão de energia
BIODIVERSIDADE	• Origem da vida • Organização dos seres vivos • Sistemática • Ecossistemas • Evolução dos seres vivos • Interações ecológicas

Metodologia da disciplina

Na medida em que se acredita numa Ciências aberta, inacabada, produto da ação de seres humanos inseridos num contexto próprio relativo ao seu tempo e espaço e, no estudo na disciplina de Ciências, como uma das formas de resgate e de construção de melhores possibilidades de vida individuais e coletivas, há que se optar por uma metodologia de ensino e de aprendizagem adequada à realidade do educando da EJA, em consonância com as Diretrizes Curriculares Estaduais propostas para esta modalidade de ensino. O educador da EJA deve partir dos saberes adquiridos previamente pelos educandos, respeitando seu tempo próprio de construção da aprendizagem.

A abordagem dos conteúdos selecionados deve permitir a integração dos conteúdos estruturantes, permeados por relações interdisciplinares e de contexto, abordando-se os aspectos essenciais através da história da ciência, da divulgação científica e das atividades experimentais. As concepções alternativas dos estudantes deverão ser substituídas pelo conhecimento científico escolar, através da mediação didática dos professores.

Dentre os **encaminhamentos metodológicos** que o professor pode dispor podem-se citar: problematizações, contextualizações, pesquisas, leituras científicas, atividades em grupo, observações, atividades experimentais, atividades lúdicas, entre outros, que contemplem reflexões a respeito da aceitação da diversidade, sem preconceitos, observando-se a abordagem da cultura e história afro-brasileira (Lei 10.639/03), história e cultura dos povos indígenas (Lei 11.645/08) e educação ambiental (Lei 9.795/99).

Esses encaminhamentos podem ser utilizados durante a realização de saídas de campo; palestras; aulas expositivas; quadros murais elaborados professor-aluno; projetos individuais e em grupos; estudo do meio; jogos de simulação e desempenho de papéis; atividades interdisciplinares; seminários, fóruns e debates entre alunos e especialistas convidados e entrevistas diversas.

Outras atividades que estimulam os educandos ao trabalho coletivo são as que envolvem música, desenho, poesia, livros de literatura, jogos didáticos, dramatizações, histórias em quadrinhos, painéis, exposições e feiras, entre outras.

Os professores poderão ainda utilizar para o desenvolvimento das atividades os mais variados recursos:

Recursos pedagógico-tecnológicos: Livros didáticos, textos de jornais, revistas, músicas, quadro de giz, mapas, globos, modelos didáticos, microscópio, lupa, jogos, TV pendrive, computador e outros que julgar necessários.

Recursos instrucionais: Organogramas, mapas conceituais, gráficos e tabelas.

O professor poderá, para destacar suas atividades e realizar intervenções pedagógicas coerentes, articular-se com outros recursos como: Portal Educacional Dia-a-dia Educação, Programas da SEED e TV Paulo Freire.

Avaliação

A avaliação não pode ter caráter exclusivamente mesurável ou classificatório, deve-se respeitar e valorizar o perfil e a realidade dos educandos da EJA em todos os seus aspectos, oportunizando o acesso e a permanência no sistema escolar.

A avaliação não deve se processar por meio de uma única atividade ou método avaliativo. É imprescindível a coerência entre o planejamento das ações pedagógicas do professor, o encaminhamento metodológico e o processo avaliativo, a fim de que os critérios de avaliação estabelecidos estejam diretamente ligados ao propósito principal do processo de ensino-aprendizagem: **a aquisição dos conteúdos específicos e a ampliação de seu referencial de análise crítica da realidade por meio da abordagem articulada**.

É necessário que o processo avaliativo se dê de forma sistemática e a partir de critérios avaliativos estabelecidos pelo professor, e considerem aspectos como os conhecimentos que os alunos possuem sobre determinados conteúdos, a prática social desses alunos, o confronto entre esses conhecimentos e os conhecimentos específicos, as relações e interações estabelecidas por ele no seu processo cognitivo ao longo do processo de ensino-aprendizagem e no seu cotidiano, por meio de uma interação diária com os alunos.

Para acompanhar o processo ensino-aprendizagem a professora, de acordo com o conteúdo trabalhado e o encaminhamento dado, poderá utilizar instrumentos avaliativos diversificados como: Seminários, Mostra Cultural, Feira de Ciências, Relatos, Produção Escrita, os alunos podem expressar os avanços na aprendizagem à medida que interpretam, produzem, discutem, relacionam, refletem, analisam, justificam, posicionam-se e argumentam defendendo o próprio ponto de vista. Precisa-se considerar os alunos como sujeitos históricos do processo de ensino-aprendizagem. Assim, o professor poderá interpretar e analisar as informações obtidas na avaliação, considerando as Diretrizes Curriculares Estaduais de Ciências.

A avaliação deve ser percebida como processo, porém, com o Sistema de Avaliação sendo quatro módulos com uma média em cada módulo, obtendo peso 5,0 (cinco) para trabalhos e 5,0 (cinco) para avaliações escrita, com a finalidade de acompanhar o rendimento do estudante.

A recuperação será paralela ao processo ensino-aprendizagem e ocorrerá através de retomada do conteúdo, atividades e instrumentos avaliativos adicionais, visando melhorar a aprendizagem.

REFERÊNCIAS

BACHELARD, G. A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996. In **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná – Ciências**. SEED, 2008.

BARROS, C. **Coleção Ciências.** São Paulo: Ática, 2002.

Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná – Ciências. SEED, 2006.

Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná – Ciências. SEED, 2008.

Diretrizes Curriculares para Educação do Campo do Estado do Paraná. SEED, 2007.

Diretrizes Curriculares de Educação Especial para a Construção de Currículos Inclusivos. SEED, 2007.

GOWDAK, D.; MARTINS, E. **Coleção Natureza e Vida.** São Paulo: FTD, 2000.

KNELLER, G. F. A ciência como atividade humana. Rio de Janeiro: Zahar; São Paulo: EDUSP, 1980. In **Diretrizes Curriculares da Rede Pública de Educação Básica do Estado do Paraná – Ciências**. SEED, 2009.

Projeto Político Pedagógico. Col. Est. José de Anchieta.

SAVIANI, D. **Escola e democracia**. Campinas: Autores Associados, 1995.

Valle, C. **Coleção Ciências.** Curitiba: Positivo, 2004.

Canto, Eduardo Leite. **Ciências Naturais, Aprendendo com o Cotidiano.** São Paulo: Moderna, 2009.

PROPOSTA PEDAGÓGICA DA EJA

2012